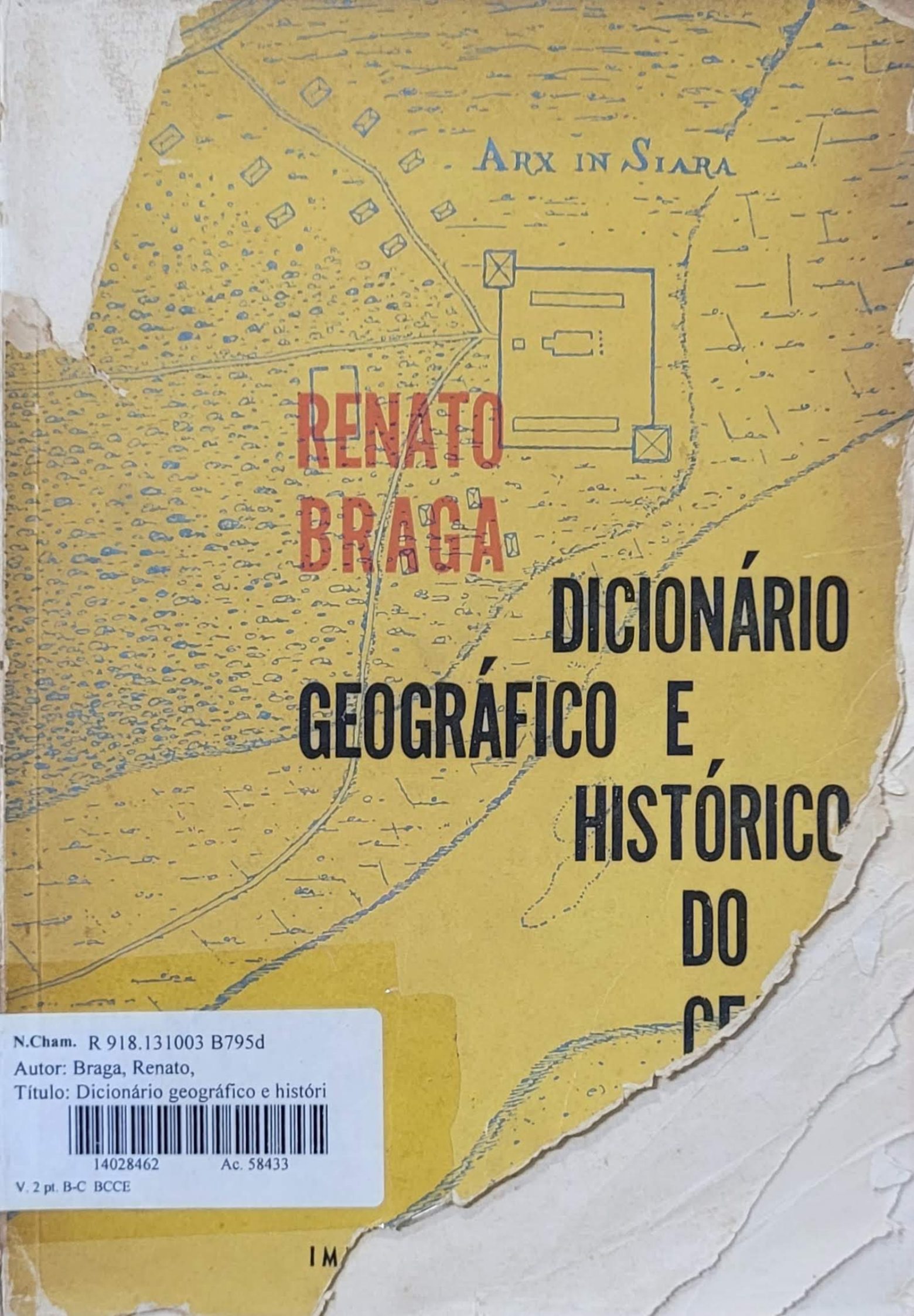

RENATO BRAGA

DICIONÁRIO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO CE

N.Cham. R 918.131003 B795d
Autor: Braga, Renato,
Título: Dicionário geográfico e histori
14028462 Ac. 58433
V. 2 pt. B-C BCCE

IM

Dc: 58433
RJ 4028462(1) v.2 ex 2

RENATO BRAGA

Do Instituto do Ceará e da Academia
Cearense de Letras

PERGAMUM
BC.CE/UFC

Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará

B-C

FORTALEZA
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DO CEARÁ
1967

— B —

BABECO. — Mo. (do), é um dos pontos da divisória de Massapê e Santana do Acaraú.

BACAMARTE. — Ste. (do), na sa. de Baturité, nas cercanias de Palmácia.

BACORINHOS. — Rch. (dos), afl. da m. dir. do r. Canindé, mun. dêste nome.

BAIACU. — "Apesar do nome tupi, por que ficaram conhecidos, eram os *Baiacu,* na realidade, gentios de língua travada a quem os primeiros cronistas chamavam *Tapuia.* Os autores modernos passaram, depois de Batista Caetano e do desmembramento do grupo Guck ou Côco, a incluí-los no grupo Cariri, que se havia, em virtude disso, tornado independente. Apenas Tomás Pompeu Sobrinho, a quem cabe, entre nós, a primazia no estudo de assuntos ligados à etnografia dos indígenas cearenses, filia-os aos *Tarairu.*

Os *Baiacu* senhoreavam a faixa costeira que, compreendendo as bacias inferiores do Açu e baixo Jaguaribe, se estendia às proximidades do rio Choró. Em suas expedições de guerra e de ataque, para o lado do Poente, chegavam, porém, até perto da Fortaleza de N. S. d'Assunção, aonde vinham acometer os nativos mansos que ali residiam à sombra da proteção dos lusitanos." (Carlos Studart Filho, *Notas Históricas Sôbre os Baiacu do Ceará,* RIC, 72 (1958), 15-34.)

Corr. de *mbaé-cu*, o quente, venenoso, dado a um peixe peçonhento. Também conhecidos por *Paiacu*, cuja etimologia seria, segundo alguns, *baia*, corr. de *pajé*, feiticeiro, e *u*, comer = comida de feiticeiro. O nome dêsses índios apresenta numerosas variantes, como se pode verificar no excelente trabalho acima citado.

BAIÃO. — Rch. (do), afl. do Tomé Vieira, da bacia do Figueiredo, mun. de Pereiro.

BAIÃO. — Vár. (do), acima do boq. da Cachoeirinha, no rch. dos Porcos, perto de Jati, com 1.000 ha, mais ou menos. Densamente povoada.

BAIQUI. — O mesmo que Baiacu. A variante figura na carta de nomeação de João Tavares de Almeida para capitão-mor do Ceará, em 6-5-1679.

BAIXA BRANCA. — V. FLÔRES.

BAIXA DA AREIA. — Arraial sôbre a sa. do Machado.

BAIXA DANTA. — Sít., no mun. do Crato, a 6 km desta cid., onde residiu por algum tempo o beato José Lourenço, acompanhado da "Sagrada Família" e da "Côrte Celeste". Isso ocorreu na década de 1920. A propriedade pertencia ao padre Cícero Romão Batista. (V. CALDEIRÃO. — Sít.)

BAIXA DAS BÊSTAS. — V. HIMALAIA.

BAIXA DO COURO. — Rch. (da), no mun. de Araripe. Nasce nas quebradas da sa. do Araripe, desemboca no lug. de seu nome, à direita do rch. do Oiti, trib. do Jardim.

BAIXA FRIA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Canindé, no mun. dêste nome.

BAIXA FRIA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Salão, trib. do Canindé, no mun. dêste nome.

BAIXA GRANDE. — Sa. (da), de constituição argilosa, muito agrícola, no mun. de Altaneira, nas proximidades de Nova Olinda.

BAIXA GRANDE. — Baixada no alto da sa. do Araripe, também chamada Cacimbas. Transforma-se em ipueira nos invernos copiosos. Fica no mun. de Jardim.

BAIXA GRANDE. — Baixada sôbre a sa. do Araripe, nos limites de Jati com Pernambuco.

BAIXA GRANDE. — Rch. (da), sôbre a sa. da Meruoca, afl. do Poções, em cuja foz incidem os limites dos mun. de Alcântaras e Meruoca.

BAIXA GRANDE. — Rch. (da), nasce na baixa do mesmo nome, no mun. de Jati, subtributário do rch. dos Porcos.

BAIXA GRANDE. — Rch. (da), no mun. de Barro. Nasce na sa. do Cafundó e é afl. da m. dir. do rch. dos Cavalos, bacia do Salgado.

BAIXA GRANDE. — Rch. (da), seu divisor de águas com o Boa Vista já serviu de limites a Sobral e Massapê.

BAIXA GRANDE. — Rch. (da), nasce na sa. de Santa Teresa e desemboca à m. esq. do alto Cariús, mun. de Nova Olinda.

BAIXA GRANDE. — Cór. (da), na zona litorânea, dist. de Bitiputá, mun. de Camocim. Perene, margens cultivadas de cana, com uma produção anual de cêrca de 5.000 l de aguardente. As dunas, por vêzes, obstruem-lhe a barra e forma-se um lago cuja represa interessa quatro lagoas, o qual mede, na es-

tação chuvosa, 20 km de extensão e 6 de largura máxima. Já se pensou em torná-lo permanente, havendo a IFOCS realizado estudos nesse sentido, em 1913.

Há na vizinhança um braço de mar que permite acesso a embarcações a vela, mais de uma vez aproveitado para desembarque de mercadorias contrabandeadas da Guiana Francesa.

BAIXA GRANDE. — Pov., com 40 habitações, no dist. de Quatiguaba, mun. de Viçosa do Ceará.

BAIXA GRANDE. — Dist. do mun. de Itapajé, criado pela Lei n.º 6.602, de 26-9-1963, com sede no pov. do mesmo nome, então elevado à cat. de vila.

O dist. tem 2.025 hab. e 510 prédios, dos quais a sede possui 604 e 118, respectivamente.

Há 9 esc. municipais. A capela, subordinada à freg. de S. Luís Gonzaga de Irauçuba, é de construção recente.

BAIXA LARGA. — Pov., com 20 habitações, mun. de Ipu. Foi cabeça do dist. do mesmo nome, criado pela Lei n.º 170, de 17-9-1936, extinto pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938.

BAIXA VERDE. — Rch., vem da sa. das Vertentes e flui à esq. do alto curso do Bastiões.

BAIXÃO. — Rch. (do), subafluente do Jaibara, nasce no sít. do mesmo nome, no mun. de Ibiapina.

BAIXAS. — La. (das), no mun. de Cococi, derrama-se no rch. Pau Ferro.

BAIXINHA. — V. PINDORETAMA.

BAIXIO. — La. (do), entre o dist. de Aranaú e o mun. de Bela Cruz.

BAIXIO. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e Jaguaribe, a SE do Estado.

Limites. — Ao N, com o mun. de Umari; ao S, com o de Ipaumirim; a O, com o de Lavras da Mangabeira, e a L, com o Estado da Paraíba.

Superfície. — 137 km².

Fisiografia. — Pouco acidentado. Alteia-se de leve em direção à fronteira paraibana. O principal relêvo é o ste. das Pombas, a 2 km da sede municipal. As águas correm para o Salgado. Avulta na hidrografia local o rch. da Pendência. Predominam solos argilosos. Catingas e matas ciliares reduzidas a capoeiras.

Clima e salubridade. — O clima é o comum do sertão, quente e sêco. A temperatura eleva-se até 37.º nos meses mais calmosos do ano. Nada de relevante quanto à salubridade.

Aspectos Econômicos

Comunicações. — A cid. é cortada pela RVC (Ramal da Paraíba), cuja estação, inaugurada a 5-8-1923, fica no 514,572 km. Liga-se à BR-13, sua principal rodovia, pela Ce-93, numa distância de 11 km de Ipaumirim para a esquerda. Estradas municipais, numa extensão de 48 km, asseguram as comunicações internas e vizinhas. Na sede há uma agência postal-telegráfica.

Atividades econômicas. — A principal fonte de renda é o algodão. A safra de 1963/64 foi de 1.505.000 kg em caroço. Segue-se-lhe em importância a da cana, lavoura praticada nos *brejos* de grande número de açudes particulares, responsável por 130.000 kg de rapadura, em 1959. Vêm depois o feijão e o milho. Rebanho pequeno. Em 1959 existiam 3.380 bovinos, 8.900 suínos, 2.100 ovinos, 1.000 caprinos e perto de 13.000 aves domésticas. Exporta, apesar disso, bois para a Paraíba, o que evidencia o medíocre consumo local. Com efeito, a matança

de 1960 alcançou a 68 bovinos, 181 suínos, 158 ovinos e 100 caprinos.

Comércio. — Gira quase todo à volta de Cajàzeiras, na Paraíba, da qual Baixio dista 18 quilômetros. Pelo mun. há uns 100 varejistas e na sede 14 casas varejo-atacadistas. Não possui estabelecimento de crédito.

Finanças Públicas. — A arrecadação de 1960/64 foi a que se segue:

Anos	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1960	1.102.000	1.433.621
1961	1.820.400	2.048.956
1962	2.467.996	3.128.248
1963	14.947.526	5.239.244
1964	34.195.068	5.351.955

População

O último censo verificou 4.335 hab.: 1.076 na zona urbana e 3.259 na rural, ocupando 731 domicílios.

Aspectos Culturais e Assistenciais

O ensino primário, em 1960, fazia-se através do Grupo Escolar Mons. Horácio e mais 3 esc. isoladas estaduais e 21 municipais. A matrícula efetiva era de 726 alunos.

Não há assistência médico-sanitária. Em caso de urgência, os pacientes são medicados em Cajàzeiras, na Paraíba.

Aspectos Urbanos

A cid., banhada na zona suburbana pelo rch. da Picada, está a 264 m de altitude. Dista da Capital 329 km, em linha reta, e 515 por estrada de ferro e 478 por estrada de rodagem. Tem as seguintes coordenadas geográficas: 6° 43' 47" de lat. S e 38° 43' 19" de long. W. Gr.

Possui 13 logradouros, destacando-se a Praça Presidente Vargas e a Avenida Mons. Tabosa. Funcionam em prédios próprios a Coletoria Estadual, o Grupo Escolar, a Prefeitura Municipal, a Sociedade Mútua, estando em vias de conclusão o dos Correios e Telégrafos. Iluminada a luz elétrica. Pequeno açude abastece a cid. de água potável.

Aspectos Históricos

Baixio nasceu no chão da fazenda do mesmo nome, de propriedade de Liberalino José de Carvalho, a partir de 1922, com os trabalhos ferroviários de ligação do Ceará à Paraíba.

Formação administrativa. — Dist. policial e dist. de paz, com sede no pov. de Umari, por Ato de 19-6-1860 e Lei n.° 929, de 6-8-1860, respectivamente. Mun., desmembrado do de Lavras, com o nome de Umari, pela Lei n.° 2.046, de 12-11-1883, com sede no núcleo dêste nome, então elevado a vila. Suprimido pela Lei n.° 1.794, de 9-10-1920, cujo território passou ao mun. de origem. Restaurado, com o nome de Baixio, embora com a mesma sede anterior (Umari), pelo Dec. n.° 193, de 20-5-1931. O Dec. n.° 650, de 30-6-1932, transferiu a sede do mun. para o pov. de Baixio, que se tornou v. nessa oportunidade e, sete anos depois, cid., pelo Dec-lei n.° 448, de 20-12-1938. Retornou, porém, à cat. de v., quando se deu a transferência da sede municipal para Ipaumirim (ex-Alagoinha), conforme a Lei n.° 1.153, de 22-11-1951, que se efetivou a 1-1-1954, *ex vi* da Lei n.° 2.161, de 12-12-1953. Novamente mun. e cid. pela Lei n.° 3.338, de 15-9-1956, que desmembrou Ipaumirim, por interêsses políticos, em três unidades municipais: Ipaumirim, Baixio e Umari. A 4-8-1957 realizaram-se as eleições municipais complementares de sua independência administrativa.

Possui apenas o distrito-sede.

Formação judiciária. — A Lei n.° 2.046, de 12-11-1883, criou o têrmo judiciário, com sede em Umari e anexo à com. do Icó. Foi supresso pela Lei n.° 1.794, acima citada, e restaurado pelo Dec. n.° 206, de 6-6-1931. O Dec. n.° 1.014, de

9-5-1933, transferiu a sede do têrmo para Baixio. O movimento judicial faz-se através da com. de Ipaumirim, nos têrmos da Resolução estadual de 4-12-1954.

Formação religiosa. — Depende da paróquia de Ipaumirim. Tem por padroeiro São Francisco das Chagas.

BAIXIO DAS BÊSTAS. — Sít., no mun. de Jardim, no divisor das águas do rch. dos Porcos, afl. do Salgado, por sua vez afl. do Jaguaribe, com o rch. Mundo Nôvo, um dos formadores do rch. da Brígida, afl. do São Francisco.

BAIXIO DE DONANA. — Dist., pertencente ao mun. de Jucás, criado pela Lei n.º 6.531, de 5-9-1963 (D.O., de 23-12-63), com sede no pov. do mesmo nome, então elevado à cat. de vila.

BAIXIO DO CANTO. — Rch. (do), nasce no ste. do Cupim. Nas suas cabeceiras incidem os limites dos mun. de Baixio e Lavras da Mangabeira.

BAIXIO DO MEIO. — Rch. (do), no dist. de Campos Sales, despeja à m. dir. do Conceição, no lug. Bolandeira dos Estêvãos.

BAIXIO DOS FERREIRAS. — Pov., com 209 habitações, mun. do Crato. Tem capela e escola. Outrora se chamava *Baixio do Coitèzeiro*. Passou a chamar-se dos Ferreiras porque seu primeiro proprietário foi Miguel Ferreira, que deixou numerosa prole.

BAIXIO DOS RICARDOS. — Dist. criado pela Lei n.º 7.157, de 13-1-1964 (D.O., de 20-1-64), com sede no pov. do mesmo nome, então elevado à cat. de vila. Fica no mun. de Independência, já que o de Coutinho teve anulada a sua criação.

BAIXO. — Ste., de pequena extensão e pouca altura, ao norte da cid. de Uruoca.

BALANÇA. — Sa. (da), a sudoeste da cid. de Quixadá, integrante da pequena cadeia que separa as vertentes superiores do Sitiá e Tapuiará.

BALANÇA. — Rch. (da), tem 8 km de curso e é afl. do Madeira Cortada, trib. do Jaguaribe, mun. de Acopiara.

BALANÇAS. — Sa. (das), pertence ao grupo de elevações que separam os sertões de Mombaça e Inhamuns, na bacia do Carrapateira, mun. de Tauá.

BALANÇAS. — Sa. (das), no mun. de Assaré, na bacia do Boqueirãozinho.

BALANÇAS. — Sa. (das), nas lindes do Ceará com a Paraíba. Tem 120 m de altitude.

BALANÇAS. — Rch. (das), no mun. de Assaré, afl. da m. dir. do Boqueirãozinho, nasce na sa. de seu nome e corre pelo vale formado por esta e a sa. do Cajueiro.

BALANÇAS. — Pov., próximo aos limites com a Paraíba, no mun. de Aurora, com 20 habitações.

BALANÇO. — Lug., na extremidade da sa. da Mariana, onde se dá a divisão das águas dos rios Canindé, Cangati e São Gonçalo, mun. de Canindé.

BALAS. — Sa. (das), trecho da Ibiapaba, na faz. Papagaio, mun. de Cococi. Afamada como produtora de farinha desde o século passado. Dizem que aí se defrontaram as facções rivais dos Montes e Feitosas, havendo perdido êstes um saco cheio de balas, encontradas, muito depois, pelo major José do Vale Pedrosa. (João Brígido, *Ceará — Homens e Fatos*, Rio de

Janeiro, 1919, 83.) Dessa perda, reza a tradição, veio o nome ao acidente orográfico, ainda conhecido por *Saco das Balas*.

BALBINO. — Loc. praieira do mun. de Cascavel, com pequeno núcleo de pesca filiado à Colônia Z 24.

BALDINHO. — Boq. (do), no rch. S. Miguel, ponto de limites entre os mun. de Cedro e Várzea Alegre. Apresenta condições favoráveis à construção de grande açude, cujos estudos preliminares já foram realizados pelo DNOCS.

BALEIA. — Duna arborizada, à dir. da foz do rch. Copaíba, mun. de Itapipoca. O nome provém da carcaça de uma baleia aí encalhada.

BÁLSAMO. — Sa. (do), contraforte da de S. Joaquim, mun. de Tauá.

BÁLSAMO. — Rch. (do), nasce na sa. do seu nome, deságua à esq. do Ingá, afl. do Conceição, da bacia do Carrapateira, mun. de Tauá.

BÁLSAMO. — Rch. (do), afl. da margem esq. do rch. dos Porcos, nasce no ste. da Inveja, onde incidem os limites de Jardim e Jati. No trecho de seu curso compreendido entre a foz e o ponto em que é atravessado pela BR-13, separa os mun. de Brejo Santo e Jati.

BÁLSAMO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do alto Banabuiú.

BALTASAR. — Rch. (do), afl. do Jaguaribe, mun. de Jucás.

BANABUIÚ. — É um dos maiores afluentes do Jaguaribe, nasce no centro do Estado, ao sul da sa. de Santa Rita, a uma alt. de 400 m aproximadamente. Bastante sinuoso, no começo

segue a direção sueste, através do rico sertão da Mombaça; depois, até o Sitiá, a do nordeste, e, daí por diante, a de leste. Banha Mombaça, Senador Pompeu, Laranjeiras do Norte, Barra, Morada Nova e deflui à esq. do Jaguaribe, por duas bôcas, nas proximidades de Limoeiro, após um curso de 280 quilômetros. Recebe, pela dir., o Diabo, o Bom Jesus, o Macacos, o Mosquito, o Cangati, o S. Gonçalo, o Bom Sucesso, o Codió, o Jenipapo, o Valentim, o Pimenta, o Manaú, o Santana, o Sêco e o Santa Rosa. Pela m. esq.: Bálsamo, Tróia, Curiú, Manuel Gonçalves, Jatobá, Verde, Patu, S. João, Fofô, Muxuré, Quixeramobim, Sitiá, Aroeira, Curral Velho.

Mede a bacia cêrca de 19.500 km². A vazão depende exclusivamente das chuvas, tanto que o *run-off* em 1912 foi de 25,2% e no ano seguinte, em 1913, de 8,6%.

Na parte superior do seu curso, no sertão da Mombaça, rega e drena uma das regiões agrícolas mais ricas do Ceará, de topografia assaz acidentada, cortada de vales estreitos, de solos de transporte férteis e profundos, mais ou menos frescos, tanto que em muitos dêles se cultiva a cana sem nenhum trabalho irrigatório. Na parte média e num trecho da inferior corta importantíssima zona pastoril. O seu último lanço, de inclinação média vizinha de 0,8m/km, alarga-se e confunde-se com as várzeas jaguaribanas, ostentando carnaubais, galerias verdoengas de oiticicas e solos apropriados à lavoura irrigada.

Em seu trecho médio, o DNOCS construiu o aç. de Arrojado Lisboa, vulgarmente conhecido por Banabuiú, com a capacidade de um bilhão e setecentos milhões de metros cúbicos, pertencente ao chamado sistema de barragens do Jaguaribe.

Paulino Nogueira, *Voc.*, 230, segue a lição de Martius no que diz respeito à derivação de Banabuiú, que vem de *panamby*, borboleta, e *hu*, água. Pompeu Sobrinho oferece a seguinte interpretação: *banda*, o que volteia, *buí*, muito, com excesso, e *ú*, água, rio, donde rio que tem muitas voltas. (*Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 214.) Para Teodoro Sampaio pode ser corr. de *paná-puyú*, ou *paná-poyú*, o brejo ou pantanal das borboletas.

Seguem-se as linhas antológicas de Eduardo Girão, insertas no livro *Ao Léu dos Dias*, 2.ª ed., pág. 54, que é o desfolhar lírico de sua saudade ao rio de sua infância:

"Banabuiú — torrente das linfas do céu, no propício e dadivoso inverno;

Banabuiú, rumoroso e barrento das primeiras cheias, em cujo dorso flutuam e se vão balouçando ao léu das águas os balseiros enxurrados;

Banabuiú das enchentes transbordantes que os carões anunciam das frondes marginais, repisando a mesma toada dolente, no encanto das noites;

Banabuiú bucólico, de branda correnteza, em cujo murmurinho se misturam balidos de ovelhas e mugidos de bois;

Banabuiú de águas remansadas, em que o dia espelha a alegria da claridade e as luzes da noite diluem a tristeza das sombras;

Banabuiú de aguadas criadoras, viveiros fervilhantes de peixes excelentes, alguns da côr nacarada das auroras, e recobertos outros de um primor de escamas, argentinas como os límpidos luares;

Banabuiú de coroas humosas, com os mofumbais sempre floridos e as grandes árvores sempre enfolhadas, avaras de sol e pródigas de sombras;

Banabuiú de ribeiras populosas, onde há ricos e pobres, mas onde tôda a gente é humilde e fraterna, nivelada pelo convívio fácil e o labor comum do pastoreio e das lavouras;

Banabuiú, sertanejo e cearense, dos rebanhos mansos e dos pastôres vigilantes, nunca desatentos ou rendidos à alternativa da abundância e da miséria;

Banabuiú das alvoradas alegres, com mil pássaros a cantar, e dos poentes tristes, com êles em revoadas, retornando emudecidos ao regaço maternal das moitas perfumosas;

Banabuiú de várzeas planas — berço argiloso da carnaubeira esbelta, de alta copa, aberta em leques simétricos e verdes-liras suspensas a tanger na sinfonia eólica dos ares;

Banabuiú dos inesperados remoinhos, irrompidos ao encontro dos ventos pelas várzeas, súbito embate de invisíveis gigantes — loucos iracundos que se acometem e enfurecidos pelejam, revolvendo pó e areia, fôlhas e ramos, e indômitos se contorcem e se enovelam e voluteiam, zoando e estrugindo, em ruidosas e turvas espirais, sopradas contra os céus;

Banabuiú de alvas areias, aqui e ali entrecortadas de searas fecundas, abundantes de frutos e sementes, regalo de homens e pássaros;

Banabuiú, velho deus pagão, alongado entre alas sacerdotais de jaramataias e ingàzeiras, de oiticicas e umarizeiras, a receber do turíbulo dos ramos o perfume das flôres e o incenso das resinas;

Banabuiú, deus magnífico, protetor das plantas e dos animais, bendito pelas estrêlas, nas alturas, e a quem, na imponente nave da terra, os ventos entoam exaltações, vibrando, festivos e farfalhantes, nos bastos carnaubais;

Banabuiú — sulco descoberto e prateado das águas que secam, nas férvidas canículas dos estios calcinantes;

Banabuiú — rio e potestade, as tuas águas e as tuas areias, as tuas enchentes e os teus balseiros, as tuas auroras e os teus pássaros, as tuas auras e os teus remoinhos, as tuas árvores e as tuas searas, os teus poços e os teus peixes, os teus rebanhos e o teu povo, tudo te louva e exalta, tudo te bendiz e glorifica, porque és, realmente, magnífico, divino e criador como a Natureza;

Banabuiú da minha terra, rio da minha infância, nunca te esqueci, e não te esquecerei nunca; dentro de mim, porém, estás e continuarás sempre a correr e a marulhar, perenemente cheio das lágrimas inexauríveis da minha saudade."

BANABUIÚ. — Aç. (do), no r. Banabuiú, sôbre o boq. da Passagem, 6 km abaixo da foz do Quixeramobim, no mun. de Quixadá.

Iniciado em 1957, teve as suas obras suspensas por mais de uma vez. O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco o inaugurou a 22-4-1966. Deram-lhe, então, o nome de Arrojado Lisboa, homenagem a Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, engenheiro competente e probo, a quem o Nordeste deve relevantes serviços, como organizador inicial e dirigente por mais de uma vez da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas.

Desconhece-se o custo total da obra.

Localizado a 56 km da cid. de Quixadá, o aç. de Arrojado Lisboa, popularmente conhecido por aç. do Banabuiú, beneficiará uma região de baixa pluviosidade, porém de grande potencial agrícola, proporcionando-lhe irrigação e culturas de vazantes, criação de peixes, melhoramento da pecuária, energia hidrelétrica e defesa contra as inundações.

Tem as seguintes características principais:

Barragem:

— Tipo zoneada
— Altura máxima: 58 m
— Largura máxima na base: 310 m
— Extensão do coroamento: 812 m
— Largura do coroamento: 12 m
— Volume da barragem: 4.600.000 m³

Barragem auxiliar:

— Extensão total: 141 m
— Volume da barragem: 70.000 m³
— Cota: 147,70 m
— Cota da fundação: 126 m
— Sangria máxima: 21,70 m

Sangradouro:

— Largura total: 102 m, com 5 pilares
— Comprimento: 164 m
— Cota da soleira: 134,50 m
— Descarga máxima: 5.200 m³/s
— Lâmina máxima: 11,50 m
— Revanche: 5 m
— Volume de escavação em rocha: 400.000 m³
— Volume de concretos: 35.000 m³

Reprêsa:

— Volume acumulável à altura da cota máxima normal de operação: 1.700.000.000 m³
— Área inundada: 126 km²

BANABUIÚ. — V. LARANJEIRAS DO NORTE.

BANANAS. — Sa. (das), é a mesma do Arraial, nos limites de Arneiroz com Tauá. Tira o nome do ôlho-d'água das Bananas, que flui do lado de Arneiroz.

BANANAL. — Rch. (do), sôbre a sa. da Uruburetama, é um dos formadores do Angelim, tributário do Mundaú.

BANANAL. — Lugarejo no mun. de Pacoti, a cêrca de 5 km da sede municipal.

BANANEIRAS. — Rch. (das), nasce no sopé da sa. de Santa Rita, corre perpendicular ao Banabuiú, no qual deságua depois de 15 km de curso, pela m. esq., no sít. Boa Vista, mun. de Mombaça.

BANANEIRAS. — Ôlho d'água (das), nos arredores da cid. de Viçosa do Ceará.

BANANEIRAS. — V. GUANACÉS.

BANANEIRAS. — Pov., mun. de Baturité, à m. dir. do Aracoiaba, com 150 habitações.

BANANEIRAS — Pov., com 30 habitações. Já foi dist., extinto pelo Dec-lei n.º 448, de 20-12-1938, sendo o seu território anexado ao dist.-sede do mun. de Caririaçu.

BANANEIRAS. — Lug., no mun. de Bela Cruz, com escola primária.

BANANEIRAS. — Prop. r., no mun. de Reriutaba, com aç. de 2 milhões de metros cúbicos, sôbre o r. S. José, perto da sede municipal.

BANDEIRA. — Dist. do mun. de Itatira, criado pela Lei n.º 7.180, de 16-3-1964 (D.O., de 30-3-64), com sede no pov. do mesmo nome, então elevado à categoria de vila, que fica no maciço da sa. da Mariana, com 14 habitações.

BANGÜÊ. — Pov. praieiro no mun. de Acaraú. Os seus pescadores pertencem à Colônia Z 4.

BANGÜÊ. — Aç. (do), circunda a cid. de Assaré pelos lados oeste, sul e norte. Construído em 1844 às expensas da padroeira. Tem cêrca de 3 milhões de metros cúbicos. Atualmente açude de Nossa Senhora.

BANHO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do alto Acaraú.

BAQUAÍ. — Índios de língua travada. O mesmo que Baiacu. A variante consta da carta-patente de nomeação de João Tavares de Almeida, passada a 6-5-1679, para capitão-mor do Ceará.

BARACUTIARA. — Faz., à m. do Coreaú, mun. de Uruoca.

Corr. de *ybirá-coatiara*, a madeira riscada, lavrada.

BARÃO DE AQUIRÁS (Ex-RANCHARIA). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Campos Sales.

Foi criado pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, com sede no núcleo de Rancharia, que tomou a denominação atual em homenagem a Gonçalo Batista Vieira, barão de Aquirás, político de grande merecimento pertencente às hostes do Partido Conservador, do qual foi chefe nesta Província.

A v. tem apenas 24 habitações e carece de qualquer importância.

O dist. contava em 1960 com 5 escolas primárias, freqüentadas por 102 alunos.

Nota — Pela Lei n.º 6.398, de 3-7-1963, passou a integrar o mun. de S. Domingos do Norte, que não foi instalado e cuja criação tornou-se nula pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965.

BARBADA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do r. Palhano, no mun. de Morada Nova. Na sua foz incidem os limites dêste mun. com o de Russas.

BARBADA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do rch. do Livramento ou do Pedro Gomes. Na sua foz passa a divisória dos mun. de Morada Nova e Frade.

BARBADAS. — Sa. (das), ou das Caçadas, à m. dir. do curso superior do rch. do Alegre, da bacia do Pirangi, mun. de Quixadá, com ocorrências de grafito, cuja exploração foi tentada, pela primeira vez, pelo francês Victor Saillard.

BARBADAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do Cangati, trib. do Choró, mun. de Quixadá. Duas léguas acima da sua foz inicia-se uma ocorrência de minério de ferro, de mais de 2 léguas quadradas, estendendo-se riacho acima até a serra do mesmo nome. Foi o naturalista João da Silva Feijó quem primeiro a estudou, no princípio do século passado.

BARBALHA. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Cariri, ao S do Estado.

Limites. — A O, com o mun. do Crato; ao N, com os de Juàzeiro do Norte e Missão Velha; a L, ainda com o de Missão Velha; ao S, com o de Jardim e Estado de Pernambuco.

Superfície. — 537 km².

Formação vertical. — Envolve o mun. pelo S e O a sa. do Araripe. Vencidas as ramificações serranas, o restante do território mostra-se de topografia pouco acentuada, predominando colinas alongadas e baixas, a intercalar os *brejos* que dão feição característica à paisagem caririense.

Hidrografia. — As águas meteóricas absorvidas pelo chapadão do Araripe borbotoam em fontes vivazes a meia encosta da serra, ao contato das camadas calcárias. Em Barbalha, contam-se 28 nascenças. Duas delas, Caldas e Santo Antônio, formam o Salamanca, que drena os riachos e brejos para o Salgado do qual é um dos formadores.

A fonte do Caldas é muito conhecida pelas suas águas termais, antitóxicas, e como ponto de veraneio nos meses de julho a dezembro.

Vegetação. — Ao redor das fontes perenes encontram-se vestígios de matas higrófilo-megatérmicas que outrora revestiam extensa faixa das encostas da serra. Outras matas, há pouco mais de dois séculos, tornavam intransitáveis, pelo vigor dos troncos e entrelaçados dos cipós, as terras marginais ao Salamanca e seus afluentes. Êsses cursos d'água corriam volumosos, ligados a igapós e brejais. As derrubadas inconsideradas dessas matas, total na planície e quase total nas quebradas, desencadearam a erosão, diminuíram o fluxo das fontes, acarretaram o ressecamento do solo, criando condições favoráveis ao desenvolvimento de formações xerófilas. A catinga, então confinada ao pé da montanha e tabuleiros limitantes dos brejos, subiu serra acima e abeirou-se dos alagadiços, constrangidos pelos enxurros carregados de areia.

Clima e salubridade. — O período chuvoso vai de janeiro a junho. Entre os meses de setembro e dezembro, principalmente depois de outubro, há pequenas precipitações, as chamadas *chuvas do piqui*. O mun. sente pouco os efeitos das sêcas.

É o maior foco de tracoma do Cariri e talvez do Brasil.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Através da rêde rodoviária estadual liga-se às cid. vizinhas e à Transnordestina. Mais de 80 km de estradas carroçáveis asseguram as comunicações internas. O ramal de Juàzeiro do Norte — Barbalha, medindo 15,370 km, integrou o mun. na viação férrea nordestina, a partir de 14-6-1950, quando foi inaugurada a estação de Barbalha. Possui agência postal-telegráfica de 4.ª classe. No que se refere aos transportes aéreos, ficam-lhe próximos os campos de Juàzeiro do Norte e Crato.

Lavoura. — A lavoura predominante é a da cana-de-açúcar. Produz para mais de 100.000 toneladas, o que lhe dá a primazia no Estado e destaque especial entre os municípios ra-

padureiros das ilhas úmidas dos sertões nordestinos. A de gêneros alimentícios, na safra de 1963/64, foi de 8.000.000 de kg de mandioca, 380.000 kg de milho, 320.000 kg de arroz em casca, 260.000 kg de feijão. Na fruticultura, ocupa o primeiro lugar a banana, com 13.000 cachos, seguida do abacaxi e da laranja. A produção de algodão em caroço anda perto de 530 toneladas.

Na década de 20, as variedades de cana cultivadas no Cariri — *Rosa, Caiana, Pitu, Manteiga, Cavangire, Cabocla* e outras — foram infestadas pelo "mosaico". A produção baixou a 40 toneladas por hectare, que rendiam 50 rapaduras de 800 g cada uma, por tonelada. Era a falência da lavoura tradicional da região. A crise foi enfrentada pelo Ministério da Agricultura com o Campo de Sementes de Cana-de-Açúcar do Cariri, criado pelo Dec. n.º 22.973, de 20-7-1933, instalado em Barbalha, sob os cuidados técnicos do conhecido agrônomo José Aristóbulo de Castro Filgueiras. A partir de então, as velhas variedades foram substituídas pelas variedades javanesas e outras canas híbridas, além de mais produtivas, resistentes ou tolerantes ao "mosaico". A produção se elevou para 110 toneladas, rendendo a tonelada 158 rapaduras. Cumprida a sua missão no setor canavieiro, agora com a função de pesquisa e de produção de sementes selecionadas em geral, o estabelecimento recebeu o nome de Campo de Sementes de Barbalha, depois mudado para Campo Experimental de Barbalha e, finalmente, pelo Dec.-lei n.º 6.155, de 30-12-1943, passou a denominar-se Su-bestação Experimental de Barbalha.

"O barbalhense é genuinamente agricultor. Com êsse espírito quando emigra para outras terras, cuida logo de desenvolver sua vocação. Nos sertões circunvizinhos compra fazendas mas logo lhes infunde uma expressão dos sítios daqui. Para isso faz açudes, cerca os pequenos riachos devassados pela criação e inicia sementeiras de frutas, de cana. Arranja uma fábrica rudimentar, constituída à moda antiga, engenho de pau, com almanjarras e cambão, e, pouco tempo depois, faz sua pequena moagem. Abastece as feiras das pequenas cidades que, por serem de criadores e caçadores, não conheciam frutas, nem gostavam de hortaliças. Assim se deu por exemplo em Parnamirim (antiga

Leopoldina), município do alto sertão pernambucano, na Central daquele Estado. Mais de meia-dúzia de barbalhenses se fixaram ali e impuseram na face antiga das velhas fazendas um semblante das terras caririenses. Fizeram reservatórios d'água que mantinham o frescor das terras abaixo das barragens destas "fontes" preparadas pelas suas mãos e reservaram áreas de terras para fruteiras, verduras e cana-de-açúcar. Aos poucos mudaram os engenhos de fôrça animal para motriz e levaram para ali uma miniatura da expressão agrária barbalhense." (Antônio Marchet Callou, *Barbalha*, ITAYTERA, ano V (1959), n.º V. Crato, 130-131.)

Pecuária. — O Departamento Estadual de Estatística estimava para 1959 o rebanho em 11.300 bovinos, 3.500 asininos, 3.200 muares, 3.100 eqüinos, 3.500 ovinos, 7.500 caprinos, 24.000 suínos e 35.000 aves domésticas. A produção de leite em 325.600 litros.

Estas cifras talvez não correspondam à realidade criatória de Barbalha, onde a atividade pecuária quase que se resume à produção de leite. É verdade que os donos de engenho aliam o boi à exploração da cana, mas na grande maioria têm as fazendas de criar nos municípios lindeiros do sertão pernambucano.

Produção de carne. — Em 1960, abateu para o consumo 674 bovinos, 1.519 suínos, 1.168 ovinos, 1.455 caprinos.

Extrativismo. — No mundo mineral restringe-se à exploração da cal, argila e gêsso. Êste exporta-se para Fortaleza, São Paulo e outras praças do País. Das matas extraem-se madeiras para diversos fins, bastante carvão vegetal, além do piqui, alimento precioso para os pobres em certa época do ano e produtor de excelente óleo medicinal.

Indústrias de transformação. — Os engenhos, dos quais 67 motorizados, produzem perto de 10 milhões de rapaduras e 500.000 litros de aguardente. O número de aviamentos sobe a mais de 120, sendo 25 dotados de fôrça motriz, com uma produção superior a 24.000 sacas de 60 kg de farinha de mandioca. Há 1 estabelecimento dedicado à extração de calcário, 3 ao fabrico de tijolos e telhas e 1 ao beneficiamento das amêndoas de babaçu.

Coube ao comerciante Antônio Manuel Sampaio a primazia de instalar a primeira fábrica a vapor em Barbalha, na

penúltima década do século passado, para descaroçamento do algodão. A energia de Paulo Afonso, inaugurada em 1962, abriu ao mun. novos horizontes industriais. Assim, nasceu a Cerâmica do Cariri S.A., já em funcionamento experimental. Em projeto acha-se a Indústria Barbalhense de Cimento Portland.

Comércio. — Rapadureiro por excelência. Talvez o único com essa característica no Brasil. Bem feitas, padronizadas, dotadas de doce especial, as rapaduras atraem compradores de outros Estados, no período do fabrico, que ocorre de maio a dezembro.

A feira comum ocorre aos sábados. Barbalha já liderou o comércio do Cariri, posição que veio a perder para Crato e Juàzeiro depois do saqueio a que foi submetida em 1914, pelos *romeiros* sediciosos do padre Cícero Romão Batista. A sede do mun. possui 60 estabelecimentos varejistas, 8 atacadistas e 2 cooperativas.

Finanças públicas. — No qüinqüênio 1956/60 a arrecadação foi a seguinte:

RECEITA ARRECADADA

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	669.626,50	2.153.544,00	1.711.739,30
1957	828.978,30	2.528.470,10	2.275.421,50
1958	698.533,60	2.911.770,70	2.424.585,60
1959	1.106.132,80	3.700.874,10	2.560.573,00
1960	1.250.894,50	4.362.266,90	3.809.703,70

POPULAÇÃO

Segundo o censo de 1960, é de 23.575 hab., 7.098 na área urbana e 16.477 na rural, ocupando 4.265 domicílios.

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
BARBALHA	19.108	6.967	12.141	3.423
Arajara	4.467	131	4.336	842

ASPECTOS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS

A Lei n.º 1.142, de 7-12-1864, criou a primeira escola de Barbalha. Era para meninas. Por Ato de 27-4-1892 surgiu a segunda escola, para ambos os sexos. Em 1960 havia 29 unidades primárias, com matrícula efetiva de 1.375 alunos. Destas, 11 eram estaduais, 13 municipais e 5 particulares. Estadual é o Grupo Escolar Martiniano de Alencar. Ministram o primeiro ciclo secundário o Ginásio S. Antônio, a cargo dos Padres Salvatorianos, e o Ginásio N. S. de Fátima, para môças, tendo anexo um Curso Normal, dirigido pelas Madres Beneditinas.

Barbalha possui um Gabinete de Leitura, fundado a 14-5-1889, cujo primeiro presidente foi o professor Guilherme Brígido dos Santos. O Gabinete mantém uma biblioteca de 3.000 volumes e um juvenato, dedicado ao ensino primário. Outra sociedade de relêvo é o Centro de Melhoramento de Barbalha, instalado em 15-8-1944, com o fim de promover o engrandecimento moral, cultural e material do município. Existe uma biblioteca da Prefeitura, com 2.500 volumes.

Para o combate ao tracoma, o Govêrno Federal mantém o Pôsto de Tracoma e o Pôsto Móvel. A assistência médica dispõe ainda de um Pôsto de Puericultura da L.B.A. e da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. No campo social existe a Sociedade S. Vicente de Paulo, fundada a 1.º-4-1883; o Círculo Operário S. José, criado em 1932, por Henrique Lopes, e a Associação das Senhoras de Caridade. Em 28-3-1869 deu-se a inauguração da Casa de Caridade, devida ao zêlo apostólico do padre dr. José Antônio Maria Ibiapina. Gastou-se no prédio perto de oito contos de réis, obtidos do público. Funcionou por vários anos.

ASPECTOS URBANOS

A cid. de Barbalha fica sôbre uma colina de 415,738 m de alt., dominando largo trecho do vale do Salamanca, num cenário de lapinha. Dista 403 km, em linha reta, de Fortaleza.

Suas coordenadas geográficas calculadas são as seguintes: 4º 21' de lat. S e 38º 50' de long. W. Gr.

Nucleou-se em tôrno da capela mandada construir por Francisco Magalhães Barreto e Sá, no sítio da Barbalha, pelos idos de 1785. O arraial compunha-se de casebres de palha, habitados por caboclos e cabras, vivendo ao acaso. Os proprietários moravam nos sítios, ao pé dos canaviais e currais.

Um século depois tinha 100 casas de tijolo e 200 de palha. Já era vila, cabeça de município, possuía 72 engenhos de cana, 11 fazendas de gado, um batalhão da Guarda Nacional e 19 eleitores.

Descendentes dos povoadores tomaram conta do comércio e fizeram de Barbalha o maior empório do Cariri, no fim do século passado e começos dêste. Lutas políticas que epilogaram com a invasão da cidade, em 27-1-1914, por 3.000 jagunços, que tudo roubaram, são os marcos de sua agonia comercial. Saradas as feridas das competições partidárias e da pilhagem brutal de que foi vítima, numa longa convalescença, não pôde mais recuperar a posição perdida. Circunstâncias diversas fizeram com que outras cidades lhe tomassem o passo, principalmente a marginalização a que se viu submetida durante quatro decênios das rotas comerciais do Cariri.

Conta 37 ruas e praças, das quais 20 pavimentadas. Tem 1.340 prédios, sendo 1.210 residenciais. Iluminada a luz elétrica. O serviço de abastecimento d'água atende a 6 chafarizes públicos e cêrca de 100 prédios.

A pop. é de 7.000 habitantes.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Formação administrativa. — O pov. de Barbalha passou a dist. policial por Ato de 18-3-1842. O mun., desmembrado do de Crato, bem como a v. foram criados pela Lei n.º 374, de 17-8-1846. Cid. pela Lei n.º 1.740, de 30-8-1876. Administrativamente se compõe do dist.-sede e do de Arajara.

Formação judiciária. — O têrmo, criado conjuntamente com a v., antes de esta alcançar os foros de cid., foi elevado a

com. pela Lei n.º 1.492, de 16-12-1872. Teve como primeiro juiz de direito o bacharel José Gonçalves de Moura. A com. viu-se supressa pela Lei n.º 1.814, de 22-1-1878, e houve a sua restauração pela de n.º 2.002, de 28-8-1882. Ao ser proclamada a República, foi novamente extinta, pelo Dec. n.º 196, de 5-6-1891, porém restaurada pela Lei n.º 422, de 29-9-1897, compreendendo os têrmos de Barbalha e Missão Velha. Quase 20 anos depois, pela Lei n.º 1.355, de 30-8-1916, foi outra vez supressa, passando o têrmo a depender da com. do Crato. Restaurada pouco depois, pela Lei n.º 1.755, de 1.º-9-1920, com os têrmos de Barbalha e S. Pedro do Cariri. Ainda outra vez extinta e anexado o têrmo à do Crato, pelo Dec. n.º 206, de 6-6-1931. Posteriormente, pelo Dec. n.º 690, de 3-4-1940, passou o têrmo a pertencer à com. de Juàzeiro. Tornou-se com. de primeira entrância em virtude do art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de 1947, regulado pela Lei n.º 213, de 9-6-1948.

Formação religiosa. — A Lei n.º 130, de 30-8-1838 criou a freg. do Senhor Santo Antônio de Barbalha, desmembrada da de Missão Velha. Seu primeiro vigário foi o padre Pedro José de Castro e Silva, colado por Carta de 3-2-1841. A freg. foi instituída canônicamente em 1840.

Serviu de semente à religião a capela de S. Antônio, erigida às expensas do rico proprietário Francisco Magalhães Barreto e Sá, sagrada pelo padre André da Silva Brandão, vigário de Missão Velha, a 23-12-1790. O construtor assegurou ao templo um patrimônio de meia-légua de terras. A capela serviu de matriz por meio-século e em seu local construiu-se a atual igreja de Santo Antônio, iniciada em 1893 e inaugurada a 2-2-1921. Na cid. há também a igreja do Rosário. A paróquia controla 11 associações religiosas.

TOPONÍMIA

No princípio do século 18, às margens do Salamanca, havia um sít. chamado da Barbalha, do nome da primeira moradora. Pertencia ao coronel João Mendes Lobato, que deu em dote à

sua filha casada com Inácio de Figueiredo Adorno. Foi vendido em 1735 a Francisco Magalhães Barreto e Sá que, por sua vez, doou-o à capela de Santo Antônio, por êle erigida nesse lugar. Do sít. o nome passou ao pov. crescido ao pé da capela. (Antônio Bezerra, *Algumas Origens do Ceará*, Fortaleza, 1918, 122.)

FILHOS ILUSTRES (*)

Francisco Silvano de Sousa, Pe. Sacerdote de grande mérito, foi vigário-geral da diocese de Pelotas (RS) e recusou, por motivo de saúde, a mitra episcopal de mais de uma diocese. Dedica-se também ao magistério.

José Coelho de Figueiredo Rocha, Pe. (1881-1941). Exerceu por longos anos o paroquiato em Iguatu, deixando traços inapagáveis de seu zêlo e capacidade. Por suas virtudes e trabalhos, mereceu da Santa Sé o título de Monsenhor.

José Martiniano de Alencar (1794-1860). Uma das figuras mais notáveis da história política e administrativa do Ceará. Foi deputado às Constituintes portuguêsa e brasileira (1824), presidente da Província em dois períodos, chefe do Partido Liberal e terminou seus dias como senador do Império.

Joaquim Pinto Madeira, Cel. Como militar e patriota pôs tôdas as suas energias a serviço das instituições realistas. Neste sentido, salientou-se nas revoluções de 1817 e 1824, e em 1834 sublevou o sul da Província com propósito de restaurar no Brasil o reinado de D. Pedro I. Vencido, foi fuzilado em 1834.

José Martins D'Alvarez (1903). Escritor e poeta dos mais festejados de sua geração. Reside no Rio de Janeiro, onde é professor universitário e um dos baluartes do Centro Cearense, do qual já foi presidente.

Joaquim Francisco de Paula. Engenheiro de minas, notabilizou-se no exercício de sua profissão. Foi autor do projeto de um canal ligando o rio São Francisco à bacia do Jaguaribe.

Leão Sampaio. Médico de nomeada e de merecido conceito em tôda a zona do sul do Estado. Foi deputado às Constituintes de 1934 e 1946 e desde êsse tempo representa o Ceará na Câmara dos Deputados.

Mendo de Sá Barreto Sampaio (1839-1886). Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Foi promotor público na capital pernambucana e deputado provincial no Ceará.

Martinho de Luna Alencar (1867). Jurisconsulto ilustre, foi professor catedrático da Faculdade de Direito do Amazonas, onde viveu, e desempenhou naquele Estado as funções de Chefe de Polícia e Procurador-Geral.

Oceano Carleial (1901). Médico ilustre, de grande conceito e influência na cidade alagoana de Penedo, onde reside. Dedica-se também ao magistério secundário e exerceu o cargo eletivo de deputado estadual.

Pio de Sá Barreto Sampaio. Desfruta, como médico e homem público, de grande prestígio em sua cidade natal, que o elegeu deputado à Assembléia Estadual.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

BARBALHA

O que lembra Barbalha é aquela graça
Ingênua de cidade pequenina,
Onde se sabe o que se passa,
E se vê um amigo em cada esquina.

É aquêle luar puríssimo, sem jaça,
Que banha a Igreja e cobre de neblina
Lactescente o capim da velha praça,
Que do clarão da lua se ilumina.

É aquela dor sutil que me acompanha,
Há longos anos, pela terra estranha,
Tão cheia de alegrias e saudades.

É aquêle encanto que o passado encerra
E que transforma a minha pobre terra
Na mais rica de tôdas as cidades.

HERMES CARLEIAL (Sousa Neto).

BARBALHO. — Ste. (do), no mun. de Quixeramobim.

BARBANTE. — Aç. part. const. em coop. com a IFOCS, no mun. de Maranguape. Capacidade de 268.564 m³. Profundidade máxima de 10,84 m. Prêmio de 26:205$424.

BARBATÃO. — Rch. (do), nasce no ste. do Saco e deflui à m. dir. do Quixeramobim, no mun. de Boa Viagem.

BARBOSA. — Rch. (do), mun. de Tamboril, afl. da m. dir. do alto Acaraú, vem da sa. das Matas.

BARBOSA. — "No riacho do Meio, no lugar Barbosa, cêrca de vinte e oito quilômetros ao S de Lavras, há um local que ali julgam próprio à construção de um açude de capacidade média. A sua principal vantagem seria representada pela área de vazantes, na bacia hidráulica, pela irrigação das terras à jusante e pela pesca que êle poderia fornecer. O riacho não tem volume d'água capaz de justificar a construção de um grande açude; mas abaixo do lugar, há muita terra irrigável, que poderia ser servida por uma galeria de descarga. O vale do riacho é notàvelmente chato e oferece boas terras para vazantes, algumas já cultivadas, nos bons invernos; mas a pequenez da bacia de escoamento e a ausência de um leito bem definido, através da várzea, mostram que a descarga do riacho é reduzida.

"Há dois sítios para barragens de terra no riacho; um, em lugar em que o vale tem cêrca de duzentos metros de largura, com as margens bem íngremes e um sangradouro natural, à altura de cêrca de dez metros; outro, que fica cêrca de meio-quilômetro abaixo e no qual a largura da várzea se limita a uns cem metros, não oferecendo sangradouro natural.

"Aquêle local, provàvelmente, não permitirá a construção de uma barragem de mais de oito ou nove metros de altura; o segundo sítio é, talvez, o melhor dos dois, porque a barragem terá menor extensão." (Geraldo A. Waring, *Suprimento*

R-140284G2
PERGAMUM
BC/CE/UFC

d'Água no Nordeste do Brasil, 2.ª edição, Imprensa Inglêsa, Rio de Janeiro, 1923, 21-22.)

Tomás Pompeu Sobrinho (*História das Sêcas (Século XX)*, Fortaleza, 1953, 253 e 254) oferece o seguinte informe: "Os estudos do local dêste açude, no Município de Lavras, foram feitos pelo engenheiro José Gomes Parente, e o projeto, organizado em 1913, experimentou modificações importantes em 1916, após a revisão dos estudos que se tornou necessária para a exatidão dos trabalhos. Êstes últimos custaram 2:806$000. Trata-se de um projeto de açude recomendável pela sua capacidade e importante função a desempenhar na zona que deve beneficiar. Não logrou porém a atenção da Inspetoria."

BARGADO. — Sa. (do), mun. de Independência, nas proximidades da divisória com Tamboril.

BARGADO. — La. (do), mun. de Independência.

BARRA. — Ste. (da), no mun. de Canindé. Liga-se a outros em pequena cordilheira ao S e O da comuna.

BARRA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Canindé, no mun. dêste nome.

BARRA. — Aç. (da), sôbre o Guaiúba, na sa. da Aratanha, mun. de Pacatuba. Em 1921, por solicitação do presidente Justiniano de Serpa, foi estudado e projetado pela IFOCS, como um dos possíveis mananciais contribuidores do serviço d'água de Fortaleza. Êsse estudo foi, mais tarde, revisto pelo engenheiro Lohengrin Chaves (*Boletim da Inspetoria de Sêcas*, v. 10, n.º 1, julho a setembro de 1938, 27), que chegou às seguintes conclusões:

Capacidade do açude	5.420.000 m³
Altura da barragem	43,50 m
Capac. de abast. diário	3.000 m³
Capac. de resist. à sêca	2 anos

Situação referida à adutora do Acarape:

3.000 m distante do km 36.

Ainda continua em projeto.

BARRA — Sít., no mun. de Pedra Branca, com ocorrência de cromita.

BARRA. — Pov., com 26 habitações, mun. de Pacajus.

BARRA. — Pov., com 75 habitações, na junção do Carrapateira com o Trici e Favela, para formarem o Jaguaribe, a 6 km da cid. de Tauá.

BARRA. — Pov. com 30 habitações no dist.-sede, mun. de Viçosa do Ceará.

BARRA. — Dist. pertencente ao mun. de Aiuaba, criado pela Lei n.º 3.338, de 15-9-1956 (D.O., de 25-7-57), com sede no loc. do mesmo nome, então elevada à cat. de vila.

BARRA. — V. SITIÁ.

BARRACAS. — Sa. (das), no mun. de Aurora.

BARRA DA CAPONGA. — V. CAPONGA.

BARRA DA FORQUILHA. — Rch. (da), nasce no sopé das sa. Nova, do Maia e Santo Antônio, recebendo, de início, o nome de Pompeu, depois o de São Tiago e, finalmente, o de Barra da Forquilha. Tem 20 km de curso e deságua à m. dir. do Cacodé, 200 m abaixo do sít. Travessão, mun. de Mombaça.

BARRA DA PALHA. — Lugarejo, na sa. de Baturité.

BARRA DO ACARACU. — Nome que sucedeu ao de Oficinas na denominação do pov. que viria ser a v. do Acaracu, posteriormente cid. do Acaraú.

BARRA DO CEARÁ. — Subúrbio de Fortaleza, a 10 km a noroeste do centro da cid., na foz do r. Ceará.

É o sítio histórico de mais relêvo no alvorecer do nosso povoamento. Aí, em 1604, de volta da frustrada expedição ao Maranhão, Pero Coelho de Sousa levantou um fortim de taipa a que deu o nome de São Tiago, abandonado no ano seguinte. Em 1608, junto à barra do Ceará, o padre Luís Figueira funda a aldeia de São Lourenço, reunindo pequenas malocas dispersas pelas redondezas, em número de sete ou oito, à roda de uma cruz de cedro lavrada. Teve igualmente a sorte do primeiro estabelecimento. Viveu poucos dias. Vem, por fim, Soares Moreno, que neste mesmo local levanta o forte de São Sebastião, em 1612, largado definitivamente a partir de 1644.

Por duas vêzes serviu de sede ao primeiro município criado no Ceará. Instalado em Fortaleza no ano de 1700, logo no seguinte foi transferido para a Barra do Ceará, onde permaneceu até 1706, quando retornou por pouco tempo a Fortaleza, pois nesse mesmo ano se transferiu novamente para a Barra, donde voltou para Fortaleza em 1708. O lugarejo, por isso, passou a ser chamado de Vila Velha.

BARRA DO CATU. — Pov., com 150 habitações, mun. de Aquirás.

BARRA DO FIGUEIREDO. — Dist. e v. de igual nome, que pertenceu ao mun. e com. de Limoeiro do Norte. Foi criado pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951. Extinto e integrado o seu território nos mun. de Alto Santo e São João do Jaguaribe.

BARRA DO GARROTE. — Pov., com 40 habitações, mun. de Itapipoca.

BARRA DO JARDIM. — Antigo nome da atual cid. do Jardim, elevada a v. a 3-1-1816, com o nome de Santo Antônio do Jardim.

BARRA DO JUCÁ. — Lug. à m. dir. do Jaguaribe, cêrca de 6 km abaixo da cid. de Arneiroz, onde o cel. Francisco Alves Feitosa, no princípio do século 18, fundou a sua primeira fazenda e construiu capela de taipa. Com a edificação da igreja de Arneiroz, por um dos seus netos, a fazenda passou a chamar-se Igreja Velha.

BARRA DO MACACO. — Nome da v. de Macaraú, antiga Entre-Rios, quando povoação.

BARRA DO SITIÁ. — V. SITIÁ.

BARRA DO SUÇUANHA. — V. SUÇUANHA.

BARRA DO SOTERO. — Dist. pertencente ao mun. de Guaraciaba do Norte, criado pela Lei n.º 6.520, de 5-9-1963 (D.O., de 23-9-63), com sede no pov. de igual nome, então elevado à cat. de vila.

O núcleo urbano fica à m. do Inhuçu e conta 648 hab., 2 esc. primárias, 5 mercearias e capela em construção, dedicada a S. José.

Vive da agricultura, notadamente da lavoura de feijão.

BARRA DO TRUÇU. — Pov., com 22 habitações, mun. de Iguatu.

BARRA DO VALENTIM. — Lugarejo, na barra do rch. do Valentim com o r. Banabuiú, mun. de Quixeramobim.

BARRA GRANDE. — Ancoradouro em frente à v. de Icapuí. É o único na costa aracatiense capaz de abrigar embarcações de regular calado. Os outros não passam de portos de jangadas e pequenos barcos de pesca.

BARRA NOVA. — Praia (da), próxima à v. de Jacarecoara e à foz do Choró, mun. de Cascavel.

BARRA NOVA. — Lug. onde deságua o rch. do Juá, a 9 milhas a noroeste da Capital, mun. de Caucaia, no Atlântico.

BARRA NOVA. — V. JACARECOARA.

BARRA NOVA. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Tauá. Criado pelo Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933.

A pop. é de 2.185 hab., sendo que 2.078 se encontram no quadro rural, dedicados à lavoura e ao criatório. O número de domicílios é de 368 em todo o distrito.

A v. fica na m. dir. do Carrapateira e conta apenas 107 habitantes.

Nota — Pela Lei n.º 6.484, de 28-8-1963, foi desmembrado de Tauá, para compor o nôvo mun. de Carrapateiras, que não logrou ser instalado e posteriormente teve a sua criação anulada pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965.

BARRA VELHA. — Praia (da), fica no mun. de Cascavel, um pouco além da de Barra Nova.

BARREIRA (Ex-BARREIRA VERMELHA). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Redenção.

A pop. é de 8.815 hab., 359 no quadro urbano e o restante no rural, com 1.165 domicílios.

A v. mostra-se ativa, com mais de 40 habitações, cercada de boas terras agrícolas, principalmente para cana e mandioca. Tem capela dedicada a São Pedro, construída pelo padre Luís de Carvalho Rocha, quando êsse local era quase desabitado. O pequeno templo atraiu diversos moradores e em pouco Barreira Vermelha transformava-se em um dos núcleos mais prósperos do município de Redenção.

Havia, em 1960, 9 esc. primárias, freqüentadas por 313 alunos.

Os moradores ainda não adotaram a simplificação do nome primitivo, feita através da Lei n.º 448, de 20-12-1938.

Nota — Passou a integrar o mun. de Acarape, criado pela Lei n.º 6.432, de 16-7-1963, que não logrou viabilidade, pois o diploma legal em aprêço foi anulado pelo de n.º 8.339, de 14-12-1965.

BARREIRA. — Pov. praieiro, mun. de Aracati, com mais de 140 moradias e cêrca de 700 habitantes. A pop. entrega-se à pesca e ao plantio de cereais, cana e algodão. Possui uma colônia de pescadores bem organizada.

BARREIRA VERMELHA. — V. BARREIRA.

BARREIRAS. — Êsse topônimo figura no mapa atribuído a Pero Coelho e vem logo em seguida ao r. Siupé.

BARREIRAS. — No mun. de Camocim. É uma "extensa planície que, como uma fortaleza, se ergue a prumo ao lado do mar, em cujos flancos se quebram as ondas com grande arruído. Sua côr de um vermelho vivo lhe dá aspecto sombrio, principalmente vista de longe". (Antônio Bezerra, *Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, 2.ª ed., 1915, Lisboa, 37.) Foram assinaladas por Gabriel Soares no último quartel do século 16, em *Tratado Descritivo do Brasil em* 1587.

BARREIRAS. — Subúrbio da cid. de Camocim, da foz do rio para os lados do farol.

BARREIRAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do Palmeiras, mun. de Missão Velha.

BARREIRAS. — Dist. pertencente ao mun. de Iguatu, criado pela Lei n.º 7.025, de 27-12-63 (D.O., de 31-12-63), com sede no pov. de igual nome, elevado à cat. de v. na mesma oportunidade.

BARREIRAS DO JAGUARIBE. — Pov., no mun. de Itaiçaba, à m. dir. do Jaguaribe, nos limites com Jaguaruana. Possui esc. municipal em prédio próprio, capela dedicada a São João, aguada pública e barragem de pedra e cal sôbre o cór. João Gonçalo.

BARREIRAS REDONDAS. — Barrancas de barro vermelho que se estendem pela linha costeira, desde um pouco adian-

te da pt. dos Cajuais até a pt. Grossa, com alt. de 77 a 100 m, mun. de Aracati.

BARREIROS. — Pov., com 49 casas, mun. de Várzea Alegre.

BARREIROS. — Dist. pertencente ao mun. de Monsenhor Tabosa, criado pela Lei n.º 7.017, de 27-12-1963 (D.O., de 31-12-63), com sede na localidade de igual nome, então elevado à cat. de vila.

BARRENTO. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Itapipoca.

Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou a denominar-se Cruxati, porém retornou à velha denominação pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951.

A pop. é de 2.601 hab., 146 urbanos e 2.455 rurais, distribuídos em 439 domicílios.

Havia, em 1960, 9 esc. primárias, com matrícula efetiva de 397 alunos.

A v. situa-se à m. dir. do Mundaú, de cujo curso dista 1 km. Possui perto de 60 habitações. Carece de importância.

BARRIGA. — Sa. (da), a 24 km de Sobral, entre as bacias do Acaraú e Aracatiaçu, com grande depressão na parte mediana e uma gruta na face norte. Já foi tida por vulcânica. (Renato Braga, *História da Comissão Científica de Exploração*, Fortaleza, 1962, 309.)

BARRIGA. — Sa. (da), no mun. de Cariús, com lavouras ao tempo das chuvas.

BARRIGA. — Rch., afl. da m. esq. do rch. dos Porcos, trib. do Jaguaribe, mun. de Iguatu.

BARRIGAS. — R., mun. de Boa Viagem, afl. da m. esq. do Quixeramobim, do qual é um dos principais contribu-

intes, com uma bacia de 110 km². Nasce na sa. do Machado, drena o sul dessa sa. e deságua perto de Domingos da Costa. Seus principais trib. são os rch. dos Cachorros e Teotônio.

BARRIGUDA. — Sa. (da), mun. de Saboeiro.

BARRIGUDA. — Rch. (da), com 36 km de curso, afl. da m. esq. do Conceição, vem das quebradas do Araripe e desemboca no lug. Poço da Roça, em Quixariú.

BARRIGUDA. — Rch. (da), nasce no dist. de Araripe, nas ramificações da sa. dêste nome, corre na direção NE, banha o pov. de Alagoinha, onde é captado pelo aç. João Luís, e deságua à m. dir. do Bastiões, recebendo no seu curso vários trib., entre os quais um bastante volumoso — o rch. do Coqueiro.

BARRIGUDA. — Rch. (da), nasce no alto da sa. da Ibiapaba, deságua à m. dir. do Diamante. O seu curso serve de divisa aos mun. de Ipueiras e Nova Russas.

BARRIGUDA. — V. CÃES.

BARRINHA. — V. PARAJURU.

BARRINHA. — Pov. praieiro do mun. de Camocim. Os seus pescadores são filiados à Colônia Z 2.

BARRINHA. — Praia do mun. de Acaraú, com pescadores filiados à Colônia Z 4.

BARRINHA. — Rch. (da), vem de uns baixios próximos à est. f. de Floresta e derrama-se à m. dir. do lagamar do r. Ceará, mun. de Fortaleza.

BARRINHA. — Aç. part., no mun. de Ipu, const. em coop. com a IFOCS e concluído em 1933. Capacidade: ..... 726.160 m³. Barragem de terra. Prêmio de 96:757$336.

BARRO. — Rch. (do), no mun. de seu nome, trib. do rch. dos Cavalos, formado da junção do Cuncas e Gangorra. Foi examinado por Jerônimo de Paz em 1752, à cata de ouro. (RIC, 35 (1921), 234.)

BARRO. — V. QUINCORÓ.

BARRO. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Cariri.

Limites. — A O, com o mun. de Milagres; ao N, com o de Aurora; a L, com o Estado da Paraíba; ao S, com os mun. de Mauriti e Milagres. (Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, D.O., de 1.º-3-1952, 12.)

Superfície. — 570 km².

Fisiografia. — Para os lados da Paraíba e dos mun. de Mauriti e Milagres corre uma cinta de serras baixas. A mais importante é a de Ouricuri. No interior, lombadas argilosas, por vêzes pedregosas, limitam vales mais ou menos frescos. Os riachos, em sua maioria, se encaminham para o dos Cavalos e êste se despeja no das Antas, que atravessa o N do mun., de nascente a poente, com feição de rio, rumo ao Salgado. Depois da abertura da BR-13 se acentuou a degradação do revestimento florístico, já então destruído nos vales, mas um tanto poupado nas encostas. Terras férteis, principalmente as dos *baixios*, enriquecidas de aluviões carreadas pelos riachos.

Clima e salubridade. — As chuvas nos anos regulares caem de fevereiro a junho. Estima-se a queda pluviométrica em 800 mm anuais. A temperatura máxima observada foi de 34º e 25º a mínima. Estado sanitário bom.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — Corta o mun. a Transnordestina (BR-13), numa extensão de 31 km. Há 68 km de estr. municipais. Uma agência postal-telefônica completa o seu sistema de comunicações.

Lavoura. — As duas culturas predominantes são as do algodão e cana-de-açúcar. Em seguida vêm o feijão, o arroz, o milho e a mandioca. A produção de algodão em caroço beira 120.000 arrôbas; a de feijão é de 14.000 sacas de 60 quilogramas.

Pecuária. — Em 1959 o mun. de Barro possuía o seguinte rebanho: 11.375 bovinos, 2.186 eqüinos, 1.156 asininos, 738 muares, 7.996 suínos, 7.005 ovinos, 7.843 caprinos e 35.200 aves domésticas. A produção de leite era avaliada em 170.625 litros.

Produção extrativa. — Sem relêvo na vida econômica local. Além da madeira para combustível e construção, colhe-se no setor vegetal um pouco de cêra de carnaúba e oiticica. Há pequena produção de mel, cêra e peles silvestres. No setor mineral, reduz-se ao aproveitamento da argila em tijolos, telhas e louça caseira.

Produção de carne. — O abate em 1960 foi de 267 bovinos, 392 suínos, 119 ovinos, 126 caprinos.

Indústria de transformação. — Não há fábricas. Encontram-se nas propriedades rurais engenhos e aviamentos para beneficiamento de cana e mandioca. A produção de rapadura, em 1959, foi de 1.300.000 kg, a de farinha 5.000 s/60 kg e a de aguardente ultrapassou a 50.000 litros.

Comércio. — Pequeno. Faz-se através das praças cearenses de Crato e Juàzeiro do Norte e das paraibanas de Cajàzeiras e Campina Grande. A primeira feira comercial realizada em Barro deu-se a 20-1-1929, com a presença do padre Antônio Gomes de Araújo, que a abençoou.

Finanças públicas. — A arrecadação no qüinqüênio de 1960/64 foi a que se segue:

Anos	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1960	1.906.799	1.656.317
1961	13.018.551	2.281.594

1962	12.200.871	3.691.729
1963	54.998.518	6.979.742
1964	12.178.095	16.402.369

Nota — Não possui Coletoria Federal.

População

Pelo censo de 1960 o mun. tinha uma pop. de 13.289 hab., assim distribuída:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
BARRO	6.740	1.230	5.510	1.188
Cuncas	3.322	167	3.155	583
Iara	3.227	554	2.673	554
	13.289	1.951	11.338	2.325

Aspectos Culturais e Assistenciais

Em 1960, existiam 2 esc. primárias do Estado e 12 municipais, com matrícula efetiva de 400 alunos. A assistência social bruxuleava aos cuidados da Conferência de S. Vicente de Paulo. A cid. dispunha de um dentista e de um farmacêutico prático.

Aspectos Urbanos

A cid. fica à margem do Cumbe, que se reúne ao rch. do Barro a 1 km do centro urbano. Dista de Fortaleza 379 km, em linha reta, e a sua alt. é de 362 metros. Tem as seguintes coordenadas geográficas calculadas: 7º 10' de lat. S e 38º 47' de long. W. Gr.

Com pouco mais de 1.200 hab., sem prédios públicos e particulares recomendáveis, reduzida área pavimentada, a sua modesta fisionomia não apresenta o viço de um núcleo em pleno crescimento. É iluminada a luz elétrica.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Compõe-se dos dist. de Barro (sede), Cuncas, Iara e S. Antônio.

Formação judiciária. — Com. de 1.ª entrância pela Lei n.º 3.508, de 20-12-1956. Anteriormente têrmo subordinado à com. de Milagres.

Formação religiosa. — Freg. criada por Provisão de 19-3-1962, de dom Vicente de Araújo Matos, bispo de Crato, que designou para vigário o padre Tibúrcio Alves Grangeiro. O padroeiro é Santo Antônio, onomástico da capelinha mandada erigir por Ana de Sousa, em 1880, que lhe deu como patrimônio as terras onde hoje se localiza a praça da igreja.

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE BARRO

"A área territorial do Município de Barro, cuja fronteira oriental confina com o Estado da Paraíba, era outrora parte integrante da conhecida Data do Cumbe, concedida em 1786 ao Capitão Nicolau da Silva Jesus, casado com d. Angélica Ferreira da Silva.

Mais tarde, em 1832, surge naquelas paragens o Coronel Joaquim Jorge Papinha, de quem se sabe apenas ter sido "homem de vastos cabedais, com casarão de fazenda cercada de moradores que laboravam a terra, e agregados que cuidavam do gado". (*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, IBGE — XVI vol., 87.)

Pelos fins do século XIX, quando se verificou o fracionamento daquela sesmaria, alguns membros das famílias André e Nogueira, segundo a tradição oral, estabeleceram-se no sítio que tomara o nome de Barro, denominação resultante da própria natureza do solo.

Depois dêsses colonos, lá aportou Januário José de Sousa, procedente da antiga vila de Pombal, Província da Paraíba, premido pelos efeitos da sêca de 1877. Januário, que foi, na realidade, o primeiro proprietário daquele sítio, instalou um engenho de moer cana e erigiu pequena capela, sob a invocação de Santo Antônio de Lisboa, no mesmo local onde hoje se ergue o templo da cidade.

A nova igreja foi inaugurada em 1911, data em que foi sagrada pelo Padre Manuel Duarte de Queiroz, então Vigário de Milagres.

A última missa na capela primitiva foi celebrada pelo Padre Luís Furtado Maranhão, ilustre filho de Mauriti, que, naquela oportunidade, anunciou, do púlpito, a sua demolição, para dar lugar a um templo mais amplo, conservando, porém, o mesmo padroeiro.

Encravado numa região infestada de bandoleiros, Barro foi palmilhado por numerosos grupos de malfeitores, incorporando-se, finalmente, à história do cangaceirismo do Ceará, com o advento do caudilho José Inácio de Sousa, afastado sucessor de Januário, vindo de Cuncas.

Na verdade, antes mesmo de sua formação urbana, Barro transformou-se num perigoso foco de banditismo, sob cujos trabucos se apoiava o prestígio político de José Inácio, aliado do Coronel Domingos Leite Furtado, rico e influente chefe de Milagres.

Em fins de 1908, por ocasião da singular demarcação da área de Coxá, que se supunha rica em minério de cobre, Barro constituiu a base de operações contra o Município de Aurora. A partir daí até meados de 1922, a história do Barro é a própria história do Major José Inácio de Sousa, cuja fama se inicia com aquêle episódio.

Tudo começou quando o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, advogado do Pe. Cícero Romão Batista, aproximou-se do Coxá, acompanhado de numerosa comitiva. Ao chegar em Boa Esperança, atual Iara, Floro retrocedeu para o Barro, em virtude de um ataque das autoridades de Aurora aos moradores do Sítio Taveira, limite daquele Município com o de Milagres. Ali viviam os Santos, que pertenciam ao rebanho eleitoral de Domingos Furtado, os quais, bafejados pelo poderoso chefe de Milagres, tentavam constantemente apossar-se de terrenos de fazendeiros de Aurora, praticando espancamentos e arrombamentos de açudes, conforme declarações de Gustavo Barroso à "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro. E como se tudo isso não bastasse, abateu-se sôbre os proprietários molestados a ameaça de esbulho com a iminente demarcação das terras do Coxá. Daí o ataque aos moradores de Taveira, comandado pelo próprio delegado de Aurora, Francisco Róseo Torquato, tudo de acôrdo com o chefe local Antônio Leite Teixeira Neto, que, por seu turno, conseguira do Presidente Acióli a vinda dos destacamentos de Iguatu e Lavras da Mangabeira, somando 64 praças ao comando do Alferes Florêncio. Foi quando surgiu em cena José Inácio à frente de 50 homens armados, sob cuja proteção Floro realizou a demarcação da discutida propriedade do Padre Cícero. Em seguida, Antônio Joaquim de Santana e Domingos Furtado irromperam na contenda, para rebater os marcos do Coxá. Com efeito, vindos de Missão Velha e Milagres, 600 cangaceiros concentraram-se no Barro, depois do que foi enviado um telegrama ao Presidente Acióli, pedindo a retirada da fôrça estacionada em Aurora. Assinavam o despacho Domingos Furtado, Antônio Santana e José Inácio.

A tropa foi evacuada na manhã de 23 de dezembro de 1908. Logo depois, às 4 horas da tarde, José Inácio atacou a vila, que capitularia após seis horas de cerrado fogo.

Aurora, que era uma das vilas mais florescentes do Ceará, foi então saqueada, incendiada e aviltada, pois até estupros foram cometidos pela

horda de celerados. Mas o terror não se restringiu à vila; estendeu-se à zona rural, onde foram pilhadas e varridas por incêndios nada menos de 25 fazendas, em cujo número se incluíam tôdas as propriedades do chefe local Antônio Leite Teixeira Neto.

Com a fuga dêste para o Crato, assumiu a Intendência Municipal o Cel. Cândido Ribeiro Campos, vulgo Cândido do Pavão, pessoa da confiança de Domingos Furtado. A começar daí, como acentua Matos Ibiapina, Aurora passou a viver sob um regime imoral, entregue exclusivamente à sanha, à fereza, à bestialidade, à hediondez de uma multidão de criminosos, sem que houvesse qualquer providência contra tal estado de anarquia. Uma voz, porém, levantou-se em favor da desventurada vila. Pegando da pena, D. Joaquim José Vieira determinou aos vigários do Cariri e alhures que, em sermões, declinassem solenemente os nomes de todos os chefes políticos envolvidos no triste episódio, para expô-los à execração pública. Os párocos, entretanto, receosos de incorrerem nas iras dos régulos sertanejos, não cumpriram a ordem do venerando Bispo. Mas nos meados de 1909, em proveitosa visita pastoral ao sul do Estado, D. Manuel Antônio de Oliveira Lopes, Bispo Coadjutor, passava em Aurora. E ali "exortou os bandidos a que abandonassem o infeliz lugarejo, o que conseguiu com admirável habilidade". (Cfr. "O Ceará", 30-1-1920.)

Ainda em 1909, com o recrudescimento da questão judicial em tôrno do Coxá, o Barro voltou a agitar-se, chegando a concentrar cêrca de 700 homens para uma expedição contra o Crato, visando à deposição do Cel. Antônio Luís Alves Pequeno, que se havia solidarizado com os contendores do Padre Cícero. Tratava-se duma cartada decisiva, porquanto, deposto Antônio Luís, todo o apoio oficial seria dado aos vencedores, a exemplo do que vinha ocorrendo no Cariri desde o ano de 1901, quando Antônio Santana varrera do poder, em Missão Velha, o Cel. Antônio Róseo Jamacuru. Informado, porém, dos preparativos da marcha sôbre o Crato e, bem assim, do provável retôrno do Cel. Belém de Figueiredo, Antônio Luís mobilizou aproximadamente 1 000 homens para rechaçar o ataque. Diante disso, José Inácio e seus aliados desistiram da operação. Em Missão Velha, para onde avançara o exército de mercenários, foi dada a ordem de dispersar a cabroeira, momento em que, por iniciativa do Dr. Gomes de Matos, houve um rateio entre os chefes da intentona, para uma gratificação de dez mil réis a cada cangaceiro.

Por ocasião da sedição do Juàzeiro, em dezembro de 1913, do Barro partiu numeroso grupo de homens armados, enviados por José Inácio e Domingos Furtado, com o fim de se unirem às fôrças rabelistas concentradas no Crato. Entretanto, após ocupar Missão Velha, o bando voltou ao ponto de partida.

Com a morte de Domingos Furtado, José Inácio tornou-se o chefe absoluto e temido de Milagres, tendo, por outro lado, voltado à área de influência do Padre Cícero e Floro Bartolomeu.

Estamos em 1919. O Barro de José Inácio é autêntico viveiro de bandidos, pois ali, além dos mercenários do famoso caudilho, acoitava-se, fugindo à perseguição policial, o grupo de Luís Padre e Sinhô Pereira, seus parentes afins, então em luta de extermínio contra os Carvalhos, nos sertões de Pernambuco. Mas êsse grupo não vinha ao Barro apenas para descansar, mas também para cometer crimes ao sabor de José Inácio, como o assalto ao Sítio Nazaré, de D. Praxedes Furtado de Lacerda, viúva de Domingos Furtado, a 20 de janeiro de 1919, e o saque da "Nascença", sítio de propriedade do Cel. Basílio Gomes da Silva, de Brejo Santo, a 20 de janeiro de 1920. Ao mesmo tempo, procedentes da Paraíba, surgiam naquela região fronteiriça ora o bando de Cícero Costa, ora o de Ulisses Liberato.

Êste o clima reinante no Cariri, quando o Dr. Justiniano de Serpa assumiu o Govêrno do Estado (12-7-1920). Logo, porém, mediante medidas paralelas adotadas pelos Governos dos Estados vizinhos, o Presidente Serpa conseguiu restabelecer a tranqüilidade, afastando os bandos dos vários distritos de Milagres, onde permaneceu sediada uma companhia da Polícia. Entretanto, mais uma vez as medidas contra o banditismo foram em vão, porque periféricas. A José Inácio, por exemplo, nada acontecera. Ao contrário, continuou firme no pôsto de chefe político situacionista, de tal modo a se falar na sua candidatura à Assembléia Estadual. Enquanto isso, agravava-se a inimizade entre José Inácio e Manuel Chicote, Prefeito de Milagres, nascida do último pleito eleitoral. Quando essa questão estava a pique de um choque pelas armas, o Presidente do Estado concentrou uma fôrça de 400 praças naquela cidade, não só para preservá-la de um suposto ataque vindo do Barro, mas também para perseguir o grupo de Sinhô Pereira.

Em maio de 1922, Sinhô deixava o cangaço, passando o comando do grupo a Lampião, e partia para Goiás, onde já se achava o seu primo Luís Padre.

Entrementes, de ordem do Presidente Serpa, a fôrça estacionada em Milagres sitiava o Barro e prendia José Inácio para interrogatório e entrega de armas. Mas o caudilho desaparecia misteriosamente das mãos da Polícia. De resto, no ano seguinte, a viúva de Domingos Furtado recebia uma carta de Aldo Borges de Araújo, informando haver assassinado José Inácio em São José do Duro, no Estado de Goiás. (Cfr. "A Tribuna", 2-5-1923, Fortaleza.)

Passada aquela época de agitação e desordens, o antigo sítio inaugurou uma nova era de paz e prosperidade.

A começar de 1928, teve início a formação urbana, que se desenvolveu ao redor da capela. Dez anos depois, o povoado passou a constituir um nôvo distrito de Milagres, de acôrdo com o Dec. n.º 378, de 20-10-1938. Com o advento da Lei n.º 1.114, de 22-11-1951, Barro tornou-se Município, com território de Milagres e Aurora. A instalação, porém, só se realizou no dia 25-3-1955, data em que tomaram posse o seu primeiro Prefeito, Justino Alves Feitosa, e a Câmara Municipal, constituída dos vereadores Geraldo Luís Gonzaga, Gregório Alves Feitosa, Firmino Tavares Martins, João Bernardo de Figueiredo, João Fernandes Pereira, José Bandeira de Almeida e Sílvio Esmeraldo, todos eleitos no pleito eleitoral de 3-10-1954."

Otacílio Anselmo,
do Instituto Cultural do Cariri.

BARRO ALTO. — La. (do), dist. de Quixoá, mun. de Iguatu, com 9 km de perímetro, permanente e piscosa.

BARRO PRÊTO. — Loc. praieira do mun. de Aquirás, com pequeno núcleo de pescadores da Colônia Z 24.

BARRO BRANCO. — Ste. (do), a L do maciço da Uruburetama, do qual é contraforte, entre o Caxitoré e o rch. da Mandioca.

BARRO VERMELHO. — Ste. (do), no mun. de Sobral, no divisor das águas que correm para o curso inferior do Pajé e dos contribuintes do aç. Forquilha.

BARRO VERMELHO. — Lug. no mun. de Lavras da Mangabeira, onde o r. Salgado apresenta uma série de caldeirões.

BARRO VERMELHO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Banabuiú, no mun. de Quixadá, nas proximidades da divisória com Quixeramobim.

BARRO VERMELHO. — Alto (do), hoje integrado no quadro urbano da cid. do Crato, mas em 1834 estava fora de portas, quando serviu de cenário, a 28 de novembro, ao fuzilamento do ex-coronel de milícias Joaquim Pinto Madeira, herói matuto de grande prestígio popular no Cariri.

"Julgado por seus próprios inimigos no tribunal do júri em sessão do dia 26 do mesmo mês (novembro), foi condenado à morte e sendo confirmada a sentença pelo juiz de direito interino, o tenente-coronel da extinta 2.ª linha José Vitoriano Maciel, entrou no dia seguinte para o oratório.

Condenado a morrer na fôrca, conseguiu afinal que o fuzilassem. Deu-lhe o tiro de honra o soldado Gonçalo Rolão e serviram-lhe de assistentes da agonia os Rev. José Joaquim de Oliveira Bastos e José Félix dos Santos, secretário do Visitador Pe. Miguel Carlos da Silva Peixoto. Pereira da Silva escreveu que Pinto Madeira morreu na fôrca a 28 de setembro e João Brígido emendando-o diz que foi a 27. Até 1856, em verdade, conservou-se armada a fôrca que para êle tinha sido levantada no lugar Barro Vermelho, donde descortina-se o Crato; indo, porém, ali nesse ano o Dr. Chefe de Polícia Herculano Antônio Pereira da Cunha, por ocasião do assassinato do tenente-coronel Landim, mandou derrubá-la, sendo disso encarregado o capitão então alferes Tertuliano da Costa, que ali se achava destacado.

No *Correio Oficial* n.º 44 de 25 de fevereiro de 1835 vem um artigo acêrca dêsse assassinato jurídico, que tem sido objeto de discussões, e dado ensejo à publicação de vários trabalhos históricos entre os quais salientam-se os do Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca sob os títulos *Execução de Pinto Madeira Perante a História* e *Execuções Capitais*, aquêle publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e êste na Revista do Instituto do Ceará (1894)." (Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart), *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, 2v., 100.)

BARRO VERMELHO. — Faz. (do), à m. esq. do Banabuiú, "núcleo primitivo e propulsor das riquezas rurais da família Queirós, que com o decorrer dos séculos 18 e 19 se tornou uma das mais fortes, opulentas e ricas famílias do *hinterland* do Ceará". (Boanerges Facó, *Fatos do Ceará*, RIC, 69, 120.)

BARRO VERMELHO. — V. ANTÔNIO BEZERRA.

BARROCAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do Quixeramobim, nasce na extremidade SE da sa. do Olho-d'Água.

BARROCÃO. — Por Dec. de 9-9-1890 a v. dêste nome passou a denominar-se Tianguá.

BARROQUINHA (Ex-PAÇO IMPERIAL). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Camocim.

Criado por Ato de 7-6-1883. Ao ser proclamada a República esta localidade tinha o nome de Paço Imperial, modificado pelo Dec. n.º I, de 2-12-1889, do Govêrno Provisório então aclamado, sob a presidência do coronel Luís Antônio Ferraz, para Barroquinha.

A v. fica a 3 km da m. esq. do rch. dos Remédios, a 42 km ao N da cid. de Camocim, cortada de leste a oeste pela estr. de rod. de Camocim-Fortaleza.

A pop. do dist. é de 4.750 hab., encontrando-se 992 na zona urbana e 3.758 na rural, ocupando 765 domicílios.

Em 1960 existiam 8 esc. primárias com matrícula efetiva de 152 alunos.

Possui agência postal-telefônica de 4.ª classe, cadeia pequena mas de boa construção, capela dedicada a N. S. dos Navegantes e campo de pouso para pequenos aviões. É iluminada a luz elétrica.

Nota — Mun. criado pela Lei n.º 6.353, de 1.º-7-1963. Não foi instalado. A Lei n.º 8.339, de 14-2-1965, considerou nula a referida criação.

BARROQUINHA DO FIEL. — Arraial a 3 km ao N da v. de Barroquinha, mun. de Camocim.

BARROSO. — Pov., com 50 casas, à m. dir. do Pacoti, mun. de Aquirás.

BASTIANA. — La. (da), ao N da cid. de Iguatu, permanente, com 6 km de perímetro.

BASTIÃO. — V. BASTIÕES (verbete que se segue).

BASTIÕES. — Sa. (do), também conhecida por Bastião, do Sebastião ou de S. Sebastião. É uma ramificação da sa. do Pereiro, no mun. de Iracema. Muito agrícola, produz sobretudo milho, nas quebradas superiores, e algodão nas partes baixas.

Apresenta a particularidade de possuir um núcleo composto exclusivamente de prêtos, todos alfabetizados, que vivem da lavoura.

No auto do patrimônio da vila de São Bernardo de Russas, instalada em 1801, que lhe assinalou o ouvidor Manuel Leocádio Rademaker, esta serra figura com o nome de Bastiões. (RIC, 20 (1906), 244.)

"O nome de Bastiões ainda lhe é dado na Lei provincial n.º 17, de 2 de junho de 1835. O nome de S. Sebastião aparece na Memória Geográfica de Feijó (Revista citada, vol 3, pág. 5). A denominação de Bebastião acha-se usada num estudo do dr. Antônio Augusto de Vasconcelos sôbre o Município de Pereiro (Revista citada, vol. 2, pág. 237), numas posturas de Pereiro, aprovadas pela Lei provincial n.º 578, de 5-10-1852, arts. 15 e 17, e noutras posturas, também de Pereiro, aprovadas pela Lei provincial n.º 677, de 16-10-1854." (Clodoaldo Pinto, *Terras Públicas do Estado*, RIC, 50 (1936), 59.)

Nos mapas do Ceará da Inspetoria de Sêcas e de Tomás Pompeu Sobrinho consta com o nome de Bastião. Porém a denominação local, usada por todos, inclusive pelos moradores da própria serra, é a de Bastiões.

BASTIÕES. — Sa. (dos), nas vertentes do r. de seu nome, do Conceição e do Jaguaribe. Extensa, pouco elevada, um tanto estreita, porém muito boa para a lavoura. Percorre os mun. de Campos Sales, Assaré e Jucás.

BASTIÕES. — R., os seus formadores vêm das quebradas da sa. do Araripe, mun. de Campos Sales. Corre aproximadamente de sudoeste para nordeste, limitado ao ocidente pelas sa. das Vertentes e dos Bastiões e ao oriente pela de Quinqueleré e pelo pequeno maciço que se forma à roda de Assaré, de maneira que o seu vale, principalmente do lado ocidental, é bastante estreito. Os terrenos marginais são férteis e intensamente cultivados de cereais, legumes, algodão e sobretudo fumo. Banha os pov. de Defunto, Poço Redondo, Cachoeira, Rosário, Carrapateira e as v. de Tarrafas e S. Sebastião. Deflui à

m. esq. do Cariús, com o qual rivaliza em extensão e volume, depois de um curso de 130 quilômetros.

BASTIÕES. — Pov., com 50 habitações e esc. municipal, sôbre a sa. de seu nome, mun. de Iracema. Habitado exclusivamente por prêtos, dedicados à lavoura, com a particularidade de todos serem alfabetizados.

BASTIÕES. — Pov., com 60 habitações, mun. de Itapipoca.

BATALHA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do alto Jaguaribe, mun. de Aiuaba.

BATATAS. — Rch. (das), mun. de Arneiroz.

BATATEIRA. — Fonte na escarpa meridional da sa. do Araripe, entre os sít. Loanda e Preguiça, com a vazão de 350 l por segundo, que dá origem ao r. de seu nome.

"É considerado o vocábulo corrução da voz indígena *Itaytera*, nome pelo qual os tupis designavam o maior e mais belo manancial do Araripe, e que se decompõe do seguinte modo: *Ita* pedra, *Y* ou *Ig* água, *têra* por entre; isto é, água que corre, precipitando-se por entre as pedras. Não há notícias de batatas nas margens dessa corrente, para justificar o nome Batateira, que lhe puseram os primeiros colonos ("Chorog. do Ceará" — Pompeu; págs. 194 e 195 — nota 3). O que expõe o autor aludido é baseado em escrito do Dr. Marcos Macedo, a propósito." (Florival Seraine, *Contribuição à Toponímia Cearense*, RIC, 60 (1946), 275.)

BATATEIRA. — Pequeno r. perene, formado pela fonte do mesmo nome, no mun. de Crato, cuja bacia abrange cêrca de 3/4 da área total dessa comuna. Recebe pela dir. os rch. Matinha, Peru, Bode, Lopes e, pela esq., o São José, Lôbo, Granjeiro, que banha a cid. do Crato, e Água Fria. Reúne-se ao Carás para juntamente com o Salamanca formarem o r. Salgado. O seu vale é de grande uberdade e ricamente cultivado de canaviais.

BATATEIRA. — Pov., mun. de Crato.

BATIMBAU. — Prop. rural, mun. de Aracoiaba.

BATINGA. — Rch., afl. da m. esq. do Jaburu, nasce ao S da cid. de Ibiapina, onde foi barrado desde 1888.

Corr. de *ibá-tinga*, o pau branco.

BATOQUE. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Canindé, nasce na sa. do Limoeiro, recebe pela dir. o Preguiça, o Bonito, o Ôlho-d'Água, o Cercado e o Caiçara; pela esq., o Maracajá, o José Silva, o Bom Sucesso e o Cachoeira. Deságua no lug. Fava, mun. de Canindé.

D. Antônio de Almeida Lustosa (*Notas a Lápis*, 28) lembra que Batoque poderia ser alteração de Botoque.

BATOQUE. — Rch. (do), vem da sa. da Veada, banha pela dir. a cid. do mesmo nome, recebe pela esq. o rch. da Pelada e deságua à m. dir. do Acaraú, mun. de Santa Quitéria.

Nota — No MIN figura com o nome de Batoqueiro.

BATOQUE. — Rch. (do), vem das quebradas da sa. do Araripe, mun. de Barbalha. Forma com o rch. do Ouro grande e fértil vale.

BATOQUE. — Rch. (do), deságua no mar, servindo a sua foz de ancoradouro a jangadas e pequenos barcos, mun. de Aquirás.

BATOQUE (Ex-CAJAZEIRAS). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Encravado na Zona do Sertão Centro-Norte.

Limites. — Ao N, com os mun. de Tamboril e Nova Russas; a L, com o de Santa Quitéria; a O, com o de Ipu; ao S, com o de Reriutaba.

Superfície. — 964 km².

Fisiografia. — Terreno ondulado. Emergem pequenas serras para os lados de S. Quitéria e Tamboril. Pertence à bacia do Acaraú e tem como principais riachos o Salgado, o Feitosa, que coleta grande parte das águas comunais, o Forquilha, o Tubiba, o Batoque, que banha a cidade. A bacia hidráulica do aç. Araras atinge a parte setentrional do mun., subindo pelos rch. Feitosa, Batoque e Tubiba.

Solos argilo-pedregosos.

Clima e salubridade. — Quente e sêco. A temperatura chega a atingir 30°. Estado sanitário bom.

Aspectos Econômicos

É predominantemente agrícola. A safra de 1963/64 foi avaliada em 360.000 kg de milho, 75.000 kg de feijão, 80.000 kg de farinha, 35.000 kg de arroz em casca, 400.000 kg de algodão em caroço e 70.000 kg de mamona. Nos brejos dos açudes planta-se cana para rapadura e aguardente. O rebanho, em 1959, constava de 12.000 bovinos, 1.300 asininos, 1.100 muares, 1.200 eqüinos, 2.300 suínos, 4.800 ovinos, 3.700 caprinos. O abate, em 1960, atingiu a 368 bovinos, 349 suínos, 341 ovinos, 551 caprinos para o consumo público. Há grande produção de peixe nas águas fronteiras do Araras. Existe muita oiticica pelas margens dos riachos. A colheita de 1960 alcançou a cifra de 1.200.000 quilogramas. No setor da produção mineral, há uma lavra de ametista em permanente atividade. As pedras, pela sua tonalidade, não encontram rivais nas outras jazidas do Ceará. Em 1965, ao abrirem um poço profundo para serventia pública na cid. de Batoque, jorrou água termomineral quando alcançou a profundidade de 60 metros. O vulgo a considerou milagrosa. Curava eczemas, erisipelas, feridas rebeldes, amebíase e outras mazelas sertanejas. Multidões de doentes acorreram para beberem ou se banharem nessa linfa curativa. Houve dias em Batoque que se contaram mais de 800 caminhões repletos de

gente, até dos confins do Piauí. Nasceram de um dia para o outro ruas de palhoças para abrigarem os aquáticos. O comércio tomou impulso considerável. Apareceram deputados e futuros candidatos desejosos de colherem as primícias dessa mina eleitoral. A Prefeitura procurou estabelecer certa ordem e coibir a exploração desenfreada que se desenvolvia em tôrno do aproveitamento da água, construindo 8 banheiros providos de diversos chuveiros. Uns inovadores de mau gôsto quiseram até mudar o nome do mun. para Hidrolândia e apresentaram à Assembléia projeto nesse sentido, que felizmente não teve andamento. Pouco depois se verificou que a água do poço de Batoque não era a panacéia que se proclamava e conseqüentemente caiu-lhe a freqüência.

O mun. possui uma rêde interna de 232 km de estradas carroçáveis que se despejam nas comunas vizinhas. Durante a época invernosa a única estrada que dá acesso à cid. é a do aç. Araras. A agência dos Correios foi inaugurada a ..... 28-11-1928, tendo como agente o sr. Luís Ferreira de Aquino. O telefone data de 1950.

As suas transações comerciais efetuam-se com Santa Quitéria, Sobral e Fortaleza.

A Prefeitura rendeu Cr$ 2.247.985 e Cr$ 1.569.645, em 1959 e 1960, respectivamente. As arrecadações estadual e federal estão a cargo das coletorias de Sta. Quitéria.

População

Distribuía-se segundo o censo de 1960, do seguinte modo:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
BATOQUE	6.449	1.052	5.397	955
Irajá	6.044	577	5.467	897
	12.493	1.629	10.864	1.852

Aspectos Culturais e Assistenciais

Existiam, em 1960, 24 esc. primárias, 3 do Estado e as demais do município. A matrícula efetiva era de 688 alunos. A primeira cadeira pública apareceu em 1907, regida por d. Argentina Nogueira Façanha.

No setor assistencial há uma conferência de São Vicente de Paulo, fundada em 1930, pelo então vigário de Santa Quitéria, padre João Batista Pereira.

Aspectos Urbanos

A cid. fica à m. esq. do rch. de seu nome, a 325 km da Capital, por estrada de rodagem, via Santa Quitéria. Tem as seguintes coordenadas geográficas aproximadas: 4° 24' de lat. S. e 40° 22' de long. W. Gr. A pop. anda à roda de 1.000 habitantes. A partir de 14-2-1960 passou a ser iluminada à luz elétrica, durante 4 horas. Possui capela dedicada a N. S. da Conceição, grupo escolar municipal e, em construção, um grupo escolar do Estado.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Antigo dist. de Cajàzeiras, do mun. de Santa Quitéria, criado pela Lei n.° 2.005, de 6-9-1882. Por Ato de 23-9-1903 passou a integrar o mun. de Entre-Rios, criado pelo Dec. n.° 52, de 29-8-1890, que foi extinto pela Lei n.° 1.794, de 9-10-1920, voltando o dist. de Cajàzeiras a participar do primitivo quadro territorial. O Dec.-lei n.° 1.114, de 30-12-1943, deu-lhe a denominação de Batoque. Elevou-se à cat. de cid. com a criação do mun., pela Lei n.° 3.995, de 27-12-1957. Instalado a 7-6-1958. O primeiro prefeito, Pedro Correia Filho, empossou-se a 25-3-1959. Compreende os dist. de Batoque, Betânia, Conceição e Irajá.

Formação judiciária. — Depende da com. de Santa Quitéria.

Formação religiosa. — Batoque pertence à freg. de Sta. Quitéria, porém o dist de Irajá subordina-se à do Ipu. O orago

de Batoque é N. S. da Conceição e o de Irajá, S. Raimundo. A capela de Batoque dispõe de 300 braças de terra em quadro, doadas pelos irmãos Ferreira de Sousa (Luís, João e Antônio). Antônio Timbó doou o terreno do cemitério.

TOPONÍMIA

Chamou-se, quando povoado, Cajàzeiras dos Timbós, por agasalhar numerosos membros da família Timbó. Cajàzeiras simplesmente, ao ser elevada à vila. O nome atual prende-se ao rch. que corre no flanco esq. da cidade.

BATOQUES. — Rch. (dos), na ribeira dos Inhamuns, onde foi concedida sesmaria de 3 léguas a João Monteiro de Siqueira, em 24-11-1719, pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão. (D.S., v.12, n.º 149, 228.)

BATUQUE. — Sesmaria de Caetano Freire do Prado, das sobras de terra do Batuque, rch. do Figueiredo, concedida pelo capitão-mor Luís da Mota Feo Tôrres, em 10-1-1792. (D.S., v.8, n.º 649, 123, e Florival Seraine, *Contribuição à Toponímia Cearense*, RIC, 62 (1948), 280.)

BATURITÉ. — Sa. (de). "Com esta denominação, a 55 quilômetros a sudoeste da capital do Ceará, começa o maciço montanhoso, bastante alto, que se prolonga sensivelmente na mesma direção, cêrca de 60 quilômetros até o lugar *Marés*. Tem a largura média de 22 quilômetros e a máxima de 35, pelo que ocupa uma área aproximada de 1.300 quilômetros quadrados.

A montanha é constituída por enorme bloco de rochas xistosas (sobretudo gnaisse), em camadas dobradas, trabalhadas por violentas ações tectônicas, que lhe complicaram a estrutura, e abundantemente injetadas de rochas eruptivas. Parece

provável a existência em certos sítios de rochas paleozóicas da Série do Ceará.

O cimo da serra é bastante acidentado, mas tem amplas baixadas; abrem-se vales mais ou menos profundos, e escarpas altas de rochas nuas cortam ou interrompem socalcos; bossas graníticas e altos picos dão à paisagem aspecto vivo e recortam elegantemente o horizonte. O cume mais elevado atinge a altitude de 1.050 metros, mas a altitude média deve ser aproximadamente de 750 metros. Os cimos mais altos, os cabeços escalvados, as bossas mais importantes se empinam no bordo ocidental, cuja encosta é muito abrupta; a vertente voltada para leste e para o norte é muito menos íngreme, é de acesso relativamente fàcil.

Os rios e riachos descem das regiões mais altas, precipitando as suas águas em saltos, cachoeiras e corredeiras, ao tempo das chuvas, com violência, grande poder erosivo e enorme capacidade de transporte; regime francamente torrencial. Quase tôdas as águas se encaminham para leste e para o norte, captadas pelos dois sistemas drenantes — os rios Aracoiaba e Pacoti. No verão, êstes riachos, antigamente mais numerosos e caudalosos, quando não secam inteiramente, se reduzem a simples fios de água corrente.

Nas quebradas alcantiladas do ocidente não deslizam cursos d'água perenes; todos secam pouco tempo depois do período das chuvas.

No chão da serra, a topografia é nova no bordo de oeste, mas, em geral, é semimadura.

O solo resulta da decomposição das rochas xisto-cristalinas e eruptivas que afloram, mais ou menos abundantemente, por tôda a parte. Avermelhado, relativamente argiloso, mas frouxo, e em muitos lugares humoso, é fácil de trabalhar. Nas lombadas, o solo é eluvial, embora ainda espêsso, tende a adelgaçar-se com a derrubada das matas e irracional cultivo agrícola que facilita sobremodo o trabalho de erosão das águas pluviais. Em alguns lugares, o lombo das colinas já não se presta a nenhuma lavoura, porque o solo duro, escalvado e estéril não alimenta plantas de rendimento. Nas baixadas largas, nos sopés dos mor-

ros, em geral beneficiados com desnudação das partes altas, e em tôrno do maciço, principalmente a leste e ao norte, o solo coluvial se espessa e conserva razoável fertilidade.

Em volta da montanha, numa cinta de 400 a 500 metros de largura sôbre a encosta, a vegetação assemelha-se à das caatingas próximas; é xerófila, porém já revela maior variedade e mais robustez. Nesta zona, abundam as pequenas palmeiras catolés. Mais no alto, está uma faixa de transição mais expressiva entre a caatinga e a mata, na qual ora predominam os elementos característicos desta (grotas e vales abrigados), ora os elementos próprios daquela (lombadas e encostas mais expostas aos ventos secos). Na caatinga, aí, já não se acha o *pau-branco, a jurema-preta; o juàzeiro* rareia, mas o *pau-d'arco* abunda; surgem espécies do alto como os *piquiás*. Acima, está a zona das florestas driáticas, sempre virentes, com as suas espécies distintivas, *melastomáceas, aráceas, epífitas, fetos arborescentes, musáceas, zinziberáceas, begoniáceas*, etc. "É uma flora dríade essencialmente análoga, e em parte idêntica à das montanhas costeiras do Brasil (serra do Mar e sua continuação), nada semelhante nem à região baixa que circunda a serra, nem aos planaltos que existem entre o Ceará e o rio São Francisco." (Huber.)

Infelizmente, esta bela floresta está muito reduzida, quase completamente destruída pelas exigências agrícolas; por tôda parte foi substituída pelos cafèzais e canaviais virentes ou pelas pobres capoeiras que encimam as colinas ou as encostas desabrigadas. Todavia, ainda há amostras da mata primitiva, honesta e deliberadamente conservada em escassos sítios, senão fora do acesso econômico dos lavradores, isto é, nas grotas profundas, nos recantos onde o trabalho agrícola se torna difícil e perigoso. Mesmo, onde a mata foi destruída, grandes árvores de madeira inaproveitável restam, aqui e ali, testemunhando a pujança das velhas florestas.

Nos limitados trechos em que a mata foi poupada, as *maçarandubas* e os *jaracatiás* se alteiam imponentíssimos, ao lado dos *camusés*, das *carobeiras*, dos *piroás*, dos *bálsamos*, das *gargaúbas* (*embaúbas*), dos *jucás-da-serra*, etc. A vegetação infe-

rior, que pulula sob as grandes árvores, é luxuriante e variadíssima.

Nos morros elevados, a vegetação perde um pouco dêste caráter higrófilo; a mata torna-se mais baixa e mais pobre; aparecem algumas espécies típicas, *mircináceas*. Nos cumes ainda mais altos, expostos aos ventos, dominam arbustos rasteiros; as árvores são pequenas, baixas e esparramadas; abundam *bromeliáceas*, pequenas *compostas* e uma *lorantácea* de belas flôres vermelhas (Huber).

Nas faldas penhascosas do lado ocidental, a deficiência de umidade e a denudação do terreno modificam o aspecto da vegetação; os característicos das matas higrófilas reduzem-se e acabam desaparecendo ainda muito no alto da montanha. Todavia, devido à exposição, ao poente, à maior insolação, a flora parece mais variada do que na vertente oposta.

A uberdade das terras agrícolas e sobretudo a proteção contra as sêcas que o meio oferece explicam a grande densidade demográfica da serra. Como nos bordos orientais da Borborema há na serra de Baturité numerosas povoações que, entretanto, não chegam a adquirir a importância e desenvolvimento que aquelas têm alcançado sob o estímulo de agentes aqui faltosos." (Pompeu Sobrinho, *O Nordeste e as Suas Feições Geográficas Mais Características*, RIC, 52 (1938), 102.)

Sôbre a situação econômica dêste maciço recomendamos a leitura do ensaio de José Stênio Lopes — *Notas Sôbre a Decadência Econômica da Serra de Baturité*, publicado nos Anais do Instituto do Nordeste, I, 1949, Fortaleza, 47.

Corr. de *ibi*, terra, *tira*, alta, isto é, serra, *etê*, verdadeira por excelência — a montanha verdadeira, a serra por excelência.

BATURITÉ. — Tribo tapuia que habitava a sa. do mesmo nome e os sertões que lhe ficam ao sul.

BATURITÉ. — Mun. e cid. (*)

Área atual do município — 450 km².
Área em relação à do Estado — 0,03%.

Posição Geográfica: latitude-sul 4°,19',46"; longitude W. Gr. : 38°, 52'.

Altitude — 177 m sôbre o nível do mar.

População absoluta — 20.585 hab.

População da sede — 7.198 hab.

Categoria judiciária — comarca de 3.ª entrância, criada pela Lei 226, de 9 de janeiro de 1841, foi a oitava a surgir no Ceará.

Limites

O município se limita ao norte com Redenção; ao sul e a leste, com Aracoiaba; a leste, com Capistrano; e a oeste, com Pacoti, antigos distritos seus.

Núcleo Inicial

Baturité, històricamente, provém de uma antiga aldeia de índios. A povoação da aldeia, que depois se chamou "Vila de Monte-Mor-o-Nôvo da América", foi constituída, de início, por três tribos errantes — a dos Jenipapos, a dos Canindés e a dos Quixelôs — que, a pedido de Miguel da Silva Cardoso, o Governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, mandou aldear primeiro no Banabuiú — Barra do Sitiá — depois foram removidos para Limoeiro e ainda para perto de Quixadá (Itãs) e finalmente para a serra de Baturité, onde se fixaram.

Como êstes aldeamentos se faziam, sempre, sob a orientação e tutela de missionários católicos, podemos admitir, com muita probabilidade, que aí, em Monte-Mor-o-Nôvo, estiveram, também, aquêles mesmos Padres, que, pouco antes, aldeavam os índios Paiacus às margens do Jaguaribe.

Êste núcleo inicial, com outros elementos mamelucos, constituiu, em fins do século XVIII, a Missão de Nossa Senhora da Palma, até que a aldeia fôsse constituída em vila, por mandado d'el-Rei. O Sítio Comum, hoje Tijuca, perto da atual cidade, nos mostra ainda, nos restos de um antigo cemitério e numa viva tradição do povo, o local dêsse primitivo aldeamento.

A Cidade

No conjunto das cidades cearenses, Baturité ocupa, sem dúvida, situação privilegiada, por ser uma das mais conhecidas e tradicionais cidades do Ceará.

Situada a 80 km mais ou menos, em linha reta, a sudoeste de Fortaleza, capital do Estado, com a qual é ligada por duas rodovias, duas linhas telegráficas, e estrada de ferro, num percurso de 103 km, a cidade de Baturité é a principal das que repousam à borda da serra do mesmo nome. Localizada na vertente oriental da serra, Baturité é circundada e abraçada por dois ribeiros, o Aracoiaba, ao norte, e o Putiú, a sudoeste, rios que vão, mais adiante, desaguar, juntos, no Choró, que é o maior da região. A cidade, que fica no ponto mais alto (Monumento da Independência) a 177 m sôbre o nível do mar, assenta sôbre um "platô" natural, que parece feito para a conter. Corre de noroeste a sudoeste num comprimento de 2.400 m. sôbre 400 de largura.

Sua posição geográfica, segundo autores modernos, é de 4°,19',46" de latitude-sul e 38°,52',58" de longitude oriental do meridiano de Greenwich.

Suas ruas são alinhadas, paralelas, e algumas com jardins no centro. A cidade é tôda calçada de pedra, de um extremo a outro.

Suas condições geográficas não são ideais para o seu desenvolvimento, porque o "platô" em que assenta é limitado pelos dois rios que a cercam, dificultando uma maior expansão. É verdade que, com terraplenagem, até chegar aos rios há muito espaço devoluto, e habitável, embora isso implique um trabalho hercúleo no futuro. Os montes, que a circundam, dando-lhe sombra e beleza, ficam ainda bem distantes.

A temperatura média é, na cidade, °C das máximas, 37; das mínimas, 25; compensada, 30; precipitação anual, 981 milímetros, segundo uma publicação do IBGE.

Tal localização obedeceu, certamente, à salubridade do clima, à grande abundância de água, à extensão do planalto, muito bem assente, com uma saída rasa para a planura do

Choró. O local, não há dúvida, foi bem escolhido. Naquele tempo (1764), não se pensava muito num desenvolvimento tão rápido, que exigisse maior extensão de terra. É um local estratégico, se olharmos a face estética da escolha e também o seu aspecto higiênico de saneamento e salubridade.

Supondo que a cidade se desenvolverá um dia, ter-se-ia de fazer terraplenagem nos declives, que pendem, e talvez, mesmo, aquedutos, para passagem subterrânea das águas (rios) que aliás ficam distantes, encostados às montanhas. Hoje, porém, as cidades se desenvolvem mais para o alto, com arranha-céus, do que para os lados, quando é preciso aumentar, por exigências posteriores.

As condições locais topográficas não auxiliaram, ao que parece, o desenvolvimento da cidade. Mas, pelo fato de esta assentar junto à serra, que é um celeiro permanente de tudo, neste sentido se pode admitir que estas condições auxiliaram.

No que se refere às comunicações e transportes, inicialmente não foram as mesmas de hoje. Sendo que, hoje, estas estão muito mais facilitadas. A cidade é servida por trens diários, dois ônibus e mais de 30 caminhões e jipes.

No tocante à situação econômica, podemos dizer que quem reuniu aqui a primitiva aldeia escolheu o local como o mais apto e o mais fértil, capaz, portanto, de supeditar meios de subsistência aos habitantes. A base econômica foi sempre a lavoura e a criação, ou pecuária. Hoje é a cultura de cereais, frutas, mamona, café, sobretudo algodão-mocó, de longa fibra.

A localização dependeu, antigamente, de fundação da aldeia indígena de N. S. da Conceição. Escolha que, depois, foi ratificada pelo Ouvidor do Ceará, Vitorino Barbosa, que fundou a vila, em nome de el-Rei D. José I (14 de abril de 1764).

As Atas de demarcação da vila ainda existem no livro do tombo (Câmara Municipal). A primeira escola se fundou então, a 16 de maio. "Alistou o Ouvidor 37 meninos, em idade escolar, e os entregou ao escrivão da vila, Cosme Paes Maciel de Carvalho, para os instruir, e 36 meninas de pouca idade, que foram confiadas à índia Maria de Oliveira, para as ensinar a fazer rendas e coser, sendo que duas pequenas de 7 anos pode-

riam ir à escola dos meninos, pagando os respectivos pais aos professôres a contribuição marcada pelo Diretório." (*Histórico da Cidade*, pág. 168.)

O aspecto físico é, em geral, montanhoso, se excetuarmos os vales do Candéa e a bela planície do Choró. As possibilidades de fôrça hidráulica em quiluotes são máximas, devido às grandes quedas d'água da serra. Tôda a região poderá ser irrigada, à farta, no futuro, com a barragem do Labirinto.

A serra, a cujo sopé repousa a cidade, pertence ao sistema orográfico central do Estado. Media no município, ante do seu último desmembramento, perto de 100 quilômetros de extensão, abrangendo uma superfície de 700 km².

A cidade tem o aspecto de um anfiteatro, pois é circundada de montanhas, algumas de vasta vegetação, outras já meio devastadas pelas queimadas periódicas, que bem mereciam ação repressiva do Govêrno.

Baturité foi, antigamente (1759), uma aldeia de índios Canindés e Jenipapos. Não parece ter sido a famosa aldeia dos Paiacus, como muitos pensam. Esta é, antes, a que depois veio a se chamar Vila de Guarani, hoje, Pacajus. O título da padroeira, Nossa Senhora da Palma, é contemporâneo da vila, não, porém, anterior. A aldeia era de outra invocação.

A freguesia foi criada em 19 de junho de 1762 (embora existisse já, sôbre isso, um Alvará real de 1758), tendo como orago, ou padroeira, Nossa Senhora da Palma, ou da Assunção.

Seu primeiro pároco foi o pe. Antônio Peres de Cárdenas, que a recebeu dos Jesuítas em 1759, segundo Serafim Leite. (*História*, III, pág. 92.)

Em 1763, pela Secretaria dos Domínios Ultramarinos, foi expedido Aviso, autorizando Diogo Lôbo da Silva, Gov. de Pernambuco, a confiar ao Ouvidor do Ceará, Vitorino Soares Barbosa, o estabelecimento de novas vilas na Capitania cearense. Assim é que a 14 de abril de 1764 pôde o Ouvidor levantar o pelourinho, que ainda existe, e declarar ereta a vila com o nome de Monte-Mor-o-Nôvo da América, assinando-lhe, como padroeira, Nossa Senhora da Palma, e, como patrono civil, São João Nepomuceno, mártir do sigilo sacramental.

O nome de Monte-Mor-o-Nôvo, que lhe deu o Conselho Ultramarino, em 1764, vem de uma vila de igual nomeação, situada no Alentejo, Portugal.

Em 1858, pela Lei provincial n.º 344, de 9 de agôsto, passou à categoria de cidade com o nome de Baturité. Baturité, em linguagem indígena, segundo Pedro Catão e Teodoro Sampaio, significa "serra por excelência"... Em 1824, Manuel Felipe de Castelo Branco introduziu, na serra, a cultura do café, com mudas trazidas do Pará. Café que se tornou famoso com o tempo. A cana-de-açúcar começou a ser cultivada pouco antes de 1858.

Em 1856, o Presidente da Província do Ceará, Francisco Inácio M. Homem de Melo, escreve sôbre uma excursão que fêz à serra de Baturité:

"Foi hoje um dia todo de alegria e de suavíssimas impressões para o meu coração de brasileiro.

No Ceará está resolvido o problema de trabalho livre.

E todo êsse resultado se obteve sem abalo, espontâneamente, por fôrça das causas e pelos hábitos laboriosos da população.

Atravessei diversas fazendas, muitas delas importantes.

Não havia ali um escravo. Homens bravos, bem conformados, sadios, mostrando em seus movimentos a dignidade de um ente livre, apareciam-me, por tôda a parte, executando, com desembaraço e alegria, os diferentes trabalhos da lavoura.

Estas terras, roteadas com tanto cuidado, brotando de seu seio os tesouros da abastança, não recolheram uma lágrima, nem ainda o sangue do escravo as tornou para sempre estéreis." (Cfr. *Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará*, 1603-1903, pág. 297 ss.)

Baturité já teve, no passado, um alto padrão de vida social e mesmo econômica. O seu fôro foi sempre um fôro ilustre pelos juízes e promotores que o honraram.

Sua prosperidade antiga veio do fato de ser a via única de comunicação da serra com a Capital e o interior por muito tempo. Não havia outras estradas. O Município era enorme. Hoje, com os desmembramentos feitos por motivos políticos e interesseiros (verba federal), é um dos menores do Estado, não, porém, o menos importante. Chega a ser menor que alguns

dos seus antigos distritos. Desde 1882 possui estrada de ferro e desde 1908 correio e telégrafo. Atualmente dispõe de dois campos de experimentação agrícola, campo de aviação (interditado), escola de capatazes rurais, uma escola de artes industriais, dois escritórios da Ancar, cinco estabelecimentos bancários (três matrizes, duas agências), Banco do Brasil (agência), seis estabelecimentos industriais, cinqüenta e dois varejistas, seis atacadistas, dois hospitais, duas maternidades, um lactário, dois postos de assistência médica rural, quatro médicos em exercício (três na cidade).

Baturité possui várias praças muito belas e bem cuidadas com bustos de bronze de filhos ilustres. Sob êste aspecto é das mais cuidadas e risonhas cidades do Ceará.

A temperatura é boa, variando entre 18 e 32 graus; na zona serrana oscila entre 18 e 20°.

Tem na produção agropecuária a sua principal fonte de riqueza. A cidade tornou-se um centro de estudos como poucos do Estado. Baturité é uma cidade de estudantes, com dois ótimos ginásios femininos e dois masculinos, fora uma escola normal rural, grupo escolar, escola agrícola, 72 unidades de ensino primário fundamental comum, 1 jornal, 1 tipografia, 2 livrarias.

As datas memoradas da cidade foram muitas vêzes ocasionadas por distúrbios de ordem política, à mão armada. Houve contendas ferozes.

Em 1824 (10 de outubro), a população se reuniu na matriz, por não conter a Câmara tão grande congresso, e foi prestado pela multidão juramento de defender, até à última gôta de sangue, a Confederação do Equador e fazer guerra ao déspota imperial (D. Pedro I). Firmaram êste ato 159 assinaturas, cujos signatários, em grande parte, adotaram, neste comenos, apelidos nacionais, tirados da flora e da fauna brasileira. O próprio pe. Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó, que ali se achava refugiado e perseguido, assinou, pouco depois, outro documento de fidelidade à Sua Majestade Imperial, o Defensor Perpétuo do Brasil. Apesar disso, pagou, com a vida, a sua devoção à causa revolucionária anterior.

Na campanha pela abolição dos escravos obteve Baturité o 3.º lugar, ao lado de Redenção e de Icó. O município se redimiu dessa mácula a 25 de março de 1883.

A 7 de agôsto de 1889 passou por ali o sr. conde d'Eu, que veio, ao que parece, inspecionar as bases militares do Norte e sondar o ânimo do povo com respeito à idéia republicana e extinção da escravatura. Ali falou José do Patrocínio, que fazia parte da comitiva. Seguiram para a serra.

Entre as administrações passadas, sobressaiu a do cap. Osimo de Alencar Lima, durante o Govêrno Provisório de Vargas.

Comemorou-se, com grandes festas cívicas, o 1.º Centenário da cidade, a 9 de agôsto de 1958. Sendo êsse um mau ano, parte dos festejos foram programados para 9 de agôsto do ano seguinte, e então se fecharam as festas centenárias com o maior brilho possível.

Baturité, como qualquer cidade do Norte do País, é o resultado da fusão e miscigenação de três raças iniciais: brancos, de origem portuguêsa; prêtos, antigos escravos, e índios, nativos da região. Índios Jenipapos e Canindés e parte da tribo dos Quixelôs. Essas três etnias se fundiram com o rolar do tempo; predomina, porém, o elemento branco de origem lusa; em segundo lugar os mestiços.

O ritmo da população foi sempre crescente. Segundo o penúltimo recenseamento, 1950, a população era de 37.927 habitantes: 7.732 para o perímetro urbano. Densidade demográfica: 14 habitantes por quilômetro quadrado. De seus 37.927 habitantes recenseados, 30.195 estavam no quadro rural, nos ramos agricultura, pecuária e silvicultura; 4.893 na cidade; 2.839 no perímetro suburbano. O quadro rural apresenta 80% da população; o urbano, 13%; o suburbano, 7%.

Quanto à nacionalidade, em 1950, havia 23 estrangeiros e 5 brasileiros naturalizados. Dos 37.927 habitantes recenseados, 37.564 se declararam católicos romanos, 84 protestantes, 39 espíritas, 147 não declararam a religião que professavam, 92 pessoas não tinham religião.

Em 1960 o censo assinalou 20.585 hab., sendo 7.198 na zona urbana e 13.387 na rural. Existiam 3.704 domicílios. Explica-se o decréscimo da população em relação à verificada em 1950, pela perda de distritos que foram constituir novos municípios.

Quanto à côr, 23.764 eram pardos; 10.370 brancos; 3.603 prêtos.

Como em tôda cidade cearense, os bairros de Baturité são proletários, paupérrimos. O povo aí vive de pequenas indústrias de cestos, de cerâmica, de artefatos de palha, e grassa o meretrício em elevado índice, proveniente da situação de primarismo e pobreza, apesar de haver, na cidade, mais de um salão de corte e costura para môças pobres e duas vilas operárias que, de certo modo, as assistem quanto à habitação. O círculo operário é um fator de preservação moral.

O tipo de habitação é o mesmo do Nordeste em tôda parte. Casa de tijolo e telhas de vária feição, predominando o estilo colonial antigo (com raras exceções de bangalôs modernos). A tendência atual é o bangalô. Há casas de telhas e tijolo, pobres. Há casas de taipa cobertas de telhas, às vêzes de palha (mocambos). As casas grandes da cidade são amplas e confortáveis, muitas vêzes. O confôrto, na habitação, é uma das preocupações do homem atual.

É claro que a topografia influenciou seu tanto na disposição das habitações, que muitas vêzes têm níveis diferentes, são feitas de molde a não receber, de frente, a ventilação e há algumas alcandoradas pelos morros, frutos de uma singular engenharia.

Antes de pormos o último ponto final, queremos consignar algo mais sôbre alguns aspectos urbanos de Baturité.

A cidade tem luz elétrica, 250 ligações; água encanada no centro e nos bairros; vários chafarizes públicos; um campo de esporte (futebol); uma quadra de futebol de salão e outros jogos; um clube social, para recepções e bailes; duas pensões; dois hotéis; dois cinemas, várias estações de radioamadores; duas ou mais amplificadoras. A 15-12-62 realizou-se a inauguração do serviço telefônico da cidade, instalado pela Compa-

nhia Telefônica de Maranguape, concessionária do referido serviço.

Datas principais da cidade:

19 de junho de 1762 — Criação da freguesia, ou paróquia;
14 de abril de 1764 — Criação da vila;
9 de janeiro de 1841 — Criação da comarca;
9 de agôsto de 1858 — Elevação à cidade;
2 de fevereiro de 1882 — Inauguração da estrada de ferro;
15 de agôsto de 1927 — Fundação da Escola Apostólica dos Jesuitas.

A situação intelectual da cidade é esplêndida, dado o corpo de professôres dos vários ginásios locais. Perto de vinte sacerdotes aí trabalham. Irmãs de Caridade e Irmãs de Maria Auxiliadora (Salesianas). Há um centro estudantil. A história da cidade muito deve ao emérito escritor Pedro Catão, já falecido, ao sr. Meneses da Rocha, advogado, e a outros, que a elevam a um bom nível cultural.

As festas e términos de curso dos colégios lhe dão imensa vida. Conta com um jornal, *A Verdade*, dirigido pelo sr. comendador Ananias Arruda, há mais de 45 anos, sem solução de continuidade. Na Escola Apostólica dos Jesuítas há um conjunto teatral, de pequenos atôres, "Os Jograis da Montanha", cujas exibições são apreciadíssimas pela perfeição técnica e cênica dos seus desempenhos.

A vida católica é intensa: a cidade possui 6 templos e 3 oratórios semipúblicos. As festas religiosas são celebradas com brilho invulgar. O pároco trabalha com um vigário cooperador, exigido pelas circunstâncias. A juventude é alegre e sadia e as praças, que são lindas, servem de *play-grounds* a inúmeras crianças que brincam, despreocupadas, nas alamêdas floridas, constituindo uma bela esperança do futuro.

(*) O verbete Baturité (mun. e cid.) foi redigido por Aires de Montalbo, pseudônimo do padre Aloísio Cordeiro Furtado, S J.

Filhos Ilustres (*)

Aloísio Cordeiro Furtado, Pe. (1915). Pertence à Cia. de Jesus, tendo servido na Escola Apostólica de Baturité e atualmente na Casa Cristo-Rei, de Fortaleza. É licenciado em Filosofia e Teologia e cultiva, com brilho, a poesia e o jornalismo, usando o pseudônimo *Aires de Montalbo*. Ordenou-se em 7-12-1948.

Augusto Linhares (1879). Médico de renome e festejado homem de letras, radicado no Rio de Janeiro. Além de trabalhos científicos, publicou alguns volumes de poesia e ficção, de sabor regionalista e repassados de sadio humorismo.

Antônio Barros dos Santos (1909). Bacharel em Direito. Advogado. Deputado estadual desde 1947.

Esmerino Gomes Parente (1898). Engenheiro-agrônomo. Diretor Geral de Agricultura. Professor da Escola de Agronomia. Chefe da Seção de Fomento Agrícola Federal no Ceará.

Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho (1844-1897). Magistrado e homem público, teve assento, em mais de uma legislatura, na Assembléia cearense. Cultivou também a poesia, pondo-a a serviço da causa da abolição da escravatura.

Francisco de Assis Bezerra de Menezes Filho (1885). Bacharel em Direito, dedicou-se à advocacia, a princípio no Amazonas e depois no Estado de São Paulo, onde desfruta de elevado conceito profissional.

Genserico de Matos Vasconcelos (1881). Militar de grande valor e cultura, tendo atingido o generalato mercê de sua brilhante fé de ofício. Desempenhou missões militares no estrangeiro e lecionou na Escola Naval, Escola de Estado-Maior e noutros cursos de aperfeiçoamento. Publicou várias obras sôbre assuntos técnicos e sôbre história militar.

Godofredo Maciel (1883-1951). Jornalista, tribuno afamado e homem público com destacada atuação no Acre e no Ceará. Foi prefeito de Fortaleza e representou o nosso Estado na Câmara dos Deputados.

Gustavo Sampaio (1871-1893). Oficial do exército, morto tràgicamente em combate, durante a revolta da Armada em 1893. É apontado como padrão de destemor no cumprimento do dever.

Jorge Severiano Ribeiro (1893-1950). Advogado, especializou-se em causas criminais, notabilizando-se na tribuna do júri. Foi o mais hábil criminalista de seu tempo, nos auditórios da capital da República.

José Linhares (1886-1957). Dedicou tôda a sua vida pública à magistratura, tendo atingido, como presidente do Supremo Tribunal Federal, a culminância do poder judiciário. Nesta qualidade, exerceu também eventualmente a Presidência da República (1945-1946).

José Waldo Ribeiro Ramos (1900-1961). Doutor em Direito e professor especializado em assuntos geográficos. Dotado de sólida cultura, foi um brilhante expositor. Pertenceu ao Instituto do Ceará.

João Franklin da Silva Távora (1842-1888). Vulto de relêvo da literatura brasileira, foi mestre no romance sertanista e regionalista. Dedicou-se também ao jornalismo e à crítica literária. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

José de Barcelos (1843-1919). Figura exponencial do magistério cearense, a que dedicou tôda a sua vida. Dotado de sólida cultura clássica e pedagógica, honrou a cátedra exercida no Liceu do Ceará e na Escola Normal da qual também foi diretor.

João Firmino Dantas Ribeiro (1855-). Elemento respeitável da magistratura cearense. Como desembargador foi, por muitos anos, presidente do Tribunal de Justiça e exerceu também funções de Secretário de Estado.

Júlio Maciel (1883-1967). Magistrado. Distinguiu-se como poeta, figurando como estrêla de primeira grandeza da poesia cearense.

Luís Severiano Ribeiro. Ocupa lugar inconfundível nas esferas empresariais do País, sendo considerado o "rei do cinema". Tem empregado parte de seus rendimentos em instituições assistenciais localizadas em Baturité.

Osvaldo Hortêncio de Aguiar (1909). Portador de elevado conceito na magistratura cearense, exerce as funções de desembargador no Tribunal de Justiça dêste Estado.

Pedro Catão (1863-1953). Advogado e homem de letras. Participou intensamente da propaganda republicana em sua cidade natal, onde exerceu os cargos de promotor de justiça e prefeito do município. Dedicou-se também aos estudos de história regional.

Raimundo Francisco Ribeiro (1861-). Bacharel de talento e erudição, exerceu a princípio a advocacia e depois a magistratura. Foi professor da Faculdade de Direito do Ceará.

Rubens Falcão (1901). Homem de letras e técnico em assuntos educacionais, desempenhou o cargo de Secretário da Educação, no Estado do Rio, onde se dedica ao magistério secundário.

Sebastião de Melo Tamborim (1837-1868). Militar e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Comandava o 26.º Batalhão de Voluntários na guerra contra o Paraguai, quando faleceu heròicamente em combate.

Secundino de Melo Tamborim. Como o precedente, de quem era irmão, era militar, também graduado em Matemática e Ciências Físicas. Tombou igualmente na guerra contra o Paraguai.

Stênio Gomes da Silva (1907-1961). Bacharel em Direito, exerceu cargos de ministério público, inclusive o de Procurador-Geral do Estado. Político militante, teve assento na Assembléia Legislativa em mais de uma legislatura, e na Câmara dos Deputados. Foi também Secretário de Estado e, como vice-governador, assumiu a governança do Ceará, em face da renúncia do titular eleito (1954).

Waldemar Cromwell do Rêgo Falcão (1895-1946). Professor, jurista e homem público de projeção nacional, ocupou os mais elevados postos na esfera de podêres da República. Foi

deputado federal e senador, ministro de Estado, ministro do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Eleitoral, tendo ocupado a presidência de ambos êstes colégios de magistrados.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

BATURITÉ

Circundada de montes viridentes,
Sonha a régia cidade, a farfalhar:
Pipilam aves nos jardins virentes
Vendo a luz dos crepúsculos baixar...

Quando, pela manhã, nas serras tôdas
O cafèzal em flor seu manto espraia,
Julgo que és uma noiva, e vais às bodas
Com o teu vestido leve de cambraia.

Tens palmeiras gentis que, longo, acenam
Aos que partem de ti, pra nunca mais:
Nelas oiço o gemido dos que penam;
Voz além — tumular de nossos pais!

O teu ar é diáfano: o teu clima
É salubre, e faz bem ao corpo e à alma:
Só o excede a doçura de uma rima
Ao cair de uma tarde umbrosa e calma.

Jamais eu te esqueci desde os vadios
E inconscientes anos de criança;
Ouvindo os rumorejos dos teus rios
Minhalma volta a ti e em ti descansa!

És um foco de luz: naquela Escola,
Que assenta sôbre a serra, no alcantil,
Vive um ninho: — são águias de Loiola
Para a nova conquista do Brasil...

Sim; quantas vêzes, por manhãs serenas,
Nas ruas retilíneas, que se alteiam,
Julgando-te uma acrópole de Atenas
Juntos, Platão e Sócrates passeiam...

Poder-me-ás esquecer: isso que importa?
Mas onde quer que chege o estilo terso,
Tu pulsarás, inda que sejas morta,
Nesta humílima estrofe do meu verso!

AIRES DE MONTALBÒ.

BATURITÉ. — Estrada de Ferro (de). — V. RÊDE FERROVIÁRIA DO CEARÁ.

BAÚ. — Rch. (do), vem da vertente N da sa. de Baturité, mun. de Maranguape, atravessa o mun. de Pacatuba, banha o pov. de João Nogueira (ex-Baú) e deságua à m. esq. do Pacoti. Também é conhecido por Juá.

"Paú ou Baú significa literalmente "o que está no meio". Riacho do *Baú* ou *Bahu* seria Riacho do Meio." (Pompeu Sobrinho, *Ttimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 214.)

BAÚ. — Aç. (do), púb., mun. de Pacatuba, sôbre o rch. da Mata Fresca, a 3 km a W da estação ferroviária do mesmo nome, hoje João Nogueira.

As suas características são as seguintes:

Largura do coroamento	3 m
Extensão pelo coroamento	185 m
Altura sôbre o solo	8 m

Altura desde as fundações	11 m
Volume de terra	14.636 m³
Capacidade de acumulação	1.066.600 m³
Profundidade	6 m
Área da bacia hidrográfica	6.975 ha
Área da bacia hidráulica	52,5 ha
Largura do sangradouro	60 m

O projeto, feito pela IFOCS, data de 1910. A construção começou em fevereiro de 1916 e terminou em dezembro de 1917, custando 105:061$000, inclusive 5:463$700, valor da desapropriação da área inundada. Em 23 de fevereiro de 1918 o Govêrno Federal entregou o aç. ao Estado.

BAÚ. — La. (do), permanente, com 6.000 m de perímetro, dist. de Quixoá, mun. de Iguatu. Recebe o rch. da Canoa, e o seu desaguadouro, no r. Jaguaribe, chama-se rch. da Cruz.

De *ypau*, a lagoa, no tupi.

BAÚ. — Dist. pertencente ao mun. de Iguatu. A v. fica à m. da la. de seu nome, com 60 casas.

BAÚ. — V. JOÃO NOGUEIRA.

BEBEDOURO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Salgado.

BEBEDOURO. — Primitivo nome do lug. elevado a v. com a denominação de Bonfim, hoje Cruzeirinho, mun. de Icó.

BEBEDOURO. — V. AIUABA.

BEBER. — La. (de), distante 3 km de Paraipaba, rumo oeste. É permanente.

BEBERIBE. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Litoral.

Limites. — Ao N, com o Atlântico; a L, ainda com o

Atlântico e o mun. de Aracati; ao S, com os de Russas e Morada Nova; a O, com o de Cascavel.

Superfície. — 1.617 km².

Fisiografia. — A linha litorânea estende-se da ba. do Choró à do Pirangi, sem saliências e reentrâncias. Em certos sítios da costa, solapada pelo mar, surgem barrancas avermelhadas, que atingem até 15 m de alt., coroadas de dunas recentes, como em Morro Branco. Cobre pràticamente tôda a área municipal a faixa terciária de tabuleiros planos, arenosos, pobres, revestidos de vegetação de pequeno porte e caráter francamente xerófito. Não há elevação digna de nota. O Pirangi corta o território de leste a oeste e o Choró o atinge em sua extremidade norte. Existem correntes perenes e baixios úmidos nas proximidades da costa.

Clima e salubridade. — A temperatura oscila de 26 a 35°, influenciada pelas brisas marinhas. A queda pluviométrica, em média, é de 1.400 milímetros. Bom estado sanitário.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — São rodoviárias. Dista de Fortaleza (via Cascavel) 87 km, dos quais 33 pela Ce-87. Internamente dispõe de 175 km de estradas carroçáveis. Na sede municipal existe agência postal-telegráfica, via telefônica. O seu primeiro agente dos Correios foi nomeado a 14-9-1892 e chamava-se José Moreira de Sousa Leão.

Lavoura. — A estimativa de safra de 1963/64 foi de 5.000.000 de kg de mandioca, 5.000.000 de kg de cana-de-açúcas, 455.000 kg de milho, 120.000 kg de feijão e 90.000 kg de algodão em caroço. A de côco, se não excedeu, andou perto de 1.000.000 de frutos. Igualmente volumosas são as colheitas de manga e banana, esta avaliada em 50.000 cachos e aquela em 800.000 frutos. Não há estimativa para a do caju.

Pecuária. — Em 1959 o seu rebanho somava 19.400 bovinos, 4.700 eqüinos, 4.180 asininos, 2.680 muares, 10.800 suínos, 9.400 caprinos e 8.420 ovinos.

Produção extrativa. — No setor vegetal, predomina a carnaúba, com 150.000 kg de cêra, afora a palha. Em seguida vem a castanha de caju. Existem duas salinas em plena produção, localizadas em Pirangi e Guaiaí.

Produção de carne. — Em 1960 a matança, no mun., foi de 467 bovinos, 488 suínos, 737 ovinos e 1.375 caprinos, para o consumo público.

Produção de peixe. — Na costa há três colônias de pesca, localizadas em Morro Branco, que é a mais importante, Uruaru e Parajuru. As atividades pesqueiras ocupam 640 pescadores profissionais, 170 jangadas e 10 botes-casco. A produção de peixe em 1961 foi de 423.500 kg. Existem ricos bancos lagosteiros, que deram nesse mesmo ano 295.000 kg dêsse apreciado crustáceo.

Indústria de transformação. — Não existem fábricas, porém possui o mun. grande número de aviamentos, engenhos e alambiques. Em 1960 essas instalações rurais produziram 15.000 sacas de 60 kg de farinha de mandioca, 5.000 de goma, 500.000 kg de rapadura e para mais de 400.000 l de aguardente.

Comércio. — Os produtos escoam-se para Cascavel e principalmente Fortaleza, onde os beberibenses vendem e se abastecem de preferência. Na sede municipal existem sòmente estabelecimentos varejistas, cujo número não ultrapassa a uma dezena.

Finanças públicas. — A arrecadação federal processa-se pela coletoria de Cascavel. No tocante ao Estado e ao Município, no período de 1956/60, foi a que se segue:

Anos	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	441.126,00	1.029.888
1957	719.033,00	1.206.779
1958	553.410,40	1.179.294
1959	663.462,50	1.606.445
1960	1.241.110,00	2.284.974

A primeira coletoria de rendas estaduais teve por titular João Capistrano de Araújo, que a instalou em 17-1-1894.

População

O mun., conforme o censo demográfico de 1960, contava com 25.782 habitantes, assim distribuídos:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
Beberibe	5.691	986	4.705	1.032
Itapeim	6.416	229	6.187	1.126
Parajuru	4.057	907	3.150	656
Paripueira	5.175	359	4.816	912
Sucatinga	4.443	216	4.227	773
	25.782	2.697	23.085	4.499

Aspectos Culturais e Assistenciais

A matrícula efetiva em 1960 era de 1.240 alunos em 51 unidades de ensino primário, sendo 6 estaduais e as restantes a cargo do município. A primeira escola de Beberibe, criada pela Lei n.º 1.939, de 5-8-1881, era mista e teve como regente d. Maria Madalena Correia. Pela Lei n.º 2.005, de 6-9-1882, surge a de meninos, cuja primeira professôra foi a normalista d. Amélia Pereira. O Grupo Escolar Ana Facó deve-se à benemerência do engenheiro Antônio Carlos de Queiroz Facó, que o construiu em memória de sua irmã, culta e dedicada educadora.

A assistência social principia através da Sociedade S. Vicente de Paulo, fundada em 1907. Não existe assistência médico-sanitária.

Aspectos Urbanos

A cid. assenta num chão plano e arenoso, em pleno tabuleiro. Em roda sítios pomareiros e de cana e coqueiros. Dista da Capital, em linha reta, 64 km; de Cascavel, pela carroçável, 12. Fica a 4° 11' de lat. S e 38° 54' de long. W. Gr., segundo cálculo da Inspetoria Regional de Estatística. Não está à margem do Choró, como afirma Alencar (*Dic.*, 51). Êste rio passa a 5 km de distância. Banham-lhe os flancos, pelo nascente, o corrente da Casa Grande e pelo sul o corrente do sít. do Leite. Casario pobre, salteado em poucas ruas, mergulhadas na areia sôlta. A pop. não chega a 1.000 almas. Comércio insignificante. À noite piscam algumas lâmpadas elétricas até às 22 horas. Bom local para repouso.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Dist. de paz por Ato de 28-11-1833 da Câmara Municipal de Cascavel. Nesse tempo o lugarejo tinha o nome de Lucas. Por não possuir casa de oração, o dist. foi supresso em 7-7-1835, ficando o território compreendido no de Sucatinga, do qual foi desmembrado pela Lei n.° 1.795, de 3-1-1879, que criou o dist. policial de Beberibe. Foi nomeado subdelegado de polícia Gustavo Francisco de Queiroz Facó. A elevação a v. deu-se pelo Dec. n.° 67, de 5-7-1892. A 18 de setembro do mesmo ano instalou-se o mun., dirigindo os trabalhos de inauguração o presidente da Câmara de Cascavel, major José Irineu Filho, que nessa oportunidade empossou o tenente-coronel Baltazar Ferreira de Araújo Biá, Severino Xavier da Costa, José Ferreira de Mendonça, Paulo Francisco de Matos, Felipe José de Santiago Lima e Francisco de Paula Peroba, vereadores à Câmara Municipal. Foram eleitos presidente da Câmara o vereador Baltazar Ferreira de Araújo Biá e intendente do Município o vereador José Ferreira de Mendonça. Foi supresso pela Lei n.° 1.794, de 9-10-1920, e anexado o território ao mun. de Cascavel. Restaurado pela Lei n.° 2.436, de 21-10-1926, e de nôvo extinto pelo Dec. n.° 193,

de 20-5-1931. Finalmente, pela Lei n.° 1.153, de 22-11-1951, deu-se a restauração do mun., mas o ato instalatório só se verificou a 25-3-1955. Compõe-se dos seguintes dist.: Beberibe, Itapeim, Parajuru, Paripueira, Sucatinga.

Nota — Em *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, IBGE, XVI v., Rio de Janeiro, 1959, 100, a primeira restauração do mun. de Beberibe, talvez por engano de revisão, figura como tendo sido pela Lei n.° 2.423, de 21-10-1928.

Formação judiciária. — Têrmo judiciário subordinado à com. de Cascavel pela Lei n.° 107, de 20-9-1893. Com. de 1.ª entrância pela Lei n.° 3.508, de 20-12-1956.

Formação religiosa. — Freg. sob o patrocínio de Jesus-Maria-José, criada pela Lei n.° 2.051, de 24-11-1883, e inaugurada em 8-3-1884, pelo vigário José Cândido de Queiroz Lima, nomeado por Provisão de d. Joaquim José Vieira, de 14-1-1884.

Deu-se a bênção da capela que originou a matriz a 5-9-1875, oficiando o vigário de Cascavel, Laurino Justiniano Ferreira Douettes, delegado de d. Luís Antônio dos Santos. Remodelada diversas vêzes, nada lembra mais o primitivo templo.

A paróquia é subordinada à Arquidiocese de Fortaleza e tem sob a sua jurisdição 9 capelas.

Toponímia

Quando da criação do mun. de Cascavel o lug. chamava-se Lucas. Passou a Beberibe ao ser elevado a dist. pela Lei n.° 2.051, de 24-11-1883.

Para Montoya, *Beberibe* significa voar em bando, de *bebê*, voar, pairar, e *ribe*, em companhia, em bando. Paulino Nogueira adotou a interpretação de Martius, que dá o vocábulo como corrutela de *viba*, cana, e *pype*, lugar onde cresce a cana. Parece-me inaceitável. "*Beberibe*, diz T. Sampaio, corrução de *bibi-ry-pe*, composto de *bibi-r-y-pe*, no rio do vaivém; pode ser ainda corrução de *pipiri-y-pe* por *piripiri-y-pe*, no rio dos juncos ou do juncal."

Filhos Ilustres (*)

Américo Facó (1885-1953). Jornalista, poeta e escritor de vasta erudição. Além de importantes cargos burocráticos, exerceu funções de relêvo na imprensa do Ceará e do Rio de Janeiro. Publicou *Sinfonia Negra* e *Poesia Perdida*.

Antônio Carlos de Queiroz Facó (1865-1949). Engenheiro civil, exerceu importantes funções técnicas e de direção no Departamento dos Correios e Telégrafos, tendo deixado brilhante tradição de honradez e dignidade profissional.

Boanerges de Queiroz Facó (1882). Magistrado e escritor, destacando-se numa e noutra atividade por sua cultura e idoneidade. Aposentado como desembargador, vem se dedicando à pesquisa histórica, tendo publicado trabalhos de real valor. Pertence ao Instituto do Ceará.

Edgard Facó (1882). Militar de brilhante fé de ofício, tendo prestado relevantes serviços ao País. Foi Secretário de Polícia no Ceará, comandou a Polícia Militar do Distrito Federal e terminou sua carreira profissional no pôsto de general do Exército, como ministro do Supremo Tribunal Militar.

Eurico Facó (1879-1941). Jornalista, crítico literário e poeta, dotado de grande talento e erudição. Seu amor às letras clássicas fê-lo reunir valiosa biblioteca, posteriormente doada ao Instituto do Ceará.

João Frederico de Queiroz Facó (1873-1963). Bacharel em Direito e portador de sólida cultura literária e religiosa. Foi, no Ceará, presidente do Círculo Católico, na fase mais ativa e brilhante dessa agremiação.

José Maria de Queiroz. Bacharel em Direito, dedicou-se à magistratura, sendo atualmente, como desembargador, um dos mais conspícuos membros do Tribunal de Justiça dêste Estado.

Pedro de Queiroz (1854-1918). Magistrado e escritor, seus trabalhos literários e científicos caraterizam-se pelo aprumo e erudição. Após percorrer os diversos postos da magistratura cearense, terminou sua carreira como desembargador

do Tribunal de Justiça dêste Estado. Foi um dos fundadores da Academia Cearense de Letras.

Vicente Bessa. Bacharel em Direito, com longa e brilhante fôlha de serviços prestados à magistratura cearense, da qual é um dos mais cultos e honrados desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

BEIJA-FLOR. — Mo. ou p. (do), na sa. da Uruburetama, perto da v. da Cruz, ponto de incidência dos limites dos mun. de Itapajé e Uruburetama.

BEIJA-FLOR. — Gruta (do), na sa. da Aratanha, no mun. de Pacatuba, com inscrições rupestres de origem holandesa. (*Boletim de Antropologia*, Universidade do Ceará, v. 5, n.º 1, 1961, 119-120.)

BEIRADA. — Lug., com 30 habitações, à m. dir. do Jaguaribe, a 3 km da cid. do Aracati, com as salinas de Santa Edwiges, Santa Isabel e Maria Ageni.

Aí, outrora, manava uma fonte cuja água tinha cheiro sulfuroso e temperatura avaliada em 30°, muito procurada para banhos. Jaz soterrada pelas dunas.

BELA CRUZ (Ex-ALTO DA GENOVEVA, ex-SANTA CRUZ). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Litoral, na região do baixo Acaraú.

Limites. — A L, com o mun. de Acaraú; ao N, com o mesmo mun.; a O, com o de Camocim; ao S, com o de Marco. (Lei n.º 3.538, de 21-2-1957, D.O., de 11-3-1957.)

Superfície. — 780 km²

Fisiografia. — O mun. é uma dilatada chã. Fertilizam-lhe as terras os r. Acaraú e dos Caibros. Possui várias la-

goas, como a do Mato, de Santa Cruz, do Serrote, Sêca etc. Carnaubais cobrem as várzeas, bordejadas de oiticicas, tanto nos rios como nos riachos. Na região oeste do mun., que abrange cêrca de 60% de sua área territorial, predominam solos silicosos, cobertos pela catinga, ao passo que para leste, onde excelem as carnaúbas, deparam-se solos argilosos. Ambos são bastante cultivados.

Clima e salubridade. — A média é de 26°, chega às vêzes a 34°, amenizado pelo vento que sopra do litoral. A malária esporàdicamente reponta no vale do Acaraú.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — O mun. é cortado pela carroçável Acaraú-Sobral e suas ramificações, num total de 116 km. Dispõe de agência postal-telefônica, tendo sido criada a agência postal a 11-1-1924 e o pôsto telefônico inaugurado a 23 de novembro do mesmo ano.

Atividades econômicas. — Predominam as rurais, principalmente as culturas de algodão, mandioca e mamona. A pecuária é pouco desenvolvida. A base da economia, porém, se assenta na exploração da carnaúba e oiticica.

Produção de carne. — O abate para o consumo público foi de 400 bovinos, 991 suínos, 111 ovinos e 161 caprinos em 1964. E para o consumo próprio atingiu a 42 bovinos, 424 suínos, 202 ovinos e 284 caprinos.

Finanças públicas. — A partir de 1958 a arrecadação foi a que se segue:

Anos	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1960	2.552.000	1.639.628
1961	4.192.578	2.338.266
1962	3.047.071	4.002.098
1963	10.234.596	7.312.786
1964	23.780.926	2.209.029

População

Em 1960 distribuía-se da seguinte maneira:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
BELA CRUZ	8.009	2.509	5.500	1.564
Prata	4.721	173	4.548	709
	12.730	2.682	10.048	2.273

Educação

A primeira esc. primária de Bela Cruz foi criada pela Lei prov. n.º 801, de 5-8-1857. Atualmente funcionam 25 esc. primárias, sendo 3 estaduais e as restantes municipais, com matrícula efetiva de 1.142 alunos.

Aspectos Urbanos

A cid. ergue-se em uma colina, a 3 km da m. esq. do Acaraú e a 24 km da cid. dêste último nome. Fica a 3° 03' de lat S e 40° 11' de long W. Gr., aproximadamente. Tem 2.500 hab., cêrca de 250 casas e movimentado comércio na época da safra. Compõe-se de 15 ruas e uma praça.

Aspectos Históricos

As suas origens prendem-se a uma mulata de nome Genoveva, sua primeira moradora, que deu à colina onde hoje se assenta a cid. o nome de Alto da Genoveva, extensivo ao arraial que se formou em roda da cap., construída por volta de 1732, conhecida na redondeza por capela da Genoveva, até que um frade franciscano, passando por aí, em desobriga, deu-lhe a denominação de Santa Cruz, que encontrou franca acolhida entre os moradores.

Formação administrativa. — Foi dist. de paz pela Lei n.º 1.896, de 7-3-1888. Simplesmente dist. pelo Dec. n.º 60, de 6-9-1890. Dist. e v. por Lei de 21-9-1917. O Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, deu-lhe o nome de Bela Cruz. Passou a mun. e

cid. pela Lei n.º 3.538, de 21-2-1957, desmembrado de Acaraú, a que sempre pertenceu. A instalação deu-se em 25-3-1959, tendo como prefeito Mário Domingues Lousada.

Formação judiciária. — Ainda depende da com. de Acaraú.

Formação religiosa. — Paróquia dependente do bispado de Sobral, criada por Portaria de 30-12-1941, do bispo dom José Tupinambá da Frota, e inaugurada a 11-1-1942, tendo o padre Odécio Loiola Sampaio como seu primeiro vigário. A padroeira local é N. S. da Conceição, datando a capela de 1732, reconstruída em 1798 por frei Vidal de Frescarolo, conhecido por frei Vidal da Penha, que encheu os sertões com o ruído de suas missões. Em 1894 o padre F. Teotime M. de Vasconcelos reparou-a e em 1923 o padre Joaquim Severiano, auxiliado pelo proprietário rural Manuel Duca da Silveira, deu início aos trabalhos de sua total remodelação. Tornou-se matriz com a elevação da capelania aos foros de freguesia. Quando de sua construção, recebeu um patrimônio constante de meia-légua de terra e 40 vacas, doado por Domingos de Aguiar de Oliveira e Nicolau da Costa Peixoto, ambos pernambucanos, conforme escritura de 12-9-1732.

Filhos Ilustres (*)

Manuel Nicodemos de Araújo (1900). Poeta e escritor provinciano, publicou três livros de versos, de sabor popular e regional, e duas interessantes monografias histórico-geográficas sôbre Bela Cruz e Acaraú, onde reside.

Diogo Lopes de Araújo Costa (1765-1839). Não se casou, porém houve de sete mulheres 35 filhos, dos quais 20 sobreviveram, constituindo-se as cêpas da numerosa e considerada família Araújo, da ribeira do Acaraú. Homem inteligente, consagrou-se à medicina popular, granjeando grande prestígio no seio daquele povo inteiramente abandonado de assistência médica.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

BELA VISTA. — Dist. do mun. de Itapipoca, criado pela Lei n.º 7.178, de 16-3-1964 (D.O., de 30-3-64), com sede no pov. do mesmo nome, então elevado à cat. de vila.

BELÉM. — Ste. (do), sêco e pedregoso, mun. de Santa Quitéria.

BELÉM. — Rch. (do), tem o seu curso na sa. da Meruoca e faz barra no rch. S. Bernardo, ao sopé da mesma serra.

BELÉM. — Rch. (do), nasce no ste. do Céu, deságua à m. esq. do Boa Vista, trib. da m. dir. do Groaíras.

BELÉM. — Sít., mun. de Missão Velha, com jazida de gipsita.

BELÉM. — V. ITATIRA.

BELÉM. — V. CEMOABA.

BELÉM DE URUBURETAMA. — V. CEMOABA.

BELÉM DO MACHADO. — V. ITATIRA.

BELÉM DO QUINIM. — Dist. criado com o nome de Belém por Ato de 10-10-1873. Em divisão territorial de 31-12-1937 e no quadro anexo do Dec.-lei n.º 169, de 31-3-1938, retificado pelo Dec. n.º 378, de 20-10-1938, êste dist. tem a denominação de Belém do Quinim e continua a figurar no mun. de Quixeramobim. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, o dist. de Belém do Quinim foi extinto, sendo o seu território anexado ao dist. -sede do mun. de Quixeramobim.

BELMONTE. — Faz., mun. de Quixeramobim, cortada pelo r. dos Cachorros, fronteira à sa. das Trincheiras. Possui capela dedicada a N. S. do Perpétuo Socorro.

BENEVOLÊNCIA. — Prop. r., com 25 casas, mun. de Solonópole.

BENFICA. — Ste. (do), no mun. de Canindé, na divisória do dist.-sede com o de Monte Alegre.

BENJAMIN CONSTANT. — Pelo Dec. n.º 69, de 9-7-1892, a v. de Maria Pereira, hoje cid. de Mombaça, passou a chamar-se Benjamin Constant, voltando à denominação antiga pela Lei n.º 1.565, de 21-9-1918.

BENTO PEREIRA. — Prop. r., a 3 km da cid. de Morada Nova, com grande carnaubal, terras de criar, mais de 100 casas e esc. pública.

No lugar Ipueiras da Pedra, desta prop., encontram-se litóglifos, figurados em RIC, 70 (1956), 123.

BENTO RODRIGUES. — Rch. (do), mun. de Mombaça, afl. da m. esq. do Banabuiú, no qual deságua, no sít. Caiçara. Nasce no ste. das Cabaças, recebe pela m. dir. o Saquinho e tem 12 km de curso.

BERILÂNDIA. — "Na região arqueana compreendida numa área de cêrca de 2.000 km², que abrange os municípios de Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Cachoeira e Frade, existem diversos diques de pegmatito que se intercalam no gnaisse, no granito, nos xistos cristalinos e não raro entre diques de granulito. Em quase todos êsses diques de pegmatito, ora aflorantes, ora submersos sob uma camada de terras argilo-siliciosas, se encontra o berilo, que está associado ao feldspato e à mica. Mas, onde se faz notar abundantemente êsse minério de glucínio, que se tornou precioso durante a Guerra Mundial pelas suas ligas com outros metais, principalmente com o cobre, dando a liga cobre-berilo, que se caracteriza por extrema leveza e grande dureza, sendo por isso empregada em motores para a Aviação, é na região denominada Berilândia, situada a 50 km a este de Quixeramobim. Nessa região conseguimos

anotar, numa área de menos de 20 km², mais de trinta dêsses pegmatitos, todos aflorantes, estando cêrca de dez em exploração rudimentar, entretanto produzindo uma média diária de quatrocentos quilos de mineral de berilo, de teores variáveis, entre 9 a 14% de óxido de glucínio. Esses diques já produziram mais de 1.000 toneladas de berilo, todo êle exportado para os Estados Unidos e transportada a maior parte por via aérea, durante a Guerra Mundial." (Paulo de Albuquerque, *Riquezas Minerais do Ceará*, Fortaleza, 1948, 12.)

BERLENGA. — Rch., afl. do Poti.

BERNARDINO. — La. (do), com área de 5 ha, no sít. de seu nome, à m. esq. do rch. Cacodé, mun. de Mombaça.

BERNARDINÓPOLES. — Dist. pertencente ao mun. de Icózinho, criado pelo Lei n.º 6.880, de 13-12-1963 (D.O., de 20-12-63), com sede no pov. de Boqueirão, elevado à cat. de v., com o mesmo nome do dist., pelo referido diploma legal, que se tornou nulo e sem efeito pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-65.)

BERRA. — Rch. (do), na sa. da Ibiapaba, mun. de Guaraciaba do Norte.

BERTIOGA. — Ste., mun. de Icó.

Corr. de *buriquí-oca*, morada dos macacos. No caso em espécie é a interpretação razoável, pois aqui não se pode aceitar a de T. Sampaio em relação ao canal da Bertioga, que separa a ilha de Santo Amaro da terra firme, em S. Paulo, e que seria uma corr. de *parati-oca*, o refúgio, ou morada das tainhas.

BERTOLEZA. — La. (da), mun. de Itapipoca.

BESOURO. — Ste. (do), contraforte da sa. de Baturité.

BÊSTAS. — Sa. (das), pertence ao cordão central, na bacia do Boa Viagem, liga-se às sa. das Matas e S. Rita. Também é conhecida por sa. da Ponte.

BÊSTAS. — Sa. (das), contraforte do maciço das Matas, na bacia do r. dos Macacos, afl. do Acaraú.

BÊSTAS. — V. BAIXIO DAS BÊSTAS.

BETÂNIA. — Rch. (da), nasce na sa. da Boa Esperança e derrama-se no rch. do Tamanduá, mun. de Batoque.

BETÂNIA. — Pov. com 34 habitações, mun. de Ibiapaba.

BETÂNIA. — Faz., dist. de Uruquê, mun. de Quixeramobim, onde se acha instalada a Fazenda Normal de Criação, adquirida pelo Estado por 140:000$000 ao dr. José Pompeu Pinto Acióli. A fazenda, além de outras benfeitorias, possui grande aç., construído em cooperação com a IFOCS, denominado Pompeu, cuja barragem é de terra, e outro de barragem de pedra e cal, quase aterrado, chamado Betânia.

BETÂNIA. — V. BETEL.

BETÂNIA. — Dist. do mun. de Batoque, criado pela Lei n.º 6.816, de 4-12-63 (D.O., de 13-12-63), com sede no núcleo do mesmo nome, então elevado à cat. de vila.

BETEL (Ex-BETÂNIA). — Pov., dist. de Cruxati, mun. de Itapipoca, habitado por protestantes pentecostais.

BEZERROS. — La. (dos), mun. de Boa Viagem.

BEZERROS. — Rch. (dos), afl. da m. esq. do Capim-Pubo, mun. de Icó. O seu trecho inferior corta a la. do Retiro e está compreendido na área de irrigação do aç. Lima Campos.

BICA. — Ôlho d'água (da), ao pé da sa. do Apodi, junto à v. de seu nome, mun. de Limoeiro do Norte. Desempenhou papel saliente nas relações do Rio Grande do Norte com o Ceará, através da sa. do Apodi, por ser um dos pontos obrigatórios de bebida para as boiadas e tropas que iam ou vinham. A sua vazão é pequena e atualmente se acha captada por um chafariz de 25.000 litros.

BICA. — V. ÔLHO-D'ÁGUA DA BICA.

BICA DO IPU. — A cid. do Ipu teve o privilégio de ser dotada pela Natureza da mais linda cascata do Ceará, que é a "Bica do Ipu".

Procede esta do rch. Ipuçaba, que nasce no sít. S. Paulo, na divisão dos mun. Ipu-Guaraciaba do Norte, sôbre a sa. da Ibiapaba.

Após percorrer mais de 10 km sôbre a referida serra, o riacho precipita-se desta para o vale, num ponto em que a mesma se projeta no espaço, formando um côncavo no lado oriental do talhado abrupto. Com mais de 100 m de altura, as águas caem diretamente nos pedrouços do sopé da montanha. Dêste pitoresco local o Ipuçaba vai descendo rumo ao sertão, banhando em sua passagem, 3 km abaixo, a cidade do Ipu.

No inverno, após as chuvaradas da serra, despeja a Bica enxurradas ruidosas e barrentas para, horas depois, apresentar-se na plenitude de suas águas claras e volumosas. Quando estas decrescem, a Bica, como um "véu de noiva", fica ao sabor dos ventos, em constante movimentação, caindo aqui e ali em forma de grossa chuva, às vêzes em maravilhosas irisações. Não raro, os remoinhos enovelam suas águas, elevando-as até a serra, para desabarem em seguida, com estrondo, de uma só vez.

Acontece, porém, que a sua perenidade é interrompida nos últimos meses de verão, quando as águas do Ipuçaba são desviadas para irrigação dos canaviais da serra e para alimentar a pequena usina hidrelétrica que fornece luz à cidade.

Lamentàvelmente a municipalidade do Ipu não tem olhado com o devido carinho para êsse cenário tão belo e tão raro no quadro paisagístico do Ceará.

O caminho de acesso à cascata, aliás muito mal cuidado, passa por interessante curiosidade — a "Casa de Pedra" — um abrigo natural formado por grandes blocos de granito.

BICO DA ARARA. — Ste. (do), a 6 km a SE da cid. de Tamboril, próximo ao do Feiticeiro, do qual está separado por estreito vale de menos de 2 km de largura, parecendo os dois, a certa distância, um acidente único.

BICO DA ARARA. — Mo. (do), constituído por uma ponta de rocha gnáissica, na faz. Araras, mun. de Caucaia, a cêrca de 45 km de Fortaleza.

BICUDO. — Ste. (do), no Cajueiro, mun. de Maranguape.

BICUDO. — Ste. (do), na extrema dos dist. de Muquém e Ibaretama, mun. de Choró.

BILHEIRA. — Rch. (da), no mun. de Sobral, afl. do Pajé, pela m. dir., no qual deságua na faz. Pajé Velho, dist. de Aracatiaçu. Nasce na sa. das Andorinhas, no sopé da grande pedra das Andorinhas, no dist. de Taperoaba. Corre de S para N, num percurso de cêrca de 20 km e tem como afluente, pela m. dir., o rch. Jucá, e, pela m. esq., os rch. Malhada Real, dos Cavalos e dos Algodões. Corta um sertão criatório. Margens ricas em oiticica, com farto lençol freático.

Nota — Mons. Fortunato Alves Linhares, em *Apontamentos Para a História e Corografia do Município e Cidade de Sobral*, RIC, 55 (1941), 243, dá-lhe o nome de *Abelheira* e o tem como afl. da m. esq. do Aracatiaçu. *Bilheira*, como é conhecido no sertão que êle banha, talvez possa ser corrutela de *Abelheira*.

BIRUABA. — Êste topônimo aparece na data de 3 léguas de terra, concedida a João de Brito de Figueiredo, em 2-12-1748, pelo capitão-mor Francisco de Morais Magalhães, referindo-se a uma lagoa, na ribeira do Coreau. (D.S., v. 7, n.º 534, 76.)

BISPO. — Sít. entre as sa. do Mãozinha e Araripe, no mun. de Milagres, com ocorrências de antracito, denunciadas pela primeira vez pelo dr. Marcos de Macedo, que as tomou por carvão de pedra. (*Descrição dos Terrenos Carboníferos da Comarca do Crato*, RIC, 13 (1899), 110.)

BITUPITÁ (Ex-ALMAS). — Dist e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Camocim.

O dist. foi criado por Ato est. de 26-3-1892 e Lei mun. n.º 3, de 30-3-1893. Pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, passou a denominar-se Bitupitá, de *bitu*, o vento, a aragem, e *pitá*, permanente, perene.

A pop. é de 5.084 hab., 2.299 na zona urbana e 2.785 na rural, em 904 domicílios.

Tem a sua base econômica na indústria salineira e na pesca. As salinas, em número de duas, ficam no lug. Leitão, a 4 km ao S da sede distrital, com a cota de 800 toneladas cada uma. Também praticam os moradores uma lavoura de subsistência e um pouco de criação.

A v., bastante populosa, mormente por pescadores, filiados à Colônia Z 1, fica no estuário do Timonha, a 5 km da ponta dêste nome. Goza de clima agradável, refrescado por viração constante, donde a denominação indígena que lhe foi imposta. A sua capela, consagrada a S. José, depende da paróquia de Chaval. Em 1960 existiam 6 esc. primárias com matrícula efetiva de 137 alunos.

Nota — Pela Lei n.º 6.383, de 4-7-1963, (D.O., de 8-7-63), foi elevado à cat. de mun., ato anulado pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965.

BIUTI. — Rch. (do), topônimo que figura na data de 3 léguas de terra, concedida a Dionísio Francisco, em 12-10-1722, pelo capitão-mor Manuel Francês. (D.S., v. 11, n.º 54, 87.)

BIXOPÁ. — Rch. (do), nasce na la. de José Rodrigues, mun. de Morada Nova, banha a v. de seu nome, ex-Jatobá, onde existe sôbre seu leito uma barragem de pedra, construída durante a sêca de 1877, atravessa parte do mun. de Russas e faz barra à m. dir. do Palhano.

BIXOPÁ (Ex-JATOBÁ). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Limoeiro do Norte. A pop. é de 735 hab., sendo 156 na v. e 579 no campo. Tem 133 domicílios.

Quando da divisão territorial estabelecida pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, pertencia ao mun. de Russas e passou a denominar-se Bixopá, em substituição a Jatobá, por ser banhada pelo rch. daquele nome. Pelo Dec.-lei n.º 1.153, de 22-11-1951, passou para a jurisdição do mun. de Limoeiro do Norte, com parte de seu território, perdendo a outra para o dist. de Flôres, do mun. de Russas.

O dist. dispunha em 1960 de 3 esc. primárias, com a matrícula efetiva de 83 alunos.

BOA ÁGUA. — P. sôbre a sa. de Baturité, no sít. de seu nome, com 815 m de alt., à m. da est. que vai para Baturité, a uns 4 ou 5 km de Guaramiranga.

BOA ÁGUA. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Morada Nova. Criado por Ato de 12-4-1913.

A v., com 94 hab., fica a 60 km da sede municipal, à m. do rch. do Feijão, nas extremas com o mun. de Quixadá. Tem capelinha dedicada a S. Sebastião.

Em 1960 o ensino primário era ministrado em 6 escolas, com 221 alunos.

A pop. do dist. soma 3.661 hab., dos quais 3.567, a sua quase totalidade, no campo, dedicados aos labôres agrícolas. O número de domicílios é de 625.

BOA ÁGUA. — Uma das maiores faz. do Estado e a maior do mun. de Quixadá. Pertence aos herdeiros do coronel Pergentino Ferreira Maia. Fica no vale do Banabuiú, servida pelas águas do aç. dêste nome.

BOA ÁGUA. — V. RINARÉ.

BOAÇU. — Sa. (do), contraforte da Ibiapaba, à m. do Itacolomi, mun. de Uruoca. Bastante agrícola. Outrora possuiu grandes plantios de maniçoba. Tem ocorrências de salitre.

Corr. de *mboi*, a cobra, *açu*, grande, a cobra grande.

BOAÇU. — Ponto culminante da sa. da Aratanha, com 800 m de alt., no sít. de igual nome, mun. de Pacatuba.

BOAÇU. — Rch. (do), nasce no sít. dêste nome, no alto da sa. da Aratanha, desce pela falda oriental e engrossa o rch. da Aratanha, na cid. de Pacatuba.

BOAÇU. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Itacolomi.

BOAÇU. — Faz. à m. esq. do Itacolomi, mun. de Uruoca.

BOA ESPERANÇA. — Sa. (da), no mun. de Batoque.

BOA ESPERANÇA. — Rch., no mun. de Barro, vem das elevações que separam o Ceará da Paraíba, deflui no rch. das Antas. Banha a v. de Iara.

BOA ESPERANÇA. — Rch. ou cór., no mun. de Acaraú, que, reunindo-se ao de Dentro, forma o Guriú. Na convergência dêsses dois cursos d'água incidem os limites de Acaraú e Camocim.

BOA ESPERANÇA. — V. IARA.

BOA ESPERANÇA. — V. SERPA.

BOA ESPERANÇA. — Dist. pertencente ao mun. de Tamboril, criado pela Lei n.º 7.019, de 27-12-63 (D.O., de 31-12-63), com sede no pov. do mesmo nome, que então se elevou à cat. de vila. A cabeça do dist. tem 18 habitações.

BOA ESPERANÇA. — Pov., com 15 habitações, mun. de Coreaú.

BOA ESPERANÇA. — Prop. r., com 15 habitações, à margem da ferrovia de Sobral, mun. de Cariré.

BOA HORA. — Pov., com 25 casas, mun. de Pacoti.

BOA SAÚDE. — V. ARAPORANGA.

BOATA. — Baixio nos tabuleiros de Antônio Bezerra, mun. de Fortaleza.
Corr, de *mboy*, cobra, *tã*, a baixa, o baixio das cobras.

BOA FORTUNA. — Rch., mun. de Quixadá, afl. do Cangati, trib. do Choró.

BOA VENTURA. — Rch., afl. do Tomé Vieira, da bacia do Figueiredo.

BOA VENTURA. — Rch., na sa. do Camará, afl. do Aba.

BOA VENTURA. — Faz., mun. de Boa Viagem, com pequena capela dedicada a S. José. Já se chamou Poço Comprido.

BOA VIAGEM. — R. ou rch. (da), no mun. de seu nome, afl. da m. dir. do Quixeramobim. Nasce na sa. do Calogi e tem 64 km de curso. O seu trecho superior se faz através de vales estreitos que separam os últimos contrafortes meridio-

bacia constitui-se de excelentes terras para criar. Banha a cid. de Boa Viagem e como principais afl. recebe pela dir. o rch. dos Cães e pela esq. o Capitão-Mor.

BOA VIAGEM. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Sertão Central.

Limites. — A O, com o mun. de Monsenhor Tabosa; a L, com o de Quixeramobim; ao S, com os de Pedra Branca e Independência. (Lei n.º 1.153, de 22-11-1951.)

Superfície. — É um dos maiores do Estado, mede 3.264 km².

Fisiografia. — Compõe-se o território de uma sucessão de colinas argilo-pedregosas, entremeadas a leste de tabuleiros amplos, secos e sáxeos, que perlongam os famosos campos de criar dos sertões de Quixeramobim. As sa. da Guia, do Catolé e do Calogi são os principais acidentes orográficos de uma paisagem que retrata senectude em seus contornos. As águas, pelo Boa Viagem, rumam ao Quixeramobim.

Clima e salubridade. — A temperatura oscila entre 30 a 37°. A altura pluviométrica média é de 711 milímetros. Salubridade comum à zona sertaneja.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — Internamente conta com 490 km de est. carroçáveis. Liga-se à Cap. pelo grande tronco rodoviário Fortaleza-Brasília, e a Quixeramobim, da qual dista 43 km, pela Ce-32, em construção. Dispõe de agência postal-telegráfica, via telefônica.

Lavoura. — O mun., na quase totalidade de seus habitantes, dedica-se à lavoura e à criação. Em 1963/64 a safra foi computada em 1.500.000 kg de algodão em caroço, 1.050.000 kg

de mamona, 3.100.000 kg de milho, 920.000 kg de feijão, 950.000 kg de farinha de mandioca e 420.000 kg de arroz em casca.

Pecuária. — O rebanho, em 1959, constava de 22.000 bovinos, 18.500 suínos, 19.600 ovinos, 20.000 caprinos, 5.700 asininos, 5.000 eqüinos e 3.000 muares.

Produtos extrativos. — Além de madeiras para fins industriais e domésticos, houve uma colheita de 70.000 kg de oiticica, no ano agrícola 1963/64.

Produção de carne e peixe. — O abate para o consumo público em 1960 foi de 463 bovinos, 942 suínos, 1.007 ovinos, 945 caprinos. A produção de peixe foi avaliada em 3 toneladas.

Indústria de transformação. — Não existe uma fábrica no município. Há pequenos estabelecimentos industriais, encontradiços em qualquer cidade, dedicados à fabricação de calçados (alpercatas e chinelos), de tijolos e telhas, e outros artigos. No campo encontram-se aviamentos para farinha, engenhos para rapadura e alambiques para aguardente de cana.

Comércio. — Faz-se, principalmente, com Fortaleza, vindo em seguida Quixeramobim, Quixadá e Canindé. Há para mais de 70 varejistas em todo o município. Os estabelecimentos grossistas não chegam a uma dezena. Além dos produtos da lavoura, exporta bastante gado bovino e suíno para Fortaleza.

Finanças públicas. — A receita no período de 1956/60 foi a seguinte:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	171.370	1.481.520	1.286.832
1957	189.901	1.598.841	1.335.694
1958	283.127	1.186.991	1.319.846
1959	273.629	1.910.155	1.497.941
1960	388.326	2.659.170	2.363.323

População

O censo de 1960 apurou para o mun. a população de 31.804 hab., com a seguinte distribuição:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Dom.
BOA-VIAGEM	15.819	2.274	13.545	2.663
Domingos da Costa	4.173	194	3.979	667
Ibuaçu	7.587	109	7.487	1.196
Jacampari	4.225	201	4.024	693
	31.804	2.778	29.026	5.219

Aspectos Culturais e Assistenciais

Em 1960 havia 1.214 alunos matriculados em 46 escolas, sendo que 40 destas estavam sob os cuidados do município. Na sede existe um grupo escolar. A sua primeira escola foi para o sexo feminino, criada pela Lei n.º 1.287, de 15-10-1869. A masculina veio com a Lei n.º 2.005, de 6-9-1882.

Conta com um Pôsto de Proteção à Maternidade e à Infância, mantido pela L.B.A. A assistência à pobreza restringe-se a duas Conferências de S. Vicente de Paulo.

Aspectos Urbanos

A cid. de Boa Viagem fica à m. esq. do rch. do mesmo nome, no trecho também conhecido por rch. das Almas, a 275 m de alt. e a 205 km da Cap., em linha reta. Astronômicamente está a 5º 07' 38" de lat. S e 39º 44' 38" de long. W. Gr.

Tem 24 ruas e praças, na maioria calçadas, algumas arborizadas e tôdas iluminadas a luz elétrica. As praças são amplas. As ruas, largas, paralelas e regularmente traçadas. Possui cêrca de 500 prédios. Uma caixa de 225.000 l, alimentada através de poço profundo, assegura o abastecimento d'água.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Mun., desmembrado de Quixeramobim, pela Lei n.º 1.128 (art. 5.º), de 21-11-1864, com sede no núcleo de Boa Viagem, então elevado a vila. Foi extinto pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931, integrando-se o seu territó-

rio no de Quixeramobim. Restaurado, com os mesmos limites anteriores, pela Lei n.º 260, de 28-12-1936. Cid. pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938. Compreende os dist. de Boa Viagem, Domingos da Costa, Ibuaçu, Jacampari.

Formação judiciária. — O têrmo, subordinado à com. de S. João do Príncipe, foi constituído quando da criação do mun. (Lei n.º 1.128, de 21-11-1864). Pelo Dec. n.º 196, de 5-6-1891, passou a fazer parte da com. de Quixeramobim. A Lei n.º 1.572, de 26-9-1918, mandou provê-lo de um juiz substituto togado, mas a de n.º 1.749, de 3-9-1920, a revogou, ficando o têrmo sob a jurisdição do juiz substituto de Quixeramobim. Tornou-se com. de 1.ª entrância em virtude do art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de 1947, regulado pela Lei n.º 213, de 9-6-1948.

Formação religiosa. — A Lei n.º 1.025, 18-11-1862, elevou à cat. de matriz a capela de N. S. de Boa Viagem, com a mesma denominação, desmembrada da freg. de S. Antônio de Quixeramobim. O primeiro vigário foi o padre Antônio Correia de Sá, nomeado por Provisão de 4-5-1863. Os limites da freg. constam da Lei n.º 1.113, de 27-10-1864.

De 1810 a 1814 exerceu a capelania de Boa Viagem o padre Gonçalo Inácio de Loiola e Melo *Mororó*, fuzilado em Fortaleza a 30-4-1825, pela sua participação na Confederação do Equador.

Diz o Barão de Studart que em 1772 o capitão Antônio Domingues Álvarez doou meia-légua de terras e gados para a construção da igreja. Apenas dava cumprimento à promessa feita em hora aflitiva, como adiante veremos.

A paróquia conta com 9 templos e 10 associações religiosas. Há na cid. a Igreja Evangelista Congregacional e encontram-se pequenos núcleos protestantes em Guia, Suçuarana, Madeira Cortada, Cachoeira, Jordão, São José.

Toponímia

Nas *Memórias do Professor Manoel Ximenes de Aragão* (RIC, 27 (1913), 53 a 54) há interessante relato sôbre o fundador do núcleo e da capela de Boa Viagem, que transpaginamos para aqui:

"Apareceu neste lugar um homem desconhecido trazendo em sua companhia uma môça branca e bem parecida.

Algum tempo depois de sua chegada soube-se que êle raptara aquela môça pertencente a uma família principal do Icó; que o pai e irmãos dela, levando muito mal o negócio, dispuseram-se a persegui-los e procurá-los com o maior empenho, e que finalmente se puseram em seu seguimento.

Antônio Domingues, que assim se chamava o raptor da môça, conhecendo o perigo em que se achava se tivesse a desgraça de cair nas mãos de seus inimigos, recorreu à Mãe de Deus prometendo-lhe que, se se visse salvo daquele iminente perigo, levantaria ali uma igreja a sua custa com a invocação de *Nossa Senhora da Boa Viagem*, e não obstante, tomou a cautela de se ocultar até ver o que se passava.

Vieram com efeito os inimigos dêle em seu encalço, mas foram tão infelizes em sua viagem, que apenas um só pôde chegar distante do lugar — *Cavalo Morto* — duas léguas, e aí morreu de uma dor, deixando todos os outros companheiros doentes pelo caminho.

Desanimados com isto os parentes da môça, que tomaram por castigo o que havia acontecido, deixaram de perseguir mais os dois fugitivos.

Então Antônio Domingues, vendo-se livre da perseguição, saiu de seu esconderijo, casou com a môça, e edificou a capela, mudando o nome do lugar, de *Cavalo Morto* para Boa Viagem.

Êste homem foi o progenitor de um povo numeroso, que hoje habita pelas freguesias de Quixeramobim, Crateús e Serra dos Côcos."

Filhos Ilustres (*)

Francisco de Sales Cavalcanti, Cônego (1911). Ordenou-se na diocese de Manaus, onde paroquiou as freguesias de Maués e Barreirinha. Transferindo-se para a diocese de Mossoró, ali se dedica ao magistério, sendo diretor do Ginásio Santa Luzia. Cultiva a poesia e a pesquisa histórica, tendo dado a lume alguns trabalhos de valor.

Francisco Inácio da Costa Mendes, Pe. (1842-1900). Vigariou as paróquias de Boa Viagem, Camocim, Ibiapina e Meruoca, neste Estado, e Codó, no Maranhão. Também exerceu, por algum tempo, seu apostolado no Amazonas.

Dom José Terceiro de Sousa (1908). Depois de haver exercido o paroquiato em Boa Viagem, Aratuba, Pereiro e Russas, foi eleito Bispo de Caitité, na Bahia, onde realizou fecunda administração. Em 1956 foi designado bispo-auxiliar da arquidiocese de Salvador e no ano seguinte foi-lhe confiada a diocese de Penedo, em Alagoas.

João de Araújo Costa Mendes (-1874). Provecto educador. No renomado Ginásio Bahiano, do Dr. Abílio de César Borges, mais tarde Barão de Macaúbas, foi vice-diretor e professor da 2.ª cadeira de Latim. Em Fortaleza, fundou a 8-1-1863 o Ateneu Cearense, o primeiro colégio que o Ceará conheceu e que tanto se recomendou pelos alunos que nêle se prepararam, como diz o Barão de Studart, um dos seus antigos estudantes.

(*) Verbete de autoria do dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

BOA VIAGEM

Embora humilde e ardente ao sol flamante,
Da Virgem poderosa tens o amparo.
De amor vieste e nêle vês cantante
O santo altar mais belo e muito caro.

És fonte divinal ao céu brilhante,
Farol de luz fulgindo, etéreo e claro,
Asilo de confôrto ao caminhante,
Oásis de ventura, abrigo raro.

Um templo venerando é teu dossel,
Sacrário de ventura, amor, ciência,
Eterno, sacrossanto, a Deus fiel.

Meu berço, minha terra, áureo painel.
Ao teu passado, glória e reverência.
Ao teu presente, honra sem labéu.

Cônego Salles.

BOA VISTA. — Sa. (da), com cêrca de 18 km de extensão, pertencente ao maciço das Matas.

BOA VISTA. — Sa. (da), nas cabeceiras dos formadores do rch. da Pimenta, mun. de Várzea Alegre.

BOA VISTA. — Sa. (da), contraforte da Serra Grande, inclinada para sueste. Fica na bacia do Trici, um dos formadores do Jaguaribe, mun. de Tauá. Baixa e sêca, porém cultivada na fase pluvial.

BOA VISTA. — Ste. (da), entre Tauá e Cococi, na faz. Várzea da Onça.

BOA VISTA. — Ste. próximo à v. de Mapuá, mun. de Jaguaribe.

BOA VISTA. — Mo. (da), na sa. da Assunção, ao sul da cid. de Itapipoca.

No seu cimo "existe um grupo de pedras interessante; uma grande pedra horizontal estende-se sôbre outras, de maneira a deixar um vasto espaço vazio sob êsse grande teto. Chamam a êsse grupo — Pedra do Negro. O espaço vazio, coberto pela grande pedra foi aproveitado para moradia. Aí há duas casas com moradores, formadas pelas pedras e alguma parede divisória acrescentada pela mão do homem. É tão grande o espaço coberto que há lugar para mais uma casa. Não se trata pròpriamente de uma gruta, mas de pedras reunidas e cobertas por grande laje que se lhes superpõe à maneira de teto". (D. Antônio de Almeida Lustosa, *Notas a Lápis*, 392.)

BOA VISTA. — Cabeço dos mais elevados da sa. de Baturité, com 820 m de altitude.

BOA VISTA. — Rch. (da), um dos formadores do r. Barrigas, afl. do Quixeramobim. Vem da sa. do Machado. Banha de N a S largo trecho do mun. de Itatira.

BOA VISTA. — Rch. (da). Fluem as suas nascentes nos sít. do Meio e Freixeiras, sa. da Meruoca, mun. dêste nome, e, depois de um curso de 18 km, deságua no rch. Contendas, mun. de Massapê. O vale é bastante cultivado de cana e fruteiras.

BOA VISTA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Algodões, trib. do Forquilha, dependente da m. dir. do Quixeramobim, mun. dêste nome.

BOA VISTA. — Rch. (da), no mun. de Sobral. Afl. da m. esq. do Jaibara, vem da sa. do Rosário.

BOA VISTA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Groaíras, nasce na sa. Redonda.

BOA VISTA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Groaíras, vem do ste. de S. Lucas, recebe pela esq. os rch. Ôlho-d'Água e Belém. Em sua ba. incide a divisória do dist. de S. Quitéria com o de Muribeca.

BOA VISTA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Macacos, trib. do Acaraú, mun. de Batoque.

BOA VISTA. — Rch., um dos formadores do Remédios, da bacia do Figueiredo.

BOA VISTA. — Rch. (da), nasce no ste. da Traíra, afl. da m. dir. do alto Jacurutu, mun. de S. Quitéria.

BOA VISTA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Carrapateira, mun. de Tauá.

BOA VISTA. — Rch., vem da chapada de S. José, deságua à esq. do rch. Sêco, da bacia do alto Cariús.

BOA VISTA. — Rch., também conhecido por Maracajá, nasce no encontro das sa. do Franco e do Luna, banha o dist.

de Quixelô, depois de um curso de 35 km deságua à m. esq. do Jaguaribe, no lugar Coberto, mun. de Iguatu.

Nota — Em MIN figura como afluente do Cunhãputi.

BOA VISTA. — Rch., afl. do Juá, mun. de Maranguape.

BOA VISTA. — Rch., mun. de Jardim.

BOA VISTA. — Prop. r., onde nasce o rch. de Dentro, afl. do Timonha, mun. de Chaval.

BOA VISTA. — Prop. r., sôbre a quebrada oriental da sa. da Aratanha, mun. de Pacatuba, onde, pela primeira vez, no Ceará, plantou-se café com finalidade econômica.

O pioneiro dessa iniciativa foi o lavrador José Antônio da Costa e Silva. O seu filho, Juvenal Galeno, através de um interlocutor, narra o feito no livro *Cenas Populares:*

"Findos os horrores da grande sêca (refere-se o narrador à de 1825), seu pai e tios, inteiramente desanimados da lavoura do algodão, e desejando ardentemente reconstruírem suas fortunas, hesitavam, cogitando dos meios de mudar de plantação, auferindo assim de suas terras lucros mais crescidos.

Sonhava-se com a lavoura do café, que já se ensaiava no sul do Império, e êste sonho especialmente os preocupava, sugerido sem dúvida pelo fato que lhe vou contar. Nos movimentos políticos de 1824, de que falei há pouco, tendo ido à serra de Baturité, por amor dêsses mesmos movimentos, seu tio Domingos da Costa, ali viu no sítio Mucaípe, propriedade do capitão Antônio Pereira de Queiroz, alguns cafeeiros ao redor da casa, — nascidos de sementes vindas do Cariri, para onde tinham ido de Pernambuco, conduzidas por comerciantes sertanejos. Não só neste como naquele lugar, essas plantas não passavam de objetos de mera curiosidade, — o uso do café era estranho na Província e ninguém se decidira a estendê-lo e aproveitá-lo.

Seu tio Domingos obteve então oito libras pouco mais ou menos de sementes, e voltando plantou-as em canteiros na serra, e aqui embaixo na Serrinha, onde nesse tempo morava.

Logo depois, pretendendo mudar-se para o Pará, — mudança que não efetuou — Domingos deu êsses canteiros a seu irmão João da Costa, e êste aproveitando-os fêz mudar em 1826 as plantas para o sítio Boaçu,

em cima da serra, mais como ensaio do que com intenção firme de constituir um nôvo ramo de lavoura para si.

Pouco tempo depois, seu pai, meu amigo, resolvendo desprezar a lavoura da planície, e mudar-se para a serra, com o fim de empregar-se na cultura do café, que lhe parecia de próspero futuro, e consultando os irmãos a respeito, êstes o desanimaram completamente, qualificando de loucura semelhante lembrança.

Todavia seu pai, que era homem empreendedor, e de vontade forte, — desprezando as observações de seus irmãos, embrenhou-se na serra, e cuidou sem descanço em realizar o plano que elaborara sua fértil imaginação.

Você há de saber, por lhe ter ouvido sem dúvida, a interessante história do sítio da Boa Vista quanto não sofreu êle, trabalhando ao sol e à chuva, com poucos braços — dormindo nas grutas, sem recursos pecuniários — vencendo em suma obstáculos de tôda a natureza, para sair-se bem do que empreendera, e confundir assim os irmãos que lhe tinham augurado maus resultados.

Derrubados os matos e preparados os roçados em 1839, seu pai encheu alguns de cafeeiros e outros de canas; preparou engenho para a moagem destas; e auferindo algum lucro, adquiriu fôrças para alargar as plantações de café, e remover os tropeços que lhe embargavam os passos.

Como que a Providência condoeu-se de seus esforços e quis compensá-lo de tamanhas fadigas. O que é certo é que seu pai, meu amigo, prosperou depressa, e em poucos anos pôde começar aquêle bonito sobrado, que ali demora ufano entre coqueiros nas faldas d'Aratanha, e teve a satisfação de mandar as primeiras sacas de bom café ao mercado da capital.

Foi, pois, aquêle inteligente e laborioso José Antônio da Costa e Silva — quem primeiro vendeu café nesta Província, iniciando assim êsse importante ramo de nossa indústria, no que desde logo o secundaram seus irmãos e os agricultores de Maranguape e Baturité.

E, cousa interessante. Baturité que nos dera os primeiros caroços de café, não teve depois semente para começar sua cultura, e veio pedi-la à Aratanha, arrancando-lhe muitos milhares de plantas ou mudas." (Juvenal Galeno, *Cenas Populares*, 2.ª ed., Fortaleza, 1902, 108-111.)

BOA VISTA. — Pov., mun. de Cascavel.

BOA VISTA. — Pov., com 14 habitações, na bacia do Trici, mun. de Tauá.

BOA VISTA. — Pov., com 22 habitações, mun. de Cedro.

BOA VISTA. — Pov., com 68 habitações, mun. de Várzea Alegre.

BOA VISTA. — V. MAPUÁ.

BOA VISTA DO CAXITORÉ. — Dist. criado pela Lei n.º 6.476, de 26-8-63 (D.O., de 30-8-63), e tornada sem efeito pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965 (D.O., de 24-12-65).

BÔCA DA MATA. — Fonte (da), brota da sa. do Araripe, mun. de Jardim. Pelo volume é a maior nascente do Cariri.

Na sua origem não passa de um poço com menos de 1 m de profundidade. As águas transbordantes correm cêrca de 5 m e em seguida caem de uma altura de perto de 2 m, espraiam-se um pouco antes de serem contidas e guiadas pela grande levada aberta pelos agricultores interessados. Essas águas irrigam uma área de talvez mais de uma légua de extensão, com a largura variável de 100 a 500 m, tôda ela ocupada por cana, fruteiras, mandioca, arroz etc.

BÔCA DO CÓRREGO. — Rch. (da), afl. da m. esq. do r. dos Caibros, braços do Acaraú. Recebe o Vaca Brava e daí até a sua foz serve de limites aos mun. de Acaraú e Marco, banhando a sede dêste último.

BOCAINA. — Prop. r., na sa. da Meruoca, com ocorrência de ferro.

BODE. — Rch. (do), nasce no sopé da sa. do Araripe, no sít. Páscoa, desembocando à m. dir. do Batateira, depois de um curso de 7 km, no lug. S. Raimundo, mun. de Crato.

BOGÓ. — Sa. (do), trecho da Serra Grande, no mun. de Cococi, com enorme caverna que mergulha horizontalmente de montanha adentro.

"*Bog* (fender, rachar; fenda, abertura, rachadura). De *bog* fêz naturalmente *bogó*. Como a região onde está essa gruta fôra habitada por tapuias, pode ser que o vocábulo seja cariri. Neste caso a etimologia seria *Bocó*, literalmente, bôlso, algibeira, buraco, caverna." (Pompeu Sobrinho, *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 214.)

BOI CHÔCO. — Trecho da praia entre a Volta da Jurema e o Mucuripe, mun. de Fortaleza.

BOI PINTADO. — Rch. (do), no mun. de Novas Russas, um dos formadores do rch. Feitosa, nasce a noroeste do maciço das Matas.

BOIS. — Sa. (dos), no mun. de Aiuaba, no divisor de águas do Imbuzeiro com o Jaguaribe, com alt. de 500 metros.

BOIS. — Sa. (dos), nome de uma das sete grandes pedras formadoras da sa. da Pendência ou Toré, mun. de Quixeramobim.

BOIS. — Rch. (dos), vem da sa. do Estêvão, faz parte da bacia de captação do aç. do Cedro, mun. de Quixadá. Através dêste rch. o DNOCS projetou um canal ligando os açudes do Cedro e Choró.

BOIS. — Rch. (dos), nasce na sa. da Faísca e deflui à m. esq. do Uruquê. No divisor de suas águas com o Tapuiará corre a linha de limites de Quixadá com Quixeramobim.

BOIS. — Rch. (dos), afl. da m. dir. do Groaíras, vem da sa. do Machado, mun. de Santa Quitéria.

BOIS. — Rch. (dos), vem do ste. do Mandu, na linha fronteiriça de Tamboril com Nova Russas, corre a princípio no primeiro e depois se volta para O e penetra em Nova Russas, onde com o Boi Pintado forma o r. ou rch. Feitosa.

BOIS. — Rch. (dos), no mun. de Sobral, afl. da m. dir. do Jaibara.

BOIS. — Rch. (dos), nasce na sa. dêste nome, recebe o Caiçara, banha Aiuaba, deságua à m. esq. do Imbuzeiro, trib. do Conceição.

BOIS. — Rch. (dos), nasce nas elevações entre o triângulo Ceará-Paraíba-Pernambuco, recebe o Três Ôlhos-d'Água e derrama-se à m. esq. do rch. das Pombas, trib. do dos Porcos.

BOIS. — La. (dos), no dist. de Bitupitá, mun. de Camocim, grande e perene, com boa água e margens cobertas de canaviais.

BOIS. — Ilha (dos), na costa do Acaraú, perto de Almofala. Mede 440 m de comprimento sôbre 40 de largura.

BOLÍVIA. — Faz. nas proximidades de Quixadá, com boas instalações de criar.

BÔLO. — Ste. (do), a L do de Tamboatá, no dist. de Guaiúba, mun. de Pacatuba. É agrícola.

BÔLSO. — La. (do), grande, com fabrico de tijolos, no litoral do mun. de S. Gonçalo do Amarante.

BOMBA. — Ste., na extrema dos dist. de Major Simplício e Betânia, mun. de Nova Russas.

BOM JARDIM. — Rch. (do), nasce sôbre a Serra Grande, na divisória do Ceará com o Piauí, mun. de Independência. Passa pela faz. de seu nome e ao sopé da referida sa. junta-se com o Três Irmãos, nas proximidades da v. de Nôvo Oriente, formando o rch. conhecido por Várzea Comprida.

BOM JARDIM. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Batoque, mun. de Canindé.

BOM JARDIM. — Sít. (do), mun. de Beberibe, regado pelos correntes do Leite e da Casa Grande. Aí se estabeleceu com lavoura e criatório, nas primeiras décadas do século passado, vindo de Aquirás, Pedro de Queiroz Lima, um dos troncos da conhecida família Queiroz Facó.

BOM JARDIM. — Pov., com 37 casas, Nova Russas. Já foi dist., assim figurando na divisão territorial datada de 31-12-1937. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, foi extinto e o seu território anexado ao dist.-sede do município.

BOM JARDIM. — V. POTIRETAMA.

BOM JESUS. — Sa. (do), no mun. de Mombaça, à m. dir. do trecho superior do r. Banabuiú.

BOM JESUS. — P. (do), entre os mun. de Farias Brito e Assaré.

BOM JESUS. — Boq., na bacia do Curu.

BOM JESUS. — Rch. (do), no mun. de Sobral, de curso bastante extenso. Nasce na sa. do Feijão, atravessa o vale formado por esta e pelas sa. da Caminhadeira e Vertente, banha Taperuaba, recebe o Saco e deságua à esq. do Aracatiaçu.

BOM JESUS. — Rch. (do), no divisor de suas águas com o Jurema passa o limite dos mun. de Assaré e Farias Brito.

BOM JESUS. — Rch. (do), na sa. da Meruoca, afl. do Santa Luzia. A partir de sua barra até o tôpo da ladeira separa Massapê de Meruoca.

BOM JESUS. — Rch. (do), no mun. de Mombaça, afl. da m. dir. do Banabuiú, deságua no sít. Caiçara. Os seus formadores vêm das sa. de Bom Jesus, Barriguda, S. Joaquim e S. Gonçalo. Tem 27 km de curso e recebe pela m. dir. o rch. da Roça e pela esq. o Ôlho-d'Água.

BOM JESUS. — Mina (do), ocorrência aurífera, à margem da Grota da Mina, pequeno rch. afl. do Ipuçaba, a poucos km a L da cid. do Ipu.

O engenheiro Raimundo Heráclito de Carvalho, que à exploração dessa jazida se entregou de corpo e alma, escreveu pelas colunas da *Província do Pará*, de 29-7-1898, interessante artigo sôbre a sua história e possibilidades econômicas, transcrito na RIC, 25 (1901), 113, que passamos para êste trabalho, aduzido de algumas notas de nossa autoria:

"A mina de ouro Bom Jesus, até agora conservada virgem, acha-se encravada nas terras da Volta (terceira légua da sesmaria do riacho Ipuçaba), a leste da cidade do Ipu, norte do Ceará, da qual dista 10 quilômetros.

Cidade florescente e rodeada de terrenos fertilíssimos para agricultura e criação, Ipu é o ponto terminal da estrada de ferro de Sobral, que a liga ao excelente pôrto do Camocim, o melhor do Estado, com um percurso de 216 quilômetros. O buraco (sarilho) existente fica à margem esquerda de um pequeno arroio, que os habitantes do lugar chamam *grota da mina*, de tal sorte que pelo inverno as águas das enxurradas enchem-no completamente. O riacho Ipuçaba, que desce da fertilíssima serra da Ibiapaba, onde tem as suas nascentes em fontes perenes, passa cêrca de um quilômetro a SO do *sarilho*, prestando-se aí à construção de uma magnífica barragem para represar as águas.

Os primeiros vestígios da jazida aurífera foram encontrados por um prêto velho africano, vindo de Minas Gerais, onde tinha adquirido a prática de faiscador. Começou por concentrar as terras de aluvião retiradas dos veios e tabuleiros em *canoas*, para em seguida lavar na *bateia* e apurar o ouro, conseguindo por êste meio extrair notável quantidade do metal precioso, com o qual foram feitas muitas jóias, das quais ainda hoje existem algumas na cidade do Ipu. (1)

Continuando no seu afanoso serviço de *faiscador*, o prêto velho descobriu uma rocha suficientemente decomposta, que lhe permitia fàcilmente a extração; encontrando nela abundante quantidade de ouro desprezou os veios e tabuleiros para sòmente se ocupar dela, levando-a em boa porção para baixo de uma frondosa oiticica onde reduzia-a à areia sôbre uma pedra, concentrando depois na canoa para em seguida apurar na *bateia*. Assim prosseguia êle neste rude trabalho, até onde

(1) — Êsse prêto velho, conhecido no Ipu pela alcunha de **Pai Flor**, do ouro que extraiu da mina do **Bom Jesus**, vendeu certa porção aos ourives da cidade e fêz alguns presentes a pessoas de influência da terra, inclusive ao vigário de então, padre Francisco Correia de Carvalho e Silva, que com o metal ofertado mandou fazer as fivelas de seus sapatos. Fato assaz conhecido no Ipu. (Eusébio de Sousa, **Minas do Ipu**, RIC, 32 (1918), 20 in nota.)

lhe permitiam seus processos rudimentares de extração, sendo depois obrigado a empregar para isso o fogo e a água.

Só alguns anos depois de sua morte é que se veio a conhecer o buraco por êle feito, que vulgarmente chamam *sarilho*.

O Sr. Major Teixeira (2) conseguiu comprar estas terras, e aparecendo por essa ocasião dois engenheiros inglêses (3) que andavam em excursões, foram por êle convidados para examinar o local trabalhado pelo prêto velho, como narra superficialmente o Dr. José Pompeu em sua *Corografia da Provincia do Ceará*, página 72, dizendo:

"Sôbre a mina Bom-Jesus, a 10 km a L da cidade do Ipu, examinada em 1856 por dois engenheiros inglêses, consta o seguinte: abriram um poço de 6 m 6 de profundidade e 8 m 8 de circunferência e ficaram satisfeitos com o resultado das experiências."

Data de 3 de outubro de 1857 a concessão do govêrno do império permitindo ao Sr. Major Teixeira explorar e lavrar minerais na comarca do Ipu. (4)

Ao leitor parecerá talvez incrível que tamanha riqueza permaneça por mais de quarenta anos perfeitamente intacta, o que, porém, não é para admirar em vista do grau de incredulidade e de ignorância do nosso povo, relativamente a êste gênero de indústria.

A jazida aurífera é constituída por um terreno um pouco acidentado, formando pequenos outeiros, todos resultantes da serra da Ibiapaba, da qual dista apenas 12 quilômetros. Daí a desigualdade do solo nas vizinhanças do *sarilho*, sulcado por pequenos arroios, a que o povo dá o nome de grotas, e que só correm pelo inverno, nos leitos e margens dos quais se encontra comumente ouro em aluvião.

Na superfície o terreno é constituído por uma argila, ora vermelha, ora escura, no meio da qual se encontram seixos de quartzo rolados e fragmentos de granito e gnaisses algumas vêzes exteriormente decompostos, outras vêzes conservando suas arestas ainda bastante vivas.

(2) — José Bernardo Teixeira.
(3) — Um dêsses engenheiros chamava-se Tomás Dixon Lowden. "Entendia êle que (a mina) tinha proporções para empregar cêrca de mil pessoas, que se podia construir uma estrada de ferro de Camocim até ali, contando-se com todos os recursos, isto é, com a água do Ipuçaba que corre continuamente nas proximidades, madeiras em abundância, e a Serra Grande do lado para abastecimento de gêneros aos operários.
Tirando-se em um raio da mina 18 oitavas por tonelada de pedra, extração igual à do Congo Sêco em Minas, maiores vantagens se deveriam esperar, quando chegassem os trabalhos à mina mãe.
Associado ao major Teixeira, parte Dixon para o Rio de Janeiro a fim de tirar o privilégio, e de volta passa no Recife, onde veio a falecer, desaparecendo as plantas e mais papéis relativos àquela emprêsa." (Antônio Bezerra, Notas de Viagem ao Norte do Ceará, 2.ª ed., 194, Lisboa, 1915.)
(4) — Pelo Dec. n.º 1.962, de 3-10-1857, o Govêrno Imperial concedeu a José Bernardo Teixeira a permissão para explorar e lavrar minas no território da Provincia. A concessão foi alterada pelos Decs. ns. 2.033, de 21-11-1857, e 3.779, de 12-1-1867, que lhe concederam o privilégio por 30 anos para lavrar ouro, chumbo, soda e outros minerais na comarca de Ipu, sendo o último posteriormente revalidado pelo Dec. n.º 4.876, de 24-1-1872.
Também a 3-10-1857 o Govêrno Imperial concedeu a Dixon privilégio por 50 anos para construção de uma estrada de ferro entre a barra do rio Camocim e as cidades de Granja e Ipu. Dixon, como vimos, era associado de Teixeira.

Observando-se as paredes do *sarilho*, vê-se na parte superior uma camada de argila escura, com cascalhos atingindo em certos pontos 3 m de espessura; abaixo xistos-quartzosos, a princípio bastante decompostos e intermeados por um veio de quartzo leitoso de cêrca de 1 m de grossura.

Êstes xistos se assentam sôbre uma camada de gnaisse bem estratificado, apresentando grande quantidade de mica negra, verde-escura e dourada. Para a parte inferior da camada a mica vai diminuindo e os três elementos essenciais da rocha vão tomando as proporções com que entram na composição do granito, transformando-se assim o gnaisse bem estratificado em um perfeito gnaisse-granitóide.

Esta rocha, só últimamente posta a descoberto na tiragem de amostras, constitui a mais rica ganga de ouro, não só pela sua uniformidade, como igualmente pelo seu elevado teor nesse metal obtido em diversas análises, tendo-se encontrado também ouro nas rochas superiores, porém, em teor muito mais baixo.

O minério tem sido analisado em vários lugares quer no Brasil quer na Europa, notadamente na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, Escola de Minas de Ouro Prêto, em Londres e em Paris, últimamente por um químico M. Cafron que, segundo a Nota Confidencial de M. Henry Baéte, dirigida ao Sr. Barão de Camocim, que se encarregou de mandar fazer essa análise, deu ela os mais brilhantes resultados.

De tôdas as análises feitas até hoje o teor em ouro varia de 23 a 157 gramas por tonelada, sendo êste último número o obtido na análise sôbre o gnaisse-granitóide, que, como já ficou dito, constitui a ganga mais rica de ouro até então conhecida.

O ouro, como se vê, é encontrado não só no gnaisse-granitóide, mais ainda nas camadas de gnaisse bem estratificado, xistos-quartzosos e até mesmo no veio quartzo leitoso.

A extensão da jazida não é ainda perfeitamente conhecida, à falta de recursos pecuniários para execução das sondagens mas pelos estudos rudimentares feitos em poços comuns, e pela natureza da ganga do ouro que aflora muitas vêzes dentro e fora da área compreendida pela planta levantada, conclui-se que a massa mineral é abundante pois o gnaisse se apresenta sempre em grandes massas e principalmente no Ceará, onde êle se encontra à pequena profundidade. Nas vizinhanças da cidade do Ipu encontra-se ouro em aluvião, que é extraído por *faiscadores* em *bateias;* mas o que constitui a prova mais cabal da abundância da massa gnáissica é que ela possui a formação geológica inteiramente idêntica à série de gnaisse metalífera das ricas jazidas auríferas do Morro Velho, Cuiabá, Santa Bárbara, São João d'El Rei, etc. em Minas Gerais, e dos terrenos auríferos da Jacobina, do Bonfim (Vila Nova) e do Rio das Contas, na Bahia."

Eusébio de Sousa, em *Crônica do Ipu* (RIC, 29 (1915), 209), relata, como se segue, o malôgro da exploração da jazida do Bom Jesus, que levou à loucura o engenheiro Raimundo Heráclito de Carvalho.

"O Dr. Raimundo Heráclito de Carvalho cursava ainda o quinto ano da Escola Politécnica de Ouro Prêto, quando, a convite do Major Teixeira, visitou a mina do *Bom Jesus*.

O digno engenheiro, examinando o local, onde se supunha existir o minério, conseguiu tirar dêle algumas amostras e voltando a Minas Gerais para terminar os seus estudos, submeteu-as à apreciação do diretor daquela escola e êste titular determinou, em seguida, minucioso exame nas aludidas amostras designando um outro estudante para auxiliar o trabalho do então acadêmico Heráclito.

O resultado foi, por demais, satisfatório, mas suspeitando o diretor da Politécnica de Ouro Prêto ter havido certo exagêro ou mesmo interêsse por parte de seus discípulos, no laudo apresentado, em pessoa, presidiu segunda análise, com maior escrúpulo, concluindo pela exatidão do primeiro exame.

Na opinião do provecto professor de Ouro Prêto, o minério existente no *Bom Jesus* era igual a uma das melhores minas do Transval, restando ùnicamente saber-se qual a extensão da área do terreno onde estava localizada a mina para sua verdadeira valorização.

Diplomado Dr. Heráclito, volta ao *Bom Jesus*, e certo da existência da mina, aparelhado de conhecimentos sôbre a matéria, dá começo à exploração, dedicando tôda a sua energia máscula com devotado ardor e operosidade que justificam a sua ardente ambição de môço.

Reúne alguns capitais, constitui pequeno sindicato, documenta-se, aparelha-se de mecanismos apropriados à extração do ouro, e ei-lo, esforçado, à frente do penoso serviço, certo da sua vitória, arquitetando, talvez, dourados projetos, audaz explorador, superando dificuldades próprias do meio indiferente, por índole, ao surpreendente espetáculo da extração do minério.

Luta inglória a do malogrado môço. Após um ano de esfalfante serviço no qual foram consumidos alguns capitais, quando julgava a obra completa, desengano fatal, cruel, esmagador, se depara aos seus olhos cubiçosos de ouro, simplesmente ouro.

Por motivos ainda hoje ignorados, mas que certo a ciência os explicará, naturalmente oriundos da deficiência ou imperfeição de aparelhos mais adequados ao trabalho, ou ainda à inexperiência do môço explorador, com o cérebro cheio de teorias rudimentares, mas de todo vazio da madura prática exigida em tal investigação, o resultado, malgrado as duas análises da escola de Ouro Prêto, não correspondeu à expectativa.

Completa desilusão... Vã esperança desfeita em um segundo... A operosidade do novel engenheiro chega ao seu auge. Tenta mais uma experiência, outra mais... Sempre o mesmo resultado negativo, fatal, cruel, esmagador...

Alucinado, não querendo crer na realidade do quadro que se lhe deparava, renova estudos, idealiza complicados cálculos, projeta desengonçados aparelhos, tenta reunir outros materiais, confunde as coisas, e, por último, cansado da labuta incessante, apresenta indícios de grave perturbação. O desventurado engenheiro estava sofrendo das faculdades mentais.

O mal agrava-se, e, pouco tempo depois, é o Dr. Heráclito internado no Asilo de Alienados de Pernambuco, onde conseguira rápida cura, voltando ao Ipu no meritório intuito de levar ao fim o seu grande cometimento. Reúne outros elementos, dá mãos à obra, para recair de sua enfermidade, desta vez reclamando sérios cuidados... Morreu fora do Asilo, paralítico.

Parece uma fantasia. O quadro é, no seu todo, real, e vai descrito no rigor de sua autenticidade. O Ipu contemporâneo ainda traz na imaginação, indelével, a figura altamente simpática do infeliz môço engenheiro, a quem a sua desdita privou de ser incluído no rol dos beneméritos dessa gloriosa cidade ipuense, que poderia ser hoje considerada a terra da promissão, a verdadeira Canaã dos cearenses...

O Dr. Raimundo Heráclito de Carvalho fôra um vencido da mina do *Bom Jesus*, e esta, hoje no esquecimento, jaz no mesmo estado em que êle a deixou, há seguramente quatorze anos, na exibição única de alguns aparelhos, gastos pelo tempo, atestando os serviços que foram empreendidos, desafiando ainda, sobranceira, orgulhosa, convicta do seu grande valor, a cobiça de um valente e audaz explorador."

BOM JESUS. — Pov., com 35 casas, mun. de Baixio.

BOM JESUS. — Pov., com 42 habitações, mun. de Canindé.

BOM JESUS. — Pov., com 20 habitações, mun. de Caririaçu.

BOM JESUS. — Pov., com 15 casas, mun. de Santana do Cariri.

BOM JESUS. — V. QUIXELÔ.

BOM JESUS DO QUIXELÔ. — V. QUIXELÔ.

BOM NOME. — Sa. (do), no mun. de Brejo Santo, entre os rch. da Morte e do Bálsamo, liga-se à do Boqueirão por estreita garganta.

BOM PRINCÍPIO. — Rch. (do), forma-se nos morros dos Salgados, mun. de Maranguape, a uns 12 km da sa. de Baturité. Reúne-se ao Jandaíra, que tem então o nome de Jaramataia, acima da fazenda Rodeador, mun. de Caucaia, dando origem ao r. Ceará.

BOM PRINCÍPIO. — Rch. (do), também conhecido por rch. dos Porcos, afl. da m. esq. do riacho do Sangue, na sua foz incidem os limites de Jaguaretama e Solonópole.

BOM PRINCÍPIO. — V. EMATUBA.

BOM SUCESSO. — Sa. (do), contraforte do maciço das Matas, nas lindes dos mun. de Boa Viagem e Mons. Tabosa, entre os formadores do Quixeramobim e o rch. da Arara.

BOM SUCESSO. — Sa. (do), a NE da cid. de Quixeramobim, cobrindo uma légua por meia-légua, formada por grandes blocos de granito.

BOM SUCESSO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Capitão-Mor, banha Inhuporanga e na sua foz incidem os limites de Canindé e Pentecoste.

BOM SUCESSO. — Rch., afl. da m. esq. do Jaguaribe, em todo o seu curso separa o mun. de Saboeiro do de Jucás.

BOM SUCESSO. — Rch., afl. da m. dir. do Banabuiú.

BOM SUCESSO. — Rch., vem da sa. de seu nome, mun. de Quixeramobim, e vaza no Uruquê.

BOM SUCESSO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Batoque, tributário do Canindé, no mun. dêste nome.

BOM SUCESSO. — Rch., mun. de Jardim.

BOM SUCESSO. — La. (do), pequena, próxima à faz. do mesmo nome, mun. de Canindé.

BOM SUCESSO. — Ôlho-d'água, na sa. do Cajueiro, mun. de Uruoca.

BOM SUCESSO. — Sít., sôbre a sa. de Baturité, com 785 m de alt., perto de Guaramiranga.

BOM SUCESSO. — Lug., mun. de Santa Quitéria, no r. dos Macacos, com pequena cachoeira.

BOM SUCESSO. — Pov., com 43 habitações, Russas.

BOM SUCESSO. — Pov., com 30 habitações, mun. de Redenção.

BOM SUCESSO. — Subúrbio de Fortaleza.

BOM SUCESSO. — V. TRUÇU.

BOM SUCESSO DO TRUÇU. — V. TRUÇU.

BOM TEMPO. — Sa. (do), mun. de Caucaia.

BOM TEMPO. — Lug. no mun. de Caucaia, ao sopé da parte ocidental da sa. da Japuara.

BONFIM. — Ste. (do), sêco e de pouca lavoura. Fica no divisor de águas dos rch. Cangati e São Gonçalo, a uns 5 km da m. dir. do Banabuiú, mun. de Mombaça.

BONFIM. — Rch. (do), também conhecido por Mantença. Vem da sa. da Meruoca, despeja-se no Fidalgo, incidindo em sua foz os limites dos mun. de Alcântaras e Meruoca.

BONFIM. — Dist. do mun. de Sobral, criado pela Lei n.º 6.482, de 28-8-1963 (D.O., de 11-9-63), com sede no pov. da Várzea do Pinto, elevado a v. com o nome de Bonfim, homenagem ao sr. Francisco Bonfim, o maior benfeitor do lugarejo.

A sede fica a 9 km ao sul de Sobral, por estrada de rodagem. Tem 500 hab., aproximadamente, 96 casas e uma capela sob a invocação de S. José. Em 1964, possuía 2 esc. municipais e 1 estadual, com matrícula efetiva de 68 alunos.

Comércio pequeno. A vida econômica do dist. tem por base o algodão, os cereais, a cêra de carnaúba e a oiticica, e uma pequena pecuária.

BONFIM. — V. CRUZEIRINHO.

BONHU. — Primitivo nome do r. Palhano. Também se escreve Ponhu. "Se é dicção tupi, deve ser *ipahú*, literalmente, dilúvio; alusão provável a alguma grande cheia, inundação. Se é palavra tapuia, pode ser *ponhú*, nadar, o nado." (Pompeu Sobrinho, *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 215.)

BONHU (Ex-SANTO ANTÔNIO). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Russas.

Preexistia com o nome de Santo Antônio, modificado pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, por ser banhado pelo Palhano, primitivamente chamado Bonhu.

A sua pop. é de 3.691 hab., sendo que 2.986 vivem no quadro rural, 705 no urbano, ocupando 576 domicílios. Em 1960 contava com 17 esc. freqüentadas por 385 alunos.

A sede do dist. soma 30 habitações e fica à m. do grande aç. de Santo Antônio de Russas, construído sôbre o leito do Palhano. Tem capela dedicada a Santo Antônio.

BONIFÁCIA. — Sa. (da), no mun. de Quixeramobim, à m. esq. do Tapuiará. É uma das sete grandes pedras que formam a chamada sa. da Pendência ou Toré. Entre ela e a sa. dos Bois, outra das sete pedras, há estreita passagem para gente a pé ou a cavalo.

BONIFÁCIO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do alto Curu. Das suas nascentes, na Serrinha, sôbre a sa. do Machado, até a foz de seu afl. Amargoso, serve de divisa entre os mun. de Canindé e Itatira.

BONIFÁCIO. — Êste topônimo surge na sesmaria concedida a Venceslau Gomes da Silva e seu companheiro, pelo capitão-mor Salvador Alves da Silva, em 13-1-1719. A data em aprêço ficava entre o r. Cariú e os rch. Uruxuto e Bonifácio. (D.S., v. 6, n.º 424,97.)

BONITA. — La., mun. de Assaré, nas cabeceiras do rch. Urucu.

BONITO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Batoque, tributário do Canindé, no mun. dêste nome.

BONITO. — Prop. r., no mun. de Ipu, com aç. construído pela IFOCS no sítio que, em dezembro de 1907, a Câmara Municipal já recomendava ao engenheiro Piquet Carneiro, então chefe da Comissão de Açudes no Ceará e Rio Grande do Norte, como excelente ponto para uma barragem. Foi iniciada em janeiro de 1920 e a conclusão oficial deu-se em agôsto de 1922, mas de fato foi em 1924, com o término das obras complementares.

Principais características:

Barragem de terra com um volume de	117.392 m³
Extensão pelo coroamento	485 m
Altura máxima do leito do riacho	16 m
Largura do sangradouro	80 m
Capacidade	10.601.680 m³

A bacia hidrográfica é formada pelo Ipuzinho, que vem da Ibiapaba. Custou, inclusive a desapropriação da bacia hidráulica, 994:431$000.

BONITO. — V. ALTO BONITO.

BONITO. — Dist. do mun. de Canindé, criado pela Lei n.º 2.163, de 14-12-1953, com território desmembrado do distrito-sede, tendo por cabeça o pov. de igual nome, elevado à cat. de v. com a mesma denominação. Tem 3.722 hab., ocupando 639 domicílios. A v., à margem do rch. do Bonito, perto de sua confluência com o Batoque, ligada por carroçável à cid. de Canindé, tem apenas 117 moradores e carece de qualquer importância.

BOQUEIRÃO. — Sa. (do), trecho da sa. dos Cariris Velhos, no mun. de Jardim, entre os rch. da Morte e do Jardim.

BOQUEIRÃO. — Sa. (do), prende-se à de S. Pedro, no dist. de Quitaiús, mun. de Lavras da Mangabeira.

BOQUEIRÃO. — Sa. (do), a 5 km ao SO da v. de Amaniutuba.

BOQUEIRÃO. — Sa. (do), liga as sa. Vermelha e das Vertentes, no mun. de Campos Sales. O r. Conceição corta-a pelo meio, através de estreita garganta.

BOQUEIRÃO. — Ste. (do), a 5 km ao N de Lavras da Mangabeira. É uma elevação de quartzo, que na direção de L chega a alcançar poucas centenas de metros. Na altura de 93 m é cortada pelo Salgado, através de uma garganta chamada *Boqueirão de Lavras*, de paredes quase verticais e distanciadas apenas 40 m uma da outra.

BOQUEIRÃO, — Ste. (do), nos limites de Icó com Icòzinho.

BOQUEIRÃO. — Ste. (do), no S do mun. de Coreaú. Liga-se à sa. do Carnotim por estreita garganta.

BOQUEIRÃO. — Ste. (do), entre as sa. da Palma e do Padre, mun. de Quixadá.

BOQUEIRÃO. — Ste. (do), a 2 km de Quixeramobim. É um contraforte da sa. de Santa Maria que alcança o leito do Quixeramobim, estrangulando-o juntamente com a sa. do Canindé, que lhe fica fronteira. Nesse local a IFOCS projetou e iniciou a construção de grande barragem de alvenaria, posteriormente abandonada, por falta de fundações convenientes.

BOQUEIRÃO. — Ôlho-d'Água (do), na sa. da Pirapora, mun. de Chaval. É a nascente do rch. Cajueiro, afl. do Ubatuba.

BOQUEIRÃO. — Rch. (do), no mun. de Sobral, afl. da m. esq. do Jaibara, vem da sa. do Rosário.

BOQUEIRÃO. — Rch. (do), mun. de Santa Quitéria, nasce entre as sa. do Corredor e Água Boa, afl. da m. dir. do Groaíras.

BOQUEIRÃO. — Rch. (do), mun. de Campos Sales, vem da sa. das Vertentes, recebe o Queimadas, desemboca à dir. do Conceição, a montante do boq. formado pela sa. dêste nome.

BOQUEIRÃO. — Rch. (do), em Lavras da Mangabeira, afl. da m. dir. do rch. do Meio, vem da sa. de S. Pedro e ladeia a sa. de seu nome.

BOQUEIRÃO. — Rch. (do), mun. de Pacatuba, nasce na sa. da Aratanha, banha a extremidade meridional da v. de Monguba.

BOQUEIRÃO. — Rch. (do), mun. de Quixeramobim, afl. do r. dêste nome, no qual deságua perto da cidade.

BOQUEIRÃO. — La. (do), no mun. de Camocim, com 48 km de perímetro e excelente água doce. Fica no litoral e formou-se à custa das areias tangidas pelos ventos. Em dezembro de 1927, ameaçando arrombar, a IFOCS salvou êsse reservatório natural de grande utilidade para os moradores ribeirinhos, abrindo-lhe um sangradouro de 800 m de comprimento por 7 de largura, com taludes laterais de 2:1. O custo da obra foi de 54:499$500.

BOQUEIRÃO. — Aç. (do). — V. RIACHO DO SANGUE.

BOQUEIRÃO (Ex-ARARA). — Est. da RVC, na linha Fortaleza-Crateús, na entrada do boq. da Arara, mun. de Caucaia. Inaugurada a 15-11-1920. Fica a 53,600 m de alt. e no km 32,440.

BOQUEIRÃO. — Prop. r., no mun. de Missão Velha, a 24 km da sede municipal, ao sopé da sa. do Mãozinha, com diversos afloramentos de gipsita. A sua área gessosa é avaliada em 199 ha e a capacidade da jazida em 25.000 toneladas. Vem sendo explorada desde 1933. Apesar de pertencer à mesma formação cretácea das demais ocorrências de gipsita no Cariri, o seu produto é de qualidade inferior.

Sôbre êsse depósito de gipsita há boa referência em Trajano de Morais, *Gipsita,* Avulso n.º 35, Serviço de Fomento da Produção Mineral, Rio de Janeiro, 1938, 4.

BOQUEIRÃO. — V. BERNARDINÓPOLE.

BOQUEIRÃO. — Dist. (do), pertencia ao mun. de Cachoeira, hoje Solonópole. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, foi extinto e seu território anexado ao dist. de Pasta, do mesmo mun. de Solonópole.

BOQUEIRÃO DA PASSAGEM. — O r. Banabuiú, após a confluência do Quixeramobim, apresenta três estrangulamentos em seu leito, sendo o primeiro, de baixo para cima, a poucos quilômetros da v. de Laranjeiras, conhecido por *Boqueirão de Baixo, Boqueirão da Passagem,* ou *Passagem,* simplesmente, e, ainda, por *Boqueirão do Mondubim.* Acha-se barrado pelo aç. Banabuiú, uma das maiores obras hidráulicas realizadas pelo DNOCS.

BOQUEIRÃO DE BAIXO. — V. BOQUEIRÃO DA PASSAGEM.

BOQUEIRÃO DE BAIXO. — Faz. à m. dir. do Jaguaribe, no mun. de Castanhão. Serviu de solar à poderosa família Cunha Pereira, na metade do século passado. Desavindo-se os parentes por litígios de sucessão, explorados pela politicagem e justiça venal do tempo, a intriga chegou ao auge com o assassínio do capitão Joaquim Manuel da Cunha, uma das figuras preeminentes do clã, no ano de 1839. Maquinaram os partidários dêste uma vingança em regra. Entre a noite de 17-6-1840 e o dia seguinte, surpreenderam os moradores da sede dessa fazenda, que foi posta ao saque e depois incendiada. Capitaneava o bando atacante Francisco José de Santana, conhecido por *Pataca.* O proprietário, José Leão da Cunha Pereira, rico e malvado, havido como autor intelectual da morte de Joaquim Manuel da Cunha, apesar dos rogos da espôsa, foi trucidado a bala e logo em seguida sangrado. Seis dos defensores da casa, durante a luta, pereceram carbonizados, presos num quarto onde se abrigaram e do qual não puderam sair, trancado que foi pelo lado de fora e escondida a chave em um pote d'-água. Um dêles era Sabino da Cunha Pereira, irmão do proprietário, alma danada, tecedor máximo dessa malha de intrigas que custaria tantos dissabores, prejuízos e sangue.

Essa luta de família teve larga repercussão na zona baixo-jaguaribana. João Brígido retratou-a vivamente em "Patacas e José Leão", capítulo de seu livro *Ceará — Homens e Fatos,* Rio de Janeiro, 1919, 284.

BOQUEIRÃO DE CIMA. — Última das angusturas do Banabuiú, após receber o Quixeramobim, vindo de baixo para cima. Fica a montante da b. do rch. das Pimenteiras e não tem a altura das anteriores.

BOQUEIRÃO DE LAVRAS. — No ste. do Boqueirão, em Lavras da Mangabeira. Já foi local considerado ideal para a construção de uma barragem destinada a irrigar o vale do Jaguaribe. Em 1880, a serviço do Govêrno Imperial, estudou-a o engenheiro inglês Jules P. Revy. Em fins dêsse mesmo ano o projeto estava pronto. Em suas linhas essenciais constava de uma barragem de alvenaria, semicircular, de 315 m de extensão no coroamento e 40 m acima do nível do poço existente no boqueirão. A capacidade de repleção era de 1.500.000.000 m³. O custo da obra, sem os canais de irrigação, orçava em 5.633:000$000. Doze anos depois o engenheiro P. O'Meara modificou o projeto, mas tanto o inicial como o subseqüente não foram levados avante.

Sôbre o assunto consulte-se: *Reservatório no Boqueirão de Lavras*, RIC, 15 (1901), 104-106; Tomás Pompeu de Sousa Brasil, *O Ceará no Comêço do Século XX*, Fortaleza, 1909, 68 a 71, 468 *et passim;* Antônio Olynto dos Santos Pires, *Notícia dos Estudos e Obras Contra os Efeitos das Sêcas*, Rio de Janeiro, 1910, 21 a 24; *P. O'Meara*, RIC, 32 (1918), 91-119; Geraldo Waring, *Suprimento d'Água no Nordeste do Brasil*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1923, 18-20; Renato Braga, *História da Comissão Científica de Exploração*, Fortaleza, 1962, 296-297.

"O'MEARA

(O Boqueirão de Lavras)

Um amigo procurou saber de nós, que vivemos muito em contato com o sábio engenheiro O'Meara, que estudos fizera êle sôbre a açudagem do Salgado, obra lembrada há quase um século.

Fomos parte, bem que mínima, nesses estudos; os impulsionamos com informações que seduziram um homem tão grande e tão nobre. Achamo-nos, por isto, habilitados a responder à pergunta.

O'Meara, que estivera aqui algum tempo superintendendo as obras do pôrto, a cargo da *Ceará Harbour*, e demorou no Rio de Janeiro no govêrno de Deodoro, mais tarde no de Floriano Peixoto, tratando com os respectivos ministros a propósito de sua mulher, companheira de estudos e secretária mui sapiente, à sua custa dirigiu-se novamente a êste Estado, com o fim de ver com os seus olhos o que pudera ser a açudagem do Salgado, no Boqueirão de Lavras. Disto, o engenheiro Revy já se tinha ocupado com o descuro e vanidade com que, aliás, se tornou célebre.

Pediu-nos O'Meara lhe indicássemos um auxiliar de certa competência e lhe emprestamos o sr. Antônio Bezerra de Menezes que, nos trabalhos em que tomou parte, se fêz credor da estima e consideração dêle. À volta dessa excursão, completou os seus trabalhos gráficos e redigiu uma longa memória, que conduziu para Londres no interêsse de organizar uma companhia e vir executar a barragem, tal como êle pensava dever-se construir.

Infelizmente, para êle e para o Ceará, tocando à sua terra foi vitimado de uma hemiplegia, de que sofria, já tendo um lado ligeiramente afetado de paralisia. O casal era paupérrimo e sua viúva, sentindo-se balda de recursos, procurou, por nosso intermédio e de outros amigos, vender ao govêrno do Ceará os documentos gráficos que êle chegara a completar.

Após instâncias nossas e de outros, o presidente Pedro Borges aceitou a oferta, compensando madama O'Meara com a soma exígua de dois contos de réis. Fêz traduzir a memória pelo professor de inglês do Liceu, seu primo, dr. Guilherme Moreira, e, segundo nos consta, adjudicou êsse cabedal à repartição de Obras Públicas.

Que fim deram a essa preciosidade não podemos saber, parecendo-nos bem possível que esteja entesourada com o mesmo *zêlo* e *probidade* com que se acha uma já opulenta biblioteca, que anda por aí além.

O'Meara era um sábio, um filósofo cristão, um astrônomo, um poeta e tudo mais que se pode ser, em ciências e letras, com sessenta anos de aplicação e muito talento.

Sua mulher era quase poliglota, conhecendo muitas línguas do Oriente, que tinha percorrido com seu marido; senhora igual à madama Agassiz e à princesa alemã Teresa, que andou incógnita em Maranguape e nesta cidade, e nos últimos dias do Império foi hóspede da família imperial.

O eminente explorador do Boqueirão de Lavras alterou os planos de Revy; êste não tinha encontrado base melhor para a fundação de molhe e recomendara uma forma de arco, sob o conexo da qual passasse a corrente. O'Meara abandonou êsse plano como vicioso, aconselhando a projeção retilínea para o paredão a construir-se.

Ainda alguns recuerdos sôbre êsse homem notável cujo espírito era de uma santidade plena.

Êle fôra o companheiro da imperatriz Eugênia, quando visitou, em Sta. Helena, o túmulo de Napoleão I, e por esta ocasião publicou na imprensa de Londres uma poesia que lhe valeu muitos elogios. Também visitou nos ermos da Zululândia, o túmulo humilde do filho de Eugênia, príncipe infeliz que se alistara no serviço da guerra que a Grã-Bretanha movia aos cafres que talavam aquêles campos.

Nesta capital observou êle a passagem de Vênus, escrevendo para a sua pátria sôbre êsse fenômeno celeste.

Um dia, quisemos ouvi-lo sôbre a formação das rochas piramidais que se encontram em Quixadá, semeadas numa vasta periferia, como os obeliscos em derredor de Mênfis, vista curiosa, esplêndida como poucas em terras do Brasil.

Revy opinava que essas rochas gigantescas tinham emergido dum solo vulcanizado.

Não, nos disse O'Meara, êsses penedos, ao contrário do que êle pensa, visìvelmente se percebem, procederam da erosão de platô, que existiu em épocas milenárias. Êles constituíram a ossada da montanha. O fenômeno explica-se geològicamente, não assim figurando a existência de vulcões, que a própria natureza das rochas está contestando.

Tivemos ocasião de notar sua calma e sangue frio bem como de sua mulher, quando o almirante Custódio de Melo, sublevando-se contra o generalíssimo Deodoro, mandou assestar para a cidade os seus canhões, ameaçando a deposição dêle, que mais tarde decidiu passar o govêrno ao marechal Floriano.

Quando se deu, nesta capital, a deposição do general Clarindo, êle que das varandas de sua casa (extremo-norte da Rua Formosa), ao lado de sua mulher, assistira o combate durante tôda a noite, disse-nos na manhã seguinte, que ficara edificado com a nobreza do povo cearense, deixando embarcar com tôdas as honras de general vencido, ao governador deposto. Nem uma palavra se lhe disse de desrespeito, e acrescentou que de lutas iguais tinha sido testemunha ocular no Rio da Prata, para não deixar de louvar a longanimidade, aqui, dos vencedores.

O'Meara era sobrinho do irlandês, médico de marinha O'Meara, que no "Bellerofonte", acompanhou Napoleão, o Grande, e ficou ao seu lado todo o tempo que êle sobreviveu à sua má fortuna, escrevendo depois as suas últimas palavras e conceitos sôbre as injustiças e grosserias de Hudson Lowe.

Eis, portanto, por ora, o que podemos grafar nesse papel para recomendar às gerações futuras o estrangeiro cuja convivência tanto nos honrou.

Duas viagens fizemos com êle ao Rio de Janeiro e temos a nossa pasta enriquecida de cartas que nos dirigiu."

João Brígido
(*Unitário* — 1.º-6-1916.)

BOQUEIRÃO DO ANEL. — Estrangulamento onde se construiu a barragem ao aç. Choró. O nome talvez decorra, lembra T. Pompeu Sobrinho (RIC, 70 (1956), 126), de uma inscrição rupestre na encosta direita do boq., composta de desenhos circulares. O local é também simplesmente conhecido por *Poço*.

BOQUEIRÃO DO BERRA. — Lugarejo a 6 km de Guaraciaba do Norte, na encosta NE da Ibiapaba. A 11-4-1917 foi destruído, com a maior parte de seus habitantes, pelos aludes provocados por chuvas excessivas.

BOQUEIRÃO DO CUNHA. — Fica a 60 km acima de Limoeiro do Norte e assinala o baixo e o médio Jaguaribe. À jusante espraiam-se as planícies aluviais, cobertas de carnaúbas, numa extensão de 150 sôbre uma largura média de 10 km, com a declividade de 0,40 m por quilômetro. Para montante se desenvolve, em declive, extenso trecho apertado e pedregoso.

O boqueirão tem uma largura de 300 a 350 m e comporta uma barragem submersível, já estudada pela IFOCS.

BOQUEIRÃO DO MEIO. — No r. Banabuiú, entre as ba. dos rch. Grossos e Pimenta. É uma das três angusturas do Banabuiú, um pouco abaixo da foz do Quixeramobim.

BOQUEIRÃO DO MONDUBIM. — V. BOQUEIRÃO DA PASSAGEM.

BOQUEIRÃOZINHO. — Vale entre as sa. do Camará e da Monguba, mun. de Caucaia.

BOQUEIRÃOZINHO. — Rch. (do), nasce na sa. da Quaresma, banha o pov. da Serrinha e a cid. de Assaré, indo engrossar pela m. dir. o rch. S. Miguel, depois de receber o Balanças e o Cachoeira.

BOQUEIRÃOZINHO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do rch. do Meio, mun. de Lavras da Mangabeira. Em 1753, José Coutinho andou a pesquisar ouro em sua bacia.

BORDÃO DE VELHO. — Rch. (do), no mun. de Aurora. Nasce na sa. das Balanças, recebe o Cachoeira e o Pilões, drena as sa. da Areia e Várzea Grande, deságua à m. dir. do Salgado.

BORGES. — Rch. (do). O topônimo surge na sesmaria de três léguas de terra, nesse riacho, no têrmo de Baturité, concedida a Manuel João de Jesus e mais companheiros, em 5-6-1818, pelo governador Manuel Inácio de Sampaio.

BORGES. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Jaguaruana.

Tem 2.389 hab., sendo 282 no q. urbano e 2.107 no rural. O número de domicílios é de 439.

A v. fica à m. esq. do Campo Grande, um dos braços do Jaguaribe, em plena várzea, cercada de carnaubais. A cap. é dedicada ao Sagrado Coração de Jesus.

Em 1960 possuía 11 esc. primárias municipais, com a matrícula efetiva de 261 alunos.

BORZEGUIM. — La., mun. de Itapipoca.

BOTÃO. — La. (do), no sít. de seu nome, dist. de Quixelô, mun. de Iguatu, com 2 km de perímetro.

BOTELHO. — Aç. const. em coop. com a IFOCS, no sít. Santa Clara, mun. de Maranguape. Iniciado a 12-4-1921 e terminado em 25-2-1924. Barragem de terra. Capacidade de

620.000 m³. Profundidade máxima: 8,30 m. Orçamento de 126:277$000.

BOTICÁRIO. — Ste. (do), contraforte setentrional do maciço de Baturité, bastante agrícola.

BOTICÁRIO. — Rch., (do), mun. de Maranguape, nasce no ste. de seu nome e é um dos formadores do S. Gonçalo.

BOTIJA. — Aç. particular, ao sopé da sa. de Baturité, no mun. de Maranguape, com 3.387.120 m³, consolidado em 1933 pela IFOCS, que despendeu 28:375$169 a título de prêmio.

BOTIJA. — Lug. sôbre a sa. de Baturité, um pouco adiante da bifurcação da estrada de Pernambuquinho, mun. de Pacoti.

BRAGANTINO. — Rch., mun. de Arneiroz, nasce na sa. do Imbuzeiro, deságua à m. dir. do rio dos Jucás.

BRANCA. — Sa., no mun. de Tamboril, pertence ao maciço das Matas, fica a sudoeste das nascentes do Acaraú.

BRANCA. — Sa., mun. de Tauá, na bacia do Conceição, afl. do Carrapateira.

BRANCA. — Sa., ao S da cid. de Quixeramobim, constituída por um monólito de quase 2 km de extensão.

BRANCA. — Sa., a 6 km ao S da cid. de Quixadá. É um penhasco de cêrca de 40 m de altura, bastante claro, sem vegetação, porém mergulhado numa base inteiramente verde, como bem anotou d. Antônio de Almeida Lustosa. Prende-se ao ste. do Uruquê. Em uma das faces a erosão esculpiu grande cruz, visível de longa distância. Do seu sopé mina um ôlho-d'água, que outrora abastecia Quixadá nos anos escassos de chuva.

BRANCA. — Sa., mun. de Solonópole. "É uma serra pequena, mas original. É tôda revestida de vegetação, à exceção do cume, que é de rocha branca, inteiramente árida." (D. Antônio de A. Lustosa, *Notas e Lápis*, S. Paulo, 1952, 238.)

BRANCA. — Sa., mun. de Canindé, à esq. da estrada de Quixeramobim a Canindé, passando pela Serrinha.

BRANCO. — Ste., contraforte da sa. de Baturité, entre o trecho superior do Pirangi e Choró. Aí incidem os limites de Aracoiaba, Baturité e Quixadá.

BRANCO. — Mo., mun. de Beberibe, um pouco adiante da barra do Choró, com 60 m de altura, visível a 12 milhas do mar. Dunas sôbre barreiras avermelhadas, escarpadas, caprichosamente cortadas pelo trabalho erosivo das águas e dos ventos.

A. I. de Oliveira na escarpa dêste morro verificou "a seguinte seqüência de camadas de baixo para cima: 1 — ao nível das marés baixas, 2 m, arenito conglomerático cinza; 2 — 1 m, arenito friável branco com tonalidade amarelo-esverdeada; 3 — 3 m, argila avermelhada manchada; 4 — 7 m, areia cinza quase sôlta; 5 — 10 m, areia vermelho-alaranjada suja. Por cima, arrematando a escarpa costeira, vem o coroamento de dunas recentes". (Avelino Inácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, *Geologia do Brasil*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1943, 661.)

BRANDÃO. — Ste. (do), entre os mun. de Canindé, Maranguape e Pentecoste.

BRANQUINHAS. — Rch. (das), nasce na extremidade SO da sa. de Arneiroz e desemboca à dir. do Jaguaribe, no lug. S. Paulo.

BRAVA. — Sa., entre os rch. Cangati e dos Porcos, nas divisas de Iguatu e Cariús.

BRAVA. — Sa., entre os mun. de Barro e Mauriti. Prende-se perpendicularmente à linha de serras graníticas que constitui o divisor das águas entre o alto Salgado e o alto Piranhas.

BRAVAS. — Rch. (das), nasce na sa. da Charneca, recebe pela esq. o Ariquito e o Muquém, deflui à m. dir. do Cariús, no lug. Jatobá. A partir da nascente, o seu divisor de águas com o Cangati separa Cariús e Várzea Alegre.

Nota — No MIN o Muquém apresenta-se como curso principal.

BRAVO. — Ste., mun. de Tauá, na bacia do Conceição, afl. do Carrapateira.

BREGUEDOFF. — Rch. (do), no mun. de Coreaú.

BREGUEDOFF. — Aç. (do), no rch. do mesmo nome, a menos de 1 km da cid. de Coreaú. Construído durante a sêca de 1888, pela verba "Socorros Públicos". Arrombado em parte, foi refeito em 1910, despendendo-se nestes trabalhos .. .. .. 13:000$000. Barragem de terra com 8 m de alt. e 106 de comprimento. Capacidade de 272.000 m³.

Breguedoff é o nome do construtor do açude. Nada encontrei a seu respeito, mas o seu nome permanece na barragem, num riacho e numa variedade de feijão, talvez introduzida por êle.

BREJÃO. — Olho-d'água (do), mun. de Barbalha, oriundo da sa. do Araripe, cujas águas alimentam o rch. do mesmo nome, de margens cobertas de canaviais.

BREJÃO. — Pov., mun. de Barbalha. A capela data de 1899 e tem por patrono S. João Batista. Fica numa área das mais infestadas de tracoma e sapiranga. Quando da criação do serviço de combate a estas moléstias oculares, um cantador deu vaza às suas dúvidas através da seguinte quadra, que hoje corre mundo, figurando até em teses doutorais:

É mais fácil o mar secar
E o sol perder o seu clarão
do que o Pôsto acabar
Sapiranga no Brejão.

BREJINHO. — Rch. (do), conhecido por Fidélis, em seu curso inferior. Nasce na sa. e mun. de Araripe, banha as v. de Brejinho e Ibitiara, penetra no mun. de Assaré, onde deflui à m. dir. do Quinquelerê ou S. Miguel.

BREJINHO. — Rch. (do), nasce na sa. do Ouricuri, mun. de Milagres. Banha o pov. de seu nome, desemboca à m. dir. do Salgado.

BREJINHO. — Rch. (do), no mun. de Várzea Alegre, afl. da m. dir. do trecho superior do S. Miguel, conhecido por rch. do Brejo. Vem das elevações que separam as bacias do S. Miguel e Machado.

BREJINHO. — Caverna (do), no dist. dêste nome, na sa. e mun. de Araripe, da qual o dr. M. A. Marcos de Macedo (*Descrição dos Terrenos Carboníferos da Comarca do Crato*, RIC, 13 (1899), 109) oferece a seguinte informação:

"Doutra tenho notícia, existente no lugar chamado Brejinho, abaixo do nível da que visitei, a qual é sumamente célebre e curiosa por conter salões imensos, a cujo fim se não tem ainda podido chegar, e que são flanqueados por galerias e arcadas formadas de estalactites e estalagmites, de que remeto uma pequena amostra sob o n.º 107; afirmam-me que aí não habita vivente algum, à exceção de uma espécie de nictorianos, que defendem a sua entrada, e por isso permanecem indeléveis as pegadas das pessoas que a percorrem por ser o seu pavimento alcatifado de um pó de diferentes côres, que parece ser o resultado das formações de greda com terra ferruginosa. Acêrca dessa caverna tenho conversado com pessoas, que a têm visitado durante alguns dias e que fazem dela uma descrição admirável, mas tenho sentido que sejam essas pessoas ignorantes e inabilitadas para me darem uma informação perfeita dessa obra realmente admirável da natureza."

Em 1859 foi visitada por Capanema e Gonçalves Dias. O primeiro dela tratou ligeiramente em relatório. (Renato Braga, *História da Comissão Científica de Exploração*, Fortaleza, 1962, 298 a 299.)

BREJINHO. — Sít., na linha de incidência dos limites de Barro e Milagres.

BREJINHO. — Dist e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Araripe. Já estêve subordinado a Assaré, quando Araripe perdeu a cat. de município.

A pop. é de 3.221 hab., 571 na zona urbana e 2.650 na rural, ocupando 573 domicílios.

A instrução primária, em 1960, fazia-se através de 10 escolas, com 213 alunos.

A sede fica a 2 km da m. dir. do rch. homônimo, nas quebradas da sa. do Araripe, a 570 m de alt., com 54 habitações. Carece de importância.

BREJO. — Rch. (do), nome que tem o S. Miguel no seu curso superior. Fica nos mun. de Várzea Alegre e Cedro.

BREJO. — Rch. (do), de pequeno volume, afl. da m. dir. do Pejuaba, mun. de Ibiapina.

BREJO. — Pov., com 18 casas, em Várzea Alegre.

BREJO DA CRUZ. — Um dos pontos mais destacados da sa. de Baturité, com 772 m de altitude.

BREJO DA ROÇA. — Pov., com 40 habitações, Juàzeiro do Norte.

BREJO DAS CANAS BRABAS. — O topônimo consta da sesmaria de três léguas no *brejo das Canas Brabas e ôlho-d'água salgada do Acaracu*, nas cabeceiras do rch. Macaco, concedida ao tenente-coronel Manuel Pereira de Magalhães

pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão, em 13-11-1737. (D.S., v. 13, n.º 91,187.)

BREJO DAS PEDRAS. — Sít., com um pico de quartzo e quartzito, na sa. de Baturité, onde nasce o Pacoti, perto de Pernambuquinho.

BREJO DO BARBOSA. — Primitivo nome de Brejo Santo. Aparece o topônimo na sesmaria concedida ao tenente-coronel Antônio Mendes Lobato Lira pelo capitão-mor Plácido de Azevedo Falcão, a 24-1-1714, "em hú olho dagoa chamado o brejo do barboza". (D.S., v. 10, n.º 22, 40-41.) Não é *da Barbosa*, como escreveu o Barão de Studart, em *Geografia do Ceará*, Fortaleza, 1924, 336.

BREJO DOS CASTELOS. — Figura o topônimo na sesmaria concedida ao capitão Manuel Martins do Nascimento pelo capitão-mor Leonel de Abreu Lima, em 6-9-1732. (D.S., v. 12, n.º 39,54.)

BREJO DOS PACHECOS. — Pov., a NO da cid. de Viçosa do Ceará.

BREJO DOS SANTOS. — V. BREJO SANTO.

BREJO GRANDE. — Sa. (do), contraforte da do Araripe, mun. de Santana do Cariri, muito cultivada de mandioca, tendo ao sopé excelentes sítios de cana.

BREJO GRANDE. — Rch. (do), nasce na sa. e um pouco acima da v., tudo do mesmo nome, recebe o Buriti. É um dos formadores do Cariús.

BREJO GRANDE. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Santana do Cariri. Criado por Ato est. de 26-12-1912.

A v., com 70 habitações, banhada pelo rch. de seu nome, fica ao fundo de um vale fechado por braços da chapada do Araripe. Dista da sede 20 km, à qual se liga por boa carroçável. Tem capela cujo titular é S. Antônio, instituída canônicamente por Provisão de 1.º-12-1871.

"Brejo Grande tem uma peculiaridade. As casas dos vivos são edificadas no meio da habitação dos mortos. Aqui uma tumba de pedra e cal, dessas bem antigas e, nas vizinhanças, velha casa alpendrada, vinda ainda do século passado."

As terras do dist. são fértéis, irrigadas por várias fontes, que garantem fartas safras de cana e mantimentos. O Ministério da Agricultura, próximo à v., construiu uma Escola de Iniciação Agrícola, que não entrou em funcionamento e, posteriormente, foi transformada em Penitenciária Agrícola.

BREJO GRANDE. — Pov., com 55 hab., mun. de Viçosa do Ceará.

BREJO SANTO (Ex-BREJO DOS SANTOS). Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Cariri.

Limites. — A O, com o mun. de Porteiras; ao N, com os de Missão Velha e Milagres; a L, com o de Mauriti e o Estado de Pernambuco; ao S, ainda com Pernambuco e o mun. de Jati. (Lei n.º 1.153, de 22-11-1951.)

Superfície. — 631 km².

Fisiografia. — O mun. é pouco acidentado. As elevações que se encontram são blocos destacados e sem grandeza da sa. do Araripe. Uma planície formada pelos rch. Oitizeiro e Milagres amplia-se através de Brejo Santo, Milagres e Mauriti, numa larga faixa de transição entre as terras do Cariri e as dos sertões de Pernambuco e Paraíba, como bem anotou o saudoso professor Joaquim Alves. Apesar de situar-se nas extremas da zona caririense, relativamente é farto d'água. Dispõe de várias fontes perenes e em demanda do Salgado corta-lhe o território

o rch. dos Porcos, quase constante, cujo principal afluente nesta área é o rch. do Bálsamo. As matas verdadeiras já não mais existem. Há boas terras para lavoura pluvial e excelentes *baixios* e *brejos* para culturas permanentes.

Clima e salubridade. — A temperatura atinge até 35°, excepcionalmente. De junho a agôsto baixa a 25°. A média da altura das chuvas é de 750 milímetros. O tracoma e a sapiranga proliferam em certos sítios. Afora êsses males oculares, o estado sanitário em geral é bom.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — A rêde interna de carroçáveis mede 72 km. A BR-13 corta o mun., passando pela sede, que dista 565 km de Fortaleza por esta rodovia. Outras estradas de rodagem asseguram o tráfego com as edilidades vizinhas, inclusive Estado de Pernambuco. O transporte aéreo faz-se por intermédio das cidades próximas de Crato e Juàzeiro. Tem estação postal-telegráfica de 4.ª classe.

Lavoura. — A produção da safra 1963/64 foi estimada em 5.900.000 kg de algodão em caroço, 8.000.000 de kg de milho, 2.400.000 kg de feijão, 1.370.000 kg de arroz em casca e 14.000 kg de mamona. O beneficiamento da de mandioca rendeu 190.000 kg de farinha e a de cana 500.000 kg de rapadura.

Pecuária. — Atende às necessidades locais. O mun., pelas suas peculiaridades de água e solo, é essencialmente agrícola, tanto que a maioria dos criadores possui as suas fazendas nos sertões próximos de Pernambuco. Nota-se um aprimoramento no tocante à pecuária leiteira, com possibilidades de grande futuro. Em 1959 existiam 12.000 bovinos, 2.200 eqüinos, 1.400 asininos, 1.100 muares, 6.800 suínos, 2.400 ovinos e 2.900 caprinos.

Produção de carne. — O abate para consumo público em 1960 foi de 849 bovinos, 875 suínos, 747 ovinos e 1.539 caprinos.

Indústria de transformação. — Uma fábrica de beneficiamento de algodão, uma de arroz, 15 engenhos de cana movidos a vapor, diversos alambiques e perto de 40 aviamentos para farinha e mais pequenos estabelecimentos de fabricação de calçados, mosaicos, tijolos e telhas, bebidas, extração de cal e pão de trigo retratam o seu quadro industrial.

Comércio. — Faz-se com as praças do Recife, Campina Grande e Fortaleza, principais mercados de seus produtos agrícolas. Grande parte da safra de gêneros alimentícios escoa-se para os sertões paraibanos e pernambucanos.

Finanças públicas. — A arrecadação do qüinqüênio 1956/60 está assim distribuída:

Anos	Federal	Estadual	Municipal
	Cr$	Cr$	Cr$
1956	277.699,40	2.295.611,00	1.342.976,70
1957	348.309,00	4.180.783,40	1.693.368,70
1958	375.884,70	3.830.135,90	1.634.421,50
1959	972.685,20	5.266.154,10	3.036.358,20
1960	643.380,40	9.293.913,70	3.819.101,20

População

O mun. em 1960 tinha 18.844 hab., dos quais 4.149 na zona urbana e 14.695 na rural, ocupando 4.338 domicílios.

Aspectos Culturais e Assistenciais

A primeira escola primária de Brejo Santo, criada pela Lei n.° 2.005, de 6-9-1882, foi destinada ao sexo feminino. Por Ato de 6-7-1889 veio uma escola mista. Em 1962 existiam 62 unidades primárias, freqüentadas por 1.835 alunos. Dessas escolas, 11 eram estaduais, 48 municipais e 3 particulares. Para o ensino secundário existem 2 ginásios, sendo que um dêles mantém uma Escola Normal.

Não existe assistência médico-sanitária oficial. Na sede do mun. há duas casas de saúde bem aparelhadas, três dentistas e quatro farmacêuticos. A assistência social reduz-se aos minguados auxílios que pode prestar o Círculo Operário S. José e uma Conferência de S. Vicente de Paulo.

Aspectos Urbanos

Brejo Santo em 1858 tinha apenas duas casas. Era tão insignificante que não figurou no *Dic. Top.* de Pompeu, cuja edição é de 1861. O seu crescimento urbano, como assinala Otacílio Anselmo, começou de 1860 em diante, com a vinda de pernambucanos de Vila Bela, tangidos por lutas locais, acrescidos, logo depois, com refugiados da calamidade de 1877. No princípio do século já possuía 200 casas. Hoje é uma das cidades mais progressistas do Cariri. Com mais de 4.000 hab., sede de animado comércio, tem as ruas e praças quase tôdas pavimentadas e iluminadas a luz elétrica. A água lhe vem da fonte da Cacimbinha, que, afora as ligações domiciliares, atende a 9 chafarizes públicos. O número de prédios é superior a 1.000.

A cid. dista da Cap., em linha reta, 416 km e possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 29' 31" de lat. S. e 38° 59' 21" de long. W. Gr. É cortada pela Transnordestina e está a 381 m de altitude.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Dist. de paz pela Lei n.° 1.023, de 14-11-1862. Mun., com os mesmos limites do dist. de paz, pelo Dec. n.° 49, de 26-8-1890, que elevou a v. o pov. de Brejo dos Santos, da com. de Jardim. Cid. pelo Dec.-lei n.° 448, de 20-12-1938. De acôrdo com a Lei n.° 1.153, de 22-11-1951, o mun. ficou assim constituído: Brejo Santo (dist.-sede), São Felipe e Poço. Os dois últimos dist. não foram instalados.

Nota — Escrevem alguns autores que Brejo Santo foi feito dist. pela Lei n.° 1.708, de 25-7-1876. Não é exato. Esta lei refere-se à criação da freguesia.

Formação judiciária. — A princípio era o têrmo subordinado à com. de Jardim. No período que se alonga de 1899 a 1931, andou o têrmo de Jardim para Milagres e vice-versa, por várias vêzes, ao sabor das reformas judiciárias. Criada a com. de Missão Velha pelo Dec.-lei n.° 206, de 6-6-1931, e supressa a de Milagres, o têrmo lhe foi subordinado. Com. de 1.ª entrância, pelo art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, de 23-6-1947, regulado pela Lei n.° 213, de 9-6-1948. Atualmente é com. de 2.ª entrância.

Formação religiosa. — A Lei n.° 1.708, de 25-7-1876, criou a freg. desmembrada das de Jardim e Milagres, elevando a capela do Coração de Jesus à cat. de matriz. A constituição canônica deu-se por Provisão de 29-5-1877. Nessa data foi nomeado o seu primeiro vigário, padre Francisco Lopes Abath, que tomou posse a 2 de setembro do mesmo ano e serviu até 13-1-1903, quando faleceu. A paróquia, afora a matriz, possui 7 capelas.

Toponímia

Quer a tradição oral e escrita que o primitivo nome tenha sido *Brejo da Barbosa*, vindo da baiana Maria Barbosa, viúva e primeira proprietária do local. O Barão de Studart, em *Geografia do Ceará*, Fortaleza, 1924, 336, aceitou essa versão. Porém ela não concorda com a documentação histórica. O topônimo aparece na sesmaria concedida ao tenente-coronel Antônio Mendes Lobato Lira pelo capitão-mor Plácido de Azevedo Falcão, a 24-1-1714, "em hú olho dagoa chamado o brejo do barboza". (D.S., v. 10, n.° 22, 40-41.) Não é, como se vê, *da* Barbosa, mas *do* Barbosa. Terá sido êrro do copista? Ou Maria Barbosa veio a enviuvar depois da concessão da sesmaria?

Brejo dos Santos, mais tarde, pela numerosa descendência do capitão Gonçalo de Oliveira Rocha, o segundo dêste nome, proprietário do sítio Nascença, cujos filhos adotaram o sobrenome *dos Santos*, do avô materno Inácio dos Santos de Oliveira Brito.

Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, ao ser elevada a cid. o nome foi simplificado para Brejo Santo.

Filhos Ilustres (*)

Antônio Gomes de Araújo, Pe. (1900). Prof. e homem de letras. Exerce suas atividades no Crato, onde se dedica ao magistério superior e à pesquisa histórica. Deu a lume várias monografias de real valor. É membro do Instituto Cultural do Cariri e sócio correspondente do Instituto do Ceará.

Fernando Leite (1904). Médico e escritor. Diretor da Faculdade de Farmácia e professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará. Ex-chefe dos serviços médicos do DNOCS. Reitor da Universidade Federal do Ceará.

José Napoleão de Araújo (1910). Médico e político de prestígio regional. Deputado estadual desde 1947.

(*) — Verbete de autoria do dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE BREJO SANTO (*)

As primeiras terras do Cariri concedidas em datas de sesmarias, conforme documentos oficiais, foram demarcadas na bacia do Riacho dos Porcos, no decênio de 1680-1690. De fato, em 1688, obtiveram terras naquela região Bento Correia Lima, Simão Correia Lima, Francisco Pereira, Maria Fialho, João de Barros Pereira, entre outros. Nenhum, porém, como se vê nos referidos documentos, ocupou sua terra no tempo determinado, razão pela qual novos pedidos foram feitos em 1703, quando se efetivou a posse das datas cedidas. Assim ocorreu com os Capitães Bento Correia Lima e João Dantas Aranha, cujas datas de sesmarias foram concedidas a 21 de março daquele ano. Bento e Aranha residiam em Goiana, Pernambuco. Sem designar data, João Brígido aponta Bento Correia Lima como primeiro povoador do Riacho dos Porcos. Donde se conclui que as terras de Brejo Santo ocupam o primeiro lugar na descoberta e povoamento do Cariri.

Há uma tradição oral e escrita que afirma ter sido D. Maria Barbosa a primeira proprietária da faixa de terra junto à qual se estende hoje a cidade de Brejo Santo. Segundo a mesma tradição, Maria Barbosa era baiana e viúva, mãe de dois filhos varões e dona de fazendas em Porteiras. Sua aludida propriedade, excepcionalmente rica de fontes

perenes, seria gerida por um dos filhos, e o seu nome ficou vinculado definitivamente à terra. Com efeito, Brejo da Barbosa, nome autenticado na sesmaria pela qual o alagoano Antônio Mendes Lobato e Lira adquiriu terras naquela região, foi a primitiva denominação de Brejo dos Santos, mudada mais tarde para Brejo Santo.

É absolutamente certo que o povoamento de Brejo Santo começou simultâneamente no atual Sítio Nascença e na área do Poço, que é um dos atuais distritos do Município. O Poço, por motivo de ordem geográfica, não se desenvolveu. O estabelecimento da estrada dos boiadeiros, que partindo de Vila Bela, hoje Serra Talhada, passava no pátio da Fazenda Nascença em rumo do Cariri, distanciou-o da nova rota dos povoadores do sul do Ceará.

Num documento muito antigo figura o nome de um dos primeiros latifundiários cujos domínios se estendiam àquelas paragens. Trata-se do testamento de Matias de Lima Taveira, lavrado no Sítio Tabocas, a 17 de agôsto de 1750. Outro opulento possuidor de terras, cujas fazendas de gado vacum e cavalar estavam situadas no Poço, Porteiras, Pilar e Riachão, foi o Capitão Bartolomeu Martins de Morais, português, casado com Ana Maria Ferreira, tronco dos Martins de Morais.

Ao antigo Brejo da Barbosa estava reservado o papel de embrião social da atual cidade de Brejo Santo, cujo marco histórico é uma grande casa de taipa, de pé ainda hoje entre dois casarões construídos depois, no Sítio Nascença.

Com o falecimento de Maria Barbosa, a propriedade foi aforada pelo Tenente Gonçalo de Oliveira Rocha, que acabou comprando-a. Desaparecido o Tenente Gonçalo, seu filho e homônimo Capitão Gonçalo de Oliveira Rocha herdou a Fazenda Nascença. Era êle casado com Joana Pereira Filgueiras, filha legítima de Inácio dos Santos de Oliveira Brito e de Francisca Pereira Filgueiras, irmã do Capitão-Mor do Crato José Pereira Filgueiras. Do Capitão Gonçalo nasceram nove filhos: Pedro, Francisco, Davi, João, Manoel, Cosmo, Antônio, Joaquim e Ana Inácio de Oliveira Santos. Daí por que surgiu o topônimo Brejo dos Santos.

De Manoel de Oliveira Santos, "um dos sobreviventes do ataque da Nascença", nasceu Domina Maria de Jesus (Rita), que se consorciou com o Capitão Francisco Pereira de Lucena, natural de Sousa, Província da Paraíba. Dêste casal descende a numerosa família Inácio de Lucena, mais conhecida por Chicote, que era o apelido daquele varão. São filhos do referido casal: José, Joaquim, Manoel, João, Pedro e Francisco Inácio de Lucena, cujos nomes estão ligados aos episódios que agitaram a política de Brejo Santo durante vinte anos, a contar de 1909.

O longo período que se estende do ano de 1714 à sexta década do século passado, caracteriza-se pela inoperância dos grandes proprietários daquelas terras férteis, no sentido espiritual, orgânico e construtivo. Realmente, naquela área territorial, a civilização claudicou por espaço de 146 anos, não ultrapassando o chamado ciclo curraleiro. Era o apêgo à vida rural, entravando a formação urbana. Jardim era a sede do poder civil. Por outro lado, o rincão estava subordinado à Comarca do Crato.

Até 1858, só havia duas casas na área da atual cidade: o prédio-logradouro dum curral de gado, de propriedade do Cel. Antônio Cardoso dos Santos, exatamente no local denominado Barrocão, e a vivenda de Antônio José de Sousa, casado com Senhorinha Pereira Lima, bisneta de Francisco Pereira Lima, um dos filhos de Maria Barbosa.

Justamente naquele ano iniciou-se a formação urbana de Brejo Santo, com a chegada do varão José Francisco da Silva, procedente de Águas Belas, Província de Pernambuco, que veio acompanhado de mulher e filhos. Logo depois, sobretudo por motivo de grave incidente com o Cel. Constantino Cavalcanti, chefe político daquela cidade, vieram juntar-se a José Francisco da Silva numerosos parentes seus. Assim é que, em datas sucessivas, aportaram em Brejo Santo Inácio Gonçalves Bezerra (Inacinho), com seus filhos João Gomes da Silva, Manoel Inácio Bezerra, Joaquim Inácio da Silva Tôrres, Félix Inácio Bezerra e Antônio Inácio Bezerra; Antônio Pedro da Cruz, acompanhado de seus filhos Manuel, Pedro Estêvão, José e Anselmo Teles de Carvalho. Com o advento dos emigrantes água-belenses, gente forte e laboriosa, estava esboçado o povoamento da futura comunidade. Anos depois, outras famílias chegaram ao nascente povoado: os Sá Batinga, oriundos de Cabrobró, Pernambuco, os Pereira de Lucena e os Alves de Moura, vindos de Nazaré, no Município paraibano de Sousa, os segundos em 1867, e os últimos em 1877.

Em breve, o grupo familiar de Águas Belas formou numeroso bloco parental, que, com o passar dos tempos, foi acrescido pela inclusão de novas famílias através de uniões matrimoniais. Dêsse modo, aquêle grupo pioneiro estendeu seus ramos aos Lucenas, Alves de Moura, Araújo Lima, Leite Rabelo, etc., resultando a formação de um dos maiores clãs parentais, de consanguíneos e afins, do Cariri.

O aparecimento da gente de Águas Belas pôs fim à vida pachorrenta e sedentária dos antigos habitantes da gleba, cujo cenário modificou-se com a divisão dos latifúndios em propriedades produtivas, onde passaram a se desenvolver a agricultura e a pecuária. Logo se formou o centro populacional, com pequeno comércio e a construção duma capela sob a invocação do Coração de Jesus, iniciada em 1864, por ocasião da visita do missionário Pe. José Antônio Maria Ibiapina.

Dez anos depois, o povoado começou a figurar na política municipal de Jardim, sendo escolhido para representá-lo junto aos chefes do Partido Conservador daquela cidade o água-belense Basílio Gomes da Silva. A seguir foi criado o distrito, pela Lei Provincial n.º 1 708, de 25 de julho de 1876, com a qual também foi criada a freguesia. No ano imediato, porém, a florescência do distrito seria perturbada pela sêca de 1877 e por bandos de cangaceiros provenientes, principalmente, da Paraíba e do Município de Milagres. Alguns aspectos daqueles tempos sombrios estão registrados no "Livro do Tombo", pelo Pe. Francisco Lopes Abath, o primeiro Vigário da freguesia, empossado a 2 de setembro daquele ano calamitoso. Naqueles velhos tempos, Brejo dos Santos era o lugar mais preferido pelos bandoleiros que infestavam o Cariri, por motivo de suas condições naturais.

Ali operavam Inocêncio Vermelho, foragido de Misericórdia, na Paraíba; João de Sousa Calangro, evadido da cadeia do Crato; o facínora Luís de Góis, procedente de Várzea Alegre; os Viriatos, de Boa Esperança; os Quirinos, de Milagres, e, por fim, Miguel Rapôso de Sousa Plácido, perverso matador paraibano, cujo nome a tradição corrompeu para Miguel Praça.

No dia 29 de julho de 1884, Brejo Santo recebeu a visita de D. Joaquim José Vieira, segundo Bispo do Ceará, cujo secretário, Pe. Belarmino José de Sousa, retratou a real situação do povoado num livro de memórias.

Com a criação da vila de Porteiras, o distrito passou a pertencer àquele Município. Mas nesse tempo Brejo Santo já estava a um passo de sua emancipação política, cujo advento foi abreviado pelas novas condições criadas pela proclamação da República. Realmente, no dia 5 de novembro de 1890, às 10 horas, foi instalada a vila de Brejo dos Santos, por fôrça do Decreto Estadual n.º 49, de 26 de agôsto do mesmo ano, sendo o Conselho de Intendentes formado dos seguintes membros: Lourenço Gomes da Silva, Benevenuto Bezerra da Paixão, José Florentino de Araújo e José Moreira Tavares, cabendo a chefia do executivo municipal ao primeiro, tudo por indicação de Basílio Gomes. De acôrdo com o recenseamento de 1890, a população somava 2.801 habitantes.

Pelo ano de 1887, chegara em Brejo Santo o primeiro professor particular, vindo de Macapá, atual Jati. Chamava-se Mino Israel Samuel Krebs. Depois dêle, em ordem cronológica, lá chegaram Pedro da Costa Nogueira, José de Sousa Camilo Filho e Valeriano Soares Mota. Em 1892, transferido de Porteiras, fixou-se na vila o professor público Genuíno Lima Roldão, e, no ano seguinte, a primeira professôra pública, d. Balbina Lídia Viana Arrais.

O desenvolvimento de Brejo Santo acentuou-se em 1893, quando já estavam em franco funcionamento a Agência do Correio, Coletoria

Estadual e Delegacia de Polícia, à frente das quais se achavam, respectivamente, João Gomes da Silva Basílio, Antônio Silião Bispo e Manuel Inácio dos Santos.

Naquele ano, assumiu o cargo de Intendente Municipal (Prefeito) o Coronel Basílio Gomes da Silva, no qual se manteria até 1909. Durante êsse período, o Município viveu à margem das agitações políticas que tanto inquietaram a região do Cariri. Os choques de interêsses, porém, tão comuns às vilas sertanejas, terminaram modificando o ambiente de tranqüilidade que envolvia a próspera comuna. Assim é que, a 13 de junho de 1915, cêrca de 300 homens marcharam de Brejo Santo para Porteiras, onde efetuaram a deposição do chefe local, o Coronel Raimundo Cardoso dos Santos, após cêrca de onze horas de cerrado tiroteio.

Logo depois, de ordem do Presidente Benjamim Barroso, uma fôrça de 500 praças da Polícia, ao comando do Coronel Ernesto Ramos de Medeiros, ocupava Brejo Santo e ali permanecia nada menos de três meses numa campanha sistemática de desarmamento. O caso de Porteiras não teve maiores conseqüências, e a tranqüilidade voltou a reinar no Município. Como se recorda, foi nessa época que teve curso a célebre repressão ao banditismo pelo Govêrno Benjamim Barroso, quando então foram sumàriamente fuzilados diversos cangaceiros, como, por exemplo, "Ferrugem" e "Chá-Prêto", êste aprisionado no Pajeú, com o auxílio de José Inácio de Sousa, o famoso caudilho do Barro.

Restabelecida a ordem no interior do Estado, Brejo Santo partilhou da relativa paz de espírito que caracterizou os primeiros tempos do período governamental do Dr. João Tomé de Sabóia e Silva, retomando, aos poucos, sua evolução econômica e social. Já em 1917, é instalada solenemente a Agência Telegráfica, seguida da fundação duma banda de música e do Tiro-de-Guerra n.º 421. Simultâneamente, nasce o Colégio S. José, por iniciativa do ex-seminarista Joaquim Gomes da Silva Basílio.

Quanto à população, em que pêse à imperfeição do recenseamento, atingiu à cifra de 5.617 habitantes em 1920. Naquele ano havia 171 estabelecimentos rurais distribuídos entre 134 proprietários. Havia 2.400 lavradores, 2.000 roçados, 1 sítio de cana, 1 motor a vapor, 10 aviamentos para farinha, 1 prensa de algodão, 4 açudes, 2 teares a mão, 1.600 casas, 1 máquina de descaroçar algodão, e 6 casas comerciais. (*Cfr.* Dr Th. Pompeu, *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil.*)

A partir de 1920, apesar dos fatôres negativos inerentes ao meio sertanejo, Brejo Santo começou a destacar-se na região, graças, sobre-

tudo, ao dinamismo do seu povo, tornando-se nos dias atuais, depois de Crato e Juàzeiro do Norte, o Município mais próspero do Cariri.

(*) Verbete de autoria do capitão Otacílio Anselmo, do Instituto Cultural do Cariri.

"BREJO SANTO

Os nomes com que o nosso povo batiza os lugares têm muito de significativo. Constituem um elemento de grande valor histórico porque nêle se condensa de maneira curiosa e admirável aquilo que o povo sentiu, pensou e viveu durante muito tempo. Durante muitas gerações. Até se tem a impressão de que foi o lugar que se batizou a si mesmo, tal é a propriedade do nome que se lhe deu.

Quem chega a Brejo Santo, não pela rodovia que vai a Pernambuco mas pelos lados da serra do Araripe, se convence desta gostosa e palpitante realidade. Um brejo ubérrimo. Geralmente nós associamos o conceito de brejo ao de baixio, onde as águas fluem naturalmente. Mas ali todo pedaço de chão, mesmo aquêles agarrados às fraldas da Chapada do Araripe, é brejo. São fecundos. São férteis. Tôda aquela imensa faixa que margeia a serra é um jardim, um pomar de verdura e de frutas. As águas cascateiam das fontes, haja inverno, haja estio.

E santo também. É abençoada a terra por onde passam as águas fecundas e salutares. Maldita é a terra que não recebe o batismo generoso das águas das chuvas, a unção mística das fontes perenes. Foi feliz o povo no batizamento da cidade de Brejo Santo.

Tôda cidade tem a sua parte histórica e a sua parte legendária. Aquela que se mistura com esta e forma interessante e curioso mosaico, e com o tempo a gente não sabe ao certo onde termina uma e começa a outra. Tal sucedeu com Brejo Santo, que foi campo de lutas acirradas entre famílias valentes e poderosas pelo domínio da terra, a renovar em nossas plagas o mesmo fenômeno sucedido em todos os tempos e povos, em que as terras férteis são mais banhadas de sangue do que pelas suas águas abundantes.

Foi em 1948 que conheci Brejo Santo. Âquele tempo era uma cidade comum sem grande surto de progresso. Sua riqueza estadeava nas fazendas e sítios. A cidade era apenas um lugar, onde os coronéis vinham assistir às festas e às feiras e mandavam os filhos para estudarem nas escolas.

Hoje, Brejo Santo é uma cidade transfigurada por melhoramentos de vulto e por um crescimento populacional realmente assombroso. Fiquei deslumbrado com a transformação operada na sua feição urbanística. Ruas calçadas, residências luxuosas, ricas casas de comércio, agências de crédito, dois ginásios, um grande e bonito clube, duas casas

de saúde, além da mobilidade social garantida por uma garbosa mocidade estudantil e diversas associações de classe.

Brejo Santo é hoje o portão de entrada do Ceará. O último bastião humano que se liga ao sul do País pela sua rodovia. Todos os veículos que vêm de S. Paulo, Rio, Bahia, para o norte, passam por ali. Ali deixam um pouco de poeira. Um pouco de dinheiro. Um pouco de conversa. Um mundo de sugestões que a cidade aproveitou. E que hoje ela, vaidosa e garbosa, mostra nas vitrines das suas lojas, na cara das casas sempre limpas e no jeito desembaraçado e educado de sua gente."

Padre Antônio Vieira (1966).

BREJO SÊCO. — V. ARARIPE (mun. e cid.).

BREJO SÊCO. — Pov., mun. de Juàzeiro do Norte, com 40 habitações, em plena zona dos tabuleiros, regado por várias nascentes.

BRÍGIDA. — Sa. (da), bastante agrícola, no mun. de Cariús, entre o trecho inferior dos r. Bastiões e Cariús.

BRÍGIDA. — Pov., no mun. de Cariús.

BRISAMAR. — Aç. const. em coop. com a IFOCS, no sít. Trapiá, mun. de Maranguape. Barragem de terra com 774 m de comp. e 7,50 de alt. máxima, com barragem auxiliar, no lug. Bom Sucesso, de 640 m de comp. e 7,80 m de altura. Profundidade máxima: 7,80 metros. Capacidade 999,600 m³. O projeto orçou em 102:350$000.

BRITO. — Sa. (do), no mun. de Cascavel.

BRITO. — Pov., mun. de Barbalha, com uma capelinha.

BROTAS. — Dist. criado pela Lei n.º 6.447, de 29-7-1963 (D.O., de 8-8-63), que instituiu o mun. de Assunção, desmembrado do de Itapipoca. Não foi instalado e a Lei n.º 8.339, de 14-12-1965, anulou a criação do mun. referido e conseqüentemente do distrito em aprêço.

O pov. de Brotas tem 45 habitações.

BRUM. — Rch. (do), nasce na sa. do Camará, recebe o S. Vicente e o da Aba, deságua à m. dir. do Jaguaribe. De sua foz até o sopé da sa. do Camará, na barra de seu afl. rch. da Aba, separa os mun. de Icó e Jaguaribe, e daí, até às nascentes, os de Icó e Pereiro.

BU. — Ste. (do), pertencente ao maciço de Baturité, no mun. de Maranguape.

BU. — Prop. r., mun. de Maranguape, junta ao ste. e rch. de seu nome, com aç. construído em coop. com a IFOCS, tendo a capacidade de 1.845.875 m³, e profundidade máxima de 9,80 m. Prêmio de 35:824$873. Aparelhada para o plantio e industrialização da cana.

Corr. de *ibu* ou *ipu* — ôlho-d'água que rompe. Há uma versão de que o topônimo se prende ao apelido de um antigo morador da zona.

BU. — Rch. (do), um dos formadores do Água Verde, vem do ste. de seu nome.

BUAPAVA. — Sa. (da), nome da Ibiapaba em certos escritos seiscentistas, como no mapa atribuído a Pero Coelho de Sousa apenso ao manuscrito *Rezão do Estado do Brazil*, que é da 2.ª década do século 17. Na *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, escrita em 1627, consta também a grafia *Boapaba*.

Corr. de *iby*, a terra, o solo, em *ubu*, reduzida, por sua vez, a *bu* ou *bo*. *Apaba*, cortada, escarpada.

BUÍRA. — Sa. (da), contraforte da Ibiapaba, no mun. de Viçosa do Ceará. Aí tem as nascentes o Timonha. Numa das encostas jaz o afamado depósito cuprífero de Pedra Verde.

BUÍRA GRANDE. — Prop. r., mun. de Viçosa do Ceará, a cêrca de 13 km da sede municipal, com 50 habitações.

BUIRINHA. — Prop. r., com 40 habitações, à m. da est. rod. de Viçosa a Cocal, distante 2 km da afamada jazida de cobre de Pedra Verde.

BUJARI. — Sa. (do), entre os mun. de Santana do Cariri e Assaré.

Corr. de *ybi-yari*, a terra fôfa, sôlta.

BUJI. — Pç. (do), no leito do Jaguaribe, próximo à cid. de Iguatu, onde o Ministério da Agricultura instalou um serviço de irrigação por elevação mecânica, em 1933, através dos Serviços Experimentais de Irrigação do Nordeste.

Está aparelhado com um locomóvel de 19 HP de fôrça efetiva, bomba centrífuga de baixa pressão, elevando 200.000 litros d'água por hora; construção de alvenaria para morada de agrônomo residente, armazém-abrigo de maquinaria e tanque medidor com a capacidade de 8.000 litros. A área irrigável é de 107 ha de várzeas aluviais, planas, apropriadas às culturas de arroz, algodão, milho, mandioca, feijão, e especialmente banana, servidas por 4.300 m de canais, construídos de terra e interiormente revestidos de tijolos.

BURACO D'ÁGUA. — Rch. (do), mun. de Cedro, afl. da m. dir. do S. Miguel. Recebe pela esq. o Taquari e tem as suas nascentes nas pequenas elevações que separam o S. Miguel do Machado.

BURITI. — Ste. (do), no mun. de Mauriti, à m. do rch. e la. de seu nome.

Corr. de *mbiriti*, árvore que emite líquido. Para Martius significa fruto nutritivo, de *moró*, nutrir, e *ti*, fruto.

BURITI. — Rch. (do), deflui na la. do mesmo nome, mun. de Mauriti.

BURITI. — Rch. (do) afl. da m. dir. do Inhuçu, mun. de S. Benedito.

BURITI. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Pitanga, nasce no mun. de Ubajara.

BURITI. — Rch. (do), afl. do Acarape, mun. de Tianguá.

BURITI. — Rch. (do), nasce na sa. de Araripe, banha a cid. de Santana do Cariri e conflui com o Brejo Grande para formarem o Cariús.

BURITI. — La. (do), permanente, recebe os rch. S. Miguel e Buriti, à sua m. fica a cid. de Mauriti.

BURITI. — Um dos trechos mais estreitos da sa. do Araripe, fica no mun. de Santana do Cariri.

BURITI. — Pov., com 34 habitações, mun. de Canindé.

BURITI. — V. MURITI (dist. do Crato).

BURITIAPUÁ. — Rch., mun. de Guaraciaba do Norte, afl. da m. dir. do Suçuanha.

BURITI GRANDE. — Rch., afl. da m. esq. do Pirangi, mun. de Viçosa do Ceará.

BURITI JIRAU. — Rch., afl. do Pirangi, nasce no mun. de Viçosa do Ceará.

BURITIZINHO. — La. (do), mun. de Milagres.

BURITIZINHO. — Rch. (do), afl. do Jaburu, mun. de Ibiapaba.

BURITIZINHO. — Pov., com 10 habitações, mun. de Mauriti.

BUZIL. — Afl. da m. esq. do Acaraú, Santana do Acaraú.

— C —

CABAÇAS. — Sa. (das), à m. esq. do Banabuiú, mun. de Mombaça.

CABAÇAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do Jaguaribe, mun. do Icó, vem da sa. do Morais.

CABAÇAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do Canindé, no mun. dêste nome.

CABAÇAS. — Rch. (das), afl. da m. esq. do Sitiá, mun. de Quixadá. Recebe o Muxió e o Camará.

CABACEIRA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Conceição. Nasce na chapada do Apertado, dist. de Salitre, com o nome de Malunguim, depois toma o de Angico, mais adiante o de Comboieiro e, finalmente, o de Cabaceira, com o qual desemboca no lug. Inharé, dist. de Campos Sales.

CABACEIRA. — Pov., com 14 habitações, à m. do rch. de igual nome, mun. de Campos Sales.

CABACEIRAS. — Mo. (das), grande duna, a L da foz do Coreaú ou Camocim, ao lado do pov. de seu nome, hoje englobado pelo de Tatajuba.

CABACEIRAS. — La. (das), à foz do Tiaia.

CABAÇOS. — Faz., no alto r. Jucá, a 12 km abaixo de Cococi. Situou-a o cel. Francisco Alves Feitosa, o primeiro a penetrar na bacia dêsse rio, cuja posse gerou a intriga entre Montes e Feitosas, que tanto desassossêgo trouxe ao centro-sul da Capitania no primeiro quartel do século 18. É uma das faz. mais antigas dos Inhamuns.

CABARUTINGA. — V. CABORETINGA.

CABATÃ. — La. (do), no dist. de Caucaia, perto da cidade. Conserva-se com água durante todo o ano, salvo nos de sêcas prolongadas.

Corr. de *caba-antã*, o maribondo bravo.

CABEÇA. — Rch., nasce na sa. das Cobras, afl. da m. dir. do alto Jacurutu, mun. de S. Quitéria.

CABEÇA. — Rch., afl. do Logradouro, trib. da m. dir. do Jaguaribe.

CABEÇA-CHATA. — "Designação ou alcunha por que é, de fato, conhecido o cearense, em virtude de se haver estabelecido uma tendência natural para sua caracterização morfológica pela braquicefalia.

A preferência por êsse critério de especificação, embora aplicável a outros nordestinos, se fixou definitivamente em tôrno do povo do Ceará, marcando-o com essa forma de identificação.

Não se pode deixar de reconhecer que os próprios escritores cearenses concorreram muito para que essa designação ou alcunha se transformasse num sinônimo de cearense.

Certo é, por outro lado, que, não obstante ser identificada a presença cearense através de um conjunto de traços, sua especificidade continua ligada à braquicefalia.

Gustavo Barroso bem pode servir como exemplo do escritor e cientista social que representa essa tendência para a caracterização morfológica do cearense, quando assim o

retrata, em *Terra de Sol*: "O tipo comum é o do mestiço acaboclado, de pequena estatura, metro e meio, cabelo escuro e liso, fronte larga, olhar inteligente, cabeça achatada em cima e no occipital." (Gustavo Barroso, *Terra de Sol*, 5.ª edição, à página 161.)

Firmou-se com extrema facilidade essa forma de caracterização, de modo a influir em autores que, embora não se tenha confirmado, cientificamente, sua razão de ser, preferem-na quando fazem a descrição do cearense, a exemplo de Gilberto Freyre, por se prestar, à maravilha, para essa identificação morfológica. Nos dois estudos relativos ao apaixonante assunto da especificidade cearense — em que pêse a distância de vinte e dois anos entre a realização das conferências pronunciadas sob os títulos de "Precisa-se do Ceará", em 1944, e "O Ceará de Que se Precisa", em 1966 — o mestre da Sociologia do Nordeste deixa à mostra sua tendência favorável ao início das pesquisas pela análise da braquicefalia cearense. Convém deixar esclarecida a circunstância de situar-se o autor dos referidos ensaios de interpretação da cearensidade entre os poucos cientistas sociais que admitem e até justificam uma equivalência entre os caracteres morfológicos e os psicológicos, o que não o impediu de demonstrar seu interêsse pela elucidação do problema da origem da cabeça chata, enfatizando-o. A Gilberto Freyre também se deve atribuir a associação da braquicefalia ao ativismo andejo do cearense, como a melhor forma de configuração da especificidade do subgrupo da Terra da Luz, não obstante outros nordestinos possuírem êsses atributos de qualificação.

Prevalece, portanto, a caracterização do cearense por essa forma, conforme a última afirmação de Gilberto Freyre: "Ao cearense, talvez mais do que a qualquer outro subtipo, local, regional, brasileiro, se atribuem característicos somáticos que corresponderiam a outros tantos, psicológicos. Caracterizações antes folclóricas do que científicas em tôrno do brasileiro por excelência "cabeça chata": assunto ainda por ser estudado com rigor científico. É o que pretende fazer na Divisão de Antropologia Tropical, do Instituto de Ciências do Homem,

da Universidade Federal de Pernambuco, o antropólogo Froes da Fonseca." (Gilberto Freyre, *O Ceará de Que se Precisa*, 1966.) (1)

Não há negar que a saga do cearense a cumprir um destino transregional, como sucessor dos Bandeirantes, concorreu muito para cimentar essa tradição folclórica do "cabeça-chata", firmando-a de modo mais genético e profundo do que a outra do Ceará-Moleque, referente ao lado psicológico da caracterização da gente cearense.

Ocorre, entretanto, que se é muito fácil a identificação da cearensidade, em qualquer parte, difícil e complexo é o estudo destinado a estabelecer sua origem e sua natureza, razão por que ainda predomina a caracterização folclórica e tarda a investigação científica.

Até agora, infelizmente, não se poderá admitir, sequer, que se tenha base científica para o reconhecimento do grau de ponderabilidade dessa espécie de caracterização, preferida pela quase totalidade dos autores interessados no esclarecimento dêsse enigma de linhas esquivas.

Não se sabe, mau grado meu e pena do leitor, o que representa e vale essa braquicefalia no conjunto dos característicos psicológicos e morfológicos dêsse complexo subtipo local de brasileiro, que é o "cabeça-chata". Conseqüentemente, não se pode assegurar, em têrmos de validade científica, que deve caber essa prevalência à braquicefalia.

Gustavo Barroso, que se debruçou por tantos anos sôbre êsse apaixonante assunto, não logrou firmar qualquer roteiro para os estudos e as pesquisas que devem ser feitos, assim concluindo em sua obra póstuma: "Apesar de muitos piauienses, rio-grandenses-do-norte, paraibanos, alagoanos, sergipanos e até pernambucanos e maranhenses serem muito braquicéfalos, mais do que aos outros nortistas e nordestinos aos cearenses se aplica a alcunha de cabeças-chatas, cuja origem

(1) A conferência "Precisa-se do Ceará" sòmente foi publicada no jornal *Unitário*, de Fortaleza, edição de 28 de agôsto de 1944, enquanto que a conferência "O Ceará de Que se Precisa" ainda não foi publicada, existindo apenas sua cópia autêntica no Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará.

ainda não foi possível estabelecer com segurança. Já houve até quem aventasse que o achatamento da cabeça do cearense provém da rêde em que nasce, descansa, dorme, morre e é enterrado, sem berço, sem tálamo e, muitas vêzes, sem esquife, pois que nela os pobres são levados ao cemitério. Outros admitem que êsse formato característico promana dos tipos raciais que compuseram sua mestiçagem." (Gustavo Barroso, *À Margem da História do Ceará*, 1962, à página 425.) Não se faz mister apresentar outras citações, porque tôdas se situam no plano das indagações e das hipóteses.

Pode-se admitir, todavia, o estabelecimento de um roteiro que oriente os estudos e as pesquisas dos interessados, pondo-se de lado a tendência empírica de caráter folclórico. A orientação melhor para a fixação dessas diretrizes deve ser buscada no próprio conjunto das apreciações sôbre a braquicefalia cearense, numa prova de reconhecimento dessa contingência que necessita de ser enfrentada e superada, tanto no Instituto de Antropologia Tropical da Universidade de Pernambuco, como no Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, através dessa abertura dupla de perspectivas de investigações sistemáticas.

É que a braquicefalia sòmente logrará ser explicada à base das interrelações de influências oriundas das heranças étnicas e das condições do meio-ambiente, afastando-se a preliminar da preferência por qualquer fator dominante que pudesse ser aceito como princípio de explicação.

Poder-se-ia admitir, talvez, em relação às etnias, uma indicação favorável a uma prevalência ameríndia, sem se aventurar a qualquer preferência étnica como fêz José Honório Rodrigues, com a ressalva de um "talvez", relativamente ao índio cariri. (2)

Devem ser estudadas e pesquisadas tôdas as questões relacionadas com as formas de alimentação e as condições de

(2) "Se é difícil encontrar o espeta-caju, como lembrava Capistrano de Abreu, é fácil encontrar o cabeça-chata, talvez proveniente dos cariri." (José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, 1959, à página 11.)

vida do cearense no seu meio-ambiente, desde os primórdios do povoamento.

Sòmente assim será possível chegar-se a uma conclusão exata e válida sôbre a origem e a natureza da braquicefalia cearense, independente da avaliação de sua ponderabilidade no conjunto dos elementos formadores da especificidade marcante e inconfundível da terra e do povo do Ceará.

Parsifal Barroso

CABEÇA DA ONÇA. — Ste. (da), no maciço de Baturité, nas divisas dos mun. de Pacoti, Baturité e Capistrano.

CABEÇA DO BOI. — Rch., afl. da m. dir. do Conceição, da bacia do aç. Forquilha, mun. de Sobral.

CABEÇA DO BOI. — Rch., afl. da m. dir. do Valentim, trib. do Banabuiú, mun. de Quixeramobim.

CABEÇA DO BOI. — Rch., afl. da m. dir. do Barrigas, nasce na chapada do Marajó, seu principal tributário é o rch. da Palha, mun. de Boa Viagem.

CABEÇA DO BOI. — Rch., afl. do Riachão, da bacia do Jaibaras. Em certo trecho de seu curso separa os dist. de Alto e Cariré.

CABEÇA DO MORRO. — Ste. (da), contraforte da sa. da Meruoca, na linha divisória dos mun. de Coreaú e Massapê.

CABEÇA DO NEGRO. — Uma das descidas da sa. do Araripe para a cid. de Jardim.

CABEÇA VERDE. — Ste., no caminho de S. Quitéria a Tamboril. Tem a cumeada sempre verdejante.

CABECEIRAS DO MUNDAÚ. — Dist. criado pela Lei n.º 6.447, de 29-7-1963, quando da elevação de Arapari à cat. de município, que se tornou sem efeito pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-65.)

O pov. fica sôbre a sa. da Uruburetama, no sít. Mundaú, junto às nascentes do rio dêste nome. Tem cap. dedicada a N. S. do Perpétuo Socorro, sufragânea da paróquia de Assunção. O núcleo urbano carece de qualquer importância.

CABELO-NAO-TEM. — Ste. (do), compõe-se de dois morros de itacolomito, sôbre o granito, separados por riacho torrencial. O nome lhe advém da vegetação enfezada e rala que o reveste. Já faiscaram ouro no morro da margem direita do riacho, donde o apelido de ste. do Ouro por que também é conhecido. É contraforte da sa. do Pereiro, perto de Ereré.

CABINDA. — Tribo tapuia.

CABOCLINHO. — Aç. no mun. de S. Quitéria, próximo à sede municipal, com 4 milhões de metros cúbicos.

CABOCLOS. — Sa. (dos), fica nas lindes de Boa Viagem, Quixeramobim e Pedra Branca, separada da de Santa Rita por estreita garganta.

Corr. de *caá-boc*, tirado ou procedente do mato.

CABOCLOS. — Sa. (dos), pequena, agrícola, entre as cabeceiras do rch. Cangati e r. S. Miguel, mun. de Cedro e Cariús.

CABOCLOS. — La. (dos), na linha divisória do dist. de Aranaú e mun. de Bela Cruz.

CABOGI. — V. CALOGI.

CABORÉ. — Tapuias que erravam entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, na zona do Apodi e Mossoró.

De *caá*, mato, *boré* por *poré*, morador.

CABORETINGA. — Sa. ou ste. (do), mun. de Tejuçuoca.

De *caboré-tinga*, o caboré branco, alusivo a uma coruja pequena de hábitos diurnos, do gênero *Glaucidium*. Alguns autores errôneamente grafaram *Cabarutinga*.

CABRAS. — Ste. (das), ao nascente da sa. do Machado, mun. de Canindé.

CABRAS. — Sa. (das), pertencente a pequeno maciço a NO da cid. de Jucás.

CABRAS. — La. (das), mun. de Pacajús.

CABREIRO. — Rch. (do), contorna o ste. do Areré pelo lado N, deságua à m. esq. do Jaguaribe, mun. de Aracati.

CABREIRO. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Aracati.

Pela Lei n.º 386, de 14-10-1937, a sede do dist. de Lagoa da Cruz do mun. do Aracati, criado pela Lei n.º 2.677, de 2-8-1929, foi transferida para Cabreiro, passando o dist. a ter esta denominação.

A v. fica à m. esq. do Jaguaribe, a 12 km acima da cid. de Aracati, com 322 hab., inclusive o quadro suburbano. Possui esc. municipal e cap. sob a invocação de N. S. de Fátima, subordinada à paróquia de Itaiçaba.

A pop. do dist. ocupa-se da pesca e agricultura, sendo de 3.600 hab., dos quais 3.271 na zona rural. O número de domicílios ascende a 620.

CAÇADAS. — V. BARBADAS (sa.).

CAÇAPUERA. — Pç. no leito do r. Itacolomi, mun. de Granja.

Cor. de *caá-açá*, paus cruzados ou atravessados, cercado forte ou tranqueira, e *ipuera*, poço d'água — poço dos paus atravessados.

CACHAÇA. — Rch. (da), na bacia do Amanari ou Pocinhos.

CACHIMBEIRO. — La. (do), perene e piscosa, no lug. Albuquerque, mun. do Aracati. Tem 500 m de comp. sôbre 100 de larg., com 3 a 8 m de profundidade.

CACHIMBO. — Ste. (do), no mun. de Barro, perto da fronteira com Aurora. De natureza granítica, lembra pelo formato a cabeça de um cachimbo, semelhança que mais se acentua durante o período invernoso, quando a névoa se esgarça em sua cumeada.

CACHIMBO. — Rch. (do), no mun. de Barro. Quase tôdas as suas águas correm do ste. que tem o mesmo nome. Reúne-se ao rch. dos Morcegos para formar o dos Cavalos. Corta terrenos mais ou menos planos, com algumas áreas de baixios, onde se fazem grandes lavouras de milho, feijão, algodão e pequena cultura de arroz. No trecho fronteiro ao ste. foi assinalada a presença de ouro, em 1756.

CACHOEIRA. — Ste. (da), entre Pacatuba e Maranguape.

CACHOEIRA. — Ste. (da), a 6 km a O da cid. de Canindé.

CACHOEIRA. — Rch. (da), nasce na sa. de S. Domingos, deságua à dir. do Favelas, mun. de Tauá.

CACHOEIRA. — Rch. (da), mun. de Tauá, afl. da m. esq. do Carrapateira, recebe pela esq. o Trapiá.

CACHOEIRA. — Rch. (da), nasce na sa. dos Bois, desemboca à m. dir. do Jaguaribe, na fazenda Poço Velho, mun. de Aiuaba.

CACHOEIRA. — Rch. (da), vem das quebradas da sa. Vermelha, deságua à esq. do alto Conceição, na faz. Caiçara, mun. de Campos Sales.

CACHOEIRA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Boqueirãozinho, deságua junto da cid. de Assaré.

CACHOEIRA. — Rch. (da), nasce no saco do Antunes, na sa. dos Bastiões, recebe o Picada, derrama-se à dir. do Jaguaribe, na faz. Muquém, mun. de Aiuaba.

CACHOEIRA. — Rch. (da), nasce na sa. da Ibiapaba, deságua à dir. do Inhuçu. O seu divisor de águas com o rch. Buriti-Apuá, até o mo. das Guaribas, separa Guaraciaba do Norte e São Benedito.

CACHOEIRA. — Rch. (da), mun. de Mombaça, com 6 km de curso, afl. da m. dir. do S. Jerônimo, tributário do Banabuiú. Vem do extremo S do ste. da Macambira e a sua ba. fica a 8 km acima da foz do receptor.

CACHOEIRA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Poti, nasce na Ibiapaba e certo trecho de seu curso, a partir das nascentes, separa os mun. de Crateús e Ipueiras.

CACHOEIRA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Aracatiaçu, mun. de Sobral.

CACHOEIRA. — Rch. (da), mun. de Tamboril, afl. da m. dir. do alto Acaraú, nasce na sa. Branca.

CACHOEIRA. — Rch. (da), no mun. de Canindé, afl. da m. esq. do Batoque, da bacia do Canindé.

CACHOEIRA. — Rch. (da), mun. de Aurora, trib. da m. esq. do Bordão de Velho, afl. dos Pilões, que por sua vez deflui no Salgado.

CACHOEIRA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Caxitoré, mun. de Itapajé.

CACHOEIRA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Palhano.

CACHOEIRA. — Rch. (da), deságua no Figueiredo, no sít. Pilar.

CACHOEIRA. — V. S. FRANCISCO (rch., mun. do Ipu).

CACHOEIRA. — Sít., a 3 km abaixo da cid. de Missão Velha, onde as águas do Batateira e Salamanca reunidas às do Missão Velha despejam-se a prumo. Logo em seguida começa o r. Salgado. Em documento do início do século 18 êsse salto foi chamado de Cachoeira dos Cariris. (D.S., v. 2, n.º 79,13.) Nesse século e princípios do seguinte, quando o Cariri guardava grande parte de seu revestimento florestal, as fontes e brejais conservavam a sua plenitude hídrica e as águas corriam livres dos misteres da irrigação, a Cachoeira dos Cariris, ao contrário dos dias de hoje, derramava-se todo o ano, a quebrar o silêncio daquelas paragens prenunciadoras do sertão.

CACHOEIRA. — Pov., com 9 casas e 1 cap. em D. Quintino, Crato.

CACHOEIRA. — Pov., com 48 habitações, mun. de Várzea Alegre, cortado pelo rch. do Machado.

CACHOEIRA. — Pov., a 18 km ao S da cid. de S. Benedito, próximo à cachoeira do r. Inhuçu, com 30 moradias.

CACHOEIRA. — Pov., com 92 habitações, mun. de Nova Russas.

CACHOEIRA. — Pov., no mun. de Madalena, com capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus.

CACHOEIRA. — V. SOLONÓPOLE.

CACHOEIRA DO JOÃO PAULO. — No r. Pirangi, mun. de Viçosa do Ceará. Nas pedras da corredeira encontram-se inscrições rupestres, reproduzidas em trabalho de T. Pompeu Sobrinho. (RIC, 70 (1956), 118, estampa I, fig. 5.)

CACHOEIRA DO RIACHO DO SANGUE. — V. SOLONÓPOLE.

CACHOEIRA DOS CARIRIS. — V. CACHOEIRA (sít. em Missão Velha).

CACHOEIRÃO. — Boq. (do), no rch. do Quinim, mun. de Quixeramobim. Em 1915, a IFOCS estudou-o com o objetivo de construir um açude público médio, porém verificou que o local não oferecia as condições devidas a obra dessa natureza.

CACHOEIRINHA. — Sa. (da), contraforte da sa. da Meruoca, mun. de Massapê.

CACHOEIRINHA. — Sa. (da), entre Cococi e Arneiroz, na faz. Juá do Mota. Presta-se à lavoura de mantimentos.

CACHOEIRINHA. — Boq., também conhecido por Passagem, a 60 km a L da cid. de Jardim, formado pelo rch. dos Porcos ao atravessar uma corda de serrotas. À jusante espalha-se a vár. do Baião, de cêrca de mil hectares.

CACHOEIRINHA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Valentim. Em suas nascentes convergem os limites de Senador Pompeu, Solonópole e Quixeramobim.

CACHOEIRINHA. — Rch. (da), nasce no ste. do Frasão, deflui à m. esq. do rch. S. João, da bacia do Salgado, no trecho conhecido por Umari, mun. de Cedro.

Nota — No MIN figura com o nome de Cachoeira.

CACHOEIRINHA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Aracatiaçu.

CACHOEIRINHA. — Pov., com 15 habitações e uma capelinha, banhado pelo rch. dos Porcos, rodeado de excelentes baixios para lavoura de cereais e algodão, mun. de Brejo Santo, perto da fronteira pernambucana.

CACHOEIRINHA. — V. PARAMBU.

CACHOEIRINHA DO PAI-SENHOR. — Pov., no dist. de Barra Nova, mun. de Tauá.

CACHORRO. — Ste. granítico, mun. de Jardim, nas extremas com Pernambuco, onde foi assinalada a existência de cobre e extraíram-se algumas palhêtas de ouro por meio de lavagem.

CACHORRO MORTO. — Sa. (do), nos limites do Ceará com a Paraíba, no divisor de águas entre o alto Salgado e o alto Piranhas. Pertence a um cordão de sa. baixas e graníticas.

CACHORROS. — Rch. (dos), com 6 km de curso aproximadamente, afl. do rch. dos Porcos, mun. de Solonópole.

CACHORROS. — Rch. (dos), afl. da m. esq. do Aracatiaçu, mun. de Sobral.

CACHORROS. — Rch. (dos), no mun. de Boa Viagem, principal afl. do r. Barrigas, no qual se derrama pela lado direito. Nasce nas quebradas da sa. das Matas, drenando-lhe as águas da vertente sueste. As seções média e inferior correm entre as sa. das Trincheiras, da Lagoa e chapada de Marajó. Em certo trecho de seu curso chamam-no r. das Lembranças, da faz. dêste nome.

CACHORROS. — Rch. (dos), mun. de Mombaça, com 10 km de curso, afl. da m. dir. do João Alves, no qual deságua a 4 km acima da v. de Carnaúba. Nasce entre as sa. de S. Bernardo e S. Domingos e tem como afl. o rch. Humaitá.

CACHORROS. — La. (dos), perto de Cajázeiras, mun. de Fortaleza.

CACIMBA. — Rch. (da), nasce na sa. de Uruburetama, afl. da m. dir. do Sororó, mun. de Itapipoca.

CACIMBA. — R. (da), também conhecido por *Pau Caído*, afl. da m. dir. do Acaraú, mun. de Santana do Acaraú.

CACIMBA DE CIMA. — Pov., mun. de Reriutaba.

CACIMBA DAS ÉGUAS. — Rch. (da). O topônimo aparece na sesmaria concedida em 5-8-1812, pelo governador Manuel Inácio de Sampaio a José Batista de Melo. (D.S., v. 8, n.º 697, 239.)

CACIMBA DO MEIO. — V. IRAUÇUBA.

CACIMBA DO POVO. — Bairro da cid. de Aracati.

CACIMBA FRIA. — Rch., mun. de Icó. O topônimo aparece pela primeira vez na sesmaria de três léguas de terra concedida a José Martins de Andrade pelo governador Manuel Inácio de Sampaio, em 28-8-1815. (D.S., v. 9, n.º 723, 49.)

CACIMBA FUNDA. — Pov., com 50 prédios, no dist. de Mata Fresca, mun. de Aracati, à m. da estrada Aracati-Mossoró. Sua população dedica-se à agricultura e ao fabrico de cordas de tucum.

CACIMBA NOVA. — Sa. (da), no mun. de Jardim. Não passa de simples ladeira da sa. do Araripe, que vai ter ao sít. de seu nome.

CACIMBAS. — Sa. (das), no mun. de S. Quitéria. Em sua cumeada passa a divisória dos dist. de Muribeca e Raimundo Martins.

CACIMBAS. — Braço do Acaraú, entre a m. dir. e a ilha do Fernando, indo da ens. das Cacimbas à sua foz, no Atlântico.

CACIMBAS. — Ens. (das), pequena, à dir. e a 6 km da foz do Acaraú e a 5 km da cid. dêste nome a que serve de ancoradouro. Os seus moradores dedicam-se à pesca.

CACIMBAS. — Pequena baixada sôbre a sa. do Araripe, no mun. de Jardim, perto dos limites com Barbalha. Alaga nos invernos copiosos, transformando-se numa ipueira. A impermeabilidade que assegura a formação dêsse lagoeiro, a contrastar com a porosidade geral das terras da chapada, parece provir do pisoteio secular do gado, como bem lembrou o pe. Antônio Gomes de Araújo.

CACIMBAS. — Rch. (das), tem as cabeceiras ao N dos Altos Oiti, banha Cococá, desemboca à dir. do Jaguaribe, mun. de Tauá.

CACIMBINHA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Cumbe, trib. do Acaraú.

CACODÊ — V. COCODÊ.

CACUNDA OU CORCUNDA. — Rch., afl. do Banabuiú, em Morada Nova. Já se chamou *Cucurequo*, depois *Riacho do Pinto*, como se pode ver da sesmaria concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago ao capitão Pedro de Sousa, em 14-7-1707. (D.S., v. 4, n.º 237, 98.)

CADEIA. — Rch. (da), deságua à m. esq. do Jaguaribe, na cid. de Saboeiro, onde passa ao lado da cadeia pública. Açudado pelo Estado, para atender ao abastecimento citadino, sangrou, pela primeira vez, em março de 1956.

CADÓS. — Cabeço (do), na linha divisória dos mun. de Massapê e Meruoca, sôbre a sa. da Meruoca.

CÃES. — Rch. (dos), também conhecido por r. Barriguda, mun. de Boa Viagem. Nasce no divisor de águas formado pelas sa. do Calogi, S. Rita e Pipocas, drenando grande volume d'água das duas primeiras. Seus principais afl. são os

rch. Carrapateira, S. Antônio e S. Cosme. Depois de um curso de mais de 60 km, deságua à dir. do Boa Viagem, a 6 km acima da sua foz no Quixeramobim.

CAFUNDÓ. — Sa. (do), no divisor de águas dos rch. Capim Pubo e Pendência, ligada transversalmente à sa. do Padre, entre Icó e Umari.

O têrmo é africano, do ambundo, com o sentido de lugar êrmo e distante.

CAFUNDÓ. — Rch. (do), nasce na fonte do mesmo nome, no sít. também assim denominado, e deságua na Bôca da Mata, mun. de Jardim. O sít. de Cafundó pertenceu ao padre Antônio Manuel de Sousa, apelidado de Benze-Cacête, primeiro vigário de Jardim.

CAFUNDÓ. — Rch. (do), fica na cid. de Crato, por trás do Bairro Pinto Madeira, deflui no Batateira.

CAFUNDÓ. — Aç. const. em coop. com a IFOCS, no mun. de Quixeramobim. Capacidade de 842.137 m³, profundidade máxima de 9 m. Prêmio de 24:940$714.

CAFUNDÓ DOS FURTADOS. — Fonte perene, rch. e sít. no mun. de Missão Velha.

CAFUNDÓI. — Ste. (do), no mun. de Maranguape, na divisória do dist. de Vertentes do Lajedo.

CÁGADO. — Ste. (do), pequena elevação a L das nascentes do r. Macacos, mun. de Caridade.

CÁGADO. — La. (do), mun. de Maranguape. Raramente seca. Na reconstrução do trecho Fortaleza-Maranguape da Ce-2, em 1953, a pista que circundava parte dessa la. foi retificada por um atêrro de 10 m de larg. por 220 de compr., cortando-a diametralmente, ficando, assim, dividida em duas metades.

CÁGADO. — Pov., com 20 habitações, à m. da la. dêste nome, mun. de Maranguape. Daí parte o ramal da Ce-2 para Maracanaú.

CÁGADO. — Faz. junto ao ste. dêste nome, fundada em 1860 pelo coronel Antônio Gaspar da Silveira. Tornou-se pov. do Cágado, depois v. com o nome de Caridade e posteriormente cidade sem alterar esta denominação.

CAIADA. — Sa. (da), contraforte da do Pereiro, no mun. dêste nome.

CAIBROS. — R. (dos), braço do Acaraú, mun. de Santana do Acaraú, recebe o Bôca do Córrego.

CAIÇARA. — Rch. (da), resulta da junção do ôlho-d'água Comprido com o ôlho-d'água dos Cavalos, nascendo aquêle na sa. do Mãozinha e êste na sa. do Cuandu, reunindo-se ambos no sít. Caiçara, onde se forma o rch. dêste nome, a uns 9 km da cid. de Missão Velha. Após um curso de 2 km deságua no rch. dos Porcos, pela esquerda, um pouco abaixo do pov. de seu nome, mun. de Milagres.
De *caá-içara*, e estacada, o cercado.

CAIÇARA. — Rch. (da), entra na la. do Barro Alto, em sua foz incidem os limites de Iguatu e Jucás.

CAIÇARA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Salgado, mun. de Aurora. É formado pelos rch. Barreiro Branco e Góis, que nascem no ste. do Cajuí. O seu leito foi objeto de pesquisas quando das tentativas de mineração de ouro no Cariri, como se vê da carta de 16-7-1753 do sargento-mor Jerônimo Mendes de Paz a Luís José Correia de Sá, tenente-general da Capitania de Pernambuco. (RIC, 35 (1921), 239.) Em todo o seu vale se cultiva muito fumo.

CAIÇARA. — Rch. (da), trib. do Sítiá, mun. de Quixadá.

CAIÇARA. — Rch. (da), mun. de Canindé, trib. da m. dir. do Batoque, por sua vez afl. do Canindé.

CAIÇARA. — Rch. (da), vem da sa. do Imbuzeiro, afl. da m. dir. do rch. da Cruz, da bacia do Jucás, mun. de Arneiroz.

CAIÇARA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do rch. dos Bois, trib. do Imbuzeiro, da bacia do Conceição, mun. de Aiuaba.

CAIÇARA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do rch. Ubajara, mun. de Frecheirinha.

CAIÇARA. — V. LOGRADOURO (rch. do).

CAIÇARA. — La. (da), no mun. de Aracati, verte na dos Currais, depois de receber as águas das la. de Caraúbas, Mulungu, Quixaba e Pedras. Pertence ao sistema da la. das Pombas, cujo sangradouro foi barrado em março de 1910.

CAIÇARA. — Ôlho-d'água (da), perto da v. de Graça, vaza no grande baixio do Cocal.

CAIÇARA. — Faz. (da), com uma légua de terra e meia de cada lado do r. Acaraú, berço da cid. de Sobral. Curato em 1742. O pov. foi elevado a v. em 5-7-1773, com o nome de Vila Distinta e Real de Sobral. Êste topônimo recorda uma freguesia do concelho de Oleiros do dist. de Castelo Branco, em Portugal.

CAIÇARA. — Pov., mun. de Canindé.

CAIÇARA. — Pov., com 20 casas, mun. de Quixadá.

CAIÇARA. — Pov., com 11 casas e 1 capela, mun. de Milagres.

CAIÇARA. — V. ICAPUÍ.

CAIÇARINHA. — Ste. (da), mun. de Quixadá, bacia do Cangati.

CAIÇARINHA. — Rch. (da), também conhecido por Fundão, deflui à m. dir. do curso superior do Cangati, mun. de Quixadá. Recebe os rch. Três Irmãos e do Meio.

CAIÇARINHA. — Prop. r., próxima ao ste. dêste nome, mun. de Quixadá, com ocorrência de grafito em camadas horizontais, logo abaixo do solo superficial sílico-argiloso.

CAIÇARINHA. — Faz., à m. do Banabuiú, a pequena distância da v. de Rinaré. Tem uma pedra à beira do rio com interessante inscrição rupestre.

CAIÇARINHA. — Dist. e v. de igual nome, do mun. de Quixadá. Pertenceu a Canindé, passando ao mun. de Quixadá pelo Dec. n.º 1.156, de 4-12-1936, e ao mun. de Choró, quando de sua criação, pela Lei n.º 4.447, de 2-1-1959, diploma legal que não logrou ser executado.

A pop., em 1960, era de 3.796 hab., dos quais 3.621 no quadro rural. O número de domicílios subia a 593.

A v., à margem do rch. S. Rosa, conta 175 moradores. Tem capela dedicada a S. Sebastião, concluída em 1864 e benta nesse mesmo ano pelo padre Ernesto José Cavalcante, vigário de Canindé. Em 1964 tinha 5 unidades escolares, tôdas rurais, com a matrícula geral de 235 alunos.

Sôbre a origem de Caiçarinha consulte-se frei Cirilo de Bérgamo(*Apontamentos Históricos das Capelas da Paróquia de Canindé*, RIC, 36 (1922), 446.)

CAIEIRA. — Pov., com 70 habitações, mun. de Várzea Alegre.

CAIOCA. — Rch., nos mun. de Sobral e Santana do Acaraú, vem da sa. da Barriga, recebe os rch. da Luz e Carnaúba, conflui no Acaraú, pela m. dir., após passar pela v. do Patriarca.

Pompeu Sobrinho dá as interpretações que se seguem: *caá-oca*, a casa do mato; *caí-oca*, casa queimada; *caá-y-oca*, a casa

do rio do mato; *caí-oca*, a casa do caí (macaco-prego). (*Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 215.)

CAIOCA. — Dist. e v. do mun. de Sobral, com sede no pov. do mesmo nome, criado pela Lei n.º 7.150, de 14-1-1964. (D.O., de 24-1-64.)

CAIO PRADO. — Rch., banha a cid. de Baixio, desemboca à dir. do rch. Pendência, da bacia do Salgado.

CAIO PRADO. — Aç. púb., a 500 m a L da cid. de Santa Quitéria, sôbre o rch. Cascavel, afl. do Jacurutu. A barragem primitiva foi construída em 1879, com auxílios para mitigar os efeitos da grande sêca de 1877-1879. Neste mesmo local e com os mesmos objetivos do passado, a IFOCS, em fins de 1915, iniciou a construção de um açude, terminado nos últimos dias de 1916 e entregue ao Estado a 5-12-1917. O custo total da obra, inclusive 2:314$000 de desapropriações das terras inundadas, foi de 122:720$000.

Principais dados técnicos:

Bacia hidrográfica	971 ha
Bacia hidráulica	70 ha
Capacidade	2.215.000 m³
Barragem de terra, comprimento	277,60 m
Altura da barragem sôbre o leito do rio	7,30 m
Largura do coroamento	3 m
Sangradouro em rocha, largura	30 m

CAIO PRADO (Ex-CANGATI). — Dist. e v. de igual nome, pertencente ao mun. de Itapiúna, com. de Baturité.

Tinha, no último recenseamento, 3.495 hab., dos quais 805 no quadro urbano. A instrução primária, em 1964, contava 11 esc., 4 estaduais e 7 municipais, freqüentadas por 216 alunos. No tocante à justiça, depende da com. de Baturité. No religioso está subordinado à paróquia de Capistrano.

As atividades econômicas concentram-se na lavoura de algodão e mantimentos. A criação é de pouco relêvo. Há ocorrências de minério de manganês.

A v., à m. esq. do Choró, é servida pela RVC, linha Fortaleza-Crato. A est. f., a 400 m do centro urbano, no 148, 498 km e a 111,600 m de alt., foi inaugurada a 8-12-1890. Carroçáveis mantêm o intercâmbio com os mun. vizinhos, inclusive com a Ce-1. Tem agência postal de 4.ª classe.

Dist. pelo Dec. n.º 37, de 2-8-1890, pertenceu ao mun. de Baturité até 20-5-1957, quando passou a integrar o mun. de Itapiúna, instituído nessa data. O pov. chegou a v. pelo Dec. -lei n.º 448, de 20-12-1938. Elevado a mun. e a sede considerada cid., desmembrado de Itapiúna, pela Lei n.º 6.960, de 19-12-1963. (D.O., de 30-12-1963.) Não foi instalado e o diploma legal referido foi considerado nulo pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-65.)

Cangati, seu primeiro nome, do rch. que lhe passa ao lado, de sul a nascente. A denominação atual recorda Antônio Caio da Silva Prado, vítima de febre amarela em 25-5-1889, quando ocupava a presidência da Província.

CAIPORA. — Sa. (da), entre as cabeceiras do rch. Imburana e a bacia do Pirangi.

"Caipora, cor. de *cai-pora*, o que tem fogo; o que queima. Pode proceder também de *caí-pora*, que significa: o que tem acanhamento, ou que é corrido. Pode proceder ainda de *caá-pora*, o morador do mato, o habitante da mata, o matuto agreste. É um gênio de mitologia selvagem." (T. Sampaio.)

CAIPU (Ex-POÇO DO MATO). — Dist. e v. de igual nome, pertencente ao mun. de Cariús, com. de Jucás.

Vive da lavoura de algodão e de mantimentos. Pecuária reduzida. Comércio quase que absorvido pelas praças vizinhas, mormente a iguatuense. Serve-se da agência postal-telegráfica de Cariús e os transportes são feitos através de carroçáveis.

Em 1964 existiam 2 esc. primárias estaduais e 5 municipais, com a matrícula geral de 197 alunos.

A v. fica à m. esq. do rch. Poço do Mato, afl. do Cangati, da bacia do Jaguaribe. Tem uns 130 prédios e 445 hab., para um total de 4.371, que é a pop. do município. Vida típica dos pequenos burgos sertanejos, quebrada apenas por ocasião dos festejos a S. Sebastião, padroeiro da terra. Nesses dias regurgita de romeiros vindos das ribeiras do Bastiões, Cariús e Jaguaribe.

Dist. criado por Ato de 9-9-1898, figurou no mun. de S. Mateus, hoje Jucás, até a criação do mun. de Cariús, pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951. Por êste diploma legal perdeu parte de seu antigo território em benefício do dist.-sede de Cariús e do de S. Bartolomeu, então instituídos. Mun., desmembrado do de Cariús, com sede na v. de igual nome, elevada à cat. de cid., pela Lei n.º 6.421, de 27-6-1963. (D.O., de 1.º-8-1963.) Não foi instalado e a Lei n.º 8.339, de 14-12-1965 (D.O.) de 24-12-65) tornou sem efeito a criação do município.

Passou a chamar-se Caipu pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, tradução do primitivo nome para o tupi: *caá-y-pu*, o ôlho-d'água da mata, o poço do mato.

CAITITU. — Mo. (do), sôbre a sa. de Baturité, na divisória dos mun. de Maranguape e Pacoti.

De *taititu*, o que bate os dentes, alusivo ao entrechocar dos dentes dêsses porcos-do-mato.

CAIXA-D'ÁGUA. — Rch., afl. da m. esq. do Banabuiú. É um dos drenos do maciço formado pelas sa. de Santa Rita e Calogi.

CAIXA-SÓ. — V. CAXOÇÓ.

CAJÁS. — Rch. (dos), nasce na sa. do Quincunçá e é afl. do Urucuzinho.

Corr. de *acayá*, de *acá*, caroço, *já*, fruto — o fruto de caroço, ou melhor, o fruto que é todo caroço.

CAJAZEIRAS. — Ste. (das), mun. de Itapajé, onde se localiza o sít. de igual nome.

CAJÀZEIRAS. — Rch. (das), afl. do Bastiões, mun. de Assaré.

CAJÀZEIRAS. — Rch. (das), com o Penedo derrama-se no rch. Jurema, no mun. de Senador Sá.

CAJÀZEIRAS. — Rch. (das), no mun. de Saboeiro, forma-se entre as sa. do Mucuim e da Macambira, faz barra à m. esq. do Jaguaribe, na faz. de seu nome.

CAJÀZEIRAS. — Rch. (das), afl. da m. esq. do Caraúna, confluente do Quixeramobim, no mun. dêste nome.

CAJÀZEIRAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do Timonha, nasce no mo. do Petimbu. Parte de seu curso separa os dist. de Pessoa Anta e Timonha.

CAJÀZEIRAS. — Rch. (das), afl. da m. esq. do Teotônio, mun. de Quixeramobim.

CAJÀZEIRAS. — La. (das), mun. de Quixeramobim.

CAJÀZEIRAS. — Pov., com 60 habitações, no dist. de Mata Fresca, mun. de Aracati. Possui 2 esc. públicas. A carnaúba e o algodão constituem as suas principais fontes de renda

CAJÀZEIRAS. — Pov., com 150 habitações, mun. de Baturité.

CAJÀZEIRAS. — Pov., no mun. de Fortaleza, a 12 km da Capital e a 6 de Messejana, a cujo dist. pertence. Fica numa lombada bastante aprazível, bem ventilada, cercada de chácaras e sitiocas. O arruado dispõe de energia elétrica, transporte fácil, várias escolas e igreja dedicada a S. Diogo. Foi dist. do antigo mun. de Messejana.

CAJÀZEIRAS. — Pov., mun. de Maranguape.

CAJÀZEIRAS. — V. ARAJARA.

CAJÀZEIRAS. — V. ITAPÓ.

CAJÀZEIRAS. — V. BATOQUE.

CAJÀZEIRAS DO FARIAS. — V. ARAJARA.

CAJÀZEIRAS DOS TIMBÓS. — V. BATOQUE.

CAJUAIS. — Banco (dos), nome que recebe a L da Ponta Grossa o grande banco de areia que se estende da barra do Mossoró à do Jaguaribe.

CAJUAIS. — Pt. (dos), mun. de Aracati, fronteira ao pov. de seu nome.

CAJUAIS. — Pov., perto da pt. dêste nome, mun. de Aracati. Compõe-se de mais de 150 casas. Vive da cultura da cana e do coqueiro.

CAJUEIRINHO. — Pov., dist. de Acaraú, com uma esc. primária.

CAJUEIRO. — Sa. (do), mun. de Assaré, entre os rch. das Balanças e Cachoeira, trib. do Boqueirãozinho.

CAJUEIRO. — Sa. (do), no mun. de Uruoca, com diversos olhos-d'água. Cultivada na estação das chuvas.

CAJUEIRO. — Sa. (do), mun. de Quixeramobim, entre os rch. Tapuiará e Uruquê, a 2 km ao poente da do Manoel Gomes. Consta de grande pedra, próxima à sa. do Tucum, da qual dista menos de 1 km.

CAJUEIRO. — Ste. (do), contraforte da chapada do Apodi, nos limites dos mun. de Aracati e Jaguaruana.

CAJUEIRO. — Ste. (do), no maciço de Baturité, ponte de referência dos limites de Pacoti, Capistrano e Baturité.

CAJUEIRO. — Mo. (do), duna ao S da barra do Choró, com 90 m de alt., visível do mar, a 20 milhas.

CAJUEIRO. — Caverna (do), no talhado da sa. do Araripe, dist. de Brejinho, mun. de Araripe, no lug. de seu nome. Tem o interior muito acanhado segundo verificou Marcos Antônio de Macedo, que por isso mesmo não pôde examiná-la circunstanciadamente. (*Descrição dos Terrenos Carboníferos da Comarca de Crato,* RIC, 13 (1899), 109.)

CAJUEIRO. — Rch. (do), nasce no ôlho-d'água do Boqueirão, na sa. da Pirapora, passa pelo lug. Cajueiro e verte à dir. do Ubatuba, na faz. Retiro. Tem cêrca de 18 km de curso através dos mun. de Granja e Chaval, drena parte das águas da ponta noroeste da Ibiapaba e recebe como principal afl. o Palmeiras.

CAJUEIRO. — Rch. (do), nasce nas imediações da cid. de Uruoca, em cujo mun. tem todo o seu curso, e deságua na m. esq. do rch. Jurema.

CAJUEIRO. — Rch. (do), nasce na sa. da Timbaúba, afl. da m. esq. do Timonha, no mun. de Granja.

CAJUEIRO. — Rch. (do), nasce no ste. do mesmo nome, deságua no rch. da Lagoa Nova. O seu curso separa os mun. de Capistrano e Pacoti.

CAJUEIRO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Pirangi, mun. de Quixadá.

CAJUEIRO. — Rch. (do), nasce no sít. S. Inácio, sôbre a sa. da Meruoca, e deságua no Contendas, nas imediações da cid. de Massapê, depois de 4 km de curso. Recebe os pequenos rch. Santa Úrsula, Meruoquinha, Terra Nova, Pintos e Santa Rosa, todos na sa. da Meruoca.

CAJUEIRO. — Pov., mun. de Ubajara, à m. dir. do r. Jaburu, na linha divisória com o mun. de Ibiapina.

CAJUEIRO. — Pov., mun. de Granja, a 72 km da sede municipal.

CAJUEIRO. — Pov., com 10 habitações, ao pé da sa. de S. Antônio, mun. de Maranguape.

CAJUEIRO. — Faz., com 30 moradias, no dist. de Barreira, mun. de Redenção.

CAJUEIRO DO MINISTRO. — Rch. (do), afl. da Caponga Grande, mun. de Aquirás.

CAJUEIRO DO MINISTRO. — Pov., perto de Aquirás, com 60 habitações, à margem do rch. homônimo.

Cajueiro era uma parcela da faz. Quixinxé, onde morava o capitão José Lopes Barreira, designado em 1791 para o cargo de almoxarife da Fazenda Real da Capitania, função que lhe trouxe o título popular de "Ministro". Ao sítio residencial, muito conhecido dos que trafegavam pela velha estrada Fortaleza-Aracati, por ser ponto obrigatório de descanço, deram, em conseqüência, o nome de Cajueiro do Ministro, que se manteve pelo tempo adiante. Nêle se arranchou Felipe Patroni, em 1829, quando de sua viagem por terra de Fortaleza à Côrte. Era sombreado por cajueiros altos e copados, perto de pequeno rio de águas saudáveis.

CAJUÍ. — Sa. (do), nos limites dos mun. de Aurora e Caririaçu, com 250 m de altitude.

CAL. — Rch. (da), no dist. de Itaguá, mun. de Campos Sales, afl. da m. dir. do Conceição, desemboca no lug. Barra.

CALABAÇA. — Tribo tapuia, vivia no vale do Salgado, das imediações da foz dêste rio até a altura de Lavras da Mangabeira. O padre Antônio Mendes Lobato levou-a para o Cariri, situando-a no rch. dos Porcos, nos domínios de sua família, uma das primeiras a ocupar o sul da Capitania. Os calabaças posteriormente tomaram parte no povoamento da Missão de Miranda, origem do Crato.

CALABAÇA. — Ste. (do), no mun. de S. Quitéria. Também conhecido por Calabaço.

Nota — Em *Dic.*, 67, vem *Calabouço*, copiando o *Dic. Top.*, 20, êste, certamente, vítima da revisão.

CALABAÇA OU CALABAÇO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Jacurutu, com 8 km de curso, mun. de S. Quitéria.

CALABAÇA. — Rch. (do), nasce no S dos contrafortes da sa. do Luna, verte à m. esq. do Madeira Cortada. Na sua foz incidem os limites de Acopiara e Iguatu.

CALABAÇA. — V. FRANCISCO SALVIANO.

CALA-BÔCA. — V. ACARAPE (dist. e v.).

CALDAS. — Fonte (do), a 10 km a sudeste da cid. de Barbalha, cujas águas rebentam do âmago da sa. do Araripe por cinco olheiros e, juntas às do Santo Antônio e do Melo, formam o r. Salamanca.

"O descobrimento das propriedades medicamentosas do Caldas é devido a mero acaso e atribui-se ao venerável sacerdote Padre Ibiapina, o apóstolo do Cariri. Para essa fonte concorrem doentes até de Pernambuco e da Bahia, e as conjuntivites catarrais e granulosas, as afecções uterinas e as da pele são as enfermidades contra que mais se apregoam as suas virtudes. De uma adstringência notável parece ela conter alumem em grande abundância." (Dr. Guilherme Studart, *Descrição do Município de Barbalha*, RIC, 2(1888) 10.)

O nome dado às nascentes e à gleba circunjacente vem de Francisco José da Costa Caldas, mais conhecido por Chico Caldas, primeiro possuidor da fonte do Camelo, cujo apelido se vinculou à terra e fontes vizinhas. A designação é do princípio do século passado. Não tem cabimento, por conseguinte, a tradição de que haveria tomado o nome de Caldas por serem tépidas as suas águas, como entre outros escreveu o incansável professor público João Golçalves Dias Sobreira.

CALDAS. — Rch. (do), no mun. de Barbalha, formado pela famosa nascente de seu nome. As suas águas engrossam-se com as do S. Antônio, no sít. Frutuoso, e as do Padre, no sít. Caça. A 9 km de sua origem e cêrca de 10 da cid. de Barbalha, recebe, pela esq., o rch. do Melo, tomando daí em diante o nome de Salamanca.

CALDAS. — Pov., ao sopé da sa. do Araripe, junto à fonte do mesmo nome, a 10 km da sede do mun., numa alt. aproximada de 750 m. Tem 50 habitações e capela sob a invocação do Bom Jesus dos Aflitos, com numerosos ex-votos dos favores divinos ali alcançados. A capela foi benta a 7-2-1892, pelo vigário de Barbalha, Manuel Cândido dos Santos. Tornou-se dist. de paz pela Lei n.º 1.330, de 10-10-1870. Nesse mesmo ano, foi provida de sua primeira cadeira de instrução primária.

Ambiente aprazível e acolhedor, oferece condições para um estabelecimento de cura e repouso, tentado por vários espíritos empreendedores, até agora sem êxito. A Lei n.º 3.894, de 12-11-1957, que considerou estância hidromineral o pov. de Caldas, não foi executada e a fonte continua relegada ao abandono.

"FUNDAÇÃO DE CALDAS

João Glz. Dias Sobreira

Corria em meio o ano de 1869, quando chegou à cidade da Barbalha o missionário evangélico pe. José Antônio de Maria Ibiapina.

Feitos os preparativos do costume (uma grande latada coberta de ramos verdes, a fim de se abrigarem os fiéis na frente da igreja-matriz, para ouvirem a palavra autorizada do ministro cristão), começou o ínclito missionário as suas prédicas.

Alguns dias depois, apresentou-se ao virtuoso levita uma pobre velha, que sofria de incurável moléstia exterior, havia longos anos, e era de todos muito conhecida. Chegando-se ao padre, disse, cheia de confiança:

— Meu padre, eu sou uma pobre velha doente e nada possuo... Venho pedir um remédio para me curar. Atendei-me por vossa bondade, pelo amor de Deus.

O padre, tomando parte em sua dor, lhe respondeu:

— Que posso eu fazer? Sou tão pobre quanto vós, minha filha. Não sou médico; nada tenho; só curo almas.

Sem o deixar continuar, a velha paralítica exclama:

— Será possível que eu morra entre cristãos, entre filhos de Deus, sem encontrar um que me possa fazer a esmola de me curar? Ah, meu padre, atendei-me, por caridade, ensinai-me um remédio!

O bom do padre, como que para ver-se livre de tamanha impertinência, disse-lhe:

— Tomai banhos cálidos.

Tanto bastou. A boa velha tomou ao pé da letra, como se costuma dizer. A sua ignorância fê-la compreender que o nosso missionário lhe tinha mandado tomar banhos no Caldas.

E, certa disso, voltou à sua choupana, convencidíssima, pedindo a um seu parente que a conduzisse até aquela fonte, donde voltaria com a sua saúde restabelecida, pois assim lhe tinha garantido o *Padre Santo*.

À vista disto, foi ela, com efeito, transportada ao Caldas, que dista três léguas a sudeste daquela cidade, ao sopé da serra do Araripe.

Longa e demoradíssima a jornada. Ali chegando, demorou-se por espaço de três dias, durante os quais se banhava de momento a momento.

No fim do terceiro dia, estava completamente restabelecida. Então, voltou aos seus lares, louvando e bendizendo ao Senhor, e publicando suas maravilhas por tôda parte.

A sua moléstia era por todos conhecida, e assim não havia dúvida de que fôra um prodigioso assombro.

Chegando a Barbalha, foi ter imediatamente com o padre, e disse-lhe:

— Meu santo padre, voltei sã e curada. Eu sou aquela mesma velha a quem vós ensinastes o remédio dos banhos do Caldas, com que me curei. Louvado seja Deus, que me restituiu a saúde.

Todos aquêles que conheciam a velha ficaram maravilhados dêsse tão grande prodígio, e a notícia dêle se estendeu ràpidamente aos quatro ângulos da cidade, de todo o Cariri, do Ceará, do Brasil.

Desde logo começaram as romarias: uns por moléstias, outros por curiosidade, outros arrastados por influência de amigos. E como a velha se havia curado ali em três dias, todos a imitavam.

O próprio Ibiapina visitou essa fonte mais de uma vez, e ali se reuniu, em brevíssimo espaço de tempo, imensa multidão, de tôdas as classes sociais.

Imagine-se com que pasmo não recebeu o padre-mestre aquela mulher de sua torna-viagem, narrando semelhante assombroso fato, que êle próprio tomou por fantástico, tanto mais quanto não conhecia a fonte de que lhe falava a indigente, nem se recordava de a ter mandado a parte alguma, em busca de remédio.

O *Caldas*, como já vimos, dista três léguas da cidade da Barbalha. É daí que nasce o rio Salamanca, que banha a sobredita cidade. É um afluente do Salgado.

Antes de chegar-se à fonte, encontram-se diversas choupanas, engenhos ou máquinas de moer canas para açúcar, aguardente, etc., diversas habitações de proprietários e seus agregados, grandes lavouras de diversos gêneros.

Uns três quilômetros antes de chegar à fonte começa a estender-se uma espêssa floresta. É um bosque encantador. Quantidade extraordinária de palmeiras, que dão frutos oleosos aos pobres, a par de inumerável quantidade de trepadeiras, que se entrelaçam, formando, assim, imensa latada natural.

Da última casa em que moram os donos daquelas situações até à fonte, não havia caminho. Apenas uma estreita vereda indicava a sua direção.

Até então, êsse lugar desconhecido não passava de uma fonte, cujas águas serviam para irrigação das lavouras próximas.

As pessoas que a visitavam passavam ali três dias, como fizera a sua descobridora, e, como não havia casas onde os peregrinos se alojassem, fabricavam de palhas de palmeiras pequenas choupanas, onde passavam aquêles três dias, no fim dos quais as deixavam, servindo imediatamente de pouso a outras famílias. Como era grande a concorrência de romeiros, grande era também a multiplicidade de choupanas, que se levantavam como por encanto no meio da mata, de sorte que, no fim de algumas semanas, se via crescido número de habitações, em forma de rua.

Um prodígio.

Os romeiros lembraram-se de edificar uma pequena casa de orações ao sopé da fonte, e dedicaram-na ao Bom Jesus dos Pecadores. Iam ali todos prosternar-se aos pés do Salvador do mundo, implorar seu valimento, e seguiam depois para o banho.

Os prodígios começaram a multiplicar-se de dia a dia. A notícia tomava vulto e se espalhava por tôda parte. Os habitantes dos sertões vizinhos dirigiam-se por seu turno a ver as maravilhas que o Criador estava obrando em seu favor. Todos os que tinham alguma moléstia para ali se dirigiam, e grande número voltava restabelecido.

Lá estive, e com os meus próprios olhos testemunhei fatos maravilhosos, quase milagres.

Os aleijados, de muletas, ali as deixavam, voltando a pé firme. O número de muletas deixadas tem sido em tamanha quantidade, que, de tempos a tempos, é preciso destruí-las a fogo.

Aumentavam as choupanas, e era tal o comércio, que nada faltava.

Agora, já não servia a pequena casa de orações; era necessária uma capela, que foi edificada sôbre um montículo ao poente da fonte e da casa de orações com a primitiva invocação.

Pela pressa, a capelinha foi edificada, não de tijolos e telha, mas de madeira e barro, e coberta de palhas de palmeira, verdadeira choupana.

Ao lado da capelinha, havia uma palhoça, em que se alojavam duas ou três famílias.

Uma noite, por acaso, o fogo devorou em poucos instantes a palhoça.

É de notar que as palhas da capela e da palhoça se entrelaçavam, e, apesar do fogo que cobria a capela, não lhe queimava as palhas; apenas tostava-as.

Um outro fato, não menos importante.

Ao pé da fonte encontrou-se uma pedra, que tinha, mais ou menos, quatro palmos quadrados, e no meio da qual se descortina a figura de um coração, desenhado a traços coloridos naturais.

Foi um alvoroço essa descoberta. Concorria para ali o povo em verdadeiras ondas, e por fim o cidadão Pedro Lôbo, de Barbalha, conduziu-a para sua casa, onde eu a vi e examinei. É um cidadão respeitabilíssimo e da principal família daqueles Cariris.

Esta fonte tomou o nome de *Caldas* por serem sempre tépidas as suas águas. São tão claras, que se vê no fundo do poço qualquer coisa. Não dessedenta, mas é agradável ao paladar.

Vem do tronco da serra, por baixo de grande pedra, tendo de profundidade cêrca de sessenta centímetros, assentada num fundo de areia grossa, sempre a movimentar-se. A largura é de pouco mais de um metro.

Desfeita a mata, foi preciso tratar de acomodações para os banhos, e assim se fêz uma muralhazinha coberta de telha, que serve de banheiro, cujo rédito pertence à capela.

Fundada a povoação, um ano depois criou-se ali uma cadeira de instrução primária.

(Fortaleza, 18-5-1891 (RIC, 55 (1941), 227 e segs.)

De um trabalho calcado em crônicas existentes na Casa de Caridade de Santa Fé, publicado em *A Imprensa*, da Paraíba, e transcrito na RIC, 29 (1915), 96-97, sob o título *Padre Ibiapina*, traslado o que consta a respeito da ereção da capela do Caldas, por Ibiapina, em 1869:

"No dia 10 de abril, deixando a casa da Barbalha quase pronta, partimos para o Caldas. A fome continuava; grandes plantações que se tinham feito primeiro ameaçavam perder-se por falta de chuvas; e o povo miserável, que tinha visto os prodígios da Barbalha, acompanhava ao Revmo. Missionário, para não morrer à fome.

O Revmo. Missionário, para satisfazer à necessidade do povo, nomeou três agenciadores, que formavam três companhias: uma pedia ou comprava legumes onde achava; outra colhia côcos de palmeiras-macaíbas e canas, que recolhia a um armazém; a terceira apanhava piquis na chapada da serra do Araripe e recolhia-os ao mesmo depósito.

Nasce do pé da serra do Araripe, entre uma grande floresta de palmeiras, gameleiras, jitòzeiras e outras muitas grandes árvores, um grande volume d'água, que forma um grande regato; junto à saída das águas, forma um pequeno tanque, cujo leito é coberto de muitas pedrinhas brancas, que com o clarão do sol no espelho das águas, apresentam uma bela vista pela diversidade das côres. Presentemente se acha rodeada de choupanazinhas de palhas verdes de palmeiras, que fazem os romeiros e os povos que vêm à missão, para se ampararem da chuva, porque sombra têm em abundância.

Neste lugar se repetiu o milagre dos quatro pães do Evangelho, em vista dos pequenos recursos de que se pode fazer uso.

Os fazendeiros prestaram-se com matalotagens, e com êstes recursos marchou a obra.

No segundo dia de missão declarou-se o inverno; mas, sendo fraco deu lugar a que o povo, uns obrigados pela fome e outros alegres pela presença do inverno, concorresse em abundância, fazendo uma massa de talvez três mil pessoas.

Com seis dias de serviço, estava a obra da capela feita de pedra, no respaldo; mas, aparecendo uma grande chuva inutilizou todo o serviço.

Nesta ocasião, ouvindo o Padre Ibiapina, era meia-noite, o estrondo das paredes que se precipitavam, ao fuzilar do relâmpago e ao choque dos trovões, disse muito conformado com a vontade de Deus:— Já vejo que Deus não quer aqui esta capela por êste modo, e de amanhã para depois levanto outra de madeira para ir servindo até se fazer a que êle quer.

Assim aconteceu, e seis dias depois estava levantada a nova capela de madeira, coberta de palhas, por não haver telhas, rebocada por dentro, benzida e disposta para o culto público.

No dia 21, que era Domingo de Ramos, concorreu um povo imenso para a cerimônia dos ramos, porque aqui se achava o Revmo. Vigário da Matriz. Nesse dia, à tarde, benzeu-se o cruzeiro, levou-se em procissão à fonte e colocou-se no lugar do destino.

O Revmo. Missionário achava-se bastante incomodado de seus sofrimentos de asma, por causa da frieza da serra e da umidade do inverno, e era preciso retirarmo-nos, e assim o fizemos no dia 23."

A capela do Caldas, havendo caído em ruínas, foi reconstruída pelo padre Manuel Cândido, em local próximo ao primitivo. Posteriormente, passou por reformas devidas aos srs. José de Sá Barreto Sampaio e dr. Bittencourt Barbosa e espôsa. O patrimônio cresceu graças a uma doação de terras feitas por Daniel Cordeiro das Neves.

CALDEIRÃO. — Ste. (do), mun. de Mombaça, entre os rch. Cangati e S. Gonçalo, a 500 m da m. dir. do Banabuiú.

CALDEIRÃO. — Rch. (do), nasce no lug. Serrinha, na chapada do mesmo nome, desemboca à m. dir. do Mapirunga, na cid. de Campos Sales. Daí por diante o rch. ou r. Mapirunga recebe o nome de Conceição até a sua foz no Jaguaribe.

CALDEIRÃO. — Rch. (do), também conhecido por Caldeirões, afl. da m. dir. do Conceição, nasce no pé da sa. do Araripe, no lug. Lagoinha, dist. de Campos Sales, fazendo barra no lug. Bolandeira dos Estêvãos, um pouco abaixo da foz do rch. do Meio.

CALDEIRÃO. — Rch. (do), mun. de Crateús. Vem das quebradas da Serra Grande, do lug. de seu nome, nos limites com Independência. Lança-se à m. dir. do rch. dos Cavalos, trib. do Poti.

CALDEIRÃO — Rch. (do), mun. de Santana do Cariri, nasce nos contrafortes ocidentais da sa. de S. Pedro, engrossa o Cariús pela direita.

CALDEIRÃO. — Rch. (do), nasce no sít. Pau Ferrado, na sa. da Meruoca, mun. dêste nome, e com 15 km de curso deságua no Coreaú, mun. de Coreaú.

CALDEIRÃO. — Ôlho-d'água (do), deflui no baixio do Cocal, perto da v. da Graça.

CALDEIRÃO. — Sít. (do), também conhecido por Caldeirão dos Jesuitas. Fica no mun. do Crato, na sa. do Araripe, em lanço muito acidentado, pedregoso e sêco.

No ano de 1926, em vida do padre Cícero Romão Batista, a quem pertencia, passou a ser cultivado pelo beato José Lourenço e seus adeptos.

Em poucos anos, sob a direção religiosa, econômica e civil do referido beato, o Caldeirão transformou-se num centro agrícola altamente produtivo, com cêrca de 2.000 habitantes.

Essa estranha comunidade foi dispersa pela polícia cearense a 9-9-1936, sob a alegativa de tratar-se de um núcleo de fanáticos, de tendências comunistas e de futuro imprevisível. Outros, porém, afirmam que o beato foi vítima de uma conjura, armada por elementos que ambicionavam apoderar-se do patrimônio que êle e os seus haviam acumulado à custa de muito trabalho e suor.

Como se trata de acontecimentos até agora controvertidos, transcrevo dois longos testemunhos de contemporâneos sôbre o beato e a sua atuação. Um é de 1934 e o outro de 1937. O primeiro deve-se à pena de José Alves de Figueiredo, intelectual cratense e profundo conhecedor da vida do Cariri. O se-

gundo é de autoria do general José Góes de Campos Barros, àquele tempo no pôsto de tenente-delegado de Ordem Política e Social do Ceará. Coube-lhe, em 1936, a tarefa de pôr fim às atividades do beato José Lourenço, em Caldeirão.

"O BEATO JOSÉ LOURENÇO E SUA AÇÃO NO CARIRI

O beato José Lourenço pertence ao número dos verdadeiros fanáticos do padre Cícero. Êle é daqueles que vêem na figura do velho patriarca alguma cousa mais do que um simples sacerdote.

Para sua mentalidade de estreitos limites, transbordada por essa figura agigantada, o padre Cícero é um santo superior a quantos os cânones tenham lançado nos catálogos da Igreja e com essa auréola empolgou o seu espírito.

Sugestionado, tornado um autômato pela concepção extracomum que teve do padre, todos os movimentos dêsse homem rústico são marcados, determinados tal qual uma máquina bem lubrificada que obedece dòcilmente aos impulsos manuais do mecânico.

Sua Chegada em Juàzeiro

Natural da Paraíba, chegou em Juàzeiro em 1890, contando, apenas, 20 anos, quando ainda existia a beata Maria Araújo e o fanatismo estava no seu auge, alimentado pelo fato, considerado miraculoso, por padres e médicos, da transformação da hóstia consagrada em sangue, na ocasião em que essa célebre beata comungava. Em vez, porém, de tomar um tímão e, galvanizando-se com um pouco de prestígio espiritual que irradiava do padre Cícero, ir explorar os incautos, como faziam centenas de espertalhões, José Lourenço lançou mão da enxada e se dirigiu para o campo, preferindo viver honradamente da profissão de agricultor.

Com êsse intuito arrendou um trecho do sítio Baixa Danta, pertencente ao Sr. João de Brito, e ali se localizou.

Um Sítio em Pouco Tempo

Dentro de um certo lapso de tempo transformava alguns hectares de terra, até então árida e encapoeirada, num belo pomar, frutejando, em pleno desenvolvimento, plantados em ordem alguns milhares de laranjeiras, mangueiras, jaqueiras, limeiras, coqueiros, limoeiros, abacateiros, mamoeiros, bananeiras e cafeeiros, ao lado de uma bem cuidada cultura de algodão, cereais e de outras diferentes qualidades de plantas e hortaliças.

Só de carás o beato conseguiu reunir 16 ou 18 qualidades.

Iniciando a Sua Obra

Com a fama de sua prosperidade e do seu inesgotável espírito de caridade, sua moradia começou a cercar-se de numerosas famílias pobres e a encher-se de órfãos o seu próprio lar, começando êle a gastar, com raro desprendimento, o produto do seu ingente esfôrço, com essa gente que passou a constituir sua família.

Durante alguns lustros viveu êle serenamente em Baixa Danta, sem ser incomodado, nesse derrame humanitário de benefícios.

Na revolução de 1914, recolheu-se ao Juàzeiro e, embora estivesse disposto a morrer pelo padre Cícero, não chegou a tomar parte na luta, porque, dotado de um coração sensibilíssimo, não desejava, de forma alguma, ofender ao próximo.

Sofreu grandes prejuízos com o afastamento de suas lavouras, sendo uma parte das mesmas destruída.

Serenado o movimento, êle retomou o fio de suas obrigações, procurando indenizar-se, pelo trabalho, dos danos causados na sua propriedade.

E com relativa pressa refez tudo.

A Lenda do Boi Santo

Quando o beato se achava bem instalado em Baixa Danta, o padre Cícero lhe entregou um belo touro de raça com que foi presenteado. Sendo José Lourenço, um espírito metódico e afetivo, que trata o cavalo, o seu cão, o seu gato, os seus pássaros, e, finalmente, tudo que lhe pertence, com grande zêlo, era natural que empregasse um excesso de cuidado no tratamento de um animal de estima do padre Cícero. Preparou, pois, um estábulo-modêlo para o touro e empregou várias pessoas para dêle cuidarem.

Em breve tempo aquêle belo espécime de "Guadimar" se tornara de uma beleza rara, sendo admirado por todos que o viam.

Fanáticos mais exagerados, supondo com isso lisonjearem o padre Cícero, enfeitavam os chifres do "Mansinho" com grinaldas de flôres, havendo entre essa gente bronca quem lhe fizesse oblatas e bebesse-lhe a urina como remédio eficaz para diversos males.

Nesse tempo Juàzeiro sofria uma tenaz campanha da imprensa, suscitada, em parte, pela interferência do Dr. Floro Bartolomeu na política do Estado e em parte pela ausência de escrúpulos de alguns jornalistas que visavam assaltar o bôlso do padre Cícero.

A lenda do boi santo foi trazida à baila, com os naturais retoques que os pescadores de escândalos tecem por sua conta, sendo José Lou-

Começam as Perseguições

O Dr. Floro tinha conseguido, hàbilmente, dominar o padre Cícero, trazendo o Juàzeiro fechado na mão, mas era dotado de um espírito fraco e, premido pela imprensa que o aterrorizava, procurou ensaiar uma fita. Chancelando como verídicas as acusações contra José Lourenço, mandou prendê-lo, conduzindo-o para Juàzeiro em companhia do boi, sendo êste esquartejado pùblicamente e aquêle encarcerado. O beato foi, contra sua vontade, obrigado a comer da carne do seu querido "Mansinho", sofrendo, humildemente, sem protesto, outras humilhações.

Sempre as injustiças da vida! O beato interrompia a sua faina honesta e utilíssima para pagar culpas que eram mais daqueles que o perseguiam, enquanto nas grades da cadeia vinham chasqueá-lo, gozando plena liberdade, os piores bandidos e ladrões que infestavam o Nordeste naquele tempo ..

Sólto, voltou para Baixa Danta e continuou o seu labor, como se nada lhe tivesse acontecido e sem guardar o mais leve ressentimento do seu perseguidor.

Uma Desgraça Nunca Vem Desacompanhada

O Sr. João de Brito, proprietário do terreno beneficiado pelo beato, teve necessidade de o vender e o comprador exigiu a entrega imediata, de tôda a faixa ocupada pelas lavras de José Lourenço.

Dando prova de um espírito ordeiro e de grande desprendimento, êle perdeu todo o seu trabalho, sem grande questão, e se retirou para o lugar Caldeirão dos Jesuítas, propriedade do padre Cícero, a qual fica situada entre os sítios Lagoa e Cruzinha. Foi isto em 1926.

Recomeçando

Caldeirão é um lugar de topografia acidentada e muito pedroso, cortado por vários grotões, sem nenhuma baixada, mas todo de terrenos ótimos para plantações de cereais e algodão.

Era um deserto, sem nenhuma benfeitoria.

O laborioso agricultor edificou sua casa, um engenho de madeira, fêz roças, cercou-as de pau-a-pique, sentou sólidos cancelões e iniciou plantações, como fizera em Baixa Danta. Ao mesmo tempo, diversas outras casinhas se levantavam em derredor de sua residência e ràpidamente o deserto se transformou em um arraial.

Hoje, Caldeirão é uma linda propriedade, com um bom núcleo de população, trabalhadora e obediente ao beato, que a orienta para o bem, dentro da mais rigorosa ordem.

Ali não se vê arma, além das destinadas ao trabalho: machado, foice, etc.

Dois grandes açudes se ostentam, um no riacho do Escondido e outro no riacho Caldeirão, medindo a parede dêste 36 braças de comprimento, 18 1/2 de altura e 13 de base. Foram ambos obra do esfôrço pessoal do beato, auxiliado, apenas, por algumas mulheres.

O de Caldeirão foi concluído durante o ano de 1932.

Vi ao longo das estreitas grutas que ficam abaixo dos dois reservatórios, alargados a picareta, um desenvolvido canavial, 400 pés de laranja, 100 de jaqueira, muitas limeiras, ateiras, bananeiras, jaboticabeiras, coqueiros, umbuzeiros, romeiras, fruta-pão, guabirabeiras, jambolões, mamoeiros, eucaliptos, plantação de piteira, de palmatória, capins — tudo tratado com esmêro.

Aos lados, trepando pelos altos, grandes plantações de algodão.

Tôdas essas plantações de espécimes pomareiras, estão feitas em terreno impróprio e conquistado aos barrancos dos riachos, revelando um esfôrço ciclópico dêsse homem extraordinário.

Novas Provações

A revolução de 1930 trouxe novas perseguições ao beato, que foi apontado aos revolucionários, por despeitados, como sendo um elemento pernicioso. Fugindo às tropas que o tentaram prender, êle abandonou todo o seu trabalho, com o seu pessoal, procurando asilo em lugar seguro.

Durante sua ausência, que durou meses, mãos perversas abriram os seus cercados e o gado invadiu suas plantações, dando-lhe incalculáveis prejuízos.

As portas de sua residência foram rebentadas e todos os objetos domésticos roubados.

Quando os próprios revolucionários se convenceram da improcedência das acusações e o abandonaram, êle voltou aos seus domínios e, com a sua admirável resignação, reuniu a gente que o acompanhava e reconstituiu tudo.

Mil Injustiças

Mal compreendido nos seus melhores intuitos, sem saber defender-se quando acusado, o beato José Lourenço tem sofrido grandes injustiças, sendo perseguido várias vêzes, como perigoso à ordem.

Dotado de um espírito dócil, amigo da paz, dispondo sempre de agregados, nunca se serviu dêles para uma desordem, nunca desrespeitou uma autoridade.

Prêso uma vez em Juàzeiro, por ocasião de uma eleição, foi libertado por seus amigos. Mas, pessoalmente, nada fêz para se subtrair às garras da polícia, que, sem nenhum motivo e violentamente, o deteve.

Dentro de Juàzeiro, durante tôda a revolução de 1914, não se contaminou do delírio da luta e não se deve atribuir isto à falta de interêsse pelo resultado da mesma, pois ninguém pode ser mais amigo do padre Cícero do que êle, que considera o patriarca um verdadeiro Deus.

Quem conhece, de perto, êsse humilde camponês, dominado sempre pela idéia, ou mania, de ser superiormente humanitário, não será capaz de esperar dêle um movimento qualquer que implique em rebeldia.

Outra imputação que lhe fazem, e é destruída com ardor, pelas pessoas que o conhecem mais intimamente, é a de, no terreno da moralidade, cercado sempre por numeroso grupo de mulheres, escorregar pelo plano inclinado que leva ao abismo do impudor.

Todos os indícios convencem àqueles que o observam, com atenção, ter no seu coração fenecido a planta do amor carnal, crestada do fogo do amor ao próximo.

A disciplina espiritual a que se submeteu, por uma estupenda fôrça que possui sôbre os seus instintos, sufocou tôdas as mais fortes vibrações de sua carne, tornando-o um puritano.

Tendo sob sua proteção cêrca de 300 pessoas, que êle veste e alimenta, sua casa é uma colmeia. Homens velhos e moços, brancos e prêtos, mulheres, môças e velhas, ao se aproximarem do beato José Lourenço, se descobrem, com grande respeito, ajoelham-se a seus pés e beijam-lhe as mãos.

Essa veneração poderia ser inspirada por um forte poder de fascinação que êsse homem possivelmente tivesse. Mas, se fôsse verdadeira a increpação aludida, tal respeito já teria perdido o seu domínio, porque o poder fascinador que o alimentasse se neutralizaria ante uma fôrça maior: o desapontamento dos maridos enganados e dos pais cujas filhas fôssem conspurcadas. A sua obra benemérita, desfigurada por certo, há muito teria desaparecido, como tudo o que se apóia em bases falsas.

É, porém, o contrário disso, que se observa: cada dia que se passa aumenta de proporções, não só em Caldeirão como nos sítios mais afastados por onde se elastece a ação caritativa dêsse rude apóstolo do Bem.

Improcedentes

Outra acusação que lhe têm feito freqüentes vêzes é a de adulterar o culto, ministrando-o com práticas fetichistas.

É outro aleive que, em bem da verdade, precisa ser destruído.

Tendo em uma de suas salas, que traz sempre fechada a chave, enorme quantidade de quadros de santos, entre os quais se notam

diversas fotografias do padre Cícero, — as paredes quase completamente forradas por essa estranha tapeçaria, o beato cada vez que penetra nesse compartimento, para êle sagrado, curva-se com a maior veneração. Ali êle reúne seus protegidos, seus agregados, e reza. Mas as suas orações são tôdas da liturgia romana. Creio que num país onde as leis garantem a liberdade de culto, êsse direito não lhe poderá ser negado, como já têm procurado fazê-lo.

Admirável

O beato José Lourenço sustentou durante os 23 meses da sêca última, além do pesosal que com êle vive de ordinário e a que já me referi, mais de 500 pessoas que recorreram à sua munificente ação.

Para levar a cabo essa tarefa, de um filantropismo tão fora do comum, de uma tão invulgar benemerência, êle gastou grandes depósitos de cereais que tinha em Caldeirão e tôda a farinha produzida em 600 tarefas de mandioca de sua cultura na Serra do Araripe, a qual, vendida ao preço que logrou, daria uma bela fortuna.

Fornecia uma única refeição diária, mas, sòmente nesse jantar, eram empregadas 5 quartas de farinha, ou sejam 400 litros.

Quem seria capaz, em nosso meio, de um tão desusado, tão estupendo gesto de caridade?

Outras Notas

O beato José Lourenço, conforme já disse em começo dêste trabalho, é natural da Paraíba. É de côr preta. Conta 64 anos de idade, mas é forte e desempenado como um atleta.

A sua carapinha está ainda completamente preta, apresentando apenas, encanecidas, algumas farripas de barba, espalhadas pelo rosto liso e luzidio como o de um jovem.

Vive, de contínuo, no trabalho pesado, em companhia dos seus homens, só repousando à noite, quando se entrega às suas orações.

Esperou Pelas Ordens

Quando o visitei em começo de fevereiro, encontrei-o preparando terras para fazer as primeiras plantações.

Achei tardio aquêle serviço, em vista de os nossos invernos estarem sendo muito curtos, raramente atingindo ao mês de maio.

Êle justificou-se, dizendo que sòmente naquela época havia recebido ordens do padre Cícero para iniciar aquêle trabalho.

Nessa ocasião, deram-lhe a notícia de que o padre havia legado quatrocentos contos de réis ao bispado do Crato, em terras, e que Cal-

deirão tinha sido um dos sítios doados, sendo êle, talvez, obrigado a retirar-se dali. Sem demonstrar a mais leve contrariedade, respondeu que se retiraria no momento em que lhe fizessem essa imposição, cumprindo-lhe, apenas, procurar outro terreno, onde se pudesse instalar de nôvo com o seu pessoal. E acrescentou:

— "É o meu dever trabalhar para o meu próximo, já que para mim de nada preciso, se não da recompensa que Deus me queira dar."

Origem do Nome

Caldeirão dos Jesuítas tira seu nome do fato de haver ali um grande caldeirão de pedra que conserva água durante grandes estios e de terem vivido ocultos ali, em épocas passadas, dois jesuítas. Ignoro os seus nomes, mas coincidindo o seu aparecimento naquele lugar à expulsão da Companhia de Jesus de Portugal, acredito tratar-se de perseguidos do Marquês de Pombal que vieram ter àquele recanto ignorado do mundo.

Ali viveram o resto da vida e ali morreram ambos, tendo por teto a copa de uma frondosa baraúna. Essa árvore imemorial vivia até há poucos anos, quando um caçador a cortou, a fim de tirar uma abelha que se alojara em um dos seus galhos.

Essa irreverência do "nosso Nero de pé descalço", para com o belo espécime florestal, que tinha o seu passado histórico, revoltou o padre Cícero. Êste, ao mandar José Lourenço para Caldeirão, ordenou-lhe procurar os restos mortais da velha árvore, conservando-os.

José Lourenço encontrou um pedaço da haste, em perfeito estado, fincou-o num ponto, elevou sôbre êle uma casa e fêz dali um cemitério.

No local onde descobriu o tronco, que foi o mesmo da casa mortuária dos dois discípulos de Loiola, está edificando uma capela."

José Alves de Figueiredo.
(*O Povo*, de Fortaleza, 7-6-1934. Reproduzido em *Itaytera*, Crato, ano 7, n.º 7, 1961, 111 - 118.)

Transpagino de José Góes de Campos Barros (*Ordem dos Penitentes*, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1937, 27 a 35) as impressões que se seguem:

"Há cêrca de dez anos se vinha criando, na fazenda Caldeirão, município do Crato, o germe, talvez, de uma nova epopéia, semelhante à do Conselheiro nos sertões da Bahia. Em 1926, por ordem do Padre Cícero, ali se instalou o *beato* José Lourenço, tipo clássico de fetichista, meio santo, meio D. Juan. Prêto, contando atualmente quase sessenta e oito anos de idade, estatura acima de média, robusto e forte, inteligente e enérgico, enquadra-se, maravilhosamente, nas páginas insuperáveis de Euclides da Cunha. Já em 1926, revelara o beato o cunho original de seu misticismo quando, à revelia do taumaturgo de Juàzeiro, adorava um boi e a sua imaginação ousada teve a idéia portentosa de *reencarnar o céu!*

Destarte, a Sagrada Família e a Côrte Celeste vieram repousar, algum tempo, na estância Baixa Dantas, no vale do Cariri.

Sem escrúpulos anatômicos e etnológicos, o nosso herói se fêz São José.

Não sei como se teria arranjado para harmonizar os seus cabelos enroscados, seus lábios grossos e o nariz chato com o perfil sereno e correto do humilde Carpinteiro da Galiléia.

As pessoas que disto me informaram não forneceram detalhes sôbre Jesus e Maria.

São João Batista era "sarará", isto é, branco avermelhado e sardento, de feições grosseiras, cabelos de fogo e olhar esverdeado — resquícios da invasão holandesa no Brasil.

O meigo Francisco de Assis estava sob a pele lustrosa de um negro legítimo, a ponto de fazer inveja ao próprio Benedito, se os santos fôssem capazes de invejar.

Entre as santas, destacavam-se Verônica e Madalena, ambas morenas, novas e bonitas; quanto à segunda, não sei se ali entrara pelas portas do arrependimento.

Em noites de Natal, José virava Jesus. E assim, Lourenço adormecia sorrindo, com a tranqüilidade da infância a lhe adornar a fronte enquanto, em tôrno do seu "berço" de cambraia, cantavam as inocentes pastorinhas. Sonhava com os zagais de Belém e acordava fitando a estrêla dos Magos, sob os céus claros de Baixa Dantas, até que os galos anunciavam com sonora alegria: "Cristo nasceu!"

Durante a Semana Santa, o ritual se complicava um pouco. Sob o pêso de uma cruz enorme, seguido dos seus fiéis, o beato enchia de tristeza as caatingas desertas, cantando, entre um côro de vozes plangentes, as coplas do "Senhor Deus", e assim vagava, horas a fio, à procura de um Calvário. Na Sexta-Feira, à hora amarga, caía em êxtase e era conduzido, em procissão, pela turba que exclamava, chorando: "Jesus está sofrendo."

Felizmente, o caudilho Floro Bartolomeu, num acesso de heresia honesta e oportuna, fêz entrar em cena a polícia. Os santos perderam a serenidade e houve "pranchadas" medonhas. Santo Ambrósio destacou-se entre os "bambas" e as suas pernas milagrosas, em rasteiras magistrais, pôs muitos soldados no chão. Santa Luzia, em defesa própria, aplicou uma paulada enérgica no ôlho dum sargento, que quase o cegou.

Finalmente, a polícia venceu e a "Côrte Celeste" veio completa para o xadrez, menos S. Pedro, que se escafedeu em tempo, negando o seu falso Messias.

Em frente ao xadrez, o *boi santo* caiu vítima de um magarefe descrente. Os seus adoradores recusaram comer-lhe as carnes, mas a pobreza de Juàzeiro abençoou o gesto do respeitado caudilho.

A medida, apesar de necessária, não foi suficiente.

Poucos dias depois ia o prêto entregar-se ao trabalho e à oração, tornando-se um verdadeiro asceta, no retiro onde o vamos encontrar agora.

Caldeirão é uma fazenda que, pela topografia, não se assemelha às suas congêneres nordestinas; vi-a calcinada pelas sêcas, mas estou certo que, em épocas chuvosas, nos dará a impressão perfeita das que conheci no sul de Minas.

Presta-se, admiràvelmente, a uma situação defensiva. Estou convencido que, apesar da potência de fogo respeitável de que dispúnhamos, teríamos perdido, pelo menos, metade da tropa, caso o mórbido sacerdote nos houvesse recebido com atitude hostil. Felizmente, porém, tal se não deu.

O Govêrno resolveu pôr fim àquele núcleo de fanáticos, pela razão muito forte de que, mais cedo ou mais tarde, poderia ser explorado por um qualquer ambicioso, inteligente e audaz, criando-lhe imprevisíveis embaraços, tanto mais quanto já temos os tristes exemplos de Juàzeiro, Contestado e Canudos, onde sofreu reveses o próprio Exército, vencedor do Paraguai.

Sob a influência direta do beato havia cêrca de duas mil pessoas de ambos os sexos e de tôdas as idades. Reinavam ali uma disciplina absoluta e uma ordem rígida. A ascendência de Lourenço sôbre a sua gente não conhecia limites; um gesto seu nunca fôra discutido por ninguém; a sua vontade era um dogma e suas decisões tinham fôrça de lei; dirigindo-se às almas, dispunha dos corpos sem nenhuma restrição, impondo penitência ou trabalhos, que sempre foram executados com resignação e alegria.

Conforme me disseram, muitas vêzes, durante a moagem, desatrelavam-se os bois cansados e eram substituídos por fanáticos que se revezavam em pequenos grupos; as moendas rangiam alto e lânguidamente, enquanto o santo pastor animava as fôrças dúbias dos menos exaltados; não raro lhes aplicava, à ilharga ou às costelas nuas, a ponta enérgica do seu bastão.

Aliás, faça-se justiça, o espetáculo de organização e rendimento de trabalho, com que deparamos ali, era verdadeiramente edificante.

As *brocas* e os terrenos prontos para a lavoura, delimitados por cêrcas admiràvelmente construídas, derramavam-se pelos morros e, como uma surprêsa verde no meio dos tabuleiros nus, apareceu-nos um

tapête alegre de vegetação sadia, emoldurando um açude, construído por aquela gente, pelos processos mais simples e rudimentares.

A terra é sáfara e quase estéril. Desejaríamos, mesmo, concluir que sòmente a fé inabalável daqueles homens rudes, de rostos severos e mãos calosas como carapaças de tartarugas, seria capaz de fazê-la produzir. E ela produz. É aqui que vamos encontrar o lado mais grave e pitoresco de fenômeno, encarado do ponto de vista social: o beato, sem o saber, era marxista — marxista prático. Para os seus celeiros convergiam todos os produtos da comuna; com o seu *ferro* e o seu *sinal*, eram marcadas tôdas as reses da fazenda, todos os porcos, todos os cavalos. Mas, explicava, modesto e desprendido, aqui nada me pertence, é patrimônio de todos os que vivem nesta irmandade e recorrem à nossa proteção.

A nossa visita interrompeu, em meio, a construção de um templo; nos ombros de um negro fanatismo, as suas paredes se erguiam vertiginosas, como por fôrça de um milagre; é que o trabalho raramente se interrompia, mesmo durante a noite; penitentes infatigáveis, sacrificando as horas do repouso, aliviavam a consciência sob pêso de caixões de areia ou blocos de granito. Deveria ser um espetáculo comovedor.

A igrejinha, já meio vestida de branco, era um tom inocente de alegria, na paisagem cinzenta e triste, como se o luto dos homens se houvesse propagado às cousas.

Uma ou duas vêzes por mês, o sacerdote daquele culto bárbaro conduzia o seu rebanho às lombadas do Araripe, para vigílias penosas e longas orações, persuadido, talvez, que a montanha os colocaria mais próximos de Deus.

A sua hospitalidade tornou-se proverbial; era conhecida em coerência com as suas pretensões a santo, a sobriedade da vida que levava; mas à sua mesa se podiam sentar pessoas distintas, pois a comida, além de abundante e sadia, era bem-feita, saborosa e limpa. Nós próprios tivemos a grata ocasião de constatar o fato depois de um dia mal comido e uma noite mal passada. Disseram-me que, não raro, os vinhos finos descerravam o bom humor dos comensais; um dos meus companheiros observou isto com tristeza, fitando um modesto copo d'água fria, com os olhos entreabertos e macios de quem saboreia uma saudade...

O ambiente era humilde e, excluindo as pessoas, agradável e asseado.

Pouco antes da refeição, escrupuloso e faminto, eu consultava o relógio, pensando na execrável morosidade de umas pobres rapaduras que haviam ficado para trás. Diante da mesa farta, porém, tôda a má impressão se dissipou; uma toalha muito alva, cheirando a sol, estendia-se, alegre, sob os pratos limpos, espelhando. Sentamo-nos, e um silêncio tático protegeu, por alguns minutos, a boa marcha da função; apenas, serviçais e gentis, em tôrno de nós, corriam Isaías,

o secretário, e Abel, o vaqueiro, oferecendo sempre alguma cousa ou consultando o gôsto de cada um; diante de tanta solicitude, o remorso me teria dado cabo de uma digestão feliz, não fôssem o interêsse público e o dever profissional que se superpunham aos meus impulsos sentimentais.

Naqueles domínios, onde já havia uma significativa e perigosa veleidade de autonomia, o dinheiro não tinha expressão, porque ninguém precisava dêle.

Se todos trabalhavam para a *Irmandade*, como diziam, todos recebiam, na véspera, a ração do dia seguinte: esta constava, normalmente, de milho, feijão, farinha ou arroz, e os fanáticos denominavam-na de *comissão;* era distribuída de acôrdo com o número de pessoas de cada família, não constando que, jamais, alguém fizesse uma reclamação ou protesto.

Trajavam todos de prêto, menos o beato, cuja indumentária variava do corpete rubro e calças pretas, às vestes talares, conforme as exigências de sua estranha liturgia.

Aquêle luto cerrado pelo extinto Padre Cícero desconhecia a colaboração de mãos profanas. As roupas eram confeccionadas com algodão plantado, tratado, colhido, tecido e tingido pelos próprios penitentes, cuja indústria valia pelo sabor histórico dos seus métodos.

... ...

Como é natural, de Zé Lourenço contavam-se cousas impressionantes, destacando-se a história do cavalo santo e do harém.

O primeiro, dizia-se, tem dezessete anos e aparenta três: são necessários dois homens, com dois cabrestos, para o conduzirem; sem que ninguém o tenha ensinado, ajoelha-se ao passar diante de uma cruz; é de tamanho médio, forte, ágil, nervoso, virgem e feroz; de uma feita, dispersara um grupo de vinte soldados que apareceu na fazenda — e a sela só lhe apertava os rins, sob as pernas santas do seu piedoso senhor; um vaqueiro audaz já teria pago, com a vida, o sacrilégio e a temeridade de o montar.

Quanto ao segundo, é mais curioso e interessante.

Sob a proteção direta do felizardo *Pajé*, viviam cêrca de dezoito mocinhas, dos quinze aos dezenove anos, geralmente bonitas, que lhe embalavam o sono e lhe confortavam as sestas.

Gostava de passar as horas quentes do dia, à beira do açude, onde fizera construir uma *casinha pequenina*, na qual excepcionalmente penetrava alguém, além das beldades gentis.

Falava-se de uma escada abençoada, espécie de parábola de ramos voltados para o solo, debaixo da qual se colocava o "casto Sultão", ao mesmo tempo que a sua côrte feminina a transpunha, degrau a degrau, numa espécie de revista, que em nada se parece com as nossas, as da caserna...

Abstenho-me de comentários, porque esta questão de gôsto não se discute.

Um fazendeiro vizinho, o Sr. Amélio Cidade, contou-nos que o venturoso asceta, há cêrca de um mês atrás, resolvera subir ao sótão de sua residência, em companhia de suas eleitas, permanecendo oito dias em retiro, no fim do qual as pobres mocinhas desceram cadavéricas.

Agora um fato que lhe vai causar inveja. O nosso herói possuía uma riquíssima e variada coleção de pássaros, trazidos de tôdas as regiões do Norte, por aquêles que vinham pagar promessas ou fazer alguma consulta de ordem espiritual. São tantos, que desisto de enumerá-los, mesmo porque não sei; o certo é que a sala de jantar e outras dependências pareciam viveiros enormes, aos quais a policromia de aves exóticas dava um aspecto encantador. Perto da igreja, num pequeno cercado, quatro emas tranqüilas vinham tirar da mão o que se lhes oferecia."

CALDEIRÃO. — Pov., com 75 casas, perto da cid. de Campos Sales.

CALDEIREIRO. — Ilha (do), pequena, fluvial, próxima à foz do Jaguaribe, mun. de Aracati.

CALDEIRÕES. — La. (dos), mun. de Cariré.

CALIFÓRNIA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Choró, mun. de Quixadá.

CALIFÓRNIA. — Faz., mun. de Quixadá.

"Fundada por Miguel Francisco de Queiroz, um dos "Irmãos Queiroz", senhor de muitas terras, gado e escravos, e também de famosa fortuna em ouro amoedado e em barras, cujo destino, ainda hoje ignorado, tem sido objeto de muitas lendas e conjecturas.

Foi por muito tempo a fazenda mais importante do município, na qual levava o proprietário vida patriarcal, assistido por um capelão e servido por escravaria privilegiada pelo trato magnânimo que lhe era dispensado, em retribuição ao inestimável proveito econômico usufruído do seu trabalho.

Em breve a fazenda tomara feição de povoado, com casaria de escravos e agregados e com capela dedicada a São Francisco de Assis, que passou a ser chamado São Francisco da Califórnia.

Foi, no município, a primeira propriedade rural a banir o trabalho servil tendo alforriado numeroso contingente de cativos alguns anos antes da libertação total no Ceará.

Em 1882 foi transferida por doação ao Dr. Arcelino de Queiroz Lima, sobrinho do primitivo proprietário.

Bacharel formado em Recife, professor e magistrado, trouxe o Dr. Arcelino para seu nôvo centro de atividade o espírito de renovação que caracterizava aquela época. Encerrava-se, dêste modo, o ciclo de economia fechada do velho feudo, para se iniciar nôvo ciclo, que se haveria de caracterizar, no plano econômico, pelos contatos, com a técnica e com o progresso, e no plano das cogitações do espírito, pela constante preocupação de seus novos donos, de encaminharem a numerosa descendência para as conquistas da inteligência e da cultura. Dali saíram dois médicos, dois bacharéis, uma farmacêutica, para apenas falar dos que se encarreiraram nas profissões liberais.

A fazenda decaiu, mas deu-se por bem paga do sacrifício de seu destino econômico." (José Bonifácio de Sousa, *Quixadá de Fazenda a Cidade*, IBGE, 1960, 67-68.)

CALOGI. — Sa. (do), entronca-se com a de Santa Rita, no divisor do Banabuiú, Quixeramobim e Poti, formando um maciço de 65 km de comp. por 25 de larg., com alt. média de 350 m.

Corr. de *caba-ji* (de *chi*), maribondo brilhante, lustroso. Para Alfredo de Carvalho é corr. de *carii-g-y*, rio da comida ou do alimento.

COLINA. — Dist. do mun. de Pacoti, criado pela Lei n.º 7.269, de 27-5-1964 (D.O., de 12-6-64), com sede no pov. do mesmo nome, então elevado à cat. de vila.

CALUMBI. — Rch. (do), no mun. de Tauá, nasce entre as sa. Vermelha e da Joaninha, no divisor da vertente do Poti, nas fronteiras com o Piauí. Banha o pov. das Almas. Depois de um curso regular, desemboca à m. dir. do Trici, do qual é o principal afluente.

Corr. de *caá-r-omby*, a fôlha azul.

CALUMBI. — Cór. (do), trib. da la. das Almécegas, mun. de Paracuru.

CALVO. — Mo., no mun. de Cascavel.

CAMAÇU. — V. ACAAMAÇU.

CAMALEÃO. — Sa. (do), no mun. de Saboeiro, próxima do Jaguaribe, com 12 km de comprimento e uns 6 de largura. Cultivada de cereais e legumes na época pluvial.

CAMALEÕES. — Sít. (dos). Figura o topônimo numa sorte de terra concedida pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão a Manuel da Cunha Guimarães, em 25-7-1736. (D.S., v. 13, n.º 36, 70.)

CAMAMU. — V. ACAAMAÇU.

CAMAMUNE. — V. DAQUEMAMUNE.

CAMARÁ. — Sa. (do), no mun. de Caucaia, a NO de Fortaleza, no início das elevações formadoras do cordão central, pertencente ao grupo que mais ou menos circunda Fortaleza, a uma distância entre 24 a 36 km. Era uma das componentes das serranias conhecidas dos primeiros cartógrafos pelos nomes de Ariama, Camamune, Daquemamune etc. Regularmente cultivada.

Encontra-se na RIC, 10 (1896), 332, uma notícia a respeito da mata que ainda cobria essa sa. no início do século passado. Media de norte a sul duas léguas de comprimento por uma de largura. Já estava bastante devastada quanto às boas madeiras para construção e marcenaria, "porque os Indios de Villa de Soure a quem ella foi dada para cultivarem tem derribado e queimado na factura de seos Rossados quasi todos os Páos Reaes. Acham-se contudo na dita Matta algus páos de Arco, e Aroeira de dez-e-seis até trinta palmos de altura e de palmo para menos de face quadrada Limpa".

Corr. de *caa-pará*, a erva ou fôlha variegada. O nome é alusivo a uma planta arbustiva da família das Verbenáceas e do gênero *Lantana* (*Lantana Camara* L), também chamada Cambará, forma mais aproximada da indígena.

CAMARÁ. — Sa. (do), contraforte da sa. do Pereiro, mun. de Iracema, entre os rch. da Onça e Jurema, próxima à m. esq. do Figueiredo. O mesmo que sa. do Pinto.

CAMARÁ. — Sa. (do), nos limites com o Rio Grande do Norte, nos mun. de Pereiro, Jaguaribe e Icó. É um espigão do maciço formado pela sa. do Pereiro. Tôdas as suas vertentes descem para o Jaguaribe, exceto as de pequeno trato, que correm para o S. Miguel, Rio Grande do Norte.

Sôbre as pretensões do Rio Grande do Norte em relação a essa sa., leia-se João Batista Perdigão de Oliveira. (*O Ceará e Seus Limites*, RIC, 51 (1937) 233 e segs.)

CAMARÁ. — Rch. (do), afl. da m. dir. do S. Bento, trib. do Carrapateira, mun. de Tauá. Faz ba. junto ao pov. de S. Bento.

CAMARÁ. — Rch. (do), afl. do Cabaças, trib. do Sitiá, em Quixadá.

CAMARÁ. — Pov. do dist. de Assunção, do mun. de Itapipoca. Pela Lei n.º 6.447, de 29-7-1963 (D.O., de 8-8-63), que criou o mun. de Assunção, Camará passou à cat. de v., sede do dist. do mesmo nome. O diploma legal acima referido foi tornado nulo e sem efeito pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-65.)

CAMARÁ. — Lug., mun. de Aquirás, com esc. pública.

CAMARÃO. — Ste ou mo. (do), perto do rch. de seu nome, mun. de Caridade.

CAMARÃO. — Rch. ou r. (do), com as cabeceiras a sudoeste da sa. de Baturité, contorna a vertente ocidental do ste. do Bonito, desemboca à m. dir. do Canindé, na bacia do aç. Pentecoste.

CAMARÁS. — La. (dos), junto da sa. da Conquista, segundo sesmaria do capitão Antônio Ferreira e Francisco Ferreira de Oliveira, concedida pelo capitão-mor Pedro de Morais Magalhães, em 4-3-1751. (D.S., v. 7, n.º 554, 119.)

CAMAREIRA. — Sít. (da). O topônimo consta da sesmaria de uma sorte de terra concedida ao coronel Antônio Nunes Ferreira pelo capitão-mor Leonel de Abreu Lima, em 31-7-1713. (D.S., v. 12, n.º 23, 32.)

CAMBEBA. — Prop. r., no dist. de Messejana, mun. de Fortaleza.

Corr. de *acanga*, cabeça, *peba*, chata — a cabeça chata.

CAMBIRIMBAS. — Antigo subúrbio de Fortaleza.

CAMBITO. — Rch. (do), no mun. de Ibiapina, trib. do Jaburu.

CAMBOA. — Ilha (da), à foz do Acaraú.

CAMBOA. — Rch. (da), nasce na baixa das Bêstas, hoje chamada Himalaia, desemboca à m. esq. do Coreaú, entre Lagoa Grande e Oficinas, mun. de Granja.

CAMELO. — Ste. (do), sêco e rochoso, no mun. de Mombaça, entre o sít. S. Paulo e o ste. Prêto, a 6 km do rch. João Alves.

CAMELO. — Mo. (do), ponto de limite entre os mun. de Coreaú e Massapê, no divisor de águas das vertentes dos r. Coreaú e Acaraú.

CAMELO. — Fonte (do), um pouco abaixo das nascentes do Caldas, mun. de Barbalha. Foi seu primitivo possuidor, nos princípios do século passado, Francisco José da Costa Caldas, conhecido por Chico Caldas, que deu seu nome àquelas nascentes.

CAMEMBE. — "Êste topônimo apareceu no requerimento em que o Capitão Felipe de Morais, um dos primeiros povoadores do Ceará, em 1680, pede ao Capitão-Mor Sebastião de Sá, lhe mande passar "Carta de data de sesmaria de dez legoas de terra de Camembe..." que, conforme Pompeu Sobrinho, era como os índios conheciam certa porção de terra do município de Caucaia, perto da lagoa de Jereraú.

"Alteração de *caa*, mato, e *membe*, fraco, enfezado, raquítico; (terra de) mato raquítico." (Pompeu Sobrinho, *Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense*, RIC, 59 (1945), 166.)

CAMILOS. — Dist. e v. do mun. de Meruoca, com sede no pov. do mesmo nome, criado pela Lei n.º 7.159, de 14-1-1964. (D.O., de 27-1-64.)

CAMINHADEIRA. — Sa. (da), entre as vertentes superiores do Aracatiaçu e Curu, na parte meridional do mun. de Itapajé.

CAMINHO VELHO. — Sa. (do), entre os mun. de Cariús e Várzea Alegre.

CAMINHO VELHO. — Boq. (do), na sa. de seu nome, também conhecido por boq. da Fortuna, por se encontrar no rch. da Fortuna, nas extremas dos mun. de Cariús, Farias Brito e Várzea Alegre.

CAMISAS. — Ste. (das), no dist. de Irauçuba, mun. de Itapajé. "Na vertente voltada para o ocaso, vêem-se muitas manchas brancas, bem distintas, dando a impressão de numerosas camisas brancas estendidas no solo inclinado do serrote. Trata-se de tocas de mocós. Êste roedor que, em grande número, habita nossas serras, faz a sua toca em qualquer terreno, mesmo entre pedras. A mancha branca que se vê pode ser explicada pela ação química do amoníaco das excreções do mocó sôbre a rocha do solo em que êle abre a sua casa, pois

a mancha fica próxima à entrada da toca e nunca desaparece, mesmo que chova muito." (D. Antônio de A. Lustosa, *Notas a Lápis*, S. Paulo, 1952, 40.)

CAMOCIM. — "O nome aplicou-se primitivamente ao estuário do rio Curiaú.

Do estuário referido o nome passou para a aldeia e povoação que se formou à margem esquerda, um pouco ao sul das célebres barreiras vermelhas, já assinaladas por Gabriel Soares no último quartel do XVI século.

A primeira denominação do rio foi *Cruz* (rio da Cruz), ou rio dos "Três Braços", particularmente estimado pelos gauleses, que por lá andavam e traficavam com índios. *Cruz* é topônimo antiguíssimo; encontramo-lo já no vetusto mapa de Egerton, n.º 2.803, sob a forma de "R de croce", em 1510. Desde então, passou a ser registado por numerosos mapas quinhentistas. A expressão "Três Braços", que se vê nos mapas franceses de Descaliers, Le Festu e outros, bem como no português de Vaz Dourado, desapareceu antes do fim do primeiro século; a de *Cruz* porém, embora menos freqüente, subsistiu na centúria seiscentista, ao lado dos topônimos "Rio de São Francisco" e "rio Camucim". Possìvelmente, o nome de S. Francisco não foi inicialmente atribuído ao rio Camucim. Cremo-lo procedente do vizinho estabelecimento ou arraial, constituído efêmeramente na enseada de Jericoacoara, ao tempo em que ali estacionou a armada de Jerônimo de Albuquerque, antes de investir contra os franceses do Maranhão."

.... "Assim se explica por que H. Hondius e Loon escrevem nos seus mapas, respectivamente de 1636 e 1654, "R. Camucipe e S. Francisco". Êste topônimo persistiu, a par do de *Camucim*, durante todo o período seiscentista, pois ainda o encontramos no mapa de Santa Teresa, em 1698.

Desta duplicidade de nomes para um mesmo rio resultou certa confusão entre os cartógrafos coevos que chegaram por vêzes a transferir o nome de Cruz para o rio *Acaraú* (Scutters) e mesmo para o *Aracatimirim*.

Camucim é palavra, pela primeira vez encontrada em correlação com a expedição de Pero Coelho, que pelas suas imediações chegou em 1604; recolheu-a Frei Vicente do Salvador, consignando-a na sua História do Brasil. Variando na sua grafia, persistiu até o presente, fixando-se sob a forma definitiva de *Camucim*.

Na "Jornada do Maranhão", Diogo de Campos escreve *Camori*, mas provàvelmente é êrro de cópia, pois, pouco antes (1.º-3-615), em carta ao rei, Diogo de Menezes registava a grafia *Camosí*. Nos mapas holandeses do XVII século, de ordinário, está *Camocipe* ou *Camucipi*, com a pospositiva locativa *pé*, significando "no Camoci". Kilian de Resenlaer em 1628 escreve *Camocy*. O cartógrafo português Albernaz, em 1666, quando não emprega o topônimo *Cruz*, regista *Camocim*. Gaspar de Souza, em carta ao rei (1614), grafa *Camuci*.

Sôbre a expressão não há portanto dúvidas. Segundo Teodoro Sampaio, é uma alteração da palavra tupi *Cambuchí*, que Batista Caetano diz significar o vaso de água, pote ou cântaro, tina, etc.

Parece-nos mais consentânea a interpretação de Barbosa Rodrigues: *Camocim* ou *camotim*, pote, pela troca, por eufonia, do *t* pelo *c*.

Poderia ainda ser: *Ca*, de *caa*, mato, vegetação, mais *mocim*, alteração de *mocem*, estender, estendido ou aberto; mato aberto, vegetação rala, parecendo porém que aquela explicação é mais razoável." (T. Pompeu Sobrinho, *Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense*, RIC, 59 (1945), 167-168.)

No entender do desembargador Joaquim Olímpio de Paiva, *Camocim*, no caso em espécie, parecia-lhe derivar de *Khamsin* ou *Camsim*, nome que dão no Egito ao *Simum*, que, prolongando-se Mediterrâneo adentro, chega à Espanha com o nome de *Solano*, às costas da Itália e da Grécia com o de *Siroco*. A interpretação vale a título de curiosidade e vem na RIC, 30 (1916), 198-200.

CAMOCIM. — Fortim (do). "Durante a primeira dominação neerlandesa no Ceará, levantaram os invasores algumas fortificações cuja história está ainda por deslindar-se.

. . . . . .

"Por uma carta do Governador do Maranhão, André Vidal de Negreiros, datada de 3 de junho de 1658 se conclui, porém, que êles tiveram um forte nas margens de Camucim, no mesmo local depois escolhido por aquêle governador para mandar levantar um pequeno reduto.

Nenhum documento conhecemos que esclareça a data da construção do fortim holandês. Parece, contudo, provável que êle começasse a ser edificado em 1641, época em que Gedion Morris, então governador do Ceará, partiu para o norte da Capitania em busca de pau-violeta e outras riquezas da terra que pudessem ser fàcilmente exploradas.

Sendo Camucim ótimo pôrto, o melhor de todo o litoral cearense, com magnífica aguada e natural escoadouro para os produtos da Ibiapaba, deve ter desde logo despertado a atenção dos conquistadores batavos.

Ignoramos em absoluto quais foram os benefícios tirados pelos invasores de tais obras de defesa fixa. São mudas as fontes históricas que consultamos a tal respeito. Sabemos apenas que em fevereiro de 1644 foi o fortim tomado pelos índios, tragédia cujos antecedentes merecem ser rememorados.

Vingando o levante português no Maranhão e batidos os holandeses pelas fôrças de Antônio Teixeira de Melo, viram-se êles obrigados a evacuar S. Luís, fugindo por mar, para Pernambuco.

Os fugitivos conduziam consigo, talvez pelo receio de que caindo prisioneiros se bandeassem com o inimigo, o resto dos índios cearenses que Gedion Morris e depois Jacob Evans haviam levado à vizinha capitania em socorro de seus patrícios. De passagem pelo Ceará, fizeram êles desembarcar os gentios nas praias de Camucim, deixando-os ao abandono.

A ingratidão e o egoísmo dos aventureiros batavos chocaram fundamente o ânimo dos silvícolas que resolveram

vingar-se. Concertado o plano, lançaram-se cheios de ódio contra o forte de Camucim, trucidando a pequena guarnição.

Capitaneava os assaltantes na ocasião dessa terrível vindita Ticuna, principal dos índios de Camucim, o mesmo que, anos depois, em 1659, recebia da rainha regente para si e para seu filho Jorge Tagaibuna numerosas mercês por bons serviços prestados à causa lusitana.

Uma vez desafrontados, pensaram os silvícolas em captar as boas graças dos portuguêses, cuja cólera justamente receavam, comunicando o ocorrido a Antônio Teixeira, que mandou tomar posse do reduto em nome do rei de Portugal.

.....

"As primeiras obras de defesa fixa, construídas nas praias de Camucim, foram, como vimos, contemporâneas da invasão holandesa de 1637.

Vinte e quatro anos antes, já os portuguêses haviam querido fortificar a região sem, todavia, levarem avante o seu intento.

Nessa época, vindo Jerônimo de Albuquerque ao Ceará com a missão de estabelecer postos avançados para a conquista do Maranhão, trouxera ordens de assentar na foz do então chamado rio da Cruz um forte ligeiro. Camucim, talvez pela sua situação topográfica, não agradou ao Capitão-mor da conquista e foi por êle abandonado após ter ali feito com sua tropa uma curta estadia. Em 1656, André Vidal de Negreiros, receoso de que o principal Algodão, que emigrara pouco antes das margens do Ceará para a barra do Camucim, levantasse contra os brancos os naturais daquele lugar, resolveu guarnecê-lo com 4 bôcas de fogo de 6 libras, servidas por 25 soldados e um ajudante.

As fortificações a serem ali estabelecidas não se destinavam apenas, rezam escritos da época, a manter em respeito os silvícolas cearenses.

A enseada de Camucim era o ponto de arribada preferido pelos corsários estrangeiros, que traficavam nas costas nordestinas do Brasil, e a edificação daquele reduto visava, outrossim, a garantir a segurança da costa e ao livre trânsito pela

estrada que ligava o Ceará ao Maranhão, assegurando, destarte, o comércio português de pau-violeta e de âmbar-gris no norte da Capitania de Martim Soares.

O Pe. Antônio Vieira, na "Relação da Missão da Sérra da Ibiapaba", dá a entender que o forte do rio da Cruz não chegou a ser edificado.

Afirma o Padre, naquele seu escrito, que uma sumaca despachada pelo Governador André Vidal de Negreiros com materiais e instrumentos necessários ao fabrico da fortaleza, teve de arribar a S. Luís, seu ponto de partida, após cinqüenta dias de luta contínua contra o mar e contra os ventos adversos, sem ter logrado alcançar o pôrto de destino.

Não menos sugestiva, nesse particular, é a carta que o Pe. Vieira endereçou ao Provincial Pe. Ricardo Careu. Referindo-se ao reduto do rio Camucim, diz êle, em 10 de junho de 1658: "A esta fortaleza *se hão de fazer no principio do ano q'vem,* em q'são as monções."

Alguns documentos contradizem, todavia, as informações deixadas pelo Pe. Vieira, indicando claramente que o fortim em aprêço não ficou apenas em projeto.

Que o edifício foi pelo menos iniciado, parecem indicá-lo o despacho régio, datado de 13 de junho de 1656, mandando agradecer a André Vidal a construção de um forte no rio da Cruz, e a ordem régia, de 17 de outubro de 1656, ordenando o prosseguimento dos trabalhos de levantamento do forte de Camucim, abandonado em virtude das pazes firmadas pelos portuguêses com o principal Algodão.

Convém observar de passagem, que nos informes prestados ao Pe. Estevam Gandolfi, Vice-Reitor do Colégio de S. Luís, a respeito da navegabilidade das costas do Maranhão, o Pe. Pedro Pedroso sustenta em 1682 que o forte, cuja construção foi ordenada pelo Governador do Maranhão, em 1655, devia ser feito em Jericoacoara e não em Camucim.

Como quer que seja, o certo é que em 1687 o rio Camucim estava de nôvo completamente desguarnecido. É pelo menos isso que se depreende dos dizeres da missiva enviada,

com a data de 8 de julho de 1687, por Gomes Freire, ao seu sucessor Artur de Sá Menezes e cujo teor é o seguinte:

"Ao Rio Camossim vem também os estrangeiros a comerciar, com mais frequencia, que em nenhum outro Porto, he muito conveniente fortificar este por estar em cittio sadio, fertil, e com todas as conveniencias necessarias para se poder Povoar e deffender tendo para os navios huma boa Bahia". (Carlos Studart Filho, *As Fortificações do Ceará*, RIC, 43-44 (1929-1930), 70 a 72, 80 a 82.)

CAMOCIM. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Malcozinhado, mun. de Cascavel.

CAMOCIM. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Litoral, quase na extremidade noroeste do Estado.

Limites. Ao N, com o Atlântico; ao S, com o mun. de Granja; a L, com o mun. de Acaraú, e a O, com o mun. de Chaval e o Estado do Piauí.

Superfície. — 1.461 km².

Fisiografia. — A orla marítima estende-se da foz do Timonha à ba. de Guriú. Apresenta as mesmas características dos outros mun. costeiros do Ceará. Plataforma litorânea estabilizada, águas rasas, baixios arenosos, abundância de pescado. Nela se abre o pequeno delta do Coreaú ou Camocim, com várias ilhotas. Praia mansa, interrompida pelos alagadiços dos desaguadouros obturados dos rch. Cangalhas e Tabocal. Perto do delta erguem-se barreiras avermelhadas que dão à costa aspecto soturno, vista de longe. O cordão dunoso bordeja a praia e cobre as barreiras, realçado pelo mo. das Cabeceiras, talvez a altitude mais proeminente da comuna. Em seguida, desatam-se os tabuleiros arenosos, com manchas úmidas, algumas lagoas permanentes, onde se cultiva um pouco de cana-de-açúcar, recorrendo ao adubo de origem animal.

Por fim, as terras sertanejas, degradadas em seu revestimento florístico, sêcas e pedregosas, sem um relêvo que lhes quebre a monotonia topográfica. Corta o mun. de S a N o r. Coreaú, em parte chamado Camocim, vindo das quebradas da Ibiapaba, navegável por pequenas embarcações até a cid. de Granja.

Clima e salubridade. — A temperatura oscila de 22 a 32°, amenizada por brisas constantes. Chove 934 milímetros, média obtida em 46 anos de observação.

Na zona do litoral, além das helmintoses, verificam-se surtos epidêmicos de impaludismo, nos invernos copiosos. Acrescentem-se as manifestações carenciais, oriundas da fome oculta em certos setores da população, e teremos gizado o quadro nosológico local.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — O pôrto flúvio-marítimo de Camocim, fronteiro à cid., dista 5 km do oceano. É um dos melhores, senão o melhor dos ancoradouros do litoral cearense. Suas marés oscilam de 2,95 m nas águas vivas a 2 m nas águas mortas. No equinócio vão de 3,20 a 1,85 m. Em frente da cid., no canal de acesso, há fundos até de 7,50 m em baixa-mar média de sizígias, entremeados de baixios, cuja dragagem se faz necessária à navegação de grande calado. O cais, pràticamente construído, aguarda aparelhamento para as operações de carga e descarga. À noite, a ba. é assinalada pelo farol do Trapiá, com lampejos brancos aos 30 segundos, sem ocultação.

O movimento do pôrto em 1963 foi de 43 navios, que desembarcaram 963 toneladas e receberam 21.292.

Em Camocim começa a Estrada de Ferro de Sobral, integrante da RVC, que atinge Crateús e liga-se à Estrada de Ferro de Baturité pelo Ramal de Itapipoca, em Sobral. O assentamento de seu primeiro trilho deu-se a 26-3-1879 e a inauguração da est. f. a 15-1-1881. As atas dêsses aconteci-

mentos encontram-se em Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart), *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, 2 v., Fortaleza, 1896, 260 e 286.

A rêde rodoviária consta de 56 km de estradas com revestimento primário e 105 km de carroçáveis, isto é, de leito de terra natural. Pela Ce-50, em construção, liga-se a Chaval e daí à cid. de Parnaíba. Esta via terá máxima importância no escoamento da produção de certo trecho piauiense, que procura Camocim como seu pôrto natural. No Plano Rodoviário Estadual está prevista a grande diagonal Noroeste-Sudoeste que unirá Camocim e a Zona Norte ao Centro e à Zona do Cariri, com o seguinte traçado: Camocim-Sobral-Boa Viagem-Iguatu-Várzea Alegre e Crato. A sede do mun. liga-se à Capital do Estado por rodovia, com 12 horas, e por ferrovia em 15 horas.

No setor aéreo, possui dois campos de pouso. Um dêles, construído ao tempo da Segunda Guerra, encontra-se abandonado. Agência postal-telegráfica, Serviço de Radiocomunicações da Polícia e agência telegráfica da RVC completam a trama das comunicações municipais.

Agricultura. — O Departamento de Economia Rural do Estado estimou a safra agrícola de 1963/64 em 10.000 kg de algodão em caroço, 3.500 kg de mamona, 250.000 kg de milho, 50.000 kg de feijão, 13.000 kg de arroz em casca, 250.000 côcos-da-praia e 4.000.000 de kg de mandioca, que é a cultura de maior evidência na comuna.

Pecuária. — Em 1959, o Departamento Estadual de Estatística calculou o rebanho em 4.000 bovinos, 1.300 eqüinos, 900 asininos, 500 muares, 2.000 suínos, 2.800 ovinos, 1.600 caprinos e 10.000 aves domésticas.

A produção de leite, anualmente, atinge cêrca de 400.000 l e a de banha de porco a 6.000 kg.

Produção extrativa mineral. — Para uma produção industrial de 1.329 milhões de cruzeiros, em 1964, o sal marinho contribuiu com a importância de 1.120 milhões, através de nove salinas: Porangaba, S. Pedro, Leitão, S. Vicente, Pedra

Preta, S. Francisco Xavier, Salgadinho, Ilha da Volta e Albatroz, onde trabalham 770 operários.

No ano salineiro de 1963/64, a safra foi de 12.000 toneladas.

Produção extrativa vegetal. — Encabeça êste setor a cêra de carnaúba, com 45.000 kg, seguida da castanha de caju e da fibra do tucum.

Produção de carne. — Em 1963 o abate para o consumo público foi de 1.206 bovinos, 1.607 suínos, 1.087 caprinos e 29 ovinos.

Produção de peixe. — A pesca marítima em 1963 mobilizou 652 pescadores e rendeu Cr$ 73.855.000, o que faz do pescado a segunda riqueza natural de Camocim.

A produção seria muito maior se, ao lado das 217 embarcações a vela e a remo e dos 80 currais, houvesse alguns barcos motorizados, cujo raio de ação permitiria a captura dos chamados peixes finos (cavala, serra, garoupa, pargo etc.), para exportação.

Há 2 colônias de pescadores (Bitupitá e Camocim), que em 1963 somaram 548 associados.

Indústrias. — Em dezembro de 1964 existiam 42 estabelecimentos industriais, cuja produção alcançou o total de Cr$ 1.329.000.000. A primeira dessas indústrias é a do sal.

Cumpre assinalar o aproveitamento da fibra do tucum, que em parte escapa à apreciação estatística, por tratar-se do fabrico caseiro de cordas, linhas e rêdes de pescar, bem como de maqueiras para dormir. Dêsse artesanato provém regular fonte de renda para centenas de famílias pobres.

Os aviamentos disseminados principalmente nos tabuleiros litorâneos, afora a goma, produziram 850.000 kg de farinha na safra 1963/64.

Comércio. — Em 1964 existiam 8 estabelecimentos atacadistas e 258 varejistas.

No que concerne à exportação, o mun. mantém o seu maior intercâmbio com as praças de S. Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão e Piauí. O comércio de importação é feito de preferência com Fortaleza.

Há uma Agência do Banco do Brasil e a Cooperativa Mista Camocinense, fundada em 1926, operando no campo creditício. Tem uma Associação Comercial, em prédio próprio, fundada em 1920.

Finanças públicas. — A arrecadação federal, estadual e municipal no período de 1962/64 foi a seguinte:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1962	2.570.457	11.312.765	8.082.639
1963	15.614.338	29.666.427	11.874.287
1964	54.341.575	73.632.214	21.363.085

A Mesa de Rendas Alfandegada foi transferida de Granja para Camocim pelo Dec. n.º 8.371, de 7-1-1882, instalando-se na nova sede a 1.º-1-1883.

A Coletoria Estadual, por sua vez, foi elevada à categoria de Mesa de Rendas pela Lei n.º 221, de .... 1895, e passou à de Mesa de Rendas Especial pela Lei n.º 2.554, de 26-10-1927.

População

Era de 28.963 hab. em 1960, distribuídos equilibradamente entre os núcleos urbanos e o campo.

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CAMOCIM	17.133	10.788	6.345	3.022
Barroquinha	4.750	992	3.758	765
Bitupitá	5.084	2.299	2.785	904
Guriú	1.996	287	1.709	330
	28.963	14.366	14.597	5.021

Aspectos Culturais e Assistenciais

Coube ao sexo masculino a primeira esc. primária de Camocim, criada pela Lei n.º 1.498, de 21-12-1872. A segunda, mista, veio com a Lei n.º 1.847, de 27-9-1879. Em 1964,

além do Grupo Escolar José de Barcelos, possuía 106 unidades primárias e 130 professôres. A matrícula inicial do ano seguinte atingiu a 2.870 alunos. O ensino médio, ministrado pelo Ginásio Padre José Anchieta, recentemente encampado pelo Estado, e Ginásio da Imaculada Conceição, êste com a Escola Normal do Sagrado Coração de Jesus, dispõe de 20 professôres e matriculou 263 alunos no aludido ano de 1965.

No campo da assistência médica há um hospital-maternidade, mantido pelo Govêrno do Estado, com 40 leitos, 2 médicos, 1 farmacêutico, 1 dentista, 2 assistentes sociais, 1 laboratorista, 2 enfermeiras e 8 auxiliares de enfermagem. Um Pôsto de Puericultura, mantido e administrado pela Associação de Proteção à Saúde e à Infância de Camocim, o Ambulatório S. Vicente de Paulo (clínica médica geral), da Associação Vicentina, e um Pôsto de Saúde Estadual.

Para a assistência social há diversos sindicatos, Conferências de S. Vicente de Paulo, Círculo Operário Católico e outros órgãos aos cuidados da paróquia.

A preparação militar está a cargo do Tiro de Guerra 213.

Aspectos Urbanos

A cid. de Camocim dista 275 km, em linha reta, de Fortaleza. Fica aos 2º 53' 57" de lat. S. e 40º 50' 29" de long. W. Gr., à m. esq. e um pouco acima da ba. do r. de seu nome, em terreno plano e arenoso, a 5 m acima do nível do mar.

Tem a cid. 2.100 prédios, sendo 1.680 residenciais, distribuídos em 20 ruas e 4 praças, pavimentadas a pedra irregular em sua maioria. As ruas, largas, limpas, lavadas de sol e de vento, correm paralelas ao rio.

À beira dêste, em seguida ao cais, existe um passeio marginado de bela balaustrada de concreto armado, com 3 escadas de acesso à praia. Entre as praças salienta-se a de José Severiano Morel, ampla, arborizada, com a Prefeitura Municipal, a Matriz, a Maternidade e estabelecimentos de ensino primário e secundário.

Iluminada a luz elètrica, dispõe de 830 lâmpadas nos logradouros públicos e mais de 600 ligações particulares. O abastecimento d'água, por meio de poços profundos, atende a 106 domicílios, afora os órgãos públicos. Dispõe, também, de pequena rêde telefônica, com 46 aparelhos.

A pop. é de 10.800 habitantes.

ASPECTOS HISTÓRICOS

"Os membros da família Gabriel foram os primeiros habitantes de Camocim. Em 1792, procedente de Tutóia, chegou Gabriel Rodrigues da Rocha com a sua família, composta de mulher e dois filhos de nomes Joaquim Gabriel da Rocha (casado) e José Gabriel da Rocha (solteiro). O chefe da família Gabriel visava ao exercício da profissão de prático da barra e teve como mestre no conhecimento da nova função o velho Tremembé, índio que pouco falava português e que, juntamente com outros aborígines, eram os únicos moradores do lugar.

Gabriel Rocha procriou mais alguns filhos, entre os quais o de nome Luís Rodrigues Rocha, conhecido por Luís Gabriel, que se celebrizou no conhecimento da barra, de modo a fazer entrar qualquer navio no pôrto de Camocim, a qualquer hora da noite, mesmo ainda depois de haver perdido um ôlho. A êsse camocinense deve-se, em grande parte, a prosperidade do pôrto, pois tornou a barra de Camocim acessível a qualquer navio de grande calado. Substituindo seu velho pai na profissão de prático, Luís Gabriel conduziu ao pôrto o primeiro vapor da Companhia Pernambucana, de nome Marquês de Olinda e comandado pelo pilôto Antônio Maciel, no ano de 1855; e o São Luís, da Companhia Maranhense, no ano de 1859.

Posteriormente, vieram aumentar o povoamento de Camocim, de 1838 a 1873, João Rodrigues da Rocha, Inácio Rodrigues de Lucena, Luís Pereira Jorge, Tomás Amaro de Santana, André Bernardino Chaves, Antônio Félix de Lima, Manuel Catarino, Antônio Brício dos Santos, Antônio Sabino Gomes, José Pereira de Brito, Dionísio José Ferreira, alferes Martiniano de Andrade Pessoa, Joaquim Inácio Pessoa, tenente Antônio de Andrade Pessoa, tenente Manuel Inácio Pessoa, tenente-coronel João Porfírio da Mota e outros.

No decurso de maio de 1877, chegaram a Camocim os primeiros imigrantes, procedentes de Mombaça (Ceará) e outros lugares, os quais, acossados pelos efeitos da sêca, faziam êxodo para o litoral. Essa corrente imigratória, à proporção que se prolongava a sêca, cres-

cia dia a dia, de modo que, em 1878, contava Camocim com uma população adventícia de cinco mil almas, aproximadamente.

A 3 de outubro de 1857, pelo Decreto n.º 1.983, foi concedido a Tomaz Dixon Lowden, pelo Govêrno Imperial, privilégio por 50 anos para construir uma estrada de ferro de Camocim até Ipu. Em 19 de junho de 1878, por Decreto n.º 6.490, o Govêrno Imperial voltou a olhar o problema da construção da estrada de ferro, autorizando os estudos e construção do trecho de Camocim a Sobral. À tarde do dia 24 de julho do mesmo ano, os habitantes de Camocim foram agradàvelmente surpreendidos com a entrada, no pôrto, do vapor Guará, conduzindo a ilustre comissão de engenheiros encarregada dos trabalhos da estrada referida. A população camocinense recebeu a comissão aludida com grande demonstração de alegria e, em face da deficiência de domicílios, algumas famílias cederam os seus, para abrigar os engenheiros, e foram habitar em palhoças. A 5 de agôsto de 1878, tiveram início os estudos para construção da estrada de ferro.

A 26 de março de 1879, realizou-se com a assistência do Presidente da Província e solenidade de estilo o assentamento do primeiro trilho da Estrada de Ferro em Camocim, sendo convidado, pelo Dr. Rocha Dias, para bater o primeiro grampo, o Dr. José Júlio de Albuquerque. Compareceram ao ato tôdas as autoridades de Granja e Camocim, além de elevado número de pessoas gradas. A inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Sobral, entre Camocim e Granja, numa extensão de 24,5 quilômetros, ocorreu no dia 15 de janeiro de 1881, dois anos após o início dos trabalhos.

A antiga capela de Camocim, que por muitos anos serviu de matriz, foi iniciada em 1880, obedecendo à planta e direção do engenheiro José Privat, primeiro diretor da construção da "Estrada de Ferro", e concluída dois anos depois a capela-mor sob a direção do Dr. Beltrão Pereira, que conseguiu levantar a fachada, arcadas e paredes laterais da nave principal da futura matriz.

Criada a freguesia por Lei provincial n.º 2.007, de 5 de setembro de 1882, foi canônicamente instituída por provisão de 19 de janeiro do ano seguinte, nomeado seu primeiro pároco o padre Leandro Teixeira Pequeno, natural de Icó, então coadjutor em Granja.

Em 1905, a paróquia foi anexada à de Granja, com a transferência do vigário.

Nesse mesmo ano, o padre João Teixeira de Abreu, residente em Camocim, reiniciou os trabalhos de construção da igreja sem maiores resultados, de vez que a comissão organizada para tal fim dissolveu-se com a retirada do padre João Teixeira para Fortaleza, ocasionando, mais uma vez, a paralisação dos serviços.

Em princípios de 1906, voltou Camocim a ser freguesia, sendo nomeado pároco encomendado da mesma o padre José Augusto da

Silva, que deu andamento à construção da igreja, levantando as paredes que não tinham altura suficiente para receber o teto. Estando elas cêrca de 20 anos expostas às chuvas e ao sol, não puderam resistir e desabaram totalmente.

Padre José Augusto viu-se obrigado a construir a sua matriz desde os alicerces e, com a tenacidade peculiar a seu gênio de homem laborioso, atirou-se com ardor à difícil tarefa e, poucos anos após, deu ao povo de Camocim uma igreja vasta, cômoda e elegante, considerada, sem favor, uma das melhores da Diocese de Sobral, tendo sido benta e inaugurada por D. José Tupinambá da Frota, então pároco daquela cidade. A bela imagem de Bom Jesus dos Navegantes, padroeiro da freguesia, foi doada pelo Sr. José Adonias, em 1917.

O município de Camocim foi criado por Lei provincial n.º 1.849, de 29 de setembro de 1879, com território desmembrado do de Granja, e sede no núcleo de Camocim, que foi elevado à categoria de vila, cuja instalação se efetuou a 8 de janeiro de 1883. Governava o Ceará o Dr. José Júlio de Albuquerque, cearense, depois Barão de Sobral.

A vila de Camocim, ainda na vigência da monarquia, viu-se elevada à categoria de cidade, pela Lei provincial n.º 2.162, de 17 de agôsto de 1889. À frente dos destinos da Província se encontrava o conselheiro Henrique Francisco D'Ávila, Senador do Império pelo Rio Grande do Sul.

No quadro da divisão administrativa do Brasil, relativo ao ano de 1911, o município compõe-se de quatro distritos: Camocim, Almas, Barroquinha e Guriú, que foram mantidos pelos Decretos interventoriais ns. 193 e 1.156, de 20 de maio de 1931, e 4 de dezembro de 1933, respectivamente. Nesse último ano Camocim foi acrescido do distrito de Chaval.

Nas divisões territoriais seguintes e anteriores ao Recenseamento de 1950, o município figura sem alteração com os mesmos distritos citados em 1933, registrando-se, apenas, a mudança do nome do distrito de Almas, que passou a denominar-se Bitupitá.

A Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951, criou o município de Chaval, desmembrando-o de Camocim, ficando administrativamente subordinado a êste até 25 de março de 1955, quando ocorreu sua instalação.

A comarca de Camocim data de 1921, desmembrada da de Granja pela Lei n.º 1.943, de 8 de novembro, com sede no antigo têrmo de Camocim, originário da mesma lei que criou o município. Foi seu primeiro juiz de direito o Doutor Faustino de Albuquerque, mais tarde desembargador e governador do Estado.

Em 1924, a comarca foi suprimida (Lei n.º 2.152, de 29 de agôsto) e restaurada em 28 de outubro de 1929 (Lei n.º 2.137). Extingue-a

novamente o Decreto estadual n.º 1.271, de 29 de maio de 1934, passando o têrmo a pertencer à comarca de Granja.

A Lei n.º 213, de 9 de junho de 1948, dá a Camocim a categoria de comarca de segunda entrância." (*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, IBGE, v. XVI, 111-113.)

Em 1963, os dist. de Barroquinha e Bitupitá foram elevados à cat. de mun., não logrando ser instalados. Posteriormente, a Lei n.º 8.339, de 14-12-1965 (D.O., de 24-12-65), tornou nulas e sem efeito legal tais elevações. Atualmente o mun. de Camocim abrange os seguintes dist.: Camocim, Amarelas, Barroquinha, Bitupitá, Guriú.

TOPONÍMIA

V. CAMOCIM (primeiro verbete).

FILHOS ILUSTRES (*)

Alfredo Pessoa Cavalcante (1895). Engenheiro, dedicou-se a princípio ao ensino da Matemática, tendo também praticado, com êxito, o jornalismo. Notabilizou-se como técnico em promoções internacionais de propaganda, organização de exposições e feiras e movimento turístico. Exerceu várias comissões relacionadas com essas atividades, inclusive a de chefe do Departamento de Turismo do Rio de Janeiro.

André Avelino Chaves. Matemático de renome, pertenceu ao magistério militar, tendo lecionado no antigo Colégio Militar do Ceará e na Escola Superior de Guerra.

Antônio Dias Macedo (1907-1958). Bacharel em Direito e figura de relêvo na administração fazendária federal. Entre várias outras funções importantes, exerceu as de Delegado Fiscal em São Paulo, Delegado do Tesouro em Nova Iorque, Diretor das Rendas Internas e da Fazenda Nacional.

Euclides Pinto Martins (1902-1924). Pioneiro na navegação aérea, foi o primeiro aviador a realizar o vôo Nova Iorque-Rio de Janeiro, numa época em que essa façanha era considerada impossível.

Francisco Marques de Sousa Filho (1884-1915). Oficial do Exército. Integrava a Comissão Rondon, nas selvas do Amazonas, quando foi trucidado pelos selvagens, morrendo vítima do cumprimento do dever.

Raimundo Brandão Cela (1890-1954). Pintor de renome, autor de várias telas de grande valor artístico, uma das quais lhe valeu o prêmio de viagem à Europa. É considerado um dos mais insignes cultores das artes plásticas no Brasil.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

HINO MUNICIPAL

Adotado pela Câmara de Camocim, em virtude da Lei municipal n.º 51, de 4 de julho de 1909.

Nosso canto que os mêdos desterra,
Entoemos vibrante e vivaz,
Ou feroces nos transes da guerra,
Ou benignos no seio da paz.

J. F. Brandão

Nós, que além, ao porvir caminhamos
Confiantes, galhardos, louçãös,
Nossas vozes contentes ergamos
No ardoroso concêrto de irmãos.

De uma extensa, infindável cadeia,
Simples elo, imantado fuzil,
Somos parte integrante na teia
Dêste imenso colosso — o Brasil.

Sempre há meio de à Pátria ser útil,
Que extremosa em seus braços nos cerra,
Ou da paz no azul manto inconsútil,
Ou nos campos sangrentos da guerra.

De uma extensa etc. etc.

Porfiando em qual mais idolatre-a
Não devemos contudo esquecer,
Que se honroso é viver pela pátria
Mais honroso é por ela morrer.

De uma extensa etc. etc.

Pelotões! bravas hostes formemos
Quando às armas a Pátria bradar,
E aguerridas colunas cerremos
A seus brios com fé sustentar.

De uma extensa etc etc.

Pela paz em que todos se irmanam,
De áureas leis o mais vasto sucesso,
Nossos votos ergamos, que emanam
Da paz — ordem, da ordem — progresso.

De uma extensa etc. etc.

José Fortunato Brandão

CAMONDONGO. — Ste. (do), já serviu de ponto divisório entre os mun. de Coreaú e Ubajara.

CAMPANÁRIO. — Dist. do mun. de Uruoca, criado pela Lei n.º 6.751, de 5-11-63 (D.O., de 26-11-63), com sede no pov. de igual nome, então elevado à cat. de vila. Pela Lei n.º 7.135, de 10-1-1964 (D.O., de 15-1-64), passou a mun.,

que foi extinto pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965, antes de instalar-se.

CAMPESTRE. — Pov., com 15 habitações, a oeste da cid. de Ibiapina.

CAMPEU. — Tribo tapuia. Segundo Théberge, êsses índios tinham por costume trazer à cinta as cabeças dos inimigos degolados. (*Esbôço Histórico*, I, Fortaleza, 1869, 6.)

CAPIM. — Ste. (do), nas extremas dos dist. de Boa Esperança e Holanda, mun. de Tamboril.

CAPIM. — Sa. (do), entre Canindé e S. Quitéria, com riquíssimos depósitos de calcários (dolomíticos) e também de salitre. Podem ser explorados para o fabrico de cal, corretivos e adubos nitrogenados.

CAMPINA. — La. (da), no sít. do mesmo nome, dist. de Araripe, com 60.000 m².

CAMPINAS. — Rch., no mun. de Solonópole, com cêrca de 10 km de curso. Deflui à m. esq. do Capitão-Mor, no trecho compreendido pela bacia hidráulica do aç. do riacho do Sangue.

CAMPO. — Rch. (do), mun. de Mombaça, afl. da m. esq. do Banabuiú.

CAMPO. — Rch. (do), deságua à m. esq. do rch. do Serrote, na faz. Várzea da Onça, mun. de Crateús.

CAMPO ALEGRE. — "A Vila de Bebedouro, hoje Cidade de Aiuaba, em tempos recuados, chamou-se Campo Alegre, cujo batismo recebeu-o do Mons. Leopoldo Feitosa (Pedro Leopoldo de Araújo Feitosa, Cura da Sé de Fortaleza e autor do livro *Belezas da Religião*, saído a lume em 1899, hoje raridade bibliográfica, um excelente in-8 de 172 páginas, confeccionado nos Ateliers-Louis, em Fortaleza), como se pode ver no jornal católico que se editava na Capital, *A Verdade*, tiragem n.º 9, de 24 de setembro de 1893.

Três anos depois daquela divulgação do Mons. Leopoldo, quando o Pe. Irineu Pinheiro Lôbo de Menezes, Vigário de Saboeiro, mudou a sede da Freguesia para o florescente e simpático povoado de Campo Alegre, aí permanecendo de 1896 a 1897, crismou-o com o mesmo nome e muito contribuiu para a sua fixação (*A Verdade*, de Baturité, de 22 de maio de 1960), sem, contudo, haver predominado.

Atualmente, esta denominação só existe na memória dos mais velhos, nos assentos eclesiásticos e nos registros dos jornais. Aiuaba é a versão, na língua indígena, do topônimo Bebedouro, que mudou de predicativo, em virtude de apelido homônimo, mais antigo, no Estado de São Paulo."

(Carlos Feitosa, *Itaytera*, Crato, n.º 9, 1963-1964, 87.)

CAMPO DA CRUZ. — V. INHUÇU.

CAMPO DO MEIO. — Pov., com 50 habitações, mun. de Viçosa do Ceará.

CAMPO GRANDE. — V. GUARACIABA DO NORTE.

CAMPO MAIOR (Vila de). — Nome com que o pov. de S. Antônio de Quixeramobim, pertencente a Aquirás, foi elevado à cat. de v., pelo ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, em solene inauguração ocorrida a 13-6-1789. Os autos da elevação acham-se transcritos no verbete *Quixeramobim* (mun. e cid.).

CAMPO NÔVO. — Pov., a 24 km de Sobral, a cujo mun. pertence.

CAMPOS. — Sa. (dos), foi consignada com a dos Bastiões, Santos Cosme e Damião e Flôres para patrimônio da

Vila de S. Bernardo do Governador, quando de sua instalação, a 6-8-1801, pelo ouvidor Manuel Leocádio Rademaker. Estava incluída no antigo julgado de S. João do Jaguaribe, até então pertencente à v. de Quixeramobim. O nome perdeu-se na memória local. Identificá-lo entre os acidentes orográficos da região não é tão fácil, como já demonstrou Clodoaldo Pinto, em *Terras Públicas do Ceará*, RIC, 50 (1936), 56-61.

CAMPOS. — Ste. (dos), bastante sêco e pedregoso, mun. de Canindé, para os lados da sa. de Baturité.

CAMPOS. — Rch. (dos), nasce na Serrinha e deságua no Cangati, mun. de Canindé.

CAMPOS. — Rch. (dos), afl. do Figueiredo. O topônimo figura na data e sesmaria de Antônio de Sousa Machado, concedida pelo capitão-mor Luís Quaresma Dourado, em 7-12-1753. (D.S., v. 7, n.º 585, 186.)

CAMPOS. — La. (dos), pequena, piscosa, conservando água durante quase todo o ano, mun. de Uruoca.

CAMPOS. — Pov. pertencente ao mun. de Canindé, a 30 km da sede, na estrada que vai para Quixeramobim. A sua primeira casa foi edificada em 1857. Conta hoje cêrca de 50, ora agrupadas, ora esparsas pela extensa várzea que constitui o seu assento. Tem capelinha inaugurada e benta em 1906, sob a invocação de S. Roque, cuja festa se celebra em agôsto. Centro produtor de cereais e legumes. Outrora, chamava-se Várzea da Carnaúba. Um amante das letras clássicas, enlevado pela paisagem que ali se desfruta na época invernosa, deu-lhe o nome de Campos Elísios, arrôjo verbalístico que o bom senso simplificou... sem helenismo.

CAMPOS BELOS. — V. INHUPORANGA.

CAMPOS ELÍSIOS. — V. CAMPOS (pov.).

CAMPOS SALES (Ex-VÁRZEA DA VACA, ex-NOVA ROMA). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Araripe, na extremidade SO do Estado.

Limites. — Ao N, com o mun. de Aiuaba; a L, com os de Antonina do Norte, Assaré e Araripe; ao S e O, com os Estados de Pernambuco e Piauí, respectivamente.

Superfície. — 2.857 km².

Acidentes geográficos. — Nas lindes com o Piauí fica a Serra Grande, que aí se abate dilacerada numa sucessão de pequenas serras e serrotes. Ainda na linha fronteiriça, agora com Pernambuco, eleva-se a chapada tabular do Araripe, de escarpas erodidas, rasgadas em grotas profundas, com morros e serras destacados do maciço, a exemplo daquela outra.

As terras convizinhas a êsses acidentes apresentam uma fisionomia tumultuada, onde se encaixam os formadores dos rios Conceição e Bastiões, que drenam as águas comunais para o Jaguaribe.

Entre êsses dois rios, numa altitude de 400 a 600 m, prolongam-se os tabuleiros que vêm dos Inhamuns, um tanto modificados em seu aspecto florístico, mais ricos em vegetação arborescente.

Não existem lagoas merecedoras de referências especiais. Tôdas resultam de transbordamentos de cursos d'água por ocasião das cheias e têm vida efêmera. Por outro lado, não existem fontes.

A vegetação predominante é a das capoeiras, sobretudo nas serras e suas proximidades e nos vales dos rios. As matas e catingas altas foram substituídas pelos roçados temporários,

muitos dêles transformados em mangas. Os tabuleiros, nos anos propícios, cobrem-se de abundante pastagem.

Clima. — Quente e muito sêco. Ventos constantes sopram no período não chuvoso. No verão, à sombra, por vêzes chega a 36°. A altitude e a brisa amenizam a temperatura, cuja média é de 30°.

Inclui-se o mun. nos de baixa pluviosidade, com uma média de 685 milímetros, em 46 anos de observação.

O estado sanitário é o comum a tôda a zona sertaneja.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — A BR-24 corta o mun. de ponta a ponta, rumo ao Piauí. A Ce-8, em construção, o ligará permanentemente ao Cariri, através do plaino araripense. Internamente, há 500 km de carroçáveis. Tem um campo de pouso a 3 km da cid., com 2 pistas de 1 500 m, que serviu de apoio às linhas internacionais na época da II Guerra Mundial. Campos Sales foi servida, então, pelas linhas comerciais da Panair e da Cruzeiro do Sul. Dispõe de uma agência postal-telegráfica, de um pôsto do Serviço de Rádio da Secretaria de Polícia e Segurança Pública e de 100 telefones no quadro urbano.

Lavoura. — O Departamento de Economia Rural estimou a safra de 1963/64 em 15.000.000 de kg de mandioca, 4.000.000 de kg de algodão em caroço, 5.000.000 de kg de milho, 500.000 kg de feijão, 90.000 kg de arroz em casca, 60.000 kg de mamona.

A quase totalidade da população, ou seja, 85%, considerados os habitantes de 10 anos a mais, dedica-se às fainas campesinas, cuja principal, no setor agrícola, é a do algodão-mocó, seguida pela da mandioca. O algodão lavra-se por tôda a parte, mas a cultura da mandioca se localiza preferencialmente na chapada do Araripe e ramificações da Serra Grande.

Pecuária. — O Serviço de Estatística da Produção estimava o rebanho a 31-12-1963 em 6.000 bovinos, 3.300 eqüinos, 11.000 asininos, 3.300 muares, 2.000 suínos, 9.500 ovinos, 13.000 caprinos e 20.000 aves.

Na bacia do Conceição é onde se encontra o maior número de fazendas de criar. Situam-se em terras sêcas, pobres d'água, com poucos açudes capazes de resistirem a uma estiada mais prolongada.

Avalia-se a produção de leite em 900.000 kg por ano e a de queijo em 4.000 quilogramas.

A assistência técnica aos agricultores está a cargo de uma Residência Agropecuária da Secretaria da Agricultura, instalada em abril de 1965, e de um escritório da ANCAR.

Produção extrativa. — Restrita à exploração de madeira para lenha e toros e ao aproveitamento do calcário e da argila em materiais de construção. O corte de madeira, em 1963, atingiu a modesta soma de Cr$ 5.200.000.

Produção de carne e de peixe. — Em 1963, a pesca nos açudes rendeu 10.700 kg e o abate foi de 200.700 kg, valendo Cr$ 2.370.000 e Cr$ 69.500.000, respectivamente. A pesca é feita nos aç. púb. de Poço das Pedras, Cascavel e Acoci.

Indústria. — Afora a pequena atividade fabril existente em tôda cidade sertaneja, há em Campos Sales duas usinas de beneficiar algodão, que produzem 300.000 kg de pluma por ano. Pela zona rural encontram-se aviamentos dedicados ao fabrico de farinha e goma de mandioca. A safra de 1963/64 foi de 2.500.000 kg de farinha e 200.000 de goma. Brevemente o mun. receberá a energia hidrelétrica de Paulo Afonso.

Comércio. — Campos Sales centraliza parte ponderável das trocas comerciais do sul dos Inhamuns e dos sertões piauienses vizinhos, dependentes da BR-24 para o escoamento de seus produtos extrativos e agrícolas. Exporta couro, peles, algodão, farinha e goma de mandioca. O mun. todo tem cêrca de 120 estabelecimentos varejistas e 30 atacadistas.

Operam na sede municipal uma agência do Banco do Nordeste, instalada a 18-11-1961, e uma cooperativa agropecuária,

e da chuva; tinha só dois cômodos, um interior ocupado pela família, outro exterior, onde se hospedava o meu grupo e mais um viajante.

Como a noite era de tempestade e o vento entrava pela grande abertura lateral, tive de estender ali um dos couros usados para cobrir a carga dos animais." (George Gardner, *Viagens no Brasil*, Brasiliana, vol. 223, São Paulo, 1942, 193.)

Mais tarde, Tomás Pompeu, no *Dic. Top.*, 88, que é de 1861, sôbre Várzea da Vaca diz o seguinte:

"Pequeno e miserável povoado, na extrema desta província com a do Piauí, na chapada da Ibiapaba, na freguesia do Assaré; dista da capital 140 léguas pelos caminhos comuns."

Cem anos depois, o "miserável povoado" vencia o maior óbice ao seu progresso, com a construção da BR-24. A cid., limpa e saudável, vigorou-se, cresceu demográfica e comercialmente. Tem 750 prédios, 3.400 hab., 28 ruas e praças parcialmente calçadas e arborizadas, tôdas iluminadas a luz elétrica. O seu precaríssimo abastecimento d'água através do aç. S. Jerônimo, localizado a 2 km do núcleo urbano, em breve será substituído pela captação d'água do aç. Poço de Pedras, de 54 milhões de metros cúbicos. As obras estão a cargo do DNOCS e constam de uma adutora de 18 km de extensão e de uma rêde domiciliar para 3.000 pessoas.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Mun., desmembrado do de Assaré, pela Lei n.º 530, de 29-7-1899, com sede no pov. de Nova Roma, elevado à cat. de v. pelo mesmo diploma legal, com o nome de Campos Sales. A instalação do mun. deu-se a 29-10-1899. Foi supresso pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931, e restaurado pelo de n.º 1.156, de 4-12-1933. Cid. pelo Dec. n.º 448, de 20-12-1938.

O mun. até 1963 vinha mantendo sem alteração a divisão territorial estabelecida na Lei n.º 1.153, de 22-11-1951. Compunha-se dos dist. de Campos Sales, Barão de Aquirás, Carmelópolis, Itaguá, Quixariú e Salitre. Nesse ano de 1963 o mun. viu-se reduzido ao distrito-sede, pois os demais passaram a constituir ou a integrar novas comunas. Porém nenhum dêsses mun. novos foi instalado, e a Lei n.º 8.339, de 14-12-1965 (D.O., de 24-12-65), tornou-os nulos para todos os efeitos.

Formação judiciária. — Campos Sales, então Nova Roma, passou a dist. de paz pela Lei n.º 1.777, de 18-11-1878, subordinado a Brejo Sêco. Foi supresso pela Lei n.º 2.158, de 14-8-1889, dividindo-se o seu território entre os dist. da v. de Brejo Sêco e de Poço da Pedra. Restaurou-o o Dec. n.º 47, de 19-8-1890.

Têrmo judiciário pela Lei n.º 530, de 29-7-1899, supresso 27 anos depois, pela Lei n.º 2.445, de 30-10-1926, e restaurado pela de n.º 2.634, de 6-10-1928, subordinado à com. de Assaré. Com. de 1.ª entrância pela Lei n.º 213, de 9-7-1948, com fundamento no art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de 1947.

Formação religiosa. — A cid. de Campos Sales integrou, até 1.º de janeiro de 1944, a paróquia de Araripe. Foi, então, desmembrada com a denominação de paróquia de Nossa Senhora da Penha, sendo a festa da padroeira celebrada a 1.º de setembro. Pertence à diocese de Crato, tem uma igreja-matriz, na sede, e 7 capelas públicas, nos distritos. Em 1940 foi construído um templo protestante, sendo, porém, inexpressivo o número de seus seguidores.

Toponímia

A princípio chamou-se *Várzea da Vaca*, simples alteração de *Várzea de Vacas*, nome primitivo da fazenda onde se nucleou o povoado, como se vê da escritura de compra da mesma. Nos começos da segunda metade do século passado aí se fixou pequeno grupo de caldeireiros de origem italiana, até então ambulantes. Dedicaram-se ao seu mister e ao comércio, prosperaram e dominaram o burgo a ponto de lhe mudarem o nome para *Nova Roma*. O topônimo vigente, dado quando da

criação do mun., foi em homenagem ao estadista Manuel Ferraz de Campos Sales, no momento Presidente da República.

O Barão de Studart, por engano, alterou-lhe a denominação primitiva para *Várzea das Vacas*. Também escreve que *Nova Roma* veio com a criação do dist. de paz. (*Geografia do Ceará*, 336.) Não procede a afirmativa: o topônimo *Nova Roma* já era corrente ao ser criado o dist., como se verifica da Lei n.º 1.777, de 18-11-1878.

CAMUNHENGUE. — Rch., na ribeira do riacho do Sangue. O topônimo surge na data do capitão Manuel Inácio Bezerra e seu irmão Antônio Bezerra de Sousa, de três léguas de terra, concedida pelo capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, em 8-3-1787. (D.S., v. 8, n.º 614, 35.)

CAMURIM. — Rch. (do), ou de S. Joaquim, mun. de Itapajé. Nasce no maciço da Uruburetama, desemboca à m. esq. do Caxitoré.

Camurim, de *camuri*, peixe da família *Centropomidae*, gênero *Centropomus*, assinalado em todo o Nordeste.

CAMURIM. — Faz. à marg. do Aracatiaçu.

Em certo momento viveu pitoresca história, contada pelo escritor Osvaldo de Aguiar, testemunha dos fatos ocorridos em tôrno de três supostas fontes de águas medicamentosas, descobertas pelo proprietário do lugar.

"Êsse atilado sertanejo (o velho Joca Bruno) descobriu, por acaso, três vertentes, que brotavam do leito de um riacho próximo à malhada do seu gado. Convicto de que tais fontes eram minerais, apressou-se em batizá-las com os nomes das três filhas: Albanês, Solidade e Beatriz. Antes de submetê-las à análise, distribuiu-as, em garrafas, aos amigos que começaram a ingeri-las, às refeições.

A princípio, correu, célere, no seio do povo ingênuo, que as águas descobertas pelo Bruno eram prodigiosas. Serviam para tudo. Além das moléstias gastrintestinais, debelavam outros males rebeldes. Os curandeiros aconselhavam-nas aos dispépticos, aos colíticos, aos disentéricos e outros enfermos. Ninguém mais sofreria, dali por diante, de icterícia, azia e urticária. Com poucos goles, pela manhã, dêsse específico providencial, tudo desapareceria por encanto.

A ilusão durou, porém, pouco tempo. As ditas águas começaram a fazer distúrbios no ventre dos consumidores. A análise feita, posteriormente, revelou que não continham substâncias minerais. Eram águas comuns impregnadas de elementos urinílicos.

A musa anônima decantou-lhes as virtudes negativas:

A fonte um é a Albanês,
Queima as entranhas da gente,
No verão de trinta e seis,
Arrasou muito vivente.

Fonte dois é a Solidade,
Tem cheiro de mijo puro.
Se bebida em quantidade,
Desgraça o bofe, no duro.

Fonte três, fonte infeliz,
A mais perigosa delas,
É a fonte Beatriz,
Enterrou várias donzelas."

(*O Povo*, Fortaleza, 31-3-1962.)

CAMURIM-ATÃ. — Faz. à marg. do Coreaú, mun. de Granja.

De *camuri-atã*, o baixio dos camurins.

CAMURUPIM. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Jaguaribe, mun. de Aracati. A princípio tem o nome de Córrego d'Água, depois Camurupim, ao passar pela prop. dêste nome. No trecho inferior, as suas águas confundem-se com as do lagamar, tornando-se muito piscoso.

CAMURUPIM. — La. (do), a 1 km a L da cid. de Pacatuba.

CAMURUPIM. — La. (do), no litoral de Camocim, aterrada pelas areias dunais.

CANAÃ. — Rch., no mun. de Mombaça, com 5 km de curso, afl. da m. dir. do Cacodé. Em seu vale fica a faz. do mesmo nome, modelarmente organizada, com barragem vertedora e racional aproveitamento das águas num sistema combinado de irrigação por gravidade e elevação mecânica.

CANAÃ (Ex-LAVAGEM). — Pov. do mun. de Trairi. Sem condições materiais e humanas, foi elevado à cat. de cid. e sede de mun. pela Lei n.º 6.747, de 12-11-1963 (D.O., de 14-11-63), em boa hora anulada e tornada sem efeito pela de n.º 8.339, de 14-12-65. (D.O., de 24-12-65.)

Deve-se ao pe. Rodolfo Ferreira da Cunha a mudança do nome de Lavagem para Canaã.

CANA-BRAVA. — Sa. (da), contraforte da Serra Grande, com 700 m de alt., nos limites do Ceará com o Piauí.

CANA-BRAVA. — Sa. (da), prolongamento da sa. do Araripe, com 500 a 600 m de alt., entre Mauriti e Brejo Santo, na fronteira paraibana.

CANA-BRAVA. — Rch. (da), ou do Meio, afl. do Machado, mun. de Lavras da Mangabeira.

Em 1753, por ordem de Jerônimo Mendes de Paz, Intendente das Minas dos Cariris Novos, José Coutinho dos Santos o examinou em busca de ouro. Por êsse tempo, os índios Pinaré tinham roçados em suas margens. (RIC, 5 (1392), 31.)

CANA-BRAVA. — Rch. (da), nasce sôbre a sa. da Ibiapaba, adiante do lug. Cajueiro, perto do p. do Angelim, deflui no Inhuçu. O seu curso separa os mun. de Guaraciaba do Norte e Ipueiras.

CANA-BRAVA. — Rch., nasce na sa. da Ibiapaba, no sít. de seu nome, banha a v. de Ararendá, deságua à m. dir. do Diamante, mun. de Nova Russas.

CANA-BRAVA. — Rch., vem da sa. de seu nome, mun. de Aiuaba, derramando-se à m. dir. do Imbuzeiro.

CANA-BRAVA. — Sít. no sopé da sa. da Ibiapaba, hoje v. de Ararendá, do mun. e com. de Nova Russas.

Houve-o por compra o capitão-mor Antônio de Barros Galvão, um dos potentados do Ipu na primeira década do século passado. Aí situou o seu genro Sebastião Ribeiro de Melo, filho de João Ribeiro de Melo e de Maria Coelho Franco, que era filha de Antônio da Silva Mourão. Êste último e João Ribeiro de Melo foram os genearcas dos Mourões e dos Melos, poderosas famílias entrelaçadas por estreita consanguinidade e famosas na crônica criminal de Crateús, Serra Grande e terras lindeiras, no século passado.

Por volta de 1840, desavieram-se polìticamente e passaram a destruir-se uns aos outros.

Cana-Brava é uma das contas dêsse rosário de crimes. Na manhã de 20-1-1846, um grupo de Mourões, depois de assaltar a cadeia do Ipu, fato ocorrido na noite anterior, cercou a casa-grande de Cana-Brava, que se achava indefesa. Depois de arrombadas as portas, os assaltantes chegaram ao quarto onde se encontrava doente, cercado da mulher e filhos, o dono da casa. Incapaz de defender-se, Manuel Ribeiro de Melo, que era também delegado de polícia do Ipu, recebeu de seus primos vários tiros à queima roupa, dos quais faleceu três dias depois, no Ipu, para onde fôra transportado quase agonizante, a procura de segurança e tratamento.

O ataque a Cana-Brava foi uma das últimas façanhas dos Mourões.

CANA-BRAVA DE BAIXO. — Pov., com 30 habitações, mun. de Caririaçu.

CANA-BRAVA DE CIMA. — Pov., com 40 habitações, mun. de Caririaçu.

CANAFÍSTULA. — Aç. construído em coop. entre o mun. de Nova Russas e o DNOCS. Fica a 6 km da sede municipal.

CANAFÍSTULA. — Pov., com mais de 40 habitações, mun. de Iguatu.

CANAFÍSTULA. — V. e dist. do mun. de Jucás. O dist. tem 4.355 hab. e 818 domicílios. No quadro urbano encontram-se 151 moradores. A pop. vive da agricultura. O ensino primário, em 1964, fazia-se através de 16 escolas, com a matrícula geral de 349 alunos. Tem capela. Perdeu parte de seu território em favor do dist. do Mel, criado pela Lei n.º 1.153, de 21-11-1951.

CANAFÍSTULA. — Dist. pertencente ao mun. de Apuiarés, criado pela Lei n.º 6.446, de 21-7-63 (D.O., de 5-8-63), com sede no pov. de igual nome, que passou a v. pelo mesmo diploma legal.

CANAFÍSTULA. — V. ANTÔNIO DIOGO

CANAFÍSTULA. — V. PIRAPIBU.

CANASTRA. — Gruta no ste. do Corrente, perto do lug. Santa Maria, mun. de Sobral.

Uma comissão da Sociedade de Geografia e História, de Fortaleza, visitou essa gruta em 1937, para apurar a veracidade da descoberta de um cemitério indígena. Achou, de fato, "alguns vasos de argila, de forma troncônica, com ossadas, agrupados uns aos lados dos outros, mas que, evidentemente, já tinham sido violados".

O material antropológico recolhido foi posteriormente estudado por T. Pompeu Sobrinho, em *Os Crânios da Gruta do Canastra*, RIC, 56 (1942), 153-193. Êsse estudo levou-o a concluir que os crânios exumados pertenciam a um grupo assaz uniforme a que êle denominou de *canastrense*.

CANA-VERDE. — Espigão (da), contraforte da Ibiapaba, fronteiro à garganta da sa. da Gameleira, nos limites dos mun. de Tianguá e Viçosa do Ceará.

CANAVIEIRAS. — La., a maior do mun. de Pacajus.

CANAVIEIRAS. — Pov., junto à la. de seu nome, mun. de Pacajus.

CANDADU. — Nação de tapuias. Também conhecidos por Candandu e Condadu, habitantes do rch. do mesmo nome, na ribeira do Quixelô. Foram assistidos por missionários da Missão da Telha.

CANDADU. — V. CONDADU (rch.).

CANDÉA. — R. ou rch. (do), nasce na sa. de Baturité, no mun. de Guaramiranga, recebe pela dir. o rch. das Furnas e pela esq. o Salgado. Banha Candéa e S. Sebastião e deságua à esq. do Aracoiaba, perto da sede do mun. dêste nome. Há bastante bouba em seu vale e adjacências.

Corr. de *can-teá*, limpo, bonito, são, perfeito, conforme Teodoro Sampaio.

CANDÉA. — La., no mun. de Fortaleza, perto da Capital.

CANDÉA. — Pov., no mun. de Baturité, ao pé do maciço, banhado pelo rch. de seu nome. Tem capela sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus. Em decadência. Já foi sede de dist., criado por Ato de 20-1-1897, figurando no mun. de Baturité. Extinto pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, sendo o seu território anexado ao dist.-sede.

CANDÉIA. — Pov., com cêrca de 50 habitações, mun. de Caririaçu.

CANEMA. — Cór. (do), afl. da m. esq. do Acaraú. A sua foz serve de ponto de limite entre os dist. de Aranaú e Acaraú e o seu curso separa os mun. de Acaraú e Bela Cruz.

Corr. de *panema?* — ruim, imprestável, inútil, caipora.

CANGALHAS. — Rch. (das), mun. de Camocim. Verte no mar e já teve a foz obstruída pelas dunas, formando extensa lagoa, rica de peixe e de boas vazantes. Com a desobstrução da barra e conseqüente invasão das águas salgadas, essas terras perderam o seu valor agrícola.

CANGALHAS. — Faz. a 18 km abaixo da cid. de Arneiroz. Reza a tradição que durante as lutas de Montes e Feitosas um grupo dêstes últimos, quando aí descansava, foi surpreendido por aquêles. Defendeu-se atrás de surrões, malas e cangalhas. Em lembrança dêsse encontro armado, o lug. tomou o nome de Cangalhas, que passou ao estabelecimento pastoril.

CANGATI. — Sa. ou ste. (do), contraforte da sa. de Baturité, no dist. de Caio Prado onde ocorre ferro de alto teor.

De *acanga,* cabeça, *catu,* boa, alusiva ao sabor da cabeça do peixe dêste nome, parecido com o bagre, abundante em nossos cursos d'água, do qual há quatro espécies.

CANGATI. — R., nasce na Serrinha, contraforte meridional da sa. de Baturité, deságua à m. esq. do Choró, em frente à v. de Caio Prado, depois de haver banhado o dist. dêste nome e recebido os rch. Sítio, Caiçara, Umari, Guaribas, Boa Fortuna e S. Bernardo.

CANGATI. — Rch. (do), nasce na sa. dos Caboclos, banha a v. de Caipu e lança-se à m. dir. do Jaguaribe, no lug. de seu nome, tendo recebido, pela dir., o Forquilha, o Torrões e o Poço do Mato e, pela esq., o Canto e o Junco.

CANGATI. — Rch. (do), com 25 km de curso, nasce no ste. de S. Antônio e faz b. à m. dir. do Banabuiú, perto do sít. Caldeirões, a 13 km abaixo da cid. de Mombaça.

CANGATI. — Rch. (do), nasce nas quebradas da sa. do Araripe, deflui à m. dir. do rch. Missão Velha.

CANGATI. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Valentim, no qual faz b. no lug. Várzea do Serrote, mun. de Quixeramobim.

CANGATI. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Jaguaribe, mun. de Saboeiro. Vem das quebradas das sa. das Imburanas e Macambira.

CANGATI. — Rch. (do), mun. de Solonópole, nasce na sa. do Boqueirão, banha a v. de seu nome, deságua à m. esq. do rch. das Pedras, na faz. Tocaia.

CANGATI. — La. (do), ao pé da v. de Caio Prado.

CANGATI. — Pov., no mun. de Quixeramobim.

Sua formação data de julho de 1947, quando Manoel Ferreira da Silva construiu a primeira casa de tijolos. Em 1951, a população da localidade e circunvizinhanças, ainda liderada por Manoel Ferreira da Silva, mais conhecido por Nenel, iniciou a construção da pequena igreja, concluída no ano seguinte, graças à contribuição de Cr$ 10.000 feita pelo jornalista Mariano Martins, então deputado estadual. O templo tem por padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, cuja imagem foi ofertada pelo deputado federal Adail Barreto Cavalcante.

A Nenel ainda se deve a construção de meia-centena de casas, afora muitas outras por êle financiadas, bem como a construção da estrada carroçável que liga Cangati a Senador Pompeu e a Quixeramobim.

Na localidade funciona uma esc. primária mantida pela municipalidade.

CANGATI. — Dist. pertencente ao mun. de Mombaça, criado pela Lei n.º 6.933, de 18-12-1963 (D.O., de 30-12-63), com sede no pov. de igual nome, então elevado à cat. de vila.

CANGATI. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Solonópole.

O dist. fica no extremo N do mun., nas lindes com Quixeramobim e Frade, numa zona eminentemente pastoril. A v., à margem do rch. de seu nome, é um pequeno aglomerado de 25 habitações, com 118 moradores. A população total do dist. é de 1.570 habitantes. Há 262 domicílios. Em 1964 tinha 3 esc. primárias com a matrícula primária de 40 alunos.

CANGATI. — V. CAIO PRADO.

CANHOTIM. — Sa. (do), contraforte da Ibiapaba, uma das mais importantes do mun. de Sobral, nas cabeceiras do Jaibaras.

De *caá*, mato, *nhú*, campo, *in*, pequeno — campo de mato pequeno, carrasco. (Pompeu Sobrinho, *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 216.) Autores há que escrevem *Canhotinho*, como se o nome fôsse português.

CANHOTIM. — Ste. (do), no mun. de Quixeramobim, ao lado do rch. de igual nome.

CANHOTIM. — Rch. (do), nasce no ste. dos Milagres, deságua à m. esq. do rch. S. João, afl. do Banabuiú, no lug. Cacimba da Barra, depois de 24 km de curso. Nêle se construiu o aç. Salva-Vidas, para abastecer as composições da R.V.C. Fica no mun. de Quixeramobim.

Nota — Figura no MIN como Canhotinho.

CANINDÉ. — Grande tribo de tapuias da família Tarairiú. Viviam no centro do Ceará, do alto Curu ao Banabuiú, inclusive Quixeramobim. Têm a vida entrelaçada à dos Jenipapos, que ocupavam as mesmas paragens, falavam a mesma língua, possuíam os mesmos costumes. Parentes, enfim.

Em 1712, aliados a outras tribos, rebelaram-se, sendo logo subjugados. No ano seguinte, aproveitando-se do levante dos

Anacé, devastaram as cabeceiras do Banabuiú, matando moradores e destruindo fazendas e roças. Em 1727, com os Paiacu, constituíram o grosso da bandeira de João de Barros Braga, que subiu o Jaguaribe até as nascentes, combatendo e expulsando os índios compartes na contenda dos Montes e Feitosas, cuja presença tornara-se ameaça constante à vida e aos bens dos moradores da parte média e alta daquele rio. Cinqüenta casais de Canindé, em 1731, obtinham sesmaria de uma légua em Muxió. No requerimento da concessão, dêsse mesmo ano, asseveram que há mais de vinte anos vivem no grêmio da igreja. Mais tarde, foram aldeados com os Jenipapo no sítio Banabuiú, atualmente Sitiá. A missão da Palma ou de N. S. da Palma, como era conhecido êsse aldeamento, transferiu-se para a Aldeia Velha, próxima a Tabuleiro de Areia, hoje Tabuleiro do Norte, daí para um saco da serra que tomou o nome de Palma, perto de Quixadá, donde, definitivamente, passou para a raiz da serra de Baturité. Juntos aos Quixelô e Baturité, não fizeram número bastante de casais para elevar o núcleo à categoria de vila, mas apenas à de lugar, com o nome de Monte-Mor o Nôvo d'América, a 14-4-1764, hoje cidade de Baturité.

O nome lhes adveio de um chefe chamado Canindé, "derrotado por Afonso d'Albuquerque Maranhão que o aprisionou assim como a mais nove lugares-tenentes, obrigando-o a batizar-se e tomar o nome de João Fernandes Vieira". (Luís da Câmara Cascudo, *História do Rio Grande do Norte*, Ministério de Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1955, 41.) Ou por se pintarem com o suco escuro tirado dos frutos verdes do jenipapo.

Corr. de *can-ndê*, anegrado, retinto, tisnado, escuro. Apelido de uma arara, de um azul retinto por cima e amarelo por baixo.

CANINDÉ. — Sa. (do), a 6 km a SO da cid. de Quixeramobim. Com 15 km de comp. por 6 de larg., corre de S para N, encurvando-se para NE próximo ao r. Quixeramobim, por ela estrangulado no local chamado Boqueirão, a 2 km da cid.,

onde foi projetada e iniciada a construção de grande barragem, suspensa e substituída posteriormente por uma barragem vertedora e de muito menor volume. (V. Quixeramobim, aç.)

CANINDÉ. — R., nasce na sa. da Mariana, toma a princípio a direção N, depois se encurva para NE, até mais ou menos a cid. de Canindé, quando retoma a direção primitiva, rumo ao Curu, no qual se derrama pela m. dir., ao pé da cid. de Pentecoste e a 60 km abaixo da de Canindé, depois de um curso de 120 quilômetros. Os seus principais afl. chamam-se Salão, Seriema, Capitão-Mor e Batoque.

Corta um dos sertões mais secos do Estado. Rola, porém, na época das chuvas, volume d'água considerável, visto drenar parte das águas da sa. do Machado, que lhe fica às cabeceiras, e quase tôda a vertente ocidental da sa. de Baturité.

Sôbre o seu leito, no lug. Rapôsa, o DNOCS construiu a grande barragem de Pentecoste, hoje Engenheiro Pereira de Miranda, com a capacidade de 400 milhões de metros cúbicos.

CANINDÉ. — Rch. (do), no mun. de Cococi, desemboca à m. esq. do curso superior do r. Jucá, na faz. de seu nome.

CANINDÉ. — Sít. na sa. dos Côcos, objeto de uma data de sesmaria de três léguas de terra, concedida a João Ferreira Chaves, pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes, em 5-2-1746. (D.S., v. 6, n.º 498, 217.)

CANINDÉ. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Zona do Sertão Centro-Norte.

Limites. — Ao N, com os mun. de Itapajé, General Sampaio, Pentecoste e Maranguape; a L, com os de Maranguape, Pacoti e Baturité; ao S. com os de Quixadá, Quixeramobim e Itatira; a O, com os de S. Quitéria e Sobral.

A sua linha fronteiriça tem contato com 11 municípios.

Superfície. — É de 2.892 km².

Formação vertical. — Terrenos acidentados, com serrotes esparsos ou unidos em pequenos cordões, a limitarem vales secos e pedregosos, várzeas ou baixadas por onde divagam os leitos das torrentes, caracterizam a fisionomia física de Canindé. Os principais acidentes orográficos, verdadeiras montanhas, encontram-se em trechos de suas divisas. Na do poente, está a sa. do Machado, outrora coberta de opulentas matas, e a L a sa. de Baturité.

Hidrografia. — De rios e lagoas temporários consta a hidrografia do município. É cortado de SO para NE pelo Curu, o coletor das águas locais. Nasce na sa. do Machado, deságua no Atlântico e tem como principal tributário o Canindé. As lagoas formadas pelas enxurradas são inexpressivas.

São pobres os recursos aquíferos. Os solos, em geral, impermeáveis e inclinados, sob sóis esbraseados e virações quentes, não retêm as águas das chuvas. Estas se perdem logo por escoamento e evaporação.

Riquezas naturais. — Do ponto de vista da vegetação, as catingas e matas não encapoeiradas sofreram intenso corte seletivo. Uma das grandes riquezas é a pastagem que brota ao cair das primeiras águas e cresce nos campos, nos abertos e sob a proteção da sombra esgarçada das catingas, abundante e nutritiva.

Afirmam alguns a existência de ouro, salitre, minério de ferro nesse ou naquele sítio, porém o que há realmente são grandes jazidas de calcário em Santana e Oiticica, amanhã aproveitáveis no fabrico de cimento e adubos minerais.

Clima e salubridade. — Quente e sêco como em todo o sertão. O calor é sufocante pelo verão, mas no comum as noites são muito agradáveis e a salubridade de seus ares é proverbial.

A temperatura máxima, observada de setembro a fevereiro, é de 37°, à sombra. A média anual é de 28°.

Localizado na área de baixa pluviosidade, as chuvas caídas em 23 anos de observação alcançaram a média de 622 milímetros.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Corta o mun. a estrada Fortaleza-Brasília, através da qual se liga ao sistema rodoviário estadual e do País. Internamente dispõe de 757 km de estradas carroçáveis construídas e mantidas pela Prefeitura. Existe pequeno campo de pouso perto da cid. e nesta uma agência postal-telegráfica.

Lavoura. — A safra de 1963/64 foi estimada pelo Departamento de Economia Rural em 6.500.000 kg de algodão em caroço, 1.200.000 kg de mamona, 5.000.000 de kg de milho, 600.000 kg de feijão, 1.000.000 de kg de mandioca e 250.000 côcos-da-praia.

Quase 88% da pop. ativa, considerados os habitantes de 10 e mais anos, têm na lavoura e na pecuária o seu modo de vida. A lavoura de mantimentos pratica-se com mais intensidade nas serras e serrotes, e a industrial, principalmente a do algodão, nas terras sertanejas.

Pecuária. — O Departamento Estadual de Estatística calculou o rebanho, em 1963, em 22.500 cabeças de bovinos, 5.900 eqüinos, 15.000 asininos, 4.300 muares, 24.300 suínos, 17.600 ovinos, 16.700 caprinos, 50.000 aves domésticas.

Exporta gado de corte para Fortaleza e Maranguape e produz cêrca de 2.000.000 de kg de leite.

Há um visível progresso em certas fazendas no que diz respeito à pecuária leiteira.

Consolida-se o regime de semi-estabulação e em conseqüência uma produção livre dos azares estacionais.

Produção extrativa. — Calcula-se em Cr$ 10.000.000 a madeira cortada para fins industriais e domésticos. Dos carnaubais, afora a palha, colheram-se 50.000 kg de cêra na safra

de 1963/64. Nesse mesmo período, foi de 100.000 kg a apanha da oiticica.

Produção de carne e de peixe. — A produção de carne para consumo foi de 165.630 kg e a de pescado 80.500 kg, em 1963.

Indústria. — Duas fábricas de beneficiamento de algodão, 4 serrarias, anexa a uma das quais funciona uma fábrica de molduras. Fabricam-se cal, tijolos, telhas, calçados ordinários, louça grosseira e curtem-se couros e peles. Várias pessoas se ocupam na fabricação de imagens de gêsso.

No campo, os aviamentos e engenhos produziram, na safra de 1963/64, 2.000 sacos de farinha e 15.000 kg de rapadura, respectivamente. Não existe cômputo a respeito da produção de queijo e manteiga.

Comércio. — Faz-se notadamente com a praça de Fortaleza e gira em tôrno da exportação dos produtos agrícolas do mun. e da importação de tecidos, ferragens, quinquilharias, produtos farmacêuticos, combustíveis etc.

Depois do Juàzeiro, é a cid. cearense de maior comércio em artigos religiosos, notadamente os referentes a S. Francisco das Chagas, padroeiro local.

Tem mais de 200 casas de negócio, das quais um pouco mais da metade localiza-se em Canindé, sendo 3 delas grossistas.

Dispõe de uma cooperativa de crédito e consumo denominada Cooperativa Mista dos Criadores e Agricultores de Canindé, fundada em 1946.

Finanças públicas. — No período de 1961/64 a arrecadação foi de:

Anos	Federal	Estadual	Municipal
1961	1.585.212	26.594.223	5.779.644
1962	4.889.015	53.985.066	9.380.743
1963	4.999.880	98.764.016	15.034.693
1964	16.243.173	228.357.239	25.213.420

POPULAÇÃO

Distribuía-se em 1960 da seguinte maneira:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CANINDÉ	18.736	5.854	12.882	2.947
Bonito	3.722	117	3.605	639
Esperança	2.287	451	1.836	349
Targinos	3.997	279	3.718	697
Ubiraçu	8.930	12	8.918	1.375
	37.672	6.713	30.959	6.007

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

A Provisão de 12-11-1828 criou a primeira esc. primária de Canindé para o sexo masculino e a Lei n.º 765, de 8-8-1856, a primeira do sexo feminino.

Na história educacional de Canindé há dois estabelecimentos que merecem registro a parte. Quero referir-me ao Colégio Santo Antônio e ao Educandário Santa Clara. O primeiro, fundado a 4-10-1898, por dom Joaquim José Vieira, destinava-se inicialmente à educação de meninos pobres e ao cultivo de vocações para a vida eclesiástica ou religiosa. O segundo, para meninas órfãs, criado em 1908, com o objetivo de ampará-las e ministrar-lhes o ensino das matérias comuns ao curso primário. De valor inestimável foram os frutos colhidos nessas duas vinhas franciscanas, entregues aos labôres e cuidados dos Capuchinhos, dos Padres Franciscanos Menores, das Irmãs Terceiras Capuchinhas de S. Francisco e das Missionárias da Imaculada Conceição, que se revezaram na direção dos mesmos.

O Colégio S. Antônio, atualmente transformado em ginásio, manteve um seminário menor, um externato para estudantes de humanidades e um artesanato. O Educandário S. Clara ministra o curso elementar e de admissão ao ginasial, um curso profissional para môças e senhoras e mantém um noviciado

desde 1961, além de abrigar cêrca de cem adolescentes do sexo feminino. Vive de recursos próprios.

Canindé, nos primeiros anos dêste século, podia gabar-se de ser uma das cidades mais letradas do Estado. Um grupo de frades e de intelectuais, alguns notáveis pela saber, moldava a formação moral e cultural da mocidade que acorria ao Colégio S. Antônio. Sob o impulso da educação ali ministrada surgiam grêmios literários e jornais que não desmereciam de modo algum a imprensa cearense contemporânea. Iniciou a série *O Canindé,* em 1903, redatoriado por Cruz Filho, Augusto Rocha e Tomás Barbosa, associando-se-lhes em 1905 Mozart Pinto. *O Canindé* tornou-se o órgão oficial do Grêmio Literário Afonso Celso, fundado pelos seus redatores, do qual era presidente Cruz Filho. O *Sertanejo* apareceu em junho de 1905, sob a direção de Mozart Pinto e Tomás Barbosa. No fim de 1906 surgiu *O Ideal,* órgão da Sociedade Literária Amor Eterno, dirigido por Benigno Pereira e Clóvis Pinto, de circulação mensal. *O Correio de Canindé* é de 1908, teve como fundador frei Matias de Ponteronica e redatores Cruz Filho e Augusto Rocha. Foi o primeiro jornal impresso em Canindé, nas Oficinas Gráficas de São Francisco, enquanto que os anteriores haviam saído de tipografias da capital cearense. Veio, em junho de 1913, *A Imprensa,* semanário dirigido por Cruz Filho e Gregoriano Cruz, mantido pela Casa de S. Francisco. Foi um dos melhores jornais já editados no interior do Estado. Enfim, o *Santuário de S. Francisco,* órgão oficial da Basílica de Canindé, que circula desde 1.º-1-1915, com a tiragem quinzenal de 9.000 exemplares, atualmente.

No mun. de Canindé, em 1964, existiam 64 unidades escolares de ensino primário com 85 professôres, sendo 19 na sede e 45 rurais, com a matrícula geral de 2.890 alunos, ou 1527 nas primeiras e 1.363 nas segundas. O Ginásio Paulo Sarasate e o Educandário S. Clara, na sede do mun., ministram o Curso de Admissão ao Ginasial. Em 1965, anexo ao Ginásio Paulo Sarasate funcionou o 1.º ano letivo da Escola Normal Mozart Pinto, com a matrícula de 21 alunos.

No setor médico-sanitário, dispõe de um Pôsto de Saúde, mantido pela Fundação SESP, e de um Pôsto de Puericultura, da LBA. Por iniciativa de frei Olivério Lima, O.F.M., vigário da paróquia, funciona na ala esquerda do Pôsto de Saúde a Maternidade Social Paroquial. Nos domínios da assistência social, funciona o Círculo Operário Católico, a Conferência Vicentina, com mais de 800 agregados, fundada em 8-12-1891, sob a presidência de José Casemiro R. Campos, a Associação Protetora Vicentina, fundada em 1928, composta de perto de 1.000 associados, afora algumas associações religiosas (Mães Cristãs e Ordem Terceira de S. Francisco).

ASPECTOS URBANOS

Canindé situa-se em uma gleba acidentada, à m. esq. do r. de seu nome, a 150 m de altitude. Dista 110 km da Capital, em linha reta, e 123 pela rodovia. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 4º 21' 22" de lat. S e 39º 18' 54" de long. W. Gr.

Tem 35 ruas e praças, sendo 12 pavimentadas, 6 arborizadas e 2 ajardinadas. O número de prédios anda perto de 1.400, dos quais 1.000, mais ou menos, são domiciliares.

O coração da cid., a dominar pela massa e imponência, a pulsar de fé e de esperança, a influir na vida social e sobretudo econômica do burgo, é o Santuário de S. Francisco das Chagas, padroeiro da terra. À sua sombra desdobra-se o casario citadino e dêle dimanam os prédios mais importantes: o convento dos Religiosos Franciscanos, o Colégio S. Antônio e o Educandário Santa Clara.

Iluminada a luz elétrica (500 ligações domiciliares), abastecida de água potável por aç. públicos e poços profundos, servida de mercados, de boa est. de rodagem, de órgãos educacionais, gozando de bom estado sanitário, Canindé, por tudo isso, desfruta de uma das melhores posições entre as urbes sertanejas.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Formação administrativa. — Dist. por Provisões de 19-8-1817 e 3-9-1818 e Ato de 18-3-1842. Mun., com território desmembrado dos de Fortaleza e Quixeramobim, pela Lei n.º 360, de 29-7-1846, que elevou o pov. de S. Francisco das Chagas de Canindé à cat. de vila. Foi inaugurado em 5-7-1847.

Os primeiros vereadores eleitos à Câmara Municipal foram Manuel Barbosa Cordeiro, José Bernardo Uchoa, Antônio Francisco de Magalhães, Raimundo da Costa Ribeiro, Francisco Paulo dos Santos, Antônio Pereira Batista Júnior e João José de Almeida, os quais prestaram juramento perante o presidente da Câmara de Baturité, João Carlos de Oliveira Sasouto, e tomaram posse dos respectivos cargos a 5 julho de 1847. Cid. em face da Lei n.º 1.221, 25-8-1914.

A divisão territorial vigente abrange os dist. de Canindé, Bonito, Esperança, Targinos e Ubiraçu.

Formação judiciária. — O têrmo judiciário nasceu com o mun., pela Lei n.º 360, já registrada. A de n.º 1.551, de 4-9-1873, cria a com., composta dos têrmos reunidos de Canindé e Pentecoste, posteriormente acrescida do têrmo de Coité, pelo Dec. n.º 170, de 21-3-1891. A inauguração da com. deu-se a 12-8-1875, sendo seu primeiro juiz de direito o dr. Constantino José da Silva Braga. A com. foi extinta pelo Dec. n.º 196, de 5-6-1891, e seu têrmo anexado à de Baturité. Restaurada pela Lei n.º 537, de 3-8-1899, compreendendo os têrmos de Canindé e Pentecoste, supressa de nôvo, pela de n.º 1.819, de 21-10-1920, que anexou o têrmo à de Baturité. Pelo Dec. n.º 1.271, de 29-5-1934, o têrmo passou à com. de Maranguape. Restaurada pelo art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, foi classificada de 2.ª entrância pela Lei n.º 213, de 9-6-1948.

Formação religiosa. — "Quando o mui discutido marquês de Pombal, em 1759, desferiu o golpe mortal contra numerosas missões do Brasil, foram estas em geral substituídas por novas freguesias e confiadas ao clero diocesano, visto que muitíssimos missionários, não só je-

suitas, mas também de outras ordens religiosas, ao mesmo tempo foram expulsos do País. Explica-se assim a criação da paróquia de Baturité, antiga aldeia dos índios Paiacus e em cujo território ficara também a missão dos Jenipapos e Canindés, tendo sido êstes últimos, em número de 50 casais, abandonados pelo missionário Pe. Pedro da Costa Catas antes de 1747, nas cabeceiras do Choró, onde se achavam desde 1731, para em seguida se reunirem aos Jenipapos.

O sertão canindeense pertencia civilmente à comarca de Baturité, criada em 1764, e eclesiàsticamente a S. José de Ribamar de Fortaleza.

A zona inóspita de Canindé, já naquele tempo, dividia-se em grandes fazendas que exploravam a criação de gado e, em escala menor, a lavoura. Os fazendeiros aqui estabelecidos haviam vindo de Jaguaribe uns, e de Baturité ou Fortaleza outros, constando como fazendeiro dos Campos Antônio dos Santos, em cuja casa os esmoleres franciscanos celebravam a Santa Missa, já em 1759, Julião Coelho da Silva, dono de Longá, etc.

Sôbre a assistência religiosa prestada aos moradores desta zona informam os livros paroquiais, principalmente os livros de batizados de São José de Ribamar, figurando como sacerdotes mais lembrados os esmoleres franciscanos e entre êstes, desde 1758, Frei Manuel de Santa Maria e São Paulo, O.F.M., Frei Bartolomeu dos Remédios, O.F.M., e Frei José de Santa Clara Monte Falco, O.F.M., êste de 1781 até 1800.

Êsses religiosos, munidos do privilégio de usar altar portátil, onde não houvesse capela nem igreja vizinha, como era o caso em tôda a região de Canindé, e autorizados pelo vigário de São José de Ribamar, desobrigavam os fiéis e celebravam a Santa Missa, nas próprias casas de vivenda, costume êste, desde muito censurado pelos visitadores eclesiásticos, os quais insistiam na construção de capelas.

Admira, pois, que antes de 1775, não se tenha notícia de uma única capela na zona de Canindé, enquanto na vizinha Quixeramobim, desde 1730 já se fala na capela de Sto. Antônio, construída que fôra por Antônio Dias Ferreira. Entretanto, deve-se levar em consideração que, dada a fertilidade das terras quixeramobinenses, a sua colonização principiou muito antes que a de Canindé.

A primeira notícia, embora vaga e sucinta, quanto à igreja de São Francisco das Chagas de Canindé, relata a sua construção como principiada em 1775, atribuindo-se as obras em geral a Francisco Xavier de Medeiros, sargento-mor português, o qual teria erguido simultâneamente as igrejas de Canindé e Baturité, dedicando a esta o verão e àquela o inverno. Como são parcas as notícias seguras sôbre a figura de Medeiros, recorremos aos livros paroquiais, onde consta, aos 7 de janeiro de 1775, a sua presença na matriz de S. José de Ribamar, na qualidade de testemunha de um casamento de nubentes baturiteenses.

Nada, pois, obsta a que Xavier Medeiros tenha, desde o princípio, dirigido as obras de construção, às margens do rio Canindé.

Como, porém, há uma grande lacuna nos primeiros anos da construção, interrompida que foi pela sêca, a lenda se encarrega de fornecer dados que expliquem o atraso das obras e a intervenção miraculosa de São Francisco em prol de seu futuro templo. Contam os antigos que a fazenda Renguengue, sita às margens do rio Canindé e escolhida por Francisco Xavier de Medeiros para a construção da igreja, pertencia a três moços do Jaguaribe. Ignorando, porém, os donos e o paradeiro certo dêles, Medeiros teria principiado as obras pronto para comprar o terreno necessário, ou adquiri-lo, por doação, logo que aparecesse um dos proprietários ou um seu representante. Quem se apresentou foram dois oficiais de justiça, embargando o trabalho já encetado. Medeiros escreveu aos donos de Renguengue, comunicando-lhes a intenção de adquirir um patrimônio para São Francisco ao que êles responderam negativamente. Adoecendo o primeiro, morreu em breve, o mesmo acontecendo, em seguida, ao segundo, ao que o terceiro, já sentindo os sintomas da moléstia mortal, prometeu a São Francisco doar o patrimônio, contanto que ficasse restabelecido pelo Santo. Valido na sua extrema aflição, mandou prevenir a Medeiros que nada mais obstava à construção da igreja, pois, o patrimônio seria doado em agradecimento a São Francisco das Chagas.

Resolvida a questão do patrimônio apareceram outros obstáculos, as terríveis sêcas de 1777 e de 1792 findando esta apenas em 1793, não passando a construção da altura de oito palmos, no decorrer de 18 anos de construção. Até 1787 as obras da igreja haviam avançado tão pouco que a escritura de doação da fazenda Santa Rosa a São Francisco, assinada ao mesmo ano, ainda menciona "uma igreja que querem levantar a São Francisco das Chagas". Outrossim, falta até 1796 qualquer referência a atos religiosos, realizados na igreja ou capela de São Francisco. Do contrário poderíamos supor que a capela, fundada em 1775, dado o seu feitio primitivo e acanhado, aos poucos tivesse cedido o lugar a uma construção mais sólida e ampla.

A própria disformidade em duas paredes laterais, que tanto o Pe. Cláudio Álvares da Costa, em 1802, como o Pe. Luís de Sousa Leitão em 1898 mencionam, deixa concluir que em diversas épocas da construção houve transformações em lugar de um plano único e ininterruptamente executado, provando assim a morosidade das obras.

O certo é que finda a sêca, em 1793, o serviço de construção prosseguiu sem outra interrupção até 1796, quando terminou o trabalho dos pedreiros e chegou a imagem de São Francisco, oferta do Coronel Jerônimo Machado, junto com a de Santana, presente do Capitão Antônio dos Santos Lessa. Rareiam aqui as notícias do fundador do Santuário, Francisco Xavier de Medeiros, o qual, ajudado pelo povo da

redondeza, por um religioso anônimo e pelo comandante Simão Barbosa, amigo de Medeiros que em 1793 chegara de Baturité, entregou a igreja pronta, faltando apenas uma das tôrres planejadas e o soalho, enquanto uma lâmpada do Santíssimo encomendada por Medeiros teve a conta datada de 1805, quando o fundador de Canindé já era falecido havia ao menos três anos; pois, o Pe. Cláudio em 1802, já se referia aos merecimentos do falecido Medeiros.

Remontam à última etapa da construção do Santuário os fatos miraculosos atribuídos a São Francisco das Chagas, referindo o primeiro a queda desastrosa do pedreiro Antônio Maciel, o qual se desprendeu do andaime, quando Francisco Xavier de Medeiros presenciando o incidente, bradou por São Francisco. E o estupendo milagre não se fêz esperar; pois naquele vertiginoso trajeto, Maciel ficou pela camisa prêso a uma tábua, pouco abaixo da janela da sineira, puxando-o dali os companheiros por meio de uma corda.

O segundo caso se deu com o próprio fundador Medeiros, o qual ao preparar a madeira do ar foi machucado por uma tesoura, caindo-lhe a mesma sôbre a coxa. Levado para casa, nada mais sentiu continuando o serviço, no dia imediato.

Como Francisco Xavier de Medeiros sobrevivesse pouco tempo à sua grandiosa obra, pois, em 1796, consta pela última vez como padrinho de batizado, a lenda envolveu-lhe o nome como sói acontecer aos vultos principais da misteriosa origem dos Santuários." (Frei Venâncio Willeke, O.F.M., *São Francisco das Chagas de Canindé*, Editôra Mensageiro da Fé Ltda., Salvador (Ba), 1962, 14 a 19.)

"Terminada, em linhas gerais, a construção do Santuário de São Francisco das Chagas, os canindeenses requereram a fundação de um convento franciscano ao lado do nôvo templo, alegando que em vez de oferecerem as esmolas aos religiosos de Pernambuco prefeririam invertê-las na manutenção de uma comunidade a ser estabelecida em Canindé. Dada, porém, a sistemática supressão das Ordens Religiosas pelo govêrno colonial, Canindé compartilhou a triste sorte de Oeiras, Aquirás e Natal, recebendo, em 1798, em lugar de guardiães franciscanos do Santuário, um capelão na pessoa do terciário de S. Francisco Pe. João José Vieira, o qual, em seguida, assumiu também a administração do patrimônio do Santo, continuando no exercício dos dois cargos até a sua morte em 1812.

As aspirações dos canindeenses, já por todo êsse tempo, visavam à criação da paróquia de São Francisco, visto que o Pe. Vieira não podia satisfazer plenamente o seu sagrado ministério. Um requerimento, despachado neste sentido, antes de 1800, perdeu-se. Em 1801, os principais fazendeiros e outros moradores da zona encaminharam outra petição expondo a triste situação religiosa dos sertões canindeenses, lamentando a pouca diligência do vigário de S. José de Ribamar em atender

às necessidades espirituais de seus paroquianos distantes e solicitando a criação de nova freguesia com a matriz de S. Francisco das Chagas. O vigário de S. José, Pe. Cláudio Álvares da Costa, consultado a respeito, tentou desfazer os motivos alegados, caindo porém nos mesmos exageros de seus acusadores; pois o parecer escrito pelo Visitador eclesiástico, Pe. José Pereira de Castro e dirigido ao Governador da diocese de Olinda, apoiava em parte, as queixas apresentadas pelos canindeenses. Entretanto o Governador da diocese deixou de aceder ao requerimento por esperar com brevidade o nôvo Bispo de Olinda.

Não consta terem havido outras tentativas no intuito de se obter a criação da nova paróquia até 1816, após a gestão do Pe. Francisco de Paula Barros, o qual, em 1813, fôra empossado tão-sòmente como capelão e já não como administrador do patrimônio tendo deixado o cargo em dezembro de 1815, para se retirar às ribeiras do Banabuiú; foi substituído em Canindé pelo Pe. Rodrigo José de Melo.

Foi, pois, em 1816, que os canindeenses tornaram a requerer ao govêrno a graça solicitada em 1801, apoiados que se viram desta vez pelo Capitão-Mor Antônio José Moreira Gomes, pelo Governador do Ceará, Manuel Inácio de Sampaio, alegando êste o recente aumento da população, e especialmente pelo Pe. Francisco de Paula Barros, o qual foi incumbido pela população de defender-lhes os interêsses na côrte do Rio de Janeiro. Com efeito, em fins de julho, seguiu o ex-capelão de Canindé para Olinda e reunidos na cúria diocesana os documentos necessários, partiu em agôsto para o Rio, onde não só encaminhou o processo de fundação da freguesia de S. Francisco, mas também o de sua colação como vigário, prestando, para êsse fim, o costumeiro concurso, aos 28-1-1818.

Desta vez, o resultado não se fêz esperar; pois, obtida, a 1-8-1817, a confirmação de Dom Frei Antônio de São José Bastos, Bispo de Olinda, foi desmembrada da freguesia de S. José a de São Francisco das Chagas e elevado à categoria de matriz o Santuário do mesmo taumaturgo em Canindé. Aos 30-10-1817, o respectivo alvará régio recebeu a assinatura de Dom João VI no Rio de Janeiro.

A nova paróquia compreendia as ribeiras do Canindé, Curu e Caxitoré, dando-lhes por extremas a Barra do Caxitoré e a Serra de Baturité a confinar com a freguesia de Quixeramobim.

Tendo satisfeito as expectativas do povo e obtido a sua aspiração pessoal, o Pe. Francisco de Paula Barros, como primeiro vigário de Canindé, tomou posse da paróquia de São Francisco, aos 11-10-1818." (*Ibidem*, 56-58.)

A paróquia de Canindé, nos dias que correm, abrange os mun. de Canindé, Itatira, Paramoti e Caridade. Tem sob a sua jurisdição as seguintes igrejas e capelas: Santo Antônio (Giná-

sio S. Francisco — sede); Santo Antônio (Caridade); Santana (Paramoti); Nossa Senhora da Conceição (Serrote); Nossa Senhora da Conceição (Madeira Cortada); S. Paulo (S. Paulo); Nossa Senhora da Piedade (Piedade); S. Domingos (S. Domingos); Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Pedras); Sagrada Família (Ipu); S. Roque (Campos); Santo Antônio (Ipueiras); Nossa Senhora do Rosário (Bonito); Nossa Senhora do Carmo (Lagoa do Mato); Nossa Senhora das Graças (Ipueiras dos Gomes); Menino-Deus (Itatira); Santana (Trapiá); S. Gonçalo (Valteburi); Nossa Senhora do Destêrro (Arisco); S. Clara (Ginásio S. Clara — sede); S. João Batista (Grossos); S. Pedro (Serra Branca); S. José (Ingá); S. Antônio (Vazantes); Nossa Senhora da Conceição (Morro Branco); S. José (Bandeira); Nossa Senhora de Lourdes (Veado); Sagrada Família (Oriente); Nossa Senhora de Fátima (Jatobá); Nossa Senhora da Conceição (Jacu); Santo Antônio (Papel); S. Sebastião (Capim). As associações pias são em número de oito.

Nenhuma igreja do Ceará sobreleva em majestade e beleza à de S. Francisco de Canindé. Nenhuma do Nordeste atrai tantos romeiros. Mais de 100.000 peregrinos, anualmente, transpõem o seu pórtico, numa demonstração extraordinária de veneração e de fé ao seráfico São Francisco de Assis.

No ano jubileu do sétimo centenário da morte de São Francisco o papa Pio XI, por letras apostólicas de 30-11-1925, contemplou o Santuário de São Francisco de Canindé com a dignidade de Basílica Menor, conferindo-lhe tôdas as prerrogativas das Basílicas Menores de Roma.

Para maiores pormenores a respeito do Santuário de São Francisco, encaminho o leitor ao documentado livro de frei Venâncio Willeke, já citado.

TOPONÍMIA

Corr. de *Cand-ndê*, anegrado, retinto, tisnado, escuro. Apelido de uma arara, azul retinta por cima e amarela por baixo. A tradição conservou a lembrança de que araras dessa espécie,

ainda pela primeira metade do século passado e mesmo um pouco adiante, nidificavam nos serrotes próximos à antiga fazenda Canindé, hoje Canindèzinho. (*O Canindé*, 26-5-1905.)

FILHOS ILUSTRES (*)

Antônio Cruz Saldanha (1851-1908). Comerciante e homem público, desempenhou papel saliente nas lutas políticas e sociais do seu tempo. Foi adepto fervoroso da libertação dos escravos e da proclamação da república.

Augusto Cordeiro da Rocha (1867-1923). Jornalista, advogado, grande conhecedor dos fastos locais, educador de merecimento.

Cordolino Barbosa Cordeiro (1831-1882). Magistrado de alta reputação, exerceu a judicatura em vários têrmos e comarcas desta e de outras Províncias. Foi também deputado provincial em mais de uma legislatura e ocupou os cargos de Chefe de Polícia e de Secretário do Govêrno.

Francisco Martins Capistrano (1903). Cronista elegante e ficcionista. Reuniu em volume as suas crônicas, a princípio publicadas em revistas do Rio de Janeiro. Um dêsses volumes foi laureado pela Academia Brasileira de Letras.

Hermínio Barroso (1867-1932). Foi, no seu tempo, um dos políticos cearenses de maior evidência. Chefe de partido, foi também deputado estadual, secretário de Estado e deputado federal pelo Ceará. Dedicou-se também ao magistério, exercendo-o no Liceu do Ceará e na Faculdade de Direito.

João Cruz Saldanha, Monsenhor (1853-1905). Figura de relêvo do clero, tendo atuado, como vigário, no Ceará e no Rio de Janeiro. Deve-se-lhe a instalação no Brasil dos primeiros asilos do Bom Pastor.

Joaquim José da Cruz Saldanha — Político de largo prestígio entre as hostes conservadoras da Província. Passava, no seu tempo, como "o maior dos canindeenses".

José da Cruz Filho (1884). "Príncipe dos Poetas Cearenses", distinção que lhe foi atribuída pela intelectualidade do

Ceará, em homenagem a seus assinalados méritos como cultor da poesia. É também autor de uma *História do Ceará*. Pertence à Academia Cearense de Letras.

Jósa Magalhães (1896). Médico e homem de Letras. Folclorista com trabalhos de reconhecido mérito. Professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará e membro do Instituto do Ceará.

Luís Magalhães (1898). Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe. Autor de vários trabalhos jurídicos e históricos.

Mário Peixoto de Alencar (1907). Conceituado magistrado. Atualmente desembargador do Tribunal de Justiça.

Mozart Pinto Damasceno (1886-1947). Professor e homem de letras. Orador fluente, exímio declamador e espírito devotado às artes, ocupou lugar de destaque no meio cultural de sua época. Professor do Instituto de Educação e membro da Academia Cearense de Letras.

Martins Rodrigues de Sousa (1859-1905). Advogado, jornalista e poeta de assinalados méritos. Dedicou-se também à política, tendo sido chefe de partido e deputado federal pelo Ceará.

Pompílio Cruz (1861-1922). Notabilizou-se como professor e cultor do Direito. Exerceu o magistério na Escola Normal do Estado e em nossa Faculdade de Direito. Foi, por igual, um dos mais brilhantes e cultos advogados do seu tempo.

Romeu Martins (1895-1949). Magistrado, jornalista e homem de letras. Teve também destacada atuação na política, tendo exercido os cargos de Secretário de Polícia e Prefeito de Fortaleza.

(*) Verbete de autoria do dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

"A ROMARIA DE CANINDÉ

O Santuário-Basílica, consagrado a São Francisco das Chagas, é, sem dúvida, dos mais importantes do Brasil. Já nos referimos atrás a êste grande centro de piedade. E, entre os santuários de São Francisco

de todo o mundo, o de Canindé ocupa um lugar inconfundível. Há santuários em que o sentimento religioso é a principal fôrça de atração para os romeiros. Mas em muitos dêles, há outros atrativos poderosos que contribuem para o movimento, tais como o comércio, as diversões, as maravilhas da natureza ou da arte. As romarias de Canindé não podem ter como causa o desejo de visitar maravilhas naturais ou artificiais, pois nada se encontra ali que possa interessar aos artistas, aos poetas, aos apreciadores dos encantos da arte ou da natureza. É um sertão ardente e sem confôrto. A água é salobra, a não ser que se consiga a da chuva, o que não é possível, senão limitadamente. Não há maravilhas de arte, nem museus, nem construções interessantes, nem jardins, nem frutas. Quanto às diversões, não as há tampouco. Não resta senão um móvel a concorrer com a fé para a realização do grande movimento franciscano — o comércio. Onde há grande aglomeração de gente, tudo se vende com facilidade. Há, portanto, certo número de comerciantes que concorrem para engrossar o movimento. O número de romeiros que foi a Canindé, no dia 4 de outubro dêste ano (1948) e nos poucos dias precedentes, não deve ter sido inferior a duzentos mil. Oficialmente foram registrados perto de dois mil veículos que deram entrada em Canindé, de 25 de setembro a 4 de outubro. Dêstes, 1.810 eram caminhões. Cada caminhão, na média, transporta cinqüenta pessoas. Calculemos à base de cinqüenta passageiros por caminhão. Teremos o total de 90.500 passageiros. Com as pessoas transportadas nos outros veículos, chegaremos a somar muito mais de cem mil passageiros. Juntamos às pessoas transportadas em veículos motorizados os que lá chegaram a pé e a cavalo, os quais, talvez, não tenham sido menos de 50.000. Sem exagerar, portanto, podemos dizer que 200.000 pessoas visitaram Canindé nesses dez dias acima mencionados, isto é, de 25 de setembro a 4 de outubro. O que mais impressiona, porém, em Canindé, não é o número, mas o espírito dos romeiros. Quase todos êles têm uma promessa a pagar. Muitas dessas promessas devem ser modificadas, porque a prudência o exige. Há sempre um móvel de fé nessas romarias individuais ou coletivas. O romeiro procura receber os santos Sacramentos, reza piedosamente, deixa sua esmola e regressa satisfeito à sua terra. Além da viagem, quase sempre incômoda, deve êle encontrar uma acomodação na cidade. Cada casa de família abriga dez, vinte, quarenta pessoas. Muitos dormem ao relento em rêdes pendentes dos ramos de alguma árvore. Muitos dormem no leito... do rio Canindé, que, nessa época, é sempre sêco (sêco há longos meses). O homem nortista faz, com a maior naturalidade, grandes sacrifícios: come mal, bebe água salobra, dorme sem confôrto algum.

Apesar dos sacrifícios todos, o romeiro volta saudoso e muitos são os que continuam, anos a fio, a repetir a visita. Há pessoas que já contam 10, 20, 40 e mais anos seguidos de romaria. Outra nota inte-

ressante que os romeiros atribuem à particular proteção de São Francisco é a raridade dos desastres, no transporte de tanta gente, através de grandes distâncias. No presente ano, não constou desastre algum nem na cidade de Canindé nem nas estradas de tôda a região circunvizinha.

Os sem-fé que assistem, alguma vez, às festividades franciscanas de Canindé hão-de sentir-se envoltos em grande mistério. Como explicar êsse culto tão vivo a um homem sôbre cujo túmulo já rolaram tantos séculos? Como explicar tanta abnegação, tanto espírito de sacrifício? Como explicar tanto empenho, sem contar com frutos temporais, sem esperar vantagens humanas ou terrenas? Outros Estados do Brasil oferecem atrativos aos turistas. O Ceará não tem as belezas naturais do Rio, não oferece os progressos de São Paulo, não atrai com a grandiosidade da Amazônia. O turismo encontra em Canindé o que dificilmente se vê alhures: a grande demonstração espontânea de fé." (D. Antônio de A. Lustosa, *Notas a Lápis*, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1952, 210-212.)

"OS BARCOS DE SÃO FRANCISCO DE CANINDÉ

Contava-me na infância um veterano da guerra do Paraguai, ferido no combate de Itororó, que, no hospital de sangue, identificava a origem dos seus companheiros de dor pelos santos que invocavam, gemendo. Quando ouvia um dizer: — Ai, minha Nossa Senhora de Nazaré! sabia tratar-se dum paraense. Se escutava: — Ai, meu Senhor do Bonfim! era um baiano. Se outro bradava: — Salve-me a Senhora da Aparecida! seria paulista ou mineiro do sul. E todos os cearenses, sem exceção, clamavam: — Valha-me, S. Francisco das Chagas de Canindé.

Essa devoção nasceu no sertão do Ceará com a grande sêca de 1792. Trouxera-a para Canindé um português vindo do Recife, o capitão Francisco Xavier de Medeiros. Favoreceu-a a pregação feita naqueles rincões pelos missionários franciscanos frei Manuel de Santa Maria e São Paulo, frei Bartolomeu e frei José de Santa Clara Monte Falco, que, de 1759 a 1800, andaram em desobriga pela então freguesia de S. José de Ribamar, que se estendia do litoral até o alto sertão, compreendendo em seus limites tanto Fortaleza como o povoado do Canindé, onde outrora se aldearam os índios dêsse nome. Quando acabou a Sêca Grande, como foi chamada, o povo dessa localidade e suas redondezas decidiu levantar ali uma igreja ao santo, que os consolara e salvara nas dramáticas aperturas da crise. Foi benfeitor principal das obras da construção o capitão Francisco Xavier de Medeiros.

Conta-se que o terreno escolhido para a ereção do templo se incluía na gleba da fazenda Renguengues, pertencente a três donos residentes em Pernambuco, os quais formalmente se negaram a cedê-lo por doação e mesmo por venda. Logo depois dessa negativa, adoeceu um dêles, em breve falecendo. O mesmo aconteceu ao segundo daí a pouco tempo. E o terceiro, mal sentiu que também ia cair doente, prometeu ao santo, se escapasse, dar o terreno pedido. A edificação começou e prosseguiu com esmolas que vinham de tôda a parte. Já estavam as tôrres bastante altas, quando dum dos andaimes escorregou e despencou-se um pedreiro. Ao cair, gritou por S. Francisco e logo se viu suspenso no espaço pela fralda da camisa a uma ponta de viga, o que deu tempo a ser socorrido, e tôda gente do lugar presenciou.

No correr do tempo, os milagres e a fama de S. Francisco foram se espalhando pelos sertões do Ceará e de todo o Nordeste, as romarias aumentando ano a ano, o povoado tornando-se vila e cidade, as promessas multiplicando-se em proporções geométricas, os donativos crescendo, de modo que a primitiva igreja se transformou em imponente basílica moderna e, com os óbolos dos fiéis, os frades franciscanos que regem aquêle patrimônio sustentam admiráveis instituições de caridade, instrução e educação profissional da juventude sertaneja.

O cearense emigrado, aonde quer que vá, leva no coração a fé na proteção de seu grande santo, como aquêles humildes soldados feridos em defesa da honra do Império nos campos inóspitos do Paraguai. Nas selvas amazônicas, nas minas do Amapá, nos seringais do Acre, nos confins de Mato Grosso, nos cafèzais do Paraná ou no asfalto da Babilônia paulista, ao sofrer qualquer golpe do destino, moral ou físico, volta-se para o miraculoso padroeiro da pequena cidade do sertão: — Valha-me, S. Francisco das Chagas de Canindé. Faz-lhe a sua promessa e religiosamente a paga, seja como fôr. Poderá faltar a tudo, menos ao seu querido protetor celeste. Em tôdas as angústias e aflições, dirige-se seu pensamento para o santuário da sua terra natal: a Basílica do Pobrezinho de Assis.

Por isso, os ex-votos ricos e pobres, pintados ou esculpidos, de pau ou de pedra, de metal ou de cêra, entopem os armazéns a êles destinados, anexos à igreja. São em tamanha quantidade que seria impossível guardá-los para sempre. Por isso, todos os anos se escolhem os mais interessantes e significativos, derretendo-se os de cêra para fazer velas e queimando-se os demais. Senão, no fim de dez anos, não haveria mais lugar nos depósitos por maiores que fôssem.

Dentre êsses ex-votos, os mais assombrosos, e esta palavra é mais do que apropriada, são uns barquinhos de 50 a 80 centímetros de comprimento, que vêm dos mais distantes igarapés da Amazônia, pelos

afluentes do Rio-Mar, onde êles despejam suas águas, por êle abaixo e pelo oceano afora até as praias nordestinas, trazendo velas para serem acesas no altar do Santo ou dinheiro para missas e para suas obras de benemerência, silenciosos e fiéis mensageiros dos humildes cearenses perdidos na batalha da borracha, dentro das brenhas do Inferno Verde.

Nas suas horas de necessidade e de dor êsses cearenses fazem suas promessas a São Francisco das Chagas de Canindé e, como não dispõem de outro meio de comunicação com sua terra natal, sabendo que os ribeiros correm para os rios e os rios correm para o mar, como diz a velha canção portuguêsa, constroem êsses barcos, alguns até com certo gôsto artístico, ornamentando-os com carinho, colocam nêles ex-votos ou dinheiro, às vêzes até 2 ou 3 mil cruzeiros, calafetam-nos completamente e os lançam às águas do igarapé ou do rio amazonense onde estão vivendo. Além do endereço: *Para S. Francisco de Canindé*, pintam em lugar visível outros letreiros neste estilo, por exemplo: *Pede-se à pessoa que encontrar êste barco na beira fazer o favor de pôr para o meio. Graças alcançadas dêste Grande Santo*, ou: *Quem me encontrar parado me empurre para o meio.*

Canoeiros ou pescadores que acham um dêsses pequenos barcos encalhado numa curva do rio ou numa coroa de areia, prêso nas vegetações marginais ou enredado nos camalotes e balseiros, liberta-o e tange-o correnteza abaixo. Assim, êles navegam pelo igarapé, passando ao afluente, seguem pelo Amazonas, são lançados ao mar e as correntes oceânicas se encarregam de levá-los às praias de Tutóia ou Amarração, do Camocim ou do Acaraú. Jangadeiros e caboclos que ali os encontram os entregam ao primeiro viandante que siga para o interior e, de mão em mão, levados por um comboieiro ou por um chofer de caminhão de boa vontade, os barcos vão ter às mãos dos frades de Canindé com sua carga intacta. A honestidade daquela pobre gente não lhe permite tocar no dinheiro do santo. E, se tocasse, decerto lhe aconteceria grande desgraça. São às dezenas os barcos dessa espécie que chegam anualmente a Canindé.

Desde longa data costumam as populações ribeirinhas do São Francisco enviar pelas águas do rio à Lapa do S. Bom Jesus, como dizem, ao Santuário do Bom Jesus da Lapa, na Bahia, suas oferendas em dinheiro dentro de cabaças hermèticamente fechadas, com uma vela acesa em cima, que navegam de bubuia, correnteza abaixo, respeitadas por todos os pescadores e barqueiros. Mas sòmente praticam isso os crentes que habitam a montante da Lapa, baianos e mineiros, a viagem dessas cabaças é relativamente curta e sòmente fluvial, enquanto os barcos de São Francisco das Chagas de Canindé perfazem distâncias enormes através de alguns dos maiores rios do continente, e do oceano, sendo depois conduzidos por terra a dezenas de léguas do litoral.

O fato do envio dêsses barcos desde os recessos da Amazônia até o sertão cearense, através de inúmeros percalços, é verdadeiramente assombroso, implica um ato extraordinário de fé primitiva, espontânea e ingênua, testemunha a existência, insuspeitada pela gente sofisticada das grandes capitais, dum outro Brasil, dum Brasil que não conhecemos, que está mesmo fora das apressadas e interesseiras cogitações dos que vivem para o futebol, o *café-society* ou a politicagem, Brasil inteiramente à margem dêste Brasil desvirtuado, cosmopolita, sem peculiaridade e sem tradição, que se tem formado no litoral e no qual vivemos. É finalmente um dos atos mais extraordinários da crença do povo nordestino nos seus santos. Acresce que os seringueiros, que não podem ou não sabem construir um dêsses pequenos barcos, enviam suas dádivas ao Padroeiro de Canindé sob a forma de bolas de barracha defumada, sôltas também nas águas correntes, que o Amazonas despeja no Atlântico e êste atira às praias, onde as pessoas do povo as apanham e mandam pelos mensageiros que encontram ao santuário sertanejo. Todos os anos os frades de Canindé apuram algum dinheiro com a venda dessa borracha, trazida, como diria o clássico, *sob los rios que vão.*

Isto que aqui se narra é tão impressionante que até parece episódio da história de outras eras, dum Brasil, que não é mais dêste tempo utilitário, que talvez já se esteja, por nosso mal, acabando, mas que é belo, por demais belo, assim cheio da inocente, da puríssima fé em Nosso Senhor Jesus Cristo e nos milagrosos santos de Sua Madre Igreja, sobretudo naquele *Poverello*, tão suave e tão pobre, que sabia falar às aves e aos peixes, e recebia nas mãos e nos pés os mesmos estigmas rubros do seus Deus imolado pelos homens, como êle lanceado no flanco e coroado em sangue pela mesma coroa de Glória e de Martírio." (Gustavo Barroso, *À Margem da História do Ceará*, Imprensa Universitária do Ceará, 1962, 415 a 419.)

CANINDÉ

. . . . . .

Minha aldeia natal, quantas recordações,
Hoje, ao volver a ti, vêm receber-me à porta!
Em vez de um coração, sinto dez corações
Que te entoam seu hino alvissareiro...

Dêste morro fronteiro
Vejo-te o casario
Disposto na planície, todo branco,
À orla esquerda do rio
Que te estreita lascivo o esbelto flanco

Esparsa no teu vale pinturesco,
Sob êste céu translúcido e macio,
Guardas, no teu desenho ruysdaelesco,
Algo daquela poética Belém
Pintada nos presépios do Natal.

À imitação de Alberto de Oliveira
Ante a pátria visão do Palmital,
Irrompe-me do peito e aos lábios vem,
Ao repisar-te a patriarcal soleira,
Êste grito de júbilo filial,
Num soluço de amor que parece um gorjeio:
— "Meu doce Canindé, eis-me em teu seio!"

Já da tua Basílica saudosa
O altaneiro zimbório se arredonda
Ao fundo do horizonte côr de anil;
E, entre os rumores da manhã radiosa,
Aos meus ouvidos vem, numa inefável onda
De cristalinos trinos,
O cântico de bronze dos teus sinos,
Qual amoroso arrulho feminil.

Mais além, sôbre plácida eminência,
Da linda Ermida o vulto solitário
É um átomo ante o espaço giganteu,
Ao qual relembra, em muda confidência,
A pena que sofreu sôbre o monte Calvário
Da Galiléia o excelso Prometeu.

O Mosteiro dos padres franciscanos,
Que domina a cidade ensoalheirada,
Do quadrante do Sul,
De São Francisco a lenda sublimada,
Reflorida de feitos sôbre-humanos,
Relata ao céu azul.

Não longe (a dor no coração recalco!)
Erguida sôbre a escosta de um socalco,
Avulta, qual vazio falanstério,
Triste, sombria, a sós,
A cidade feral do Cemitério
Onde dormem meus Pais e meus Avós.

Minha aldeia gentil!
Vejo-te, a rir, do alto dos teus outeiros,
Dos telhados vermelhos dos teus prédios,
Do mádido verdor das tuas quintas e hortas,
Com o teu recato mulheril;
Já me acenam, de longe, os teus coqueiros,
A modular doridos epicédios,
Que parecem falar de mil coisas já mortas,
Na beleza e esplendor desta manhã de abril...

(Trecho do poema "Aldeia Natal", de Cruz Filho, em *Tôda a Musa*, Imprensa Universitária do Ceará, 1965, 349 a 350.)

CANINDÉ

Nos desertos confins dos sertões do Nordeste,
num desvão solitário, à soalheira combusto,
sem o perfume de uma flor embora agreste,
de espinhos tem coroado o estéril solo adusto.

Da ínvia extrema do oriente ao causticante oeste,
frágeis braços estende aos céus, o tenro arbusto.
O esqueleto do rio enorme anseia e investe
contra as pedras e cai como um gigante augusto.

Entretanto à feição do oásis, no deserto,
a cúpula levanta a majestosa igreja,
como um zimbório de oiro em pleno espaço aberto.

E há sombra, luz e paz e esplendores... E o disco
do sol entra o altar-mor pelos vitrais e beija
as três chagas em flor que aureolam São Francisco!

OTACÍLIO DE AZEVEDO

(Do livro *Desolação*, 1947, p. 71, Edições Clã, Fortaleza, Ceará.)

CANINDÉ GRANDE. — Rch., mun. de Ipueiras.

CANINDÈZINHO. — Pov., no lug. Siqueira, perto da rodovia Fortaleza-Maranguape, dist. de Parangaba. Nasceu à roda da capelinha dedicada a S. Francisco das Chagas, orago do célebre santuário de Canindé, donde tirou o nome.

CANINDÈZINHO. — Dist. do mun. de Nova Russas, criado pela Lei n.º 6.760, de 13-11-1963 (D.O., de 3-12-63), tendo por sede o pov. de seu nome então elevado à cat. de vila. Possui 40 habitações.

CANINDÈZINHO (Ex-ABA DA SERRA). — Dist. e v. do mun. e com. de Várzea Alegre.

A v., com 116 hab., fica à m. dir. do rch. do Machado, a 24 km a NE da cabeça do município. A pop. do dist. é de 2.865 hab., em 517 domicílios. Todo o dist. é muito agrícola, tanto que os seus moradores quase que se concentram na zona rural. Em 1964, possuía 4 escolas, com a matrícula geral de 119 alunos.

O dist. foi criado pela Lei n.º 1.153, de 22-1-1951, com território destacado do dist. de Várzea Alegre, tendo por núcleo o pov. da Aba da Serra, então elevado a v. com o nome de Canindèzinho, por causa das romarias que aí se fazem

ao orago da capela local, que é S. Francisco das Chagas, conhecido pelo povo por S. Francisco de Canindé.

CANINDÈZINHO. — Dist. pertencente ao mun. de Iracema, criado pela Lei n.º 6.878, de 13-12-1963 (D.O., de 20-12-63), com sede no pov. de igual nome, que passou à cat. de vila.

CANIVETE. — Ilha (do), no r. Coreaú, a 18 km da foz, acima da embocadura do rch. Papagaio.

CANOA. — Rch. (da), trib. da la. do Saco. O seu curso é um dos trechos da divisória dos mun. de Iguatu e Jucás.

CANOA. — Nome que tinha o r. Aracoiaba, depois de receber o Putiú e o Candéa. O topônimo tornou-se comum à est. f. e ao pov. ribeirinhos. Com a passagem do núcleo de Canoa a v., sob a denominação de Aracoiaba, pelo Dec. n.º 44, de 16-8-1890, o velho apelido foi caindo em desuso e acabou por desaparecer.

Nota — Carece de fundamento geográfico o verbete Canoa em Álvaro de Alencar, *Dic.*, 78.

CANOA QUEBRADA. — Pov., no litoral, sôbre as dunas, a 4 km a L da cid. de Aracati, com ancoradouro que dá entrada a barcaças. Possui mais de 40 habitações e é sede de uma colônia de pescadores (Z 30). São afamadas as suas rendas e trabalhos de tartaruga. A capelinha tem por patrono São Sebastião.

Nos tempos coloniais, em data imprecisa, foi construído nesse sítio do litoral aracatiense um fortim, armado de quatro bôcas de fogo, conhecido por *Reduto Canoa Quebrada*. Em 1829 ainda era relacionado entre as nossas obras de defesa.

CANOÉ. — Vár. (do), à m. do Pirangi, perto de sua foz, no mun. de Aracati. Mede mais de 8 quilômetros quadrados.

O chão é de tal modo plano e amplo que, em determinadas horas, aí se verifica o fenômeno da miragem. É uma das maiores salinas naturais do Brasil, pela extensão, topografia, impermeabilidade do solo, facilidade de ser inundada. No princípio dêste século formou-se uma companhia para explorá-la racionalmente. Instalou-se e deu comêço à produção. A 15-9-1903 sai do pôrto de Aracati o primeiro carregamento de sal de Canoé. Porém, logo depois, era absorvida pela Companhia de Sal e Navegação, sediada no Rio de Janeiro e interessada nas salinas do Rio Grande do Norte. Os trabalhos foram suspensos e as instalações entregues ao desgaste do tempo. Foi um crime contra a economia cearense.

Da *Mensagem* enviada à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1.º-7-1904, pelo Presidente do Estado, dr. Pedro Augusto Borges, destacamos os trechos abaixo, que dizem o que foi Canoé e retratam as suas possibilidades salineiras.

SALINA DE CANOÉ

"O contrato celebrado em 24 de abril de 1902 com o engenheiro Rodolfo Lahmeyer para a exploração das salinas do Canoé, do município de Aracati, vai sendo executado de modo promissor para o futuro dessa indústria e para os interêsses do Estado.

As salinas do Canoé estão situadas à margem do rio Pirangi, servidas pelas águas da barra do mesmo rio, na distância de 21 quilômetros do pôrto do Fortinho.

Nesse percurso, porém, e em terreno apropriado, existe uma estrada de ferro construída pelo mesmo engenheiro em virtude de uma das cláusulas do respectivo contrato. A via férrea, com a bitola de 1 metro, percorre 23 quilômetros, inclusive 2 entre os baldes ou cristalizadores das salinas.

Tôda essa linha férrea está funcionando desde o mês de setembro do ano passado, e acha-se aparelhada dos necessários desvios, caixas-d'água e oficinas próprias para trabalhos de fundição. Seu material rodante compõe-se de 4 locomotivas de grande fôrça, 12 carros de 16 toneladas e 6 vagonetes de 1 1/2 toneladas.

A emprêsa encomendou para os Estados Unidos da América do Norte mais 2 locomotivas grandes, 10 carros de capacidade de 16 toneladas cada um.

As salinas do Canoé constam atualmente de 31 baldes ou cristalizadores de 100 x 80 metros, cada um.

Sua produção média anual está calculada em um milhão de alqueires de sal, de 100 litros cada um, ou sejam, 6 alqueires por tonelada.

Há um depósito fora dos baldes, de 300 mil alqueires no mínimo, e nos cristalizadores, outro depósito calculado em 560 mil alqueires, com probabilidade de maior produção.

A qualidade do produto é bem reputada; o sal pode ser equiparado — se não exceder — aos melhores de procedência nacional.

A exploração dessas salinas tem constituído uma fonte de recurso para as classes necessitadas: ali se acham empregadas 200 pessoas, havendo proporções para admissão de pessoal duplo, quando a emprêsa se desembaraçar das dificuldades provenientes da falta de meios de transporte por via marítima.

A linha férrea transporta diàriamente 3.800 alqueires do interior das salinas para o pôrto. O serviço de embarque é feito em qualquer navio, por meio de calhas especialmente preparadas pelo engenheiro Lahmeyer, de modo que fàcilmente se efetua o carregamento de 600 toneladas de sal, em 12 horas.

Como sabeis, pelo contrato celebrado com o govêrno, o engenheiro Lahmeyer está obrigado a uma exportação anual, no mínimo, de 150 mil alqueires de sal, de 160 litros cada um.

Havendo o referido industrial firmado contrato com a conceituada firma comercial do Rio de Janeiro — Rodrigues Faria & Cia., para a venda anual de 400 mil alqueires de sal, temos já aí excedida em mais do duplo a quantidade do sal que se obrigou a exportar, *ex vi* de seu contrato com o govêrno do Estado.

Em virtude de seu convênio com aquela firma, esta se obrigou a mandar receber o sal dentro do pôrto ou fora da barra, em navios seus ou fretados para tal fim.

Devido, porém, à influência extraordinária de cargas de cabotagem para o sul e norte da República, há subido extraordinàriamente o preço dos fretes; e atuando por outro lado a falta de embarcações apropriadas ao transporte do sal, têm surgido embaraços para a exportação dêsse produto na medida e extensão do respectivo contrato.

No intúito, porém, de resolver as dificuldades e normalizar o serviço, a citada firma comercial já adquiriu, por compra, 3 vapôres, — que denominou — Aracati, Canoé e Maroim.

Assim apercebida, confia a emprêsa superar os embaraços e entrar francamente em uma fase de crescente prosperidade.

São manifestas as vantagens que o Estado terá de colhêr, a par do desenvolvimento de uma indústria que se achava paralisada, figurando no orçamento de 1901 com a exígua renda de 2:276$148."

De *cambae, cambaé, canoé,* o que é sêco, ou enxuto. (Pompeu Sobrinho, *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas,* RIC, 33 (1919) 216.)

CANOÉ. — Figura como dist. do mun. do Aracati, no Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933, que dispõe sôbre a divisão administrativa do Estado. Pela Lei n.º 386, de 14-10-1937, a sede do dist. de Canoé foi transferida para o Fortim.

CANTAGALO. — Sa. ou ste. (do), no extremo nordeste do maciço de Baturité, mun. de Redenção. Calcária, com grandes cavernas e ativa exploração de cal em seu sopé, consumida por Fortaleza e mun. circunvizinhos.

"Quem chega à Estação de Redenção divisa, na direção sudoeste, cobrindo o horizonte, uma montanha que logo pelo seu aspecto se adivinha ser rochosa. É a serrota do Cantagalo, distante seis quilômetros da mesma Estação e que faz parte da serra de Baturité, como um dos seus contrafortes. Ao aproximarmo-nos dessa serrota, vemos que, por efeito da erosão, desenha a rocha, na parte superior, interessantes figuras que se assemelham a frades; daí ser conhecida a mesma pelo nome de Frades. Tôda a sua estrutura é de um calcário cristalino, de grã mais ou menos fina e marmórea, já tendo sido êsse material utilizado para trabalhos de escultura, cujo exemplo se encontra na estátua de um general brasileiro que ornamenta uma das praças de Fortaleza.

A extremidade oeste é cortada pela Estrada de Ferro; é a garganta divisora das águas do vale do rio Aracoiaba e Pacoti.

É êsse trecho do território cearense que julgamos ser o local privilegiado para a instalação de uma fábrica destinada à produção de cimento tipo Portland, pois aí sobram os calcários e argilas ferruginosas aconselhadas pela técnica no fabrico do cimento. Ademais, nessa região há grande facilidade de abastecimento d'água, pois é cortada pelo rio Pacoti, em cuja parte superior do curso se localiza a barragem que represa as águas que abastecem a cidade de Fortaleza. Ora, a existência de um potencial hidráulico, em se tratando do moderno processo úmido de fabricação do cimento, é essencial, o que ainda, mais uma vez, vem demonstrar ser êsse o local de eleição. Demais, é bem sabido que um dos elementos que entra na confecção do cimento é o sulfato de cal, e êsse elemento pode ali chegar mais fàcilmente que a qualquer outra parte, pois as jazidas de gêsso do Cariri distam

apenas quinhentos e cinqüenta quilômetros daí, sendo o meio de transporte a Estrada de Ferro.

Dessa ligeira exposição conclui-se que dificilmente se encontrará outro trecho do território brasileiro onde existam tantas facilidades, como no Município de Redenção, para uma instalação econômica da indústria do cimento, cujo produto ainda importamos do estrangeiro, numa proporção de mais ou menos quarenta por cento, para as necessidades do consumo." (Paulo de Albuquerque, *Riquezas Minerais do Ceará e o seu Aproveitamento Industrial,* Fortaleza, 1948, 39-40.)

CANTAGALO. — Sa. (do), no dist. de Pessoa Anta, mun. de Granja. Bastante agrícola.

CANTAGALO. — Rch. (do), mun. de Redenção, nasce na sa. de seu nome e despeja-se à m. dir. do Pacoti. Há ocorrência de cobre em suas nascentes.

CANTAGALO. — Rch. (do), mun. de Missão Velha, vem das quebradas da sa. do Araripe, é um dos formadores do Missão Nova.

CANTAGALO. — Pov., com 40 habitações, mun. de Redenção.

CANTAJI. — Rch., afl. do Banabuiú, no qual se despeja 21 km abaixo da cid. de Mombaça. Em seu leito encontram-se petrografias, ou pedras de letreiros, como são designadas tais ocorrências pelos sertanejos.

Corr. de *caá-taci,* mato cortado. (Pompeu Sobrinho, RIC, 33 (1919), 216.)

CANTINHO. — Rch. (do), um dos formadores do Juá, mun. de Caucaia.

CANTINHO. — Rch. (do), afl. do Tomé Vieira, da bacia do Figueiredo, mun. de Pereiro. Possui grandes baixios cultivados de arroz e algodão.

CANTINHO DE CIMA. — Pov., mun. de Aracati, a 15 km da cid., com esc. municipal.

CANTINHOS. — Sa. (dos), mun. de Aurora.

CANTO. — Rch. (do), nasce na sa. do Jatobá e é afl. da m. esq. do Cangati, trib. do Jaguaribe. Fica no mun. de Cariús.

CANTO. — Lag. (do), perto da cid. de Paracuru, ao pé de grande duna. Verte para o mar pelo escoadouro conhecido por Bôca do Poço. Perene.

CANTO. — La. (do), mun. de Boa Viagem.

CANTO DA ONÇA. — Sa. (do), ao S da cid. de Assaré.

CANUDOS. — Rch., afl. da m. esq. do rch. Ipiranga, no mun. de Sobral.

CANZUIM. — Ste. (do), próximo à sa. dos Oitis, na bacia do João Alves, mun. de Mombaça.

CANZUIM. — Rch. (do), nasce entre a sa. do Coité e o ste. de seu nome, no mun. de Mombaça. Após 12 km de curso deságua à m. esq. do João Alves, 10 km abaixo de Carnaúba, próximo ao sít. S. Paulo. Vale fertilíssimo, rico d'água freática, intensamente cultivado de cana, fruteiras e cereais.

CAPADÓCIO. — Rch. (do), corta a cid. de Quixeramobim, onde deflui no rio dêste nome.

"Êsse riacho, que, ao atravessar hoje a cidade, o faz quase no seu centro, tendo parte do seu curso atrás do edifício da Prefeitura Municipal, constituiu-se durante os primeiros decênios da primitiva Vila de Campo Maior, como limite natural. Afora a igreja do Rosário, nenhuma edificação digna de nota existia à sua margem esquerda. A Vila distendia-se às margens esquerdas do Quixeramobim e do riacho da Palha, e à direita do Capadócio. Nesse trato de terra, sôbre um cômo-

ro, alçava-se a Matriz." (Ismael Pordeus, *Antônio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim*, RIC, 69 (1955), 191.)

CAPEBA. — Ladeira (da), muito íngreme, na sa. da Uruburetama, do lado que se desce para a cid. dêste nome.

De *caá*, mato, planta, *peba*, chato, rasteiro. Nome de uma erva de fôlhas codiforme-arredondadas, achatadas.

CAPEBA. — Rch. (da), no mun. de S. Gonçalo do Amarante.

CAPELINHA. — Ste. (da), no mun. de Itapajé.

CAPERAOBA. — V. TAPERAOBA.

CAPIM. — Ste. (do), bastante agrícola. Fica nas cabeceiras do rch. da Trindade, afl. do Curu.

De *caá-pii*, mato fino, erva.

CAPIM. — Sa. (do), a L da cid. de Quixeramobim, quase ligada às sa. do Cajueiro e Tucum. É um grande rochedo.

CAPIM. — La. (do), consta da sesmaria de duas léguas terra, concedida pelo capitão-mor Pedro de Morais Magalhães, em 4-2-1751, a José Rodrigues Leitão. (D.S., v. 7, n. 550, 111.)

CAPIM. — Loc. praieira entre Trairi e Curu, com um núcleo de pescadores da Colônia Z14.

CAPIM-DE-ROÇA. — Pov., mun. de Cascavel, com capelinha dedicada a S. Pedro. Situa-se em plena zona dos tabuleiros arenosos, dispondo de lençol d'água pouco profundo, favorável ao crescimento de gramíneas e outras ervas, entre as quais o *capim-de-roça*, abundante na flora local.

CAPIM-GROSSO. — Lug. no sertão de Aracatiaçu, com terrenos de tal modo salinos que, pelo verão, o sal cristaliza-se à superfície do solo.

CAPIM-PUBO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Salgado, nasce na sa. de S. Pedro. O seu trecho inferior, com amplos

baixios, está compreendido na área de irrigação do aç. Lima Campos.

O qualificativo *pubo*, no tupi, significa fermentado, apodrecido.

CAPISTRANO (Ex-RIACHÃO, ex-CAPISTRANO DE ABREU). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica de Baturité.

Limites. — Ao N, S e L, com o mun. de Baturité; a O, com o de Pacoti.

Superfície. — 134 km².

Fisiografia. — Em direção ao oriente o mun. integra-se no ondulado das terras que decaem suaves rumo ao Choró. Para os outros lados, elevando-se, choca-se com as quebradas do maciço de Baturité. Aclives, lombadas, vales e planícies dão-lhe uma fisionomia variada mas não tumultuada. A êsmo se elevam alguns serrotes pedregosos e secos. O Riachão recebe parte das águas da vertente meridional da sa. de Baturité e, depois de cortar o mun., vaza no Choró. Não tem lagoas dignas de menção.

Riquezas naturais. — Fala-se na presença de minerais econômicos em Serrote Azul e Carqueja, localidades do município. Nesta última tem-se como certa a existência de estanho.

Solos e vegetação. — As terras, profundas e férteis, mormente as dependentes do maciço de Baturité, produzem muito cereais, legumes e algodão. Para as bandas do Choró, as catingas estão mais ou menos conservadas. As matas de boas madeiras de lei, outrora encontradas ao pé da sa. de Baturité, desapareceram por completo. Deparam-se aqui e ali, em poucas propriedades, pequenos capoeirões, cujo viço dá pálida idéia do revestimento florestal que se foi.

Clima e salubridade. — É de 30° a temperatura média. Em 9 anos de observação a queda pluviométrica foi de 933 milímetros. Nada há de especial quanto ao estado sanitário.

Aspectos Econômicos

A lavoura constitui a atividade básica do município. A safra agrícola de 1963/64, segundo estimativa do Departamento de Economia Rural, constou de 3.500.000 kg de algodão em caroço, 1.100.000 kg de mandioca, 4.000.000 de kg de cana, 600.000 kg de milho, 200.000 kg de feijão, 100.000 kg de arroz em casca, 81.000 kg de café e 13.000 de mamona.

O rebanho, pequeno, porém com possibilidades de melhorar em qualidade, somava 1.400 bovinos, 350 eqüinos, 750 asininos, 320 muares, 2.220 suínos, 900 caprinos e 600 ovinos, em 1963. No ano seguinte, para o consumo público, abateram-se 172 bovinos, 371 suínos, 122 ovinos e 236 caprinos. A matança caseira foi de 122 suínos, 74 ovinos e 132 caprinos. A produção de peixe nos açudes chegou a 6.800 quilos.

Na sede há uma fábrica de beneficiamento de algodão e pela zona rural vários aviamentos, a maioria motorizados, que produziram 200.000 kg de farinha de mandioca, também em 1963.

Os comerciantes não excedem a 30, dos quais 4 são atacadistas. Transacionam com Fortaleza e Baturité.

O mun. dispõe de transporte ferroviário, rodoviário e de campo de pouso para aviões de pequeno porte. A est. f. foi inaugurada a 8-12-1890, no km 120 da Estrada de Ferro de Baturité. Pela rodovia Ce-1, a sede dista de Fortaleza, via Aracoiaba, 102 km, e 115 via Baturité. Tem agência postal do DCT e estação telegráfica da RVC.

Finanças públicas. — No período de 1960/64 a arrecadação foi a seguinte:

Anos	Municipal Cr$
1960	2.360.819
1961	2.875.932
1962	5.472.801
1963	7.940.166
1964	15.544.088

Nota — As arrecadações federal e estadual são feitas pelas exatorias de Baturité.

População

O recenseamento de 1960 apurou 12.464 hab.: 1.933 na sede e 10.531 na zona rural, ocupando 2.207 domicílios.

Aspectos Culturais e Assistenciais

Em 1964, possuía 45 unidades escolares, 9 na sede e 36 rurais, com 51 professôres e a matrícula geral de 1.327 alunos, dos quais 1.019 no interior do município.

Um pôsto de saúde, mantido pelo Estado, dispensa precária assistência médica. Os velhos e os pobres desamparados contam sòmente com o minguado auxílio da Conferência de S. Vicente de Paulo, fundada a 28-4-1903, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré.

Aspectos Urbanos

A cid., à m. esq. do Riachão e a 149 m de alt., dista da Capital 90 km, em linha reta. Fica aproximadamente a 4° 28' de lat. S e 38° 54' de long. W. Gr. Ruas e praças acidentadas, em número de 13, das quais 2 arborizadas e pavimentadas. Iluminada a luz elétrica, com 100 ligações domiciliares. Tem 2.000 habitantes.

Aspectos Históricos

A origem de Capistrano remonta à faz. Riachão, de propriedade do capitão Daniel Ferreira Lima. Em tôrno da casa-grande se nucleou um arraial de trabalhadores rurais, que veio a crescer com a passagem da ferrovia, tornando-se centro de troca de produtos agrícolas.

Formação administrativa. — Dist., com o nome de Riachão, por Ato de 27-3-1896; tornou-se v. pelo Dec.-lei n.° 169, de 31-3-1938, e, finalmente, mun. e cid., pela Lei n.° 1.153, de 22-11-1951. A instalação do mun. deu-se a 25-3-1955, com a pos-

se do prefeito e vereadores, eleitos a 3-10-1954. Compõe-se apenas do distrito-sede.

Formação judiciária. — O têrmo, criado com a vila, sempre pertenceu à com. de Baturité, até que pela Lei n.° 3.508, de 20-12-1956, passou a com. de primeira entrância.

Formação religiosa. — A paróquia, fundada a 25-12-1943, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré, cuja festa se celebra a 7 de setembro, além da igreja-matriz, possui 9 capelas e 7 associações pias.

Toponímia

Riachão, a princípio, da faz. onde se alicerçou, que por sua vez tirou o nome do curso d'água que lhe corta as terras. *Capistrano de Abreu,* em homenagem à memória do historiador cearense João Capistrano de Abreu, conforme Dec.-lei n.° 193, de 20-5-1931, denominação simplificada para *Capistrano,* através do Dec.-lei n.° 448, de 20-12-1938.

Filhos Ilustres (*)

Dom José Bezerra Coutinho (1910). Ordenado sacerdote em 1933, exerceu o paroquiato em Massapê e São Benedito. Em 1956, foi elevado à dignidade episcopal e designado bispo-auxiliar de Sobral. Posteriormente foi transferido para a Diocese de Estância, em Sergipe, onde ainda se encontra.

Dom Vicente de Paulo Araújo Matos. Após sua ordenação sacerdotal, vigariou a paróquia de Capistrano. Foi, depois, nomeado diretor do Colégio Diocesano Castelo Branco, em Fortaleza. Eleito em 1955 bispo-auxiliar do Crato, sucedeu a Dom Francisco de Assis Pires no govêrno daquela Diocese, e neste pôsto tem dado mostras de sua capacidade administrativa e de seu zêlo apostólico.

(*) Verbete de autoria do dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

CAPITÃO-MOR. — Rch. (do), nasce na sa. das Bêstas, afl. da m. esq. do Boa Viagem.

CAPITÃO-MOR. — Rch. (do), nasce na vertente ocidental da sa. de Baturité, no dist. de Pernambuquinho, recebe pela dir. o Bom Sucesso e o Salgado, e faz barra à m. dir. do Canindé, acima de Pentecoste, no lug. Fazenda Velha. Drena grande parte da sa. de Baturité e corre volumoso. Foi represado pelo aç. Pentecoste.

CAPITÃO-MOR. — Rch. (do), nasce no extremo NE da sa. do Bom Jesus, em todo o seu curso de 15 km separa os mun. de Pedra Branca e Mombaça, incidindo em suas nascentes os limites dêstes dois últimos com o de Tauá. Deságua à m. dir. do Banabuiú, no sít. Camarão.

CAPITÃO-MOR. — Rch. (do), nasce nas quebradas de umas elevações que ficam ao S de Senador Pompeu e deságua à esq. do riacho do Sangue, na bacia hidráulica do aç. dêste nome, tendo recebido o Cipó, pela dir., e o Volta, pela esq. Banha a cid. de Milhã.

CAPITÃO-MOR. — Aç. part. no mun. de Quixeramobim, de 510.950 m³, concluído em 1933 e const. em coop. com a IFOCS. O prêmio foi de 81:861$756.

CAPITURÉ. — Rch., aparece no registro da data e sesmaria de três léguas de terra, concedida pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes a Manuel de Santiago, em 1.º-9-1744. (D.S., v. 14, n.º 213, 226.)

CAPIVARA. — Ste. (da), a O da cid. de S. Benedito.

CAPIVARA. — Rch., afl. do Poti, mun. de Crateús.

De *caápii-uára*, o comedor de capim, alusivo ao roedor *Hydrochoerus Capybara*, a capivara.

CAPIVARA. — Rch., no dist. de Antônio Bezerra, mun. de Fortaleza, que se derrama no lagamar do r. Ceará, pela direita.

CAPIVARA. — La., no mun. de Aracoiaba.

CAPOEIRA. — Rch., nasce na sa. das Balanças, banha Ipaumirim, é um dos formadores do Pendência.

De *caá*, mato, floresta, e *puêra*, que foi, isto é, mata que existiu.

CAPONGA. — Dist. e v. do mun. e com. de Cascavel.

O dist. foi criado pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, com parte dos dist. de Jacarecoara e Pindoretama, ambos de Cascavel. O censo de 1960 apurou uma pop. de 5.168 hab., dos quais 1.393 na zona urbana e 3.775 na rural, ocupando 974 domicílios. O ensino primário, com a matrícula geral de 239 alunos, em 1964, constava de 8 esc. atendidas por igual número de professôras.

A v. fica à beira-mar, a 18 km de Cascavel. As casas, na maioria, são de palha de coqueiro. Os moradores dedicam-se de preferência à pesca, sendo o pôrto freqüentado por mais de 140 jangadas. É um dos principais centros lagosteiros do litoral cearense.

De *caá-ponga*, mato batido.

CAPONGA DA BERNARDA. — Rch., deságua no mar, no dist. de Pindoretama, mun. de Cascavel.

CAPONGA DA BERNARDA. — Lugarejo à m. do rch. de igual nome, no dist. de Pindoretama, mun. de Cascavel.

CAPONGA DO ARRODEADOR. — Rch., deságua no mar, no dist. de Pindoretama, mun. de Cascavel.

CAPONGA DO LIMA. — Rch., afl. da m. dir. do Caponga Funda, banha Pindoretama, mun. de Cascavel.

CAPONGA FUNDA. — Rch. (da), nasce na sa. da Preaoca e derrama-se à m. esq. do Malcozinhado, mun. de Cascavel.

CAPONGA GRANDE. — Rch. (da), cujo curso a partir da foz até receber o seu afl. Cajueiro do Ministro, separa os mun. de Cascavel e Aquirás.

CAPONGA ROSEIRA. — Rch., no dist. de Caponga, mun. de Cascavel.

CAPUÃ. — La. (do), perto de Caucaia, à margem da BR-22.

Corr. de *caá-poã-me*, no mato em pé, no mato que se isola no campo, no capão.

CAPUÃ. — Pov. à beira da la. do mesmo nome, com capelinha dedicada a S. Antônio.

CARAÇA. — Cór. (do), no mun. de Aracati. Nasce nas proximidades do mo. do Urubu, na Majorlândia, desembocando na la. do Saco da Velha.

CARACARÁ. — Ste. (do), na divisória dos dist. de Santa Rosa e Tejuçuoca.

Corr. de *carã²-carãe*, o arranhador. Refere-se a um gavião, também conhecido por *carcará*.

CARACARÁ. — La. no mun. de Canindé.

CARACARÁ. — Dist. e v. do mun. e com. de Sobral.

A pop., em 1960, era de 1.915 hab., sendo de 296 o número de domicílios.

O núcleo urbano, com cêrca de 30 moradias e 100 hab., tem capela dedicada a S. Francisco.

Havia 6 esc. primárias em 1964, com a matrícula geral de 116 alunos.

O dist. figura no mun. de Sobral desde 4-12-1933. (Dec. n.º 1.156.) Pela Lei n.º 6.754, de 13-11-63, que criou o mun. de Aracatiaçu, passou a integrar esta comuna, que não logrou ser instalada e foi extinta pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-1965.)

CARACARÁ. — Pov., no mun. de Cascavel, com capela dedicada a S. Sebastião.

CARACOL. — Rch. (do), com 18 km de curso, no mun. de Quixadá. Vem da sa. do Pote, banha Junco e Padre, onde se derrama no aç. do Cedro.

CARACU. — V. ACARACU.

CARAÇUÍ. — V. CARAUÇUÍ, CRAÇUÍ.

CARACUZINHO. — V. ACARACUZINHO.

CARAÍBAS. — Ste. (das), entre Tauá e Cococi.

Caraíba quer dizer forte, duro, valente, sábio, sagrado, santo, na lição de T. Sampaio. Aqui se refere a uma árvore de pequeno porte, da família das Bignoniáceas, de lenho bastante duro.

CARAÍBAS. — Rch. (das), no mun. de Quixeramobim, com rico lençol d'água subterrâneo.

CARAÍBAS. — La. (das), no dist. de Ibitiara, mun. de Araripe, com 240.000 metros quadrados.

CARAMBU. — Faz. à m. do Coreaú, perto da cid. de Granja.

CARANGUEJO. — Ólho-d'água, nas proximidades da cid. de Viçosa do Ceará, ao pé de abruptos precipícios da sa. da Ibiapaba.

CARANGUEJOS. — Eram assim designados os filiados do Partido Conservador, na metade do século passado.

CARÃO. — Ste. (do), no maciço da Uruburetama, em Irauçuba.

CARAPAITIBA. — Assim se chamava parte do rch. Jumbuera, onde foi concedida sesmaria a d. Catarina Ribeiro de Morais, pelo capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 9-12-1706. (D.S., v.3, n.º 181, 104.)

CARAPIÓ. — La. (do), permanente, a 6 km ao nascente da cid. de Pacatuba.

Cará (peixe), *pi* (pele), *ó* (suf. que diz "cobrir"), peixe coberto de pele. (T. Pompeu Sobrinho, *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas,* RIC, 33 (1919), 216.)

CARARAPIÓ. — O mesmo que CARAPIÓ.

Carará (peixe de escamas pintadas), pió (pele coberta), peixe coberto de escamas pintadas. Ou ainda: *Ca-ra-rá* (peixe de escamas sôltas): *Cará-rab* (cará hirsuto), conforme T. Pompeu Sobrinho, RIC, 33 (1919), 216.

CARARIJU. — Tapuias da Ibiapaba. Em Serafim Leite (*História da Companhia de Jesus no Brasil,* III, 7), consta a seguinte nota de fim de página:

"*Cararijus*, segundo Luiz Figueira, lido por Studart; José de Morais escreve *Tacarijus* (*História*, 40); outros, *Tocarijus*, e José Caeiro, *Tacariputãs* (*Apologia*, 59v). Bettendorff (*Crônica*, 42) diz simplesmente *Tabajaras*, designação geral dos índios da Serra da Ibiapaba, conhecidos também por Tobajaras, nome que preferimos, conforme a interpretação de Ascenso Gago (Cf. *infra*, Cap. III). Da forma de Luiz Figueira aproxima-se Elias Herckman (1639) escrevendo, à holandesa, *Careryouws*, na sua monografia sôbre "Costumes dos índios" publicada na *Rev. do Inst. do Ceará*, XLVIII (1934), 15. Segundo Th. Pompeu Sobrinho são *Cariris*, *Ib.*, LIII (1939) 228."

CARARU. — Mo., junto à praia, em Precabura, no mun. de Fortaleza, ao pé do qual passa o r. Pacoti.

CARARU. — Ste., mun. de Caucaia.

CARARU. — Arraial, banhado pelo r. Cauípe, mun. de Caucaia.

CARÁS. — Sa. (dos), ramificação da sa. do Araripe.

CARÁS. — R. (dos), "nasce no mun. de Santanópole, no sít. Ôlho d'água de Santa Bárbara, e, marginando a sa. do Araripe, penetra no mun. do Crato, atravessando-o para, então, penetrar no do Juàzeiro, a noroeste, cortando-o na direção do suleste.

No mun. do Crato o r. Carás recebe, pela m. dir., os rch. Carneiro, Inferno, Jardim, Cotias e Correntim; pela esq., os rch. Mata, Correntinho e Catingueira.

São afl. do Carás, no mun. de Juàzeiro, pela m. dir., os rch. Alegre e Marrêta; pela esq., Carneiro e Espinho, originários do mun. de Caririaçu." (Joaquim Alves, *O Vale do Cariri,* RIC, 49 (1945), 102.)

CARÁS. — Aç. (dos), projetado no r. de igual nome, mun. de Juàzeiro do Norte, com a capacidade de 83.576.800 m³, podendo irrigar 3.500 ha de baixios. A bacia hidráulica, quase tôda no mun. de Crato, mede 437 ha, subindo as águas pelo rch. Alegre numa extensão de 2.300 m e, pelo Carás, 5.500 metros. Êsse reservatório, se fôsse construído, beneficiaria grandemente o mun. de Juàzeiro do Norte, mas, por outro lado, prejudicaria o de Crato, submergindo magníficos brejos, cobertos de canaviais e arrozais. Daí por que os proprietários cratenses são contrários à sua construção.

CARÁS. — Pov., com 50 habitações, mun. de Juàzeiro do Norte.

CARATIS. — Assim chamou Manuel Alves de Morais Navarro aos índios Crateú, em carta a el-rei.

CARATIÚS. — V. CRATEÚ.

CARAUATÁ. — Ôlho-d'água (de), figura o topônimo na sesmaria de 3 léguas de terra, concedida a Inácio Gomes da Silva, pelo capitão-mor d. Francisco Ximenes de Aragão, em 29-9-1742. (D. S. v. 14, n.º 151, 97.)

Para etimologia vide *Coroatá*.

CARAÚBAS. — Mo. (das), ponto de referência da divisória dos mun. de Coreaú e Tianguá. É um contraforte da Ibiapaba.

De *caraíba*, que significa forte, duro, quando aplicado a uma planta da família das Bignoniáceas.

CARAÚBAS. — La. (das), perto de Itaipaba. Pertence ao sistema da la. das Pombas, barrada em 1910.

O nome pode ser forma contrata de *Carnaúbas*, como lembra d. Antônio de Almeida Lustosa, em *Notas a Lápis*, 318.

CARAÚBAS. — Rch. (das), mun. de Quixeramobim.

CARAÚBAS. — Aç. (das), mun. de Sobral, com .... 1.354.153 m³. Teve a sua capacidade acrescida em 1933, em coop. com a IFOCS. Prêmio de 104:871$404.

CARAÚBAS. — Pov., com 20 habitações, mun. de Pacajus.

CARAUÇANGA. — Pov., ao pé da sa. da Rajada, no mun. de Caucaia, com 12 habitações e capelinha dedicada a S. Pedro.

CARAUÇANGA. — Pov., no mun. de Barbalha.

CARAÚNA. — Rch., mun. de Quixeramobim. Nasce de um ôlho-d'água ao N da sa. da Mutamba. Corre de L a NE e deságua à m. dir. do Quixeramobim, a 15 km acima da cid. dêste nome, depois de um curso de 50 km aproximadamente.

De *acará-una*, cará prêto, ou escuro.

CARAÚNO. — Rch., nasce na sa. do Salgado e é afl. da m. dir. do rch. das Pedras, mun. de Solonópole.

CARCARÁ. — Sa. (do), liga-se transversalmente à de Imburanas, na bacia do Condadu.

Para etimologia veja-se *Caracará*.

CARCARÁ. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Condadu. Vem da sa. das Umburanas e corre no vale formado pela sa. do Catumbi e do seu nome.

Nos princípios do século 18 era também conhecido por rio Santa Cruz, como se vê da sesmaria de Lourenço Alves Feitosa, de uma légua de terra, concedida pelo capitão-mor Salvador Alves da Silva, em 20-8-1721. (D.S., v.6, n.º 488, 199.)

CARCARÁ. — La. (do), na divisória dos dist. de Muribeca e Raimundo Martins, mun. de S. Quitéria.

CARCUAÇUS. — Tapuias que habitavam o sul do Ceará, especialmente o Cariri. O Barão de Studart (*Geografia do Ceará*, Fortaleza, 1924, 231) escreve *Carcusaçu*. A grafia acima é de Carlos Studart Filho em RIC, 45 (1931), 55; *Ib.* 76 (1962), 25.

CARDOSO. — La. (do), junto ao pov. de seu nome, dist. de Quixoá, mun. de Iguatu, à m. dir. do Jaguaribe. Tem 3.400 m de perímetro.

CARDOSO. — Pov., mun. de Iguatu, dist. de Quixoá, com mais de 100 habitações.

CARETA. — Chapada (da), elevação arenosa, coberta de catinga, entre os brejos de Missão Velha e de Barbalha.

CARETA. — Rch., afl. da m. dir. do Condadu, vem da sa. de Arneiroz.

CARETA. — Ôlho-d'água, perto da cid. de Viçosa do Ceará.

CARIANCO. — Nome de um poço no r. Choró. Serviu de pião à sesmaria de Custódio Mendes de Oliveira e Cristóvão Gomes Ferreira, concedida pelo capitão-mor João da Mota, em 10-12-1705. (D.S., v. 1, n.º 70, 168.)

CARIAS. — Sa. (dos), trecho da Serra Grande, nos limites de Cococi com Parambu.

CARIDADE (Ex-CAGADO). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte.

Limites. — A L, com o mun. de Maranguape; ao N, com os de Pentecoste e Paramoti; a O, com o de Canindé, e ao S, ainda com o de Canindé e Mulungu.

Superfície. — 694 km².

Fisiografia. — O território inclui-se no chamado Sertão de Canindé. Compõe-se de terras sêcas, onduladas, argilo ou areno-pedregosas, rasas, revestidas de vegetação arbustiva e catingas enfezadas.

Não tem acidentes orogênicos de relêvo. Para o S, cordões de colinas fundem-se às quebradas da sa. de Baturité.

Faltam-lhe lagoas permanentes. Encravado na bacia hidrográfica do Canindé, os seus principais riachos (Camarão, Berlema e Capitão-Mor) estão sujeitos à intensa ação erosiva, provocada pelo desmatamento de suas cabeceiras serranas.

Localizado em área de baixa pluviosidade, as chuvas, em média, não ultrapassam a 622 mm, salvo ao pé do maciço de Baturité, onde são mais abundantes. Muito quente no período de setembro a fevereiro, quando a máxima, à sombra, chega a 37°. A média é de 28°.

Aspectos Econômicos

Sustenta-se da lavoura e da criação. A produção agrícola, em 1963, conforme o Departamento Estadual de Estatística, alcançou 1.225.000 kg de algodão em caroço, 924.000 kg de milho, 500.000 kg de feijão, 125.000 kg de mamona, 14.000 cachos de banana.

Ainda em 1963, o rebanho somava 4.200 bovinos, 1.400 eqüinos, 2.850 asininos, 1.240 muares, 6.600 suínos, 3.400 caprinos e 3.338 ovinos. A produção de leite, sempre crescente, em breve será absorvida pela bacia leiteira de Maranguape, o que trará grande benefício à produtividade do rebanho local.

Nesse mesmo ano de 1963, coletaram-se 7.000 kg de cêra de carnaúba, 150.000 kg de oiticica e 20.000 m³ de lenha, afora a madeira para cêrcas e construções civis.

Por ocasião das grandes cheias do Canindé, os riachos, açudes e lagoas povoam-se de peixes do aç. Pentecoste, que sobem para a desova. Há, então, pescarias vultosas. Em média, porém, a produção é avaliada em 60 toneladas anuais.

O abate, em 1964, foi de 200 bovinos, 400 suínos e 500 criações (caprinos e ovinos).

Outrora era muito reduzida a matança em Caridade. A êsse respeito, pelos fins do século passado, corria a seguinte versalhada:

Na cidade de Sodoma
Morre cem bois de uma vez,
Na vila de Nazaré mil e trinta e três.
No Rio de Janeiro morre quarenta,
Em Fortaleza dezesseis,

Em Maranguape morre quatro,
Em Tabatinga morre três,
A pobre da Caridade
Mata um bode de mês em mês,
Por muito que ainda venda,
Vende um quarto e salga três.

Quanto à indústria, resume-se a modestos estabelecimentos que atendem às necessidades do lugar. No campo, os aviamentos fabricam 150.000 kg de farinha, em média.

Comércio inexpressivo. Meia-dúzia de negociantes na sede. Maranguape domina as transações de maior vulto. Os pequenos agricultores levam os seus produtos à feira de Canindé, aos sábados. Verifica-se entre a serra de Baturité e Caridade um intercâmbio bastante movimentado de gêneros alimentícios.

Internamente existem 347 km de boas carroçáveis. É cortada pela estrada de rodagem Fortaleza-Brasília (BR-44A). Dista da Capital 103 km por rodovia. Dispõe de agência postal-telefônica.

Finanças públicas. — No período de 1960/64, a arrecadação foi a seguinte:

Anos	Estadual	Municipal
	Cr$	Cr$
1960	2.294.760	
1961	6.741.253	1.832.628
1962	10.290.115	3.308.340
1963	15.923.016	4.938.219
1964	74.033.791	11.529.837

Obs.: O mun. não possui coletoria federal.

População

A pop., em 1960, era de 8.589 habitantes.

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CARIDADE	5 874	725	5 149	969
Inhuporanga	2 715	400	2 315	465
	8 589	1 125	7 464	1 434

Aspectos Culturais e Assistenciais

A primeira escola, de natureza mista, foi criada pela Lei n.º 2.013, de 6-9-1882. Em 1964 existiam na sede municipal 3 unidades escolares, com 7 professôras e 204 alunos. Na zona rural, o número era de 19, com 502 alunos.

Em março de 1964 fundou-se o Círculo Operário Católico, atualmente com mais de 400 sócios.

Aspectos Urbanos

A cid. fica a 144 m de alt., à m. esq. da cabeceira do r. Macaco, balizada pelo pequeno ste. da Caridade, outrora chamado de Cágado, que se ergue ao nascente, a 1 km de distância. Tem aproximadamente as seguintes coordenadas: 4º 13' de lat S e 39º 11' de long. W. Gr.

Em grande parte calçada, iluminada a luz elétrica, com pouco mais de 700 hab., poderá tornar-se centro urbano de certa importância na região, por ser ponto de convergência de estradas oriundas de diversos lugares, inclusive de povoações do maciço de Baturité.

Um açude que lhe fica a 1 km de distância, construído ao tempo da sêca de 1888, abastece-a de água potável.

ASPECTOS HISTÓRICOS

"Em 1860 o coronel Antônio Gaspar da Silveira situou êste lugar à margem esquerda da cabeceira do rio Macaco, elevando-se na sua vizinhança, ao lado de leste, um pequeno serrote chamado Cágado, nome que tomou a nascente fazenda. A sua especial situação à margem da muito transitada estrada provincial dos sertões do interior para Maranguape e Fortaleza aumentou como por encanto o seu desenvolvimento e em pouco tempo, de fazenda tornou-se povoado importante pelo seu comércio e feira de gado.

Numa missão de penitência pregada pelo revmo. padre José Tomás, mais ou menos no ano de 1880, edificou-se uma capela sob o patrocínio de Santo Antônio de Lisboa, e nesta ocasião o revmo. padre missionário mudou o nome da povoação de Cágado para o de Caridade.

O patrimônio da nova capela foi doado pelo sr. Antônio Gaspar, constando duma área de terreno de 500 metros de frente e 200 de fundo, até a base do referido serrote.

A povoação, sempre crescente pelo aumento de sua população e prosperidade de seu comércio, depressa se desenvolveu, tornando-se em breve a capela insuficiente para abrigar o povo, pelo que os seus habitantes decidiram construir uma capela maior.

Graças aos esforços e sacrifícios do virtuoso sacerdote revmo. padre José Antônio Cavalcante, que então era capelão da Caridade, com a louvável cooperação do sr. Raimundo Lopes Ferreira e concurso valioso do povo, reconstruiu-se e aumentou-se a antiga capela, transformando-a em uma igreja bem regular, que foi benta solenemente pelo revmo. frei Cirilo de Bérgamo a 13 de junho de 1917, por ocasião da festa do seu glorioso padroeiro, sendo também erguido por essa ocasião o comemorativo Cruzeiro do Centenário da paróquia de Canindé, que se vê em frente do adro da igreja." (Frei Cirilo de Bérgamo, *Apontamentos Históricos das Capelas da Paróquia de Canindé*, RIC, 36 (1922), 435-436.)

Dist. de Paz do têrmo de Canindé pela Lei n.º 2.054, de 29-11-1883. Tornou-se mun., destacado do de Canindé, pela Lei n.º 1.039, de 4-8-1911, com sede no núcleo de igual nome, que passou a vila. A instalação deu-se a 24 de setembro do mesmo ano. Extinto pela Lei n.º 1.749, de 9-12-1920, que o reduziu novamente a dist. de Canindé. Restaurado pela Lei n.º 4.157, de 6-8-1958 (D O , de 16-8-58), com sede na v. do mesmo nome, que passou a cidade. Por êste último diploma legal, o mun. constituiu-se territorialmente com os dist. de Caridade e Inhuporanga. Judiciária e eclesiàsticamente depende da com. e da freg. de Canindé.

Nota — Engana-se Frei Cirilo de Bérgamo (ob. cit. 436) quando assinala o ano de 1914 como o da sereção da v. de Caridade.

CARIOCA. — Nome que possui a foz do r. Timônia.

Pode ser *cary-oca*, a casa do branco, ou *cari-oca* ou *cari-boc*, o mestiço descendente de branco.

CARIRÉ. — V. CARIRI (índios).

CARIRÉ. — La., dependente do r. Acaraú, onde Bento Coelho de Morais e seus companheiros alcançaram uma sesmaria de 9 léguas de terra, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 23-10-1708. (D.S., v. 5, n.º 328, 157.)

De *cari* e *ré* (diferente), o cari diferente. O cari é um peixe cascudo, da família *Loricaridae*.

CARIRÉ. — Mun. e cid.

ASPECTOS FÍSICOS

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte.

Limites. — Ao N, com o mun. de Sobral; ao S, com os de Reriutaba e S. Quitéria; a L, com os de Sobral, Groaíras e S. Quitéria; a O, com os de Pacujá e Mocambo.

Superfície. — 683 km².

Fisiografia. — O Acaraú corta o território de Cariré em tôda a sua extensão leste-oeste. Recebe nesse trecho, pela dir., águas dos sertões de S. Quitéria, drenadas em maior volume pelo Jacurutu. Os tributários da m. esq. são de pouca monta. Entre as la. merecem ser lembradas as do Açude, Curimatã, Grande Pedra e Caldeirões.

Não possui elevações dignas de nota. Poucos serrotes quebram a monotonia da paisagem, um tanto ondulada.

A partir da calha do Acaraú, para L, ficam terras de criar. No O predominam as de lavoura, que se vão tornando melhores à medida que se aproximam dos contrafortes da Ibiapaba.

A temperatura varia de 25 a 37°. A queda pluviométrica média, em 45 anos de observação, foi de 842 milímetros.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — Atravessa o mun. a Estrada de Ferro de Sobral, cuja est. de Cariré foi inaugurada a 1.º-11-1893. Pela ferrovia dista 161,670 km de Camocim e 267,354 km de Fortaleza. Através da Ce-13 se prende à BR-22, em Aires de Sousa (Jaibara), a 19 km da sede municipal. Por sua vez, a Ce-13 flui na Ce-31, em Tamboril. Carroçáveis, num total de 124 km, mantêm interligações com outros pontos dentro e fora da comuna. Perto da cid. existe campo de pouso para aviões de pequeno porte. Finalmente, a agência postal-telegráfica do D.C.T. e a telegráfica da Estrada de Ferro completam o sistema de comunicações.

Lavoura. — Terra profundamente agropastoril, com cêrca de 91% de sua pop. na zona rural, produziu 220.000 kg de algodão em caroço, 750.000 kg de milho, 200.000 kg de feijão, 115.000 kg de arroz em casca, 1.230.000 kg de mandioca, 100.000 kg de mamona, 13.000 côcos-da-baía, 38.850 cachos de banana, na safra de 1963/64.

Os aviamentos do mun. fabricaram 450.000 kg de farinha de mandioca e os engenhos 20.000 kg de rapadura, afora pequena quantidade de aguardente.

Pecuária — Em 1963, existiam 11.200 bovinos, 1.100 eqüinos, 2.000 asininos, 1.500 muares, 6.000 suínos, 15.000 caprinos, 17.000 ovinos e 40.000 aves domésticas.

Estimou-se a produção de leite em 400.000 l, a de queijo em 12.000 kg, a de banha de porco em 4.500 kg e a de ovos em 984.000 unidades.

Produção de carne. — Em 1964, o abate para o consumo público foi de 313 bovinos, 318 suínos, 208 ovinos, 454 caprinos. Para o consumo próprio: 104 bovinos, 115 suínos, 179 ovinos e 310 caprinos.

Produção extrativa. — Afora a argila e a cal para construção, o extrativismo concentra-se na cêra de carnaúba e na oiticica, com 72.000 e 2.450.000 kg, respectivamente, em 1963. A coleta de lenha foi de 8.500 metros cúbicos.

Comércio. — Transaciona de preferência com Sobral. Entre mais de 140 estabelecimentos espalhados pelo mun. não excede de 10 o número de casas atacadistas.

Finanças públicas. — Arrecadação no qüinqüênio de 1960/64:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1960	237.716,40	1.683.654,50	2.007.427,70
1961	413.332,20	3.021.225,90	2.698.538,60
1962	665.483,80	5.482.827,90	5.634.633,60
1963	1.628.001,90	12.956.685,80	6.508.437,70
1964	2.780.212,30	31.052.450,80	13.674.576,00

População

Segundo o censo de 1960 distribuía-se do seguinte modo:

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CARIRÉ	12.853	1.596	11.257	2.016
Arariús	4.707	218	4.489	726
	17.560	1.814	15.746	2.742

Aspectos Educacionais e Assistenciais

A primeira cadeira de ensino primário que teve Cariré foi criada pela Lei n.º 495, de 28-10-1898.

Em 1964, na zona urbana da sede havia 10 unidades escolares, 21 professôras e 484 alunos matriculados. Na zona rural de todo o mun. existiam 53 unidades, servidas por igual número de docentes, com 1.280 alunos. Na cid. também funciona o Educandário Municipal, com 10 professôras e 370 alunos. Aten-

de a crianças pobres, fornecendo-lhes material escolar e merenda.

O Estado mantém um Serviço Médico-Dentário. Prestam assistência às pessoas desvalidas, numa escala muito restrita, duas Sociedades de São Vicente de Paulo, o Clube Artístico Carireense e o Círculo Operário de Cariré, os dois últimos fundados em 1952 e 1954, respectivamente.

ASPECTOS URBANOS

A sede está a 3° 56' 58" de lat. S e 40° 28' 32" da long. W. Gr. Dista da Capital, em linha reta, 218 km e fica a 5 km a L do r. Acaraú, numa alt. de 157 metros.

As ruas são bem traçadas, limpas e iluminadas a luz elétrica. Compõe-se o quadro urbano de 17 logradouros, dos quais 5 pavimentados, 1 ajardinado e 11 arborizados.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Até a chegada dos trilhos, em demanda de Crateús, Cariré era mais um pouso que um povoado. Mesmo depois de servido pela Estrada de Ferro de Sobral, cresceu com tal vagar que o minucioso Barão de Studart deixou de citá-lo em sua *Geografia do Ceará*, comemorativa ao 1.° Centenário da Independência do Brasil. Progrediu de 30 anos a esta parte, com a valorização da oiticica, da carnaúba e expansão da sua lavoura e pecuária.

Formação administrativa. — Mun. pela Lei n.° 2.704, de 16-9-1929, com sede no pov. de igual nome, nessa oportunidade elevado à cat. de vila. Êste diploma legal atribuiu-lhe os dist. de Cariré, Entre-Rios (ex-Barra dos Macacos), Riacho Guimarães (atual Groaíras) e Taquara (atual Arariús). Extinto pelo Dec. n.° 193, de 20-5-1931, voltou a figurar na divisão distrital de Sobral. Restaurado pelo Dec. n.° 157, de 23-9-1935, que lhe atribuiu sòmente o dist.-sede. A v. passou a cid. pelo Dec.-lei n.° 448, de 20-12-1938. Na sua existência como mun. tem sofrido grandes mutações territoriais. Compõe-se atualmente dos dist. de Cariré, Alto, Arariús, Jucá, Tapuio.

Formação judiciária. — Têrmo judiciário da com. de S. Quitéria, criado quando da instituição do mun. pela Lei n.° 2.704, de 16-9-1929. Com a extinção do mun., o têrmo subsistiu, passando, posteriormente, a pertencer à com. de Sobral, depois da extinção da de S. Quitéria, por fôrça do Dec. n.° 206, de 6-6-1931. Extinto, novamente, pelo Dec. n.° 1.271, de 29-5-1934, para ser restaurado pelo Dec.-lei n.° 448, de 20-12-1938, subordinada à com. de Sobral. Elevado a com. de primeira entrância pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1947, efetivado pela Lei n.° 213, de 9-6-1948.

Formação religiosa. — A freg. de S. Antônio de Pádua de Cariré, dependente do bispado de Sobral, criada por ato do diocesano, de 24-2-1944, teve por primeiro vigário o padre Tibúrcio Gonçalves de Paula, empossado três dias após a criação.

A capela de S. Antônio foi solenemente inaugurada a 19-5-1898, servindo de oficiante da bênção o monsenhor Diogo José de Sousa Lima, na oportunidade vigário-geral da Diocese do Ceará. Ergue-se em uma esplanada e tem a forma de cruz grega. A planta deve-se a uma oferta do engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva, então diretor-geral da Estrada de Ferro de Sobral. Passou por grandes reformas em 1937, graças ao zêlo do padre Domingos de Araújo.

TOPONÍMIA

V. CARIRÉ (La.)

FILHOS ILUSTRES (*)

Francisco Linhares, padre (1911-1941). Ordenou-se sacerdote em 1935, tendo exercido as funções de vigário de Massapê até o seu falecimento.

Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo Mororó, padre (1778-1825). É o renomado Padre Mororó, um dos mártires da

efêmera Confederação do Equador. Como jornalista, cabe-lhe a primazia de haver redatoriado o "Diário do Govêrno do Ceará", primeiro jornal cearense, aparecido a 1.º de março de 1824.

Leopoldo Augusto Rolim, padre (1885). Ordenado sacerdote em 1913, vigariou várias paróquias do Ceará e foi capelão do Carmelo desta capital.

Miguel Xavier de Morais, padre (1873-1929). Tendo recebido o presbiterato em 1897, vigariou Crateús e Pereiro, onde faleceu sùbitamente.

(*) Verbete de autoria do dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

CARIRI. — Também Cariré e Quiriri. Grande nação de gentios que se estendia da Bahia ao Ceará e provàvelmente ao Piauí e Maranhão. Aqui, habitavam os brejos e nascentes do sopé da sa. do Araripe, chamados Cariris Novos, em contraposição aos Cariris Velhos, na Paraíba, donde êsses índios vieram. Foram missionados por frades carmelitas, que os aldearam em Missão Velha, Missão Nova, Salamanca (Barbalha), Miranda, hoje Crato. (Théberge, *Esbôço Histórico*, I, Fortaleza, 1869, 6.)

Em 1706, com os Icó, levantaram-se, pondo em perigo o povoamento do vale do Cariri. Dois anos depois houve ordem para expulsá-los do Ceará. Os remanescentes da redução do Crato foram transferidos em 1780, pelo ouvidor José da Costa Dias e Barros, a mandado do capitão-general de Pernambuco, José César de Menezes, para as vilas de índios próximas à sede da Capitania. Motivou tal medida o espírito de rapina dêsses silvícolas, verdadeira praga junto aos colonos, que lhes converteram o nome de cariri em *caro e ruim*, conforme Paulino Nogueira. (*Voc.*, 256.)

Sôbre os índios Cariri leia-se Carlos Studart Filho (*Notas Históricas Sôbre os Indígenas Cearenses*, RIC, 45 (1931), 56, *Os Aborígines do Ceará*, *Ib.*, 76 (1962), 34-46 e, ainda, *As Tribos Indígenas do Ceará*, *in* (O Ceará), 2.ª ed., Fortaleza, 1945, 160).

Na afamada RIC, 64 (1950), 314-349, encontra-se também *As Origens dos Índios Cariris*, de T. Pompeu Sobrinho.

Corr. — de *Kiriri*, taciturno, silencioso, calado.

CARIRI. — Vale (do). "A parte nuclear do CARIRI é o chamado vale do Cariri, que compreende as cabeceiras do rio Salgado, da barra do riacho dos *Porcos* para montante. Todavia, a região denominada Cariri, perfeitamente caracterizada, não se restringe a êste pequeno vale; estende-se a tôda a zona que circunda a serra do Araripe, assente sôbre um terreno de arenito rico de água, que vai de Santana ao Jardim, pelas encostas norte e leste da serra.

O que especifica esta zona privilegiada é certa abundância de água permanente, proveniente das numerosas fontes que jorram das escarpas da serra do Araripe e saturam os arenitos que a tapetam. São êstes arenitos rochas por excelência portadoras de boa e abundante água, em virtude da sua especial permeabilidade e da posição das suas camadas.

Mas, a importância excepcional do Cariri não provém sòmente da água perene que o beneficia extraordinàriamente; resulta também da notável fertilidade e boa estrutura do seu solo, convenientemente rico de calcário e de húmus. A convergência dêstes dois elementos — água permanente e solo feraz — determinou o desenvolvimento de rendosa e fácil lavoura de cana e concorreu para a concentração demográfica, traçando com caracteres brilhantes o destino da região.

O Cariri é uma zona das mais produtivas do Brasil, razão por que para lá acorre gente de todo o Nordeste, ora fugindo da catinga, quando as sêcas assolam, ora atraída pela fama de santidade de um padre taumaturgo que, durante longos anos, com o seu enorme prestígio, soube orientar a atividade mística dos forasteiros e dos fanáticos em benefício da terra.

No Cariri, a média das chuvas mantém-se acima de 800 milímetros por tôda a parte, mas no trecho correspondente às cabeceiras do rio Salgado, da barra do riacho dos Porcos para oeste, até além de Santana, a altura udométrica oscila entre 1.000 e 1.200 milímetros. As chuvas do Ceará começam

no Cariri. Em outubro ou novembro, geralmente, caem as primeiras da estação, ainda não generalizadas na região, porém no trimestre dezembro-fevereiro as precipitações, em grande trecho do Cariri, já excedem 400 milímetros, quando a quase totalidade do Estado ainda não foi beneficiada com mais de 200 milímetros.

... ...

A zona é alta; está entre as isoaltimétricas de 450 e 650.

O clima é fresco, ameno e saudável.

A região fôra outrora abundante de matas driáticas, com belas e grandes árvores, fetos e palmeiras, de que ainda se podem ver pálidos vestígios nas grotas de difícil acesso. Mesmo perto do Crato, no riacho Batateira, há restos da antiga floresta, pequenas matas sombrias e copadas. Alternando com estas matas antigas, agora reduzidas a canaviais ou a capoeiras, imiscui-se a catinga, ora pura, ora carrascosa." (T. Pompeu Sobrinho, *O Nordeste e as Suas Feições Geográficas Mais Características*, RIC, 52 (1938), 134-135.)

CARIRIAÇU. — Tapuias que viviam no vale do Cariri, mormente na sa. de S. Pedro, pertencentes ao mesmo grupo étnico-lingüístico dos Cariri.

CARIRIAÇU (Ex-S. PEDRO, ex-S. PEDRO DO CRATO, ex-S. PEDRO DO CARIRI, ex-S. PEDRO). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Cariri.

Limites. — Ao N, com os mun. de Várzea Alegre e Granjeiro; ao S, com os de Crato, Juàzeiro do Norte e Missão Velha; a L, com os de Aurora e Lavras da Mangabeira; a O, com os de Crato e Farias Brito.

Superfície. — 705 km².

Fisiografia. — A base física do mun. é a sa. de S. Pedro, que lhe confere aspecto muito acidentado. Por tôda parte há altos e baixos, pequenas chapadas e estreitos vales, onde se cavam os leitos das torrentes que a recortam a procura do Salgado.

Predominam os terrenos silico-argilosos, ou melhor, argilosos. No passado, espêssa floresta vestia a sa. de S. Pedro. As palmeiras e as grandes árvores cresciam nas cumeadas, nas encostas, nos profundos grotões. Dessa pomposidade vegetal restam alguns capoeirões e um sem número de capoeiras ralas. Violento processo erosivo vem pondo a nu o cerne das quebradas serranas, agora desprotegidas de seu manto verde.

Clima e salubridade. — No cimo da sa. a temperatura varia de 12 a 28°. Chove de janeiro a maio, numa média de 916 mm, em 25 anos de observação. O clima passa por um dos mais saudáveis do Estado. De maio a julho a temperatura é muito suave e à noite faz frio.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — Por est. rod. Caririaçu dista 525 km de Fortaleza e 29 de Juàzeiro do Norte, ponto mais próximo para transportes férreos e aeroviários. Internamente há 9 estradas carroçáveis, num total de 129 km.

Lavoura. — A safra de 1963/64, na estimativa dos órgãos oficiais, foi de 6.700.000 kg de cana-de-açúcar, 4.500.000 kg de mandioca, 3.000.000 de kg de milho, 1.137.500 kg de algodão em caroço, 90.000 kg de feijão, 90.000 kg de fumo em fôlha, 80.000 kg de arroz em casca, 80.000 kg de sisal, 72.000 kg de fava, 60.000 kg de batata-doce, 18.000 kg de amendoim, 12.000 kg de mamona e mais 720.000 cachos de banana, 230.000 côcos, 350.000 laranjas, afora outros produtos frutícolas e hortícolas em menor quantidade.

Mais de 90% de sua pop. ativa de 10 anos para cima vive para o campo.

Pecuária. — Em 1963, o rebanho somava 11.200 bovinos, 5.254 eqüinos, 1.132 asininos, 706 muares, 8.871 suínos, 3.728 caprinos e 1.854 ovinos.

Poderá, em futuro próximo, tornar-se um centro de produção de leite e de criação de suínos, pelas condições favoráveis de clima e facilidades forraginosas. Atualmente produz 50.000 kg de leite.

Produção extrativa. — A extração de madeira para lenha, levando-se em conta o mercado de Juàzeiro do Norte, é vultosa, mas as estimativas não merecem fé, tudo indicando que exageram êsse consumo. A safra de oiticica em 1963/64 alcançou 20.000 kg.

Produção de carne. — O abastecimento público, em 1964, consumiu 251 bovinos, 528 suínos, 82 ovinos e 346 caprinos. Para o consumo próprio abateram-se 58 bovinos, 345 suínos, 84 ovinos e 493 caprinos.

Indústria. — Na cid. encontram-se 3 pequenas fábricas: 2 para descascar arroz e 1 para descaroçar algodão. Na zona rural os aviamentos produziram 90.000 kg de farinha de mandioca e os engenhos, 500.000 kg de rapadura.

Espera-se que êste modestíssimo panorama industrial em breve se modificará sob os impulsos da energia de Paulo Afonso.

Comércio. — Há 2 comerciantes atacadistas e cêrca de 80 varejistas. O comércio externo se faz principalmente com Juàzeiro do Norte e Crato, estendendo-se também a Fortaleza e Recife.

Finanças públicas. — A arrecadação no período de 1960/64 foi a seguinte:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1960	697.081	2.474.001	1.897.835
1961	853.234	4.597.967	2.669.283
1962	1.088.341	6.244.225	4.580.164
1963	2.071.333	27.445.557	8.628.820
1964	2.939.165	51.047.633	9.096.409

População

Em 1960, era de 20.185 hab., assim distribuídos:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CARIRIAÇU	9.909	1.869	8.040	2.108
Feitosa	2.466	186	2.280	425
Miguel Xavier	2.845	337	2.508	579
Miragem	4.965	172	4.793	948
	20.185	2.564	17.621	4.060

Aspectos Educacionais e Assistenciais

A primeira esc. primária para o sexo masculino data de 25-8-1871, criada pela Lei n.º 1.417. A feminina nasceu com a Lei n.º 1.709, de 25-7-1876.

Em 1964, funcionavam em todo o mun. 64 unidades escolares de ensino fundamental, com 73 professôres e a matrícula geral de 1.746 alunos. Dessas esc. 50 eram municipais.

Na cid., além de um grupo escolar, existem um ginásio, escola normal e escola de artes industriais, em prédios próprios.

Não há serviço médico-sanitário oficial. O Círculo Operário, fundado a 19-3-1947, dá aos associados assistência escolar e médico-dentária. Sob a presidência de Pedro Alves de Lima fundou-se, a 11-6-1899, uma Conferência de S. Vicente de Paulo, tendo S. Pedro por patrono. Agregou-se ao Centro de Paris a 7-5-1900. Da sua fundação até hoje não deixou de cumprir o seu benemérito mister.

Aspectos Urbanos

A cabeça do mun. sôbre a sa. de S. Pedro, a 715 m de alt., tem as seguintes coordenadas aproximadas: 7° 5' de lat. S e 39° 20' de long. W. Gr. Dista 377 km, em linha reta, de Fortaleza.

Uma depressão, ao longo da cid., dividiu-a naturalmente em dois bairros: S. Pedro e Pernambuquinho. Ambos assinalados por templos católicos.

No primeiro, fica a matriz. No segundo, eleva-se a moderna capela de S. Francisco.

De suas 11 ruas e praças, 5 são arborizadas e 2 pavimentadas. Iluminada a luz elétrica. Abastece-se de água no aç. de S. Pedro, com um milhão e meio de metros cúbicos, a 600 m de distância do centro urbano. A pop. atual é de 2.000 moradores.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Dist. policial por Ato de 11-5-1859. Mun. e v., com a denominação de S. Pedro do Cariri, pela Lei n.º 1.727, de 18-8-1876. Extinto, mas restaurado pela Lei n.º 2.046, de 12-11-1883. Não lhe durou muito a soberania municipal. As vicissitudes políticas o suprimiram e anexaram o seu território ao mun. de Crato de conformidade com a Lei n.º 589, de 24-7-1900. Essas mesmas causas, com a versatilidade de interêsses que as caracterizam, reviveram o mun. através da Lei n.º 805, de 21-8-1905. A nova instalação deu-se a 20-12-1905, presente o mundo político cratense sob o comando do chefe conservador, cel. Antônio Luís Alves Pequeno.

Em conseqüência da revisão municipal ocorrida depois da revolução de 1930, o mun. foi suprimido pelo Dec.-lei n.º 193, de 20-5-1931, para ser restaurado definitivamente pelo de n.º 1.156, de 4-12-1933. A sua sede adquiriu os foros de cid., com o nome de S. Pedro, pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938. A atual divisão territorial, além do dist.-sede abrange os dist. de Feitosa, Miguel Xavier e Miragem.

Formação judiciária. — O têrmo judiciário de S. Pedro do Cariri, vindo com a criação do mun., só foi provido de juiz togado pelo Dec. n.º 1.271, de 29-5-1934, passando a pertencer à com. de Crato. De acôrdo com o Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, com o nome de Caririaçu, passou o têrmo à jurisdição da com. de Juàzeiro do Norte. Tornou-se com. de primeira entrância pela Lei n.º 213, de 9-7-1948, com fundamento no art. 28 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de 1947.

Formação religiosa. — Freg., sob o patrocínio de S. Pedro, criada pela Lei n.º 1.362, de 9-11-1870. A de n.º 1.887, de 17-9-1879, transferiu a sede para o pov. de Juàzeiro, o que não se efetivou, dado o protesto geral dos paroquianos.

A paróquia subordina-se à Diocese do Crato. Além da matriz, que passa por uma das mais artísticas do Cariri, conta com 14 capelas e 6 associações religiosas.

Toponímia

No *Dic. Top.*, ano de 1861, o pov. figura com o nome de S. Pedro. A Lei n.º 1.589, de 24-9-1873, mudou-lhe a designação para Serra de S. Pedro. Ao ser elevado a mun. (Lei n.º 1.727, de 18-8-1876), passou a chamar-se S. Pedro do Crato. Tomou o nome de S. Pedro do Cariri pela Lei n.º 1.541, de 27-8-1918. S. Pedro, novamente, pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938. E, finalmente, Caririaçu, pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, do nome de uma tribo indígena que pervagava por essas paragens.

CARIRI NÔVO. — Em 14-8-1839 foi apresentado ao Senado projeto de lei criando a Província do Cariri Nôvo. A proposição vinha assinada pelos senadores José Martiniano de Alencar, Antônio Pedro da Costa Ferreira, José Bento Leite Ferreira de Melo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Diogo Antônio Feijó, João Antônio Rodrigues de Carvalho, Francisco de Brito Guerra, Francisco de Lima e Silva, Manuel Inácio de Melo e Sousa.

A nova Província, cuja capital seria Crato, abrangeria os municípios de Riacho do Sangue, Icó, Inhamuns, S. Mateus, Lavras, Jardim e Crato, da Província do Ceará; Rio do Peixe e Piancó, da Província da Paraíba; Pajeú de Flôres e os com-

preendidos no antigo Julgado de Cabrobó, da Província de Pernambuco; Piranhas, da Província do Piauí.

O projeto de Alencar consubstanciava uma aspiração da Câmara do Crato, vinda à luz a 1.º-7-1828. Encontrou apoio no Ceará, tanto que recebeu parecer favorável do Presidente da Província, Inácio Correia de Vasconcelos, e de uma comissão na Assembléia Provincial, em 1846, mas não logrou tramitação na Assembléia Geral Legislativa.

Um dos objetivos de *O Araripe*, jornal fundado no Crato a 7-7-1855, por João Brígido, era o de colaborar com o senador José Martiniano de Alencar na criação da Província do Cariri Nôvo.

A idéia, com âmbito mais restrito, foi renovada em 21-5-1957, pelo deputado Wilson Roriz, com projeto à Assembléia Legislativa do Ceará, autorizando a sua respectiva Mesa a constituir Junta Plebiscitária para consulta a ser realizada nos municípios de Icó, Acopiara, Saboeiro, Campos Sales, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Cedro, Várzea Alegre, Cariús, Jucás, Assaré, Farias Brito, Santana do Cariri, Caririaçu, Crato, Juàzeiro do Norte, Barbalha, Aurora, Barro, Milagres, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Jardim, Porteiras, Missão Velha, Araripe, Iguatu, a fim de ser formado, com os referidos municípios, o Estado do Cariri.

Êste projeto, como o primeiro, não logrou êxito.

CARIRIS. — La. (dos), nas cabeceiras do Salgado, que ficava três léguas acima da Cachoeira dos Cariris, segundo a sesmaria do capitão-mor Manuel Carneiro da Cunha e capitão Manuel Rodrigues Ariosa, concedida pelo capitão-mor Jorge de Barros Leite, a 12-1-1703. (D.S., v. 2, n.º 79, 13.)

CARIRIS NOVOS ou CARIRI NÔVO. — Era o território regado pelas fontes que manam da falda oriental da sa. do Araripe, notadamente o trecho que vai de Crato a Missão Velha. Posteriormente, a denominação englobou as terras vizinhas e simplificou-se para Cariri.

CARIRIS NOVOS. — Sa. (dos). Na antiga terminologia orográfica era o trecho tabular da sa. do Araripe, que separa o Ceará de Pernambuco. (*Dic. Top.*, 79.)

CARITÉ. — No mapa enviado a 5-2-1754, por Jerônimo Mendes de Paz, comandante das minas dos Cariris Novos, ao tenente-general Luiz José Corrêa de Sá, figura o Salgado com o nome de Caritê, a partir da Cachoeira, em Missão Velha, até o r. Carás.

O topônimo, entretanto, ia mais além. Abrangia o atual Salgadinho, que é um trecho do Batateira. Aí ficava o sít. Caritê, do capitão Domingos Gonçalves Sobreira, nêle morador desde 1752. Não o obtivera por sesmaria. Comprara-o aos herdeiros do capitão Antônio Mendes Lobato Lira, talvez o maior latifundiário da Capitania na primeira metade do século 18.

Do sít. Caritê se destacou o sít. Juàzeiro, berço da cid. de Juàzeiro do Norte.

CARIÚ. — Tribo filiada aos Cariri. Habitava a sa. do Pereiro e os r. Cariús e Bastiões. Fizeram-se parciais dos Feitosas e unidos aos Jenipapo, sob o comando de um dos membros dessa família de latifundiários e criadores, depredaram vilas e propriedades dos Montes e seus aliados (1724). Foram aldeados na Missão do Miranda (Crato) por capuchinhos, designados por fr. Carlos José, prefeito das Missões, em Pernambuco. O seu primeiro missionário foi fr. Carlos Maria de Ferrara, que os assistiu até 1750.

Para maiores informes leia-se Carlos Studart Filho, em *Notas Históricas Sôbre os Indígenas Cearenses*, RIC, 45 (1931), 55.

CARIUANÊS. — Tribo filiada aos Cariri, localizada nos formadores do Salgado.

CARIUCORÓ. — Designação antiga do r. Bastiões.

CARIÚNA. — Tribo filiada aos Cariri, sita nos Cariris Novos e missionada pela Aldeia do Miranda.

CARIÚS. — R., nasce na sa. do Araripe, acima de Brejo Grande, banha Farias Brito (ex-Quixará), lança-se à dir. do Jaguaribe, 3 km abaixo da cid. de Jucás, após um curso de 130 quilômetros. Recebe o Bastiões, tão importante quanto êle em desenvolvimento, porém menor quanto ao volume d'água. Drena trecho importante da vertente do Araripe. A vazão média é de 320.420.000 m³, mas o *run-off* é sòmente de 6,2%. Atravessa uma região muito agrícola e as margens se prestam a excelentes lavouras de cereais, legumes e fumo.

De *cari*, peixe, *ú*, água, rio — o rio do cari. Paulino Nogueira (*Voc.*, 257) deriva o vocábulo de *caá-ry-ú*, água saída do mato, alusivo às cabeceiras do Cariús que ficam em serra das mais cobertas de matas. Acho mais aceitável a primeira, seguida por T. Pompeu Sobrinho.

CARIÚS (Ex-POÇO DOS PAUS). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe.

Limites. — Ao O, com o mun. de Assaré; ao N, com o de Jucás; a L com os de Iguatu e Cedro; ao S, com Várzea Alegre e Farias Brito, ex-Quixará. (Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, D.O., de 1-3-1962).

Superfície. — 905 km².

Fisiografia. — O Jaguaribe e o Cariús dão a tônica fisiográfica ao município. Principalmente o Cariús, com o Bastiões e o Muquém, que rolam as águas invernosas de quase tôda a área comunal. No curso inferior do Bastiões e da foz do Cariús para baixo abrem-se várzeas equiparadas às melhores do mundo jaguaribano. Fora dessas planícies aluviais desatam-se em todos os sentidos cordões de tabuleiros ondulados, argilo ou argilo-pedregosos, às vêzes ariscos, cobertos de catingas fechadas ou abertas. É a terra do algodão, dos mantimentos e do pastoreio. Há regular número de riachos sulcando os tabuleiros, marginados de baixios estreitos, aqui e ali ensombrados por oiticicas com juàzeiros de permeio. Nessas nesgas de solos

férteis e profundos, encontram-se pequenos açudes com seus arremedos de pomares e canaviais. O mun. é atravessado pelas seguintes sa.: Bastiões, Brígida, Jatobá, Palmeira, Barriga, Caboclos, Ameixa. Nenhuma se eleva além de 600 m e tôdas são agrícolas no período pluvial, sendo as da Brígida e Palmeira as de maior produção. A alt. do território, em geral, é de 300 m.

Clima e salubridade. — A queda pluviométrica em 30 anos de observação deu a média de 758 milímetros. O mun. está na faixa cuja temperatura média oscila entre 29 a 31°. Nos dias calmosos atinge até 38°. Quanto ao seu estado sanitário, é o comum da zona sertaneja.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — A cabeça do mun. dista 4 km da cid. de Jucás, à qual se liga por carroçável, cujo tráfego se interrompe no período chuvoso, por falta de ponte no Jaguaribe. Por essa via, no verão, integra-se na circulação rodoviária nacional, desembocando na BR-24. Pela RVC, ramal de Cariús, que tem 33 km e foi inaugurado em 1922, mantém tráfego constante com o sistema ferroviário nordestino. Internamente existem 7 carroçáveis, num total de 148 km, mantidas pela municipalidade e beneficiando as v. de São Bartolomeu, Caipu, S. Sebastião e os pov. de Bela Vista, S. André e Maurícia. Tem um campo de pouso para pequenos táxis aéreos, porém o pôrto aéreo mais perto é o de Iguatu. Conta com agência postal-telegráfica do DCT e telégrafo privativo da R.V.C.

Lavoura. — A safra agrícola de 1963/64, segundo o Departamento de Economia Rural, foi estimada em 6.300.000 kg de algodão em caroço, 6.000.000 de kg de milho, 1.500.000 kg de cana-de-açúcar, 900.000 kg de arroz em casca, 900.000 kg de mandioca, 540.000 kg de feijão, 90.000 kg de batata-doce, 13.500 kg de fumo em fôlha, 7.200 kg de fava, 4.200 cachos de banana, afora outros produtos para consumo exclusivamente doméstico.

Pecuária. — A produção animal em 1963, segundo o Departamento Estadual de Estatística, era de 15.000 bovinos, 2.500 eqüinos, 2.000 asininos, 3.000 muares, 5.000 suínos, 5.000 caprinos, 10.000 ovinos.

Produção extrativa. — Em 1963, a colheita da oiticica chegou à casa de 1.000.000 de kg de amêndoas. A de cêra de canaúba foi de 6.000 kg e a de lenha para uso doméstico atingiu a 2.000 m³. A extração de cal e argila, esta para o fabrico de tijolos, telhas e louça grosseira, limitou-se ao consumo do pequeno núcleo urbano.

Produção de carne e de peixe. — O abate para o consumo público em 1964 foi de 413 bovinos, 359 suínos, 256 ovinos e 265 caprinos. Para o consumo próprio atingiu a 19 bovinos, 186 suínos, 292 ovinos e 336 caprinos.

Depois da construção de Orós a produção de peixe se tornou vultosa no município. Ao tempo das cheias do Jaguaribe, sobem rio acima ricos cardumes de curimatãs, piaus, carás, pescadas e outras espécies menos comuns, navegando na chamada *água nova*, na ânsia de desovarem. Centenas de pescadores improvisados arrancham-se nas margens das correntes e passam a pescar de todo jeito. Reina desusada fartura naquelas ribeiras, que nutre o povo e faz nascer ativo comércio de peixe salgado e sêco. Em 1966, Cariús exportou 121.600 kg de pescado, afora o não computado pelo fisco.

Comércio. — Existem registradas na coletoria estadual 500 casas comerciais, das quais sòmente 3 são atacadistas. As praças preferidas para as trocas de mercadorias são as de Campina Grande, Recife, Crato e principalmente Iguatu. O movimento bancário se faz por intermédio desta última cidade.

Indústria. — Consta de 2 fábricas de beneficiamento de algodão, 1 curtume e de 4 de beneficiamento de arroz (sendo 1 na sede e 3 na zona rural). Existem além dos aviamentos destinados ao fabrico da farinha, pequenos engenhos e alambiques, outras indústrias de pequeno porte, dessas encontradiças em qualquer cidade sertaneja.

Finanças públicas. — No qüinqüênio de 1960/64, a arrecadação estadual e municipal alcançou as seguintes cifras:

Anos	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1960	13.748.765	2.301.691
1961	23.414.389	3.485.205
1962	41.572.842	3.495.206
1963	80.094.708	9.686.250
1964	101.011.530	10.966.662

Obs. Não há coletoria federal no município

População

Quando do censo de 1960, Cariús tinha uma pop. de 16.672 hab. e 3.201 domicílios, conforme o quadro que se segue:

Distritos	Total	Urbano	Rural	Domicílios
CARIÚS	4.789	1.523	3.266	924
Caipu	4.371	445	3.926	834
S. Bartolomeu	4.762	271	4.491	900
S. Sebastião	2.750	402	2.348	543
	16.672	2.641	14.031	3.201

Aspectos Culturais e Assistenciais

O mun. em 1966 possuía 55 esc. primárias, sendo 4 estaduais, 31 municipais, 16 paroquiais e 4 particulares. Dessas escolas, 11 eram urbanas e 44 rurais, com 450 e 1.225 alunos, respectivamente. Na sede funcionam 2 grupos escolares, que têm os nomes de seus fundadores: Adail Barreto e Paes de Andrade.

Nada existe no setor da assistência médica. No que diz respeito à assistência social, mantida pela paróquia, atua uma sociedade caritativa, de âmbito muito restrito. A Secretaria de Agricultura mantém um pôsto de revenda de máquinas e outros materiais agrícolas.

Aspectos Urbanos

A cid. tem as seguintes coordenadas geográficas aproximadas: 6° 32' de lat. S e 39° 30' de long. W. Gr. Dista 325 km em linha reta da Capital.

Pequena, com menos de 2.000 hab., limpa, servida de energia hidrelétrica de Paulo Afonso, inaugurada a 28-6-1964, abastecida de água potável desde 17-8-1963, através de poço e reservatório com 227.000 litros. Possui bons prédios públicos, como o paço municipal, o mercado e a matriz e boas residências particulares. Cariús é ainda senhora de animado comércio algodoeiro e de gêneros alimentícios.

Aspectos Históricos

Até 1919, Poço dos Paus, mais tarde Cariús, era uma paragem deserta. Tinha apenas uma velha casa de taipa de antiga fazenda. Nesse ano mudou-se-lhe a feição. Tornou-se um povoado da noite para o dia, com o início dos trabalhos de barragem do Pôço dos Paus, projetada para um bilhão de metros cúbicos. Em 1924 a construção foi suspensa em definitivo e a multidão que acorrera a essa fonte de empregos e negócios dispersou-se rumo a todos os quadrantes. No acampamento, quase deserto, ficaram os que haviam criado e estimulado um pôsto avançado de trocas mercantis entre Iguatu e os produtivos vales do Cariús e Bastiões. A êsse grupo deve-se a expansão do povoado. A êle e aos seus filhos, a criação da vila e da cidade.

Formação administrativa. — Em 1933, pelo Dec. n.° .. 1.156, de 4 de dezembro, já figurava como dist. de S. Mateus, hoje Jucás. O núcleo urbano foi elevado à cat. de v. de conformidade com o Dec.-lei n.° 169, de 11-3-1938. Mun. pela Lei n.° 1.153, de 22-11-1951, dando-lhe como sede a vila de Cariús, que então ganhou os foros de cidade. Instalado a 25-3-1955, sendo o seu primeiro prefeito o sr. Silvestre Almeida Duarte.

Compõe-se dos seguintes dist.: Cariús, Caipu, S. Bartolomeu, S. Sebastião.

Formação judiciária. — Com. de 1.ª entrância pela Lei n.° 3.508, de 20-12-1956. Não foi preenchida. Os negócios da justiça estão a cargo do juiz de Jucás.

Formação religiosa. — Tornou-se freg. a partir de 25-12-1964, desmembrada da de Jucás, por Provisão de d. Mauro Ramalho, bispo de Iguatu, assumindo o vicariato o pe. Leonardo Van-Beek. Tem por padroeira N. S. Auxiliadora, festejada a 8 de setembro.

CARIUTABA (Ex-S. ANTÔNIO, ex-INGÁ). — V. e sede do dist. de igual nome, do mun. e com. de Farias Brito.

Em 1960 tinha 2.318 hab., 814 na zona urbana e 1.504 na rural. O número de domicílios era de 445.

Antigo dist. do mun. de S. Mateus (hoje Jucás), criado por Ato de 8-2-1913. Pelo Dec.-lei n.° 448, de 20-12-1938, passou a denominar-se Ingá e foi transferido do mun. de S. Mateus para o de Quixará (atual Farias Brito); o Dec.-lei n.° 1.114, de 31-12-1943, mudou-lhe o nome para Cariutaba. Deu parte de seu território para a criação do dist. de Nova Betânia, ocorrida a 15-12-1953. Pela Lei n.° 6.431, de 29-6-1963 (D. O., de 5-8-63), foi elevado a mun., que não se instalou e o ato criatório foi anulado pela Lei n.° 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-65.)

O ensino primário, em 1964, era ministrado em 7 esc.: 4 urbanas e 3 rurais, com a matrícula efetiva de 159 alunos, dos quais 110 na área urbana.

A v. fica à m. dir. do Cariús, na confluência do rch. das Meias. É cortada pela carroçável Crato-Jucás e dispõe de agência dos Correios. Tem capela dedicada a S. Antônio.

CARMELÓPOLIS (Ex-LIMOEIRO). — Dist. e v. de igual nome, do mun. e com. de Campos Sales.

O dist. foi criado pela Lei n.° 1.153, de 22-11-1951, que elevou à cat. de v. o núcleo que preexistia com o nome de Limoeiro.

A pop., em 1960, era de 1.681 hab., 243 no núcleo urbano e o restante no rural, ocupando 288 domicílios.

O ensino primário, com a matrícula efetiva de 153 alunos, abrangia 4 escolas, em 1964, sendo 1 na vila com 68 alunos.

A v. fica a 6 km do r. Conceição e é cortada pela BR-24.

CARNAÚBA. — Sa. (da), nas cabeceiras do rch. de seu nome, mun. de Iguatu.

De *caraná*, arranhante, escamoso, cascudo, e *iba* ou *uba*, árvore-palmeira que arranha, ou palmeira escamosa.

CARNAÚBA. — Ste. (da), a 6 km a NE da v. de Amaniutuba. A sua extremidade meridional serve de ponto divisório entre os mun. de Baixio e Lavras da Mangabeira.

CARNAÚBA. — Rch. (da), nasce no ste. Mata Fresca, afl. da m. esq. do Unha de Gato e êste por sua vez do rch. do Rosário, mun. de Lavras da Mangabeira.

CARNAÚBA. — Rch. (da), também chamado Carrapicho, no mun. de Iguatu. Vem da sa. do Bravo, recebe pela esq. o Mocoré e pela dir. o rch. da Serra, banha Alencar e depois de um curso de 30 km vai desaguar à m. dir. do Jaguaribe, à altura do sít. Carrapicho.

CARNAÚBA. — Rch. (da), nasce na sa. do Vento, no dist. de Antônio Diogo, e é afl. da m. dir. do rch. do Susto.

CARNAÚBA. — Rch. (do), afl. do Convento, mun. de Tamboril.

CARNAÚBA. — Rch. (da), um dos formadores do rch. do Juá, mun. de Caucaia.

CARNAÚBA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do r. Ubatuba, no mun. de Granja.

CARNAÚBA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Aroeira, trib. do trecho inferior do Missi.

CARNAÚBA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Caxitoré, corre entre o ste. da Lagoa e a sa. das Vertentes, mun. de Itapajé.

CARNAÚBA. — Rch. (da), no mun. de S. Quitéria, nasce na sa. das Cobras e deflui à m. dir. do Macacos.

CARNAÚBA. — Rch. (da), na sa. da Ibiapaba, banha Poranga e vaza no Macambira. Tem excelentes baixios para o cultivo da cana-de-açúcar. Um dêles mede 3 quilômetros de extensão.

CARNAÚBA. — Rch. (da), afl. do Rôla, em todo o seu curso separa o dist. de Santana do Acaraú do de João Cordeiro.

CARNAÚBA. — La. (da), entre as est. f. de Muxiopó e Muquém, onde nasce o Pirangi, mun. de Quixadá.

CARNAÚBA. — Pov., com 80 habitações, mun. de Pentecoste.

CARNAÚBA. — Tribo que vagava entre os r. Salgado e Jaguaribe, dominando as ribeiras do Bastiões e de outro rio, que dela tomou o nome. (RIC, 1 (1887), 260.)

CARNAÚBA. — Dist. e v. pertencente ao mun. e com. de Mombaça.

A sede fica à m. esq. do rch. João Alves, a 12 km acima de sua ba. no Banabuiú.

Em 1960, tinha 6.421 hab., dos quais 233 na zona urbana. O número de domicílios era de 1.046.

O ensino primário estava a cargo de 21 escolas, em 1964, funcionando 6 na v., com 204 alunos, e 15 na zona rural, com a matrícula de 422.

De acôrdo com a Lei n.º 6.966, de 10-12-1963 (D.O., de 21-12-63), passou a mun. e a v. à cat. de cid., diploma legal que foi anulado pelo de n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-1965.)

CARNAÚBA. — V. CARNAUBAL.

CARNAÚBA FURADA. — Poço existente entre o r. Curuaçu e Imboeira. Consta da sesmaria de João Neto e Antônio Nogueira de Carvalho, concedida pelo capitão-mor Manuel Francês, em 14-12-1721. (D.S., v. 11, n.º 6, 13.) Ficava na Serra Grande, como se pode ver da sesmaria de José Rodrigues de Aguiar, concedida pelo capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, em 13-10-1785. (D.S., v. 8, n.º 609, 22.)

CARNAÚBA FURADA. — Pov., mun. de Aracati.

CARNAÚBA TORTA. — Rch. (da), vem da chapada do Agreste e é afl. da m. dir. do Ipueiras, que depende do Quixeramobim.

CARNAUBAL. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Choró, no mun. de Aracoiaba. Recebe o rch. do Padre.

Nota — Figura no MIN com o nome de Carnaúba.

CARNAUBAL. — Rch. (do), no mun. de Ipu, com ocorrência de salitre.

CARNAUBAL. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Sousa, trib. do Canindé.

CARNAUBAL. — La. (do), mun. de Canindé.

CARNAUBAL. — La. (do), mun. de Viçosa do Ceará, a 33 km a O da sede municipal, com 250 m de comprimento.

CARNAUBAL. — Na apuração do Recenseamento Geral de 1.º-12-1920, figurava como dist. do mun. de Guarani, hoje Pacajus.

CARNAUBAL. — Na divisão territorial datada de 31-12-1926, figurava como dist. do mun. de S. Quitéria.

CARNAUBAL. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica da Ibiapaba.

Limites. — Ao N e L, com o mun. de S. Benedito; ao S, com o de Guaraciaba do Norte; e a O, com o de Pedro II, do Estado do Piauí.

Superfície. — 373 km².

Fisiografia. — Abrange chã, carrascos e quebradas do maciço da Ibiapaba, na bacia superior do Macambira, cujas águas correm para o Poti, em território piauiense. Clima ameno, sendo de 21º a média compensada. Chove de janeiro a junho.

Aspectos Econômicos

A sua economia gira em tôrno da lavoura e de uma pequena criação. De seus 7.174 hab., 5.372 labutam na zona rural. Cultiva-se cana, milho, feijão, mandioca, fumo e um pouco de café. A estimativa da safra de 1963/64, feita pelo Departamento de Economia Rural, foi de 120.000 kg de milho, 25.000 kg de feijão e 200.000 kg de farinha de mandioca. A lavoura de cana é a mais importante. Ocupa os vales frescos dos riachos que cortam o município. Esta cultura pede adubação orgânica, feita, primitivamente, à base de excremento de cabra, vindo de longe, dos sertões. Para beneficiá-la existem pequenos engenhos de ferro e de madeira, puxados a boi. A rapadura é de excelente qualidade e a produção de aguardente não atende ao consumo local.

A criação, além de pequena, vê-se obrigada a deslocar-se para o sertão, durante o período das chuvas, para livrar-se dos efeitos da môsca hematófaga — *meruanha* —, cujo número incalculável exaure e azucrina as reses. O gado bovino, além de fornecer fôrça, carne e leite, é também olhado como produtor de adubo, o que em parte explica a lenta motorização da incipiente indústria local.

O mun. possui grandes extensões cobertas de caroá, que foram objeto de exploração industrial, hoje abandonada.

Tem cêrca de 100 estabelecimentos comerciais, nenhum, porém, dedicado ao comércio em grosso.

Liga-se por carroçável à Ce-15 e dispõe de agência postal-telegráfica.

Aspectos Culturais e Assistenciais

A sua primeira esc. primária, mista, foi criada pela Lei n.º 1.145, de 23-9-1933. Em 1964, existiam na sede 9 unidades escolares, 13 professôras e 263 alunos matriculados. No interior, 13 unidades, 13 professôras, 349 alunos. Na cid., por iniciativa particular, funciona o Educandário Nossa Senhora Auxiliadora.

As obras assistenciais congregam-se em tôrno da paróquia: Lactário, Círculo Operário S. José, Cáritas e Sociedade Beneficente.

Aspectos Urbanos

A cid. está a 19 km de S. Benedito e a 390 da Capital, por est. de rodagem. Assenta em uma planície de areia frouxa. Tem 1.782 moradores. O casario, disperso e mal construído, sem abastecimento d'água, enquadra-se em 7 ruas e 3 praças desprovidas de calçamento. Possui dois prédios públicos: o mercado e o matadouro. A Prefeitura, os Correios e a Cadeia funcionam em prédios alugados.

Aspectos Históricos

A localidade nasceu à sombra de uma capela dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora. A 12-8-1869, o casal Manuel Estórgio de Brito e Francisca Maria de Jesus doou 400 braças de terra para patrimônio de uma capela, que teria como protetora a Senhora mencionada. Os trabalhos de construção logo se iniciaram. A 29 dêsse mesmo mês e ano, com grande ajuntamento de gente, foi lançada a pedra fundamental do pequeno templo, cuja construção ultimou-se sob os cuidados de Felinto da Silva Sampaio, anos depois. Êsse Felinto da Silva Sampaio é apontado na crônica vilareja como o grande propulsor do crescimento de Carnaubal, por facilitar a aquisição de imóveis àqueles que ali queriam se estabelecer.

Formação administrativa. — Antigo pov. de S. Benedito, que, a partir da divisão territorial de 31-12-1936, passou a figurar como sede de distrito. Pela Lei n.º 3.702, de 22-7-1957, (D.O., de 30-7-57), veio a ser elevado a mun., desmembrado do de S. Benedito, e o núcleo urbano passou à cat. de cidade. Deu-se a instalação, bem como a posse de seu primeiro prefeito, Francisco Horácio de Brito, eleito a 3-10-1958, a 25-3-1959.

Possui apenas o distrito-sede.

Formação judiciária. — Depende da com. de S. Benedito.

Formação religiosa. — Paróquia a partir de 6-1-1938. O primeiro vigário, pe. José Batista de Araújo, tomou posse da nova freguesia a 3 de fevereiro dêsse mesmo ano. Além da matriz, que é a antiga capela reformada, acha-se em fase de acabamento um dos templos mais modernos da área ibiapabana.

Toponímia

Carnaubal, por haver nascido a capela que nucleou os moradores entre carnaúbas, no antigo carnaubal dos Estórgios, na localidade chamada Várzea.

CARNAUBINHA. — Sa. (da), entre os rch. dos Cavalos e da Serra, na bacia do r. Jucás.

CARNAUBINHA. — Ste. (da), onde nasce o Mocambo, afl. do Aracatiaçu, mun. de Itapajé.

CARNAUBINHA. — Ladeira (da), na sa. da Meruoca, a L do rch. S. Bernardo. A sua parte superior serve de limites aos mun. de Coreaú e Massapê.

CARNAUBINHA. — Ôlho-d'água (da), no mun. de Limoeiro do Norte.

CARNAUBINHA. — Ôlho-d'água (da), desce do cordão de serrotes que acompanha o Acaraú, a partir do ste. da Rôla.

CARNAUBINHA. — Rch. (da), trib. da m. esq. do rch. dos Defuntos, afl. dos Porcos, vassalo do Jaguaribe, no mun. de Iguatu.

CARNAUBINHA. — La. (da), mun. de Pacajus.

CARNAUBINHA. — Pov., com 70 habitações, mun. de Canindé.

CARNAUBINHA. — V., sede do dist. de igual nome, que pertence ao mun. de Milhã.

O dist. de Carnaubinha figura no mun. de Jaguaribe-Mirim na divisão administrativa para 1933. Com a restauração do mun. de Cachoeira (Dec. n.º 1.540, de 3-5-1935), depois Solonópole, passou a integrar esta comuna e assim permaneceu até a criação do mun. de Milhã.

Em 1960 contava a sede do núcleo com 227 hab. e a zona rural com 1.445, perfazendo 1.672 moradores. Era de 272 o número de domicílios.

A instrução primária estava a cargo, em 1964, de 3 esc., 2 na sede e 1 na zona rural, freqüentadas por 72 alunos.

A cap. tem por padroeira N. S. do Perpétuo Socorro.

CARANAUPAJÉ. — V. PAJÉ, rch., afl. do Aracatiaçu. De *caraná-u-pajé*, o riacho ou a fonte da carnaúba do pajé.

CARNEIRO. — Rch., nasce na sa. de S. Pedro, banha parte do mun. do Crato, penetra no de Juazeiro do Norte, onde se derrama à m. esq. do Carás.

CARNEIRO. — La. (do), perto das nascentes do Juritianha, entre os mun. de Acaraú e Itarema.

CARNEIRO DA FROTA (Ex-S. LUZIA, ex-TABAINHA). — O dist. de Tabainha, pertencente ao mun. de Tianguá, passou a mun. e o núcleo à cid., com a denominação de Carneiro da Frota, pela Lei n.º 6.682, de 15-10-1963. (D.O., de 29-10-63). Não foi instalado e a 14-12-1965 (D.O., de 24-12-1965), pela Lei n.º 8.339, foi considerada nula e sem efeito a Lei n.º 6.682 acima referida.

CARNOTIM. — Sa. ou Ste. (do), contraforte da Ibiapaba, baixo e sêco. Fica no trecho superior das bacias do Jaibaras e Coreaú, a 8 km a O da cid. de Mocambo, nos limites do mun. dêste nome com o de Coreaú.

Nas suas proximidades, do lado de Mocambo, existe grande pedra de bordas arredondadas, achatada na parte superior, o que permite o acesso de qualquer veículo ao seu ponto mais alto. Esta pedra tem-se fendido em várias direções, com ruídos, chamados "trovões", pelos moradores locais. Desconhecendo a origem do fenômeno, emprestam à laje qualidades sobrenaturais e a denominam de "Pedra Encantada".

Figura com o nome de *Carnoty* na sesmaria concedida pelo capitão-mor Leonel de Abreu Lima, em 18-7-1732, a João Salvador da Costa. (D.S., v. 12, n.º 38, 53.)

Parece-me forçada a interpretação de T. Pompeu Sobrinho, fazendo derivar Carnotim de *caraná* (carnaúba), *tim* (branca), carnaúba branca. (RIC, 31 (1919), 217.)

CAROATAÍ (Ex-OLINDA, ex-NOVA OLINDA, ex-PITANGA). — Dist. e v. do mun. de Tianguá.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, figura com o nome de Olinda. O Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933, relativo à divisão administrativa, refere-se ao dist. de Nova Olinda. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou a denominar-se Pitanga, e, finalmente, Caroataí, em homenagem a notável chefe tabajara, pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943.

Diz Pedro Ferreira, no *Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba*, 110, que se deve a fundação dêste núcleo humano ao padre João Carneiro, que mandou construir no local, em 1909, elegante capela dedicada ao Sagrado Coração de Maria.

A pop. somava em 1960, na zona urbana, 502 hab., e na rural, 2.076, ocupando 448 moradias.

A instrução primária fazia-se em 1964 por uma única esc., localizada na sede, com a matrícula efetiva de 25 alunos.

A v. fica à m. dir. do Taperacima e tem pouco interêsse como centro urbano.

Pela Lei n.º 6.903, de 16-12-1963 (D.O., de 24-12-63), tornou-se mun. e a v. passou a cid. Jamais foi instalada tal comuna, cuja criação foi anulada pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-65.)

CAROBAS. — Faz., no mun. de Limoeiro do Norte, onde ocorre elúvio rico em zirconita, associada ao rutilo e ilmenita.

CARPINA. — Pov., com 70 habitações, no mun. de Russas.

CARQUEJO. — Faz., no mun. de Capistrano, com jazidas de estanho.

CARQUEJO. — Dist. e v. do mun. de Mocambo.

A criação deu-se por Lei de 12 de dezembro de 1953, com parte do dist. de Mocambo, então pertencente a Ibiapina.

O censo de 1960 encontrou 1.230 hab., sendo 258 na zona urbana. O número de domicílios era de 195.

Em 1964 funcionavam na v. 2 esc. primárias, com 4 professôras e 240 alunos.

CARRANCA. — Rch., nasce na sa. das Matas e com o Lagoa Velha dá origem ao r. Quixeramobim.

CARRAPATEIRA. — Rch., vem dos contrafortes convizinhos das sa. do Calogi e de S. Rita, desemboca à dir. do trecho superior do rch. dos Cães, mun. de Quixeramobim.

CARRAPATEIRA. — Rch., também chamado dos Cavalos, nasce na Serra Grande, recebe o Caldeirão e o Convento, desaguando no Poti, pela m. esq., na faz. Quirino, mun. de Crateús.

CARRAPATEIRA. — Rch., com mais de 100 km de curso, é o principal formador do Jaguaribe. Nasce na sa. das Pipocas, pertencente ao maciço donde divergem águas para o Poti, Banabuiú e Quixeramobim. Corre de norte para sudoeste, a princípio contristado por duplo cordão de serras baixas, sobressaindo as que lhe ficam à esquerda. Neste trecho angusto recebe os rch. do Cipó e Logradouro, pela dir., e diversos outros de minguado curso, que drenam as serras que lhe ficam ao oriente. Depois a bacia se alarga, recebendo importantes tributários: o S. Bento, vindo da sa. da Joaninha; o rch. da Conceição e o das Favelas, seu principal afluente, pela m. esquerda. Poucos quilômetros abaixo de Tauá, no lug. Barra, reúne-se ao Trici, dando origem ao Jaguaribe.

Não recebe nenhum afl. que venha da Ibiapaba, como errôneamente escreve o padre Rodolfo Ferreira da Cunha, em *O Vale do Jaguaribe*, Fortaleza, 1921, 46.

Há uma curiosidade arqueológica no Carrapateira. É o grande número de pictografias que se encontram ao longo de seu curso. Verdadeira concentração de inscrições lapidares.

No início do século 18, figura êste riacho em documento oficial com o nome de *Quintirire*. Carrapateira e não Carrapateiras era o nome da importante fazenda do capitão-mor João

de Araújo Chaves, assentada em vasto trecho de sua bacia, denominação que certamente se estendeu a todo o curso, substituindo em definitivo o apelativo bárbaro, em data imprecisa da primeira metade do milênio de 1.700.

CARRAPATEIRA. — Rch., também chamado Varjota, em cuja foz passa a linha divisória dos dist. de Acopiara e Isidoro.

CARRAPATEIRA. — Pov., ao pé da sa. do Gurguri, mun. de Redenção.

CARRAPATEIRAS. — Pov., com 25 habitações, mun. de Crateús.

CARRAPATEIRAS. — Pov., com mais de 50 habitações, no mun. de Viçosa do Ceará.

CARRAPATEIRAS (Ex-S. ANTÔNIO DE CARRAPATEIRAS). — Dist. e v. do mun. de Tauá.

Pela Lei n.º 158, de 4-12-1936, foi restaurado o dist. de S. Antônio de Carrapateiras, no mun. de Tauá. Passou a ser chamado simplesmente de Carrapateiras, quando o pov. foi elevado à cat. de v., pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938.

Tinha em 1960 uma população de 4.635 hab., dentre os quais 179 na área urbana. O número de habitações era de 747.

A instrução pública até 1964 estava muito descuidada. Nesse ano contava apenas com 2 esc. na área rural, freqüentadas por 47 alunos.

De acôrdo com a Lei n.º 6.484, de 28-8-1963 (D.O., de 11-9-63), passou a mun. e a v. subiu à cat. de cidade. Não foi instalado e posteriormente, pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965 (D.O., de 24-12-65), foi anulada a criação em causa.

CARRAPATO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Itacolomi, no mun. de Viçosa do Ceará.

CARRAPATO. — Rch. (do), nasce na sa. de Urubureta-ma, na fonte de seu nome. Perene e deságua no Mundaú.

CARRAPICHO. — V. CARNAÚBA, rch. no mun. de Iguatu.

CARRAPICHOS. — Cór (dos), braço do Jaguaribe, forma a ilha na qual está situada a cid. de Limoeiro do Norte. Nas cheias alcança largura superior a 80 metros.

CARREIRO. — Rch., afl. da m. esq. do Acaraú.

CARRETÃO. — Lug., com capela dedicada a S. Luís de Gonzaga, paróquia de Madalena.

CARRINHO. — Ilhota, no r. Jaguaribe, mun. de Aracati.

CARRO QUEBRADO. — Rch., afl. da m. dir. do Coaçu, cortado pela Transnordestina, que dêste ponto até a sua foz separa os mun. de Aquirás e Fortaleza.

CARUARU. — Pov. elevado a vila em 26-6-1776, com a denominação de Granja. Antes se chamara Macavoqueira.

De *caruar-ú*, a aguada da caruara, espécie de formiga cuja mordedura coça como sarna, ou de uma abelha de mel nocivo. Pode também ser água sarnosa.

CARVALHO. — Dist. pertencente ao mun. de Tamboril, criado pela Lei n.º 7.014, de 26-12-1963 (D.O., de 30-12-63), com sede no pov. de igual nome, então elevado à cat. de vila.

CARVOEIRO. — Mo. (do), no mun. de Crato.

CARVOEIRO. — Sa. (do), espigão da sa. de S. Bento, ponto de limite dos mun. de Caririaçu, Farias Brito e Várzea Alegre.

CARVOEIRO. — Dist. criado pela Lei n.º 6.990, de 23-12-1963 (D.O., de 30-12-63), com sede no pov. do mesmo nome, então elevado à cat. de vila, no mun. de Itarema.

A *Higiêne*, a luta contra a enzootias, a Profilaxia e a terapêutica,

A criação do mun. de Itarema foi anulada pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-65.)

O dist. de Carvoeiro passou a integrar o mun. de Acaraú, donde se destacara Itarema.

CASA DE PEDRA. — Bloco de pedra que lembra grosseiramente a forma de uma casa, perto da cid. de Chaval, com inscrições pictográficas, reproduzidas na RIC, 70 (1956), 119, 121.

CASA FORTE. — Faz. no mun. de Quixadá.

"Um dos mais antigos redutos dos Queirozes, foi residência de Antônio Pereira de Queiroz Lima, senhor de muitos haveres e de grande influência, tendo exercido as funções de juiz ordinário de Quixeramobim (1790-1795). Com o filho Pedro de Queiroz Lima e o irmão José de Queiroz Lima, tomou parte no movimento revolucionário de 1824, que implantou a efêmera República do Equador no Ceará. Ao se entregar de corpo e alma a essa campanha, Tristão Gonçalves, o malogrado chefe republicano, confiou sua espôsa e filhos menores aos cuidados de Antônio Pereira. Passou, então, D. Ana Ferreira Lima de Alencar (1789-1874) a residir ocultamente nessa fazenda, onde recebeu, dois dias após a hecatombe de Santa Rosa, a notícia do trucidamento de seu espôso. Casa Forte evoca, portanto, o vulto respeitável do bravo capitão de milícias e a figura lendária de Ana Triste, nimbada numa auréola inapagável de sofrimento e heroísmo." (José Bonifácio de Sousa, *Quixadá de Fazenda a Cidade*, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1960, 66-67.)

CASCAVEL. — Rch., deságua no Jacurutu, a 500 m da cid. de S. Quitéria. Sôbre o seu leito foi construído o aç. pub. Caio Prado.

CASCAVEL. — Aç. pub., no mun. do mesmo nome, sôbre o rch. Quiri. Capacidade: 168.000 m³ e profundidade: 3,50 m. Barragem de terra.

CASCAVEL. — V. INHAMUNS.

CASCAVEL. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Litoral.

Limites. — Ao N, com o mun. de Aquirás e o Oceano Atlântico; a L, com o mun. de Beberibe; ao S, com o de Aracoiaba; a O, com o de Pacajús.

Superfície. — 1.096 km².

Formação horizontal. — A linha costeira, inclinada ligeiramente para SE, extrema-se da foz da Caponga Grande à do Choró. A praia é rasa, sem abras acolhedoras, açoitada pela pancada do mar. Em certos sítios, barreiras avermelhadas avançam até a orla marinha, manando-lhes dos flancos solapados e erodidos fontes de água doce, por vêzes jorrantes. De longe lembram ruinarias colossais.

Formação vertical. — Vingadas as dunas, dominam a paisagem interior os tabuleiros litorâneos de formação terciária. São planícies arenosas, baixas, levemente onduladas, com escoadouros escassos, ora alargados em *baixios*, às vêzes represados em alagoados. No coração dos tabuleiros locais ergue-se o serrote rochoso de Mataquiri. Para os lados de Aracoiaba tomam as terras aspecto sertanejo.

Hidrografia. — O Mal-Cozinhado e o Choró são os principais cursos d'água do município. O primeiro, tìpicamente dos tabuleiros, desemboca na praia das Águas Belas. O Choró vem dos sertões de Quixadá e derrama-se no mar a 12 km ao S da cid. de Cascavel, no pequeno pôrto da Barra Nova.

Entre as la., muitas delas com depósitos de diatomito, aproveitados no fábrico de tijolos, destacam-se as do Urubu, Umari e Suçuarana.

Solo e vegetação. — Veja-se o que escrevemos a respeito ao tratarmos do mun. de Aquirás. Ambos se assentam na área dos tabuleiros, apresentando as mesmas peculiaridades agrológicas e botânicas. Acrescente-se aqui e também por lá a fartura da flora em frutas silvestres comestíveis, das quais sobressai o murici, fontes de vitaminas e consôlo dos pobres rurícolas.

Clima e salubridade. — A temperatura quase nunca ultrapassa de 32º. O clima é amenizado pela brisa marinha. Não lhe faltam chuvas e pràticamente não sofre os efeitos das sêcas. Em 44 anos de observação a queda pluviométrica média foi de 1.240 mm. Clima saudável. Encontra-se grande número de velhos entre a gente pobre. Nas praias registam-se freqüentes surtos de impaludismo.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — A cid. de Cascavel fica a 68 km de Fortaleza, cujo trajeto se faz pela Ce-87 até a localidade chamada Coluna (33 km) e daí pela BR-13 (35 km). Dispõe de agência postal-telegráfica e telefônica. O correio é anterior a 1835. A inauguração do telégrafo ocorreu a 6-5-1892, pelo telegrafista de 3.ª classe José Zacarias Vieira. Possui campo de pouso, antiga escala do Correio Aéreo Nacional. Uma das bôcas do Choró, a Barra Nova, dá acesso a pequenas embarcações. As comunicações internas e com os mun. vizinhos não constituem problema. Pela BR-13 liga-se a todo o País.

Lavoura. — A safra de 1963/64 foi estimada em ..... 17.800.000 kg de cana-de-açúcar, 8.000.000 de kg de mandioca, 520.000 kg de batata-doce, 259.000 kg de feijão, ... 250.000 kg de milho, 18.000 kg de algodão em caroço. No mesmo período, os seus *sítios* produziram 3.600.000 mangas, 1.350.000 côcos, 96.000 melancias, 22.000 jerimuns, 200.000 laranjas, 120.000 tangerinas, 80.000 abacates, 8.000 abacaxis, 70.000 cachos de banana.

Mais de 60% da pop. ativa do mun., de 10 anos para cima, está empenhada em tarefas ligadas à lavoura, criação e silvicultura.

Pecuária. — Era em 1963 de 6.000 bovinos, 3.150 eqüinos, 3.800 asininos, 2.400 muares, 9.000 suínos, 8.500 caprinos, 7.200 ovinos e 25.000 aves domésticas.

Pelo clima, água fácil, baixadas apropriadas a grandes capineiras, abundância de mandioca, vizinhança de Fortaleza

e outras vantagens, o mun. poderá tornar-se grande centro leiteiro e de engorda confinada. Estima-se em 400.000 litros a produção de leite e a de ovos em 60.000 dúzias.

Riqueza mineral. — Argila para pequena indústria louceira e fabrico de tijolos, consumidos nas construções da Capital.

Produção extrativa vegetal. — Em 1964, segundo os órgãos estatísticos, foi de 45.000 kg de cêra de carnaúba, 30.000 kg de oiticica, 200.000 kg de castanha de caju e 250.000 m³ de lenha.

Gado abatido. — Em 1965 foi de 999 bovinos, 2.254 suínos, 1.456 ovinos e 2.265 caprinos, pesando, respectivamente, 199.906 kg, 135.240 kg, 14.560 kg e 22.650 kg.

Produção de peixe. — Há 1.415 pessoas e 400 embarcações entregues à pesca marinha, cuja produção, em 1964, atingiu a 715.500 kg de peixe e 300.000 kg de lagosta.

Indústria. — Não existe um só estabelecimento fabril digno de nota. Encontram-se na zona rural engenhos de cana-de-açúcar, uns dedicados ao fabrico da rapadura, cuja produção anual excede a 1 milhão de quilogramas, outros com alambiques, rendendo, por safra, mais de 200.000 litros de aguardente. Os aviamentos, na sua maioria primitivos, produzem cêrca de 1 milhão de quilos de farinha de mandioca. A produção de carvão vegetal anda pela casa de 400 toneladas, conforme dados estatísticos de 1963, não só para êste produto, como para os outros.

Comércio. — Com a praça de Fortaleza e com as do baixo Jaguaribe. As feiras de Cascavel, realizadas aos sábados, tornaram-se famosas nos tabuleiros litorâneos entre o Jaguaribe e o Pacoti. Reuniam milhares de pessoas e mantinham um movimento de intercâmbio que atraía gente até dos sertões. O advento do caminhão diminuiu-lhe a importância, mas ainda continua sendo a mais influente dessa região.

Finanças públicas. — A arrecadação no período de 1961/64 foi a que se segue:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1961	1.101.308	5.065.938	
1962	2.041.897	4.503.867	5.348.059
1963	2.631.976	28.291.686	9.544.437
1964	13.521.956	64.479.657	18.454.201

POPULAÇÃO

O efetivo humano tinha a seguinte distribuição em 1960:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CASCAVEL	11.515	3.336	8.179	2.108
Caponga	5.168	1.393	3.775	974
Guanacés	6.534	1.063	5.471	1.059
Jacarecoara	2.922	607	2.315	523
Pindoretama	5.016	986	4.030	873
Pitombeiras	1.787	224	1.563	327
	32.942	7.609	25.333	5.864

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

Em 1964, o mun. possuía 77 unidades escolares de ensino primário, 90 professôres e 2.661 alunos matriculados. Na sede, além do Grupo Escolar, funciona o Patronato Juvenal Carvalho e a Escola Profissional Jesus, Maria e José, ambos para môças, e aquêle mantendo um internato bastante freqüentado.

O primeiro professor primário de Cascavel foi o padre Domingos Carlos de Sabóia, que foi vigário colado da freg. e deputado geral na legislatura de 1848. Percebia 300$000 anuais para reger a cadeira do sexo masculino criada pelo Conselho Geral da Província, dando execução à Lei geral de 15-10-1827. D. Teresa Maria de Jesus Uchoa ocupou a primeira esc. para o sexo feminino, criada pela Lei n.º 769, de 14-8-1856.

Aos cuidados da Agência Estatística do IBGE funciona uma pequena biblioteca, denominada Teixeira de Freitas, com cêrca de 1.500 volumes.

Na cid. de Cascavel existem dois postos de puericultura, dualidade oriunda de competições políticas locais. Um mantido pela LBA e o outro pelo Estado. O Hospital Divina Providência e a Maternidade Nossa Senhora das Graças, devidos à iniciativa particular, auxiliados por subvenções, com a Maternidade de Pindoretama, completam o quadro médico-assistencial da comuna.

A assistência à pobreza é feita com parcos recursos das beneméritas Conferências Vicentinas e da Associação das Senhoras de Caridade.

ASPECTOS URBANOS

A cid. de Cascavel, numa assentada arenosa de 20 m de alt., dista 12 km do Atlântico e 52, em linha reta, de Fortaleza. Tem as seguintes coordenadas geográficas: 4º 7' 47" de lat. S e 38º 14' 16" de long. W. Gr.

O seu quadro urbano consta de 17 ruas, 6 praças e 1 jardim público. As ruas são regularmente alinhadas, com 8 total ou parcialmente pavimentadas. Iluminada a luz elétrica. O abastecimento d'água é atendido por um chafariz e várias cacimbas públicas. A pop. é de 3.336 hab. e o número de prédios urbanos não excede a 700, dos quais 7 têm dois pavimentos.

As suas primeiras ruas, conforme divisão efetuada pela Câmara Municipal, em sessão de 13-1-1834, foram em número de 10 e com as seguintes denominações: Direita, dos Lavradores, da Matriz, da Alegria, da União, da Boa Vista, do Comércio, do Açougue, da Inveja e do Trapiá.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Deve-se a Benedito S. dos Santos a maior recolta de fatos administrativos, judiciários e eclesiásticos relativos a Cascavel até o fim do século passado. O trabalho intitula-se *Para a His-*

tória de Algumas Localidades Cearenses e encontra-se na RIC, 23 (1909), 195 a 222. Tem sido a fonte onde muitos aplacaram a ânsia de informações, sem indicá-la entretanto.

Formação administrativa. — O Conselho Geral da Província, em sessão de 6-5-1833, criou o mun. de Cascavel, com os limites da freguesia respectiva e sede no pov. de igual nome, elevado a vila. A ata do evento encontra-se em Barão de Studart, *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, 2.º v., 75-79. A instalação do mun. deu-se a 19 de outubro do dito ano, pelo presidente da Câmara Municipal de Aquirás, capitão José Martinho Pereira Façanha, que empossou a Câmara recém-eleita, composta do capitão José Simões Branquinho, presidente, e dos vereadores capitão Anastácio Lopes Ferreira do Vale, tenente-coronel José de Queiroz Lima, Antônio Sebastião Saraiva, João Firmino Dantas Ribeiro, José Vitorino Soares Dantas e Luiz Antônio de Araújo. Passou a cid. pela Lei n.º 2.039, de 2-11-1883.

Há um aspecto curioso na tramitação do projeto concedendo foros de cid. a Cascavel. Talvez sem símile na história administrativa cearense. Dos sete membros da sua Câmara Municipal, três se opuseram à medida e 62 eleitores qualificados enviaram à Assembléia Provincial mensagem achando a proposição inoportuna e prejudicial. Todos temiam o aumento dos impostos. O próprio vigário da freguesia, padre Sizenando Marcos de Castro e Silva, então deputado, requereu adiamento da discussão do projeto, requerimento que foi rejeitado, graças à atuação do deputado Justiniano de Serpa.

Em 1960, o mun. de Cascavel compunha-se dos dist. de Cascavel, Caponga, Guanacés, Jacarecoara, Pindoretama e Pitombeiras. Em 1963, Guanacés, Pindoretama e Pitombeiras foram elevados à cat. de mun., de modo que, a 31 de dezembro dêsse mesmo ano, o território do mun. compreendia apenas os dist. de Cascavel, Caponga e Jacarecoara. A verdade, entretanto, é que jamais foram instalados referidos mun., e os diplomas legais que os criaram foram anulados pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965, continuando Cascavel com a mesma divisão administrativa de 1960.

Formação judiciária. — Em conseqüência da Lei geral de 15-10-1827, foi criado o dist. de paz de Cascavel, desmembrado de Aquirás. Têrmo judiciário da com. do Aracati pelo mesmo diploma legal que criou a vila de Cascavel, a 6-5-1833. O têrmo pertenceu a Aracati até 1841, quando pela Lei n.º 226, de 9 de janeiro, passou a integrar a com. de Fortaleza. Criada a com. de Aquirás, Lei n.º 1.065, de 7-11-1863, a ela subordinou-se. Com. pelo Dec. n.º 196, de 5-6-1891, sendo classificada de 2.ª entrância pela Lei n.º 37, de 1.º-12-1892. Foi inaugurada em 16 de julho de 1891 pelo juiz de direito, bacharel Antônio Ferreira de Melo Santiago, natural de Pernambuco. Atualmente é com. de 3.ª entrância.

Formação eclesiástica. — Freg., sob a invocação de N. S. da Conceição, por Dec. de 4-9-1832, do Conselho Geral da Província. Foi canônicamente inaugurada pelo seu primeiro vigário, padre José da Costa Barros.

Em 1757 já existiam em Cascavel duas capelas providas de um capelão. Uma delas era a de N. S. do Ó. Foi construída no princípio do século 18 pelo sargento-mor Manuel Rodrigues da Costa que, juntamente com sua mulher, Francisca Ferreira Pessoa, lhe deu para patrimônio um sítio de terras e 24 vacas, por escritura pública lavrada no Aquirás, a 17-8-1717. Reservou para si e descendentes, como fundador e proprietário da capela, a sua administração.

"Há poucos anos, estando a capelinha muito arruinada, deliberou-se retirar o material aproveitável e erigir, na mesma praça, em frente ao local da capela e junto dêle, um monumento que recordasse o primeiro templo sacro, edificado em Cascavel. No ano de 1947, se inaugurou o monumento. Há nêle um pequeno nicho, em que ficou encerrada a antiga imagem de Nossa Senhora do Ó. O sino da velha capelinha foi para o Museu Histórico de Fortaleza. A pequena coroa de ouro da imagem, estando já partida, foi vendida e, com a importância apurada, financiou-se a ereção do monumento. Em uma lápide de mármore, embutida em uma face do monumento lêem-se dados históricos da capelinha desaparecida. Uma grade de ferro que antes cercava o cruzeiro da Matriz ora fecha dentro de um polígono octogonal, o monumento comemorativo.

A imagem de Nossa Senhora do ó é a mesma chamada da Expectação. A origem do título ou invocação de "Nossa Senhora do Ó" pode parecer estranha, mas é de fácil explicação. A novena do Natal — de 16 a 24 de dezembro — muito vulgarizada — entre outras preces e invocações tem sempre, cada dia, o cântico do "Magnificat" precedido e seguido de uma bela antífona. Essa antífona diversa para cada dia, quase sempre começa por um vocativo como êstes: ó Sapiência, ó Adonai, ó Raiz de Jessé, ó Chave de Davi, ó Oriente, ó Rei dos Povos, ó Emanuel. Êsse ó tantas vêzes repetido, antes e depois do cântico de Nossa Senhora, explica perfeitamente o título "Nossa Senhora do Ó." D. Antônio de A Lustosa, *Notas a Lápis*, Escolas Profissionais Salesianas, S. Paulo, 1952, 345 e 346.

Carece de fundamento histórico a versão constante na *Enciclopédia dos Municípios*, v. XVI (Ceará), 145, que a vida religiosa de Cascavel começara ao tempo da missão apostólica do padre Antônio Vieira, que conseguira o aldeamento das várias tribos indígenas da região.

A paróquia de N. S. da Conceição de Cascavel conta com 11 igrejas e capelas e 10 associações religiosas. A festa da padroeira realiza-se a 1.º de janeiro.

No mun. de Cascavel há ainda duas outras paróquias. A de N. S. de Guanacés, fundada a 25-1-1948 e a de S. Luiz de Gonzaga, em Pitombeiras, que data de 1.º-1-1949.

TOPONÍMIA

Cascavel, como topônimo, oficialmente surge, no Ceará, pela primeira vez, na sesmaria de Domingos Pais Botão e João da Fonseca Ferreira, concedida pelo capitão-mor Fernão Carrilho, em 25-2-1694. (D.S., v. 2, 109, 85.) Aparece como ponto de referência. Era uma paragem à mão direita da estrada dos que iam do *Siará* ao Choró. Ficava na terra do ajudante Manuel Bulhões, que com outros, em 1690, conseguira terras do fim da várzea do Goiaí, Choró abaixo. Bulhões povoou o sítio do Cascavel em data imprecisa. Um seu descendente, Manuel Rodrigues da Costa, nêle construiu a capela de N. S. do Ó, plântula que daria origem à cid. do mesmo nome.

Cascavel é locativo raríssimo na geografia cearense. Conheço apenas três lugares com êste nome. Por referir-se à nossa cobra mais peçonhenta, não é bem aceito por certas pessoas. No caso em espécie, não faltaram sugestões no sentido de mudá-lo. Primeiramente quiseram substituí-lo por S. Bento, pelo simples fato de ser S. Bento o padroeiro contra as cobras venenosas. Não vingou a tentativa e nunca a cidade foi chamada por êsse nome, como afirmou certo estudioso. Quando se discutia na Assembléia a criação da cidade, o deputado José Martiniano Peixoto de Alencar, na sessão de 26-10-1883, apresentou emenda propondo a troca do nome Cidade de Cascavel por Cidade do Visconde do Rio Branco. Não foi aprovada. O desembargador Álvaro Gurgel de Alencar, autor do *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Ceará*, era um inconformado com a denominação de Cascavel. Na 1.ª edição do referido livro, em 1903, pág. 83, sugeriu substituí-lo por Paranaguaçu, dando a êste têrmo tupi esdrúxula interpretação. Na 2.ª edição, pág. 67, lembrou o nome de Pirangi.

FILHOS ILUSTRES (*)

Arcelino de Queiroz Lima (1837-1895). Educador, funcionário público e magistrado. Foi o fundador e diretor do Ginásio Cearense, de Fortaleza. Exerceu a judicatura, com grande exação, em alguns têrmos judiciários da Província. Deixou descendência ilustre.

Benedito Augusto dos Santos (1853-1935). Advogado e membro do ministério público. Versado em assuntos históricos, deixou vários trabalhos de reconhecido valor.

João Lopes Ferreira Filho (1854-1928). Jornalista e homem público. Tomou parte ativa nas campanhas da libertação dos escravos e da implantação republicana. Foi, a princípio, deputado provincial e, no nôvo regime, representou o Ceará na Câmara dos deputados gerais, da qual ocupou a presidência.

Juvenal de Carvalho (1858-1955). Agricultor esclarecido e proprietário abastado, desfrutou sólido conceito social e político. Ainda em vida, despojou-se de todos os seus bens de fortuna para transformá-los em obras pias e assistenciais. Tornou-se, dêste modo, um dos maiores benfeitores das classes desvalidas e das organizações de caridade no Ceará.

Raimundo Francisco Ribeiro, cônego (1820-1894). Foi vigário colado de Baturité por espaço de quarenta anos. Exerceu o mandato de deputado provincial e também o de deputado geral pelo Ceará.

Raimundo Teodorico de Castro e Silva (1837-1902). Magistrado e homem público, desempenhou vários cargos de relêvo, entre os quais os de deputado provincial, chefe de polícia em Pernambuco e presidente do Piauí. Terminou sua carreira profissional como desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.

Sebastião Simões Branquinho (1820-1911). Farmacêutico licenciado, exerceu essa profissão, por longos anos, em sua terra natal, e no desempenho da mesma tornou-se grande benfeitor das classes desfavorecidas. Exerceu também alguns cargos públicos municipais.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

CASEMIRO. — Aç. part., const. em coop. com a IFOCS. Iniciado em 1912, foi concluído em 1934. Barragem de terra, com a capacidade de 1.008.730 metros cúbicos. Prêmio de 131:432$498. Fica no mun. de Redenção.

CASINHAS. — Nome antigo de um ôlho-d'água, no rch. das Favelas, da bacia do Carrapateira, registrado em 1717, na sesmaria de José de Araújo, concedida pelo capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime. (D. S., v. 5, n.º 353, 198).

CASTANHA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Conceição, no qual desemboca no lug. Batalhão, subúrbio de Campos Sales.

CASTANHÃO. — Dist. e v. de igual nome, do mun. de Alto Santo.

O território, na maior parte, compõe-se de tabuleiros ondulados, rasos e pedregosos, cobertos de gramíneas, pontilhados de árvores esparsas, de pequeno porte. Os tabuleiros descem suaves, rumo ao Jaguaribe, que corta o dist. de ponta a ponta. Seguem-se-lhes planícies aluviais, onde se abrem as la. da Junça, Grande, Boqueirão, Portas, Letrado, Graça, Lucinda, entre as maiores. A oiticica e a carnaúba dão a nota paisagística. A água subterrânea é farta no leito do rio e pouco profunda nas várzeas. A temperatura oscila entre 24 e 36º centígrados. A precipitação pluviométrica média anda na casa dos 500 milímetros.

O dist. liga-se à Capital pela BR-13. Dispõe de ótimo campo de pouso, agência postal, telefone intermunicipal e Rádio da Polícia.

A principal cultura é a da bananeira, concentrada à margem do Jaguaribe, irrigada por elevação mecânica. Uma das propriedades mais produtivas, a da Junça, de José Holanda Cunha, mantém 14 motores no bombeamento d'água. Produz ainda grande quantidade de algodão, milho, feijão, arroz, batata-doce, mandioca e goiaba. Existem, por outro lado, na área dos tabuleiros, boas fazendas de criar. Contam-se 17 açudes construídos por particulares ou em cooperação com os podêres públicos.

No setor industrial possui uma fábrica de doce, cuja produção encontra franco mercado em tôda a zona jaguaribana e cidades próximas do R. G. do Norte. A existência dêsse estabelecimento tem concorrido para o incremento das culturas da goiabeira e bananeira principalmente. No âmbito rural, há dois engenhos de rapadura, casas de farinha e pequenas instalações para queijo e manteiga.

Comércio varejista com sete casas e uma farmácia. O

grosso de sua produção escoa-se para Limoeiro, Alto Santo e Fortaleza.

O último recenseamento deu-lhe 3.096 hab. e 509 domicílios. Na área urbana havia 439 moradores e 2.057 na rural. Hoje a pop. é avaliada em 9.600 habitantes.

Na sede funciona um grupo escolar, com quatro cadeiras estaduais e três municipais. No restante do dist. existem cinco esc. municipais, com freqüência superior às possibilidades didáticas.

Em Castanhão há uma cooperativa e a Sociedade União do Vale (SOUVA), que presta boa assistência à população desvalida.

Castanhão está à m. dir. do Jaguaribe, a 74 m acima do nível do mar, em plena várzea. O local em que se assenta era mata em 1935. A partir dêsse ano, José Holanda Cunha, filho e proprietário da faz. Castanhão, com obstinada e invencível vontade, lança os fundamentos de uma futura cidade. Na sede de seu domínio rural constrói capela, mercado, grupo escolar, clube recreativo, cemitério, cadeia, prédio para correios e telégrafos, campo de pouso, abre estradas, instala fábrica, amplia lavouras e alicia moradores. A 26-3-1960, Castanhão possuía 170 prédios, todos de propriedade de José Holanda Cunha. Ao amanhecer do dia seguinte, 27 de março, Castanhão deixara de existir como núcleo urbano. Destruíram-no as águas agigantadas com o arrombamento parcial do aç. Orós. Nada escapou à inundação. Até cadáveres foram arrancados de suas tumbas. Um ano depois, cumprindo promessa feita logo após a catástrofe, José Holanda Cunha dava à coletividade um nôvo Castanhão, mais amplo e mais moderno.

O primeiro proprietário da faz. Castanhão foi dona Joana Rochaliana da Rocha Pita, tia legítima do coronel José Leão da Cunha Pereira, assassinado em sua faz. do Boqueirão de Baixo, em 1825.

Já vimos como Castanhão adquiriu características urbanas, que o elevaram a dist. e v., do mun. de Limoeiro do Norte, pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951. Passou a integrar o mun. de Alto Santo quando da criação dêste, Lei n.º 3.814, de

13-9-1957. Mun., com os limites do dist., e cid., pela Lei n.º 6.654, de 14-10-1963. (D.O., de 4-11-1963). O mun. não foi instalado e como dist. continuará a depender do mun. de Alto Santo, pois a Lei n.º 8.339, de 14-12-1965, tornou nula e sem efeito a sua criação.

No eclesiástico está sujeito à paróquia de Alto Santo. Possui duas capelas e tem como padroeiro S. José.

Diz a tradição que antigo morador do vale do Jaguaribe, português de origem, possuía, como montada predileta, um grande cavalo castanho, chamado, por isso mesmo, de *Castanhão*. Em viagem, no auge de uma sêca, a alimária caiu de cansaço e fome. O cavaleiro viu-se obrigado a deixá-la em sítio deserto e quando foi buscá-la, dois ou três dias depois, a encontrou morta. Em memória ao famoso cavalo, deram ao local em que morreu o seu nome. *Se non è vero è bene trovato.*

CASTELHANOS. — Mo. (dos), conjunto de pequenas dunas, cobertas de vegetação, no mun. de Acaraú.

CASTELHANOS. — Pt. (dos), formada pelo mo. do mesmo nome, no mun. de Acaraú.

CASTELHANOS. — Rch. (dos), desemboca no mar, entre a pt. do mesmo nome e o mo. do Sarnambi, no mun. de Acaraú. Recebe diversos afl. e atravessa as la. do Monteiro e do Mangue Sêco.

CASTELHANOS. — La. (dos), no litoral do mun. de Acaraú, à m. esq. do rch. de seu nome, onde verte o seu desaguadouro.

CASTELHANOS. — Pov. praieiro, à esq. da ba. do rch. de igual nome, no mun. de Acaraú.

CASTELO. — Rch. (do), afl. do Arabé, corre de S a N, no mun. de S. Benedito.

CASTELO. — Rch. (do), nasce no ste. Tamanduá e deságua no aç. General Sampaio. Todo o seu curso separa os mun. de Canindé e Pentecoste.

CASTELO. — Pov., no mun. de Morada Nova, com 15 habitações.

CASTELO VELHO. — Topônimo do século 18. Encontra-se na sesmaria concedida a 12-12-1744, pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes a João da Silva Costa e tenente Manuel Gomes de Oliveira. (D.S., v. 14, n.º 233, 267.)

CASTRO. — Rch. (do), nasce entre os ste. do Logradouro e dos Grossos, contrafortes da sa. de Baturité. Rola volume d'água respeitável, por drenar grande parte do maciço baturiteense, juntamente com os seus afl. Marés, Palmatória e Salgado, que lhe entram pela esquerda e nascem na referida serra. Banha Itapiúna (ex-Itaúna, ex-Castro) e desemboca à m. esq. do Choró, no lug. denominado Campos.

CASTRO. — V. ITAPIÚNA.

CASTRO. — V. MACAOCA.

CASTROS. — La. (dos), no mun. de Pacajus, perto da Transnordestina.

CATÃO. — La. (do), no dist. de Mondubim, mun. de Fortaleza, com depósitos de argila diatomífera, aproveitados no fabrico de tijolos para construção. Êsses depósitos, de espessura variável, no máximo 6 palmos, além das variedades conhecidas por *barro tremedor* e *barro cortador*, apresentam núcleos do tipo *colorau*, diatomito com manchas de óxido de ferro, e *pneu*, que é uma variedade de diatomito argiloso muito elástico. (Henrique Capper Alves de Sousa e Sílvio Froes de Abreu, *Diatomito do Nordeste*, Boletim n.º 33, Divisão de Fomento da Produção Mineral, Rio de Janeiro, 1939, 23.)

CATARINA. — Sa. (da), no mun. de seu nome, na convergência das vertentes dos r. Banabuiú, Truçu, Condadu e alto Jaguaribe. Tem constituição argilosa, clima sêco porém fresco, com chapadas apropriadas à lavoura de algodão, mandioca, mamona, cereais e legumes.

CATARINA. — Ste. (da), contraforte da sa. de Baturité, nas cercanias de Palmácia, bastante cultivada de café.

CATARINA. — Ladeira (da), na sa. da Meruoca, cujo tôpo é um dos pontos de incidência dos limites dos mun. de Meruoca e Alcântaras.

CATARINA. — Rch. (da), pertence à bacia do Caxitoré.

CATARINA (Ex-SANTA CATARINA). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe. Numa das extremas do antigo Sertão do Quixelô.

Limites. — Ao N e a L, com o mun. de Acopiara; ao S, com o de Saboeiro; ao O, com o de Arneiroz.

Superfície. — 485 km².

Fisiografia. — No mun. entroncam-se diversas sa., cuja alt. medeia entre 300 e 500 metros. Constituem o divisor de águas das cabeceiras do Truçu e Condadu. Essas elevações que tumultuam a topografia local, tornando-a muito acidentada, são as da Catarina, Flamengo, Lagoa do Touro, Chatinho e Croado.

A maior parte do mun. pertence à bacia do Condadu, que se escoa ràpidamente à época das chuvas, deixando poucos poços permanentes em seu leito. Apresenta, entretanto, uma rêde de afluentes com excelentes locais para a construção de pequenos e médios açudes. Bem perto da cid. de Catarina

ficam as nascentes do Truçu, capturadas por uma barragem destinada à serventia pública. As la. são inexpressivas. A de maior extensão, chamada do Arroz, na estrada que vai para Saboeiro, não resiste a um ano de sêca.

Excelente o clima dêsses sertões altaneiros. Sopra uma constante ventilação e as noites são amenas e às vêzes frias, mormente nos meses de maio a julho. As manhãs são agradabilíssimas.

Aspectos Econômicos

Mais de 90% da pop. ativa de 10 anos para cima vivem das fainas rurais. Plantam e criam simultâneamente. Os solos são argilosos, profundos, excelentes para a lavoura de mantimentos, algodão e mamona. Pecam, entretanto, pela declividade, o que torna quase impossível mecanizar o preparo do solo e o trato das lavouras. A enxada é o instrumento agrícola dominante. A safra de 1963/64 foi estimada pelo Departamento de Economia Rural em 2.100.000 kg de algodão em caroço, 1.050.000 kg de milho, 450.000 kg de feijão, 120.000 kg de arroz em casca, 23.000 kg de mamona. Os aviamentos produziram 1.200.000 kg de farinha de mandioca. Os *brejos* de 150 aç. particulares deram 600.000 kg de rapadura, em pequenos engenhos a tração animal, pois 5 apenas são motorizados.

A colheita de oiticica, na safra referida, foi de 620.000 kg.

A criação, dispersa por grande número de propriedades, representa cêrca de 30% do cômputo das atividades rurais municipais. Pode desenvolver-se muito, desde que seja racionalizado o seu manejo. Há possibilidades pelo clima, pela implantação em larga escala da cultura da palma, pela abundância de restolhos nos roçados, pelo aumento da lavoura do milho, de vir a ser um centro leiteiro e de engorda de grande importância.

O comércio se faz com Acopiara, Iguatu e Tauá, vencendo carroçáveis nem sempre de tráfego livre ao tempo das chuvas. A praça mais próxima é a de Acopiara, da qual dista 60 km.

Todos os seus comerciantes, em número de 20, são varejistas. A feira realiza-se aos domingos. Depende de Acopiara quanto ao fisco.

População

O mun., composto só do dist.-sede, tinha, em 1960, 5.430 hab., dos quais 846 no quadro urbano e 4.584 no rural. O número de domicílios era de 881. Hoje, estima-se a pop. da cid. em 1.200 moradores.

Aspectos Culturais e Assistenciais

Há 1 grupo escolar, na cid., com 5 professôras e a freqüência de 250 alunos, mantido pelo Estado. Pelo interior do mun. contam-se 45 esc. a cargo da Prefeitura. Quanto a outros órgãos assistenciais, nada existe.

Aspectos Urbanos

A cid. fica em uma chapada sôbre a sa. de seu nome, bem perto das nascentes do r. Truçu. Tem as seguintes coordenadas geográficas aproximadas: 6º 12" de lat. S e 39º 54" de long. W. Gr. Centraliza as trocas comerciais da sa. da Catarina e da parte lindeira com Tauá e um pouco de Saboeiro. O seu casario não se recomenda pela construção. Possui 2 igrejas de pouca monta, as chamadas velha e nova, esta servindo de morada ao padroeiro, que é S. José. É iluminada a luz elétrica, até às 21 horas. Um poço profundo e a barragem do Truçu abastecem-na de água potável.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-9-1920, Santa Catarina figura como dist. do mun. de Arneiroz. Pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931, foi desanexada do mun. de Arneiroz e incorporado ao

de Afonso Pena (hoje Acopiara). Em 1933, no quadro da divisão territorial, o dist. já faz parte do mun. de Tauá. Dêle se desliga para o de Saboeiro, mas a Lei n.º 263, de 28-12-1936, volta-o a Tauá. Em divisão territorial de 31-12-1937 e no quadro anexo ao Dec.-lei n.º 169, de 31-3-38, retificado pelo Dec. n.º 378, de 20-10-1938, retorna a Saboeiro. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1948, passou a denominar-se Catarina, em vez de Santa Catarina. Foi elevado à cat. de mun. e a v. à de cid., pela Lei n.º 3.604, de 25-5-1957. (D.O., de 28-5-57.)

Formação judiciária. — Depende da com. de Acopiara.

Formação religiosa. — Subordinada à paróquia de Arneiroz, do bispado de Iguatu.

CATETE. — Sit., existente nos meados do século passado, fora dos limites da cid. de Fortaleza. Ficava, mais ou menos, entre as atuais Av. do Imperador e Rua Tereza Cristina, nas circunvizinhanças da Rua Guilherme Rocha.

CATIFIM. — "Nome que os tapuias tremembés davam ao rio Aracatiaçu.

Hist. — O topônimo foi registrado em 1666, por João Teixeira Albernaz, num dos seus mapas da costa do Nordeste.

Etim. — Sendo o vocábulo de origem tremembé, cuja língua é quase inteiramente desconhecida, torna-se impossível tentar qualquer interpretação." (T. Pompeu Sobrinho, *Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense*, RIC, 59 (1945), 168.)

CATINGA. — Rch. (da), nasce no ste. do Cupim, nas divisas de Lavras da Mangabeira e Baixio.

CATINGA DO GOES. — "Na Memória de Feijó, a Chapada do Apodi parece ser chamada *Catinga do Goes*, no trecho: "uma dilatada mata espêssa de pouca altura, denominada Catinga do Goes, que da serra de S. Sebastião decorre até

o Rio Mossoró" (Revista citada, vol. 3, pág. 5). Em documentos de 1811, em que — para execução da Provisão Régia de 1793 — o ouvidor Rademaker dá posse à Câmara de Aracati sôbre certos terrenos, há também referências à Catinga do Goes, que parece ser a Chapada do Apodi (Barão de Studart, *Notas Para a História do Ceará*, pág. 358)." Clodoaldo Pinto, *Terras Públicas do Estado*, RIC, 50 (1936), 60.

Catinga do Goes, por êsse tempo, era também o nome da povoação que deu origem à atual cid. de Jaguaruana, antes União. O nome parece originar-se de Simão de Goes, cuja viúva, d. Feliciana Soares da Costa, construiu no local capela dedicada a N. S. Santana e deu-lhe patrimônio em 1761.

CATINGA GRANDE. — Sa. (da), ponto dos limites de Quixará com Várzea Alegre.

CATINGA GRANDE. — Vasta chapada, a mais de 200 m de alt., de vegetaçoã bem definida e grande importância econômica, na sa. do Apodi.

CATINGA REDONDA. — Pov., na sa. de São Pedro do Cariri, mun. de Caririaçu.

CATINGUBA. — Ôlho-d'água, perto da cid. de Viçosa.

Para T. Pompeu Sobrinho, vem de *caáting* e *uba* por *yba* (árvore pau), árvore da catinga. RIC, 33 (1919), 217.

CATINGUEIRA. — Sa. (da), entre a do Cafundó e o rch. da Pendência.

CATINGUEIRA. — Rch. (da), bacia do rch. das Antas. Jerônimo Mendes de Paz, em carta de 4-12-1752, ao capitão-general de Pernambuco, relata que encontrou ouro tanto na madre dêste rch. como nas chapadas vizinhas. (Barão de Studart, *Para a História das Minas dos Cariris*, RIC, 35 (1921), 233.)

CATINGUEIRA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do rch. da Pendência, trib. do Salgado.

CATINGUEIRA. — Rch. (da), recebe o Xiquexique, e da foz dêste até à sua ba. no Capim-pubo, separa os dist. de Icòzinho e Bernardinópoles.

CATINGUEIRA. — Rch. (da), afl. do Umbuzeiro.

CATITA. — Rch., afl. da m. esq. do Sitiá, recebe o Cipó, mun. de Quixadá.

CATOLÉ. — Sa. (do), contraforte do maciço das Matas, à margem do Trapiá, no alto da bacia do rch. dos Cachorros, mun. de Boa Viagem.

CATOLÉ. — Rch. (do), afl. da m. dir. do rch. Prêto, no mun. de Uruburetama.

CATOLÉ. — Rch. (do), afl. do Vera Cruz, na bacia do Carrapateiras, mun. dêste nome.

CATOLÉ. — Rch. (do), cuja nascente fica nas divisas de Altaneira e Assaré.

CATOLÉ. — Rch. (do), vem da parte meridional da sa. do Teixeira, e depois de 12 km de curso deságua à m. esq. do Banabuiú, 6 km acima da cid. de Mombaça, no sít. Serafim Dias.

CATOLÉ. — Rch. afl. do rch. das Antas, com ouro no leito, como constatou Jerônimo Mendes de Paz, em 1752.

CATOLÉ. — La. (do), no sít. do mesmo nome, dist. de Ibitiara, mun. de Araripe.

CATOLÉ. — V. JACAMPARI.

CATOLÊ. — Pov., com 20 habitações, mun. de Pacajus.

CATOLÊ. (Ex-CATOLÊ DOS MOSQUITOS). — Dist. e v. de igual nome, do mun. e com. de Mombaça.

Com o nome de Catolé figurava como dist. do mun. de Maria Pereira, hoje Mombaça, segundo o Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, acresceu-se com território do extinto dist. de Mosquito, do mesmo mun. de Maria Pereira. Perdeu parte de seu território em benefício do dist.-sede (Mombaça) pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951. Passou a mun. e o núcleo urbano a cid. pela Lei n.º 6.966, de 9-12-1963. (D.O., de 27-12-63.) Não foi instalado e posteriormente a Lei n.º 8.339, de 14-12-1965, considerou nula a criação em aprêço, tanto dêsse como de muitos outros municípios gerados no Legislativo por interêsse da politicagem vilareja.

A v. fica à margem do Cocodê, a 3 km acima de um sít. chamado Mosquito, nome também extensivo ao Cocodê, cujo vale é de grande feracidade. Tem capela dedicada a São Francisco.

A pop. em 1960 era de 4.004 hab., sendo 243 na v. e 3.761 na zona rural. O número de domicílios era de 594.

Em 1964, tinha 3 esc., com 84 alunos, na sede distrital, e 12 na zona rural, com a matrícula geral de 270 alunos.

CATOLÊ DO MOSQUITO. — V. CATOLÊ.

CATU. — Rch., no mun. de Aquirás, engrossado pelo Preaoca e Manuel Dias, desemboca no mar, entre a foz do Pacoti e a ens. do Iguape. A sua ba. de quando em vez fica obstruída pelas areias. Forma-se, então, extenso lago. Em 1910, segundo estudos realizados pela IFOCS, a represa atingia 14 km de comp., com um volume de 41 milhões de metros cúbicos e a profundidade máxima de 12 metros. Nos primeiros anos da República chegou a acumular 200 milhões de metros cúbicos, alcançando 24 km de largura. A pedido dos moradores ribeirinhos, prejudicados com a invasão das águas, esta barra-

gem natural foi arrombada ao tempo da administração do cel. Freire Bizerril e no govêrno do presidente João Tomé. A barragem ainda existe, porém com a capacidade bastante reduzida e pretende-se, nos dias que correm, transformar o lago num centro de esportes aquáticos.

Catu quer dizer bom, qualificativo aplicado, no caso, à água do riacho.

CATUANA (ex-CAUIPE). — Dist. e v. do mun. e com. de Caucaia.

Criado pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, em substituição ao antigo dist. e v. de Cauipe, extinto por êste mesmo diploma legal.

A v. dista 30 km da sede municipal. É cortada pela BR-22 e pela ferrovia Fortaleza-Crateús, cuja estação, inaugurada a 12-12-1926, fica no km 49,790 e a 31,30 m de altitude. Dispõe de comunicação telegráfica.

Em 1960 possuía 4.673 hab., ou seja, 688 na zona urbana e 3.985 na rural. Havia, nesse mesmo ano, 782 domicílios.

A instrução primária apresentava a matrícula efetiva de 457 alunos, em 17 escolas, em 1964.

O dist. vive da lavoura, de uma pequena pecuária e da exploração da cêra de carnaúba.

Catuana significa ótimamente.

CATUMBI. — Sa. (do), no mun. de Saboeiro, transversal à das Imburanas, entre os rch. do Carcará e S. João, na bacia do Condadu. De *caá-t-umby*, a fôlha azul, o mato verde. Pode também vir de *caá-tumby*, ao pé do monte, à beira da mata.

CATUNDA (Ex-MADALENA). — Dist. e v. do mun. e com. de S. Quitéria.

Era o antigo dist. de Madalena, pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, foi acrescido do território do dist. de Videu, então extinto, e tomou o nome atual em homenagem ao professor, parlamentar e historiador Joaquim Catunda.

Em 1960 acusou uma pop. de 4.767 hab., dos quais 431 na zona urbana e 4.336 na rural. Foram recenseadas 749 moradias.

O ensino primário apresentava a matrícula efetiva de 130 alunos, em 1964, e tinha 5 escolas, tôdas na sede.

Localizado no alto da bacia do r. dos Macacos, o dist. vive da criação de gados, da lavoura e da extração da oiticica. A sede municipal comunica-se com os centros vizinhos por meio de carroçáveis. O comércio é pequeno. Tem capela dedicada ao Coração de Jesus e subordina-se à freg. de S. Quitéria.

CAUÃ. — Mo. (da), na sa. da Meruoca, ponto da linha divisória dos mun. de Coreaú e Massapê.

De *acauã*, voz onomatopaica que designa um gavião que dá combate às cobras e havido pelo povo como agoureiro. É o *Herpetotheres cachimans* dos zoólogos.

CAUAÇU. — Lugarejo, no dist. de Acaraú, junto à praia, com escola mantida pela colônia de pescadores aí existente.

De *caá-açu*, fôlha grande ou mato grande.

CAUCAIA (ex-Soure). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Litoral.

Limites. — A O, com os mun. de Pentecoste e S. Gonçalo do Amarante; a L, com os de Fortaleza e Maranguape; ao S, ainda com o de Maranguape, e ao N, com o Atlântico.

Superfície. — 1.293 km².

Fisiografia. — A linha litorânea vai da foz do Ceará à do Cauípe. É uma praia arenosa, sem saliências e reentrâncias, de águas rasas, castigada pelas ondas. Tem as seguintes denominações locais: pr. da Barra do Ceará, da Imbuaca, da Iparana, do Pacheco, do Icaraí, da Barra Nova, do Paràzinho, do Combuco e da Barra do Cauípe. As pr. de Imbuaca, Iparana e Icaraí correspondem aos lug. fronteiros chamados de Margarida,

Guaé e Caraçuí, respectivamente. As outras, aos de seus próprios nomes. Depois da praia, levantam-se as formações dunosas, de altitude irregular, fixadas pela vegetação nativa ou arrastadas pelos ventos, entupindo barras de rios e riachos. Em certos trechos crescem barreiras baixas, algo avermelhadas, abruptas do lado do mar, cobertas de areia. Só a ba. do Ceará, nas marés cheias, dá entrada e abrigo a embarcações de pouco calado.

O mun. é mais acidentado do que plano. As elevações que constituem o cordão central do Estado começam em Caucaia, perto do mar. Correm na linha norte-sul, raro ultrapassando a alt. de 500 m. No centro, há um bloco montanhoso, com vários nomes, relativos a braços ou seções dêsse pequeno maciço. Assim, a L encontram-se as sa. de Coité, Lagoa dos Porcos, Juá e Tiunvira; ao N, Boqueirão; a O, Arara, Conceição, Lagoa Nova e Timbó; ao S, Jarandragoeira e Danças. Fora dêsse bloco, na parte S do mun., limites com Maranguape, acham-se as sa. de Tucunduba e Rajada. Perto do litoral, ao S, as de Santa Rosa e Tabuleiro Grande; ao nascente, as de Camará e Japuara. Completam a orografia de Caucaia diversos ste. solteiros, entre os quais se salientam: Pão-de-Açúcar, Água-Boa, Pau-Barriga, Mingaú, Caruru, Ôlho-d'Água, Lagoa-de-Dentro, Jacurutu, Tigre.

O seu principal r. é o Ceará. Dirige-se de sudoeste para nordeste, cortando o mun. em sua maior extensão. Do lug. Campo Grande até as proximidades da cid. de Caucaia, é conhecido por Picu, outrora Yacu, como vem nos documentos antigos. O Juá e o Cauípe drenam terras de noroeste. Ambos, por vêzes, têm as ba. obstruídas pelas areias volantes. Formam-se então grandes lagos, ricos de pescado e margens povoadas de voláteis e pequenos animais silvestres. Poucas comunas cearenses são tão ricas em la. permanentes quanto Caucaia. Na faixa litorânea encontram-se as de Caraçuí, Damião, Poço, Rôla, Banana, Parnamirim e Tanuapaba. Mais para o interior, situam-se as de Tabapuá, Pabuçu, dos Porcos, Capuã, Jenipabu.

Pequenas fontes brotam nas serras, abrindo-lhes hiatos de umidade, ocupados com plantios de bananeiras e fruteiras di-

versas. São os chamados *sítios da serra*. Por outro lado, há muitos olhos-d'água nas barrancas que se empinam para a praia, ou à raiz das dunas, do lado continental. Formam com os seus fios líquidos os *sítios da praia*, cultivados de cana e mantimentos, adubados orgânicamente.

Solos e vegetação. — Nos tabuleiros costeiros predominam solos silicosos e pobres. Os baixios no comum mostram-se ácidos. No interior os solos variam muito no tocante à composição física. Em geral são férteis. O massapê duro das margens dos rios está quase sempre vestido de carnaubais pouco adensados, exceto trechos do vale do Cauípe. Há excelentes coroas nos rios e riachos. Encontram-se bons capões de mata nas sa. do Catolé, Juá, Tiunvira e Jarandragoeira. São relíquias de antigas florestas, salvas do machado e do fogo por serem necessárias à defesa contra a erosão desapoderada dos alcantis ou por servirem de cortinas frenadoras dos ventos sôbre os bananais. No resto do território: catingas, capoeiras e carrascos.

Clima e salubridade. — É um sanatório pela amenidade e regularidade da temperatura. A média é de 28 graus. Nas serras é agradabilíssimo. Em 47 anos de observações continuadas a média pluviométrica foi de 1.178 mm.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Afora a rêde de carroçáveis internas, Caucaia é cortada por duas estradas nacionais: Fortaleza-Brasília e Fortaleza-Teresina. Esta asfaltada em grande trecho e de intenso tráfego, e aquela em fase de construção, ora suspensa. Ônibus, de meia em meia hora, põem a sede municipal em contato com Fortaleza. A ferrovia Fortaleza-Sobral tem no mun. duas estações. A de Caucaia, no km 19,600, foi inaugurada a 12-10-1917. Além da agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, do telégrafo privativo da RVC, há no mun. pequena rêde telefônica, servindo à sede, ligada ao sistema da Capital.

Lavoura. — A estimativa da produção agrícola para 1966 foi de 450.000.000 de kg de mandioca, 36.000.000 de kg de milho, 6.600.000 kg de algodão em caroço, 12.000.000 de kg de feijão, 540.000 kg de arroz em casca, 400.000 kg de batata-doce, 3.000.000 de cachos de banana, 4.000.000 de côcos-da-praia, 20.000.000 de cajus, 40.000.000 de goiabas, 10.000.000 de mangas.

Tôda essa produção, apesar da vizinhança da chefia dos órgãos agrícolas sediados na Capital, obtém-se rotineiramente, sem a mínima assistência técnica. Os roçados dos tabuleiros litorâneos lembram muito as velhas roças do passado indígena, que continua presente, com os seus processos de amanhar a terra, transmitidos quase que íntegros, de geração a geração. Cêrca de 70% de sua população ativa, acima de 10 anos, vive das práticas rústicas. A cultura da bananeira, feita nas partes frescas das serras, em lugares de acesso áspero, passa por ser a lavoura de maior rentabilidade. Nessas serras, outrora, cultivava-se até café. Tomás Pompeu, no *Ensaio Estatístico*, I, 25, regista 50 lavras desta planta de gôzo, em 1864.

Pecuária. — Ao findar 1965 calculava-se o rebanho caucaiense em 40.000 bovinos, 3.000 eqüinos, 5.000 asininos, 2.000 muares, 44.000 suínos, 34.000 ovinos, 50.000 caprinos e 300.000 aves.

O leite avaliava-se em 4.950.000 litros e o queijo em 38.000 quilogramas.

Produção extrativa. — No setor mineral destacam-se as salinas da Margarida, S. José, Soledade, Ipiranga, S. Rita, Fermap e Coroa Grande, situadas à ba. do r. Ceará, cuja produção, em 1965, chegou a 34.148 toneladas. Das jazidas de calcário extraíram-se 10.000 toneladas de cal extinta e do leito de algumas lagoas 420 toneladas de diatomita. Exportaram-se bastante pedra de construção e paralelepípedos para Fortaleza e os seus depósitos de argila contribuíram com 5.000 milheiros de telhas e 15.000 milheiros de tijolos de alvenaria.

Ainda em 1965, o setor vegetal produziu 210.000 kg de cêra de carnaúba, 500.000 kg de castanha de caju, 20.000 kg de oiticica, 40.000 m³ de lenha e 2.050 toneladas de carvão

vegetal. Por falta de estimativa não vem computada a produção de palha de carnaúba, usada em vários misteres, inclusive como adubo e *mulch* nas lavouras de milho.

Produção de carne. — Em 1965, o abate para o consumo público foi de 1.206 bovinos, 845 suínos e 524 miunças (ovinos e caprinos). Para o consumo próprio atingiu a 5 bovinos, 280 suínos e 267 miunças.

Produção de peixe. — A Colônia de Pesca Z-17, localizada na praia da Imbuaca, tem 150 pescadores, 40 jangadas, 25 paquêtes e 40 botes a remo. Encontram-se outros pescadores nas praias da Barra do Ceará, Pacheco, Paràzinho e Combuco. O resultado da pesca marítima em 1965, afora 25.000 kg de lagosta, foi de 171.500 kg de peixes diversos, vindo em primeiro lugar a cavala, com 50.000 kg.

No interior pesca-se muito nos açudes particulares, o que acarreta bons lucros aos proprietários. As espécies mais comuns são a curimatã, a traíra, o bagre, o cará, a piaba, o piau, o cangati. Foi de 366.000 kg a produção em 1965. Há também o camarão de água doce, cuja pesca, nesse mesmo ano, rendeu 15.000 kg.

Nos lagamares, notadamente da Barra do Ceará, há uma ativa coleta de caranguejo e aratu. Em 1965, o primeiro rendeu 250.000 kg e o segundo 35.000 kg. Caucaia supre Fortaleza dêsses crustáceos.

Indústria. — Além da salineira, com grande parque de coleta, armazenamento e beneficiamento, sobressaem na vida industrial do mun. duas grandes emprêsas: a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S/A (Sanbra) e o Frigorífico Industrial de Fortaleza (Frifort). Esta última é uma sociedade de economia mista, em que o Estado é o maior dos contribuintes, seguido da Prefeitura Municipal de Fortaleza. É o matadouro que abastece a Capital de carne verde. Abate diàriamente cêrca de 400 reses, das quais a Prefeitura de Caucaia aufere mensalmente mais de 25 milhões de cruzeiros de taxas.

Na zona rural há 48 engenhos e 127 casas de farinha, que em 1965 fabricaram 10.000 l. de aguardente, 1.500.000 kg de rapadura e 67.500.000 kg de farinha de mandioca.

Comércio. — Espalhados pelo mun. há mais de 200 estabelecimentos comerciais, na quase totalidade varejistas. As transações creditícias se fazem na praça de Fortaleza, que pela vizinhança atrai os demais negócios de vulto.

Finanças. — A arrecadação federal, estadual e municipal foi a seguinte, no período de 1961/65:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1961	2.294.909	12.584.801	5.299.380
1962	3.397.196	17.481.484	8.382.159
1963	3.987.954	48.065.740	14.225.052
1964	16.073.757	94.993.091	39.659.334
1965	30.591.709	239.995.070	102.864.671

População

Em 1960 possuía 42.572 hab. e 7.326 moradias, distribuídos como se segue:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CAUCAIA	21.073	4.757	16.316	3.717
Catuana	4.673	668	3.985	782
Guararu	3.770	133	3.637	611
Mirambé	2.155	432	1.723	406
Sítios Novos	2.868	455	2.413	500
Tucunduba	8.033	79	7.954	1.310
Total	42.572	6.544	36.028	7.326

Em 1821 a população de Cuacaia era de 1.200 moradores, índios todos êles. Ainda hoje, na beirada atlântica, encontram-se com freqüência indivíduos que relembram, pelo aspecto somático, o indígena ancestral.

Aspectos Culturais e Assistenciais

A 9-7-1759 abriu-se na aldeia de Caucaia a primeira escola primária, sendo mestre Manuel Félix de Azevedo, com 142 discípulos, de um e outro sexo, alguns dos quais casados. (Studart, *Datas e Fatos,* I, 284.) Um século depois, a esc. primária do pov. de Soure era freqüentada por 40 alunos, conforme Pompeu em *Ensaio Estatístico da Província do Ceará,* II, 1864, 25. A Lei n.º 1.210, de 23-8-1867, criou na v. de Soure uma cadeira de ensino primário para o sexo feminino e por Ato de 27-4-1892 outra de natureza mista.

Em 1966, o número de esc. primárias em funcionamento era de 140 (96 municipais, 37 estaduais e 7 particulares), com a matrícula geral de 5.815 alunos. Na cid., por êsse tempo, o Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça, inaugurado em setembro de 1933, tinha 22 professôras e 460 alunos.

Ministra o ensino secundário o Colégio Luzardo Viana, inaugurado a 26-3-1960 e mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com 345 alunos, inclusive 139 de sexo feminino. E mais ainda o Ginásio Janusa Corrêa, fundado a 21-4-1962, aos cuidados do Centro Educacional de Caucaia, subvencionado pelo Govêrno Federal, com 68 alunos, dos quais 37 femininos. Êstes dois estabelecimentos têm Curso Normal em pleno funcionamento. O primeiro com 55 e o segundo com 17 alunas. A Congregação dos Sacerdotes do Santíssimo Sacramento mantém sob a sua responsabilidade, desde 27-4-1954, o Colégio Sacramentino, de formação vocacional, atualmente com 29 discentes.

Cuida da assistência sanitária um Pôsto de Saúde do Estado e a Maternidade Paulo Sarasate, a cargo da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Caucaia, auxiliada pela União. A Conferência de S. Vicente de Paulo, fundada em 1903, e a Obra de Assistência S. José, que data de 1925, auxiliam aos desvalidos na medida de suas possibilidades.

ASPECTOS URBANOS

A cid. demora em ligeira lombada argilo-silicosa de 22 m de altura, contornada em parte pelo amplo varzeado do r. Ceará. Tem as seguintes coordenadas geográficas aproximadas: 3° 44' de lat. S e 38° 40' de long. W Gr. De tôdas as sedes municipais é a mais próxima de Fortaleza, da qual dista 10 km pela estrada de rodagem e 19,600 km pela ferrovia.

A vizinhança da Capital, as comunicações fáceis, o clima, a produtividade da terra, um melhor entendimento entre os líderes políticos locais deram a Caucaia possibilidades para tornar-se um dos mun. mais progressistas da Zona do Litoral. Progresso que se reflete sobretudo em seu principal núcleo urbano. É uma pequena cid. limpa, simpática, regularmente calçada, com bons estabelecimentos educacionais, bem suprida de carne e peixe, com os arredores povoados de chácaras e pequenos sítios ensombrados por anosas mangueiras. Caucaia foi a primeira cid. litorânea do Ceará, depois de Fortaleza, a receber os benefícios da energia elétrica fornecida pela CHESF, cuja inauguração se deu a 1.º-2-1965.

Possui cêrca de 900 prédios residenciais, alguns de muito bom gôsto. Dos prédios públicos e de instituições privadas, enumeram-se o Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça, o Ginásio Janusa Correia, o Colégio Luzardo Viana, o Convento Coração Imaculado de Maria, a Maternidade e o Pôsto de Puericultura Dr. Paulo Sarasate, a Agência Municipal de Estatística e a Agência dos Correios e Telégrafos. Registe-se a antiga Casa da Câmara, hoje tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Formação administrativa. — A aldeia de Caucaia, habitada por índios Petiguara e administrada pelos jesuítas, tornou-se Vila Nova de Soure a 15-10-1759, em conseqüência do Alvará régio de 8-5-1758. Dois dias depois de instalada, reuniu-se, pela primeira vez, o Senado da Câmara do nôvo mun., cujo território se desmembrara do de Fortaleza. Os juízes ordinários e oficiais que o compunham eram todos analfabetos. Passados 74 anos, a vila foi suprimida, pela Resolução do Conselho do Govêrno, de 6-5-1833. Essa medida, igualmente extensiva às de Arronches e Messejana, teve a justificá-la a seguinte alegativa: "de estarem muito próximas e encravadas no território do têrmo e freguesia desta cidade (Fortaleza) a qual ficarão anexas, visto não terem, além disso, território e habitantes suficientes para sua administração, conservando-se, porém, nelas, os juízes de paz e as escolas de primeiras letras." Pouco depois, outra Resolução do mesmo Conselho, de 13-12-1833, restabelecia o mun., aliás por pouco tempo, pois foi supresso pela Lei n.º 2, de 6-5-1835, para ser restaurado pela de n.º 1.772, de 23-11-1878, extinto pela Lei n.º 501, de 31-10-1898, e renovado definitivamente, a 20-8-1903, pela Lei n.º 726.

A v. passou à cat. de cid. pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, restaurou a primitiva denominação de Caucaia.

Compõe-se administrativamente dos seguintes dist.: Caucaia, Catuana, Guararu, Mirambé, Sítios Novos, Tucunduba.

Formação judiciária. — Têrmo judiciário pela Lei n.º 1.772, de 23-11-1878, supresso pela Lei n.º 501, de 31-10-1898, passando o respectivo território a ser anexado ao de Porangaba, Maranguape, Pentecoste e Paracuru. Provido de juiz municipal letrado pela Lei n.º 1.330, de 1.º-8-1916, para ser extinto pela Lei n.º 2.634, de 6-10-1928. A partir de 6-6-1931, pelo Dec. n.º 206, voltou a ser provido de juiz togado. Atualmente é com. de 2.ª entrância.

Formação religiosa. — Caucaia, ao ser elevada à cat. de Vila Nova de Soure, era uma aldeia de Petiguara, com índios Tremembé pelos arredores, missionada pelos jesuítas, a partir de 20-12-1741, que a receberam de um pároco secular. Tinha matriz sob a invocação de N. S. dos Prazeres, vigário e coadjutor, que em 1759 eram os padres Antônio Carvalho da Silva e Antônio do Couto de Almeida, respectivamente.

Tomás Pompeu, João Brígido e seguidores, inclusive a arquidiocese de Fortaleza (*Anuário Eclesiástico*), assinalam

a fundação da freg. a 5-2-1759. Não teria sido a 15-10-1759, quando da ereção da aldeia em vila?

A freg. de Soure foi extinta e restaurada diversas vêzes. Daí o conflito de datas entre os historiadores em tôrno de sua criação. O Barão de Studart, por exemplo, na *Geografia do Ceará*, 311, diz que foi a 5-11-1870. Por sua vez, dom Antônio de Almeida Lustosa, arcebispo de Fortaleza, em *Notas a Lápis*, 180-181, avança a criação para 1871 e regista como primeiro vigário o padre Cincinato do Carmo Chaves, empossado a 9-4-1871, pelo padre José Lourenço da Costa Aguiar, mais tarde bispo de Manaus.

Sôbre a história eclesiástica da Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, leia-se especialmente o § 4, livro I, tomo III, da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do erudito Serafim Leite, S.J.

Tem as seguintes igrejas ou capelas sufragâneas: S. Teresa de Jesus (Arara); Santana (Tucunduba); N. S. da Conceição (Jarandragoeira); N. S. da Paz (S. Pedro do Cauípe); S. Sebastião — oratório — (Rajada); S. Pedro (Carauçanga); Coração Imaculado de Maria (Casa Generalícia — Filhas do Coração Imaculado de Maria); S. Joaquim (Salina). São em número de 15 as associações pias que dependem da paróquia, ora sob os cuidados dos Padres Sacramentinos.

TOPONÍMIA

Caucaia, para Teodoro Sampaio, é corr. de *caá-ocaia*, a queimada do mato, a queimada. *Soure* é velho topônimo português. É o nome de um rio e de uma localidade do dist. de Coimbra.

FILHOS ILUSTRES (*)

Antônio Martinz de Aguiar e Silva (1893). Professor de vasta cultura e brilhante tradição no magistério secundário do Ceará. Publicou vários trabalhos sôbre Filologia, tendo, neste ramo do saber, renome nacional. Da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Edson da Mota Correia (1899). Militar e político. Exerceu vários cargos de destaque, entre os quais os de Prefeito de Aracati. É deputado estadual, tendo ainda desempenhado as funções de presidente da Assembléia Legislativa.

Ernani de Queiroz Viana (1932). Agricultor, comerciante e político. Exerce o mandato de deputado à Assembléia Legislativa do Estado desde 1958.

João Hipólito de Azevedo e Sá (1881-1962). Médico e professor, com notável fôlha de serviços prestados à coletividade. Lente da Escola Normal do Estado, foi por muitos anos diretor dêsse educandário. Exerceu também as funções de chefe de clínica da Santa Casa de Misericórdia.

Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba (1827-1907). Grande figura do comércio, da finança e da política do seu tempo. Foi chefe de partido no Ceará e exerceu, em várias oportunidades, o cargo de presidente da Província.

Manuel Moreira da Rocha (1880-1934). Médico de nomeada, abandonou a clínica para se dedicar às lides político-partidárias, nas quais ocupou lugar de grande evidência. Foi chefe do Partido Democrata e representou o Ceará na Câmara dos Deputados, em várias legislaturas.

Sebastião Moreira de Azevedo (1892). Advogado de renome e professor da Faculdade de Direito do Ceará. Exerceu o mandato de deputado na Assembléia Estadual.

Severiano Ribeiro da Cunha, Visconde de Cauípe (1831-1876). Homem de fortuna, seu nome está ligado a vários empreendimentos de vulto que exalçam o seu espírito progressista e seus propósitos humanitários. Foi grande benfeitor da pobreza, na época em que viveu.

(*) Verbete de autoria do dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

"GRAVURA RURAL DE CAUCAIA

Quem sobe a serra do Juá, vindo do Poço Verde, à margem do Picu, da Boa-Vista, ou mesmo da Jarandragoeira, antiga propriedade do venerando ancião Guilherme Augusto de Miranda, onde está sepultado desde 1908, e onde hei rezado, algumas vêzes, pela su'alma, pertencente, agora, aos Cordeiros, opulentos senhores, vê, claramente, delineado, ao longe, o Pão-de-Açúcar, uma das belas e caprichosas obras presenteadas pela natureza às criaturas humanas, e, junto a êle, cintilando ao sol, como uma placa de estanho velho, o açude.

Mais adiante, passando um pouco da vivenda do sr. João Pereira, no pequenino povoado de S. João do Cruzeiro, a alma até certo ponto observadora e mais ainda fadada a contemplatividade de panoramas soberbos, sente-se imensamente satisfeita diante de espetáculo como êste, poucas vêzes visto, em quase tôda uma vida.

O cêrro, que tem mesmo uma forma mais bem acabada, posso dizer perfeita, do que os nossos mais confeccionados pães-de-milho (cuscuz), junto do açude, dista do já bem alto lugar de onde estamos, aproximadamente, 17 quilômetros.

A ascensão continua mais lenta, porém, ininterrupta.

À meia distância, fulguram também maiores, no incêndio do crepúsculo que desce, outras placas estanhadas e azuis, que são as dos reservatórios do Miguaú e Jarandragoeira, ao nascente, vendo-se mais longe ainda, envôlta na bruma, a lombada nevoenta da serra do Maranguape.

Vagarosamente, vinte minutos mais, e eis-nos em plena chapada do Juá, olhando o alto pico do Triúnviro.

Aí, descansamos no sítio muitas vêzes acolhedor do viandante fatigado, pertencente ao sr. Raimundo Guimarães e Silva, onde já se pode ouvir um pouquinho de rádio em certas horas, com as primeiras e últimas notícias e boa música.

E é um prazer para os ouvidos, grande prazer mesmo, pois até bem pouco tempo ali não chegava, com presteza, nem mesmo um pequenino jornal como o *Santuário de S. Francisco* ou o de modinhas populares.

Passamos com o Doca dois dias felizes e reparadores das energias perdidas na ascensão, com banhos gelados ao pé das pedras e saborosas frutas medicinais, como limas, tangerinas, cidras e algumas laranjas, mais frias ainda, não nos faltando ao amanhecer, também, um pouco de grosso e saboroso leite puro.

Um contraste surpreendente: certa hora matinal, passou por nós, muito baixo, um bombardeiro médio. Tão baixo que nos parecia ver, saindo de dentro dêle, rápida, certa mão acenadora e amiga em inédita saudação perto daquele cimo, e... também o Piringa, pela estrada que descia para o seu antro de pedras coberto de palhas pendurado nas abas da serra deserta.

Piringa é sujo como o demônio e negro como a noite. Seus pedaços de roupas rasgadas pregados no corpo oleoso, são muito parecidos com os dos rudes carvoeiros paupérrimos da redondeza e têm a mesma côr desprezada e infeliz dos antigos fugidos escravos condenados.

Carrega sempre consigo afiadíssima foice brunida e cintilante, como um símbolo antigo de lutas nos desertos.

Usa, também, uma velha corneta, misto de Trompa e Flicórnio, suja e desafinada, só tendo claro o bocal, adquirido, talvez, doutro instrumento, ou cuidadosamente limpo com cinza do borralho.

Passou, cumprimentou-nos em rápida forma de fugaz continência, sorrindo com os dentes brancos, mesmo na sua infinita desgraça de crucificado, e desapareceu na meia distância por trás das árvores velhas, como a figura sinistra do último representante de uma coluna rebelde aniquilada.

Disseram-nos que é meio louco. Dorme numa velha latada mesmo no chão bárbaro e pedregoso da furna. Planta pequenas pontas de capoeiras e rouba bananas dos sítios vizinhos e outras frutas onde encontra, a qualquer hora do dia ou da noite, e quando, algumas vêzes, vai prêso, é gôzo até para êle, explicar-se perante as severas, mas... também tolerantes, sábias e pacientes autoridades municipais.

E não é só. Existem outros irmãos que formam numerosa prole e habitam as mesmas paragens. Dos vinte e quatro, uma irmã morrera há pouco de parto (num êrro de môça velha). Era a única mulher. Sebastiana Paula da Costa (Sebasta), disse-nos um morador, e êle depois confirmara, triste, com os olhos baços, olhando o céu compassivo.

O Juá tem enriquecido a muitos, pois são bastante férteis suas terras onduladas, na opinião de Alfredo Miranda, abastado proprietário ali.

Que panorama entontecedor, contempla-se do alto, angustiado e triste!

O nosso ansioso olhar, circunvagando em tôrno, como uma "kodak", filma, desde o alagamar do Jeneraú, já perto do oceano, serrotes do Mixira, Tigre, Arara, Pico do Cachimbo, Boqueirão da Arara, Conceição, Cajàzeiras, Salgado da Lagoa Nova, Tomásia, onde existia um papagaio falador que morreu aos trinta e cinco anos: Cararu ainda onde alveja uma capelinha branca ao lado da antiga vivenda de D. Cecília Mendes, que Deus já levou, Saco dos Quatis e Trapiá dos Paulas, isso tudo no perímetro de umas doze léguas, sendo grande parte, em curtas e longas curvas, estafantes ascensões e suaves declives.

Todos êsses cêrros produzem, em relativa abundância, feijão, milho, borracha, e também muito algodão, quando os tempos correm bem nos invernos promissores.

E, muito longe, entre nuvens, azula brandamente a Cadeia de Uruburetama, a cento e vinte quilômetros.

A tristeza e angústia dos nossos olhos vêm-nos simplesmente de não enxergarmos para as terras do poente e circunjacências uma só nódoa azul d'água de um pequenino açude, ao menos, amaciado pelo brando luar que sobe, agora, leve, gelado, sutil como uma prece, nesta tristonha e solene hora da Ave-Maria!

A descida da serra é íngreme e portanto perigosa. Nunca mais pretendemos descer por tais paragens, em rumo ao sol que morre, envôlto em nuvens de ouro e fogo, cinza e sangue, como um guerreiro trágico, em real combate desesperador.

Descemos para a fazenda Timbó, que fica além ao poente, bem perto do sopé da serra.

Quase ao fim da descida tortuosa, perto da planície, estão os restos dos ossos velhos do nosso cavalo Pombo Roxo, entre pontudas pedras, numa gruta acolhedora. Viveu vinte e nove anos!

Agora, em baixo, quase a noite tôda, uivam os ventos como cães danados. Por aqui desceu, também, certa noite enluarada, o famanaz Boi Encantado!...

Sua história, imaginária e alucinante, conta-a quase exatamente um dos mais velhos vaqueiros daqueles tempos longínquos, com fama de cantador, ao meigo som arrastado da viola gemedora."

SIDNEY NETO
Unitário — 13-3-1956.

CAUÍ. — Rch., desemboca no Banabuiú.

O topônimo surge oficialmente a 19-4-1703, na sesmaria de Luís Borges Vivar e tenente João da Costa e Silva, concedida pelo capitão-mor Jorge de Barros Leite. (D.S., v. 2, n.º 131, 129.)

Cauí, cauim, água de bêbado, em geral tôda bebida fermentada, espirituosa.

CAUÍPE. — Sa. (do). V. JAPUARA.

CAUÍPE. — Ste. (do), no dist. de Guararu, mun. de Caucaia. Conhecido ainda por Ôlho-d'Água.

CAUÍPE. — R., nasce na sa. do Juá, corre de S para N, sendo a sua principal vertente a oriental, que drena, por intermédio de diversos riachos, entre os quais se destacam o Tigre e o Tomacomboio, as sa. da Japuara, Juá ou Arara. A sua embocadura, a O da pt. de Paracumbuca, está obstruída por medãos de areia e tempo houve que ficou completamente barrada, formando grande lago, cujo perímetro media cêrca de 40 km, arrombado em 1895. Atravessa na sua parte média e inferior um vale coberto de extenso carnaubal, que produz cêra típica de coloração especial.

Encontro em *Topônimos Indígenas dos Séculos* 16 *e* 17 *na Costa Cearense*, RIC, 49 (1945), 169, de T. Pompeu Sobrinho, sôbre a origem e interpretação de *Cauípe*, o seguinte:

"*Hist.* — Achamos a palavra em 1636 figurando no mapa de H. Hondius, sob a forma de *Caniguí*. Mais tarde, Laet registrou, grafando-a *Carigui*. Na data de sesmaria de Teodósio Camelo (1707) está escrito *Cauhipe*.

Etim. — Para Teodoro Sampaio vem de *caui* ou *cauin*, derivado de *acayú-y*, água ou sumo do caju, com que os índios fabricavam o seu vinho predileto. Daí, Cauípe significar "no vinho de caju" ou "donde vem o vinho de caju".

Esta etimologia, a nosso ver, pede reparos, por isso que, em lugares onde nunca existiu caju, como nas terras onde viviam os guaranis, os índios tinham o vocábulo, significando apenas vinho ou bebida fermentada. Segundo Montoya, era *cãgui;* agora escrevem *caguy* e dizem *abatí caguy*, vinho de milho.

Entre os araucanos (Chile) há o têrmo *cahuim*, bebedeira, embriaguez, etc.

Batista Caetano pensa que *cagui* (expressão guarani), vinho ou bebida fermentada, corresponde ao tupi *caui*, com a significação de "farinha de erva", o que não nos parece razoável. vel. Julgamos, no caso que examinamos, que cauípe, pode ser: *caagui* ou *caawi*, o *pé*, no subarvoredo, na mata baixa que cresce por baixo da mais alta."

A gente rústica chama ao rio e a região por êle percorrida de *Coipe*.

CAUÍPE. — Dist. e v. segundo o Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933, que foi substituído pelo de Catuana, nos têrmos da Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, no mun. de Caucaia.

CAURON. — "Nome tapuia, provàvelmente tremembé, atribuído ao atual rio *Curu*. Nos mapas de Blaeu (1649), de Loon (1654) e poucos outros do século XVII, está "R Curu ou Kauron". T. Pompeu Sobrinho, *Topônimos Indígenas dos Séculos* 16 *e* 17 *na Costa Cearense*, RIC, 49 (1945) 169.

CAVALARIA. — Pov. com 30 moradias, no mun. de Pacajus.

CAVALCANTE. — Aç. const. em coop. com a IFOCS, no mun. de Maranguape. Iniciado em dezembro de 1921 e concluído no ano seguinte. Barragem de terra, com a capacidade de 749.000 m³. O orçamento foi de 43:752$000, custando os estudos 2:751$000.

CAVALO MORTO. — Rch., também conhecido por Crateú, no qual obteve sesmaria Antônio Domingos Alves, concedida pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes, em 26-6-1743. (D.S., v. 14, n.º 167, 131.) Antônio Domingos é considerado o fundador de Boa Viagem, primitivamente Cavalo Morto.

CAVALO SÊCO. — La. nas proximidades da cid. de Caucaia, no sít. Canafístula.

CAVALOS. — Sa. (dos), no mun. de Várzea Alegre, na bacia do rch. do Machado. Tem regular extensão e entronca-se com a de S. Pedro.

CAVALOS. — Rch. (dos), nasce na sa. do Imbuzeiro e desemboca à m. dir. do r. Jucá, no lug. Poço Cercado, mun. de Arneiroz.

CAVALOS. — Rch. (dos), vem da sa. da Brígida, desemboca à dir. do Bastiões.

CAVALOS. — Rch. (dos), nasce na Serra Grande e derrama-se à m. dir. do curso superior do r. Jucá, no mun. de Cococi.

CAVALOS. — Rch. (dos), formado pelos rch. do Cachimbo e dos Morcegos, corta o mun. do Barro e deságua à m. esq. do rch. das Antas, depois de um curso bastante longo.

CAVALOS. — Rch. (dos), afl. da m. dir. do Salgado, nasce na sa. da Catingueira, recebe o Baixa Grande.

CAVALOS. — Rch. (dos), no mun. de Aracatiaçu, afl. da m. esq. do Bilheira.

CAVALOS. — Rch. (dos), no mun. de Quixeramobim, nasce nas Queimadas da Onça e engrossa o Muxuré.

CAVALOS. — Rch. (dos), afl. do Sítio, trib. do Cangati, ponto de limite entre os mun. de Canindé e Quixadá.

CAVALOS. — Rch. (dos), vide Carrapateira, afl. do Poti.

CAVALOS. — Ôlho-d'água (dos), ponto da divisória dos mun. de Coreaú e Tianguá.

CAVEIRA. — Boq. (da), na Serrinha, contraforte da Ibiapaba. É uma das ladeiras de acesso para S. Benedito.

CAVIANÃ. — Sa. ou ste. (do), no mun. de Uruoca. Contraforte da Ibiapaba, com muitos olhos-d'água. Forma, juntamente com o Itacolomi, o fértil vale dêste último nome. O seu ponto mais alto assinala a divisória dos dist. de Campanário e Paracuá.

CAXARÉ. — Antiga denominação de uma lagoa, perto do Banabuiú. Oficialmente o topônimo surge em sesmaria do coronel Gregório do Bento Freire, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, a 14-6-1706. (D.S.. v. 2, n.º 104, p. 69.) T. Pompeu Sobrinho deriva o têrmo de *caá* (mato), *aça* (varar), *ré* (diferente) = *Caaçaré, Caxaré*, varar mato diferente, vereda, atalho. (RIC, 33 (1919), 217.)

CAXITORÉ. — R., nasce nas elevações entre as sa. da Quixaba e da Querida. Corre de S para N e encurva-se para L ao defrontar o maciço da Uruburetama, drenando-lhe parte das águas do lado meridional, bem como de todo o lado norte da sa. das Vertentes. Recebe diversos tributários, caracterizando-se a sua bacia por ser uma das mais sêcas do Estado. Compõe-se de tabuleiros gnaisse-graníticos, de vegetação aberta, com baixios estreitos, mas excelentes para a criação. Depois de 100 km de curso deságua à esq. do Curu, abaixo da cid. de Pentecoste.

No pov. Pitombeiras, na via de acesso ao aç. de General Sampaio, a 5 km da rodovia Fortaleza-Teresina, o Caxitoré é transposto por grande ponte de concreto armado, de 82 m de vão, inaugurada a 15-11-1934.

"A antiga grafia era: *Quixotoré*. No caso desta ser a grafia mais consentânea, o vocábulo se interpretará: *Quixó* (armadilha para a caça pequena), *toré* ou *poré* (efeito), efeito do quixó; quixó eficiente. Preferimos, porém, a análise feita sôbre a grafia atual: *Caá* (mato), *ci* ou *qui* (tenro), *toré ou topé* (revestir, cobrir, envolver), cobrir com mato tenro. *Toré* pode ser corrutela de *poré* (torto, virado); alusão à vegetação da região que é das mais áridas do Ceará." (T. Pompeu Sobrinho, *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 217.)

CAXITORÉ. — Aç. púb. const. pelo DNOCS, no período de maio de 1958 a janeiro de 1962, sôbre o r. Caxitoré, do sistema do Curu, no município de Pentecoste.

Capacidade	202.000.000 m³
Tipo de barragem	Terra
Altura máxima	34 m
Extensão pelo coroamento	425 m
Volume maciço de terra	652.416 m³
Volume do Rock-Fill	31.517 m³
Largura do sangradouro	150 m
Volume de corte — fundação ..	85.863 m³
Área irrigável	2.220 ha
Potência instalada	415 KVA
Número de turbinas	1 U
Volume rip-rap	19.434 m³

CAXITORÉ (ex-RETIRO). — Dist. e v. do mun. e com. de Itapajé.

Passou a dist., com o nome de Retiro, por Ato de 15-7-1871, pertencente ao então mun. de S. Francisco. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, mudou-lhe o nome para Caxitoré.

A v. fica sôbre a sa. de Uruburetama, a uns 600 m de alt., a 21 km da cid. de Itapajé.

Em 1960 tinha 4.858 hab., dos quais 125 no núcleo urbano. O número de domicílios por todo o dist. atingia a 807. Na sede, em 1964, havia uma esc. primária, com 18 alunos. Na zona rural 2, com 48 alunos.

A cap. é dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

CAXOÇÓ. — Nome velho da atual cid. de Iracema.

"A antiga grafia era *Quixoá-açu. Quixó-á* (o que procede do *quixó*, a caça) e *açu* (grande). A caça grande que cai no quixó. É interessante notar como de *quixó açu* procedeu *caxóçó* e até *caixa-só*". (T. Pompeu Sobrinho, *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 218.)

CEARÁ. — R., origina-se da junção dos rch. Bom Princípio e Jandaíra, quase nas quebradas do lado N da sa. de Baturité. O seu principal afl. é o Maranguapinho, também conhecido por Maranguape. Após um curso de 50 km, com uma bacia hidrográfica de perto de 800 km², lança-se no Atlântico, a 12 km a NO de Fortaleza. A ba. está obstruída por

bancos de areia. Permite, contudo, por estreito canal, quando da maré cheia, a entrada de barcos, que aí, por vêzes, descarregam madeira, ferro, açúcar, cimento e recebem sal. Por bastante tempo serviu de pôrto aos hidroaviões da *Condor* e da *Panair*, companhias pioneiras do transporte aéreo no Norte e Nordeste do Brasil. Santos Vilhena diz que o r. Ceará em 1802 era navegável até Caucaia. Pompeu, no *Dic. Top*, que é de 1861, assinala que se podia navegá-lo por mais de uma légua, na preamar. O que não ocorre nos dias atuais. De Campo Grande para baixo, no mun. de Caucaia, o Ceará é chamado Picu pelos ribeirinhos.

A ba. do Ceará foi o primeiro ponto da costa cearense escolhido pelos portuguêses para um estabelecimento de natureza permanente.

Do vocabulário herdado dos primitivos habitantes de nossa terra, o topônimo *Ceará* é um dos mais controvertidos quanto à etimologia.

No fim do século passado, Paulino Nogueira reuniu os pareceres dos pesquisadores que procuraram interpretar o significado dêsse topônimo. Encontra-se a recolta em seu valioso *Vocabulário Indígena*. Com a meticulosidade que o caracteriza, faz desfilar, no verbete respectivo, as opiniões de José de Alencar, Aires do Casal, Milliet de Saint-Adolphe, mons. Pizarro, Senador Pompeu, Cândido Mendes, Joaquim Catunda, Capistrano de Abreu e até a do padre Francisco Corrêa Teles de Menezes, autor de fantástico manuscrito, intitulado *Lamentação Brasílica*. Fêz mais ainda. Estudioso do assunto, analisou as interpretações e apresentou a sua.

Já em nossos dias, Raimundo Girão, em livro que organizou de parceria com Antônio Martins Filho, reviveu o assunto no estudo "Origem do Nome Ceará" (*O Ceará*, 2.ª ed., Editôra Fortaleza, 1945, 22-25.) Aí se encontram as opiniões constantes do *Vocabulário*, acrescidas dos conceitos emitidos pelos nomes ilustres que neste século se preocuparam com o problema: cônego Ulisses Penafort, Teodoro Sampaio, João Mendes Júnior, Antônio Bezerra, T. Pompeu Sobrinho, João Brígido, Martinz de Aguiar, na ordem de citação.

Aos que se interessam por étimos indígenas, sugiro a consulta dos dois trabalhos referidos, bons repositórios bibliográficos. Adito, porém, que Teodoro Sampaio, tupinólogo dos mais ilustres, reformou o ponto de vista que tinha sôbre a etimologia do nome Ceará, emitido em 1901, citado por Girão. Nas diversas edições do *Tupi na Geografia Nacional*, o mestre baiano ensina que *Ceará* é corrutela de *cê-ará*, fala ou canta o papagaio. Aproxima-se, assim, da tradução livre de José de Alencar, de *canto da jandaia*, divulgada pelo *Iracema* e que o grande romancista bebeu em Aires do Casal e êste em autor não mencionado.

Recentemente, T. Pompeu Sobrinho voltou ao assunto, em *Três Documentos do Ceará Colonial*, Fortaleza, 1967, 152 a 154.

CEARÁ. — Estado (do). V. o volume final.

CEDRO. — Sa. (do), no mun. de Arneiroz.

CEDRO. — Rch. (do), afl. do Conceição, trib. do alto Jaguaribe.

CEDRO. — Rch. (do), nasce na sa. da Vaca Morta, entra no rch. da Roça, trib. do Cariú, pela m. direita.

CEDRO. — Rch. (do), corre sôbre a sa. de Baturité e despeja-se no Putiú. As suas águas são salobras.

CEDRO. — Ôlho-d'água (do), na sa. ou ste. do Jordão, mun. de Granja.

CEDRO. — Antiga faz. à m. do Sitiá, onde foi construído o aç. do Cedro. Hoje chama-se Cedro Velho.

CEDRO. — Aç. (do), fica a 5 km acima da cid. de Quixadá, no vale do Sitiá, em estreito boqueirão formado por dois serrotes de sienito. Além do Sitiá, contribuem para a formação de sua bacia hidrográfica os riachos do Caracol, Jatobá,

Verde e dos Bois. A construção do aç. do Cedro inicia a política da "grande açudagem", que por meio século norteou, sem resultados convincentes, o combate aos efeitos das sêcas. A história desta barragem encontra-se em Antônio Olyntho dos Santos Pires, *Notícia dos Estudos e Obras Contra os Efeitos da Sêca* (Extraído do *Boletim do Ministério da Viação e Obras Públicas*, tomo III, ano 2.º, n.º 3, abril de 1910, com um capítulo adicional em *Resposta aos Censores* daquelas obras), Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1910, 24-34. Recentemente, José Bonifácio de Sousa, *Quixadá de Fazenda a Cidade*, IBGE, Rio de Janeiro, 1960, 33-36, versou o mesmo assunto.

Iniciado em 1884, sob a direção do eng. Jules J. Revy, autor dos estudos e do projeto, o Cedro foi concluído 22 anos mais tarde, em 1906, estando à frente das obras o eng. Bernardo Piquet Carneiro. Custou 4.650:895$399, dos quais 3.037:836$177 foram gastos com a açudagem e 1.613:059$222 com os canais de irrigação.

As suas características principais são as seguintes:

Reservatório:	
Capacidade	125.694.200 m³
Profundidade máxima	16,00 m
Profundidade média	6,30 m
Área da bacia hidrográfica	210,00 km²
Área desapropriada da bacia hidráulica	6.700 ha
Parte submersível da bacia hidráulica	2.180 ha
Contôrno da bacia hidráulica	91,00 km
Número de barragens	4
Número de sangradouros	2
Extensão total das barragens	1.385,00 m

Barragem principal (de alvenaria de pedra, assentada sôbre rochas descobertas):

Extensão	415,00 m
Raio de curvatura	249,00 m
Largura do coroamento	4,00 m

Largura da base (cota 0)	10,00 m
Altura máxima, inclusive fundações	26,80 m
Altura sôbre a soleira da galeria	16,50 m
Altura das fundações	10,30 m
Cota do sangradouro	14,50 m
Irrigação:	
Extensão dos canais principais	14.570,00 m
Idem das derivações de 1.ª ordem	16.570,00 m
Idem das valetas distribuidoras	43.930,00 m
Área irrigada	500,00 ha
Área irrigável	1.000,00 ha

O aç. do Cedro só sangrou uma vez, a 24 de abril de 1924. Não resistiu às sêcas de 1930-32 e 1951-52, quando ficou pràticamente sêco.

CEDRO. — Lugarejo no mun. de Cascavel.

CEDRO. — Pov., no mun. de Caririaçu, com 40 habitações.

CEDRO. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Encravado na Zona Fisiográfica do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe.

Limites. — A O, com os mun. de Várzea Alegre e Cariús; ao N, com os de Iguatu e Icó; a L, ainda com o de Icó e Lavras da Mangabeira; ao S, com Lavras da Mangabeira.

Superfície. — 772 km².

Fisiografia. — As elevações de maior monta situam-se nas fronteiras, para os lados de Cariús e Várzea Alegre. O território, no comum, desdobra-se em terrenos acidentados. As águas são coletadas pela bacia do S. Miguel, que corre para o Salgado e tem o Vaca-Brava como principal contribuinte. Há largos tratos de solos silicosos e sílico-argilosos.

Predominam, entretanto, os argilosos. A vegetação típica é a das catingas, modificada no porte e na riqueza específica conforme a natureza do terreno.

Clima e salubridade. — A temperatura anual média é de 30º. A pluviosidade média, em 27 anos de observação, foi de 846 mm. A salubridade é a corriqueira dos sertões desamparados de qualquer assistência médica.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — O mun. acha-se servido pela RVC, linha Sul, cuja est. f., no km 465,037, alt. de 246 m, foi inaugurada a 15-11-1916. Rodoviàriamente se prende às cid. vizinhas, à Capital e a todo o País, direta ou indiretamente. Com Fortaleza, da qual dista 448 km, o trajeto se faz através da Ce-8, BR-24, BR-116. Na sede existe uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, o telégrafo privativo da RVC e o Serviço de Rádiocomunicações em SSB, da Secretaria de Viação, Obras, Minas e Energia, mantido em regime de cooperação com o município. Possui excelente aeroporto com pátio de estacionamento para aviões.

Lavoura. — Para 1965 o Departamento Estadual de Estatística assinalou a seguinte safra: 3.500.000 kg de algodão em caroço, 2.475.000 kg de milho, 684.000 kg de arroz em casca, 338.000 kg de feijão, 8.000.000 de kg de cana, 800.000 kg de mandioca, 144.000 kg de batata-doce, 220.000 cachos de banana, 135.000 côcos, 80.000 jerimuns, 30.000 melancias e 82.000 laranjas.

Pecuária. — As terras são mais prestadias à lavoura do que ao criatório. Não se encontram grandes criadores. O rebanho em 1963 era o seguinte: 6.630 bovinos, 1.580 eqüinos, 2.400 asininos, 1.900 muares, 1.580 suínos, 5.650 caprinos e 3.200 ovinos.

Nesse mesmo ano calculava-se a produção de leite em 350.000 l e a de banha em 45.000 kg.

Produção extrativa. — Aproveitam-se a argila e o calcário no fabrico de materiais de construção e louça grosseira. A colheita de oiticica rendeu 109.000 kg, o corte de lenha 20.000 m³ e a produção de carvão 60.000 kg, em 1963.

Produção de carne e de peixe. — Abateram-se para o consumo público, em 1965, 997 bovinos, 253 suínos, 245 ovinos, 430 caprinos. Para o consumo privado: 288 bovinos, 340 suínos, 464 ovinos e 834 caprinos.

As pescarias de açude renderam 26.350 kg de peixe, no valor de Cr$ 2.754.500.

Indústria. — A de relêvo prende-se ao algodão, com 3 usinas dedicadas ao descaroçamento e 2 à extração do óleo. Existem 2 fábricas de beneficiamento de arroz e 2 de café e 1 de massa de milho, e outras de pequeno porte, que elaboram produtos de consumo local, afora uma serraria elétrica.

No campo, encontram-se os aviamentos para farinha de mandioca e pequenos engenhos de rapadura. Avalia-se a produção dos mesmos em 210.000 kg de farinha e 450.000 kg de rapadura.

Comércio. — Existem várias casas comerciais, notadamente para venda de tecidos, dentre as quais se destacam a sucursal das organizações Lundgren & Cia. Ltda., que está em vias de dar início à construção da sede própria, um moderno edifício de 3 andares, que será o mais importante da cidade, e o Armazém Progresso, de Jairo Diniz & Cia., instalado em prédio de 2 andares.

A base de sustentação do comércio a varejo repousa, em grande parte, no fato de ser a cidade de Cedro o maior centro ferroviário do interior do Ceará, uma vez que a RVC mantém, ali, uma oficina de restauração e aparelhamento de locomotivas e vagões, além de uma Inspetoria Regional.

Com a chegada da energia de Paulo Afonso surgiram as primeiras casas comerciais de venda de eletrodomésticos.

O comércio do algodão, depois do advento da energia da CHESF, e, conseqüentemente, modernização do parque fabril para melhor aproveitamento dessa fonte de energia, passou a ser feito diretamente com o Sul do País e o exterior, des-

vinculando-se, por completo, das praças de Campina Grande e de Recife.

A cidade ressente-se da falta de uma agência bancária, velha reivindicação do comércio e indústria locais. Existe, nesse setor, uma cooperativa mista, que supre essas atividades, atuando, sob a forma de convênio, com o Banco do Nordeste e o Banco do Estado do Ceará.

A SUDEC construiu, em Cedro, um Centro de Abastecimento, obra de vulto, realizada em convênio com a SUDENE, Município e Estado e que funcionará sob a forma de sociedade de economia mista.

Finanças públicas. — No período de 1960/64 a arrecadação foi a seguinte:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1960	1.635.540	19.187.874	3.955.584
1961	2.897.400	24.521.087	5.265.210
1962	1.104.879	—	8.869.389
1963	—	119.043.888	16.282.965
1964	—	214.555.544	39.223.783

População

Pelo censo de 1960 tinha a seguinte população:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CEDRO	14.531	6.596	7.935	7.243
Várzea	5.530	420	5.510	979
	20.061	7.016	13.045	3.722

Aspectos Culturais e Assistenciais

Em 1964, funcionavam na sede do mun. 34 unidades escolares primárias, com 49 docentes e 1.342 alunos. Na zona

rural, havia 51 unidades, 51 docentes e 1.297 alunos. Na cid. sediavam-se uma Escola Normal, um Ginásio, dois Grupos Escolares, uma Escola de Aprendizagem Industrial do SENAI. Existe em fase de instalação uma Escola de Artes, cujo prédio, já concluído, aguarda o necessário equipamento. Mantida pela Prefeitura há uma biblioteca.

Os principais órgãos assistenciais são o Hospital-Maternidade, o Centro Maternal Profissional, a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância e um Centro de Saúde mantido pelo Estado.

Existem diversas associações de classe, afora as recreativas, das quais merece menção especial a Associação Comercial, a Associação Rural, a Associação dos Operários, tôdas com sede própria, a Liga Ferroviária e a Associação dos Empregados do Comércio. Existem ainda 10 associações religiosas, algumas com finalidade beneficente, como 2 Conferências de S. Vicente de Paulo.

Aspectos Urbanos

Localizada a uma alt. de 246 m e a 320 km, em linha reta, de Fortaleza, Cedro possui as seguintes coordenadas geográficas: 6º 36' 25" de lat. S e 39º 3' 47" de long. W. Gr.

A Prefeitura, a fim de corrigir defeitos oriundos dos primeiros dias e orientar racionalmente o crescimento da cid., fêz levantar um traçado urbanístico, aprovado por lei municipal, que até agora vem sendo prestigiado pelas autoridades. Existem 30 logradouros públicos, dos quais 18 arborizados. A maior parte da área urbana é pavimentada a paralelepípedo. Há 3 praças artisticamente ornamentadas. Servida pela energia de Paulo Afonso, é muito bem iluminada. O abastecimento d'água se faz por meio de chafarizes públicos alimentados por poços profundos. É limpa e acolhedora. Das cid. novas do interior talvez seja a que possui maior número de prédios próprios de repartições e associações de classe. A sua pop. atualmente é superior a 7.000 habitantes.

Aspectos Históricos

Um conjunto de circunstâncias geográficas e econômicas favoráveis gerou em menos de cinco anos, na fazenda Cedro, no vale do S. Miguel, tributário do curso inferior do Salgado, uma vila que espantou a todos pela rapidez de seu crescimento. Nasceu de um acampamento ferroviário, quando os trilhos da antiga Baturité, partindo de Iguatu, buscavam o Cariri, nos dias sofridos de 1915. Uma estiagem bravia então castigava o Nordeste. Centenas de pessoas açoitadas pela fome, tanto do Ceará como dos Estados vizinhos, abrigaram-se nas obras dêsse prolongamento ferroviário. No rumo do avançamento a água só existia na fazenda Cedro. Para lá se encaminharam os trilhos. Tornou-se a fonte abastecedora das locomotivas a vapor. A água atraiu a administração da RVC, com seus armazéns, depósitos e moradias. Estava plantada a semente de um núcleo urbano.

Finda a calamidade, os emigrantes de maior visão e espírito de aventura, cearenses, paraibanos, pernambucanos e norte-rio-grandenses, não retornaram às velhas moradas. Preferiram ficar na esperança de participarem e fruírem das vantagens da fundação e desenvolvimento de uma nova cidade. E não se enganaram. Água, boas terras agrícolas, o rico vale do riacho do Machado, as várzeas próximas de Iguatu e do Icó, o Cariri pouco distante, até a Paraíba a que se ligaria, asseguraram a Cedro viabilidade e uma situação excepcional de centro coletor de extensa zona agrícola, tanto algodoeira como cerealífera.

Ao influxo do comércio e do otimismo dos fundadores, à frente dos quais estava o coronel José Gabriel Diniz, futuro gestor municipal, foram nascendo igrejas, loja maçônica, clubes recreativos, pensões, fábricas, oficinas, mercado, escolas, residências, todo o travejamento enfim de uma cidade. A vida lhe corria tão próspera e mansa por êsses dias, que um menestrel sertanejo chamou aquêle feliz agrupamento humano de *Cedrinho de açúcar*. Em 1925 se tornaria cidade. E como

tal Cedro veio a figurar pela primeira vez na cartografia cearense.

A crônica local apenas lhe assinala uma catástrofe. Foi vítima de uma cheia inopinada que destruiu total ou parcialmente 398 prédios, deslocando 1.085 pessoas de seus lares. Isso resultou da circunstância de haver sido parte da cidade edificada no leito antigo do riacho Vaca-Brava, desviado do seu curso por um dique construído em 1915, ao tempo dos trabalhos da estrada. Sob a pressão de uma cheia descompassada o dique rompeu-se em maio de 1963 e as águas arrojaram-se pela brecha levando tudo de roldão.

Formação administrativa. — Sem haver sido dist., Cedro foi erigido a mun. pela Lei n.º 1.725, de 9-7-1920, constituído de território desmembrado dos mun. de Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Icó e Iguatu, tendo por sede a antiga fazenda do mesmo nome, de propriedade do coronel João Cândido da Costa, na oportunidade, como núcleo populacional, elevado à cat. de vila. A instalação do mun. deu-se a 21-10-1921, com a posse de seu primeiro prefeito, José Gabriel Diniz, que ainda vive lúcido e operoso. Atingiu os foros de cid. pela Lei n.º 2.255, de 19-8-1925, de autoria do deputado Luís Felipe.

Compõe-se dos dist. de Cedro e Várzea.

Formação judiciária. — O diploma legal que criou o mun. instituiu também o têrmo judiciário, subordinado à com. de Lavras da Mangabeira, provido, em fevereiro de 1921, pelo dr. Manuel Santana. Passou a com. de 2.ª entrância pelo Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 23-6-1947, através de emenda da autoria do deputado Silveira Aguiar, situação que se efetivou pela Lei n.º 213, de 9-6-1948, que dispõe sôbre a Organização Judiciária do Estado. Instalou a nova com., a 19-8-1948, como seu primeiro juiz de direito, o hoje desembargador Valdetário Pinheiro Mota.

Formação religiosa. — Paróquia pertencente ao bispado de Iguatu, criada a 7-9-1923, quando o núcleo religioso estava sujeito à jurisdição do bispado do Crato. Tem por padroeiro S. João Batista. O seu primeiro pároco foi o padre José Alves

de Lima, hoje monsenhor e vigário de Juàzeiro do Norte. Além da matriz, mais 11 capelas constelam a paróquia.

O mun. congrega grande número de protestantes. Construíram o seu primeiro templo em 1930, graças ao zêlo evangélico de Natanael Cortez e de Francisco Varela.

Filhos Ilustres (*)

José Francisco de Oliveira, Pe. (1882-1933). Sacerdote ordenado em 1907, exerceu por espaço de vinte e cinco anos o paroquiato em Saboeiro, onde deixou memória inapagável de suas virtudes e dedicação ao ministério.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

CEDRO VELHO. — V. Cedro (faz.), mun. de Quixadá.

CEMITÉRIO. — Primitivo nome da atual cid. de Uruburetama.

CEMOABA (Ex-BELÉM, ex-NATIVIDADE). — V. e sede do dist. do mesmo nome, do mun. e com. de Uruburetama.

Primeiramente Belém, conforme o Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou a chamar-se Natividade, tirado do nome da sua padroeira, N. S. da Natividade. A denominação atual lhe foi dada pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943. *Cemoaba* é a tradução literal de Natividade para a língua indígena.

A pop. do dist., segundo o censo de 1960, é de 2.560 hab., sendo 248 na zona urbana e 2.312 na rural. Havia nesse mesmo ano 421 habitações.

O ensino primário tinha em 1964 1 matrícula efetiva de 100 alunos, distribuídos em 3 escolas urbanas.

Cemoaba passou à cat. de mun. pela Lei n.º 6.949, de 9-12-1963. (D.O., de 27-12-63.) O mun. não foi instalado e a Lei n.º 8.339, de 14-12-1965 (D.O., de 24-12-65) tornou nula e sem efeito legal a elevação em aprêço.

CENTENÁRIO. — Mo. (do), na faz. S. Paulo, mun. de Canindé. O nome evoca pequeno monumento nêle erigido para comemorar o centenário (1817-1917) da paróquia de Canindé.

CENXATIM. — Topônimo constante da sesmaria de Júlio de Paiva. (D.S., v. 13, n.º 8, 18.)

CERCADO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Batoque, mun. de Canindé.

CESÁRIO. — Boq. (do), a 87 m de alt., entre as sa. de S. Félix e Caipora, cortado pela Transnordestina, ponto de incidência dos limites de Beberibe, Morada Nova e Russas. Daí parte o ramal rodoviário para Aracati (Ce-89) com 48 km de extensão. Entroncamento de outras estradas, servido por poço profundo, deu origem a pequeno povoado.

CESÁRIO. — Aç. part., no mun. de Maranguape, const. em coop. com a IFOCS. Barragem de terra. Capacidade de 511.480 m³. Prêmio de 88:857$514. Início dos trabalhos a 1.º-10-1929 e conclusão a 16-8-1935.

CÉU. — Sa. (do), mun. de S. Quitéria, na divisória dos dist. de Muribeca e Raimundo Martins.

CÉU. — Ste. (do), no divisor de águas dos rch. Cunhãmuti e Boa Vista, afl. da m. dir. do Groaíras.

CÉU. — Ste. (do), na sa. da Meruoca, na divisória dos mun. de Alcântara e Meruoca.

CÉU. — Rch. (do), na sa. da Meruoca, afl. do Baixa Grande. O seu curso separa os mun. de Alcântara e Meruoca.

CÉU. — P., na sa. de Baturité.

CÉU. — Elevação junto e a O da cid. de Viçosa do Ceará, donde se descortina magnífica vista da sa. da Ibiapaba.

CHAMURRO. — Rch. (do), no dist. de Goianinha, mun. de Missão Velha.

CHAPADA. — Sa. (da), ao oriente da cid. de Aiuaba, da qual dista 6 quilômetros. De constituição argilo-silicosa, com plantios de mandioca.

CHAPADA. — Ste. (da), contraforte do maciço da Uruburetama, no mun. de Itapajé. Bastante cultivado.

CHAPÉU. — Ste. (do), nas cabeceiras do rch. das Abelhas, bacia do Aracatiaçu.

CHAPÉU. — Sa., ste. ou mo. (do), no Poço da Serra, mun. de Quixeramobim. Apresenta formato cônico.

CHARITO. — Sa. (do), no divisor de águas do rch. da Cruz com o r. Jucá, no mun. de Cococi.

CHARITO. — V. ENGENHEIRO JOÃO TOMÉ.

CHARNECA. — Sa. (da), no mun. de Várzea Alegre, entre os rch. das Bravas e do Machado.

CHARNECA. — Rch. (da), faz barra no Cariús. Ao tempo das minas de S. José dos Cariris, José Coitinho andou por êle a pesquisar ouro, segundo carta de 11-5-1753, de Jerônimo Mendes de Paz ao tenente-general Luiz Joseph Correia de Sá. (RIC, 6 (1892), 31.)

CHARNECA. — Em 3-1-1752, o capitão-mor Luís Quaresma Dourado concedeu a Luís da Costa Taleiras sesmaria de uma légua de terra, no riacho da Charneca, nas ribeiras do Jaguaribe.

CHATO. — Ste. ou mo. (do). Em seu sopé incide a divisória dos dist. de Iracema e Ema.

CHAVAL. — Aç. púb., perto da cid. de seu nome, sôbre o rch. Cruzeiro. As obras foram iniciadas em junho de 1920 e concluídas em janeiro de 1922. Capacidade de 570.000 m³. Profundidade máxima: 7 m. Barragem de terra de 118 m de comp. e 8,50 m de alt., com galeria e tôrre de tomada d'água.

CHAVAL. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Litoral, extremando com o Piauí, no ângulo mais ocidental do Estado.

Limites. — A O, com o Estado do Piauí; ao N e a L, com o mun. de Camocim; ao S, com o de Granja. (Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, *in* D.O., de 1.º-3-1953.)

Superfície. — 286 km².

Fisiografia. — A linha litorânea desdobra-se arenosa, perlongada de dunas, exceto no pequeno delta do Timonha, de terras ribeirinhas alagadiças e cobertas de manguezais. Sucede aos tabuleiros, vindos depois do cordão dunoso, uma planície acidentada, bastante declivosa, de feição sertaneja, cortada pelo Timonha e seus afluentes. A cidade acha-se em parte cercada de blocos e lajedos graníticos. Entre os blocos sobreleva-se a *Pedra das Carnaúbas*, visível a mais de 6 léguas de distância e encimada por um cocar de imponentes palmeiras. Em muitos lajedos rasgam-se tanques, onde se acumula a água de chuva, aproveitada nos misteres domésticos.

Aspectos Econômicos

A economia do mun. fundamenta-se no sal, no pescado, na lavoura e na pecuária.

O sal dá vida às transações externas, mantém o comércio e uma navegação de barcos a vela com destino aos portos do Norte. Localizam-se as salinas no delta do Timonha. Produzem cêrca de 11.000 toneladas de sal por ano, embarcado nos fundeadouros de Luís Correia e ilha da Lama, de preferência para S. Luís e Belém.

Estimativa baixa deu para 1965 uma produção de pes-

cado de 139.000 kg, resultante da pesca costeira, que ocupa algumas centenas de pessoas, alimenta a população da marinha e promove pequeno comércio de peixe salgado com os tabuleiros vizinhos.

Em 1965, segundo o Departamento Estadual de Estatística, o mun. produziu 1.420.000 kg de mandioca, 135.000 kg de milho, 108.000 kg de feijão, 33.000 kg de arroz em casca, 24.000 kg de batata-doce, 3.500 kg de mamona, 18.000 côcos e 31.000.000 de cajus.

O rebanho somava 1.900 bovinos, 480 eqüinos, 400 asininos, 350 muares, 1.000 suínos, 1.500 ovinos, 1.800 caprinos. O desfrute, ainda, em 1965, para o consumo público, foi o seguinte: 215 bovinos, 411 suínos, 144 caprinos, 5 ovinos. Para o consumo próprio: 22 bovinos, 151 suínos, 141 caprinos, 29 ovinos.

Em princípios de 1967, não havia um comerciante atacadista em Chaval. Por todo o mun. encontravam-se 53 varejistas.

Existem inexploradas as jazidas de ferro Itaúna-Chaval, a 11 km da zona de embarque.

No setor extrativo vegetal colhe para mais de 10.000 kg de cêra de carnaúba.

Liga-se a Camocim pela rodovia Ce-50, num percurso de 56 km e daí se integra na trama rodo-ferroviária estadual e nacional. Comunica-se diretamente com Luís Correia (Pi) pela estrada que dá acesso a Parnaíba. Tem perto da sede um pequeno campo de pouso e dispõe de agência postal-telegráfica.

No qüinqüênio 1960/64 a arrecadação da receita federal, estadual e municipal apresentou as seguintes cifras:

Anos	Federal	Estadual	Municipal
1960	427.233,10	1.349.119,40	1.452.410,60
1961	542.395,50	3.451.013,40	1.896.653,90
1962	1.066.386,60	———	3.375.368,10
1963	1.681.565,50	11.581.941,80	4.415.757,40
1964	———	21.633.884,40	5.641.913,60

POPULAÇÃO

Em 1960, atingia a 4.765 hab., dos quais 2.472 na zona urbana e 2.293 na rural. O número dos domicílios era de 811. Nota-se que é um dos raros mun. cearenses em que a pop. urbana sobrepuja à rural.

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

Em princípios de 1967, existiam 34 unidades escolares primárias, com a matrícula inicial de 1.130 alunos e 41 professôres.

Não há assistência médico-sanitária nem social. Uma Sociedade de S. Vicente de Paulo, fundada em 1942, dentro de seu minguado orçamento minora a sorte de alguns infelizes.

ASPECTOS URBANOS

Chaval situa-se a 3º 2' de lat. S e 41º 15' de long. W. Gr., a 315 km, em linha reta de Fortaleza, a 4 léguas da costa, à m. dir. do Ubatuba, no ângulo formado pela confluência dêste com o Timonha.

Iluminado a luz elétrica até às 22 horas, tem apenas 70 ligações domiciliares. O edifício principal é a igreja-matriz. É sede de coletoria estadual e federal.

ASPECTOS HISTÓRICOS

"O distrito do Chaval foi primitivamente ocupado por índios tremembés, que viviam da caça e da pesca, e são caracterizados pela grossura dos lábios.

Os primeiros povoadores do Chaval datam de 1873 e foram: Joaquim Carneiro da Cunha, casado com D. Francisca Joaquina do Nascimento e seus filhos Padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo, João Carneiro da Cunha, casado com D. Caetana Carneiro Aguiar, Joaquim Carneiro da Cunha, casado com Maria José da Paz, que pelo falecimento desta ca-

sou-se com D. Maria Celedônia da Paz, Francisco Carneiro da Cunha Araújo, casado com D. Raimunda Leopoldina Carneiro e Manuel Militão Carneiro da Cunha, casado com Maria Serafina Carneiro, que pelo falecimento desta passou às segundas núpcias com D. Francisca Honorina Carneiro.

No mesmo ano fixaram aí residência, vindos também de Iboaçu, José Cristiano de Brito, casado com Joana Francisca de Jesus e seu filho Francisco de Brito Sales. Fiel Augusto Gentil de Brito, casado com Inácia Joaquina de Brito e seus filhos José Augusto Gentil de Brito, Antônio Augusto Gentil de Brito e Joana Fiel de Brito. D. Maria Perpétua dos Santos, viúva, e sua filha Felicidade Perpétua dos Santos.

Os primeiros moradores dedicaram-se na maioria à cultura do sal e outros à lavoura e à criação, tendo sido o principal elemento de desenvolvimento do lugar o padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo, que faleceu a 8 de julho de 1889 e está sepultado na capela da povoação." (Padre Vicente Martins, *Notícia Histórico-Corográfica da Comarca de Granja*, RIC, 29 (1915), 53-54.)

Formação administrativa. — O dist. de Chaval primeiramente pertenceu ao mun. de Granja, passando para o de Camocim pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931. O Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, deu-lhe os foros de vila. Tornou-se mun., com território desmembrado de Camocim, e o núcleo urbano elevado à categoria de cid., pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951. (D. O., de 1.º-3-52.) A instalação da comuna deu-se a 25-3-1955, com a posse do prefeito e vereadores, eleitos a 3-10-1954.

Tem apenas o dist.-sede.

Formação judiciária. — Com. de 1.ª entrância criada pela Lei n.º 3.508, de 20-12-1956. (D.O., de 5-1-1957.)

Formação religiosa. — "A capela erecta ao glorioso S. Antônio foi começada em 2 de fevereiro de 1875 pelo padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo e benzida e inaugurada em 1879, sendo paraninfos Manuel Militão Carneiro da Cunha, Júlia Elvécia dos Santos e Antônia Arcênia.

A primeira imagem do padroeiro foi doada por Joana Francisca de Jesus em 1873 a um oratório privado que existiu onde está o cruzeiro e foi substituída em 1907 por uma imagem de tamanho natural ofertada pelos devotos.

O patrimônio é de 200 braças de terra no lugar onde está a povoação, doadas por Francisco Carneiro da Cunha e D. Raimunda Leopoldina Carneiro, pais do rev. padre José Carneiro da Cunha." (Padre Vicente Martins, obra cit., 53.)

"Anos depois, estando a capela para desabar, Monsenhor Vicente Martins, então pároco de Granja, a cuja jurisdição pertencia a mesma, mandou levantar em frente uma outra que, inaugurada em 1924, veio a ser Matriz. Dirigiram os trabalhos de construção Temístocles Porfírio da Mota e José Cristiano de Sales. A capela de Santo Antônio do Chaval pertenceu à freguesia de Granja até 1931, passando para Camocim quando, por Portaria de 4 de novembro daquele ano, Dom José Tupinambá da Frota estabelecia os novos limites entre as duas paróquias. A paróquia foi criada a 30 de setembro de 1938, servindo de Matriz a referida capela e permanecendo a freguesia com a invocação de Santo Antônio. A 29 de janeiro de 1939 tomava posse na paróquia de sua terra natal o padre José Carneiro da Cunha, sobrinho do padre Antônio Carneiro, fundador do Chaval, inicialmente, o pároco organizou as associações religiosas, entre elas, a de São Vicente de Paulo, a Pia União das Filhas de Maria, a Congregação Mariana de Moços Católicos, o Apostolado da Oração e a Cruzada Eucarística. O padre José Carneiro da Cunha, primeiro vigário do Chaval, recebeu do Papa Pio XII, a 29 de maio de 1940, a nomeação de monsenhor, com título de Prelado Doméstico de Sua Santidade. Em 1940 Monsenhor Carneiro da Cunha iniciou a construção de nova igreja, baseada na planta de autoria do arquiteto italiano Agustinho Odísio Ralmes. Edifício, de linhas impecàvelmente distintas, bem pode figurar em qualquer cidade do País. Sua conclusão ocorreu em 1950, celebrando a cerimônia de bênção Dom José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral, a 16 de julho dêste ano." (*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XVI vol., 164-165.)

CHAVES. — Dist. que preexistia com a denominação de Garça ou Graça, no mun. de Crateús. Tomou o nome de Chaves pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, em homenagem à família dêsse nome, que aí tem o seu principal núcleo. Pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, passou a chamar-se Rosa. Posteriormente foi extinto. (Lei n.º 1.153, de 22-11-1951.)

CHIBATA. — Rch. (da), trib. do Bastiões.

CHIBATA. — Índios senhores da bacia do rch. do mesmo nome. Pouco se sabe a seu respeito.

CHICO. — Pov., com 150 habitantes, no mun. de Várzea Alegre.

CHICO GRANDE. — Rch. (do), com 6 km de curso, afl. do Madeira Cortada, no dist. de Alencar.

CHORA. — Ste., no mun. de Santana do Acaraú.

CHORÓ. — R. da vertente sueste. Nasce na sa. dos Negros, braço da sa. dos Três Irmãos. A princípio corre de NO para SE e depois para NE, direção que conserva até o mar. Recebe, pela dir., riachos de pouca importância, e pela esq. o Cangati, o Castro, o Riachão, o Aracoiaba, sendo que êstes três últimos drenam a sa. de Baturité, e o rch. do Areré. A bacia mede 5.100 km². Após um curso de 180 km alcança o Atlântico, a 12 km ao S da cid. de Cascavel e a 68 km a SE da Capital, por duas bôcas — Nova e Velha. Em todo seu leito abunda água subterrânea. No trecho superior, 37 km abaixo do nascedouro, foi construído o grande aç. de seu nome.

"*Etim.* O vocábulo *Choró* se realmente não é de origem onomatopaica, parece ter pela estrutura marcado parentesco com língua não tupi, provàvelmente *tarairiú*. A expressão *Wuychoro*, encontrada em Resenlaer, que diz tê-la colhido diretamente dos conhecidos índios Paraupaba, Pedro Poti e

outros tupis, na baía da Traição em 1628, sugere uma alteração de "rio Choró". Entretanto, Teodoro Sampaio, inspirado em Martius, refere que Choró significa rio correntoso, impetuoso (que o seu regime no litoral não justifica) ou rio ruidoso, relacionando o caso com o nome da inambu *Crypturus variegatus* que os tupis também chamavam *chorarã* e o vulgo *chorarão* e *chororó*. O botânico alemão diz: *Choró, Soró* (Ceará, Rio) — *Cororog, chororom*, murmurar. *Fluvius fluctisonus*. O Dr. Paulino Nogueira acha que se trata da alteração de uma voz onomatopaica, *chororon*, murmurar. Lembra entretanto que existe uma pequena ave com o nome de *choró-choró*, dando com isto a entender que dêste nome poderia derivar o topônimo. Não seria descabido, em vista desta imprecisão, lembrar que *Choró* tem ainda a possibilidade de provir da expressão tupi *soró* ou *sorog*, romper-se ou rasgar-se, rasgado, rompido, rôto, dilacerado, ou, talvez, com mais verossimilhança da expressão onomatopaica, do estoque lingüístico tupi, *chororon* (*tororon*), manar, fluir, burburinhar." T. Pompeu Sobrinho, *Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense*, RIC, 59 (1945), 175-176.)

CHORÓ. — Aç. púb., const. pelo DNOCS, sôbre o r. Choró, no Boqueirão do Limão, na extremidade setentrional da sa. do Estêvão, na faz. Lajeirinho, a 26 km a NO da cid. de Quixadá.

A construção iniciou-se em maio, nos pródromos da grande sêca de 1932, sob a chefia do eng. Pompeu Sobrinho, autor do projeto da barragem. Foi substituído posterior e sucessivamente, na direção das obras, pelos engs. Mário Bandeira e Waldemar Gentil Norberto, cabendo a êste a conclusão dos trabalhos da barragem, em 28-1-1934.

Eis as principais características do açude:

Capacidade	143,000.000	m³
Área da bacia hidrográfica	322,00	km²
Precipitação média da bacia	890	mm
Profundidade máxima	27,00	m

Area da bacia hidráulica	1.900,00	ha
Profundidade média	7,50	m
Perímetro da bacia hidráulica	105,00	km
Extensão da represa	12,00	km
Barragem principal:		
Volume do corpo e fundações	222.000	m³
Extensão pelo coroamento	235,00	m
Altura máxima	31,00	m
Largura máxima na base	160,00	m
Largura no coroamento	9,70	m
Barragem auxiliar:		
Volume do corpo e fundações	9.000	m³
Extensão pelo coroamento	262,00	m
Altura máxima	7,00	m
Largura máxima na base	31,00	m
Largura no coroamento	3,00	m
Sangradouro:		
Volume do corte	22.000	m³
Largura	50,00	m
Revanche	4,00	m
Lâmina máxima prevista	2,00	m
Descarga máxima prevista	250,00	m³
Descarga máxima prevista por km² na bacia hidrográfica	0,776/seg.	

A barragem é de terra, a montante de excelente qualidade e a jusante de material não selecionado, mas completamente drenado, provida internamente por cortina de cimento armado impermeabilizado.

O aç. tem capacidade para irrigar 2.000 ha das várzeas do Choró, que se alargam a partir de 12 km abaixo da barragem.

As despesas com as obras atingiram a 9.204:522$000.

CHORÓ. — Dist. e v. de igual nome, pertencente ao mun. e com. de Quixadá.

Fica à margem do aç. do Choró, ao sopé da extremidade ocidental da sa. do Estêvão.

Originou-se quando da construção da aludida barragem (1932-1934). O acampamento do pessoal das obras cresceu tão ràpidamente, que se tornou v. e sede de dist. pelo Dec. n.º 1.186, de 4-12-1933. Pela Lei n.º 4.447, de 2-1-1959. (D.O., de 2-1-1959), passou a mun., e a v. ganhou os foros de cid., porém êste diploma legal não logrou ser executado.

Em 1960, tinha 8.759 hab., dos quais 1.016 na zona urbana e 7.743 na rural. O número de domicílios era de 1.267.

A instrução, em 1964, estava aos cuidados de 3 esc., na sede, e 16 na zona rural.

Paróquia fundada a 20-1-1952, cujo patrono é S. Sebastião.

CHORÒZINHO (Ex-Currais Velhos). — Dist. e v. de igual nome pertencente ao mun. e com. de Pacajus.

Em divisão administrativa referente a 1933, figura no mun. de Pacatuba, porém na de 1936 já pertence ao mun. de Guarani, nome que então tinha o atual mun. de Pacajus. Passou a denominar-se Choròzinho pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938. Foi elevado a mun. pela Lei n.º 6.436, de 17-7-63. (D.O., de 2-8-63), criação que não medrou e se tornou nula e sem efeito legal pela Lei n.º 8.339, de 14-12-1965. (D.O., de 24-12-1965.)

O dist. em 1960 tinha 6.751 hab. e 1.148 domicílios. Os seus moradores distribuíam-se em número de 1.106 na zona urbana e 5.465 na rural.

O ensino primário era ministrado em 1964 através de 13 esc., sendo 4 na sede, com 158 alunos, e 9 no interior, com 301.

O núcleo urbano fica à m. esq. do Choró, no local anteriormente chamado Mocós, cortado pela BR-13, justamente onde o rio é atravessado por extensa ponte. Foi a construção dessa obra e do atêrro que vinga a várzea a causa do desenvolvimento daquele pequeno núcleo, onde se instalou a "Residência" dos trabalhos rodoviários em aprêço.

CHUMBADA. — Pov., no mun. de Missão Velha, a meio caminho de Juàzeiro do Norte, com 50 habitações.

CHUMBO. — Sa. (do), isolada, à m. dir. do Quixeramobim, fronteira ao ste. do Araçá.

CIDADE. — Rch., no mun. de Tauá, nasce na sa. da Joaninha, deságua à m. esq. do S. Bento, da bacia do Carrapateira.

CIDADE. — Dist. do mun. de Juàzeiro, assim figurando na divisão territorial de 31-12-1936. Foi extinto pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, incorporando-se parte de seu território ao nôvo dist. do Padre Cícero, do mun. de Juàzeiro, e perto ao dist. de Santos, do mun. de S. Pedro, hoje Caririaçu.

CIFENA. — Nome do rch. que figura na sesmaria do sargento-mor Manuel Borges Fragoso, concedida pelo capitão-mor Manuel Francês, em 4-11-1726. (D.S., v. 11, n.º 153, 240.)

CIGANO. — Faz., no dist. de Coutinho, a cêrca de uma légua da sede municipal. Possui a *Cachoeira do Letreiro*, assim denominada porque em uma de suas pedras há várias pictografias, umas pintadas de prêto e outras de vermelho, reproduzidas por T. Pompeu Sobrinho, em *Algumas Inscrições Rupestres Inéditas do Estado do Ceará*. (RIC, 70 (1956), 117 e est. IV.)

CIMA. — Boq. (de). Um pouco abaixo da foz do Quixeramobim, o Banabuiú apresenta em seu leito uma angustura, conhecida por Boqueirão de Cima, que não oferece possibilidades à grande açudagem, ao contrário das que se lhe seguem, conhecidas por Boqueirão do Meio e Boqueirão de Baixo, êste também chamado do Mondubim ou da Passagem.

CIMA. — La. (de), no mun. de Guaraciaba do Norte.

CIMA. — La. (de), ou do Lima, a maior do mun. de Limoeiro do Norte, com uma légua de comprido sôbre meia de largura. Resiste às sêcas.

CIPÓ. — Sa. (do), entre as bacias dos rch. do Cipó e Livramento, no mun. de Quixeramobim.

Corr. do tupi *içá-pó*, literalmente *galho-mão*, alusivo à propriedade de enlear-se, enroscar-se que têm os vegetais escandentes ou trepadores. Há diversos topônimos com êste nome.

CIPÓ. — Rch. (do), no mun. de Quixeramobim, vem da sa. do Junco, margina a sa. de seu nome, desemboca à esq. do Pirabibu.

CIPÓ. — Rch. (do), vem do entroncamento das sa. Redonda e das Cobras e lança-se à m. dir. do r. dos Macacos, em S. Quitéria.

CIPÓ. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Pajé, trib. do Aracatiaçu.

CIPÓ. — Rch. (do), no mun. de Tauá, vem da sa. Pelada e deságua à dir. do Carrapateira, tendo recebido o Juá.

CIPÓ. — Rch. (do), de curso bastante extenso. Parte da sa. do Cachorro Morto, banha S. Félix, recebe o Mulungu, desemboca à dir. do rch. dos Porcos.

CIPÓ. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Pirangi, no mun. de Choró.

CIPÓ. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Canindé.

CIPÓ. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Capitão-Mor, da bacia do rch. do Sangue.

CIPÓ. — Rch. (do), no mun. de Mombaça, com 6 km de curso, afl. da m. dir. do S. Jerônimo, trib. do Banabuiú.

CIPÓ. — La. (do), no mun. de Iguatu.

CIPÓ. — Sit., no mun. de Jucás, com grande açude construído de julho a dezembro de 1866, pelo coronel Pedro Alves de Oliveira.

CIPOAL. — Designação de uma faixa arenosa com cêrca de 90 km de extensão, das praias ao ste. da Rôla, entre o r. Acaraú e uma linha de pequenas elevações conhecidas por Dois Irmãos, Sêco, Sapo e Morrinhos.

CIPOAL. — Mo. (do), ponto em que incide a divisória dos mun. de Barbalha, Juàzeiro do Norte e Missão Velha.

CIPÓ GROSSO. — Rch. (do), no mun. de Cedro, afl. da m. esq. do S. Miguel.

CIPRIANO. — Rch. (do), afl. do alto Puiú, no qual desemboca pela dir., na faz. Gameleira. Nasce na Serra Grande, a sudoeste do Estado.

CIPRIANO LOPES. — La. (do), no mun. de Aracati.

CIRCUAÚ. — La. (do), permanente, no dist. de Mondubim, mun. de Fortaleza.

COAÇU. — R., nasce no ste. da Itaitinga, no mun. de Pacatuba, recebe o rch. Canoa Quebrada e da foz dêste até desaguar na la. da Precabura separa os mun. de Fortaleza e Aquirás.

Etim. — Adulteração de *cauaçu*, de *caá*, mato, fôlhas, e *açu*, grande. O nome aplica-se a duas Poligonáceas, do gênero *Coccoloba*, encontradiças nos baixios e margens dos cursos d'água da região litorânea e proximidades. Possuem fôlhas grandes e ásperas, com as quais se enrolam os produtos da mandioca.

COBIÇADO. — Rch., afl. da m. dir. do Conceição, desemboca no lug. Caiçara, subúrbio da cid. de Campos Sales.

COBRA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Saquinho, trib. do Quincorô, nasce na chapada de S. José e faz barra na faz. de seu nome.

COBRA. — Faz. na foz do rch. de seu nome, no caminho de Assaré para Santanópole.

A 13-6-1832, um grupo de pintistas acampados neste local, quando festejava S. Antônio, foi surpreendido por tropas legais. Do encontro resultou a derrota completa dos partidários de Pinto Madeira, com a morte de muitas pessoas, inclusive do chefe, cuja tradição só conservou o sobrenome de Queirós. Comandava os legalistas o major Francisco Fernandes Vieira. Por muito tempo uma cruz, chamada pelo povo "Cruz do Queirós", cercada de sepulturas, abrigou sob os seus braços os que ali tombaram.

COBRAS. — Sa. (das), entre os trib. superiores do Jacurutu e o r. Macacos, a 18 km a SE de S. Quitéria. Apresenta na sua falda ocidental, na faz. S. Maria, uma gruta, descrita por Antônio Bezerra:

"À luz de inúmeros fachos transpusemos o grande salão. Logo à entrada atraiu a nossa atenção a presença de curiosos objetos formados pelas estalactites e estalagmites, tronos, confessionários, púlpitos, castiçais, arrendados, colunatas etc., mas infelizmente sem as magníficas cintilações das concreções calcárias ao reflexo das luzes, devido às dejeções dos morcegos (*Vespertilio murinus*) que amarelecem a brancura dessas lindas pedras, e tiram-lhes a forma elegante e o brilho." (*Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, 2.ª ed., Lisboa, 1915, 227.)

COBRAS. — Nome anterior da atual est. f. do Luna, situada no cabeço da ladeira das Cobras, na sa. do Luna, mun. de Acopiara.

COBRAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do rch. S. Miguel, da bacia do Salgado, recebe o Juá. A sua foz é ponto de referência dos limites de Cedro com Icó.

COBRAS. — La. (das), no dist. de Caracará, mun. de Sobral.

COCAL. — Baixio, no dist. de Graça, sôbre a sa. da Ibiapaba, com 6 km de comprimento, sôbre 2 de largura.

Há 80 anos, Antônio Bezerra o viu ubérrimo, viridente, coberto de canaviais, regados pelos olhos-d'água da Caiçara, Machado, Grande, Glória, Caldeirão, Farinha Azêda, Alazão, Abelhas, Palmeirinha, João de Sá e Lagoa da Cruz. (Antônio Bezerra, *Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, 2.ª ed., Lisboa, 1915, 154.)

COCHIOARA. — Rch., figura na sesmaria do coronel João da Fonseca Ferreira, Antônio Gularte e Manuel Ferreira da Fonseca, concedida pelo capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime, em 21-3-1718. (D.S., v. 6, n.º 384, 38.)

COCHO. — Rch. (do), da bacia do aç. Forquilha. Afl. da m. dir. do Conceição, dist. de Francisco Monte.

COCÓ. — Sa. (do), no mun. de Granja, perto da fronteira com Coreaú.

COCÓ. — R., nasce na sa. da Aratanha, em Pacatuba, recebe o Timbó ou Jereraú, despeja-se no mar após um percurso de 48 km, a L e a pouca distância da pt. do Mucuripe. As margens próximas à foz são cobertas de rendosas salinas. A partir de S. Luzia para cima, onde cessa a ação da maré, há boas terras agrícolas. No seu vale encontra-se argila tanto para cerâmica como para o fabrico de tijolos e telhas. Já se pensou ligar-se por meio de um canal êste rio ao Maranguapinho, a fim de desobstruir a b. do Ceará, tornando-a acessível à navegação.

"*Hist.* — A palavra Cocó, aplicada a êsse rio, apareceu sob a forma de *cacu*, no mapa de Loon, em 1654, e figura, já no fim daquele século, com a forma *Koko*, no de Santa Teresa. Em 1682, na carta de sesmaria concedida ao alferes Antônio Pessoa de Araújo, consta o nome do rio com a atual grafia: *Cocó*.

Convém lembrar que êste rio também teve o nome de *Pacatuba*, tirado da serra de onde flui.

Etim. — Cocó poderia ser nome de linguagem popular com que se designa certa forma de penteado usado pelas mulheres. Os cabelos longos entrançados ou torcidos longitudinalmente, e depois enrolados coclearmente no alto da cabeça, formam o que se chama *cocó*. Se assim fôra, o topônimo não teria origem indígena.

Todavia, a palavra afeta estrutura americanista que, além do mais, justifica o seu antigo registo e a aplicação a um curso d'água e não a um morro (pois cocó constitui elevação que de algum modo lembra um pequeno monte plantado nas cabeças femininas). Outra presunção arrima essa hipótese: vários topônimos do interior dêste Estado, ainda hoje subsistentes nas zonas outrora habitadas pelos índios tarairiús, contêm o mesmo radical ou todos os elementos mórficos da palavra, como *Cocodé, Cocoteno, Cococi* etc.

Isto nos leva a admitir a origem indígena e tapuia do topônimo, porventura tarairiú. Tanto mais provável quanto sabemos agora, mercê de interessante documento (carta de sesmaria concedida em 1683 a João Pinto Correia e outros) em que se registra terem os concessionários dado presentes aos índios *gendahina*, para acomodá-los. Perambulavam êstes tapuias pela alta ribeira do rio Cocó e pelas suas vizinhanças. Ora os *janduins* (ou *gendahinas*, como escreve João Pinto) eram tarairiús." Pompeu Sobrinho, *Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense*, RIC, 59 (1945), 176.

COCOCÁ. — Rch. (do), afl. do Cacimbas, trib. do Jaguaribe.

COCOCI. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Salgado e Alto Jaguaribe. Ao SO do Estado, extremando com o Piauí.

Limites. — Ao N, com os mun. de Parambu e Tauá; a

L, com os de Arneiroz e Aiuaba; ao S, com o de Aiuaba e o Estado do Piauí; ao O, ainda com o Piauí.

Superfície. — 830 km².

Fisiografia. — O mun. circunscreve-se à bacia do Jucá, que é um dos trechos marcantes dos Inhamuns. Compõe-se de tabuleiros altos e sêcos, pedregosos, entremeados de chapadas arenosas, argilosas ou cobertas de seixos rolados. Ao fundo, na linha fronteiriça com o Piauí, corre a Serra Grande, mais ou menos tabular, baixa, ampla, muito sêca e deserta. Outras serras e serrotes, isolados ou em cordões de pouco relêvo, aparecem na divisória das águas locais.

O Jucá rola sôbre lajes. É um rio *calçado de pedra*, na incisiva linguagem sertaneja. E, por conseguinte, de poucos poços. A rocha em que rasgou o seu caminho debrua-o até 3 km além das ribanceiras. Nesse trecho não se encontra a saúva e crescem plantas tristonhas e enfezadas.

Cococi tem várias lagoas transitórias, tanto nas várzeas como nas chapadas. As das chapadas são desprovidas de bacias hidrográficas, alimentam-se das chuvas que caem sôbre a sua superfície. Muitas dessas lagoas depois de barradas varam de um ano para o outro. São prestabilíssimas. Aí bebem o homem, os gados, os bichos do mato e as aves do céu. Há uma ou outra fonte permanente no fundo de uma grota. A mais importante é a do Coronzó, ao pé da Serra Grande, nas nascentes do riacho de seu nome.

A flora é carrasquenha em grande parte. Em sítios de solos profundos a vegetação arbórea atinge o porte de mata, com boas madeiras para construção. No período pluvial é um agrado apreciar os tapêtes de verdura que cobrem os campos e entremetem-se sob os outros agrupamentos florísticos, pompeantes de viço. E aquelas paragens, que no vigor do verão lembram a borda de um deserto, transformam-se, ao afago das chuvas, no país miraculoso do criatório extensivo.

Clima e salubridade — Quente e sêco, mitigado pela altitude e viração mais ou menos constante. Nas horas mais calmas do dia chega o termômetro a acusar 37° à sombra. As noites no comum são frescas e tornam-se frias nos meses

de maio e junho. As chuvas, precedidas de grandes trovoadas, ocorrem de janeiro a maio. Em 42 anos de observação, a média pluviométrica foi de 641 milímetros.

Muito salubre. Já foram registrados casos de malária, nos invernos demasiadamente copiosos, no rch. do Coronzó.

Aspectos Econômicos

Até 1915, mais ou menos, existiam grandes fazendas de criar em mãos dos Feitosas, donos que eram da ribeira do Jucá. Por quase dois séculos e meio, os participantes dêsse poderoso clã endogâmico dedicaram-se ao pastoreio extensivo, insulados em seus amplos domínios territoriais dos Inhamuns, sertões que desbravaram, povoaram, civilizaram e governaram a seu jeito.

Êsses Feitosas limitavam-se, no tocante à lavoura, ao cultivo do milho, do feijão e do arroz no quantitativo necessário à mantença de cada unidade rural. Os maiores fazendeiros tinham roças de mandioca no peneplano da Serra Grande ou nas chapadas mais próximas, muito perseguidas pela saúva e pelos caititus, mantidas sem tratos culturais. Um ou outro, raramente, moía pequeno canavial, num engenho tôsco, puxado a bois, de duas moendas verticais de aroeira, lerdas e cantantes. Os vaqueiros plantavam apenas um pequeno *cercado para comer verde*. A alimentação básica era a carne e a farinha. Carne de caça, carne de criação e de quando em vez *matutagem*. No inverno havia o leite. Igualmente comido com farinha.

O decréscimo dos rebanhos motivado pelas sêcas e doenças, o desenvolvimento das atividades comerciais, as carroçáveis, a circulação de caminhões, à procura de gêneros alimentícios e de exportação imprimiram àqueles sertões nova fisionomia econômica e social, a partir da década de 30. Apareceu gente de fora, especialmente da Paraíba, afeita aos trabalhos agrícolas. Surgiram plantios de algodão, mamona e cereais. Partilharam-se fazendas. As cêrcas começaram a limitar aquela paisagem indivisa, entregue aos cascos e aos

dentes das alimárias domésticas. E Cococi, qual outros lugares dos Inhamuns, de predominantemente pastoril vai se tornando agropecuário.

Em 1963 possuia 18.000 bovinos, 6.400 eqüinos, 3.500 asininos, 3.000 muares, 7.100 suínos, 46.000 caprinos e 34.000 ovinos.

A safra agrícola de 1963/64 foi computada pelo Departamento de Economia Agrícola em 350.000 kg de algodão em caroço, 220.000 kg de mamona, 1.700.000 kg de milho, 360.000 kg de feijão, 45.000 kg de arroz em casca, 3.000 kg de fumo em fôlha, 20.000.000 de kg de mandioca, 24.000 cachos de banana, 600.000 jerimuns, 280.000 melancias.

No setor extrativo houve uma coleta de 1.000 kg de cêra de carnaúba, 75.000 kg de oiticica e 8.000 m³ de lenha.

Os aviamentos, em número de 100, produziram ..... 3.200.000 kg de farinha. Para a indústria caseira de queijo e manteiga líquida, em franco andamento, faltam-nos dados estatísticos.

O comércio consta de 6 casas varejistas. Os seus produtos exportáveis escoam-se para Tauá e Iguatu.

A arrecadação municipal no período de 1961/63 foi de Cr$ 1.921.254, Cr$ 3.644.114, Cr$ 5.187.154, respectivamente. As arrecadações estadual e federal fazem-se por intermédio das coletorias sediadas em Tauá.

A estrada Fortaleza-Brasília corta parte do mun. e galga a Serra Grande no trecho em que ela tem o nome de serra do Mandu.

População

O efetivo humano, conforme o censo de 1960, elevava-se a 4.084 hab.: 165 urbanos e 3.919 rurais, em 685 domicílios.

Aspectos Culturais e Assistenciais

Em 1964, o ensino primário era ministrado por 5 esc. urbanas, com 148 alunos. Na zona rural havia 11, com 290.

Aspectos Urbanos

A cid. assenta em uma planície de 370 m de alt., a pouca distância da m. esq. do Jucá, emoldurada ao fundo pelo paredão distante da Serra Grande.

Tem uma única rua, com meia centena de casas em prêto e uma capela do século 18.

Ao N, a 500 m do pequeno núcleo, fica um campo de pouso particular, construído em 1952, por Eufrásio Alves Feitosa, conhecido por major Feitosa, que o vem mantendo em boas condições. Corta a cid. a est. rod. Tauá-Pio IX (Pi), na direção norte-suleste. O serviço de ligação telefônica com Marrecas e daí com o circuito geral está prestes a ser inaugurado.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Em 1860, Cococi já figurava como dist. de paz e de polícia da freg. de Arneiroz, da com. do Inhamum. Tornou-se dist. administrativo, ainda subordinado a Arneiroz, pela Lei n.º 1.279, de 28-9-1869.

Acompanhou o vaivém das divisões territoriais, na maioria das vêzes comandado por interêsses secundários, ora sendo extinto, ora ressurreto, até que a partir de 1933 passou a figurar de maneira permanente no quadro territorial do mun. de Tauá. Enfim, pela Lei n.º 3.858, de 17-12-1957, passou à cat. de mun., com os limites distritais. A viloca de Cococi, sem perder a denominação, elevou-se pelo mesmo diploma legal à cat. de cidade.

Cococi, sede da faz. do mesmo nome, era um núcleo humano tão apagado, que o Barão de Studart deixou de mencioná-lo em sua minuciosa *Geografia do Ceará Comemorativa do Centenário de Nossa Independência*, publicada em Fortaleza, em 1924.

Compõe-se sòmente do dist.-sede.

Formação judiciária. — A justiça está subordinada à com. de Tauá.

Formação religiosa. — Subordinada à paróquia de Tauá. Já foi sede de freg., criada pela Lei n.º 1.279, de 28-9-1869, sob a invocação de N. S. da Conceição e instituída canônicamente a 2 de outubro do mesmo ano. O seu primeiro vigário foi o padre Francisco Máximo Feitosa de Castro, que inaugurou a freg. a 9-12-1873 e ali estêve até 28-12-1886, demonstrando zêlo e dedicação no ministério do altar.

Deve-se ao cel. Francisco Alves Feitosa a edificação da capela do Cococi, entre 1740 e 1748, ano êsse em que foi julgada própria e decente para a celebração do culto, pelo visitador, frei Manuel de Jesus Maria.

Toponímia

Cococi, cuja população local pronuncia *cocuci*, dando ao *u* um som muito breve, quase inaudível, parece ser palavra do linguajar tarairiú, índios que por aí viviam.

Filhos Ilustres (*)

Francisco Máximo Feitosa de Castro, Pe. (1847-1923). Vicariou as paróquias de Cococi, Ipueiras, Ipu e Tauá, à frente das quais exerceu fecunda atividade. Dispunha de sólido prestígio político, tendo sido deputado provincial e estadual em várias legislaturas.

Ângelo Custódio Alves de Castro, Pe. Exerceu o ministério sacerdotal em Arneiroz e Acarape, notabilizando-se por seu zêlo e espírito de caridade. Vitimado pela cólera, faleceu nesta última localidade em 1862, quando empregava tôda a sua dedicação em socorrer a pobreza atingida por aquela epidemia.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

COCODÉ. — Ste. (do), isolado, sêco, entre os rch. de seu nome e Cangati, a 7 km acima do ste. do Farias, mun. de Mombaça.

COCODÉ. — Rch. (do), também conhecido por Mosquito ao passar pelo sít. dêste nome, que fica à sua m. esq. e a 3 km do pov. de Catolé do Mosquito. É um dos principais afl. do Banabuiú, pela m. direita. Nasce entre as sa. de S. Bernardo e Marruás, drenando grande parte do sul de Mombaça, limitada pelo cordão circular que se estende da sa. do Luna à de S. Bernardo. Recebe diversos afl., como o rch. Guaribas, pela esq., e o Saco, pela dir., indo desembocar, depois de 120 km de curso, no lugar Onça, a 3 km abaixo da cidade de Mombaça.

"O vale dêsse riacho, desde alguns quilômetros antes do "Catolé", até encontrar a paróquia de Saboeiro, já no município de Acopiara, é um vale privilegiado. Apesar de não correr o riacho senão por pouco tempo, o vale é sempre fresco e fértil. É uma faixa que terá aproximadamente uns trinta quilômetros de comprimento por uns trezentos metros de largura, tôda cultivada. Sobretudo a cana ali viça constantemente. Êsse tapête verde contrasta fortemente com os terrenos marginais completamente secos e cobertos de capoeiras desfolhadas. A região é em parte montanhosa e de solo fértil, recoberto ainda de mata. Belas árvores de madeira de lei ainda se conservam. Não se tem, entretanto, a impressão de atravessar uma floresta, quando por aí se passa, de maio a dezembro. É que as árvores estão sempre despidas. A frescura das matas, sombras amenas sob abóbadas de verdura — o que nos acode à mente, apenas se ouve falar em floresta — ali não se conhece. É a mata de troncos enegrecidos pelo sol, de galhos nus erguidos para o céu, de solo banhado de luz, sem fontes, sem musgos, sem cipoais, sem ninhos, sem matizes. É a mata mumificada." (D. Antônio de Almeida Lustosa, *Notas a Lápis,* S. Paulo, 1952, 248.)

A grafia primitiva era *Coquedê,* como se vê da sesmaria de André Gomes Botelho, concedida pelo capitão-mor Leonel de Abreu Lima a 11-2-1734. (D.S., v. 12, n.º 84, 125.) Há, ao lado de *Cocodé,* a forma *Cacodé* que vai se popularizando e figura até em cartas geográficas, como o MIN, por exemplo. O têrmo parece ser de origem tarairiú, pois ocorre na zona outrora habitada por êsses índios e se prende, indubitàvelmente, ao grupo de topônimos que se caracterizam pela presença do radical *coco.*

COCOROTE. — Nome do sít. onde se construiu a Base Aérea de Fortaleza.

CÔCOS. — Outeiro (dos), morro praieiro em que se plantaram os primeiros coqueiros no Ceará.

O fato ocorreu em 1603, quando da primeira jornada de Pero Coelho de Sousa. Os expedicionários, conta frei Vicente de Salvador, ao chegarem ao Ceará, "depois de alguns dias de descanso por causa de gente miúda, tornaram a marchar até um outeiro a que depois chamaram dos Côcos, porque uns sete ou oito que plantaram à tornada os viram nascidos com muito viço". (*História do Brasil*, 3.ª ed. revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia, S. Paulo, s/d, 387.) O nome não vingou em nossa toponímia. Para Antônio Bezerra o Outeiro dos Côcos é o Siupé dos nossos dias. ("Pero Coelho de Sousa no Ceará", in *Comemorando o Tricentenário da Vinda dos Portuguêses ao Ceará*, 1603-1903, Ceará, 1903, 18.)

CÔCOS. — Sa. (dos), nome que toma a Serra Grande no trecho limitado pelo r. Inhuçu e o boq. do Poti. A partir dêste rio a Serra Grande torna-se mais baixa, mais larga, a mata é substituída pelo carrasco e as fontes rarefazem-se. É o trecho intermediário entre as seções úmida e sêca.

CÔCOS. — Nascente, no mun. de Barbalha, vem da sa. do Araripe.

CODADÊ. — Em *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 219, figura como rch. do mun. de Mombaça. Há evidente engano. Trata-se certamente de Cocodê.

CODIÁ. — Ste. (do), no mun. de Senador Pompeu.

CODIÁ. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Banabuiú, no qual se lança um pouco acima da cid. de Senador Pompeu.

COELHO. — Pov., no mun. de Itapipoca, com poucas habitações e uma capelinha dedicada a N. S. do Perpétuo Socorro. Fica no sertão, a 40 km da praia, em zona agrícola, de população um tanto densa. Liga-se à rodovia Itapipoca--Acaraú por carroçável.

COITÉ. — Sa. ou ste. (do), contraforte pouco extenso e pedregoso da sa. do Iboaçu, perto de Ubatuba, mun. de Granja.

Etim.: O nome designa a *Crescentia Cujete* Lin., planta da família das Bignoniáceas, cujos frutos serrados ao meio dão as conhecidas *cuias* ou *coités*, indispensáveis aos índios e comuníssimas ainda entre a nossa gente rural. Vem de *cui-eté*, a vasilha verdadeira, a cuia. Planta tão prestadia, deu nome a diversas localidades, mormente a sítios mais ou menos frescos, propícios ao seu crescimento.

COITÉ. — Sa. (do), no mun. de Mombaça, na bacia do rch. João Alves, nas cabeceiras do Canzuim.

COITÉ. — Sa. (do), conhecida outrora por sa. do Ôlho--d'Água do Coité. Fica no mun. de Caucaia.

Em 1800 possuía uma mata que media duas léguas de comp. de N a S e cêrca de uma légua de L a O.

"Nesta Matta se acham bastantes Paos d'Arco, Aroeiras, Angicos, e Rabujes, de trinta, a sincoenta e mais palmos de comprimento, e de hum até dous palmos de face quadrada limpa; e muitas madeiras de marchetaria e Marcenaria de dez-e-seis até quarenta palmos de altura, de dous até trez palmos de circumferencia limpa." (*Descrição das Matas Desta Capitania*, RIC, 10 (1896), 333.)

COITÉ. — P. (do), com mais de 800 m de alt. na sa. da Uruburetama, no mun. de Itapajé. Com outras elevações menores emoldura a v. da Cruz.

COITÉ. — Rch. (do), na sa. de Baturité.

COITÉ. — Rch. (do), na sa. da Ibiapaba, deflui no Ubajara.

COITÉ. — Rch. (do), tem os seus nascedouros nos sít. Mato Grosso e Pombas, na sa. da Meruoca, no mun. dêste nome. Derrama-se no aç. Várzea da Volta, no mun. de Coreaú, depois de 18 km de curso. As terras marginais são cultivadas de cana, fruteiras e cereais.

COITÉ. — Rch., afl. do Amparo, da bacia do Figueiredo, separa os dist. de Canindèzinho e Potiretama.

COITÉ. — La. (do), em Cajàzeiras, mun. de Fortaleza.

COITÉ. — Engenho, no mun. de Barbalha, banhado pelo Caldas, onde residia Pinto Madeira.

Foi centro ativo da vida política do Cariri nas três primeiras décadas do século passado. Aí Pinto Madeira fundou a sociedade secreta *Coluna do Trono Constitucional*, que agremiava partidários do nosso primeiro imperador. Daí partiu para a aventura revolucionária de 1832, que o levaria à derrota, à prisão, ao julgamento pelos próprios inimigos e ao assassínio jurídico, pelo fuzilamento, no Crato, a 28-11-1834.

COITÉ. — V. ARATUBA.

COITÉ. — Lugarejo, no mun. de Caucaia, junto à sa. do seu nome.

COITÉ. — Pov., com 50 habitações, no mun. de S. Benedito.

COITÉ. — Lug., perto de Mocambo, na sa. da Ibiapaba, com uma litografia que, segundo T. Pompeu Sobrinho, "é interessante porque nos mostra, além dos sinais geométricos, uma figura evidentemente homonóide e outra certamente sauróide, como que indicando uma tendência evolucionista no sentido das inscrições de estilo realístico". (RIC, 70 (1956), 120, 121.)

COITÉ. — Dist. e v. do mun. e com. de Mauriti.

A v., apenas a 6 km a L da sede municipal, a qual se liga por est. carroçável, assenta-se em terreno arenoso, pitorescamente decorada do lado norte por altos coqueiros e verdejantes canaviais que se estendem a oeste. Possui aproximadamente quarenta casas antigas, ocupando três quarteirões, e uma capela de proporções avantajadas para o lugar, cuja padroeira é N. S. da Conceição.

Dist. essencialmente agrícola, compõe-se de terras arenosas e baixios, êstes localizados no vale do rch. S. Miguel, onde se situam várias nascentes que alimentam a irrigação de excelentes sítios.

Na sede existe uma esc. primária.

Filhos Ilustres (*)

Domingos Leite Furtado. Um dos coronéis sertanejos mais abastados e de maior influência pessoal, no seu tempo. Residiu por muitos anos em Milagres, e dali o seu prestígio social e político se irradiava por tôda a zona sul do Estado. Faleceu em 1918, já setuagenário.

José Leite Maranhão (1894). Médico, professor e homem de letras. Desempenhou o magistério secundário no antigo Colégio Militar do Ceará, na Escola Normal Justiniano de Serpa e foi professor catedrático da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará. Exerceu o cargo de Prefeito de Fortaleza (1947-1948) e figura no quadro de várias entidades culturais do Estado.

Luís Furtado Maranhão, padre (1873). Foi professor do Seminário de Fortaleza e depois se retirou para Milagres, onde praticou, como vigário, longo e benéfico apostolado religioso e social, tendo exercido grande ascendência sôbre sua família e seus paroquianos.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

COITINHO. — R., recebe o Caiçara, no mun. de Cariré.

COLARES. — La., no mun. do Crato.

COMAII. — Topônimo setecentista referente a um rch. da ribeira do Choró. Aparece na sesmaria do padre Felipe Paes Barreto, concedida pelo capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime, em 23-2-1718. (D.S., v. 6, n.º 379, 31.)

COMBOIEIRO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Coreaú.

COMBOIEIRO. — Pov., à m. esq. do r. Coreaú, em Martinópole.

COMEMBE. — Rch. (do), figura na sesmaria do capitão Felipe Coelho de Morais, concedida pelo capitão-mor Sebastião de Sá, a 15-10-1680. (D.S., v. 1, n.º 14, 35.)

COMPRIDA. — La., entre os mun. de Aracoiaba e Redenção, cujo desagüadouro, no r. Choró, é o rch. da Varjota.

COMPRIDA. — La., à m. do Aracatiaçu, junto a Aracatiara, no mun. de Itapipoca.

COMPRIDA. — La., no mun. de Maranguape.

COMPRIDA. — La., à m. do Jaguaribe.

COMPRIDO. — Ste., entre os rch. dos Galhos e do Açude, afl. da m. esq. do Pajé.

COMPRIDO. — Ste. ou mo., na linha divisória dos mun. de Coreaú e Sobral.

COMPRIDO. — Rch., no mun. de Tauá, afl. da m. dir. do S. Bento, da bacia do Carrapateira.

CONCEIÇÃO. — Ste. (da), no mun. de Itapajé.

CONCEIÇÃO. — Sa. (da), no mun. de Caucaia. Não passa de um arco da sa. do Juá.

CONCEIÇÃO. — Rch., vem da sa. de S. Domingos, drena esta e a de S. Joaquim, pelo S, bem como um grupo de serrotas que se projetam principalmente da última, e deságua à esq. do Carrapateira, no lug. de seu nome, no mun. de Tauá. Os rch. do Ingá e da Mucunã são os seus principais afluentes, ambos pela m. direita.

CONCEIÇÃO. — R., nasce no ângulo formado pela Serra Grande e sa. do Araripe, no mun. de Campos Sales, passando por esta cidade. Recebe, pela dir., pequenos rch. que drenam as quebradas ocidentais das sa. das Vertentes e Bastiões e pelo lado esquerdo a bacia se estende através da parte meridional do sertão dos Inhamuns, principalmente por intermédio do rch. do Negro e do r. do Umbuzeiro. Desemboca à direita do Jaguaribe, numa grande curva a 6 km abaixo de Saboeiro, no pov. da Barra, depois de um curso de 180 quilômetros.

CONCEIÇÃO. — Rch., nasce na sa. do Feijão, afl. da m. esq. do Curu, desembocando na bacia hidráulica do aç. General Sampaio.

CONCEIÇÃO. — Rch., no mun. de Boa Viagem.

CONCEIÇÃO. — Rch. (da), que, com o da Oficina, forma o Madeira, afl. da m. dir. do Acaraú. Na junção dêsses rch. foi construído o aç. Forquilha, com a capacidade de 51 milhões de metros cúbicos.

CONCEIÇÃO. — Cór. (da), trib. da la. das Almécegas, mun. de Paracuru.

CONCEIÇÃO. — Ôlho-d'água (da), perto da cid. de Viçosa do Ceará, do lado do poente, com notável vazão.

CONCEIÇÃO. — Ôlho-d'água (da), na sa. do Cajueiro, no mun. de Granja.

CONCEIÇÃO. — La., no mun. de Solonópole, entre o rch. do Sangue e o rch. dos Defuntos.

CONCEIÇÃO. — Sít., no mun. de Santanópole, à margem da estrada para o Crato, com jazida de gipsita.

CONCEIÇÃO. — Pov. ao pé da sa. de seu nome, mun. de Caucaia.

CONCEIÇÃO. — Primitivo nome da cid. de Guaramiranga.

CONCEIÇÃO. — V. GUAÇOCÊ.

CONCEIÇÃO. — V. SANTA FÉ.

CONCEIÇÃO. — Em divisão administrativa referente a 1933, figura como dist. do mun. de Jaguaribe-Mirim. Com a restauração do mun. de Cachoeira, hoje Solonópole, pelo Dec. n.º 1.540, de 3-5-1935, com território desmembrado de Jaguaribe-Mirim, passou a integrar a nova comuna.

CONCEIÇÃO DA BARRA. — Antiga denominação simplificada de Pentecoste, que se chamava N. S. da Conceição da Barra do Rio Canindé.

CONCEIÇÃO DA MERUOCA. — Pov. sôbre a sa. da Meruoca.

CONCEIÇÃO DO CARIRI. — V. PORTEIRAS.

CONDADO. — "Nome de uma antiga fazenda à margem direita do rio Banabuiú, cujo território é cortado pelo riacho Fonseca. No leito, alguns metros acima de sua barra no rio

Banabuiú, encontra-se uma cachoeira, em cujas pedras estão gravados vários grupos litoglíficos." (RIC, 70 (1956), 123.)

CONDADU. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Jaguaribe, cuja ba. fica um pouco abaixo de Arneiroz. Nasce no ângulo formado pelas sa. da Catarina e Flamengo, drena a encosta ocidental desta última, recebe o rch. do Saco e outros tributários, atravessa zona bastante acidentada, mas excelente para lavoura.

Em *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas* (RIC, 33 (1919), 216) T. Pompeu Sobrinho deriva o topônimo de *candu*, torto, *bu*, sair, sair torto. Parece-me, entretanto, que a interpretação citada não se ajusta ao caso, por se tratar de têrmo tapuia, talvez tarairiú, que habitavam por essas paragens. Os documentos antigos grafam *Cundandu*.

CONDADU. — V. CANDADU.

CONEROU. — Rch., dependente do *Quixitoré*, no qual conseguiu sesmaria o tenente-coronel Hyronimo de Albuquerque, concedida pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão, em 3-2-1736. (D.S., v. 13, n.º 23, 44.) Tinha também a denominação de *Conicoron*.

CONFUSÃO. — Ste. (da), um dos cimos mais elevados da sa. do Machado.

CONORIBO. — V. CURUJONE.

CONSTANTINO. — Sa. (do), no mun. de Aurora. Liga-se à do Croatá por uma garganta onde passa a divisória dos mun. de Aurora e Caririaçu.

CONSTITUINTE. — V. VILA DA CONSTITUINTE e ITAPAJÉ.

CONSULTA. — Sa. (da), entre os mun. de Itatira e S. Quitéria.

CONTAS. — Rch., da sua confluência com o Ingá, na faz. Oiticica, nos limites de Independência e Crateús, origina-se o Tourão, um dos formadores do Poti.

CONTENDAS. — Sa. (das), entre Assaré e Jucás.

CONTENDAS. — Rch. (das), afl. da m. esq. do Mundaú, nasce na Serrinha, no maciço da Uruburetama. Na sua foz incidem os limites de Itapipoca, Trairi e Uruburetama.

CONTENDAS. — Rch. (das), nasce na sa. Verde, deságua à margem direita do Cariús.

CONTENDAS. — Rch. (das), no mun. de S. Quitéria, afl. do Jacurutu.

CONTENDAS. — Rch., no mun. de Ubajara, afl. da m. esq. do Coreaú, neste trecho chamado Onça.

CONTENDAS. — La. (das), no mun. de Assaré.

CONTENDAS. — La. (das), grande, no mun. de Coreaú (ex-Palma).

CONTENDAS. — Fazenda, no rch. Barbada, afluente do Cangati, com um depósito de ferro avaliado em mais de duas léguas quadradas.

CONVENTO. — Rch. (do), vem da sa. Pintada, desemboca à m. esq. do Acaraú.

CONVENTO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do rch. dos Cavalos, trib. do Poti, no mun. de Crateús. Tem cêrca de 24 km de curso.

COPAÍBA. — Rch., corre paralelo ao Mundaú, desemboca no mar, formando pequena enseada, protegida pela pt.

de Sabiaguaba, em cuja margem ocidental fica o pov. dêste nome.

Corr. de *cupa-yba*, a árvore de depósito, alusivo à propriedade que têm as plantas do gênero *Copaifera* L., hoje *Copaiba* Marcg., mais conhecidas, entre nós, por *pau-d'óleo*, de guardarem em seu tronco um óleo balsâmico, de poderosas virtudes cicatrizantes.

COQUE. — Rch. (do), no mun. de Senador Pompeu, afl. do Banabuiú. Anteriormente Coquexasi.

COQUE. — Aç. (do), const. em coop. com a IFOCS, na faz do mesmo nome, mun. de Quixeramobim, sôbre o rch. do Lima. Barragem de terra, com a cap. de 2.270.280 m³. O prêmio foi de 170:485$700. Iniciado em 1922 e concluído em 1926.

COQUEIRO. — Rch. (do), bastante volumoso, afl. do Barriguda. Nasce na sa. do Araripe, recebe o Rosário e da foz dêste até as nascentes separa os mun. de Araripe e Campos Sales.

COQUEIRO. — Pequeno pov., com 20 habitações, mun. de Pacajus.

COQUEIRINHO. — Ôlho-d'água (do), forma o rch. de seu nome, que desemboca no mar, perto da cid. de Paracuru. As margens estão cobertas de canaviais.

COQUEXASI. — Nome provàvelmente tarairiú, do atual rch. do Coque, trib. do Banabuiú. Figura na sesmaria de João Pereira do Lago, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 4-8-1707. (D.S., v. 5, n.º 244, 10.)

COQUEXAXIM. — Topônimo do rio em que se localizava a sesmaria do capitão Francisco da Gama e Silva e capitão Simplício de Moura Velho, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 23-6-1706. (D.S., v. 2, n.º 106, 75.)

COQUINHO. — P. na cumeada da sa. da Uruburetama, mun. dêste mesmo nome.

CORADOURO. — Rch., afl. do Canzuim, no mun. de Mombaça. Em sua ba. incidem os limites dos dist. de Carnaúba e S. Gonçalo de Umari.

CORDEIRO. — Aç. part., mun. de Caucaia, const. em coop. com a IFOCS. Capacidade de 2.092.600 m³. Prêmio de 81:030$659. Barragem de terra. Os trabalhos iniciaram-se a 23-1-1933 e terminaram a 8-6-1934.

CORCUNDA. — Cór. (do), mun. de Morada Nova, desemboca na la. de seu nome.

CORCUNDA. — La. (do), recebe o rch. de seu nome e derrama-se à m. esq. do rch. do Livramento, trib. do Banabuiú, mun. de Morada Nova.

COREAÚ. — R., nasce na fazenda Poço Verde, ladeira de S. Pedro, na sa. da Ibiapaba, a 13 km da cid. de Ibiapina. Tem então o nome de Onça. Depois de um curso sinuoso de 180 km, na direção de O para NE, desemboca no mar, formando pequeno delta e o melhor pôrto do Ceará. A sua ba. está situada a 2º 53' 41" da lat. S e 2º 31' 8" de long. L do Rio de Janeiro, perto da cid. de Camocim. É navegável numa extensão de 42 km, entre as cid. de Camocim e Granja. Os seus afluentes principais da m. esq. são: Itacolomi, Sairi e Gangorra. Os da m. dir. carecem de importância. Banha as cid. de Coreaú, Granja, onde é cortado por uma barragem e uma ponte metálica de 112 m, e Camocim. A sua bacia mede 4.820 km², com a vazão de 969.829.000 m³, segundo dois anos de observação em Granja, o que corresponde a um *run-off* de 16,1%.

O estuário e parte de seu curso médio são conhecidos por *Camocim*, nome que alguns geógrafos tornam extensivo a todo o rio.

"*Hist.* — Ao que presumimos o topônimo surgiu no fim do século XVII, mas só foi registrado em 1705, na data de sesmaria concedida ao tenente Manuel Dias de Carvalho e Félix Coelho, sob a forma de *Coruahu*. Mais tarde, veio a prevalecer a grafia *Coreahú* ou *Coreau*, ainda hoje vulgar.

"*Etim.* — Esta última grafia, bem como a primeira podem ser consideradas como alteração de *Curiá-ú*, água ou rio dos curiás. *Curiá* é o nome que os tupis davam a uma pequena ave, a *Ampelio cincta* ou *Cotinga cerulea*, da família dos Formicaróides. Cumpre não esquecer ainda que há no norte e centro do Brasil uma palmeira que Martius batizou por *Attalea spectabilis*, vulgarmente chamada *Curuá*. Expressão que poderia também ter dado *curiá* e *Curiaú*, rio da palmeira curuá. Esta análise não oferece porém a consistência da primeira." T. Tompeu Sobrinho, *Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense*. RIC, 59 (1945), 176.

Para Paulino Nogueira, *Voc.*, 273, é rio do croá: *croá*, conhecida bromélia espinhosa, e *hú*, água.

COREAÚ. — V. PARACUÁ.

COREAÚ (Ex-VÁRZEA GRANDE, ex-PALMA). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Sertão Centro-Norte.

Limites. — A O, com os mun. de Tianguá e Viçosa; ao N, com os de Granja e Uruoca; a L, com os de Massapê e Alcântaras; ao S, com os de Sobral, Ibiapina, Freixeirinha e Mocambo.

Superfície. — 778 km².

Fisiografia. — O Coreaú corta o mun. de S a N. Aí inicia o seu curso médio, encaixilhado de planícies aluviais cobertas de palmares de carnaúba. Os terrenos elevam-se gradualmente em busca das quebradas e contrafortes da Meruoca e Ibiapaba. As cotas vão de 100 a 600 m. Há grandes tratos planos e

outros acidentados, de solos variados, predominando contudo os tabuleiros pedregosos. Junto às elevações dominam as catingas. Faltam lagoas e fontes perenes. As águas do Coreaú são salgadas e no seu leito encontram-se poucos poços permanentes.

Clima e salubridade. — Dizia Antônio Bezerra que os filhos da Palma gozavam de um clima saudabilíssimo. Uma brisa constante suavizava o calor do dia e as noites eram em extremo agradáveis. O termômetro regista 28,5º, em média. Surtos de impaludismo, no passado, irrompiam no vale, para logo desaparecerem, felizmente. O estado sanitário, em geral, é muito bom.

ASPECTOS ECONÔMICOS

O mun., na safra de 1963/64, obteve 580.000 kg de oiticica e 55.000 kg de cêra de carnaúba. A valorização dêsses dois produtos extrativos, além de abrir novas perspectivas econômicas aos proprietários ribeirinhos, impulsionou as atividades comerciais e o desenvolvimento de Coreaú. Pode-se dizer que se deve à cêra de carnaúba o desaparecimento daquele ar de "extrema pobreza" que envolvia a antiga Palma e tanto impressionou a sensibilidade de Antônio Bezerra. Isso só veio a ocorrer nos fins da segunda década dêste século.

Com o advento do caminhão e das carroçáveis, de pastoril tornou-se misto em suas atividades agrárias, que ocupam mais de 80% da população ativa de 10 anos acima, predominando, porém, a pecuária. Em 1965, o rebanho somava 12.000 bovinos, 1.600 eqüinos, 2.050 asininos, 600 muares, 14.000 suínos, 10.600 ovinos, 13.750 caprinos. Para o consumo público abateram-se 261 bovinos, 275 suínos, 240 ovinos e 157 caprinos. E, para o consumo próprio, 99 suínos, 260 ovinos e 198 caprinos. Produz mais de 200.000 litros de leite e vende gado aos vizinhos.

A safra agrícola de 1963/64 foi avaliada pelo Departamento de Economia Rural em 280.000 kg de algodão em caroço, 180.000 kg de mamona, 660.000 kg de milho, 230.000 kg

de feijão, 620.000 kg de arroz em casca e 180.000 kg de farinha de mandioca.

O comércio, em 1966, constava de 52 estabelecimentos varejistas em todo o mun., transacionando com Sobral, principalmente.

É servida pela rodovia Ce-71, que entra em conexão com a BR-22, via Sobral, e daí com Fortaleza, numa distância de 268 km. Dispõe de agência postal-telegráfica.

No período de 1960/64 a arrecadação estadual e municipal foi a seguinte:

Anos	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1960	2.294.084,30	1.740.221,60
1961	2.856.234,10	2.319.453,70
1962	4.013.540,00	3.914.398,40
1963	12.415.249,10	6.362.539,40
1964	25.397.163,90	6.821.628,70

A arrecadação federal faz-se pela coletoria de Massapê.

ASPECTOS POPULACIONAIS

A pop., em 1960, atingia a 12.250 hab., assim distribuída:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
Coreaú	6.017	2.118	3.899	1.030
Araquém	2.529	274	2.255	416
Ubaúna	3.704	404	3.300	631
	12.250	2.796	9.454	2.077

ASPECTOS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS

A primeira esc. masculina foi criada pela Lei n.º 1.176, de 29-8-1865, e a feminina pela de n.º 1.287, de 16-10-1869. Possuía, em 1966, 17 unidades escolares, com 24 docentes e

a matrícula inicial de 575 alunos. Há uma unidade de ensino médio, o Ginásio N. S. da Piedade, com 73 alunos e 6 professôres.

Tirando a religiosa, pràticamente não existem as demais modalidades de assistência. Aos cuidados da paróquia vivem a Sociedade de S. Vicente de Paulo e o Círculo Operário. A Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância mantém a Maternidade Tomás Pôrto.

ASPECTOS URBANOS

Aos 3° 32' 59" de lat. S e 40° 39' 51" de long. W. Gr., Coreaú assenta-se numa planície, à m. dir. do r. do seu nome, a 95 m de alt. e a 239 km da Capital, em linha reta.

É pequena, um tanto parada, com pouco mais de 2.500 hab. Possui 17 logradouros. Alguns pavimentados e arborizados. O número de prédios não excede a 400, dos quais 300 são residenciais. Em meio ao casario simples e modesto, sobressai a matriz, plantada num grande largo. É iluminada a luz elétrica até às 22 horas e, em 1966, tinha 84 ligações domiciliares.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Formação administrativa. — O pov. de Várzea Grande, com território desmembrado do mun. de Granja, foi criado mun. e elevado à cat. de v., com a denominação de Palma, pela Lei n.° 1.316, de 24-9-1870. Supresso pela Lei n.° 1.794, de 9-10-1920, não tardou a ser restaurado pela de n.° 1.887, de 15-10-1921. De nôvo extinto pelo Dec. n.° 193, de 20-5-1931, passou a figurar como dist. de Massapê. Foi novamente restaurado pelo Dec. n.° 192, de 20-9-1935. Cid. em virtude do Dec.-lei n.° 448, de 20-12-1938. Pelo Dec.-lei n.° 1.114, de 30-12-1943, o mun. e seu distrito-sede passaram a denominar-se Coreaú.

Compõe-se, atualmente, dos dist. de Coreaú, Araquém, Aroeiras e Ubaúna.

Formação judiciária. — Têrmo por Ato de 18-3-1872, subordinado à com. de Granja. Com. em virtude do Dec. n.° 21,

de 7-6-1890, desmembrada da de Granja, compreendendo os mun. de Palma e Meruoca, êste desanexado da de Sobral. Inaugurou-a em 14 de julho do mesmo ano o dr. Álvaro Gurgel de Alencar, posteriormente desembargador e autor do *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará.* A com. durou menos de um ano, foi extinta pelo Dec. n.° 196, de 5-6-1891. O têrmo voltou então à com. de Granja, para ser extinto e restaurado ao sabor das reformas judiciárias, que o levaram até às com. de Massapê e Sobral, voltando, por fim, à fonte inicial. Tornou-se com. de 1.ª entrância em virtude do art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, de 23-6-1947, efetivada pela Lei n.° 213, de 9-6-1948, que dispõe sôbre a Organização Judiciária do Estado.

Formação religiosa. — A freg. de N. S. da Piedade de Várzea Grande foi criada pela Lei n.° 1.206, de 10-8-1867 e instituída canônicamente a 25-6-1868. Teve por primeiro vigário o padre Salviano Pinto Brandão, que foi pároco de Quixeramobim, onde faleceu a 29-8-1915, chorado por todos. É subordinada à diocese de Sobral. Tem 8 capelas sufragâneas.

Escreveu a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,* vol. XVI, 168, que Antônio Bezerra ao visitar a matriz de Palma, em 1888, "ficou encantado com os ornatos trabalhados em puro ouro" que a guarneciam. Há evidente engano da Enciclopédia quanto à data da visita e à natureza dos enfeites. A visita foi em 1884 e, em vez de ouro, foram *dourados* (o grifo é meu) o que êle encontrou. (*Notas de Viagem ao Norte do Ceará,* 2.ª ed., Lisboa, 1915, 80.) E tinha de ser assim mesmo. A matriz de Palma não fugia aos moldes das outras matrizes cearenses. Era de extrema singeleza. Um povo de criadores, exposto aos azares das sêcas, não podia oferecer ricas oblatas aos seus santos. Imitava o ouro, pintando os seus modestos altares de alvenaria com tinta dourada.

TOPONÍMIA

O primitivo nome de Várzea Grande encontra o seu motivo na feição topográfica do local em que nasceu o povoado.

Palma parece-me estar ligado à fisionomia botânica da várzea, densamente coberta das *palmas* multífidas da carnaúba, de tanta prestimosidade em nossa vida rural. Êste parecer afigura-se-me mais razoável do que aquêle que vai buscar a origem do topônimo numas broas em forma de *palma*, por sinal muito saborosas e procuradas, fabricadas por uns prêtos desaparecidos não faz bastante tempo. A denominação corrente prende-se ao principal acidente geográfico do mun., o r. Coreaú.

Filhos Ilustres (*)

Aldo Prado (1901). Advogado, escritor e jornalista. Deu à publicidade vários ensaios e monografias que atestam o seu valor literário e cultural. Exerce no Rio de Janeiro as elevadas funções de Procurador da Previdência Social, do Ministério do Trabalho.

Francisco Prado (1886-1932). Advogado, escritor e homem público. Em 1921, participou, como deputado, da Assembléia Legislativa dêste Estado, onde batalhou pela expansão e reforma do ensino primário. Fêz parte da Academia Cearense de Letras.

Raimundo Gomes. Odontólogo de nomeada. Foi um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, da qual foi professor e diretor.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

COREMAS. — V. CUREMAS

CORINEOROU. — Nome gentio do r. Bastião.

COROA DA EMA. — Ilha do delta do Camocim. É a segunda a contar da ba. para montante.

COROA DO BURRO. — Ilha do delta do Camocim, a primeira a contar da foz.

COROA GRANDE — Recife de grés em frente à cid. de Fortaleza, a 1 km da praia. O antigo ancoradouro, fronteiro ao edifício da Alfândega, era de algum modo protegido por êle, na baixa-mar. Na preamar o abrigo tornava-se insignificante.

COROA GRANDE. — Ilha (da), no litoral do mun. de Acaraú, com 770 m de comp. e 88 de largura.

COROATÁ. — Rch. (do), no dist. de Itaguá, mun. de Campos Sales, afl. da m. dir. do Conceição.

Êste nome apresenta uma gama de formas: *Caraguatá, Carauatá, Caruatá, Caroatá, Crauatá, Croá, Gravatá* e *Croatá*, que é a mais comum. Para Martius, *croatá* é uma contração de *caragoatá*, erva que arranha o viandante, de *caranhe*, arranhar, e *oatá*, o que anda, por causa dos espinhos. T. Sampaio fá-lo derivar de *carauá-tá*, o *carauá*, rijo, duro.

CORONEL. — Rch. (do), vem das ramificações ocidentais da sa. das Matas, desemboca à m. dir. do Acaraú.

CORONEL. — Cór. (do), no mun. de Aracati. Nasce na la. da Mata de Baixo, no sít. Jucurutu, atravessa o sít. Coronel, do qual toma o nome e vai desaguar na la. do Saco da Velha. Perene, com as margens cultivadas de cana-de-açúcar.

CORONEL. — La. (do), formada pelas águas dos cór. Caraça e Croatá, na prop. do mesmo nome, mun. de Aracati. Tem cêrca de 500 m de comp., indo a sua profundidade até 5 metros. Raramente seca e é bastante piscosa.

CORONEL. — Ilha, no delta do Timonha.

CORONZÓ. — Sa. (do), pertencente a pequeno maciço que fica a NO da cid. de Jucás.

CORONZÓ. — Sa. (do), no mun. de Aurora, à esq. do r. Salgado, entre os rch. Caiçara e do Juiz.

CORONZÓ. — Boq. (do), na extrema meridional do mun. de Cococi, entre contrafortes da Serra Grande, cortado pelo rch. do seu nome. O trecho mais apertado fica no lug. denominado Trincheiras.

CORONZÓ. — Rch. (do), afl. da m. dir. do r. Jucá, no qual desemboca próximo à cid. de Cococi. Nasce de um ôlho-d'água que borbulha ao sopé da sa. Prêta, contraforte da Serra Grande. Já foi perene. Devido ao desmatamento, hoje corre apenas até as Trincheiras, nos anos de invernos regulares. Nesse trecho, que é estreito, houve outrora lavoura de cana, havendo um dos membros da família Feitosa aí se instalado pelos fins do século 18 e montado engenho para o fabrico de rapadura. Posteriormente se tornou refúgio de cabras vadios e conhecidos cangaceiros, desfeito ao tempo do govêrno João Tomé. Nos anos de muita chuva, o vale torna-se sujeito a maleitas.

CORREDEIRA. — Sa. (da), ramificação da Ibiapaba em direção a L, no mun. de Viçosa do Ceará.

CORREDOR — Sa. (do), no divisor de águas do Xinuaquê com diversos trib. do Groaíras, afl. do Curu.

CÓRREGO. — Sít. (do), próximo a Parangaba, adquirido em 1829 por d. Ana Triste, cujo primitivo nome fôra Ana Porsina de Lima Araripe. Adotou o cognome *Triste* ao saber do assassínio de seu espôso, o patriota Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, ocorrido no lugar Santa Rosa, a 31 de outubro de 1824.

Aí educou a sua prole, chorou sempre o seu marido e veio a falecer a 15-10-1874, aos 85 anos de idade.

A sua vida está sintetizada nas seguintes palavras de José Avelino:

"Passou cinqüenta anos insepulta! É o que se poderá dizer de quem viveu uma existência claustral, apenas interrompendo a piedade da oração para as mais ignoradas e sublimes ações de caridade."

CÓRREGO. — Loc. praieira do mun. de Beberibe, perto da ba. do Pirangi, com um núcleo de pescadores da Colônia Z-27.

CÓRREGO DOS FERNANDES. — Pov., no mun. de Aracati, a 12 km da sede municipal, à margem da estrada do Boqueirão, com esc. pública.

CÓRREGO DOS RODRIGUES. — Pov., a 6 km da cid. de Aracati, com esc. pública.

CORREGUINHO. — Localidade, no mun. de Acaraú, com esc. pública.

CORREIA. — Rch., nasce na sa. do Boqueirão, deságua à m. esq. do Pendência, trib. do Salgado.

CORREIA — Rch., nasce nos Altos do Oiti, desemboca à m. esq. do Jucá, na faz. do seu nome.

CORRENTE. — Sa. ou ste. (do), baixa, regularmente cultivada, perto de S. Maria, no divisor do alto Aracatiaçu com o Groaíras. Em seu cimo existe a gruta da Canastra, com um ossuário indígena, explorado pela Sociedade Cearense de Geografia e História. O material antropológico recolhido foi estudado por T. Pompeu Sobrinho. V. CANASTRA.

CORRENTE. — Rch. (do), um dos formadores do Itaim, nasce na Serra Vermelha, drena a vertente N da sa. da Joaninha.

CORRENTE. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Aracatiaçu. Na sua confluência termina a linha divisória entre Acaraú e Itapipoca, feita pelo Aracatiaçu, a partir da ens. dos Patos.

CORRENTES. — Sa. (das), ramificação da de Maranguape, no mun. dêste nome.

CORRENTES. — Sít., outrora Bagaço, sôbre a sa. de Baturité, onde Manuel Felipe Castelo Branco abriu o primeiro roçado de café, com sementes trazidas do Pará, em 1824.

CORRENTIM. — Rch., nasce no sít. Riacho Vermelho, recebe as águas do Engenho da Serra e com um curso de 12 km desemboca à m. dir. do Carás, no lug. Passagem das Éguas, no mun. de Crato.

CORRENTINHO. — Rch., afl. da m. esq. do Carás. Com 24 km de curso, nasce no sít. Cabreiro e desemboca no lug. Rodeador, depois de receber o Catingueira.

CORRENTINHO. — Sít., no mun. de Barbalha, com cap. construída em 1900.

CORRUPIÃO. — Mo. (do), de rocha gnáissica, junto à sa. da Arara, no mun. de Caucaia.

CORVOS. — Sa. (dos). V. URUBURETAMA (sa. da).

COSTA. — Ôlho-d'água (do), à m. dir. do Timonha, no mun. de Chaval.

COUROS. — Rch. (dos), afl. do Seriema, trib. do Canindé. Em suas margens está a aprazível faz. do Serrote, berço da grande família Barbosa Cordeiro.

COUTINHO. — Aç. a 27 km da cidade de Independência, com a capacidade de 5 milhões de metros cúbicos, construído em cooperação com a IFOCS, em 1944. Já arrombou por duas vêzes, sendo a última em fevereiro de 1955.

COUTINHO (Ex-S. QUITÉRIA). — Dist. e v. do mun. e com. de Independência.

Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou a denominar-se Coutinho, em homenagem à família dêsse nome, que aí tem o seu principal núcleo.

Pela Lei n.º 6.444, de 21-7-1963 (D. O., de 5-8-63), foi elevado a mun., abrangendo o dist. de seu nome e o de Algodões. Essa promoção não foi levada a cabo, pois a Lei n.º 8.339, de 14-12-65. (D.O., de 24-12-65), a tornou nula e sem efeito legal.

A pop. do dist. em 1960 somava 5.035 hab. e 811 domicílios. A v. tinha então 422 moradores.

Em 1964, havia na sede do dist. 3 esc. com a matrícula geral de 69 alunos.

COVÃO. — Sa. (do), grandemente agrícola, no mun. de Granja. Ramificação da sa. do Iboaçu.

COVÃO. — Sa. (do), ponta da Ibiapaba estendida para NE, em Viçosa do Ceará.

COVAS. — Um dos trechos mais estreitos da chapada do Araripe.

COXÁ. — Ste. (do), no mun. de Aurora, com afloramento de cobre.

Para Pompeu Sobrinho parece ser dicção cariri, de *có* (caroço), *tçatê, tçâ, xâ* (cortar), *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas,* RIC, 33 (1919), 219.

COXÁ. — Rch. (do), no mun. de Aurora, nasce no ste. de seu nome, recebe o rch. Sêco, deságua à dir. do rch. dos Cavalos, trib. do Salgado.

COXÁ. — Sít. (do), no mun. de Aurora, a 300 metros de alt., no ste. e à margem do rch. de seu nome, cêrca de 15 km a oeste da cid. de Aurora, onde foi assinalada a ocorrência de minério de cobre, logo transformada em riquíssima jazida pela imaginação sertaneja.

Em 1912 o geólogo H. S. Small, então a serviço da IFOCS, visitou êste depósito cuprífero, colhendo amostras e determinando-lhe a altitude. O geólogo Luciano Jacques de Morais, que o examinou em 1936, "só viu um afloramento com minério de cobre, onde existe uma escavação em anfi-

bolito-xisto ou escarnito, cortado por pegmatito. Estas duas rochas estão impregnadas de malaquita e alguma azurita e são cortadas por veias de calcosita, como em Pedra Branca, na Paraíba do Norte. As outras rochas encaixantes são xistos micáceos, sem material cuprífero. As amostras colhidas ainda não foram analisadas, porém as análises do material remetido por Small ao Serviço Geológico acusaram apenas um teor de 1% de cobre.

É opinião do engenheiro Jacques de Morais que se trata de depósito pequeno, sem importância econômica. Entretanto, é possível que pesquisas minuciosas provem o contrário e por isso acha aquêle técnico que se deve efetuá-las, quando houver oportunidade". (Boletim n.º 31, Serviço de Fomento da Produção Mineral, Rio de Janeiro, 1938, 32-33.) Pesquisas recentes confirmaram a pobreza do depósito.

COZINHA. — Praia (da), no mun. de Cascavel, além da Caponga.

CRAÇUÍ. — Lagoa, no mun. de Caucaia, logo depois do cordão de dunas, tendo "intercalações lenticulares, às vêzes de dois palmos de espessura, de diatomito muito branco no meio do material cinzento". *Diatomito do Nordeste*, Henrique Capper Alves de Sousa e Sílvio Fróes de Abreu, Boletim n.º 33, Divisão do Fomento da Produção Mineral, Rio de Janeiro, 1939, 24. Neste trabalho há o perfil da lagoa à pág. 18, sua fotografia, estampa II, e microfotografias do diatomito, est. XV e XVI.

De *cará-uçu-i*, a água dos carás grandes.

CRATEÚ. — Tapuias do grupo Cariri que habitavam o alto Poti. Foram vencidos no govêrno de Fernão Carrilho e guerreados por Pedro Mendonça, na administração de João Mota, em 1704, segundo registro do Barão de Studart, *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, I, Fortaleza, 1896, 97 e 133. Eram também conhecidos por *Carateú, Caratiú, Caretiú, Caritiú*.

Para Paulino Nogueira o nome deriva-se de *cará*, batata,

e *teú*, lagarto — batata de teú. Pompeu Sobrinho critica essa interpretação, que foge à construção lógica do tupi e não corresponde à realidade botânica. Para êste indianólogo a dicção *crateú* parece ser tapuia, provàvelmente cariri, de *kraté*, cousa sêca, lugar sêco, e *yú*, freqüentemente, muito, donde *kratéyú, crateú, cratiú* significar sítio muito sêco, terra das sêcas. Pompeu ainda dá esta outra versão: *caratí* (o que vai secar, o que vai ficar sêco), alusão ao Poti, que normalmente seca, no verão, e *ús*, sufixo significando povo, ou melhor, tribo, isto é, índios da tribo *Karati*. Pompeu Sobrinho, *Significação de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 48 (1933), 182-184.

CRATEÚ. — V. CAVALO MORTO (rch. do).

CRATEÚS (Ex-PIRANHAS, ex-PRÍNCIPE IMPERIAL). Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona Fisiográfica do Sertão do Sudoeste, na bacia superior do Poti, fronteiriço com o Piauí.

Limites. — A O, com o Estado do Piauí; ao N, com os mun. de Ipueiras, Nova Russas e Tamboril; a L, com os de Tamboril e Independência; ao S, com êste último.

Superfície. — 2.770 km².

Formação vertical. — Cêrca de sete oitavos do território de Crateús desdobram-se em tabuleiros rasos, murados pela Serra Grande no flanco confinante ao Piauí. Esta cordilheira margeia o mun. de norte a sul, numa extensão de 56 e numa largura de 4 km, mais ou menos. Nesse curso, em socalcos sucessivos, vai perdendo altura. Dão-lhe, por isso, o sugestivo nome de sa. Quebrada. Aí o Poti escavou o seu caminho em demanda da calha do Parnaíba. As outras elevações, disseminadas na planície, excluída a sa. da Imburaninha, não passam de serrotes ou morros inexpressivos.

Hidrografia. — O mun. situa-se na parte superior da bacia do Poti, trecho de regime temporário, cujas águas rolam por alguns dias, nos bons invernos. Não dista muito no tempo,

acima e abaixo de Crateús, o leito do rio era semeado de poços grandes e profundos, à feição de lagos, bastante piscosos, capazes de atravessarem as sêcas mais renitentes. Studart andou relacionando-os e citou até peixes que os povoavam, no ano da proclamação da República. Depois foram diminuindo em extensão e profundidade, assoreados pelos enxurros. Houve mesmo um ou outro que desapareceu.

Lagoas superficiais e transitórias há por todos os lugares. A única que não seca, senão depois de uma estiagem de 12 meses, é a Nova.

Nas quebradas da Ibiapaba encontram-se olhos-d'água de reduzida vazão. Por Tucuns e S. Francisco são conhecidos os mais importantes.

Vegetação. — Sôbre a Serra Grande ainda existem pequenas nesgas de matas, despojadas dos lenhos de valor comercial que outrora as opulentavam. Mais intensa se deu a devastação da flora nos aclives e pé da montanha. As modificações na paisagem foram tão profundas que dificilmente se concebe que aquelas vastas áreas tenham sido densamente arborizadas no passado. Não há mais vestígios dos antigos arvoredos. Em seu lugar existem capoeiras degradadas a ponto de mal produzirem varas para atender ao feitio de cêrcas primitivas. Cobre a zona sertaneja uma vegetação arbustiva de aspecto enfezado, com árvores esparsas pelos varzeados e beiras de rios, de porte pouco elevado, salvo as oiticicas, em renques, nas coroas areno-argilosas. O solo, na estação úmida, veste-se de uma associação herbácea, constituída sobretudo de gramíneas e leguminosas. Os ondulados e plainos sertanejos, por alguns meses, transformam-se em excelentes campos criatórios, dada a variedade e capacidade nutritiva de seus pastos naturais.

A destruição dos revestimentos florísticos, além de outros efeitos, acelerou a dinâmica erosiva das torrentes, alargando-lhes os leitos, entupindo os poços, afugentando peixes e privando o homem e o gado de refrigérios certos.

Clima e salubridade. — A temperatura varia entre 31 e 36º. A pluviosidade média, em 47 anos de observação, é de

681,2 mm. O calor, amenizado pelo vento e altitude, incide principalmente das 11 às 16 horas. As manhãs e as noites são agradáveis. Bom estado sanitário.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Carroçáveis asseguram o trânsito rodoviário entre os dist., durante o verão. Quase tôdas elas se prolongam aos mun. vizinhos, havendo uma, a de S. Lourenço, que galga a Serra Grande, indo até S. Miguel do Tapuio, Estado do Piauí, articulando-se com Teresina e Maranhão. Duas importantes estr. de rod., com trechos a acabar, servem ao mun.: BR-23 e Ce-31.

A Estrada de Ferro de Sobral, cuja est. f. de Crateús, situada a 335,236 km de Camocim, foi inaugurada a 12-12-912, é a mais importante via de comunicação e o mais seguro meio de transporte de que dispõe o município. Estão sendo construídos pelo 4.º Batalhão de Engenharia os prolongamentos ferroviários de Crateús-Piquet Carneiro e o de Crateús-Castelo-Teresina. A conclusão das rodovias Crateús-Periperi e Crateús-Solonópole está, também, a cargo da referida unidade militar.

A 6 km do centro da cid., para o S, fica um campo de pouso, de pista piçarrada, com 1.500 m de comp. por 60 de largura. A VARIG o escala duas vêzes por semana.

Integrando as comunicações existem Agência Postal-Telegráfica do DCT, Estação Telegráfica da Estrada de Ferro, duas estações radiotelegráficas, uma pertencente ao 4.º Batalhão de Engenharia e a outra à 8.ª Cia. da Fôrça Policial, Serviço de Fonia da Secretaria de Agricultura e a estação de rádio particular — A Rádio Educadora —, com a potência de 1 KW, que presta inestimáveis serviços à população.

Agricultura. — Até o fim do século passado a agricultura crateuense limitava-se ao consumo caseiro. Não havia o incentivo da comercialização. Os centros de troca ficavam muito distantes e os preços dos gêneros alimentícios não compensavam os gastos de transporte, feitos a lombo de cavalgadu-

ras. Sòmente quando os trilhos alcançaram Sobral (1882) e Quixeramobim (1894) e melhoraram-se as estradas sertanejas de ligação a êsses pontos ferroviários, é que começou a avultar a sua lavoura de mantimentos, inclusive a algodoeira. O desenvolvimento porém se aceleraria com a chegada da Estrada de Ferro de Sobral ao vale do Poti, ensejando-lhe transporte certo, rápido e barato. Foi a ferrovia, inquestionàvelmente, que trouxe a Crateús o influxo da civilização e o estímulo ao desenvolvimento agrícola, cujos produtos se tornaram objeto principal do seu comércio.

Em 1966, ano de inverno irregular, a safra agrícola foi avaliada em 1.500.000 kg de algodão em caroço, 8.500.000 kg de mamona, 5.900.000 kg de milho, 4.600.000 kg de feijão, 140.000 kg de arroz em casca.

Além dessas lavouras, praticam-se outras em menor escala, para o gasto interno, como é o caso da mandioca e das plantas frutíferas. A da cana-de-açúcar acha-se em franco declínio. Não suporta a concorrência dos canaviais da Ibiapaba. A rapadura e aguardente serranas, pelo preço e qualidade, dominam o consumo sertanejo.

Crateús é o maior produtor de mamona do Estado e quiçá do Nordeste. E são poucos os mun. nossos que se lhe avantajam nas colheitas do milho e feijão.

Pecuária. — O motivo econômico do apossamento dos sertões de Crateús, em princípios do século 18, foi a pecuária. Coube a sua conquista e povoamento inicial à Casa da Tôrre. Ainda hoje, passados tantos anos, a criação, pelo menos socialmente, sobrepuja à lavoura. O boi é o apanágio das grandes figuras rurais.

Em 1966 existiam 48.850 bovinos, 88.500 suínos, 67.000 caprinos, 32.100 ovinos. Segundo estimativa de 1964, os eqüinos, asininos e muares somavam 8.200, 12.800, 5.000, respectivamente.

A criação de porco, que é muito grande, concentra-se sobretudo no supedâneo da Serra Grande, zona por excelência da cultura do milho.

O mun. exporta bovinos e miunças para as localidades

servidas pela Estrada de Ferro de Sobral e para os talhos de Fortaleza e Ibiapaba.

O sistema de criação, evidentemente extensivo, vai passando por uma reforma no que tange ao regime alimentar, aos métodos de reprodução e à assistência sanitária. É lenta, mas progressiva. Já se vislumbra alguma melhora quanto à produtividade. Ainda é pequena a produção de leite. Apenas 163.000 litros em 1966.

Produção extrativa. — Não existem minas. Explora-se, empìricamente, o calcário. O rutílio pesou na balança dos negócios durante a 2.ª Grande Guerra. Há muita oiticica e alguma carnaúba. Foi de 2.500.000 kg a safra da primeira, em 1963/64. A de cêra atingiu a cota de 4.500 kg.

Produção de carne. — Em 1966, abateram-se para o consumo público 4.707 bovinos, 2.722 suínos, 2.900 ovinos e 4.561 caprinos. Para o particular: 73 suínos, 81 ovinos e 133 caprinos.

Atividades industriais. — Fazendo-se um exame retrospectivo das atividades industriais de Crateús, chega-se à conclusão pouco animadora que foram mais ativas no passado que na atualidade.

Até 1920, por exemplo, a indústria algodoeira, a dominante, pois as outras não passavam de pequenos estabelecimentos, tinha cinco fábricas a descaroçar algodão dia e noite. Uma delas ficava fora da cidade, ao pé da Serra Grande, no lugar Bom Jardim, ao sul do município. Todo êsse parque desmoronou-se diante de fatôres diversos, entre os quais podemos alinhar a praga da lagarta rosada, a má qualidade do produto e a falta de estímulo pela queda dos preços. Hoje, apesar de recuperada a cultura algodoeira, existe uma única usina de beneficiamento do produto, pertencente à Companhia P. Machado.

Com a inauguração da energia elétrica do Araras, há expectativa de que venham instalar-se algumas indústrias importantes no município.

Comércio. — O primeiro comércio praticado em Crateús, quando ainda não tinha êsse nome, foi o da venda de gado aos boiadeiros de Pernambuco e Bahia. Pagavam as suas com-

pras parte em moeda de ouro ou prata e parte em mercadorias vindas do Reino. De importante entreposto de gado, a fazenda Piranhas, que deu origem à v. de Príncipe Imperial, tornou-se um núcleo de gente ousada e andeja que, a partir do terceiro quartel do século passado, começou a transacionar ativamente com Fortaleza, Sobral, Oeiras e Valença.

Êsse surto comercial motivou a construção do primeiro mercado do mun., na praça da Igreja, à Rua do Sol, hoje Santos Dumont. Aí instalaram suas lojas Fenelon Ribeiro de Melo, Francisco Coelho Ferreira, Cícero Pinheiro de Melo. E os comerciantes menos abastados as suas mercearias.

Os estoques eram adquiridos a prazo de um ano e vendidos a retalho. Mesmo assim, o comércio progrediu muito, a ponto de ser necessário construir nôvo mercado para contê-lo. É o atual Mercado Público, feito por iniciativa do comerciante Manuel Cardoso, mediante um privilégio de 25 anos, de há muito vencido. No mercado velho, Pedro Felipe Borges, um dos pioneiros da industrialização de Crateús, instalou fábrica de beneficiamento de algodão que, mais tarde, passaria a pertencer à firma P. Machado & Cia.

Surgiram, então, outros comerciantes de maior cabedal, como Francisco Lima, Francisco Mariano, Francisco de Melo Lima, Tobias Soares, Antônio de Melo Rosa, Tomás Catunda, Vicente Cruz, P. Machado & Cia., João Afonso de Almeida Vale, que deram grande incentivo ao comércio, estendendo-o aos mun. do sudoeste cearense e a uma extensa região do Piauí.

O comércio de tecidos e mercadorias passou a ser também grossista. O de exportação tomou grande incremento, com a chegada da estrada de ferro.

A firma P. Machado & Cia. aboliu o comércio lojista e passou à prática da exportação, diretamente para Hamburgo, Nova Iorque e outras praças estrangeiras, o que lhe valeu grande fortuna.

O mun. exporta cereais e legumes, mamona, algodão, cêra, oiticica, couros, peles de cabra e carneiro, peles silvestres. Tem centenas de estabelecimentos comerciais de todos

os tipos. Em março de 1967 contavam-se 120 atacadistas, 428 varejistas e 46 mistos. Operam dois bancos — o do Brasil e o de Crédito Comercial S.A., além das cooperativas, que são diversas.

Crateús tende, pela sua posição geográfica, a tornar-se o fulcro comercial mais importante da zona norte-oeste do Estado, com o término das vias férreas Crateús-Piquet Carneiro, Crateús-Teresina, e das rodovias Crateús-Periperi, Tucuns-Castelo. Concluídas estas estradas, passará a ser o centro de convergência de extensa região formada de parte do Ceará, do Piauí e até do Maranhão.

Finanças públicas. — No qüinqüênio 1961/65 a arrecadação federal, estadual e municipal foi a que segue:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1961	4.906.809	34.562.267	11.059.687
1962	8.112.673	—	16.353.755
1963	17.161.835	96.583.655	28.421.885
1964	47.274.191	229.123.318	54.795.512
1965	73.983.125	443.574.710	101.208.816

Aspectos Populacionais

A pop. de Crateús, apurada em 1960, distribuía-se pelos dist. do seguinte modo:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CRATEÚS	18.309	14.572	3.737	3.697
Ibiapaba	3.872	802	3.070	693
Irapuá	1.936	54	1.882	351
Montenebo	7.866	303	7.563	1.340
Oiticica	524	503	21	118
Poti	2.853	274	2.579	513
S. Antônio	3.490	105	3.385	597
Tucuns	2.641	198	2.443	506
	41.491	16.811	24.680	7.815

Aspectos Culturais e Assistenciais

Oficialmente a instrução primária se iniciou na v. do Príncipe Imperial a 15-10-1827, quando, por Lei desta data, foram criadas uma esc. para o sexo masculino e outra para o feminino.

Atualmente o mun. mantém 2 grupos escolares e diversas esc. na cid. e nas sedes dos dist. e núcleos mais populosos. O Estado custeia 3 grupos escolares, 1 esc. reunida e várias esc. isoladas na sede municipal, afora muitas outras no interior. Ainda no campo do ensino primário devem ser arrolados o Educandário N. S. de Fátima, de responsabilidade particular, e as esc. mantidas pelo 4.º Batalhão de Engenharia, destinadas aos filhos dos militares e dos funcionários civis que lhes são subordinados.

Existem 2 ginásios: Pio XII, dirigido pelo monsenhor José Moreira do Bonfim, vigário-geral da diocese, e Regina Pacis, com um curso normal rural, aos cuidados das Irmãs de S. Teresa. Aquêle é misto e êste só admite môças. Porém o estabelecimento mais importante é a Escola Técnica de Comércio Pe. Juvêncio, dispondo de curso ginasial e profissional, com matrícula aproximada a 500 alunos. É mantida pela Fundação Pedro Machado, entidade civil, particular, que promove importante obra educacional no mun., ensejando o ensino gratuito à mocidade. Além da Escola Técnica acima mencionada, mantém 12 esc. primárias e construiu prédio moderno destinado a um Ginásio Industrial, cuja instalação se espera para 1968. Espera-se igualmente para breve o funcionamento do Colégio Estadual, criado através da Secretaria de Educação e Cultura.

No mun. funciona uma livraria.

Resumindo, em 1966, existiam no mun. 54 esc. primárias com 2.700 alunos iniciais e 140 professôres; 2 estabelecimentos de ensino secundário com 331 alunos iniciais e 21 professôres; 1 escola de ensino comercial, com 485 alunos e 19 professôres; 1 escola normal rural, com 57 alunos iniciais e 12 professôres.

No campo da assistência médico-hospitalar possui um Pôsto de Saúde, com um subposto, na cid., os quais prestam realmente bons serviços ao povo. O 4.º Batalhão de Engenharia tem um hospital que abre as portas em casos de emergência a pessoas fora de seus quadros. A Maternidade Darcy Vargas, mantida pela Legião Brasileira de Assistência, funciona em condições muito precárias. Está em andamento a construção de um hospital (S. Lucas) e uma maternidade. Clinicam no mun. 6 médicos e existem 5 farmácias.

A assistência social é de iniciativa particular. Processa-se através da Diocese, das Conferências Vicentinas, da Associação das Senhoras de Caridade, do Centro Artístico, do Círculo Operário Católico e de uma sociedade denominada Betânia, que tem o encargo de arranjar alimentação, roupa, remédios e outros auxílios destinados aos pobres.

Aspectos Urbanos

A cid. dista 285 km, em linha reta, da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 10' 25" de lat. S e 40° 40' 15" de long. W. Gr. Assenta-se a 275 m de alt., em sítio aplainado, com a maior parte de seu casario à m. esq. do Poti.

Em 1960, o recenseamento deu-lhe 15.000 habitantes. Atualmente, estima-se em 20.000. É a 5.ª cid. do Ceará em população.

Tem para mais de 3.000 prédios. A parte residencial progrediu muito quanto ao confôrto e à aparência das habitações. A área urbana mede cêrca de 3 km de comp. por 3 de largura.

As ruas são largas e retas. As praças amplas, principalmente a da Matriz, com duas avenidas, uma de cada lado da igreja. A maioria das ruas e praças são calçadas a paralelepípedo ou a pedra tôsca, várias são arborizadas e quase tôdas bem iluminadas. Existem 2.030 ligações elétricas particulares. "De noite, dá prazer ver-se a cidade amadurecida pelo sol, ressonar sob um dos mais perfeitos serviços de iluminação

pública do *hinterland* cearense, a que não faltam as lâmpadas fluorescentes bem dispostas nas avenidas e na rua principal por onde vagueia generosa brisa."

Existe em Crateús o 4.º Batalhão de Engenharia, cuja presença deu sentido nôvo à cidade. Criou uma vila militar, empregou centenas de civis, proporcionou casamentos, aumentou o volume das transações comerciais, alargou os horizontes de todos.

Entre os órgãos associativos de Crateús merecem especial destaque a Associação Comercial, a Associação Profissional dos Empregados no Comércio, a dos Servidores Públicos, o Centro Artístico e o Centro Operário.

No setor recreativo a cidade conta com 4 clubes e 1 cinema.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — Mun., desmembrado da v. de Marvão (depois Castelo), abrangendo tôda a ribeira do Crateús, com sede no pov. de Piranhas, então elevado à cat. de v., com a denominação de Príncipe Imperial, conforme Dec. da Regência do Império, de 6-7-1832, sancionando e mandando executar a Resolução da Assembléia Geral Legislativa, tomada sôbre outra do Conselho Geral da Província do Piauí, de 30-1-1830, que erigiu em vilas e paróquias algumas povoações da mesma província.

Foram seus primeiros vereadores, eleitos em 1833, João Ribeiro de Melo, Jerônimo de Sousa Lima, João de Barros Chaves, Gonçalo Correia Lima, Baltasar Pereira dos Reis e Joaquim Domingues Moreira. A instalação da v. deu-se a 11 de novembro daquêle ano, com a abertura do primeiro período de trabalhos camarários.

Por Dec. Geral n.º 3.012, de 22-10-1880, foi transferido da Província do Piauí para a do Ceará, em troca da freg. de Amarração, o território da com. de Príncipe Imperial.

Com a Proclamação da República, pelo Dec. n.º 1, de 2-12-1889, Príncipe Imperial passou a chamar-se Crateús.

Tornou-se cid. pela Lei n.º 1.046, de 14-8-1911, inaugurada no mesmo ano, a 15 de novembro.

Compõe-se dos seguintes dist.: Crateús, Ibiapaba, Irapuá, Montenebo, Oiticica, Poti, S. Antônio.

Formação judiciária. — A 26-7-1833, o Conselho do Govêrno do Piauí, a fim de dar execução ao Código do Processo Criminal, dividiu a Província em 4 com. judiciárias, sendo uma delas a de Marvão, compreendendo o têrmo da mesma vila, e os de Poti e Príncipe Imperial. Pela Lei n.º 30, de 25-8-1836, Príncipe Imperial passou a comarca. Em 1880, ao ser anexado ao Ceará, a com. compreendia os mun. de Príncipe Imperial e Independência. Atualmente é de 3.ª entrância.

Formação religiosa. — Freg., desmembrada da de Marvão, pelo Dec.-Geral de 6-7-1838. Tem por orago o Senhor Bom Jesus do Bonfim. A imagem, quase do tamanho natural, que ornamenta o altar-mor da matriz, foi ofertada por d. Luísa Coelho da Rocha Passos. Mandou buscá-la na Bahia em fins do século 18. No longo e bravio trajeto de Salvador a Piranhas, a imagem veio numa rêde, coberta por um dossel. Carregavam-na escravos e, principalmente, moradores da beira dos caminhos boiadeiros, que acorriam pressurosos para sentirem sôbre os seus ombros, mesmo por pouco tempo, tão preciosa relíquia.

A freg. instalou-se canônicamente a 4-10-1834, com a posse do vigário encomendado Francisco Serafim de Assis. O seu primeiro vigário colado foi o padre Francisco Ferreira Santiago.

A 10-3-1888, por Dec. n.º 88, do papa Leão XIII, a freg. de Príncipe Imperial, juntamente com a de Independência, passaram do bispado do Maranhão para o do Ceará. A execução do Dec. papal deu-se a 10-1-1889, sendo vigário o padre Antônio Cavalcante Macedo Albuquerque.

A 28-9-1963, desmembrado das dioceses de Sobral e de Iguatu, deu-se a criação do bispado de Crateús, pela bula *Pro Apostolico,* do papa Paulo VI. O território da nova diocese abrange uma área de 26.000 km² e uma população aproximada de 300.000 habitantes.

As paróquias que constituem o território diocesano são em número de 12: Crateús, Cococi (anexa a Parambu), Flôres (anexa a Tauá), Independência, Ipueiras, Mons. Tabosa, Nova Russas, Nôvo Oriente, Parambu, Poranga, Tamboril e Tauá.

As paróquias de Parambu-Cococi e Tauá-Flôres foram desmembradas da diocese de Iguatu; as demais, da diocese de Sobral.

A 28-4-1964, o papa Paulo VI nomeou bispo residencial de Crateús a d. Antônio Batista Fragoso, natural de Teixeira, Paraíba, que serviu como bispo auxiliar e vigário capitular da arquidiocese de S. Luís do Maranhão. D. Antônio Fragoso assumiu o cargo a 9-8-1964, data em que se instalou a diocese de Crateús.

Toponímia

Para Crateús consulte-se o verbete relativo aos índios dêste nome.

Príncipe Imperial homenageou ao Imperador infante, futuro Pedro II.

Piranhas era a denominação de um poço do Poti, que se estendeu à fazenda, situada em suas margens, e ao povoado crescido à sombra dos currais dêsse feudo pastoril.

A fazenda Piranhas, diz a tradição, foi a primeira levantada nesses lugares. Coube a tarefa desbravadora à baiana Luísa Coelho da Rocha Passos, aparentada da Casa da Tôrre. Pelo seu feito é considerada a matriarca da cidade de Crateús.

Filhos Ilustres (*)

Abelardo Fernando Montenegro (1912). Bacharel em Direito, publicista e professor. Exerce o magistério superior na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Ceará, e tem publicado vários ensaios versando matéria de Direito, Sociologia, Economia e Política. É membro da Academia Cearense de Letras.

Antônio Jorge de Queiroz Jucá (1915-1965). Médico de nomeada e político. Presidiu a Sociedade Brasileira de Cardiologia e foi professor dessa matéria na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Presidiu o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e exercia o mandato de senador, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, quando faleceu repentinamente.

Alberto Correia Lima (1885-1950). Advogado, jornalista e professor. Exerceu a princípio estas atividades no Piauí e depois no Maranhão, onde, ingressando na política, foi Secretário da Fazenda e deputado estadual. Tendo trocado a advocacia pela magistratura, faleceu como desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Deolindo Barreto Lima (1884-1924). Jornalista vibrante e combativo. Fundou *A Luta*, de Sobral, à frente da qual ocupou posição de destaque no cenário político da zona norte do Estado.

Epaminondas Tebano Barreto (1866-1925). Oficial do Exército, reformado no pôsto de general. Tinha o curso de Engenharia e era bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Prestou relevantes serviços como integrante da comissão demarcadora das fronteiras nacionais.

Expedito Machado da Ponte (1918). Figura de relêvo nos círculos comerciais e políticos do Ceará. Exerceu os cargos de deputado estadual, deputado federal e de Ministro da Viação no govêrno João Goulart.

José Nélson de Araújo Catunda. Médico e homem de letras. Exerceu o mandato de deputado federal pelo Ceará.

Manuel Ildefonso de Sousa Lima (1831-1897). Magistrado e homem público. Administrou a Província do Piauí, como vice-presidente em exercício. Foi Presidente do Tribunal da Relação da Bahia, onde faleceu.

Maximino Barreto, general (1870-1942). Militar de brilhante fé de ofício, exerceu importantes comissões, inclusive a de comandante de Região e Comandante do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. No Ceará, teve assento na Assembléia Legislativa.

Samuel Lins Cavalcante (1905). Advogado. Deputado estadual em várias legislaturas. Do Conselho Técnico dos Municípios.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

"PRÍNCIPE IMPERIAL EM 1884

Esta vila se compõe de uma espaçosa praça em cujo centro se acha a igreja-matriz, templo pequeno, mas bem construído, e de poucas ruas, ainda com largos intervalos sem edificação que se estendem de nascente a poente.

Está situada na margem esquerda do rio Poti, em terreno plano, de sorte que nas enchentes fica inundada uma grande parte da circunvizinhança.

À exceção do prédio do finado Fenelon Ribeiro de Melo, na face oriental daquela praça, que está feito com a elegância das modernas construções, e de outros na face oposta sem beleza, mas com vastos cômodos, o resto da edificação é comumente ordinária.

A igreja não tem tôrres, e os sinos ficam ao lado esquerdo sob um telheiro.

A casa de detenção no extremo sul da vila é ainda pequena e de aparência vetusta, se bem que me parecesse dispor da necessária segurança e solidez."

ANTÔNIO BEZERRA
Notas de Viagem ao Norte do Ceará, 2.ª edição, Lisboa, 1915, 217.

"PRÍNCIPE IMPERIAL

Antigamente era conhecido por Piranhas (*) por ser assim chamada a 1.ª Fazenda aí situada, que por sua vez tirou o nome da grande quantidade de peixe piranha, que naquele tempo e ainda hoje existe nos poços.

Com esta fazenda, situada pela baiana Luísa Coelho da Rocha

(*) Na palavra Piranha, diz o Dr. Paulino Nogueira (*Vocabulário Indígena*, Revista do Instituto do Ceará, 4.º trimestre de 1887): Nome primitivo da atual vila do Príncipe Imperial. Disse-me pessoa de critério que a mudança de nome foi devida ao desejo de verem se assim acabavam tantas intrigas que dilaceravam o lugar.

Passos, descendente da célebre Casa da Tôrre, teve lugar a fundação da povoação.

Apesar de casada por 5 vêzes não teve descendente algum, mas com o grande número de criados e agregados que ela trouxe e mais tarde com alguns membros das famílias Ferro e Mourões constituiu-se a população da povoação, hoje vila.

Conta-se que trouxera da Bahia uma imagem do Senhor do Bonfim, atual padroeira da Freguesia, dentro de uma rêde conduzida por pessoas a pé.

A êsse santo fêz a mesma senhora doação de meia-légua de terra por um e outro lado do rio, uma fazenda de gado, casa e currais no lugar denominado Passagem e hoje conhecido por Passagem do Bomfim. Na casa doada mora hoje Teodoro de Assis Barbosa. Com os pedreiros e carapinas trazidos da Bahia levantou ela uma capela, que atualmente serve de matriz, para o seu Senhor do Bonfim.

Ignora-se ao certo a época da edificação dessa capela, crê-se porém ter sido pelo ano de 1770.

Nesta mesma Freguezia na distância de 5 léguas existe um nicho sob a invocação do Senhor Bom Jesus de Jerusalém, encravado em meia-légua de terra chamada Irapuá à margem esquerda do riacho Tourão, um dos tributários da margem direita do Poti.

Doado por José da Costa Silveira e sua mulher D. Maria dos Santos por escritura pública passada por um tabelião de Marvão, Manuel Antônio Lisboa, em 2 de julho de 1788, juntamente com 12 novilhas, está hoje quase que abandonada não obstante ter ainda porção de gado, que tem resistido às grandes sêcas, aos roubos e à má administração dos procuradores.

A comarca de Crateús gozou no passado de ruim nome como o valhacouto de criminosos, o teatro de sanhudos potentados. Já não se dão, todavia, aí lutas cruentas, que faziam tremer os magistrados anos passados e traziam a população em contínuo sobressalto.

Já lá vai o tempo em que à detonação de um tiro acompanhavam sempre as seguintes palavras: Deus te dê o reino do céu.

Os Ferros, Mourões e Barros Melo não tiveram imitadores na prática de suas façanhas.

Como atestados delas ainda vêem-se dezenas de cruzes levantadas pelos caminhos.

Dizem que peneirando-se a areia do lugar, onde está situada a matriz, não seria fúria tirar-se um alqueire de chumbo e balas."

DR. G. STUDART
RIC, 3 (1889), 202-203.

CRATO. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — No extremo meridional da Zona Fisiográfica do Cariri, entestando-se com Pernambuco.

Limites. — Ao N, com os mun. de Farias Brito e Caririaçu; a L, com os de Juàzeiro do Norte e Barbalha; a O, com o de Santana do Cariri; ao S, com o Estado de Pernambuco.

Superfície. — 984 km².

Geologia. — "O viajante que demanda o sul do Ceará, partindo de Fortaleza e penetra o Cariri, experimenta a sensação de um beduíno que, depois de longa caminhada pelo deserto sem fim, surpreende um oásis de viridentes palmeiras e múrmuros regatos. O Crato, como tôda a série de natureza sedimentar, que delimita o Cariri, faz parte da região dos Cocais de Sampaio.

Em seus aspectos fisiográficos superficiais ou no fácies geológico profundo, é o Crato uma província do Piauí e do Maranhão: região das chapadas-filtros de Raimundo Lopes.

A serra do Araripe difere tanto da Ibiapaba, que as cidades araripinas, como Jardim, Barbalha, Crato e Santanópole, ficam no sopé da chapada, e as ibiapabanas no platô, como São Benedito, Ubajara, Ibiapina e Tianguá. No meio das suas irmãs, é o Crato um livro de estampas coloridas para a delícia dos olhos e a curiosidade dos geólogos. Todo o município se encrava no cretáceo superior e a cidade se situa do lado norte da chapada do Araripe, cêrca de uma légua da escarpa dos sedimentos coloridos, profundamente trabalhados pela erosão, principalmente das fontes de Itaitera (Batateira) e Granjeiro que cavam na chapada uma reentrância em ferradura, tendo como ponta a serra do Juá, de ossatura cristalina como os morros que se lhe seguem até o Horto de Juàzeiro. Êste, de natureza cristalina, apresenta nas suas faldas ainda depósitos-manchas de arenitos vermelhos da série inferior do Araripe.

O local da cidade se acha em horizontes geológicos antigos que afloraram com a erosão das camadas que ali se superpunham de cotas de 400 metros superiores às atuais... Quando afirmamos que as terras do município devem ser referidas ao horizonte do cretáceo, não queremos dizer que o distrito da Ponta da Serra seja todo de terreno cretáceo.

A sede mesma do distrito se acha sôbre xistos (filitos) de posição quase vertical, que denunciam uma anticlinal ou sinclinal, provàvelmente da série do Ceará e que podem ser de terrenos do algonquiano superior ou do pré-cambriano. Tais dúvidas ficam de pé também quanto aos terrenos do distrito de D. Quintino.

Buriti e Santa Fé são de terrenos franca e exclusivamente cretáceos.

As terras do Crato classificam-se em dois tipos de relêvo: 1) as terras em plano inclinado dos taludes e das lombadas de erosão que pendem para a bacia do Jaguaribe; 2) as terras horizontais com cotas de 800 a 850 metros e que ocupam pequeno trecho do bordo setentrional da chapada do Araripe que se estende por mais de 300 quilômetros no *divortium aquarum* do São Francisco, do Parnaíba e do Jaguaribe. Rios e riachos descem da altura da camada calcária em direção mais ou menos paralela deixando lombadas de revestimentos florísticos francamente xerófitos: os carrascos.

As partes desnudadas formam os ariscos e as contíguas aos cursos d'água, os brejos, que são aproveitados para o plantio da cana-de-açúcar." (Solon Farias, *Aspectos Geológicos do Crato,* "Correio do Ceará", Fortaleza, 25-11-58.)

Hidrografia. — É função da chapada do Araripe. Esta montanha de camadas areníticas superpostas a leitos calcários e de feição tabular, de uma horizontalidade impressionante, absorve as chuvas que caem sôbre o seu altiplano. É, hidrològicamente, uma gigantesca barragem suspensa. As águas nela embebidas acamam-se nos estratos impermeáveis e sangram e irrompem encostas e planícies abaixo, vitalizando o Cariri.

Só no Crato há 27 nascenças e 30 olhos-d'água a jorra-

rem sem cessar. Essas descargas hídricas alimentam temporàriamente o Carás, com 30 km dentro do mun., e de modo constante o Batateira, cuja bacia abrange ¾ da superfície comunal, num percurso de 16 km, até os limites de Juàzeiro, em busca do Salgado, para onde derivam tôdas essas águas.

Vegetação. — "A altura dos sedimentos cretáceos, a sua disposição horizontal, a natureza dos arenitos e calcários que os compõem, condicionam a variedade da flora do Cariri em geral e do Crato em particular.

Os espécimes dessa flora, todos êles nascidos em terreno de arenito com pouca argila de permeio, variam ainda de acôrdo com peculiaridades puramente locais. Podemos grupá-los em quatro tipos de flora: a) Flora de morros e lombadas baixas, que representa uma degradação dos arenitos rumo ao sertão arqueano. É fácil notar a diferença entre esta e a flora do morro do Horto de Juàzeiro que é granítico em sua estrutura e apresenta, por isso, pouca capacidade de armazenamento d'água, razão por que o seu revestimento é pouco verdoso; b) Flora dos baixios e socavões que seguem mais ou menos os cursos d'água provenientes do sopé da chapada; c) Flora dos taludes e pendores; d) Flora da chapada.

a) *Flora dos morros e lombadas baixas:*

A vegetação tropófila aí se apresenta de um modo muito característico. As formações são em sua maioria cerrados esbatendo-se para caatingas quando se aproximam do sertão ou transformando-se em matas quando demandam a serra. Na parte mais característica predominam as cipaíbas (*Thiloa glaucocarpa* Eichl.), mororó, miroró ou ainda imbiroró (*Caesalpinia spec.*), podois (*Caesalpinia Langsdorfii* Desf.), cerrados etc. Os jatobás (*Hymenaea Coubaril* Linn.) entram, vez por outra, em sua composição. As plantas são quase tôdas de fôlhas decíduas.

b) *Flora dos baixios*

No sopé da serra, nas nascentes do Batateira e do Granjeiro a flora assume aspectos da mata megatérmica, semelhante às Dryas. A grande umidade permite o aparecimento de fetos arborescentes, musgo, anonáceas como o araticum.

Ocorrem aí formações cerradas de palmeiras babaçus (*Orbignya Martiana* B. Rodr.), macaúbas e catolés, êstes nos lugares mais altos. Orquídeas e bromélias epífitas não têm sido notadas nessas associações.

c) *Flora dos pendores*

Apresenta árvores bem conformadas. A umidade proveniente da maior despesa pluvial nos lados N e NE do Araripe permite o aparecimento de bignoniáceas de porte grande como os paus-d'arco-rôxo e amarelo que borram de maravilhoso cromatismo os flancos da serra no comêço da primavera austral. Angicos (*Piptadenias!*) e caraíbas (*Tecoma Caraiba* Mart.) aí se notam com freqüência.

d) Flora da chapada

A chapada é o reino dos piquis (*Caryocar glabrum* e *C. villosum?*), das mangabas (*Hancornia speciosa* Gomes), dos cajus (*Anacardium occidentale* Linn.), dos cajuís (*Anacardium humile* St. Hil.), dos visgueiros (*Parkia platycephala* Benth.), das congonhas e das gramináceas silicosas.

A borda da chapada, em uma profundidade de 3 km, apresenta vegetação de fôlhas duras e brilhantes. É o lacre. Tão densa é a vegetação arbustiva que não permite qualquer revestimento herbáceo do solo. Êste começa com as gramináceas silicosas do agreste ou campestre, como prefere o povo, de capim permanentemente verde em contraste com o mimoso do sertão que desaparece com as chuvas. Dentro do tapête de gramináceas dos campestres observou Luetzelburg moitas de convolvuláceas, anonáceas, bowdichias e baixas cesalpináceas. Ocupa esta formação uma faixa de 45 km seguida pela caatinga.

Na classificação das zonas fitogeográficas do Brasil, a flora do Crato apresenta como sinal típico o babaçu, que a enquadra na região dos cocais de Sampaio. Esta região, além de abranger o Meio-Norte, atravessa Goiás e vai a Mato Grosso numa linha mais ou menos concordante ao litoral oriental. Forma uma faixa paralela às Hamadryas e Dryas que coincide com o mapa das precipitações, por isso mesmo o fator mais notável do condicionamento florístico. Na serra dos Ca-

riris Novos (Araripe) apresenta a Região dos Cocais uma inflexão para o E atingindo por isso o Crato, Barbalha e Jardim. De fato os cocais não são mais que floras adaptadas às depressões cavadas pela erosão nos arenitos cretáceos. Como bons armazenadores de água, alimentam estas verdadeiras florestas de galeria. No Crato a altitude e a posição dos sedimentos opostos às direções dominantes dos ventos impelem os vapôres para o alto, condensam-nos formando precipitações (chuvas de relêvo). Por isso o mapa fitogeográfico de Luetzelburg apresenta, a partir da serra de NE para SE, as gradações mata, agreste e caatinga. Quer o autor do mapa atribuir o viço da parte NE da serra à posição dos lençóis d'água. Devemos dar, entretanto, alguma parte às precipitações mais abundantes naquela região. Prova isto o mapa das chuvas de Delgado Carvalho e as estatísticas que dão para as cidades ao N da serra: Crato, 899,4 mm; Barbalha, 1.034,0 e Santana do Cariri, 1.157,2 e para Jardim, quase ao S da Serra, 790,6 mm. O geólogo H. Small, da IFOCS, notou uma inclinação nas camadas de calcário de Santana que determinam a linha das quedas d'água. A parte mais baixa do sinclino coincidiria com as nascentes do Batateira, determinando assim a abundância maior dessa fonte com conseqüente espessamento do revestimento florístico circunjacente? Não sabemos. Bom seria verificar.

A abundância da água condicionou o plantio da cana-de-açúcar determinando o que em Geografia Humana se chama o gênero de vida." (Solon Farias, *Aspectos Fitogeográficos do Crato*, "A Ação", Crato, 11-6-1944.)

Clima e salubridade. — A média da temperatura anual é de 27° 63, sendo a das máximas 32° 63 e a das mínimas 23° 51. O inverno inicia-se comumente em dezembro e termina de abril para maio. A média pluviométrica, em 42 anos de observação, regista 1.058,8 mm.

O estado sanitário, tirante o tracoma e as verminoses, é o melhor da região caririense.

Para a história médica local transcrevo, de Manuel Freire Alemão, competente médico e ilustre botânico, que, como participante da Comissão Científica de Exploração, estêve no Crato, de janeiro a abril de 1860, o trabalho publicado na revista *O Progresso Médico*, 1.º vol., Rio de Janeiro, 1876, págs. 162 a 164, sob o título:

"NOTÍCIAS SÔBRE AS MOLÉSTIAS ENDÊMICAS DO CRATO (CEARÁ)

Tivemos ocasião de observar no Crato muitos casos de moléstias do aparelho ocular. As oftalmias purulentas mal curadas e as exantemáticas dão lugar a queratites crônicas de diversas formas (panos, úlceras da córnea etc.), sobretudo de queratites plásticas.

O entrópio resultante de blefarite determina, muitas vêzes, a queratite, que, então, pode ser ulcerosa ou não. O mesmo resultado se observa em conseqüência de blefarite granulosa.

A irite sifilítica e a simples produzem estragos consideráveis nos olhos, sendo mais formidáveis os causados pela primeira, que quase sempre se acompanha de capsulite, donde resultam lesões persistentes do aparelho cristaliniano.

Nas queratites dependentes de oftalmias purulentas notamos que o globo ocular é quase sempre mais volumoso do que no estado normal.

Observam-se comumente conjuntivites leves, assim como coroidites crônicas com produção de estafilomas.

Atribuo a freqüência das oftalmias à umidade dos terrenos situados beira-rio e à diferença entre a temperatura do dia e da noite, diferença que pode ser de muitos graus, sendo algumas vêzes insuportável o frio da madrugada; no entanto, a maior parte dos habitantes vive em cabanas de palha, abertas, quase ao relento.

As crianças brincam, expostas aos ardores do sol, completamente nuas.

Raros são os casos de tísica, ao passo que são numerosos no Icó. As bronquites são ali agudas; mas não há pneumonias nem pleuropneumonias inflamatórias.

Reinam febres podres, tifóides, malignas nervosas, próprias dos climas quentes e úmidos.

No sertão sêco e quente as moléstias revestem mais o caráter inflamatório, assim o reumatismo articular, a pneumonia franca, o pleuris são aí muito comuns no fim do inverno e no decurso do verão. No inverno, ao contrário, reinam as gripes, as anginas e os catarros pulmonares.

Outrora abundavam no Crato casos de boubas, que eram geralmente mal curados, de sorte que, ainda hoje, encontram-se grandes deformidades resultantes dos estragos dêsse vírus terrível.

Os doentes perdiam ossos, pedaços dos pés e nariz, ficando em uma palavra, hediondamente desfigurados.

As gastroses e dispepsias são muito freqüentes.

No verão, quando sêco, em novembro, dezembro e janeiro, se as chuvas tardam, aparecem no Crato pleurises e pleuropneumonias inflamatórias graves.

Além das afecções apontadas como freqüentes no Crato, deve-se fazer menção especial da clorose, de que sofrem quase tôdas as senhoras dali. A dormida em rêde, o hábito de trabalharem sentadas no frio chão de tijolo, o abuso dos frutos e o uso continuado do arroz; assim como o serviço de lavagem, os trabalhos de levada e a lavoura dos brejos, produzem sempre a opilação. — Os opilados procuram restabelecer-se socorrendo-se ao método de tratamento, que é mal, pois usam pouco do ferro, cuja ação é, contudo, conhecida por algumas pessoas.

No sertão é raro observar-se a clorose e a opilação. É, porém, muito comum a dismenorréia e amenorréia, a que dão o nome de *desmantêlo de barriga*.

Na maioria dos casos é isto devido ao abuso da cópula, que começa cedo, casando-se os indivíduos apenas púberes. O congresso sexual é repetido mais de uma vez por dia. O mesmo abuso e as condições de produção da clorose nos Cariris tornam êsse mal muito mais freqüente aí.

Observam-se também febres eruptivas, anginas, corizas, catarros, reumatismos, nas últimas águas, de maio a julho."

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Pela RVC, com duas estações no mun., uma na cid. e outra na v. de Muriti, mantém composições diárias com Fortaleza e Recife. A est. f. do Crato, inaugurada na manhã de 8-11-1926, tem na sua plataforma a alt. de 424,70 m e não 421,90 m, como se vê ali assinalado. É fim de linha. Dista do ponto inicial, em Fortaleza, 599 km. O seu movimento, quer de cargas, quer de passageiros, é superior ao de qualquer outra estação do interior cearense.

Internamente o mun. dispõe de 84 km de estradas carroçáveis. Liga-se a Juàzeiro do Norte e a Barbalha por vias asfaltadas. Linhas regulares de ônibus partem do Crato para Fortaleza, Teresina, Campina Grande, Recife, Petrolina e Estados meridionais. Está a 25 minutos de Juàzeiro do Norte,

1 hora de Barbalha e 3 horas de Exu, já em Pernambuco, transmontada a sa. do Araripe. Em suas ruas encontram-se caminhões de todos os recantos do Brasil.

Nos plainos da sa. do Araripe, galgada a ladeira das Guaribas, a 11 km do Crato, situa-se o aeroporto, com pista e parque de manobras asfaltados, mantendo linhas regulares com Fortaleza, Rio de Janeiro e outras cidades.

Bem movimentada é a agência do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, com cêrca de 60 funcionários. Coleta o serviço telegráfico de extensa área. Em 1963 recebeu, em trânsito, 194.508 despachos telegráficos, o que bem retrata o volume dêsse serviço de retransmissão. Existem ainda o telégrafo e telefone da RVC, o rádio da Polícia Militar e o rádio da VARIG (Viação Aérea Rio Grande).

A inauguração da estação telegráfica do Crato deu-se a 26-8-1899. Nessa oportunidade, a Câmara Municipal, reunida extraordinàriamente, passou telegrama congratulatório ao governador Antônio Pinto Nogueira Acióli, que é um delicioso modêlo de bajulice oficial.

A 31-12-1965, deu-se a inauguração do moderno e eficiente serviço telefônico da cidade, com a capacidade de 2.500 aparelhos, funcionando, inicialmente, 500 dêles.

Lavoura. — Os produtos básicos da lavoura cratense são a cana-de-açúcar, o algodão, a mandioca, o arroz, o milho e o feijão.

Existem no mun., com o fim de promover o seu desenvolvimento agrícola, diversos serviços oficiais, tanto da União como do Estado. Porém essa assistência padece da falta constante de recursos técnicos e financeiros. Não pode, por isso mesmo, agir com a amplitude que requer a conjuntura campesina.

A lavoura proto-histórica é a da mandioca. Os Cariri sabiam plantá-la e conheciam a tecnologia de transformá-la em farinha. Quando frei Carlos Maria de Ferrara sementou o aldeamento do Miranda, donde frondejaria o Crato, ao lado da capela levantou uma casa de farinha. Em boa hora ligou o pão místico ao pão da terra. Naturalmente, deve ter esti-

mulado outras culturas, mas deu preeminência à da mandioca, cuja origem de tão velha se perdia nas névoas da mitologia. Sabia bem o capuchinho que sem *farinha de pau* não poderia vencer o erratismo dos indígenas. Daqueles idos para cá a lavra da mandioca sempre pertenceu ou repousou no esfôrço caboclo. Melhorou no beneficiamento, mas o plantio, no comum, ainda se faz à moda indígena. Foi de 9.600.000 kg de farinha a safra de 1963/64.

A cana-de-açúcar deve ter chegado ao Cariri com os primeiros povoadores. Eram êles criadores de gado. Quase todos, porém, tinham as suas ancestralidades mergulhadas em glebas canavieiras. E, por coincidência rara, raríssima mesma, a terra a que se vincularam repetia trechos e trechos daquela paisagem que ficara tão distante. Daí, os que dispunham de maiores cabedais, tornaram-se donos de partidos de cana e de engenhocas. Pode-se afirmar que a cana cimentou definitivamente a posse das terras caririenses. A cana crioula, trazida pelo povoador, de aparência tão frágil, possuía em seus colmos mais potencialidade econômica e social do que o boi em seus músculos e couros. E foi à sombra do reino da rapadura que o Crato, como todo o Cariri, cresceu durante dois séculos e meio. Ainda hoje, apesar da crise rapadureira, resultante de várias causas, sobretudo da dominância cada vez maior do açúcar na dieta sertaneja, a lavoura da cana é a mais importante do Crato, com uma produção anual média de 8.500.000 kg de rapadura e 500.000 l de aguardente.

As outras lavouras, alimentares e industriais, lograram, na safra de 1963/64, a seguinte produção: 1.570.000 kg de algodão em caroço; 1.800.000 kg de arroz em casca; 991.000 kg de milho; 550.000 kg de feijão; 55.000 kg de mamona.

A fruticultura, especialmente a da banana, atende ao consumo interno e à pequena exportação. Há grande campo para aumentá-la e fazê-la uma das bases da economia local. As mesmas possibilidades apresentam-se ao abacaxi. Outras espécies frutíferas poderiam ser experimentadas, tais como a uva e o figo, para mesa e passa. Temos a impressão que dariam muito bem no supedâneo e nas quebradas araripenses.

Em 1838, segundo Gardner, "as principais produções do Crato são a cana-de-açúcar, a mandioca, o arroz e o fumo. Na cidade e seus arredores cultivam-se as frutas comuns da regiões tropicais: a laranja, a lima, o limão, a banana, a manga, o mamão, a jaca, a fruta-do-pão e o caju; não são raras as uvas, ananases, melões e melancias, que se vendem barato, custando uma dúzia de laranjas quarenta réis; ananases, grandes e de fino sabor, oitenta réis cada um; grandes melões vendem-se pelo mesmo preço." (George Gardner, *Viagens no Brasil*, 155.)

Não devemos nos esquecer de que foi no Crato, no sítio "Cabreiros", que, em 1810, o padre Francisco Gonçalves Martins plantou as primeiras sementes de café, no sul do Ceará, vindas da Bahia. Daí sairiam as sementes para o primeiro plantio da serra de Baturité. (Renato Braga, *História da Comissão Científica de Exploração*. Imprensa Universitária do Ceará, 1962, 282, 392, 393.)

Pecuária. — Em 1962 a população pecuária do Crato era a seguinte: 15.120 bovinos, 14.500 suínos, 3.780 muares, 3.650 eqüinos, 4.650 asininos, 5.500 caprinos, 2.020 ovinos, 26.650 galináceos e 2.920 palmípedes.

Nesse mesmo ano a produção de ovos foi de 36.000 dúzias, a de leite 1.600.000 litros e a de mel e cêra de abelha 40.700 kg.

A pecuária vem passando por salutar modificação. Acreditamos mesmo que o Cariri caminha para se tornar um centro leiteiro e de engorda dos mais promissores. Não demorará muito tempo a mudança de seus canaviais em pastagens permanentes. No giro dos negócios as proteínas animais substituirão a rapadura em franco declínio econômico. E outra paisagem dominará aquêle ambiente, riscado durante três séculos pelos listrões verdes-gaios dos partidos de cana.

Produção de carne. — Em 1966, a matança para o consumo público foi de 8.337 bovinos, 5.378 suínos, 826 ovinos e 1.122 caprinos. Nesse mesmo ano, o abate para o consumo particular atingiu a 140 bovinos, 209 suínos, 109 ovinos e 127 caprinos.

Segundo Tomás Pompeu, *Dic. Top.*, 34, Crato consumia

de 6 a 8 reses, diàriamente, em 1860, com uma pop. de 8.000 habitantes.

Indústria. — No Crato existem 5 usinas de beneficiamento de algodão, 3 de extração de óleos vegetais, 1 de óleo refinado comestível, 2 fábricas de sabão, 2 de massas alimentícias, 1 de Coca-Cola, 3 curtumes e 1 grande oficina reformadora de pneus. Entre os estabelecimentos industriais menores destacam-se 3 serrarias, 6 padarias, 3 fábricas de mosaicos e marmorites, 1 de rêdes, 5 de bebidas, 1 de manteiga, 1 de colchões de molas, 1 de doce de frutas, 5 de calçados e artefatos de couro, 1 de gêlo, 5 de móveis, 5 de beneficiamento de arroz, 6 moageiras de café, 48 olarias.

No campo encontram-se 73 engenhos para o fabrico de rapadura e aguardente, tocados a fôrça motriz e aparelhados de alambiques contínuos; 110 aviamentos para a produção de farinha e polvilho, motorizados em grande parte, e 2 desfibradoras de agave.

Com o advento da energia elétrica de Paulo Afonso, novos horizontes abriram-se ao progresso do Crato, sobretudo no setor industrial. Assim, apareceram 1 fábrica de papel, 1 de cerâmica, 1 de produtos do milho, 1 de produtos da mandioca, 1 de doces enlatados e 1 de extração de óleo do babaçu.

Quando se fala em industrialização do Cariri, seria injusto omitir a Missão Morris Asimow, resultante de um programa de cooperação técnica entre a Universidade da Califórnia e a Universidade Federal do Ceará, que deu nôvo sentido ao desenvolvimento regional, estimulando e planificando emprêsas noutros setores que não os tradicionais, com a participação direta do povo.

Comércio. — Crato possuía 540 estabelecimentos varejistas e 53 grossistas em 1964.

Centro exportador e abastecedor do Cariri, o seu comércio extravasa-se aos mun. vizinhos do Piauí e Pernambuco. Mantém transações intensas com as praças de Recife, Fortaleza, Campina Grande e São Paulo.

Tem uma feira famosa, que se realiza às segundas-feiras, com trem especial para servi-la. Na *pedra* retalha-se de tudo.

É uma página bem viva do folclore local, destinada a ser sacrificada, pouco a pouco, aos manes do desenvolvimento econômico. Também às sextas-feiras, no curral da Matança Velha, realiza-se a mais importante feira de gado do Cariri. A ela acodem os criadores dos arredores. Outrora a freqüentavam vaqueiros do Piauí, com os seus boiotes. Vendem-se semanalmente cêrca de 900 reses para abate e engorda.

O comércio é atendido por 4 bancos: Banco do Brasil, Banco de Crédito Comercial, Banco Caixeiral e Banco do Cariri. A Agência do Banco do Brasil, onde trabalham acima de 150 funcionários, é a mais importante do interior do Estado e se acha instalada em prédio próprio de 5 andares. Existem ainda 6 cooperativas de crédito e de consumo.

Finanças públicas. — No qüinqüênio de 1961/65 a arrecadação atingiu as seguintes cifras:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1961	19.787.253	85.290.843	25.673.207
1962	33.370.321	103.749.451	40.186.169
1963	89.003.210	332.771.761	73.270.487
1964	185.318.190	784.702.226	140.515.923
1965	247.278.736	1.341.774.924	270.490.960

POPULAÇÃO

Em 1960, a população era de 59.464 hab., distribuída pelos dist. do seguinte modo:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
CRATO	32.054	27.649	4.405	5.461
Dom Quintino	3.368	269	3.099	665
Lameiro	5.083	454	4.629	882
Muriti	6.537	371	6.166	1.178
Ponta da Serra	6.952	336	6.616	1.292
Santa Fé	5.470	229	5.241	976
	59.464	29.308	30.156	10.454

Aspectos Educacionais e Assistenciais

Ministra o ensino superior a Faculdade de Filosofia que, desde 1960, funciona com quatro cursos: Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, História e Pedagogia, e a Faculdade de Ciências Econômicas. Ambas agregadas à Universidade Federal do Ceará. O ensino médio dispõe de 12 estabelecimentos e o primário de 5 grupos escolares, 42 esc. estaduais, 129 municipais, 12 particulares e 13 do ensino supletivo. Há, ainda, 55 esc. do ensino radiofônico, 4 cursos de datilografia, 1 de língua inglêsa (Instituto Brasil-Estados Unidos) e 16 de natureza doméstica. Em 1964, a matrícula de todo êsse conjunto educativo era de 12.478 alunos.

Foi no aldeamento da Missão do Miranda onde abrolhou, pela primeira vez, o ensino no Cariri. Deve-se a iniciativa a frei Carlos Maria de Ferrara, nos idos de 1740, que instituiu escolas para os índios, destinadas a adaptá-los à fase intermediária que vai da barbárie aos albores da vida civilizada. Desapareceram com a retirada dos capuchinhos, 20 anos depois de fundadas. O ensino primário voltaria ao Cariri no século seguinte, sob regime civil e armado de uma ferocidade que arrepia aos modernos pedagogos. José Rufino, nomeado a 14-3-1824, com o ordenado anual de 150$000, teria sido o primeiro professor público do Crato? Faz pouco mais de um século, em 1860, a cid. tinha apenas 4 esc., com 92 alunos do sexo masculino e 20 do feminino. A professôra das meninas chamava-se Carolina C. Lima Sucupira.

O estabelecimento cratense de maior tradição educacional é, sem dúvida, o Seminário de S. José. Aberto a 7-3-1875, pelo seu fundador, Dom Luís Antônio dos Santos, 1.º bispo do Ceará, e entregue, no comêço, aos Lazaristas, tem tido uma história bastante acidentada de lá para cá. Foi uma janela rasgada na escuridão daquêles sertões às claridades da cultura. A sua luminosidade atraiu jovens até do Piauí, Pernambuco e Paraíba, que dêle saíram armados para os prélios da religião e da vida pública.

Crato é a cid. que mais lê depois da Capital. Tem 7 livrarias e várias bibliotecas.

O primeiro jornal publicado no Crato, aliás, o pioneiro de nossa imprensa sertaneja, foi *O Araripe*, cujo número inicial é de 7-7-1855. Dirigiu-o João Brígido dos Santos. Hoje, a cid. mantém 3 gráficas modernas, edita vários periódicos, inclusive 3 jornais. O Instituto Cultural do Cariri e a Faculdade de Filosofia publicam, respectivamente, as revistas *Itaytera* e *Hyhyté* e, de quando em quando, lançam livros de escritores regionais. No campo da divulgação também existem 2 rádio-emissoras e 2 amplificadores com larga rêde de alto-falantes.

O ponto alto da inteligência do Crato é o Instituto Cultural do Cariri, que reúne as mais expressivas figuras de estudiosos da terra, no afã de interpretá-la artística e cientificamente.

Passando agora ao setor assistencial, Crato conta na parte médico-sanitária com o Hospital S. Francisco de Assis (120 leitos), Hospital Infantil (40 leitos), Maternidade Dr. Joaquim Fernandes Teles (50 leitos), Ambulatório Municipal, Pôsto de Puericultura da LBA, Lactário, Pôsto de Endemias Rurais, Pôsto de Saúde do Estado, Pôsto do SAMDU, Pôsto do SESI (ambulatório e farmácia), Serviço de Lepra, 2 laboratórios de análises clínicas, 1 Serviço de Raio-X.

A pop. é assistida por 25 médicos, 14 dentistas, 12 farmacêuticos.

Encarregam-se da assistência social aos necessitados diversos grupos, encabeçados pela velha e tradicional Sociedade de S. Vicente de Paulo. Dão assistência mais direta, inclusive recolhimento, o Patronato Padre Ibiapina (92 leitos), a Casa do Velho Pobre (24 leitos), a Casa de Caridade (24 leitos), o Abrigo Jesus, Maria, José (52 leitos). Prestam assistência em forma de auxílios financeiros, escolares, funerários, as seguintes associações: Círculo Operário, Centro Trabalhista, União Artística Beneficente, União dos Trabalhadores do Cariri.

ASPECTOS URBANOS

A cid. situa-se aos 7º 13' 52" de lat. S e 39º 24' 28" de long. W. Gr., a 396 km, em linha reta, da Capital. Está a 426,911 m de alt., medida no centro da soleira da porta principal da Catedral. Por muito tempo o arruamento desenvolveu-se no vale que corre entre os morros do Barro Vermelho e Granjeiro (Seminário), para depois espalhar-se morros arriba e prolongar-se vale afora.

A pop. é da ordem de 33.000 habitantes. Em 1960, segundo o recenseamento, tinha 27.469. Entre 1950 e 1960, foi a sede de mun. da região sul-cearense que apresentou o mais alto índice de desenvolvimento populacional (77%).

Tem 6.500 prédios nos seus 66 logradouros públicos, pavimentados em sua maioria com pedra trabalhada ou tôsca. Em 1860, Crato possuía 520 casas de telha e 600 de palha, 1.120 ao todo, e nos arredores outro tanto. (*Dic. Top.*, 34.)

Dispõe de regular serviço de limpeza pública e particular, farto abastecimento d'água, abrangendo o quadro suburbano, energia elétrica permanente fornecida pela CHESF.

Poucas cid. do interior conseguem superá-la em vida comercial, social e cultural. Suas obras assistenciais podem servir de padrão a outras localidades e quase tôdas são filhas da iniciativa da diocese ou de suas paróquias.

Uma das facêtas mais atraentes da vida do Crato é a educação cívica de seus moradores. Reina no meio dêles grande tolerância político-partidária. Não há antagonismos quando se trata do bem comum.

Cid. alegre e movimentada, de ruas limpas e traçadas regularmente, praças ajardinadas, bem iluminada, de convívio fino e elevado, merece, sem favor, o título heráldico de *Princesa do Cariri.*

ASPECTOS HISTÓRICOS

Formação administrativa. — As raízes do Crato mergulham no solo da Missão do Miranda. Extinta, persistiu no

local um núcleo de índios e mestiços. No meio dêles, a explorá-los, encontravam-se alguns brancos que, acrescidos de sertanistas vindos da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, pelo caminho natural do S. Francisco e seus afluentes, iriam dar à cêpa dos futuros criadores, donos de engenhos e mercadores.

A 21-6-1764, a Aldeia do Brejo, como também era conhecida a antiga Missão do Miranda, passou a sede de mun., sob o nome de Vila Real do Crato. As solenidades de inauguração foram presididas pelo dr. Vitorino Soares Barbosa, ouvidor-geral e corregedor da comarca, por ordem do governador e capitão-general de Pernambuco, Luís Diogo Lôbo da Silva.

Tornou-se dist. policial por Ato de 18-3-1842. Ganhou os foros de cid. pela Lei n.º 628, de 17-10-1853, sancionada pelo presidente dr. Joaquim Vilela de Castro Tavares.

Administrativamente abrange os dist. de Crato, D. Quintino, Lameiro, Muriti, Ponta da Serra, Santa Fé.

NOTA — Em *Efemérides do Cariri*, de Irineu Pinheiro, figura por engano de composição, mais de uma vez, Lei n.º 623, em lugar de Lei n.º 628.

Formação judiciária. — Por Alvará de 27-6-1816, foi criada a 2.ª com. do Ceará, sediada na Vila Real do Crato. Sua jurisdição compreendia as v. de S. João do Príncipe, Campo Maior de Quixeramobim, Icó, S. Antônio do Jardim e S. Vicente das Lavras. Foi seu primeiro ouvidor José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa, que tomou posse a 17-12-1817.

"O ouvidor José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa era um português enfatuado, afidalgado e com ares de grande senhor, cercado do seu pessoal de correição. Todos se descobriam diante dêsse imenso vulto, nos sertões.

Valeu-se dêle um pequeno vendilhão, que tinha caído em miséria, restando-lhe apenas insignificantes artigos à venda.

O ouvidor anunciou-lhe uma visita, e foi ter ali, acompanhado de sua côrte de portuguêses e nacionais, curvados e reverentes.

Chegando, perguntou ao pequeno mercador, que artigos mais numerosos lhe restavam.

— Senhor, disse êle, fitas e apitos.

O ouvidor, tomando um dêstes, o atou com uma fita do mesmo donc, pôs ao pescoço, e lhe entregando uma moeda avultada, disse para os circunstantes:

— Quem não tem um apito numa fita, como esta, é ralé, mendigo e pobre.

Num momento, voou tôda aquela mercadoria a um preço fabuloso, e o pequeno negociante saiu-se do embaraço." (J. Brígido, *O Ceará (Lado Cômico)*, editor Louis C. Cholowieçki, Ceará, 1899, 55.)

Passou a com. de 3.ª entrância pela Lei n.º 1.341, de 23-8-1916. Por fôrça da Lei n.º 1.005, de 4-6-1951, foi criada a 2.ª vara e a com. elevada a 4.ª entrância.

Formação religiosa. — A pedido dos moradores do Crato e adjacências, o visitador José Teixeira de Azevedo, devidamente autorizado pelo bispo de Pernambuco, inaugurou, a 4-1-1768, a freguesia de N.S. da Penha, criada em 1762, desmembrada da de S. José dos Cariris Novos (Missão Velha), com sede na v. do Crato. Teve por primeiro vigário o padre Manuel Teixeira de Moraes.

Aos 20-10-1914, pela bula *Catholicae Eclesiae*, do papa Bento XV, foi criada a diocese do Crato. A escolha do 1.º bispo recaiu em d. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, antigo vigário da freguesia. Tomou posse a 1.º-1-1916. Encontra-se a descrição dessa cerimônia no *Correio Eclesiástico*, Fortaleza, número de janeiro de 1916. Iniciou logo administração sumamente proveitosa no terreno espiritual e temporal. Criou as bases do ensino secundário, reabriu o seminário e fundou a primeira cooperativa de crédito do Cariri. Seus sucessores, d. Francisco de Assis Pires e d. Vicente de Araújo Matos, seguiram-lhe o programa de grandes realizações na sede episcopal e em tôda a diocese.

A obra educativa, assistencial, social e religiosa da diocese do Crato é realmente digna de imitação e de aplauso.

A cid. do Crato divide-se em 2 paróquias: N. S. da Penha e S. Vicente Ferrer.

Os protestantes têm representantes batistas, presbiterianos e evangelistas, com os seus respectivos templos.

TOPONÍMIA

A aldeia dos Cariú, dirigida por frei Carlos Maria de Ferrara, ficava nas cabeceiras do Miranda dos Cariris Novos. Veio daí chamar-se *Aldeamento do Miranda, Missão do Miranda* e, por vêzes, *Missão dos Cariris Novos, Brejo do Miranda, Brejo Grande* ou simplesmente do *Brejo.*

Por que *Miranda*? Não se sabe ao certo. Antônio Bezerra pensava que Miranda era um grande chefe cariri, celebrizado pelos seus feitos na defesa de sua gente. (*Algumas Origens do Ceará,* 182.) Seguindo o mesmo fio dessa interpretação meramente cerebrina, poderíamos supor ser Miranda o nome de um dos primeiros brancos ou mamelucos que aportaram àquelas paragens.

O certo é que a denominação de Missão do Miranda perdurou mesmo depois de extinto o aldeamento. Ao elevar-se o núcleo à categoria de vila, fêz-se com o nome de Vila Real do Crato. Rememorava-se uma vila portuguêsa, do dist. de Portalegre, província do Alto Alentejo. Era uma das povoações mais velhas da geografia lusa. Dizem que foi fundada pelos cartagineses em 504 A.C. Recebeu o seu foral de vila no tempo de d. Sancho II, em 1211, dado por Mem Gonçalves, então prior da Ordem de S. João de Jerusalém em Portugal, que também se chamou S. João de Rodes e, por último, S. João de Malta.

FILHOS ILUSTRES (*)

Álvaro Bomílcar da Cunha (1874-1957). Poeta, jornalista e sociólogo. Teve destacada atuação no Ceará, no Amazonas e, por fim, no Rio de Janeiro, onde suas atividades de escritor e homem público lhe deram renome nacional.

Antônio Luís Alves Pequeno (1863-1942). Chefe político de grande influência. Foi, por muito tempo, prefeito de Crato, e deputado estadual em várias legislaturas.

Antônio Martins Filho (1904). É figura de primeira grandeza no cenário cultural do Estado. Deve-se a seu idealismo e esfôrço a fundação da Universidade do Ceará, a qual

transformou numa magnífica realização, como seu Reitor. É catedrático da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Econômicas e sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, da qual já ocupou a presidência.

Cícero Romão Batista, padre (1844-1934). Celebrizou-se pela influência social, política e religiosa que exerceu sôbre as populações sertanejas, tendo transformado a cidade de Juàzeiro, onde residia, na "Meca do Nordeste". Foi vice-presidente do Estado e deputado federal.

Fenelon Bomílcar da Cunha (1836-1884). Jornalista, poeta e humanista. Teve assento na Assembléia provincial em mais de uma legislatura. Deixou descendência ilustre.

Hermenegildo Firmeza (1881-1961). Professor, jornalista e advogado. Exerceu papel saliente nas atividades políticas do seu tempo, tendo representado o Ceará na Câmara dos Deputados, em várias legislaturas.

Irineu Nogueira Pinheiro (1881-1954). Médico, professor e historiógrafo. Um dos mais autorizados pesquisadores do passado social e político da zona do Cariri. Deixou trabalhos de mérito sôbre o assunto.

D. Joaquim Ferreira de Melo (1873-1940). Sacerdote de grandes virtudes e sólida erudição. Depois de prestar relevantes serviços à Igreja no Ceará, foi nomeado primeiro bispo de Pelotas (RS), onde deixou traços indeléveis de sua ação pastoral e espírito progressista.

Joaquim Fernandes Teles (1889). Médico de nomeada e portador de grande influência na zona sul do Estado. Exerceu os cargos eletivos de prefeito municipal de Crato, deputado estadual e deputado federal. Agricultor esclarecido, figurou na organização das primeiras emprêsas pioneiras da indústria açucareira no Ceará.

José Carvalho (1872-1932). Homem de letras, historiógrafo e folclorista, profundamente devotado à sua terra. Fêz parte da "Padaria Espiritual", de Fortaleza, transferindo-se depois para Belém do Pará, onde era considerado "o cônsul dos cearenses".

José Alves de Figueiredo Filho (1904). Farmacêutico, jornalista e professor. Profundamente dedicado à História e à cultura da zona caririense, foi um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri, da Faculdade de Filosofia do Crato e de outras instituições da mesma natureza, às quais empresta o contributo de sua cultura e dedicação.

José Ferreira de Lima Sucupira, cônego (1781-1867). Tomou parte saliente na Revolução do Equador. Exerceu posteriormente os mandatos de deputado provincial e deputado-geral pelo Ceará. Foi o primeiro vigário-geral da Diocese do Ceará, ao tempo de sua criação.

José Joaquim Teles Marrocos (1849-1910). Jornalista, humanista e professor de nomeada. Teve destacada participação na questão oriunda dos pretensos milagres de Juàzeiro.

José Sobreira de Amorim (1912). Latinista emérito e abalizado catedrático de Direito Romano, da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará. Exerce também o magistério na Faculdade Católica de Filosofia e noutras entidades congêneres. Pertence ao Instituto do Ceará.

Leandro Bezerra Monteiro, brigadeiro (1740-1830). Figura de relêvo na história social e política do Cariri, notadamente do Crato, onde exerceu importante ação pública em defesa das instituições vigentes.

Leandro Bezerra Monteiro (1826-1911). Bacharel em Direito, dedicou-se a princípio à magistratura. Teve assento na Câmara dos Deputados-Gerais, primeiro como representante de Sergipe e depois do Ceará. Destacou-se no Parlamento do Império como destemido defensor dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa, ao tempo da famigerada "Questão Religiosa".

Leandro Chaves de Melo Ratisbona (1824-1900). Figura de prol no cenário político da Província, exerceu o mandato de deputado provincial e após o de deputado-geral pelo Ceará. Dedicou-se também ao magistério e à advocacia.

Manuel Rodrigues Monteiro (1884-1958). Um dos expoentes do jornalismo no Ceará. Figurou na redação de várias fôlhas, quer neste Estado quer no Rio de Janeiro, deixando em tôdas elas brilhante tradição de talento e cultura.

Raimundo Gomes de Matos (1886). Jornalista e advogado de projeção em todo o Estado. Exerceu também o magistério, como catedrático de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade do Ceará. Exerceu as funções de Secretário de Polícia no govêrno Beni Carvalho.

Raimundo Teles Pinheiro (1910). Oficial-general do exército de brilhante fé de ofício. Exerceu várias comissões de destaque, inclusive as de Comandante do CPOR de Fortaleza, da Escola Preparatória de Cadetes e do Colégio Militar de Fortaleza, bem assim as de Chefe de Seção do Estado Maior do Exército e de Chefe do Estado Maior da 10.ª Região Militar. Homem de letras, dedica-se especialmente a pesquisas históricas, tendo publicado alguns trabalhos de valor.

Vicente Leite (1900-1941). Consagrado pintor, de renome nacional. Suas telas lhe valeram vários prêmios e são disputadas pelos museus e pinacotecas.

(*) Verbete de autoria do dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

"A COMUNIDADE ORIGINÁRIA
O FUNDADOR HISTÓRICO

O núcleo social, que orgânicamente evoluiu na formação da comunidade urbana, que originou, condicionou e impôs a criação (1) da Vila Real do Crato, constituiu-se de representantes do grupo étnico-lingüístico-cultural dos Cariris, aos quais vieram integrar-se progressivamente elementos humanos brasileiros em reduzida contribuição, e raros portuguêses, aquêles e êstes, da colonização pioneira nesta região.

Os citados representantes do referido grupo compreendiam índios destacados das tribos dos Quixereus, Curianeses, Calabaças, Icós, Jucás e Cariús, tendo, êstes últimos, concorrido como elemento primaz (a que se juntaram os demais antes de 1749), e quantitativamente predominante em relação a cada um dos outros, que, por isto, receberam a denominação global de Cariús, linha que adotamos. (*Informação Geral da Capitania de Pernambuco*, 1749, pág. 304. Arquivo Nacional, 1908.)

---

(1) Carta Régia, de 16 de dezembro de 1762.

Na Proto-História da Vila Real do Crato, a influência dos referidos componentes indígenas formadores foi tamanha que, ainda no ano de 1838, decorrido um século da instalação da povoação-aldeamento, George Gardner, que, naquele ano, permanecera meses na mesma vila, observou: "A população da Vila orça por dois mil habitantes, *quase todos índios puros ou mestiçados.*" (*Viagens no Brasil*, pág. 152.) Então, só as posições de mando e o comércio estavam com os brancos. Isto, apesar de, por ocasião da inauguração da Vila, uma pequena parcela dos índios já ter sido removida para Missão Velha, seguida, por outra em 1780, transferida para o litoral em companhia da primeira, então ainda na mesma Missão Velha — tudo, graças à ambição dos brancos, sempre férteis em pretextos escusos, visando à usurpação das terras dos índios, como realmente ocorreu. (João Brígido, *Ceará*, pág. 77.)

Representando o maior contingente indígena de quantos foram aldeados neste Cariri, os Cariús vieram de Missão Nova (Santo Antônio de) e foram reunidos provisòriamente a dois quilômetros a sudeste do centro desta cidade, em 1740. E logo no mesmo ano foram fixados de modo *regular*, isto é, com as características típicas do aldeamento criado e dirigido no Brasil pelo clero-de-catequese do índio. A fixação foi feita "em uma pequena eminência, justamente onde se encontra o Quadro da Matriz do Crato". Tudo, sob a suprema direção, espiritual e temporal, dos Capuchinhos da Penha de Recife, aqui, pessoal e superiormente, chefiados por frei Carlos Maria de Ferrara. (João Brígido, *op. cit.*, pág. 75; Antônio Bezerra, *Algumas Origens do Ceará*, pág. 181; *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, Fr. Primério, pág. 369.)

Simultâneamente, com seu estabelecimento, o Aldeamento — Aldeamento do Miranda — recebeu o predicamento de missão — Missão do Miranda — denominação, esta última, diga-se de passagem, que perdurou até o fim do século XVIII, embora a extinção, de fato, da Missão (1762); a retirada de seus missionários (1762); a criação da paróquia e da vila (1762) e a instalação desta última (1764).

O aldeamento, também conhecido por Aldeamento do Brejo do Miranda, reproduzia a fisionomia urbano-social de seus congêneres, fundados e dirigidos pelos ditos Capuchinhos da Penha, no interior do Nordeste brasileiro, dos quais o de Mipibu, no Rio Grande do Norte, se constituía o padrão, descrito, em 1761, pelo capuchinho Fr. Aníbal de Gênova:

"A Aldeia se erguia com a configuração de uma praça de guerra, onde as casas se ligavam entre si semelhando um quartel... Nos ângulos, havia casas para oficiais... Perfilava-se um templo. Os índios distribuíam-se por famílias. O missionário era, ao mesmo tempo, vigário e superior, a quem cabia indicar, à nomeação pelo Governador da Capitania, um candidato, dentre os catecúmenos, para capitão-mor.

O superior-missionário tinha a faculdade, de que usava, de escolher dois ou mais capitães e seus oficiais subalternos, que comandavam companhias, podendo ser destituídos dos postos pelo mesmo missionário, se faltassem ao dever. O Aldeamento era quadrado com espaçosa praça ao centro (quadrado, que correspondia, no Aldeamento do Miranda, à praça, chamada, depois, Quadro da Matriz do Crato, hoje, Praça da Sé — observo eu, o transcritor). Ao amanhecer, dois tambores convocavam os índios para a assistência à missa. Antes do ato religioso, os catecúmenos recitavam o catecismo e recebiam instrução religiosa ministrada pelo missionário. Durante a missa entoavam em côro hinos alusivos ao ato. Diàriamente, pela manhã, o capitão-mor recebia instruções do missionário relativas aos trabalhos do dia. Ao término do dia, reuniam-se, todos, no templo, para a recitação do rosário de Nossa Senhora. Às 20 horas, dois tambores rufavam a recolher. Fechavam-se então os portões do quadrado do Arraial e suas chaves eram entregues ao missionário pelo oficial da semana. Uma ronda policial fazia a revista para ver se alguém faltara à ordem de recolher."

Do Aldeamento da Missão do Miranda, João Brígido nos dá os seguintes traços:

"Além dos exercícios religiosos para os quais eram chamados, os índios ocupavam-se da caça e plantavam em um brejo, que corria em frente do Arraial, o qual está hoje (João Brígido escreveu tais notas nesta cidade, há mais de um século, publicou-as em *O Araripe*, incorporou-as depois ao *Ceará*, citado), aterrado e nenhum vestígio apresenta de seus antigos pântanos; e de uma lagoa, ora convertida em plano e duro chão. Além de uma capela e de uma cabana de palha no fundo desta servindo de aposento ao missionário, algumas escolas havia (aliás, *as pioneiras da instrução primária no Cariri*), em tôrno da lagoa, e mais ou menos onde foi a antiga ribeira, havia uma longa casa igualmente coberta de palha com aviamento de fazer farinha. Aí, os índios, homens e mulheres, trabalhavam por tarefa, debaixo do comando de um feitor índio e de um diretor branco. Ora, fiavam para se vestir, ora manipulavam mandioca para se sustentar." (*Op. cit.*, pág. 76.)

Nas escolas do Aldeamento da Missão do Miranda aprendia-se a ler, escrever, contar e cantar hinos religiosos, ao lado das noções básicas do catecismo. Os índios "recebiam o mínimo de conhecimentos exigidos pelas circunstâncias de meio". "Davam-se educação e instrução rudimentares. Não se precisava de mais." A educação profissional não era esquecida: a fiação, a tecelagem, entre outras artes manuais. Paralelamente, à atividade agro-farinheira, havia a lavoura implementar do milho e feijões.

Instrução, educação e trabalho, eis o trinômio que resumia os

meios de que se serviam os Capuchinhos da Missão do Aldeamento do Miranda para integrar os seus índios nos benefícios do cristianismo e da civilização.

Com a extinção da Missão e a retirada dos missionários, fecharam-se as únicas escolas existentes no Cariri, para só reaparecerem no século seguinte.

A obra dêstes beneméritos religiosos, os quais ainda conservavam, puro, o espírito de São Francisco de Assis, revestiu outros aspectos transcendentais: facilitou o convívio entre os índios e os brancos, a miscigenização entre os primeiros e os colonos e transformou aquêles em auxiliares dêstes.

Os Capuchinhos criaram assim as condições sociais *indispensáveis* para que o Aldeamento dos Cariús da Missão do Miranda conquistasse os foros de vila e fôsse erigido em paróquia.

Os índios do referido Aldeamento possuíam terras, suas, de direito e de fato, doadas, para sobrevivência do Aldeamento e da respectiva Missão, pelo capitão-mor dos índios do Cariri Nôvo, Domingos Álvares de Matos e sua mulher D. Maria Ferreira da Silva. Comenta Antônio Bezerra: "Essas terras ficavam nas cabeceiras do Miranda dos Cariris Novos, correndo pela barreira, rumo ao sul, até a ponta da serra do Araripe: ocupava todo o saco ou enseada que ficava dentro, e para a parte do norte, até ao lugar em que faz barra o riacho da mesma Missão, e daí dando as costas ao Brejo, cortando direito a uma ponta grande da serra para a parte do rio São Francisco."

Na mesma data da doação, Frei Carlos Maria de Ferrara, superior, missionário e procurador-geral de seus catecúmenos Cariús, recebeu judicialmente as mesmas terras. (*Op. cit.*, págs. 180 e 181.) Aliás, os doadores agiram por fôrça de lei, pois determinações régias vigentes obrigavam os senhores de sesmarias ou datas, sob pena de perdê-las totalmente, além de outras penas, a fazerem doação de "uma légua de terra, em quadro e não em circuito aos índios de cada aldeamento (o qual não devia ter menos de cem casais de índios, ainda segundo as mesmas determinações régias) e uma área para o edifício da igreja e seu competente adro. (Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vols. III e IV.)

Todos já o sabemos, mas repitamo-lo: os brancos, sob mil e um pretextos escusos, maliciosamente forjicados, e com medidas violentas usurparam as terras em aprêço aos seus legítimos donos. Foi sempre assim em todo o Brasil, até a criação do Serviço de Proteção aos índios, que, até agora, não conseguiu eliminar totalmente esta prática secular condenável.

A partir de 1745, "os Cariús da Missão do Miranda vão-se tornando aptos para tomar parte nos negócios da administração da povoação, de acôrdo com os brancos... Dêsse modo, é inaugurada

a Vila Real do Crato em 21 de junho de 1764. (Antônio Bezerra, op. cit., pág. 183.) E logo foram criados os primeiros juízes ordinários, Francisco Gomes de Melo e o índio José Amorim (João Brígido, op. cit.), aquêle por parte dos brancos, e êste *representando os índios*.

Desde a sua instalação *regular*, em 1740, por Frei Carlos Maria de Ferrara, até a primeira quinzena de janeiro de 1763, inclusive, (a paróquia fôra criada no ano anterior, como se viu), o Aldeamento da Missão do Miranda estêve, sem interrupção, sob a direção dos Capuchinhos: espiritualmente, até inclusive a mesma primeira quinzena do mês de janeiro de 1763, e, sob o ângulo temporal, até 1758, quando esta atribuição lhes foi retirada, embora continuassem a usá-la sôbre o Aldeamento, mas por delegação especial e provisória. As atribuições de superior do Aldeamento, exerceu-as frei Carlos Maria de Ferrara, pessoalmente e sem solução de continuidade, de 1740 ao mês de dezembro do ano de 1750. (Livro de registro de batizado, Freguesia do Icó, 1741-1783; idem, Freg. de Missão Velha, 1748-1764; *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, pág. 183, Fr. Fidélis Primério, Liv. Martins, S. Paulo, 1940; Antônio Bezerra, op. cit., págs. 117, 179 e 180.) Teve como sucessor imediato, nas mesmas funções, a seu irmão de estamenha, Fr. João (e não Fr. Gil, como se tem escrito) Francisco de Palermo, imediatamente seguido de Frei Joaquim de Veneza, que funcionou até a primeira quinzena do mês de janeiro de 1763. (Frei Fidélis Primério, obra citada; Livro de registro de Batizado, citado, Freguesia de Missão Velha.)

Foram, pois, Capuchinhos, os que fundaram e consolidaram a comunidade indígena que originou e condicionou a criação da Vila Real do Crato. Nesta transcendental obra histórica e heróica, encarnaram-se, êles, na pessoa de Frei Carlos Maria de Ferrara, a sua síntese, que a justiça da história coloca entre os autênticos fundadores históricos de cidades no Cariri e no Brasil.

A elevação da povoação dos Cariús da Missão do Miranda, ou da *Missão dos Cariris Novos*, como também foi conhecida, à categoria de vila, foi a consagração *política* da obra social de Frei Carlos Maria de Ferrara, fato que, por associação de idéias, suscita até a lembrança dêste conceito lapidar de Antônio Bezerra: *"Não há crônica razoável no Cariri senão depois da assistência de frei Carlos de Ferrara."* (*Op. cit., Antilóquio*, págs. VI e VII. O grifo é do copista.)

Peço licença ao leitor para repetir a observação de George Gardner a propósito da Vila Real do Crato: "A população da vila orça por dois mil habitantes, na sua quase totalidade índios puros ou mestiçados." (1838.) (Pe. Antônio Gomes de Araújo, *Revista do Bicentenário*, Crato, 1964, 9 a 12.)

ASPECTOS URBANOS E SOCIAIS DO CRATO

"Há um século, eram as casas do Crato de telhas e tijolos de adôbe, de taipa, ou de palhas de babaçu, de cima abaixo.

Gradualmente, mudou de feição a nossa urbe. A pouco e pouco, às casas de pau e barro sucederam outras de tijolos crus ou cozidos, com pisos de ladrilhos retangulares, regra geral.

De ordinário, escuros os quartos que as dividiam, chamados alcovas e camarinhas, sem janelas, a fim de os não devassarem olhares indiscretos.

Ainda vimos na principal rua do Crato, a Rua Grande, no trecho hoje de nome Dr. Miguel Lima Verde, casas de pau e barro.

Catorze anos antes de sua ereção em cidade, não passava o Crato, na expressão de George Gardner, sábio inglês que nos visitou no fim da era de 30 do século transacto, de "uma mísera localidade, um têrço do tamanho do Icó, cujos habitantes eram quase todos índios puros ou mestiçados".

Em 1839, erguia-se, aqui, apenas, o sobradinho de madeira em que nasceu o Padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, imortalizado em crônica pela pena de João Brígido.

No decênio de 50 do século passado, justamente o em que erigiram, como se viu, a vila do Crato em cidade, e no de 60 começaram a levantar sólidos sobrados, de beira e bica, com suas asas de andorinha nos ângulos dos telhados, com seus jacarés a despejar de suas bôcas abertas, em dias de chuva, águas que estalavam nas calçadas de lajes calcárias tiradas da serra do Araripe.

Admirávamos os meninos, por longo tempo, a água a cair da bôca do sáurio, a língua de ferro zincado a balançar para cima e para baixo.

Inda hoje resistem, galhardamente, à ação do tempo, quase seculares, os sobrados do Coronel Antônio Luís, Antônio José de Carvalho, Joaquim Gomes de Matos, Padre João Marrocos etc.

De primeiro, dominava em nossas edificações a cal, a madeira, o barro, que, hoje, o ferro e o cimento procuram sobrepujar.

Pobre e sem gôsto, aí pelo meado do século XIX, o mobiliário de nossas casas de família. Fugiu à regra geral o sobrado do Coronel Antônio Luís, cuja sala de visitas, forrada e esteirada, era adornada de magnífica mobília de jacarandá, com artísticos consolos e mesa de centro, todos de mármore e pés lindamente torneados. Na maioria dos casos, não dormiam nossos antepassados em camas, mas em rêdes, às vêzes bem bonitas, de varandas de labirinto, de croché, de almofada, de parede ou de nós, assim chamadas por fazerem-nas as redeiras nas paredes das casas, e darem nós nos fios com que as teciam, e as tecem, do começo ao fim.

Nas rêdes de ponto de marca ou ponto de cruz bordavam, inda bordam, à mão, hàbilmente, de azul ou encarnado, no pano e nas varandas, pássaros, galhos de árvore com fôlhas e flôres.

Indispensável um traste: a cama de casal, muito larga, de madeira, em que nasciam e morriam nossos avós

Era seu assento de palhinha, de couro de boi, apelidado bangüê, ou ainda de travessas de pau, paralelas entre si, separadas umas das outras cêrca de doze centímetros.

Amaciavam as camas colchões com enchimentos de capim ou fôlhas sêcas de bananeiras.

Os muito pobres construíam (constroem ainda) suas casas quase sem dispêndio: enterravam no chão de barro batido de seus casebres seis forquilhas de cinqüenta centímetros de altura, entre cujas orelhas descansavam paus redondos e fortes, destinados a receber o assento da cama, fabricado de varas de marmeleiro, amarradas com cipós, dispostas ao comprido do tôsco móvel, ou imóvel, se quiserem.

Como se vê, nada compravam nas lojas porque tudo lhes fornecia o mato de ao redor de suas mesquinhas habitações.

Forravam as camas, não com colchões, cujo preço superava suas posses, mas com esteiras de fôlhas de babaçu ou de carnaúba.

* * *

Como diferem nossos costumes de agora dos de cem anos atrás!

Onde as rodas de botica, sinais de sociabilidade até o comêço do século presente, e, sobretudo, de solidariedade dos partidos Pompeu e Paula, Graúdo e Miúdo?

No Crato, nas boticas dos Coronéis Joaquim Secundo Chaves e José Antônio de Figueiredo, nos bons tempos do Império, reuniam-se, à tardinha, respectivamente, paulas e pompeus, ramos do mesmo tronco, o Partido Liberal, mas adversários irreconciliáveis entre si. Irreconciliáveis adversários, também, os miúdos e graúdos, ambos do Partido Conservador.

Mais fácil, nos conchavos partidários da Província, aliarem-se liberais pompeus ou liberais paulas com graúdos e miúdos conservadores do que aliarem-se um com o outro.

Sempre se aproximaram pompeus de graúdos (Alencares), chefiados pelo Barão de Ibiapaba, e paulas de miúdos (Carcarás), orientados pelo Barão de Aquirás.

Entretanto no plano da política geral, obedeciam pompeus e paulas aos princípios que norteavam o Partido Liberal e aos chefes que o dirigiam, e os conservadores graúdos e miúdos ao programa de seu partido e aos que o presidiam. Estranho fenômeno que só pode ser

explicado por indisciplina dos políticos cearenses e por não terem sido profundas as divergências das duas grandes agremiações partidárias do Império.

Em determinados momentos, atingia a exaltação política as raias da afronta. Exemplifique-se, já que, quase sempre, os exemplos são eloqüentes.

No Crato, na era de 70 do século findo, se me não engano, festejava o Coronel Antônio Luís Alves Pequeno, o segundo, no sobrado de sua residência, numa noite de maio, a Virgem Maria, com música, cânticos, ladainhas.

Quando menos esperavam, desceu a Rua Grande, aos vivas e morras, uma passeata política de seus adversários. Ao se defrontarem com o sobrado, atiraram-lhe, em fúria, foguetões que explodiram, arrebentando vidraças de portas e janelas.

Pretendeu furar, a ponta de faca, o bombo da música dos manifestantes um escravo do chefe insultado, mas, êste, homem de rara prudência, avisado em tempo, mandou desarmá-lo e levá-lo para uma casinha paredes-meias com o sobrado de sua morada. Maltratavam senhores a seus escravos, mas outros, à semelhança do Coronel Antônio Luís, os tratavam com brandura, considerando-os apêndices de suas famílias. Daí rasgos de amizade e dedicação dos pobres cativos.

Às vêzes, tomavam êstes o cognome de seus donos. Sei que um escravo do Coronel Antônio Luís, de nome João, se correspondia com um do Senador Pompeu, em Fortaleza, por cartas sobrescritas com os sobrenomes de Alves Pequeno e Pompeu de Sousa Brasil.

Na República, desapareceram liberais e conservadores, com os matizes que os caracterizavam em nossa Província, substituídos por aciolistas e maloqueiros. Assim chamados aquêles por seguirem o partido do Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, um dos mais poderosos chefes políticos nas três décadas que sucederam à queda da Monarquia. Aos grupos oposicionistas, sob a direção de mais de um chefe, aplicava-se, indiferentemente, o nome de maloqueiros.

Voltemos às boticas de outrora. Acabou José Antônio por passar sua botica a seu sobrinho José Alves de Figueiredo, inda hoje vivo.

Nessa botica que foi, por muito tempo, notável centro social do Crato, na calçada, à tarde, ou dentro de casa, do lado de fora do balcão, no resto do dia, jogavam gamão e mão-no-saco, desde os fins do século XIX até, mais ou menos, a segunda década do atual.

Animadíssimas, em certas ocasiões, as partidas de gamão, assistidas por perus que opinavam a favor dêste ou daquele lance, ou contra, louvando-os ou criticando-os com tal ardor que pareciam êles os próprios jogadores.

No mão-no-saco botavam em saquinho tôdas as pedras da víspora, do número 1 ao 90, o pai do saco.

Apresentava aos outros a bôca do saco um dos parceiros do jôgo. Cada qual metia nêle a mão direita, mergulhava-a entre as pedras, remexendo-as, escolhia uma que trazia na mão fechada para que a não vissem os companheiros.

Ganhava aquêle que tinha a maior pedra. Mas, nem sempre corria, assim, singelamente, o jôgo. Dois ou mais jogadores apostavam, envidavam, em meio à curiosidade dos presentes. Às vêzes, abandonava a partida aquêle que possuía a maior pedra. Vencia o mais audaz.

Enquanto jogavam, o boticário conversava, atendia a fregueses, despachava receitas. Relembremos outros costumes de antanho: nas reuniões familiares, em dias de casamento e batizado, dançava-se até alta madrugada, pegando-se, às vêzes, como se costuma dizer, o sol com a mão.

As danças resumiam-se em quadrilhas, lanceiros, que eram uma espécie de quadrilha com música própria, valsas, polcas, mazurcas. Passaram mazurcas, polcas, lanceiros e quadrilhas, mas sobreviveu a valsa, que é dançada, agora, ao lado do fox, bolero, xaxado, o qual é vocábulo onomatopaico, por imitar o som do arrastar dos pés dos dançadores.

Já que estamos em veia de reminiscências, vejamos como se alimentavam nossos antepassados, algumas décadas atrás.

Almoçava-se cedo, às 9 horas da manhã, jantava-se às 3 horas da tarde e ceava-se à noitinha.

Excelentes cozinheiras e doceiras nossas avós. Deliciosos os bolos de mandioca, bons-bocados, pudins que elas faziam com singular mestria.

Com as mães, com as negras da casa aprendiam a arte de cozinhar, não em escolas. Hoje, em cursos especializados, ensina-se às meninas fazer bolos, muito bonitos, coloridos, que dizem bolos artísticos, mas como estão longe em sabor dos preparados por suas antepassadas! Não sabemos por que preferem agradar a vista ao paladar.

* * *

Era inferior o nível intelectual da sociedade cratense naquele alongado ano de 1853. Em nosso município, na sede ou fora dela cantavam o abc e a tabuada sentados em bancos de pau-d'arco ou em cadeiras de couro meninos e meninas em poucas escolas públicas e particulares.

Só vinte e dois anos depois viria o ensino secundário administrado pelo Seminário São José, construído em nossa cidade pelo benemérito D. Luís Antônio dos Santos. A êsse instituto, em 25 de maio de

1919, seguiu-se outro, o Curso Secundário do Crato, de vida mui efêmera, criado pelo Presidente João Tomé de Sabóia e Silva. Em visita ao Crato prometeu João Tomé fundar o Curso e como gostava de cumprir a palavra dada, instituiu-o quando regressou a Fortaleza. Fechou-o seu sucessor por motivo de economia!

Deve ser considerado o nosso Seminário o primeiro marco do ensino secundário no Cariri, ou melhor, numa vasta extensão do interior de vários Estados do Nordeste brasileiro. Antes dêle, porém, mestres houve que entre nós ensinavam regras de gramática latina pelo compêndio do Padre Pereira, traduziam, correntemente, os clássicos latinos, tais como Vergílio, Horácio, Tito Lívio, Fedro, poetas, historiadores, fabulistas e os faziam conhecidos de seus alunos.

Nos dias que vivemos, relega-se para plano subalterno o estudo do grego e do latim. Para que, dizem, perder-se tempo com línguas mortas, faladas por povos que passaram para sempre? Aprenda-se o francês, sobretudo o inglês, que é língua comercial, afirmam com imensa convicção.

É verdade que no segundo Império, no regime escolar de bolos de palmatórias, e com o estudo dessas duas línguas clássicas, formaram-se os nossos maiores estadistas, os que nos dilataram as fronteiras e nos encaminharam para gloriosos destinos.

Quem viesse ao Crato na época de sua ereção em cidade, julgaria, sem dúvida, lastimável a média da instrução pública, entre nós. Mas, naqueles dias já tão longínquos, realçavam nomes de homens que se, agora, voltassem à Terra, haveriam de honrar-nos, intelectualmente. Citem-se João Brígido dos Santos e Fenelon Bomílcar da Cunha, advogados, deputados provinciais, primorosos jornalistas. Mudaram-se para Fortaleza por ser estreito o meio em que agiam e precisarem de cuidar melhor da educação de suas famílias.

Antigamente, eram os sertões quase bárbaros. À orla do Atlântico, em sua grande maioria, floresciam as capitais das Províncias, lugares de civilização e confôrto, em contacto mais direto com a Europa de onde nos vinham pelos paquêtes livros de ciência e de arte, jornais e revistas, objetos de utilidade e de luxo, costumes e modas, segundo as quais nos vestíamos e ornávamos nossas casas.

Veio à luz no Crato, Fenelon Bomílcar. Quanto a João Brígido, conviveu conosco quinze anos, ensinando, advogando, dirigindo o semanário "O Araripe", por êle fundado, em que defendeu com o chiste e a veemência que lhe eram habituais os interêsses do Partido Liberal a que pertencia e, também, os da região caririense onde passou talvez, os melhores dias de vida porque os de sua mocidade.

Ao despedir-se do Cariri, em 25 de fevereiro de 1865, garantiu João Brígido em "O Araripe": "Em tôda parte seus interêsses me serão tão caros como os meus próprios e se puder fazer um favor,

um benefício a um filho do Cariri, nunca recusarei, seja qual fôr sua côr política."

Não se esqueceu de lembrar que, como escritor, enquanto estêve no Crato, procurou "reabilitar o Cariri das torpezas de alguns de seus filhos, fazendo a história gloriosa de seus feitos, dando-lhe direito às atenções do resto do Império".

* * *

Lamentável, inegàvelmente, o aspecto moral da sociedade cratense, há dez décadas passadas. A acreditarmos, como devemos acreditar, em Gardner, homem veraz e sisudo, era o Crato, aí pelos anos de 1838 e 39, "esconderijo de assassinos e vagabundos de tôda a espécie", em cujas ruas passeavam "criminosos de morte, livremente, à luz do dia".

Amavam os habitantes do Crato "o jôgo de cartas, sua ocupação principal", na frase de Gardner. "Durante o dia, quando faz bom tempo, escreveu o botânico inglês, vêem-se grupos de tôdas as classes, desde os que se chamam gente boa até os de ínfima condição social, sentados nos passeios à sombra das casas, profundamente absorvidos no jôgo. Os mais respeitáveis jogam patacões de prata, os pobres jogam moedas de cobre ou usam grãos de feijão como tentos. Levantam-se freqüentes brigas que, muitas vêzes, se resolvem a ponta de faca."

Acrescentou que "homens da melhor classe social, poucos anos depois de casados, separavam-se de suas mulheres, despediam-nas de casa e as substituíam por môças complacentes que com êles conviviam sem se prenderem por vínculos de matrimônio". Ajuntou, ainda, que isso não admiraria se se considerasse o modo de vida do clero local. Êle o pinta de tal forma que, involuntàriamente, nos vem ao espírito a figura do Padre Manuel da Nóbrega, o Apóstolo do Brasil, a verberar em 1551 os hábitos dos clérigos pernambucanos, os quais "tinham mais ofício de demônios que de clérigos", no julgar do grande jesuíta.

É desolador o quadro descrito pelo viajante inglês em 1838, mas devemos registrar que daquela data em diante evolveu o Crato, aperfeiçoando-se moralmente.

Dentro de alguns anos acabaram os jogos de baralho nas calçadas, no lado da sombra, e as rixas que, não raro, desfechavam em sangue.

Continuaram a jogar, é certo, não nos passeios das ruas, mas dentro de casa, à noitinha, ou aos domingos durante o dia.

Preferiam as classes abastadas o voltarete, a manilha, a espadilha.

Modificou, a fundo, o moral da sociedade a imigração de famílias, especialmente do Icó.

Enfim, concorreu a criação do Bispado do Ceará para o desaparecimento de muitas irregularidades e abusos de Vigários e fiéis.

Reformou D. Luís Antônio dos Santos o seu clero, disciplinando-o, instruindo-o melhor em Seminários por êle fundados, imprimindo-lhe pureza à vida e à do rebanho que apascentava.

Em repetidas viagens pastorais, a cavalo, longas de centenas de quilômetros, predicando e doutrinando, exposto às chuvas e às soalheiras, sacrificou o bom e eminente prelado saúde e confôrto, em bem da religião e salvação das almas.

Mau grado a dissolução de costumes, acima referida, primou, sempre, o povo do Crato, ou antes, do Cariri, em demonstrações de religiosidade.

Gostava de missas cantadas, procissões, novenas arrojadas, *te-deum*. Festivos os dias em que demoravam os visitadores trienais nas paróquias que visitavam em nome do Bispo de Pernambuco.

Carregaram em uma rêde, em ombros de homens, guiados por José Ferreira da Conceição, padrinho de batismo de Dona Quinou, mãe do Padre Cícero Romão Batista, a imagem de N. S. da Penha, padroeira do Crato, desde o Recife até aqui.

Ainda hoje, no mês de setembro, vemo-la atravessar em andor nossas ruas, em meio à devoção do povo que acompanha o préstito ou assiste à sua passagem, aglomerado nas calçadas da cidade, postado às portas e janelas de suas casas.

Desde os princípios da Matriz do Crato, três imagens houve de N. S. da Penha: a primeira, dizem, da era da catequese dos índios, sôbre a qual correm lendas, a segunda, aquela a que há pouco nos referimos, e a terceira a que está no altar-mor da Sé, adquirida por D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva.

Há alguns anos desapareceu a mais antiga das estátuas, mas, em 29 de abril de 1951, restituiu-a ao culto o velho sacristão Zacarias Luiz Arnaud, que a retirara da igreja durante obras de reconstrução e a guardara em casa, carinhosamente.

Acolheu-a o povo com entusiasmo e devoção a beijar-lhe os pés, a rogar-lhe felicidades. Chamavam-na, inda a chamam, Mãe do Belo Amor.

Vimo-la na Sé do Crato, de madeira, de uns dois palmos de altura, de olhos azuis, segurando com o braço e mão direita o Menino Deus, de olhos também azuis, a agarrar com as duas mãos a gola do casaco de Nossa Senhora, puxando-a para si."

IRINEU PINHEIRO.

(Excerto de *Cidade do Crato*, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Rio, 1955.)

FEIRA — RETRATO ECONÔMICO DO CRATO

Felizmente escasseiam hoje as pessoas que pensam em extinguir as feiras semanais de Crato, pelo simples fato de não existirem antigamente, em cidades mais adiantadas. As feiras-livres das capitais, com sua natural azáfama, com amontoado de frutas e de gêneros alimentícios e com muito desleixo até, fizeram o milagre de habituar o grã-finismo cratense com as tradicionais e sugestivas reuniões de sertanejos, em dias de segunda. Não são elas livres como as que se realizam atualmente nos grandes centros urbanos. Há impostos, tanto da Prefeitura como do Estado. Não deixam, porém, é de ser a venda direta do produtor ao consumidor; quando há intermediário, é seu lucro muito diminuto.

É a feira de Crato o retrato econômico do município e até mesmo de tôda a região. Há outras igualmente importantes, na interlândia nordestina, podendo, às vêzes, superá-las em volume de negócios, mas nenhuma a sobrepuja em pitoresco, variedade de produtos, ou objetos interessantes expostos à venda. Milhares e milhares de pessoas, de paragens diversas e centenas de veículos enchem as ruas citadinas, naquele dia movimentadíssimo, quando se realizam transações comerciais que, de muito, superam a casa dos milhões. Mas, nem só de venda e de compras diversas se alimenta a feira de Crato. É ponto de reunião indispensável do homem dos campos, que deixa até de revolver o solo, ou de trabalhar na farinhada e na moagem, para atender, sem falta, ao encontro marcado na segunda-feira.

Para darmos mais viva impressão do que é aquêle aglomerado multiforme de sertanejos e até mesmo de elegantes filhos do Crato, de cidades vizinhas e mesmo das capitais, vamos percorrer, de relance, ruas e praças onde se derramam cereais, frutas, mercadorias variadíssimas e onde se acumulam veículos de todos os recantos nordestinos. Comecemos pela Bárbara de Alencar, bem perto do prédio dos Correios e Telégrafos. Em frente à residência do Dr. Macário de Brito, debaixo do frondoso Benjamin, instala-se café ao ar livre em mesa coberta de toalha de pano ordinário, onde não faltam bolos de milho, pão e chícaras de café. O freguês apressado ali mata a fome, mais barato do que em bares e restaurantes citadinos. A mulherzinha, no fim do dia, tem o apurado garantido para muitas despesas da semana. Logo na esquina, em direção do centro, alinham-se cangalhas e cadeiras ditas de Bodocó, mas, feitas em Ouricuri, no vizinho Estado de Pernambuco. Bornais da mesma procedência não faltam no mesmo local. O comboieiro e o sitiante encontram ali a cangalha de albardão ou de palha de carnaúba para o burro e o jerico. A casa do pobre pode mobiliar-se, com pouco dinheiro, com aquelas cadeiras de assento de sola e que abrem e fecham fàcilmente, por dispositivo especial.

Mais adiante, em pequenas banquinhas, mulheres vendem azeite de côco-babaçu, macaúba, mamona ou de piqui. É fabricado o óleo em indústria doméstica dos brejos e dos pés-de-serra. Serve para condimento, lubrificante, clarificante de rapadura e o azeite de mamona crua é o conhecido e repugnante purgativo óleo-de-rícino, pesadelo da criançada em indigestão. Vassouras de palha de carnaúba, com matéri-prima retirada dos carnaubais entre Juàzeiro e Missão Velha, são expostas à venda, como também abanos, urupemas e chapéus de palha, da mesma procedência. Aqui e ali o grito do vendedor de quebra-queixo, produto juazeirense, feito de côco e às vêzes recheado de castanha assada de caju. Até pouco tempo, havia um dêles que enchia a rua com esta estrofe, verdadeiro chamariz de fregueses:

"Quebra-queixo da Bahia,
Quem tem dinheiro compra,
Quem não tem espia."

Meninos irrequietos acercam-se das bancas, trocando seus cruzeiros por aquela guloseima, contìnuamente exposta à irreverência do mosqueiro e da poeira vinda de todos os recantos. Há outros petiscos atraentes — tijolos de abacaxi, de coroa de frade, cunca de umbuzeiro, cascas de laranjas, buriti, fruta-pão e banana, feitos com rapadura ou açúcar branco.

Antes da Bárbara de Alencar confluir com a Senador Pompeu, alinham-se sucessivas vendas de artefatos de couro, a maioria procedente da vizinha cidade de Juàzeiro do Norte. É mercadoria feita tôscamente para ser vendida barata à população mais pobre e à qual se dá o nome de carregação. No meio de tôdas atrai o transeunte, pelo bom acabamento do material, a banca do Sr. Dimas Lucas de Sousa que tem sua oficina no centro urbano. No cruzamento da Bárbara de Alencar com a Senador Pompeu e noutros recantos da feira, garapeiros gritam chamando fregueses para seus refrescos gelados, das mais variadas côres e ao preço de 50 centavos o copo. Creio que variam apenas na côr e o próprio abacaxi que entra na composição, está, naqueles diversos depósitos, em doses verdadeiramente homeopáticas. A venda de garapa, como era outrora chamado qualquer refresco, é velha em Crato. No tempo em que se amarrava cachorro com lingüiça e nem se falava ainda em gêlo no interior, o veterano da guerra do Paraguai — Joaquim Farinha Sêca, vendia cada copo de uma sua beberagem, a vinte réis, um vintém, gritando de vez em quando a atrair a freguesia: "Abacaxi tamarinado!" É escusado dizer que a garapa do herói que se celebrizou em Crato, pelas potocas sôbre a guerra do Lopes, era adoçada com a rapadura fixe e de doce fino do Cariri.

Nas bancas de sal de cozinha, procedente dos depósitos locais das salinas fortalezenses, arroz pilado, café em grão, açúcar e sabão em barras ou recortado, fabricado em usinas de Crato, Senador Pompeu, Iguatu ou na capital cearense. Em lugares diversos, meninos e mulheres vendem fósforo e às vêzes agulhas e grampos de cabelos. Tudo é meio de vida, por mais modesto que seja. No fim do dia há dinheiro, embora pouco, mas que serve para a ajuda nas despesas caseiras, principalmente agora nos tempos bicudos que correm.

Ainda na Bárbara de Alencar, encontramos malas e malotas amontoadas. Ao aproximar-me do vendedor para colhêr os dados dêste trabalho, notei logo sua aflição. Julgou tratar-se de fiscal, como me explicou depois, e que quisesse arrancar impostos excessivos, daquele precário negócio. Conhecido meu falou-me:

— Que está fazendo aqui, "seu" Zèzinho?

O primeiro a quem me dirigi criou alma nova em saber que não se tratava de gente do fisco.

Naquele local há feira bem sinistra — a dos fazedores de morte. Facas de ponta, peixeiras e punhais, desde o minúsculo para o ndôrno e limpeza das unhas, ao de maior proporção que só ficará bem em cintura de assassinos. São sempre mercadores de Juàzeiro, que percorrem tôdas as feiras do Cariri. A quem encomenda, trazem rebenques com punhaizinhos bem escondidos e presos ao cabo.

Depois da Rua João Pessoa, começam a aparecer joalheiros, com adereços diversos. No cruzamento das ruas, vendedores de óleo para cabelos expõem seu produto com a mais variável coloração e sempre com o cheiro aborrecido de essências baratas, mas que impressionam, de modo diferente, a pituitárias mal-educadas. Pode a gente dar ali encontrão numa pipoqueira, instalada sôbre rodas e empurrada pelo vendedor que não se cansa de chamar a freguesia, com cantorias e com palavras elogiosas ao produto.

Na parte compreendida entre a João Pessoa e a Santos Dumont, estacionam bancas quase infindáveis de burudangueiros, com sortimento variado de miçangas e protegidas contra o sol com tôldo de lona ou de fazenda menos espêssa. Vendem espelhos, pó-de-arroz, talco, ruge, batom, quadros, broches e muitas bugigangas. A mocinha do mato não falta ali a fim de comprar a novidade da moda.

Mais acolá, alguém expõe sortimento de peneiras de flandres de todos os tamanhos. O vaivém dos transeuntes é ininterrupto. De vez em quando, o encontro com conhecido:

— Como vai, compadre? Como deixou a obrigação?

Ou então:

— Que alma se salvou hoje? Você aqui? Tá chovido lá?

E encontram-se negociantes para o início de transação. Velhas mexeriqueiras a contar as novidades de seus pés-de-serras ou distritos. Pâssa a mocinha cheia de arrebiques, de alpercatas e de mangas bem curtas a querer imitar a citadina com seus requebros. O rapaz e a môça não são os tímidos de outrora. Dizem gracejos um ao outro, acompanhados de tapinhas e pegado de mãos. Mas, o encontrão do carregador, com saco, volume ou caçuá à cabeça, não deixa o colóquio durar muito na rua movimentada. Passa êle gritando para abrir caminho.

— Óia a mala! Óia a mala!

Diálogos carinhosos são assim interrompidos ou transferidos para zonas de menor vaivém.

À Rua João Pessoa, o raizeiro expõe suas meizinhas. É o remédio do mato como a batata-de-teú, velame, cabacinha, ipeca, ou mesmo o importado, a exemplo da sena, maná, nós-moscada, bolinha de naftalina, ao lado de urucu para corar comida, anil ou temperos diversos. Mocinha modesta vende cachorrinhos de enfeites, feitos de pluma de barriguda. É bela manifestação de arte popular já um tanto evoluída. Há bonecas de pano, erectas, feiosas e muito mais apreciadas pelas meninas do que a mais bonita e bem confeccionada, oriunda da velha Europa ou do Japão milenar. O mesmo sucede com o pimpolho do sexo masculino, que prefere o cavalo de barro horrível ou o macaco de madeira, acionado por engrenagem de cordão e taliscas, do que o mais moderno brinquedo vindo da rica e variada indústria de São Paulo ou Rio.

Já nas imediações da Santos Dumont, começam a aparecer as bancas de roupas feitas, tanto para crianças como para gente grande de ambos os sexos. São calças de carregação, *slacks*, blusas, saias e camisas de côres variadas. Beiradeiro pode ali vestir-se, dos pés à cabeça, com o menor gasto de tempo possível. Procedem de costureiros de Juàzeiro do Norte e até de Cajàzeiras, na Paraíba. Por que não são costurados em Crato mesmo? Preguiça do povo?

Procurei pesquisar as raízes dessa falta de comparecimento do cratense ao comércio de feitio de roupas, em sua própria terra e em uma das feiras mais concorridas do Nordeste. Avultam os profissionais da máquina de costura no centro e nos subúrbios de Crato. Tem a cidade evoluído quase que vertiginosamente nos últimos anos.

Realizam-se festas, de quando em quando. No *atelier* da freguesia rica, da mesma forma que nos modestos bairros e nas alfaiatarias da cidade, não há nem tempo de se atender a freguesia da própria casa. Quem quiser vestido ou roupa em costureira e alfaiate, tem que entrar na fila. Por isso, não há tempo para a confecção de roupas feitas, nem para lojas e muito menos para a feira semanal.

Os vendedores de fumo estacionam à Rua Santos Dumont, em frente ao Bar Ideal.

São rolos de variadas espessuras e oriundos das mais diversas

paragens sertanejas. Há fumo de boa qualidade e pecaios do mais ínfimo quilate. O Sovaco é dos melhores.

Araripina, Cana-Brava, no Quixará, Caririaçu e até a longínqua Alagoas são os abastecedores de fumo da feira de Crato. Há plantadores do Município também. Para não se gastarem fósforos com o fumante, há em cada banca, corda de caroá a arder continuamente numa das pontas. É verdadeiro fogo de monturo que nunca se apaga. Ali o cachimbeiro que pode comprar o cachimbo na esquina próxima, fumador de cigarro manso, ou do brabo feito de mortalha, ou de palha de milho, confeccionados no local com o canivete ou peixeira, pode experimentar o fumo acendendo-o na ponta da corda que arde ininterruptamente. Há vendedores de fumo desfiado e cortado, noutros locais da feira.

Bem perto fica a venda dos peixes. São sêcos, quase sempre. Piaus, curimatãs, traíras dos açudes próximos e surubins, meio avermelhados, do S. Francisco. Depois rumas de cêstas e caçuás se sucedem, à espera dos atacadistas de frutas, mais de baixo. Amontoam-se mesmo no chão, tranças de alhos e de cebolas, vindas das Guaribas, Santana do Cariri e Salgueiro, no Estado de Pernambuco. Amendoim em sacos são oferecidos aos transeuntes com seu nome abrasileirado de mondubim. Descem das serras e dos pés-de-serras, num belo convite ao homem para cultivá-lo, em escala avultada, pois suas perspectivas para o futuro são das mais promissoras.

Aqui e ali, coisa bizarra para olhares de estranhos ao meio. Rosários compridos de côco de catolé ou babão, confeccionados pelas moradoras dos sítios caririenses e muito cobiçados pela meninada. Há vendilhões de louça de barro, de Picos, no Piauí, quase tão alvinha quanto louça verdadeira.

Banquinhas de flôres artificiais e de toalhinhas e outros enfeites domésticos, baratos e inestéticos.

Já na confluência da José de Alencar, em frente ao Cine Moderno, instala-se a feira dos passarinhos, delícia de muitas crianças e de muitos adultos também. São graúnas do Jaguaribe, coleiro e pintassilgos do Cariri, cabeças-vermelhas, cancão e sofreus. De quando em vez, pássaro mais raro, a preços exorbitantes: patativa azul ou sabiá. O número de canários pé-duro é avultado. Às vêzes, até pode sobressair-se, não como ave canora mas como brigador de primeira. Gaiolas de todos os feitios encarceram os mimosos passarinhos e outras se acumulam sem hóspedes, para a venda. Há até gaiolas tipo viveiro e o melhor de tudo é que a fabricação continua, enquanto dura a feira, para que o tempo seja bem aproveitado. A feira não continua pela José de Alencar. É ponto natural de estacionamento de jipes, camionetas e carros, todos particulares cujos donos hospedam-se no Grande Hotel.

Tem a feira de Crato sua história e tradição. Foi teatro de arruaças múltiplas em tempos passados, quando cabras arrelientos se engalfinhavam com o soldado armado com seu rabo de galo e mesmo com outros cabras de patrões rivais. Hoje só é perturbada ligeiramente, quando se descobre algum ladrão a furtar, em banca ou em bôlsos alheios. O gatuno corre no meio da multidão. E de todos os recantos ouve-se o grito:

— Pega o ladrão! Pega o ladrão!

Se o ladrão fôr bêsta, fica aturdido e vai abrecado na certa, mas se fôr experiente, dobra a primeira esquina e calmamente se confunde com os inúmeros transeuntes.

A origem da feira de Crato perde-se na noite do tempo. A verdade é que nos veio de Portugal, como tôdas as feiras nordestinas. No século presente, parece que só foi interrompida, por algum tempo, durante a revolta de Juàzeiro contra o govêrno do cel. Marcos Franco Rabelo, em 1914, e por ocasião da epidemia da Bailarina, em 1918. Na inauguração do trem, em Crato, no ano de 1926, todo o comércio fechou, mas, a reunião semanal continuou, com seus burundangueiros, raizeiros, vendedores de frutas e de cereais e tudo que lhe dá movimento e colorido bem característico da terra caririense. Durante a peste bubônica, em 1936, diminuiu muito, porém, não perdeu o ritmo de regularidade. Entretanto, já foi antecipada. Ninguém acreditava que desse certo e até houve movimento para impedi-la. A eleição para Presidente da República, em 1955, caiu em segunda-feira. A Câmara de Vereadores e o prefeito Dr. Ossian de Alencar Araripe anteciparam a feira para o domingo, 2 de outubro, véspera do pleito eleitoral. No dia aprazado, quase ninguém a diferenciava de dia comum de feira, com seu movimento e seu zumzum que se ouve de longe, quando se unem, em zoada comum, o vozerio do povo, o grito dos vendedores e *camelots*, os inúmeros alto-falantes, orquestras das casas comerciais e o buzinar constante dos jipes, carros de passeio, motociclos, bicicletas, caminhões e ônibus.

Agora, percorramos a Praça Siqueira Campos e desçamos pela Rua João Pessoa. É a artéria mais comercial da cidade e das mais bonitas também. Deparamo-nos logo com a feira da farinha. Sacos e mais sacos amontoam-se, enquanto outros estão de pé e abertos, à vista do freguês, mostrando-lhe a qualidade do produto. Há a bem torrada e alvinha, fabricada em Tabocas, no Exu ou no município de Araripina. Chega-nos também de Araripe, no lado cearense da serra de igual nome. A procedente dos pés-de-serras caririenses não é tão boa como a de cima do chapadão. Retiram-lhe grande quantidade de goma e mesmo os tubérculos da mandioca não têm a riqueza e a exuberância dos que são arrancados no Araripe. Sua cotação, portanto, é inferior no mercado, apesar de muitas vêzes proceder de

aviamento mais asseado. Aliás o preço da farinha, em 1955, nada tem de compensador, mesmo quando é da melhor qualidade. Quase não dá nem para pagar as despesas com o fabrico do alimento que é das principais rações cotidianas do sertanejo. Muitos antevêem até colapso da produção, na serra do Araripe, após muitos anos de prosperidade, quando a maioria dos aviamentos passou até a motorizar-se.

Vacilava o preço da farinha, em 1955, entre Cr$ 100,00 a Cr$ 120,00 a quarta. Na feira há produto inferior destinado à ração de animais. Só em tempos de sêca periódica é consumida pelo caboclo. A goma de mandioca estava então a Cr$ 5,00 o litro. Situa-se a feira da farinha entre as melhores casas de tecido da cidade. Há até campanha de muitos comerciantes que querem transferi-la para outro local. Alegam que a goma que se desprende, em partículas tenuíssimas, durante a medição da farinha, dissemina-se por prateleiras, tecidos e vitrinas. Outros temem que a retirada de produto tão procurado, daquele trecho, venha a prejudicar sèriamente as transações comerciais de suas lojas de fazenda.

Depois das sacarias de farinha, que ocupam grande parte da João Pessoa, sucede-se a secção do arroz, vindo em sua maioria do Maranhão. Só nos anos bons de inverno podem o Vale dos Carás e o Município de Várzea Alegre suprir normalmente o mercado caririense. O arroz de origem local está muito misturado de caroços vermelhos e brancos.

Entre o edifício Antônio Luís e a Praça 3 de Maio, fica o mercado do feijão. Está aos montículos e ensacado. São ali despejados por caminhões de várias procedências, ou de costas de burros e jericos. Chega-nos do município, de Pernambuco e da Paraíba, Assaré e Santana do Cariri. O grosso do feijão é o de corda, o mulatinho, em 1955, chegou a dar Cr$ 20,00 o litro, em praça como a de Crato que teve sempre abundância do mesmo, pois, é alimento indispensável na casa do mais abastado.

Se Crato tivesse algum título do ponto de vista econômico, deveria chamar-se a cidade dos armazéns, porque superabundam, superlotados, principalmente às vizinhanças da gare da RVC e da estação rodoviária. São armazenistas que quase sempre compram, em grosso, o feijão que escapa do retalho, na feira. O milho é vendido no mesmo trecho e estava em baixa cotação ao excesso da safra passada e à sensível falta de transporte na estrada de ferro.

À Praça 3 de Maio há pouca coisa exposta à venda. Apenas cadeiras tipo vime, feitas de caruá e agave, em frente ao prédio da agência do Banco do Brasil. São muito bem acabadas por artífices locais, que aprenderam a trabalhar quase por conta própria.

No mesmo logradouro e por tôda a extensão das Ruas Monsenhor Esmeraldo, Cel. Luís Teixeira e parte da Senador Pompeu, en-

contram-se, às segundas-feiras, dezenas e mais dezenas de veículos das mais diversas localidades. Caminhões de Picos, Pesqueira, Baixio, S. Paulo, Russas, Juàzeiro do Norte, Exu, Araripina, Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Fortaleza. Jipes e carros de aluguel das vizinhas cidades, da capital cearense, do Recife e do Piauí. Os emplacados em Crato costumam estacionar à Praça Siqueira Campos e, quando é auto de carga, defronte ao Pôrto Regente, à Rua José Carvalho.

Está a cerâmica quase que concentrada à Rua João Pessoa, nas proximidades da Fábrica Aliança. São quartinhas ou moringas, potes, pratos, jarros e até vasos de quarto, feitos em Crato, com barro trazido de fora. De Juàzeiro há jarros de diversos tamanhos e modelos, apropriados para enfeite de jardins. Há brinquedos de crianças, cavalos, bois e às vêzes cerâmica de ornamentação, tão bem trabalhadas como as de Caruaru. Canos de manilhas são oriundos da Cerâmica Elba, fábrica mecanizada, instalada em plenos brejos de Crato.

Nas vizinhanças da Pensão Familiar, à Rua Cel. Luís Teixeira, há venda de carne sêca de bode, dos Inhamuns, carne de porco e de gado, do Rio Grande do Norte. Não faltam nem mesmo avoantes tratadas, caçadas em pombais de Iguatu, Campos Sales ou Piauí.

Não raras vêzes, nos deparamos com vendedores de versos matutos, editados em Juàzeiro, Rio Grande do Norte e Bahia. São livrinhos impressos comumente com tipos defeituosos e muito mal revistos. Contam histórias de casos passados nos sertões ou que nos vieram da Europa, através da Península Ibérica, e que ficaram permanentemente vinculados ao folclore sertanejo. Na capa há sempre xilogravura que, algumas vêzes, não deixam de denunciar bom artista, ou então clichês de estrêlas cinematográficas. Representam estas, as heroínas decantadas nos versinhos. Não falta o livrinho de loas ao Padrim Cícero, que traz na capa a sua figura de pé, a empunhar o indispensável bastão. Ao findar do ano para a entrada do outro, é infalível a profecia impressa sôbre o próximo inverno, de autoria do profeta da moda. Outrora foi o de Canhotinho e hoje é do profeta de Aracati. Aparece até, em certas ocasiões, o malandro desempenado que faz a propaganda dos versinhos, cantando em alta voz para os feirantes e sapateando ao ritmo do galope, do martelo ou do baião:

"Havia em uma cidade
Um homem de muita riqueza
Bem perto dêle morava
Um pobre por natureza
Tanto tinha um de rico
Como o outro de pobreza.

Êsse homem era rico
Senhor de muitos milhões
Determinava a cidade
Em muitas repartições
Afinal satisfazia
Tôdas as suas paixões."

Depois cessa de cantar e oferece o livro "História de Zèzinho e Mariquinha" aos curiosos que dêle se acercam. A polícia, nestes casos, bate em cima, cala o malandro para assim impedir a aglomeração que perturba a boa marcha da feira.

Outro elemento indispensável à segunda-feira é o fotógrafo ambulante. Faz sua exposição de caras horríveis, em pano prêto pregado à parede. Mocinhas sorridentes, de lábios vermelhos, de batom barato, ou rapazes mais acanhados, de *slacks*, sentam-se em frente à máquina fotográfica e colocam-se em posição aconselhada pelo fotógrafo. O retrato é instantâneo. Num abrir e fechar de olhos é entregue. Parece com tudo no mundo menos com o retratado. Mas o defeito não é do artista. O que se pode fazer de bom com fotografia copiada diretamente do positivo?

Na feira há diversões. É o cosmorama a 50 centavos a olhadela, com vistas de santos e de cidades. Até já estêve nela o Zepelin que é espécie de feira de amostras ambulante com casos de animais fenomenais, de 6 e 8 pernas, ou bonecas a imitar Marta Rocha, a 3 cruzeiros a entrada e tudo instalado em caminhão com carroceria fechada a formar pequena sala.

À Rua Santos Dumont, no lugar onde há a feira cotidiana de Crato, estende-se a venda de frutas. Quando em maior quantidade amontoam-se em pilhas enormes pelo chão. São laranjas do Baixio, da Mata e do município de Barro. Bananas dos sítios, prata, anã, maçã ou sapo. Aparecem verdes, em caçuás, para a venda aos centos, ou maduras, em cima das bancas. Às vêzes, caminhões descarregam cargas de laranjas, chegadas diretamente da Bahia e de Caruaru. O abacaxi vem da serra do Araripe, de Raimundo Marinheiro e doutros lavradores, em caminhões. Há abacate, mangas, atas, piqui, macaúbas, limas, jacas, mamão, caju, côco, frutas silvestres da serra como mangaba, cajuí, tudo isso de acôrdo com o tempo apropriado da safra. Na mesma secção há feijão verde, de sêca e de inverno, milho verde, jerimum, batata-doce e verduras diversas. Ali não falta a mãe de família com a empregada a sobraçar a cêsta, para o suprimento da semana. Depois do inverno, caminhões chegam recheados de melancia do Piauí. Noutro recanto, vendem-se galinhas, capões, ovos, perus. O comprador de fora adquire caçuá, balaio ou cêstas, compra frutas,

embalando-as e pode despachá-las para qualquer ponto da via férrea, pelo misto de têrça-feira. Caminhões e ônibus não faltam à tardinha da segunda, para qualquer parte.

Na feira se vende mel de abelha jandaíra, uruçu, de abelha italiana, ainda em favos amarelos-claros.

Autos de carga e camionetas, carregados de louças, utensílios domésticos, quadros e espelhos, tudo de boa qualidade, oriundos de Caruaru e Fortaleza, estão agora percorrendo as principais feiras nordestinas. Em Crato, arranjam os negociantes ambulantes os seus lugares e expõem a mercadoria, logo procurada por inúmeros fregueses.

A rapadura como produto principal da terra não poderia faltar na feira. São elas vendidas à Rua Senador Pompeu, em frente ao Cariri Esporte Clube, desde a prata fina do Farias e do Belmonte, até o produto feito da bôrra, chamada de cachaça, destinada à ração de animais, em épocas de bom inverno e utilizada como alimento humano, em tempos de calamidade climática. São vendidas de uma a uma, em retalho, ou aos centos, principalmente a compradores de fora. Muitos preferem vender batidas, que são rapaduras temperadas e que dão melhor preço.

A feira é o mundo sertanejo em miniatura. Tôdas as raças e sub-raças, que formam o tipo brasileiro, desfilam pelas ruas sem constrangimento. O vaqueiro pode andar de gibão sem chamar a atenção de quem quer que seja. Irmão do Santíssimo tira esmolas de opa, bôlsa e guarda-sol encarnado. Há miséria física e moral. O esmoler esfarrapado estende a mão implorativa ao transeunte. Há o desfile do meretrício, cheio de arrebiques e com decote ousado, infelizmente não muito pior do que muitas mocinhas, à cata de fregueses para o lupanar. Mas há pitoresco e alegria no meio de tanto reboliço. Fazem-se negócios vultosos e a feira é atração permanente para turistas. Não faltam cafés e restaurantes ambulantes, em plena rua, a cozinhar em fogareiros de carvão, vendendo em pratos de ágata, com colheres de arame, arroz, carne cozida, pirão e farofa, a preços acessíveis. Outros, em tabuleiros, expõe filhó, ou malabar, torrado em azeite de côco, panqueca, pão-de-milho, tapioca, bolinhos e até bombons.

Em frente ao Armazém do Povo, à Rua Bárbara de Alencar, estende-se a feira dos queijos. Há de coalho, de manteiga, e de leite de cabra, procedentes da serra do Araripe, de Campos Sales, Exu, Inhamuns, Rio Grande do Norte e Paraíba. Não faltam garrafas de manteiga da terra, bom tempêro para feijão verde e muito apreciada. O creme paraibano para as fábricas de manteiga é sempre presente na feira. Já houve tempo em que chegava, em grande parte, adulterado, merecendo por isso enérgica campanha das autoridades sanitárias.

À Rua Bárbara de Alencar, o flandreiro expõe objetos de fôlhas de flandre, indispensáveis em casa. Aparecem candeeiros de todos os

matizes: alcoviteiras, cujo bôjo é lata de manteiga vazia, outros com lâmpadas elétricas queimadas e faróis de garrafas cortadas. Vêem-se ferragens de Juàzeiro, enxadas, foices, martelos e, noutro local, com chão forrado de estôpa, vendem-se chocalhos de todos os tamanhos.

No outro lado do Granjeiro, em frente ao mercado da carne e do Pôsto Regente, está a feira dos animais. É concorridíssima. Jumentos, éguas, cavalos e burros não faltam ali. Uns já velhos e cansados, com marcas de múltiplas pisaduras. Outros são novos em fôlha. Há verdadeiros profissionais que entendem bem do ofício e possuem tôdas as manhas de autêntico cigano. São peritos em passar animal ruim e comprar o melhor pelo menor preço. A corda para os cabrestos é comprada em frente ao prédio dos Correios, onde muitas são estendidas ao largo da rua. São cordas de caroá, de agave, em rolos volumosos e mesmo cabrestos de cabelo de animal, outrora companheiro inseparável do cavalo de sela esquipador.

Às margens do Granjeiro é onde a cal de Quixará e até de Mossoró é oferecida aos construtores. Dura essa feira de sábado até segunda e no mesmo local a cal virgem é caldeada com a água do riacho que tem o pomposo nome de rio e corta a cidade, ao sopé dos Altos do Seminário e da Matança Velha, mudado, agora para Alto da Independência. Nas proximidades da ponte vizinha à Rua Pedro Segundo, acumula-se o carvão vegetal produzido na serra do Araripe, na zona fora da Floresta Nacional. No Alto da Independência, nas proximidades do curral velho, às sextas-feiras e não às segundas, realiza-se a movimentada feira do gado que atrai compradores de tôdas as localidades caririenses. Chegam-nos as reses a serem abatidas nos matadouros dos Inhamuns, de Pernambuco e do Piauí.

Na feira de Crato artesãs das Ruas dos Cariris, da Misericórdia e do bairro do Seminário vendem suas rêdes, à rua Senador Pompeu, antiga do Fogo. Naqueles bairros pobres, porém, de gente bem trabalhadora, em quase tôda casa há tear de pedal, primitivo ainda, mas que dá o sustento a muitas famílias ou coopera para ajudá-las. Os fios já não são feitos em casa como antigamente e como ainda sucede na região do alto Jaguaribe. São comprados em mercearias de Crato em grande quantidade e procedem de Fortaleza e de Baturité. Até há pouco tempo, era chamado fio da Bahia, de onde nos veio primeiro, antes das fábricas da capital cearense. As rêdes de Crato são de 2 ou 3 panos, com costura unindo-os. Mesmo com a importação de rêdes de fábricas que são expostas na feira também, ainda há muito produto da terra vendido principalmente por mulheres que quase sempre são as suas fabricantes. Constituem as redeiras o mais numeroso artesanato de Crato, presentemente. Na cidade já existe pequena fábrica de rêdes que é embrião promissor de manufatura de maiores proporções.

É a feira de Crato o termômetro que marca os preços dos produtos principais do Cariri para tôda a semana. Há comerciantes que conhecem todos os seus segredos e raramente apanham com emprêgo de capital.

Dura a feira de 6 às 18 horas, mas desde a véspera começam a chegar sacos de cereais que ficam abrigados sob as marquises das casas comerciais do centro. Tem ela alguma coisa da alma do povo. Mesmo quem não tem dinheiro, nem qualquer negócio a tratar, sempre a freqüenta para dedo de prosa com conhecido e como simples divertimento. Está indissolùvelmente arraigada em grande trecho do Nordeste. Dificilmente poderia ser extinta, sem grandes prejuízos para a coletividade.

J. de Figueiredo Filho
Itaytera, Ano 2, n.º 2, Crato, 1956, 90-103.

"MOVIMENTOS POLÍTICO-MILITARES (do Crato)

Afirma José Aurélio Saraiva Câmara, com a sua peculiar segurança, — após assinalar a facilidade de intercurso pela condição de fronteiriço — que "uma corrente imigratória ponderável, ativada pelas seduções de um solo singularmente fértil, haveria de trazer ao Cariri, na bagagem do adventício irrequieto, o espírito turbulento e aventureiro que reponta, incontido, em tôda a sua história."

E prossegue: "Durante uma longa fase da vida cearense o Cariri nos lembra a vibrante imagem de Euclides da Cunha em relação ao Rio Grande: o longo diafragma por onde nos penetra, numa permanente endosmose, o espírito febril da caudilhagem, obrigando-nos por vêzes a colaborar, também, a pontaços de lança, naquelas revoluções crônicas e naquele regime clássico de tropelias..." E arremata José Aurélio: "Pois foi através daquelas revoluções crônicas e daquele regime clássico de tropelias que o Cariri se ligou para sempre ao Ceará com a forte corrente de que foram elos no passado Tristão e Filgueiras e, em nossos dias, o messianismo turbulento e fanático das hordas do padre Cícero..."

Isto pôsto, aberta esta cortina do umbral da história, — para atender a atencioso convite-ordem do eminente mestre e prezado amigo vice-reitor Renato Braga — tentemos ampliá-la, alinhavando rápida resenha dos principais movimentos de natureza político-militar que explodiram na então vila e hoje centenária cidade do Crato — que foi permanente célula ativa, irrequieta nos fastos do Ceará e do

Brasil, como pioneira de todos os empreendimentos edificantes em proveito da civilização, do progresso e do civismo no virente vale dos Cariris Novos, com repercussão direta no interior de quatro províncias — desde as suas turbulentas origens até à sua maturidade de comuna acentuadamente próspera, engastada numa "natureza dadivosa, com características próprias de terra proverbial da fartura nas considerações de um povo faminto e de celeiro tradicional do Ceará".

REPÚBLICA DE 1817

Em sintonia com o movimento que eclodira em Pernambuco, com ressonância em todo o País, explodiu movimento semelhante no Crato, aos 3 de maio de 1817, quando o então diácono José Martiniano de Alencar — aluno do Seminário de Olinda, em cuja escola de liberalismo se educara — empunha o lábaro da República e proclama-a após a celebração do santo sacrifício da missa na igreja de frei Cárlos Maria de Ferrara, no então Quadro da Matriz, atual Praça da Sé.

Vitorioso o empreendimento, segue José Martiniano de Alencar com seu irmão Tristão Gonçalves e outros para Jardim, onde, com o apoio do seu tio, Leonel Pereira de Alencar, reproduz a prematura proclamação proferida antes no Crato.

Como a sua congênere do Recife, desmorona, também, a sedição cratense no dia 11, com a contra-revolução chefiada pelos capitão-mor José Pereira Filgueiras, ten.-cel. Leandro Bezerra Monteiro, juiz ordinário Manuel Joaquim Teles, sargento-mor José Vitoriano Maciel e João Lôbo de Macedo.

Ocupada a vila pelas fôrças vitoriosas, foram presos os irmãos José Martiniano de Alencar e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, padre Carlos José dos Santos e outros partidários do movimento sedicioso, que foram encaminhados, algemados, para Fortaleza.

A heroína d. Bárbara de Alencar e o vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha — que conseguiram fugir para a Paraíba — foram capturados a 3 de junho e, por igual, conduzidos a Fortaleza, dali para o Recife e a seguir para Salvador, onde foram encarcerados os 25 adeptos da patriótica aventura independentista e republicana do Crato. Mais tarde, aos 10 de fevereiro de 1821, em virtude de anulação da devassa procedida contra os aludidos insurretos, foram êles liberados, após terem suportado cruciantes sofrimentos nos míseros e infectos cárceres de então.

INDEPENDÊNCIA — GOVÊRNO PROVISÓRIO

Em 1.º de setembro de 1822, o povo do Crato rebelou-se contra a Junta Governativa do Ceará e mandou a sua Câmara que se cumprisse o Decreto de 3 de junho, marcando as eleições de Deputados para o dia 7 do mesmo mês de setembro, razão por que é considerado aludido dia primeiro como o da Independência, antecipando-se ao Grito do Ipiranga.

Aos 21 dias de outubro, a Câmara reunida elegeu o capitão-mor José Pereira Filgueiras membro do Govêrno Provisório, o qual partiu com tropa para o Icó, a fim de dominar a Dinis e libertar patriotas presos.

Nesta vila, antes, a 16 de outubro, reunido o Colégio Eleitoral, criara o aludido Govêrno Temporário em oposição à Junta de Fortaleza. E, aos 19 de novembro, a Câmara do Crato empossa êsse Govêrno, do qual era Presidente o capitão-mor Pereira Filgueiras, e membros o padre Antônio Manuel de Sousa, vigário de Jardim, José Joaquim Xavier Sobreira, vigário de Lavras, tenente-coronel Antônio Bezerra de Meneses, Icó, major Francisco Fernandes Vieira, Inhamuns, e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, Quixeramobim.

Marchando com suas fôrças contra a capital, o capitão-mor Pereira Filgueiras penetrou triunfalmente em Fortaleza aos 23 de janeiro de 1823, onde instalou o Govêrno por êle presidido e consolidou a Independência no Ceará.

EXPEDIÇÃO AO PIAUÍ E MARANHÃO

Pouco depois, atendendo a instantes apelos do Govêrno Independente do Piauí, nos primeiros vagidos, inseguro e ameaçado pelas fôrças lusitanas do experimentado major João José da Cunha Fidié, — comandante das armas do Piauí — partem Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves de Fortaleza com um embrião de Exército, que se vai avolumando, atingem o Crato a 5 de maio, engrossam suas fileiras, tomam inúmeras providências de ordem administrativa e logística, após o que partem, a 27 do mesmo mês, para Várzea da Vaca, atual Campos Sales. Aí estruturam o "Exército Libertador e Pacificador", com mais de 2.000 homens, prosseguem a marcha, atingem a capital piauiense, Oeiras, a 15 de junho (onde Pereira Filgueiras recebe a carta do Govêrno Imperial, datada de 16 de abril, nomeando-o para libertador do Maranhão), retomam a marcha sôbre Caxias, — na qual se recolhera Fidié após o cruento combate de Jenipapo, próximo a Campo Maior — estabelecem o seu cêrco com

8.000 homens, inclusive os piauienses de Sousa Martins e pernambucanos de Luís Pedro de Melo César, frente aos quais capitula a praça no dia 31 de julho, e a 1.º de agôsto os 700 homens de sua guarnição depõem as armas e entregam aos vitoriosos 20 canhões e 5 bandeiras. (Conforme Rio Branco o capitão-mor José Pereira Filgueiras era o comandante-em-chefe, com o título de general.)

Estava consolidada a Independência no Norte do País. E daí figurarem, como testemunho de inconteste justiça, na qualidade de libertadores do Piauí e Maranhão, em placa de bronze existente no Museu Ipiranga de São Paulo, os nomes dos insignes comandantes: "Piauí e Maranhão: Visconde de Parnaíba, José Pereira Filgueiras, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, João C. de Deus e Silva, Simplício Dias." Encontraram, enfim, êsses notáveis nordestinos, o Panteon de sua imorredoura glória no bronze imperecível do grandioso Museu do Ipiranga...

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Explodiram notáveis acontecimentos no Crato, novamente, por ocasião da eclosão do movimento revolucionário, no Recife, aos 2 dias do mês de julho de 1824, com a denominação de Confederação do Equador.

Constantemente fiéis aos ideais liberais e republicanos, os Alencares aderiram ao empreendimento, agora com o apoio do capitão-mor José Pereira Filgueiras. Após inúmeras vicissitudes, a emprêsa republicana, como a de 1817, fracassa: Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, Presidente da efêmera República, sucumbe em combate, em marcha de Fortaleza para o Crato, assassinado bàrbaramente em Santa Rosa, no atual município de Jaguaretama, aos 31 de outubro, enquanto Pereira Filgueiras, que lhe antecedera na marcha para o Cariri, apesar de travar combate vitorioso na região do sítio Batateira, próximo da cidade do Crato, a 30 do mesmo mês, resolve depor as armas (é feito prisioneiro e conduzido ao Rio de Janeiro, tendo falecido em caminho), e o padre José Martiniano de Alencar, que fugira para Pernambuco, foi capturado na fazenda Pintado aos 14 de novembro.

Rasgou-se mais uma página do idealismo republicano da exuberante história política dos Cariris Novos, com a ocupação do Crato (que fôra, aos 26 de outubro, "saqueado e desmantelado, em grande parte", pela gente turbulenta de Pinto Madeira) pelas fôrças imperialistas sob o comando de José Tomás de Aquino, José do Vale Pedrosa e Manuel Costa Braga a 16 de novembro, e a capitulação, na fazenda Juiz, município de Aurora, a 29, das fôrças de Pernambuco

e Paraíba, sob o comando de Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, Presidente desta, que haviam fugido das suas províncias — procurando juntar-se às de Filgueiras — por ter sido ali esmagada a rebelião republicana.

Cumpre ressaltar que entre os prisioneiros feitos na fazenda Juiz destaca-se o singular patriota frei Joaquim do Amor Divino Caneca, posteriormente condenado e implacàvelmente executado no Recife.

GUERRA DO PINTO

Joaquim Pinto Madeira, chefe político conservador, Coronel de Milícias, ferrenho restaurador — coadjuvado pelo vigário de Jardim, cônego Antônio Manuel de Sousa — deflagrou prolongada e cruenta luta armada, que ensangüentou e cobriu de luto e miséria o Cariri nos anos de 1831/32, com os principais combates travados, sucessivamente, em Buriti, Várzea Alegre, Barbalha, Icó, São Miguel, Sítio Limoeiro, Cachoeirinha, Missão Velha, Jardim etc., até à sua rendição ao general Pedro Labatut, no acampamento de Correntinho, aos 12 de outubro de 1832, de onde foi encaminhado a Pernambuco.

No início das hostilidades, suas tropas, que já haviam depredado e saqueado a vila do Crato em 1824, o fazem novamente aos 28 de dezembro de 1831 — "assinando, roubando e queimando arquivos e papéis do Cartório".

Pinto Madeira, após peregrinar pelos cárceres do Recife e São Luís, foi julgado e condenado à morte, no Crato, aos 26 de novembro de 1834, e executado ilegalmente, por fuzilamento como solicitou, no alto do Barro Vermelho, hoje Pinto Madeira, no fatídico dia 28, no govêrno do notável presidente padre José Martiniano de Alencar, antes revolucionário de 1817 e 24.

O vigário Antônio Manuel de Sousa, por motivo de doença, só regressou ao Cariri depois, quando os ódios já estavam amainados, e foi absolvido.

CONTRIBUIÇÃO À GUERRA CONTRA O PARAGUAI

Como participação no esfôrço de guerra contra o Paraguai do ultravaidoso e megalomaníaco Solano López, o Crato contribuiu com um corpo de voluntários que totalizou mais de duzentos cidadãos, alistados pelo major Antônio Ferreira de Lima Abdoral, e muitos se distinguiram pela bravura no ardor dos combates, como, por exemplo, o bravo major Carolino Bolívar de Araripe Sucupira, entre outros.

Aludido corpo, sob o comando do citado major Abdoral, partiu para Fortaleza da praça da Matriz, sob calorosos aplausos, aos 6 de agôsto de 1865, e foi acompanhado por grande multidão em delírio até o sítio Cruz, hoje Avenida Teodorico Teles, na saída para Juàzeiro do Norte.

DEPOSIÇÃO DO BELÉM

Aos 20 de abril de 1892, por proposta do vereador Antônio Belém de Figueiredo, a Câmara Municipal do Crato criou a Guarda local, que iria exercer nefasto e terrificante papel às ordens do chefe comunal, que dela usou e abusou sem limites, com fins políticos e particulares.

Na noite de 7 de novembro de 1903, a negregada Guarda atacou um grupo de rapazes das mais distintas famílias cratenses, que se divertiam em serenata, do que resultou a morte de Horácio Jácome Pequeno e ferimentos em Augusto da Silva Bacurau (que foi tratado pelo então jovem médico e atual venerando nonagenário, elegante escritor e acatadíssimo senador Fernandes Távora), no capitão Jesuíno Antônio de Martins, comandante da Guarda, e no alferes João Alves dos Santos.

Em conseqüência, os ânimos se exaltaram exacerbadamente, ferveu progressivamente o caldeirão político e, no dia 29 de junho de 1904, após violento tiroteio que durou 72 horas e produziu 21 vítimas das quais oito mortas, foi deposto da Intendência municipal e prêso José Belém de Figueiredo — prestigioso e arbitrário chefe político da época e do meio — pelo povo chefiado pelos coronéis Antônio Luís Alves Pequeno, Teodorico Teles de Quental, Antônio Fernandes Lopes, Diógenes Frazão e outros, fato que o eternal govêrno Acioli aceitou como consumado.

SEDIÇÃO DE JUÀZEIRO

Aos 22 dias do mês de novembro de 1913, chegam a Juàzeiro do Norte os drs. Floro Bartolomeu da Costa e José de Borba Vasconcelos, procedente do Rio o primeiro, onde acertara, com os chefes do Partido Republicano Conservador, as medidas que deveriam ser tomadas para a deposição do coronel do Exército Marcos Franco Rabelo, presidente do Ceará.

Na noite de 8 de dezembro, em Juàzeiro, foi desarmado o destacamento de polícia local, resultando, assim, a deflagração do movimento revolucionário contra o govêrno do citado coronel Franco

Rabelo, chefiado pelo aludido médico baiano Floro Bartolomeu da Costa.

No dia imediato refugiaram-se no Crato diversos políticos juazeirenses, inclusive o prefeito João Bezerra de Meneses, e no mesmo estabeleceram as autoridades citadinas medidas de defesa contra os sediciosos, colocando piquêtes na estrada que liga as duas comunas.

A concentração das fôrças governistas processa-se no Crato, sob o comando do coronel Alípio de Lima Barros que, a 9 de janeiro de 1914, passa o mesmo ao major Ladislau Lourenço de Sousa, promovido na véspera a êsse pôsto.

A partir de 14 dêsse mês, realizam-se ataques frustrados à meca do Padre Cícero e — após alguns entrechoques sangrentos nos Macacos, Buriti e na própria cidade — as hordas revolucionárias, comandadas pelos bandoleiros Zé Pedro, Zé Terto e Manuel Chiquinho, dominam a cidade do Crato a 24, ocupam-na e saqueiam o seu comércio.

Em seguida, em curto prazo, caem sucessivamente em poder dos fanáticos de "meu padrim": Barbalha, Iguatu, Miguel Calmon etc., cujas ocupações possibilitam aos "romeiros" atingir a pancada do mar, provocar a intervenção federal e conseqüente deposição do presidente Marcos Franco Rabelo...

Daí para cá, a não ser a ocupação bèlicamente aparatosa, aos 11 de setembro de 1936, do sítio Caldeirão, no município do Crato — residência do beato José Lourenço e dos fanáticos que o seguiam — por 150 praças da Polícia Militar comandadas pelo célebre capitão José Gonçalves Bezerra (e posterior trucidamento, no lugar Currais Velhos, na serra do Araripe, dêsse capitão, de um seu filho sargento e 3 soldados da Polícia Militar, aos 10 de maio de 1937), diluíram-se e desapareceram "as revoluções crônicas e o regime clássico de tropelias" que floresceram demoradamente, no tradicional, altivo, agitado e combativo Cariri cearense, que hoje luta titânicamente pela intelectualização do seu povo, a par da instalação de grande parque industrial, que propiciem continuidade à sua vocação progressista iniciada, em particular, com a instalação do Seminário de São José, em 7 de março de 1875...

Para o conhecimento de maiores detalhes, encaminho o paciente leitor para *Beatos e Cangaceiros*, de Xavier de Oliveira; *O Juàzeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, *O Cariri* e *Efemérides do Cariri*, de Irineu Nogueira Pinheiro; *História do Cariri*, de José de Figueiredo Filho, e *Independência no Nordeste*, de Hermínio de Brito Conde, ou, ainda, para os enciclopédicos conhecimentos dos fastos caririenses do beneditino pesquisador padre Antônio Gomes de Araújo.

Fortaleza, 11 de junho de 1967.
GEN. RAIMUNDO TELES PINHEIRO

CRAUÇANGA. — Rch. (da), no mun. de Caucaia, afl. da m. dir. do Ceará.

CRIOULA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Acaraú, mun. de Sobral.

CRIOULAS. — Rch. (das), também conhecido por rch. da Serra, afl. do Jenipapeiro, trib. do Salgado. Por êle andou à cata de ouro Jerônimo Mendes de Paz, conforme carta de 11-5-1753, ao capitão-general de Pernambuco, Luís José Correia de Sá. (RIC, 6 (1892), 30.)

CRIOULOS. — Sa. (dos), entre os rch. das Bravas e S. Miguel.

CRIOULOS. — Ste. (dos), mun. de Baturité, fresco e cultivado.

CRIOULOS. — Dist., pertencente ao mun. de Pereiro, criado pela Lei n.º 7.069, de 31-12-1963 (D.O., de 31-12-1963), com sede no pov. de igual nome, tornado vila na mesma oportunidade.

CRISÂNTEMO. — Aç. part., const. em coop. com a IFOCS, na faz. Quinim, do mun. de Quixeramobim. A construção foi iniciada em 17-7-1918, suspensa para alteração do projeto, os trabalhos foram reencetados e concluídos em 1920. Barragem de alvenaria com a capacidade de 450.000 m³. Prêmio de 45:600$000.

CRISTAIS. — Pov. à m. esq. do Pirangi, a 91 km de Fortaleza, pela BR-13 (Transnordestina), pertencente ao dist. de Pitombeiras, mun. de Cascavel. Daí parte a estrada para Morada Nova, a Ce-9, da qual dista 84 km. Já foi ponto de parada para refeições ou pernoite, o que concorreu para o seu crescimento. O nome talvez lhe tenha advindo das jazidas de berilo que há na redondeza, como bem lembrou

d. Antônio de Almeida Lustosa, em seu livro *Notas a Lápis*, 322. Há outras riquezas minerais na região, como a tantalita, a ambligonita, a colombita, o rutílio, a chelita, mas inexploradas.

CRISTOS. — Rch. (dos), na zona serrana do mun. de Baturité. Desemboca no Putiú, no sít. Jordão, onde forma uma cascata.

CRISTÓVÃO PAIS. — Rch. (do), afl. do Quixeramobim. Êste topônimo consta da sesmaria do padre Luís Teixeira de Aguiar e Antônio Coelho de Moura, concedida pelo capitão-mor Leonel de Abreu Lima, em 30-12-1734. (D.S., v. 12, n.º 111, 168.) É o atual rch. do Pirabibu.

CROATÁ. — Sa. (do), entre os mun. de Aurora e Caririaçu. Para etimologia v. COROATÁ.

CROATÁ. — Sa. (do), contraforte da sa. da Meruoca, no seu cume passa a divisória dos mun. de Massapê e Meruoca.

CROATÁ. — Mo. (do), ou Carauatá e Coroatá, era o ponto mais elevado da linha de dunas que se encaminhava em direção à ba. do rch. da Jacarecanga, a partir de onde hoje se encontram os escritórios da Rêde de Viação Cearense. Ainda existe, bastante diminuído de sua primitiva grandeza, coberto de humilde casario, cortado pela Rua Braga Tôrres, ao lado do cemitério de S. João Batista.

Em 1859 esta elevação avultava perto da Capital e por isso foi o ponto escolhido pelo capitão-tenente Giácomo Raja Gabaglia, chefe da Seção Astronômica e Geográfica da Comissão Científica, para instalar a primeira estação astronômica, magnética e meteorológica havida no Ceará. Em Renato Braga, *História da Comissão Científica de Exploração*, Imprensa Universitária do Ceará, 1962, 359 a 362, encontram-se informes a respeito da vida dêsse observatório.

CROATÁ. — Rch. (do), também conhecido por Sambaitiba, nasce no mo. de Santana, deságua na m. esq. do r. Timonha.

CROATÁ. — Rch. (do), no mun. de Jardim, nasce na fonte de seu nome, recebe o Silêncio e o Cafundó, banha Jardim e é um dos formadores do rch. dos Porcos.

CROATÁ. — Rch., na ribeira do Pacujá, onde foi concedida sesmaria a Cláudio de Sousa Brito, pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes, a 9-3-1746. (D.S., v. 7, n.º 503, 8.)

CROATÁ. — Rch. (do), no mun. de Viçosa do Ceará, afl. da m. esq. do Quatiguaba.

CROATÁ. — Cór. (do), também conhecido por Gravatá, nome do sít. onde tem as suas nascentes, no mun. de Aracati. Desemboca na la. do Saco da Velha. Perene. As margens estão ladeadas de canaviais.

CROATÁ. — La. (do), perto do sít. Catolé, no dist. de Ibitiara, mun. de Araripe, com uns 500.000 m².

CROATÁ. — La. (do), banha a v. do mesmo nome, no encontro da estrada de Paracuru com a BR-22, no mun. de S. Gonçalo do Amarante.

CROATÁ. — Pov. do mun. de S. Gonçalo do Amarante. Fica em zona intermediária, entre o sertão e a praia. A BR-22 corta o território e passa pelo pov., que é ponto inicial da estrada para Paracuru, a 60 km de Fortaleza.

CROATÁ. — Pov., no mun. de Reriutaba, com 62 habitações.

CROATÁ. — V. PRESIDENTE KENNEDY.

CRU. — Sít., no mun. de Santana do Cariri, com jazida de gipsita.

CRUXATI. — Rch. (do), nasce na sa. da Uruburetama, recebe o Imbira e o Sororô, desaguando à m. esq. do Mundaú.

De *curu* (seixos, fragmentos, pedrinhas), *eçati* ou *eçayti* (o branco dos olhos), pedrinhas brancas como a córnea dos olhos, seixos de quartzo. (T. Pompeu Sobrinho, *Etimologia de Algumas Palavras Indígenas*, RIC, 33 (1919), 219.)

CRUXATI (Ex-BARRENTA). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Itapipoca.

Criado com o nome de Barrenta, passou a chamar-se Cruxati pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938. Perdeu parte do território para os novos dist. de Marinheiros e Barrento, e para o antigo dist. de Icaraí, em 22-11-1951.

A região é de solo arenoso, coberta de vegetação arbustiva ou de árvores de pouca altura, com grande quantidade de cajueiros, principalmente nas vizinhanças da vila.

Esta fica à m. esq. do Cruxati, cortada pela estrada municipal que liga Itapipoca ao sít. Pixaim. Carece de importância. A capela, pequena para a concorrência dos fiéis, é dedicada a S. Francisco de Assis.

A pop., em 1960, era de 7.790 hab., sendo 82 na zona urbana e 7.708 na rural. Possuía, então, 1.290 habitações.

CRUXATU. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Banabuiú, na faz. do mesmo nome. No seu divisor de águas com o Perdição ou Pressão passam os limites dos mun. de Quixadá e Quixeramobim. Em fins do séc. 17 era conhecido por *Uruou*.

CRUXATU. — Faz. (do), à m. do Banabuiú, um pouco acima da v. de Rinaré, com interessantes litógrifos em pedras do leito do rio. A gesta da "Onça do Cruxatu" tornou-a conhecida pela voz dos cantadores sertanejos.

CRUZ. — Mo. (da), elevação próxima à praia, que serve

de ponto de limite aos mun. de Caucaia e S. Gonçalo do Amarante.

CRUZ. — R. (da), primitivo nome do r. Camocim. A capitania de 40 léguas de extensão pela linha da costa, concedida ao cavaleiro fidalgo Antônio Cardoso de Barros, por carta de 19 de novembro de 1535, começava na angra dos Negros, a 2º, e terminava no r. da Cruz, a 2º1/3.

"Afirma o gentio que nasce êste rio de uma lagoa, ou de junto dela, onde também se criam pérolas e chama-se êste rio da Cruz, porque se metem nêle perto do mar dois riachos em direito um do outro, com que fica a água em cruz." Gabriel Soares, *Tratado Descritivo*, 23. O nome do r. da Cruz (*rio donde se halló una crus*) já se encontra no mapa de Juan de la Cosa; é o atual Camocim, como afirmava Pimentel em 1712." (Nota de Capistrano de Abreu *in História Geral do Brasil*, de Varnhagen, 4.ª ed. (S. Paulo), I, pág. 178.) V. o verbete CAMOCIM.

CRUZ. — Rch. (da), bastante caudaloso, nasce na sa. do Cipó, drena a vertente ocidental da sa. do Estêvão e derrama-se no Choró, na bacia do aç. dêste nome, após um curso de 20 km aproximadamente.

CRUZ. — Rch. (da), é o principal afl. do r. Jucá. Nasce na sa. do Silveira, contraforte da Serra Grande, corre de O para L, trecho em que contorna a face meridional da sa. do Charito, recebe o Caiçara, inflete para o N, desembocando à m. dir. do Jucá, na faz. de seu nome.

CRUZ. — Rch. (da), recebe o desaguadouro da grande la. do Iguatu.

CRUZ. — Rch. (da), nasce na sa. da Ibiapaba, no mun. de S. Benedito, e em certo trecho de seu curso incidem os limites dêste mun. com os de Guaraciaba do Norte.

CRUZ. — La. (da), mun. de Maranguape.

CRUZ. — La. (da), no mun. de Mombaça, ao sopé do ste. do Camelo, à m. esq. do João Alves.

CRUZ. — La. (da), próxima do rch. Papagaio, mun. de Mombaça.

CRUZ. — La. (da), pequena, no mun. de Canindé.

CRUZ. — V. SANTA CRUZ DA URUBURETAMA.

CRUZ. — V. CRUZ DO LAJEDO.

CRUZ. — Figura como dist. do mun. de Independência nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1.º-9-1920.

CRUZ. — Pov., no mun. de Camocim, a 6 km da sede, e não a 30, como diz o *Dic.*, 137. Tem uma capelinha.

CRUZ DA ROMANA. — Ponto culminante da sa. da Meruoca, com 953 m de altitude.

CRUZ DAS ALMAS. — Primitivo nome do lugarejo que serviu de núcleo à cid. de Aracati.

CRUZ DE PEDRA. — Dist. e v. do mun. e com. de Iguatu, criado pela Lei n.º 6.915, de 17-12-1963 (D.O., de 19-12-63), com sede no pov. do mesmo nome, elevado a v. pelo referido diploma legal.

CRUZ DO LAJEDO. — V. ITAPEBUÇU.

CRUZ DO MATIAS. — V. MATIAS.

CRUZ DO PALHANO. — V. PALHANO.

CRUZEIRINHO. — Dist. e v. do mun. e com. de Icó. A princípio chamava-se Bebedouro. O núcleo foi elevado à cat.

de v. com o nome de Bonfim, pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, e mudado para o atual pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943.

A v. fica à m. dir. do Jaguaribe, perto da BR-23, e tem 177 hab., conforme o censo de 1960, que achou para todo o dist. 5.952 hab. e 994 moradias.

CRUZEIRO. — Pedra (do), monólito de sienito ao pé da cid. de Quixadá, encimado por uma cruz, que o faz lugar de romaria.

CRUZEIRO. — V. ITAPEIM.

CU DA JIA. — "Assim chamavam o campo quase deserto em 1870 onde, depois, formou-se a praça de S. Sebastião, no centro da qual havia pequena capela, há muito demolida, dedicada a êste santo e ereta, que foi, pelo padre Pedro de Castro.

Até 1913 ainda ali se achava o cruzeiro da antiga capela." João Nogueira, *Cidade de Fortaleza*, RIC, 56 (1942), 150.

CUANDU. — Sa. (do), contraforte da chapada do Araripe, no mun. de Missão Velha.

CUANDU. — Rch. (do), afl. da m. dir. do curso superior do r. Puiú, nasce na Serra Grande, nas fronteiras com o Piauí, a sudoeste do Estado.

CUANDU. — Rch. (do), afl. da m. esq. do alto Condadu, nasce na sa. da Catarina e deságua no lug. de seu nome.

CUARIÚ. — Índios com os quais Jorge Correia da Silva, capitão-mor do Ceará, firmou tratado de aliança em 1671. Não seriam os Guariú?

CUCUREQUO. — É o atual rch. Cacunda, que deságua no Banabuiú, em Morada Nova. O topônimo foi registrado no início do séc. 18 e nesse tempo o curso d'água em causa

já era também conhecido por rch. do Pinto, denominações que não conseguiram sobreviver.

CUE. — Era um ôlho-d'água, sito nas ilhargas do rch. *Oquodadiú*. O topônimo consta da sesmaria de João Alves Leitão, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 16-1-1708. (D.S., v. 5, n.º 285, 81.)

CUIPIRANGA (Ex-TIBAU). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. de Aracati.

Foi criado pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, com o nome de Tibau, mudado para Cuipiranga pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, que significa areia vermelha, abundante nas barreiras litorâneas.

A pop. do dist., em 1960, andava em 792 hab., dos quais 272 na zona urbana. O número de moradias era de 125.

CULUMINCOARA. — Faz., perto da cid. de Granja.

De *culumin-cuara*, o refúgio, o buraco do menino.

CULUMINJUBA. — Sa. (do), prolongamento ocidental da sa. de Maranguape, a 12 km da cid. dêste nome.

De *culumin*, menino, *juba*, amarelo, menino amarelo.

CULUMINJUBA. — Rch. (do), no mun. de Maranguape, é um dos formadores do Juá.

CULUMINJUBA. — Sít., ao pé da sa. e rch. do mesmo nome, serviu de berço a Capistrano de Abreu.

CUMBE. — Rch. (do), nasce na sa. Pintada, corre de N para S, desaguando à esq. do Acaraú, fronteiro ao ste. do Irapuá, depois de receber os rch. Maravilha e Cacimbinha.

CUMBE. — Rch. (do), no mun. de Milagres, nasce na sa. Brava, recebe o Gangorra, desemboca à dir. do rch. dos Cavalos.

NOTA — Em RIC, *35*, 233, diz que faz barra no Catingueira.

CUMBE. — Rch. (do), afl. do S. Rosa.

CUMBE. — Cór. (do), no lug. de seu nome, mun. de Paracuru. Desemboca no Pau-d'Óleo, trib. do S. Gonçalo. As margens estão cobertas de canaviais.

CUMBE. — Brejo (do), no mun. de Aracati, de cêrca de 2 km de extensão, regado por diversos cataventos, com grande plantio de cana, empregada no fabrico de afamada aguardente. Ao pé dêste baixio está o morro de igual nome, no qual, por mais de uma vez, tem se observado o deslocamento violento das areias, antecedido por surdo rumor.

A respeito dêste curioso fenômeno, Alípio Luís Pereira da Silva, *Considerações Gerais Sôbre as Provincias do Ceará e R. G. do Norte*, Rio de Janeiro, 1885, pág. 41, escreveu o seguinte:

"No Cumbe há um lugar onde os supersticiosos dizem estar *encantado o rei D. Sebastião*: essa superstição nasce do ruído que se ouve em certas épocas, semelhante ao rufar de tambor.

Grande parte dos terrenos aí são antigos brejados, e nêles fazem-se plantações de cana. Tem-se visto, precedidos de fortes ruídos subterrâneos, parte dêsses terrenos que se compõem de barro lamacento se elevar de repente com as respectivas plantações a alturas de vinte e trinta palmos.

Tive eu próprio ocasião de ver um dêstes acontecimentos pouco tempo depois de se haver dado o fenômeno.

Relataram-me então que seriam 11 horas da noite, mais ou menos, quando se ouviram estrondos no centro da terra, e pela manhã do dia seguinte, via-se uma daquelas plantações com o cercado elevado à altura referida. Vi em outro ponto no mesmo lugar um cajueiro e outras árvores mortas sôbre uma porção daquele barro todo revolvido: tinha sido um outro fato idêntico.

Atribuo êste fenômeno ao pêso dos morros de areia que se formaram sôbre aquêles brejos por não acharem um solo ainda bem consolidado, descem produzindo êsses deslocamentos."

Esta explicação parece-nos mais razoável do que a lembrada por Tomás Pompeu de Sousa Brasil, *O Ceará no Comêço do Século XX*, Fortaleza, 1909, 90-91, que apresenta como

motivo dêsse fenômeno a mesma causa que forma os montes de lama (*muds lamps*) do Mississípi, originados, na opinião de Humphreys e Abbot, pela fôrça expansiva dos gazes provenientes de grandes massas vegetais soterradas pelas aluviões.

CUMBE. — Pov., no mun. de Aracati, com 60 habitações.

CUNCAS. — Rch., parte do rch. das Antas, com cêrca de 6 km de extensão, no mun. de Barro. Nesse trecho, em seu leito, têm-se colhido palhêtas de ouro de boa qualidade.

CUNCAS. — Dist. e v. do mesmo nome que pertence ao mun. de Barro.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, figura no mun. de Milagres e assim permaneceu até a criação do mun. de Barro, a 2-11-1951, quando passou a integrar o território do nôvo município.

Em 1960 possuía uma pop. de 3.322 hab., sendo 167 na zona urbana e 3.115 na zona rural. O número de domicílios era de 583. A v. tinha 40 habitações.

CUNDADU. — V. CONDADU.

CUNHA. — Ste. (do), na bacia do Cauípe, perto da sa. do Juá.

CUNHA. — Gruta, no sít. dêste nome, no cimo da sa. da Aratanha, entre 600 e 700 m de alt. com inscrições rupestres de origem holandesa, segundo Pompeu Sobrinho. (*Boletim de Antropologia*, Universidade do Ceará, v. 5, n.º 1, 1961, 119.)

CUNHA. — V. BOQUEIRÃO DO CUNHA.

CUNHA. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Aracatiaçu, no qual faz ba. um pouco abaixo da cid. de Amontada.

CUNHÃ. — Gamboa (da), rch. que desemboca à m. esq. do Pacoti. Na sua foz incidem os limites de Aquirás e Fortaleza.

Cunhã, a mulher, a fêmea dos animais, no tupi.

CUNHÃCU. — Sít., onde d. Teresa de Jesus Maria obteve uma data de terra, concedida pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes, a 25-2-1743. (D.S., v. 14, n.º 159, 117.)

CUNHÃÇU. — La., no mun. de Coreaú, entre os dist. de Coreaú e Araquém.

CUNHÃ DE FREITAS. — Ilha, no Coreaú, na *vila de Granja*, inclusa na sesmaria de Simplício Dias da Silva, concedida pelo governador João Carlos Augusto d'Oeyhausen, em 14-11-1804. (D.S., v. 8, n.º 666, 163.)

CUNHÃ-MUTI. — Rch., nasce a SE da sa. do Luna, recebe os rch. de S. Felícia e do Meio, indo desaguar no Madeira Cortada, no sít. Gaspar, depois de 25 km de curso aproximadamente. Banha os mun. de Acopiara e Iguatu.

Alguns escrevem Cunhã-Poti, porém erradamente. A grafia antiga, que figura nas datas e sesmarias é a do verbete, aliás mantida oralmente pelos moradores ribeirinhos.

CUNHÃ-MUTI. — Rch., vem da sa. do Poço Bonito, do maciço do Machado, desemboca à dir. do alto Groaíras.

CUNHÃS. — Ste. (das), no alto Groaíras, na bacia do rch. Cunhã-Muti.

CUPIM. — Ste. (do), ponto de limite dos mun. de Baixio e Lavras da Mangabeira.

Corr. de *copií*, o térmita ou formiga branca.

CUPIM. — Mo. (do), ponto de limite entre os mun. de Coreaú e Tianguá. Conhecido também por Cupira.

CUPIM. — R. (do), no mun. de Independência, afl. do Gado.

CUPIRA. — Sa., no maciço das Matas, no divisor de águas do alto curso dos r. Quixeramobim e Acaraú.

COQUEORE. — Rch., que corre para o Banabuiú, entre o Jaguaribe e o rch. *Atoare*, descoberto por Amaro Vaz, que com Estêvão Vaz do Rêgo obteve sesmaria a 18-7-1705, concedida pelo capitão-mor João da Mota. (D.S., v. 1, n.º 43, 106.)

CURATI. — V. CURUTI.

CURATIS (Ex-LAGOINHA, ex-PAJEÚ). — Dist. e v. do mun. e com. de Tamboril.

Ao ser restaurado o mun. de Tamboril, pelo Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933, figurou em sua divisão territorial o dist. de Lagoinha, que pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou a denominar-se Pajeú, e, finalmente, Curatis, dos índios que aí habitavam, na conformidade do Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943. Com a criação do dist. de Oliveiras, na mesma área municipal, em 6-9-1958, perdeu parte de seu território.

Em 1960 contava 939 hab. e 155 domicílios. A pop. da sede não ia além de 86 almas.

CUREMA ou COREMA. — Índios da nação Cariri, que estanciavam no r. Piancó, mas em suas incursões chegavam até os sertões do baixo r. Salgado.

CURIA. — Rch., afl. do Rinaré, hoje Banabuiú, como consta da sesmaria de João Pereira do Lago, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 20-10-1708. (D.S., v. 5, n.º 323, 150.)

CURIAÚ. — V. COREAÚ.

CURICACA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Machado. Nas suas nascentes passa a divisa dos mun. de Cedro e Lavras da Mangabeira.

O topônimo se refere a duas aves da fam. *Ibidae*.

CURIMÃ. — Loc., na costa de Camocim, cuja pop. vive da pesca.

CURIMATÃ. — La. (da), no mun. de Pacajus.

De *curimã* a *antã* (grossa), curimã grande, grossa. Por sua vez, *curimã*, na lição de Batista Caetano, é corrutela de *quiri-báe*, o que é tenro, o que é delicado.

CURIMATÃ. — Rch., no mun. de Ipu, donde se tem extraído algumas palhêtas de ouro, de côr desmaiada.

CURIMATÃ-AÇU. — Lug., na ribeira do Acaraú, onde Manuel Correia de Araújo e seu companheiro conseguiram sesmaria, a 19-1-1747, concedida pelo capitão-mor Francisco Costa. (D.S., v. 7, n.º 518, 37.)

CURIÚ. — Rch. (do), nasce na sa. de Sta. Rita, ladeia o sopé da sa. do Boqueirão e deságua, com 23 km de curso, no sít. Curiùzinho, à m. esq. do Banabuiú. A sua foz serve de ponto de limites aos mun. de Mombaça e Pedra Branca.

CURIÚ. — Rch., no mun. de Independência, vem do divisor de águas do Poti com o Carrapateira e despeja-se no rch. do Meio, da bacia do primeiro.

CURIXATI. — Sa. (do), ramificação da de Iboaçu, no mun. de Granja, bastante agrícola.

CURRAL. — La. (do), ponto de limite entre os mun. de Granja e Massapê, cuja linha divisória continua pelo desaguadouro da mesma, até a m. dir. do r. Jurema, onde faz barra.

CURRAL GRANDE. — Sít., na ribeira do Curu. Foi doado, com 50 vacas, a 29-4-1742, pelo padre José Moreira de Sousa, na qualidade de procurador de seu cunhado, o capitão-mor Pedro Barroso Valente de Sousa, e de sua mulher d. Maria de Sousa, em benefício de uma capela de N. S. dos Remédios, que pretendiam erigir. A escritura vem transcrita na RIC, 20 (1906), 179-181. Hoje pequeno pov. do mun. de Paracuru.

CURRAL GRANDE. — Nome por que também é conhecida a sa. do Mucuripe, que se avista do mar, no vale do Acaraú.

CURRALINHO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Banabuiú, em todo o seu percurso separa os mun. de Mombaça e Senador Pompeu.

CURRALINHO. — Ficava no poço Igapara, no r. Camocim. Aí o padre Ascenso Gago situou o primeiro gado e as primeiras bêstas que viram a ribeira do Coreaú. Êsse curral deu início ao povoamento pecuário da chamada Zona Norte. Isso ocorreu nos idos de 1693.

CURRAL VELHO. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Banabuiú.

CURRAL VELHO. — Localidade praieira, dist. de Acaraú, com esc. primária mantida pelos pescadores.

CURRAL VELHO. — Nome primitivo do arraial que deu origem à cid. de Santana do Acaraú.

CURRALZINHO. — Topônimo constante da sesmaria de Manuel Gonçalves Rodrigues, concedida a 20-9-1743, pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes. (D.S., v. 14, n.º 175, 147.)

CURRAIS. —Cór. (dos), afl. da m. esq. do Riacho Sêco, braço do Banabuiú. Nasce perto de Lajinha, mun. de Morada Nova.

CURRAIS. — La. (dos), no mun. de Aracati. Recebe as águas da la. da Caiçara e, por sua vez, verte na das Pombas.

CURRAIS. — Ôlho-d'água (dos), ao pé da sa. do Apodi, no mun. de Limoeiro do Norte.

CURRAIS VELHOS. — Lug., na sa. do Araripe, onde a 10-5-1937 se deu um encontro corpo a corpo de moradores do beato José Lourenço, armados de cacêtes e foices, com um destacamento policial. No embate morreu o capitão José Bezerra, um sargento seu filho, três soldados e alguns fanáticos, afora os feridos de parte a parte.

CURRAIS VELHOS. — V. CHORÒZINHO.

CURTUME. — Pç. (do), no Poti, perto da cid. de Crateús, onde se despeja o Tourão.

CURTUME DA ONÇA. — Rch. (do), nasce na sa. dos Moleques, banha Nova Russas, drena a face oriental da sa. da Gurguéia e deságua à esq. do Acaraú, no lug. Aroeira.

CURU. — Ste. (do)

CURU. — R., nasce a N da sa. do Machado, corre de SO para NE, banha Vazante, Apuiarés, S. Luís do Curu. Despeja-se no Atlântico depois de 220 km de curso, formando a ens. do Paràzinho, chamada também Pará do Norte, acessível a pequenas embarcações, a 5 km da cid. de Paracuru e a 80 km a NO da Capital. São seus principais afluentes o Canindé, pela dir., e o Caxitoré, pela esquerda. A bacia hidrográfica mede 6.761 km² e a vazão é notável, por drenar partes das sa. de Baturité, Machado e Uruburetama. Em seu

curso superior construiu-se a grande barragem do General Sampaio.

Curu, no tupi, significa seixo, cascalho grosso, donde rio dos seixos ou rio dos torrões.

O nome parece que foi registrado, pela primeira vez, na *Jornada do Maranhão,* de Diogo Campos Moreno, em 1615. Com efeito, no ano anterior, êsse sargento-mor do Estado, tio de Martim Soares, à frente da esquadra que ia à conquista do Maranhão, estacionou em Paramirim nas duas últimas semanas de setembro. Apresentou-se-lhes, então, a oportunidade de explorar o trecho inferior do Curu. Achou-o de infinitas águas, rico de caça e de peixe, inclusive de uns búzios de feição a botijas, com muito que comer dentro. Foi o único lugar da costa em que a sua gente não padeceu de fome.

T. Pompeu Sobrinho alinha dados interessantes a respeito da toponímia do Curu, em *Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense,* RIC, 59 (1945), 177.

CURU. — V. S. LUÍS DO CURU.

CURUAÇU. — Rch., ficava na Serra Grande, como se pode ver da sesmaria de José Rodrigues de Aguiar. (D.S., v. 8, n.º 609, 22.)

CURUAIU. — Nome antigo do Coreaú.

CURUAIU. — Rch. (do), figura na sesmaria de Antônio Bezerra Cavalcante, concedida a 21-2-1744 pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes. (D.S., v. 14, n.º 189, 175.)

CURUAIU. — Ôlho-d'água (do), consignado na sesmaria de João da Mota Pereira e comissário Domingos Alves Ribeiro, concedida pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão, em 4-5-1738. (D.S., v. 13, n.º 99, 203.)

CURUAÚ. — Povoação ereta em v. com o nome de Granja, em 1776. V. SANTA CRUZ DO CURUAIÚ.

CURUJUNE. — Antigo nome do r. Acaraú. Sôbre a história e etimologia do topônimo leia-se T. Pompeu Sobrinho, em *Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense*, RIC, 59 (1945), 178.

CURUMINCOARA. — Pt. rochosa.

CURUMINJUBA. — V. CULUMINJUBA.

CURUNHÛ. — V. INHUÇU.

CURUPIRA (Ex-PANELAS, ex-S. SEBASTIÃO). — Dist. e v. do mun. e com. de Aracoiaba.

O território fica na bacia do Pirangi. Os terrenos são silicosos e secos.

Em 1960 havia no dist. 5.626 hab. e 968 domicílios. A v. com 829 moradores, está perto do ste. das Panelas e nas proximidades de uma lagoa que só tem água durante o inverno. Por isso, pelo verão, e, principalmente, por ocasião de sêcas, os moradores, na sua maioria, vêem-se, por vêzes, na contingência de emigrar. Muito isolada, não só quanto à sede municipal, mas também em relação a outros centros comerciais.

Com o nome de S. Sebastião, conforme Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933, figura como dist. no quadro territorial de Aracoiaba. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, perdeu parte de seu território para o nôvo dist. de Jurema, do mesmo mun. de Aracoiaba. Passou a denominar-se Curupira pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943.

Curupira significa o chagado, aqui aplicado em lembrança ao mártir S. Sebastião, onomástico anterior da localidade.

CURUTI ou CURATI. — Tapuias que habitavam a sa. da Ibiapaba. Foram aldeados pelos jesuítas. Na opinião de T. Pompeu Sobrinho, RIC, 47 (1933), 183, *curati* era o nome que o padre Pedro Barbosa Pedroso dava aos *crateú*, denominação aceita pelo padre Antônio Vieira.

CUSTÓDIO. — Dist. e v. do mun. e com. de Quixadá.

Já figurava como dist. na divisão territorial de 31-12-1937, no quadro anexo ao Dec.-lei n.º 169, de 31-3-1938, ratificado pelo Dec. n.º 378, de 20-10-1938. A elevação do núcleo a v. deu-se pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938.

A v. está situada na extremidade L da sa. do Estêvão, no curso superior do Sitiá, antes da barragem do Cedro. Possui graciosa capela, cujo patrono é S. José. A capela foi fundada por dom Vanderilo Harpiene, que exerceu o cargo de prior do mosteiro de S. Cruz (sa. do Estêvão) de 1910 a 1919. O nome de Custódio tem a sua origem em um dos primeiros moradores da localidade, que não deixou outro vestígio senão o da denominação.

Em 1960 a pop. do dist. era de 4.041 hab., existindo na sede 241. Havia, nesse mesmo ano, 664 moradias.

CUTIA. — Primeiro lug., juntamente com o de nome Barroca, no mun. de Aquirás, a ser atingido pela epidemia da cólera, a 31-5-1863.

Corr. *aguti* ou *a-cuti*, o indivíduo que come de pé, alusivo ao hábito da cutia de tomar o alimento com as patas dianteiras.

CUTIAS. — Rch. (das), no mun. de Crato, afl. da m. esq. do Carás. Nasce no lug. Lagoa e desemboca no sít. Enxu, depois de um curso de 5 km.

O presente trabalho foi composto e impresso nas oficinas gráficas da IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DO CEARÁ
Av. da Universidade, 2932 - Fortaleza

ERRATA

Pág. 225, linha 27, onde se lê oitenta, leia-se oito.

Reg. 2463/67
918.3
B735d
Consulta Local

ENSA UNIVERSITÁRIA DO CEARÁ